PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUIZ ANTÔNIO FARIAS DUARTE

COMUNICAÇÃO

IMPRENSA E PODER NO BRASIL REPUBLICANO

Estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva

Orientadora: Profª Drª Beatriz Corrêa Pires Dornelles

Porto Alegre

2012

LUIZ ANTÔNIO FARIAS DUARTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Profª Drª Beatriz Corrêa Pires Dornelles

Porto Alegre

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D812c Duarte, Luiz Antônio Farias

Comunicação : imprensa e poder no Brasil republicano : estudo interpretativo das relações dos jornais *A Federação*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo* e *Tribuna da Imprensa* com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva / Luiz Antônio Farias Duarte. – Porto Alegre, 2012.

456 f.

Tese (Doutorado) – Fac. de Comunicação Social, PUCRS. Orientador: Profa. Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles.

1. Comunicação Social. 2. Comunicação Política. 3. Imprensa – Brasil – História. I. Dornelles, Beatriz Corrêa Pires. II. Título.

CDD 079.81

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

LUIZ ANTÔNIO FARIAS DUARTE

COMUNICAÇÃO

IMPRENSA E PODER NO BRASIL REPUBLICANO

Estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva

Aprovada em 27 de junho de 2012

Banca examinadora

Profª. Drª Zelia Leal Adghirni

_____

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello

_____

Prof. Dr.Luciano Aronne de Abreu

_____

Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt

_____

Profª. Drª Beatriz Corrêa Pires Dornelles (orientadora)

_____

AGRADECIMENTOS

A Necilda Farias Duarte, mãe, pela existência, muito além da mera concessão. A Bolívar Madruga Duarte, tio, pelos sucessivos bons exemplos. A Ana Amélia Lemos e Walter Galvani da Silveira, pelo aprendizado fornecido. A Bolívar e a Bernardo de Souza Duarte, pela esperança renovada.

Gratidão, também, ao Irmão Joaquim Clotet, empregador quando do ingresso do autor no Doutorado, pela compreensão e generosidade. E aos colegas de trabalho na Unisinos e na ComEfeito, aos quais quase compulsoriamente impus a convivência com o tema desta tese ao longo dos últimos anos.

Agradecimento especial à orientadora, Professora Doutora Beatriz Corrêa Pires Dornelles, colega de anteriores coberturas jornalísticas em Brasília, parceira de ideais profissionais que a experiência só acentuou.

DEDICATÓRIA

Para Carla Avila.

Sempre.

Por tudo.

"Si periodismo es amor a la información veraz; si periodismo es el dificil arte de valorar la actualidad; si periodismo es el magico instinto de la noticia, el periodismo ha sido, es e será una de las mas puras vocaciones del hombre"[1] (Gregorio Marañon Moya, in **Becquer – Periodista y el periodismo en el Siglo XIX**. Madrid: Asociación Amigos de Becquer, 1953, p. 41).

[1] "Se Jornalismo é o amor à informação verdadeira; se Jornalismo é a difícil arte de dar valor à atualidade; se o Jornalismo é o mágico instinto da notícia, o Jornalismo foi, é e será uma das mais puras vocações do homem" (tradução livre do autor desta tese).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....13

2. RECURSOS METODOLÓGICOS ACIONADOS 26

2.1 Hermenêutica de Profundidade.....27
2.2 Identificação do objeto.....32
2.1.1 Breve perfil de José Gomes Pinheiro Machado.....32
2.1.2 Breve perfil de Getúlio Dornelles Vargas.....34
2.1.3 Breve perfil de Artur da Costa e Silva.....35
2.1.4 Breve história de A Federação.....36
2.1.5 Breve história do Correio da Manhã.....40
2.1.6 Breve história do Correio do Povo.....43
2.1.7 Breve história da Tribuna da Imprensa.....46

3. O JORNALISMO ATRAVÉS DO TEMPO.....51

3.1 Brevíssima história da imprensa.....52
3.1.1 A imprensa no Brasil.....59
3.1.2 O texto jornalístico através do tempo.....73
3.1.3 Jornalismo e História.....92
3.1.4 Jornalismo e Economia.....94
3.1.5 Jornalismo e Cultura.....96

4. POLÍTICA, COMUNICAÇÃO, PODER E IMPRENSA..... 100

4.1 A implantação da República no Brasil.....111
4.2 Comunicação, Política, Imprensa e Poder.....118
4.3 Jornalismo e liberdade de expressão.....127

5. A IMPRENSA E A PRIMEIRA REPÚBLICA.....142

5.1 Análise sócio-histórica do período..... 144
5.1.1 A imprensa e Pinheiro Machado..... ..144
5.1.2 Um crime agita a República..... 153
5.1.3 O ano de 1915: uma rápida contextualização..... 156
5.2 Análise Formal ou Discursiva..... ..164
5.2.1 A Federação..... ..168
5. 2.3 Correio da Manhã..... ..178
5.2. 4 Usos da Ideologia.....186
5.3 Interpretação/Reinterpretação.....193

6. A IMPRENSA E O ESTADO GETULISTA.....199

6.1 Análise sócio-histórica do período..... 200
6.1.1 A imprensa e o primeiro governo Getúlio..... .202
6.1.2 A imprensa e o segundo governo Getúlio..... .211
6.1.3 Do "Mar de lama" à Carta Testamento..... ..217
6.1.4 O ano de 1954: uma breve contextualização..... 218

6.2 Análise Formal ou Discursiva.....228
6.2.1 Tribuna da Imprensa.....229
6.2.2 Correio do Povo.....253
6.2.3 Usos da Ideologia.....296
6.3 Interpretação/Reinterpretação.....303

7. A IMPRENSA E O REGIME MILITAR.....309

7.1 Análise sócio-histórica do período.....309
7.1.1. A imprensa e Costa e Silva.....313
7.1.2 A doença, o sequestro, o fechamento.....318
7.1.3 O ano de 1969: uma breve contextualização.....320
7.2 Análise Formal ou Discursiva.....332
7.2.1 Correio da Manhã.....333
7.2.2 Correio do Povo.....354
7.2.3 Usos da Ideologia.....371
7.3 Interpretação/Reinterpretação.....377

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....381

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....401

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR.....408

ANEXO A Texto selecionados 413

ANEXO B Análise Sócio-Histórica consolidada 1901/1985..... 438

LISTA DE QUADROS

1. As personagens e a Imprensa.....15

2. Ficha técnica da pesquisa.....17

3. Origem da Imprensa e do Jornalismo no Brasil e no RS.....72

4. Referências teóricas sobre o Jornalismo.....84

5. História da economia brasileira ao longo da República.....95

6. Referencial teórico sobre os efeitos do Jornalismo.....127

7. Análise Sócio-Histórica 1901/1915.....159

8. Cobertura A Federação, 10 a 20 de setembro de 1915... 175

9. Cobertura Correio da Manhã, 09 a 20 de setembro de 1915.....185

10. Modos e estratégias de operação da Ideologia.....187

11. Análise Sócio-Histórica 1930/1954.....222

12. Cobertura Tribuna da Imprensa, agosto de 1954.....242

13. Cobertura do Correio do Povo de agosto de 1954.....273

14. Atos institucionais baixados em 1969..... 319

15. Análise Sócio-Histórica 1964/1985..... 325

16. Cobertura Correio da Manhã, de a de setembro de 1969..... .347

17. Cobertura Correio do Povo, de a de setembro de 1969..... 365

18. Análise Sócio-Histórica consolidada.....438

RESUMO

A interpretação das relações da Imprensa com o Poder é o objeto desta pesquisa, em sentido amplo abrangendo todo o período republicano brasileiro (1889/2012), e em sentido restrito concentrando-se nas suas três fases iniciais: Primeira República – também chamada República Velha – (1889/1930), Estado Getulista (1930/1954) e Regime Militar (1964/1985). Por "Imprensa" se toma, no presente trabalho, o conjunto de publicações que, em seu tempo, se insere no que o senso comum designa como "imprensa de referência"; e por "Poder", três personagens representativas da sociedade no campo político nas épocas já referidas: José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva. A investigação desenvolve-se a partir de uma análise geral da forma com que os jornais e as publicações representativos de cada tempo se relacionaram, análise essa que gradualmente se particulariza à luz dos estudos sobre o Jornalismo e dos recursos teóricos tomados de outros campos científicos. A combinação entre as pesquisas histórica, documental e bibliográfica com a Hermenêutica de Profundidade constitui o método aqui utilizado.

Esse percurso permite avançar para a própria trajetória da imprensa escrita brasileira ao longo da República, o que, naturalmente, incide sobre as relações com as representações do poder político. Dessa imersão científica que se expande dos campos da Comunicação e da Política para os da Economia, da História e da Sociologia, chega-se a considerações como: organizações jornalísticas, jornais e jornalistas não foram meros espectadores dos acontecimentos sobre os quais selecionam os que serão transformados em notícia. Atuam, assim, como um elemento próprio das relações de poder, podendo potencializá-las tanto nas direções do bem comum quanto na dos interesses particulares.

Palavras-chave: Comunicação e Política; Imprensa e Poder; Hermenêutica; História da Imprensa no Brasil.

ABSTRACT

The object of this research is to interpret the relationship between the Press and the Power. It covers, in a wider sense, the entire Brazilian republican period (1889/2012), and in a more restricted sense, it focuses on the three initial phases: the First Republic – also known as the Old Republic – (1889/1930), the Getulista State (1930/1954) and the Military Regime (1964/1985). The term "Press", in the present report, is the set of publications that, in their own time, constituted what the common sense designates as "reference press"; whereas the word "Power", describes three characters that are representatives of society in the political field during the aforementioned times: José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas and Artur da Costa e Silva. The investigation is developed from a general analysis of the way that the publications and the politicians representative of each time related to each other. This analysis gradually particularizes itself in the light of studies on Journalism and of theoretical resources taken from other scientific fields. The method of research utilized is a combination of historic, documental and bibliographic researches with Depth Hermeneutics.

This path of study takes us to the very trajectory of Brazilian Press along the Republic period, which, naturally, rests on the relationships with the representations of the political power. From this scientific immersion that expands itself from the fields of Communication and Politics into the fields of Economy, History and Sociology, considerations are made such as: journalistic organizations, newspapers and newsmen were not mere spectators of the events they chose to turn into news. They act as an element of the relations of power as they have the potential to shift these relations towards the common good or towards private interests.

Key words: Communication and Politics; the Press and the Power; Hermeneutics; History of the Press in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo introdutório desta tese expõe a sua estrutura, indica os métodos e as teorias acionados e apresenta as suas justificativas.

Esta pesquisa tem por tema *Imprensa e poder no Brasil Republicano* e analisa as relações da imprensa com representações do poder político durante o período republicano brasileiro. Para tanto, examina o relacionamento entre jornais significativos[2] com personalidades da vida pública nacional. Sua execução se dá sobre três fases históricas sucessivas:

1. A Primeira República ou República Velha ou, ainda, Velha República, que se desenrola a partir da proclamação, em 1889, e se estende até a Revolução de 1930.
2. O Estado Getulista, assim chamado por vincular-se à presença de Getúlio Dornelles Vargas no exercício do poder, e que se prolonga da Revolução de 1930 até o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954[3].
3. O Regime Militar, marcado pelo golpe de abril de 1964, de duração expandida pelos 21 anos seguintes, com o poder exercido exclusivamente por militares, até a posse do dissidente José Sarney, em sucessão ao último dos generais-presidentes, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Para cada uma das fases acima apresentadas, é feita uma análise das relações da imprensa com a respectiva representação do poder político. Num primeiro momento, essas relações são examinadas no âmbito geral, isto é, entre os jornais referenciais e o político representativo de cada época. A seguir, é particularizado o exame entre publicações específicas e essa mesma representação pública.

---

[2] Expressão adaptada de "imprensa de referência", por sua vez oriunda de "grande imprensa", significando os principais jornais de uma cidade, estado ou país.

[3] Inclui-se nesta divisão o período em que o exercício de poder por Getúlio Vargas foi interrompido, entre 1945, por sua deposição, e 1951, por sua posse, então como presidente eleito.

Assim, para a fase da Primeira República, analisam-se inicialmente as relações gerais da imprensa de então com o senador José Gomes Pinheiro Machado. Em sequência, se particulariza a relação de Pinheiro Machado com os jornais A Federação, de Porto Alegre; e Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, refletida sobre um episódio marcante da vida brasileira: o assassinato do senador, a 8 de setembro de 1915, no Rio de Janeiro.

A análise do Estado Getulista é feita sobre as relações gerais da imprensa da época com o presidente Getúlio Vargas. Já a particularização das relações de Vargas com a imprensa se dá através dos jornais Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro e Correio do Povo, de Porto Alegre.

Finalmente, o Regime Militar tem o marechal Artur da Costa Silva como personagem para exame das suas relações gerais com a imprensa. A relação particularizada ocorre com os jornais Correio da Manhã e Correio do Povo.

O quadro da próxima página permite visualizar melhor as relações entre a imprensa e os representantes de poder que estão aqui sendo analisadas.

Quadro 1

AS PERSONAGENS E A IMPRENSA			
Fases	**Personagens**	**Jornais[4] - análise geral**	**Jornais[5] – análise específica**
1889 / 1930 (“A Imprensa e a Primeira República”)	Pinheiro Machado	Jornal do Commercio, O Paiz, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Estado de S. Paulo, A Reforma, A Federação, Correio do Povo	Correio da Manhã A Federação
1930 / 1954 (“A Imprensa e o Estado Getulista”)	Getúlio Vargas	Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Última Hora, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, A Federação, Correio do Povo, Diário de Notícias, O Estado do Rio Grande	Correio do Povo Tribuna da Imprensa
1964 / 1985 (“A Imprensa e o Regime Militar”)	Marechal Arthur da Costa e Silva	Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Última Hora, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Correio do Povo	Correio da Manhã Correio do Povo

Elaboração do autor

Do acima exposto, evidencia-se como objetivo geral deste trabalho, portanto: analisar as relações da imprensa de referência com representações do poder político no Brasil, ao longo do período republicano.

[4] Personagens em suas relações com os principais jornais de sua época.

[5] Personagens em relações específicas com um jornal do centro do país e outro do Rio Grande do Sul.

Derivam dessa pretensão inicial os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o tratamento dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa a episódios marcantes da vida nacional e aos protagonistas Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Artur da Costa e Silva.
- Analisar a evolução dos processos de produção e transmissão de notícias durante o período republicano.
- Verificar como os jornais apresentam, nesse espaço de tempo, o papel desempenhado pelas lideranças políticas na vida pública brasileira.
- Interpretar a participação dos jornais na construção das imagens de representações públicas nacionais.
- Examinar como a presença ou a ausência de liberdade de expressão e de imprensa incidiu sobre os jornais nesse período.

A "ficha técnica" apresentada na página seguinte delineia os propósitos da presente pesquisa.

Quadro 2

FICHA TÉCNICA DA PESQUISA
Tema
IMPRENSA E PODER NO BRASIL REPUBLICANO – Estudo das relações entre jornais e agentes públicos, da Proclamação ao Regime Militar.
Objetivo geral
Analisar as relações dos jornais brasileiros com representantes da vida pública ao longo do período republicano.
Objetivos específicos
Identificar o tratamento dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa a episódios marcantes da vida nacional e aos protagonistas Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Artur da Costa e Silva.
Analisar a evolução dos processos de produção e transmissão de notícias no período.
Verificar como os jornais apresentam nesse espaço de tempo o papel desempenhado pelos políticos na vida pública brasileira.
Interpretar a participação dos jornais na construção das imagens públicas de protagonistas da vida nacional.
Examinar como a presença ou a ausência de liberdade de expressão e de imprensa incidiu sobre os jornais nesse período.
Questões de pesquisa
Quais os jornais representativos das diferentes fases do período republicano brasileiro e que relações tiveram com as personagens correspondentes?
Como os agentes públicos, os jornalistas e os jornais percebiam, no seu tempo, esse processo comunicacional e que sentido puderam extrair dele?
Como a Política e o Jornalismo se organizaram em torno dessa relação?
Que interpretação é hoje possível do período e de suas personagens, tendo os jornais como referência?
Qual a participação dos jornais examinados na construção de imagens públicas ao longo do período republicano?
Sustentação teórica
Estudos de Jornalismo sobre Comunicação e Política, Imprensa e Poder, Rotinas Produtivas, Efeitos do Jornalismo.
Aportes metodológicos
Pesquisas bibliográfica, documental, histórica e qualitativa; Hermenêutica de Profundidade.

Elaboração do autor

A execução do presente trabalho fundamenta-se nas teorias que buscam explicar o Jornalismo, em especial nas que se referem à agenda pela qual se movimenta o noticiário rotineiro, e que têm origem nas décadas iniciais do século XX, com o estudo pioneiro de Lippmann (1922; 2008). Também recorre a campos que, embora distintos, estão relacionados ao tema aqui tratado, como a Economia, a História e a Política.

A Hermenêutica de Profundidade, de Thompson, é o principal recurso metodológico acionado nesta pesquisa, através da chamada Tríplice Análise: Sócio-Histórica (ASH), Formal ou Discursiva (AFD) e Interpretação e Reinterpretação (AIR). A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são outras instâncias adotadas no presente trabalho.

As escolhas acima – do tema aos jornais, passando pelas personagens; e das teorias aos métodos – são justificadas a seguir.

O tema aqui examinado é extensão de um trabalho anterior, em nível de Mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e concluído em 2007. Do entusiasmo do autor com a pesquisa de então, chegou-se ao seu prolongamento para todo o período republicano brasileiro, na expectativa de que o aprofundamento do exame das relações da imprensa com as fontes do ambiente político permita uma análise mais abrangente e detalhada. Daí decorrem os objetivos específicos acima mencionados, espalhados por um espaço de tempo em que a imprensa registrou mudanças - assim como a vida brasileira em geral, nela incluída a sua administração pública.

Delineada a extensão no tempo do presente estudo, passou-se a estabelecer as demais escolhas. Quais jornais integram o que aqui tratamos por "imprensa significativa" em cada época avaliada? Quais políticos são plenamente representativos de seu tempo, ou, não o sendo, respondem à premissa básica de terem exercido um espaço de poder sob o qual o Brasil passou por transformações significativas? A primeira resposta parece de mais fácil esclarecimento: "imprensa de referência", tal como reconhecida no ambiente profissional do Jornalismo e no acadêmico, é a constituída pelos veículos mais importantes ao seu tempo. Aqui, a escolha recaiu sobre os jornais, porque são eles o meio de comunicação recorrente entre 1889 e a atualidade – enquanto rádio e televisão só estão presentes em parte desse período e a rede mundial

de computadores viria a popularizar-se, constituindo simultaneamente um instrumento e a junção dos meios de comunicação já existentes, apenas a partir de 1995.

Do geral (os jornais significativos), foi possível partir para o particular. Que meios tiveram, no seu tempo, importância suficiente para ser priorizados pela sociedade e pelas fontes como mais importantes? E, desses, quais os que se relacionaram com as personagens aqui avaliadas, de forma a justificar uma análise particularizada? A busca por essas respostas tornou possível identificar o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro; e o Correio do Povo, de Porto Alegre, como os mais significativos ao longo da República, inclusive porque longevos, além de representarem a capital federal em dois-terços do tempo-alvo desta investigação, e a capital do Rio Grande do Sul. A inclusão de um meio comunicativo da então capital federal e de outro da capital gaúcha deveu-se tanto à intenção de analisar em paralelo o desenvolvimento das relações entre imprensa e poder tanto no "centro" quanto na "periferia" quanto à origem geográfica dos políticos relacionados.

Para as representações públicas Pinheiro Machado e Getúlio Vargas considerou-se válido avaliar também jornais com os quais tiveram relações de proximidade (A Federação, de Porto Alegre, no primeiro caso); ou enfrentamento (Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, no segundo). A Federação era o jornal do Partido Republicano Riograndense (PRR), de Pinheiro Machado, a quem, portanto, dava sustentação; a Tribuna da Imprensa foi criada pelo dublê de jornalista e político da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Lacerda, para combater os governos herdeiros do getulismo, e especial e primeiramente, a segunda administração do próprio Vargas.

E as personagens cujas relações com a imprensa são aqui analisadas? As representações públicas pelas quais se optou nesta pesquisa estão entre as mais significativas de suas respectivas épocas. Pinheiro Machado, embora jamais tivesse alcançado o sonho – a ele atribuído por diversos autores - de eleger-se presidente da República, foi uma expressão política que surgiu, avançou e alcançou protagonismo, primeiro na oposição ao Império e logo a seguir na consolidação do regime que o substituiu. Para muitos historiadores, foi presidente-de-fato, tutelando os titulares a partir de sua liderança no Congresso Nacional. No governo Hermes da Fonseca (1910/1914) teve tanta influência quanto sofreu oposição. Acabou sendo vítima desse poder, assassinado pelo conterrâneo Francisco Manço de Paiva Coimbra, que justificou

o crime dizendo ter firmado convicção, na leitura dos jornais, de que era sua responsabilidade livrar o Brasil de um tirano.

Getúlio Vargas integra a segunda geração de republicanos brasileiros, sendo, portanto, um herdeiro político de Pinheiro Machado, com quem chegou a conviver no PRR até 1915 e de cujo funeral porto-alegrense foi um dos principais oradores. Seu domínio sobre a vida política brasileira prolonga-se para além dos 15 anos consecutivos em que deteve o poder – como revolucionário e ditador, entre 1930 e 1945 – e dos quatro em que governou legitimado pelo voto popular - de 1951 a 1954.

Já a escolha do marechal Artur da Costa e Silva como personagem referencial desta investigação acadêmica, baseia-se muito mais nos efeitos de seu governo sobre a vida nacional em geral e a imprensa, em particular, do que na sua própria administração. Sob seu governo, o segundo do ciclo militar iniciado em 1964, o Brasil foi submetido a medidas restritivas às liberdades em geral – e às de expressão e de imprensa especialmente – a partir do Ato Institucional número 5 (AI-5), que em 13 de dezembro de 1968 inaugurou os chamados "anos de chumbo" no País. O cerco às críticas dos jornais a partir de então incluiu a presença de censores nas redações, com a imposição de censura prévia e de autocensura; e ainda pressões sobre os anunciantes, para que se afastassem dos veículos de comunicação a quem o regime taxava de "inimigos". Essas restrições podem ser exemplificadas com o que aconteceu ao já referido Correio da Manhã, encurralado política e economicamente a partir de 1968, com controle administrativo transferido a terceiros em 1969 e inviabilizado definitivamente na década seguinte.

As personagens sob estudo têm, em comum, a condição de nascidas no Rio Grande do Sul, região pela qual obtiveram representação política em dado momento da História do Brasil. Entende-se que essa escolha - realizada por um pesquisador gaúcho, para uma instituição de ensino gaúcha, com gaúchos cuja expressão nacional foi alcançada através da Política - justifica-se na importância histórica da participação do Estado sulino na composição nacional, como reconhecido pelos estudiosos:

> O Rio Grande do Sul tem tido, de forma consistente, um poderoso impacto na história política brasileira, o qual é desproporcional ao tamanho geográfico do estado (3% do território brasileiro) ou à sua população (aproximadamente 8% da população nacional). Em certo sentido, a forte influência do Rio Grande do Sul na política brasileira reflete a profunda herança de violência e de conflitos militares do

> estado. A situação geográfica é favorável à evolução especialmente militarista do Rio Grande do Sul. O estado se localiza no extremo sul do Brasil. Montanhas estendem-se pelo norte, formando barreiras naturais que isolam o estado do resto do país, tornando-o uma ilha (CORTÉS, 2007, p.19-20)[6].

A influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul não é estudo sob exclusividade de estrangeiros como o acima referido, obviamente. Cientistas - e mesmo não-cientistas - brasileiros têm tratado do tema, quase sempre incorporado numa análise geral da conjuntura nacional. "A história de um país não pode manter-se circunscrita ao privilégio de quem convive com o historiador", depõe Simon, como prefaciador de Bacchieri Duarte (1997), em "100 anos da política brasileira". Na obra, os nomes constantes do presente estudo científico desfilam em meio a uma infinidade de outras "influências" cujos marcos inicial e final são Júlio de Castilhos para o advento da República e o próprio (Pedro) Simon para a atual consolidação democrática.

Bacchieri Duarte foi, ele mesmo, uma testemunha de parte dos 100 anos que aborda em seu livro. Híbrido entre jornalista e político, transitou pelos dois meios e em certos casos, simultaneamente, convivendo com os agentes públicos sul-rio-grandenses e de além do Rio Grande a partir da década de 40 do século passado. As 600 páginas, os 20 capítulos, os seis apêndices e as 97 figuras de seu livro corroboram a presença e a importância dos gaúchos na política nacional. Mas o elegante colega falecido em 2006, curiosamente, não faz em parte alguma da sua obra qualquer afirmação dessa grandeza. Esse crédito é dado mais uma vez por Simon: "O reconhecimento da importância de personalidades do Estado do Rio Grande do Sul na construção da história do País" (1997, p. 21).

Para o atual senador, mais uma vez aqui trazido como depoente, "a leitura do texto" (de Bacchieri Duarte) "desmorona qualquer indicação apriorística, da possibilidade de se tratar de uma visão tendenciosa e 'bairrista' dos fatos" (SIMON, 1997, p. 21). Ainda segundo ele:

> O que se verá é que a História do Brasil se construiu, principalmente em seus momentos mais relevantes, com a ação destemida do povo do Rio Grande do Sul e, em particular, de suas lideranças mais significativas. Mas se verá, também, que a luta dos gaúchos sempre se motivou na busca dos direitos mais fundamentais de todos os brasileiros (SIMON, 1997, p.21).

[6] Editado originalmente em 1974 pela editora da Universidade do Novo México (Estados Unidos).

Considera-se que a presente pesquisa sustenta - no seu desenvolvimento e fora do presente espaço de apresentação - tanto a participação dos gaúchos na história política brasileira quanto os nomes selecionados para este trabalho, quando avança sobre as biografias de cada personagem, ao analisar suas relações com a imprensa.

Seguindo da justificativa dos jornais e das personalidades para a das teorias aqui acionadas, é interessante ponderar: partindo de investigações anteriores feitas por Stuart Hall, os pesquisadores Molotch e Lester (1993) apontam a produção jornalística como baseada nas relações entre três agentes: os que geram os acontecimentos a serem trabalhados como notícias, isto é, as fontes; os que produzem as notícias a partir dos acontecimentos gerados pelas fontes, isto é, os jornalistas; e os que consomem as informações geradas pelos primeiros e transformadas em produto jornalístico pelos segundos, isto é, os leitores. O presente trabalho volta-se, portanto, para os dois primeiros agentes desse processo, em que Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Costa e Silva são promotores de fatos; e os jornais, o espaço em que os profissionais os veiculam como fontes de notícias.

Os estudos de Molotch e de Lester seguem trabalhos anteriores sobre o *fazer-jornalístico*, cuja origem, vale repetir, pode ser computada à pesquisa de Lippmann, em 1922, sobre as escolhas eleitorais dos norte-americanos – condicionadas ao que os jornais publicavam sobre os candidatos. Também antecedem trabalhos a respeito do poder e dos efeitos da mídia, tanto sobre as fontes quanto sobre os receptores – neste caso, os leitores.

Como a pesquisa aqui apresentada trata das relações entre os jornais e três representações públicas em diferentes estágios da vida pública e do jornalismo nacionais, considera-se adequado recorrer aos estudos sobre os processos de produção dos conteúdos veiculados pela imprensa, entre os quais os que tratam do agendamento (*agenda-setting*), do fazer-jornalístico (*newsmaking*) e dos espaços de poder das diversas instâncias de uma redação para escolher o que será publicado (*gatekeeper*).

Este trabalho abrange - como já delineado - um amplo período do tempo histórico brasileiro – o que significa injunções econômicas e políticas a serem levadas em conta, para buscar compreender a evolução da vida nacional, desde as décadas finais do Século XIX. Busca-se esse entendimento em obras da História do Brasil, da

Economia e da Política – e esta última, através de diversas de suas teorias, também como sustentação para o entendimento e a análise das relações de poder.

A extensão do período aqui analisado justifica, da mesma forma, os recursos metodológicos percorridos. A hermenêutica é o aprofundamento da interpretação, através da análise, neste caso das três apontadas por Thompson: a sócio-histórica (ASH), a formal ou discursiva (AFD) e a de interpretação e reinterpretação (AIR). Para a ASH e a AFD optou-se por compatibilizar descrições extensivas com quadros explicativos, sendo a segunda, ainda, acompanhada de uma aplicação do que propõe o mesmo Thompson sobre os usos da ideologia. Ambas darão os elementos essenciais à execução da fase final da Tríplice Análise da HP: a AIR, a envolver, tanto a interpretação dos conteúdos examinados, quanto a sua reinterpretação, já que se tem por objeto de estudo formas simbólicas que, nos seus diferentes tempos, haviam feito uma interpretação e as deixado para a posteridade na forma impressa.

Na sequência desta Introdução, parte-se para as explicações de suas divisões por capítulos.

O próximo e segundo capítulo trata das metodologias de que se vale esta investigação, a partir de uma explicação generalista sobre a "Pesquisa Bibliográfica" e a "Pesquisa Documental", avançando a seguir para a Hermenêutica de Profundidade, anunciando-a, assim como os seus três tipos de análise. Também faz a identificação do objeto de pesquisa, tratando-o no plural, como exige a sua complexidade, composta por quatro jornais e três personagens, sobre os quais são produzidas aqui brevíssimas histórias.

O terceiro capítulo inicia a fundamentação teórica, abordando o desenvolvimento do Jornalismo através do tempo. Tem, portanto, uma circulação panorâmica sobre a história da imprensa, subdividindo-se pela imprensa brasileira, pelo texto jornalístico através do tempo e pelas intersecções do jornalismo com os campos da História, da Economia e da Cultura – que batizam os subcapítulos.

Também com vocação teórica, o quarto capítulo transita pelas relações entre a Política e a Comunicação, na sua abrangência mais ampla; ou o Poder e o Jornalismo, na especificidade da análise das relações da imprensa com os agentes públicos. Examina-se, neste estágio, a República, assim como sua implantação e desenvolvimento

no Brasil, incluindo-se um subcapítulo sobre a liberdade (e a falta dela), diante do entendimento de que essa aspiração natural e essencial do exercício jornalístico foi contida diversas vezes na vida contemporânea brasileira.

No quinto, sexto e sétimo capítulos se faz a ligação dos métodos e das teorias, anunciados nos capítulos anteriores, com o objeto em exame. No quinto, esse exercício é voltado para o período histórico da Primeira República, para a personagem José Gomes Pinheiro Machado e para os jornais com quem conviveu, em particular com A Federação e o Correio da Manhã. No sexto, no qual se examina o período histórico do Estado Getulista, as atenções dirigem-se a Getúlio Dornelles Vargas, à imprensa de sua época e, na particularização, aos jornais Correio do Povo e Tribuna da Imprensa. No sétimo, o Regime Militar é a época, Costa e Silva a personagem e o Correio da Manhã e o Correio do Povo os jornais específicos.

Esses três capítulos têm formatos semelhantes, variando as épocas, personagens e meios de comunicação com os quais estas últimas se relacionaram: são divididos nas Análises Sócio-Histórica, Formal ou Discursiva e na Interpretação/Reinterpretação, com a aplicação do método da Hermenêutica de Profundidade ao objeto em estudo. As ASH's subdividem-se na contextualização do período, na identificação do episódio estudado na relação personagem/imprensa e apresentação contextual do ano específico em que esse acontecimento se deu. As AFD's tomam por base um período da relação personagem/imprensa, aplicando-se, portanto, sobre formas narrativas, que, a seguir, passam pelo exame dos usos de modos e estratégias da ideologia para sustentar relações de dominação. As AIR's dão-se na sequência das instâncias anteriores acima referidas.

Introduzido o assunto, anunciados os métodos e teorias em aplicação, examinado à luz destes o objeto em estudo, o passo seguinte é o fechamento da pesquisa. O oitavo capítulo, portanto, contém as considerações finais do investigador, naturalmente conseqüentes das extensivas fases anteriores do trabalho. Busca-se nessa fase sistematizar as instâncias percorridas, as respostas obtidas às perguntas que se impõem numa investigação desta natureza e verificar o atendimento aos objetivos expostos inicialmente. Também se aspira a contribuir, ainda que minimamente, para a iluminação do conhecimento, vocação imprescindível dos espaços científicos.

Alguns últimos registros nesta apresentação: os conteúdos reproduzidos dos jornais e fontes bibliográficas e documentais preservam a linguagem de sua época; os

títulos e outros elementos textuais, quando citados, são identificados na forma com que foram apresentados originalmente, com a separação de linhas indicada pelo símbolo barra (/). A reprodução dos títulos ocorre com o uso de aspas pelo autor deste trabalho. Nos casos em que originalmente havia esse recurso nos conteúdos citados, passa-se a usar as representações entre aspas duplas (**“** e **”**), para os extremos da referência e aspas simples, (**‘** e **’**) para o que foi produzido como aspas. Quando escritos pelo autor, os nomes dos meios de comunicação aparecem sublinhados como recurso para destacá-los. Quando dentro de reproduções textuais, acompanham a forma original com que foram grafados.

2. RECURSOS METODOLÓGICOS ACIONADOS

Kourganoff (1990) define pesquisa como o conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que objetivem descobrir novos conhecimentos, inventar novas técnicas, explorar ou criar novas realidades. O mesmo autor aponta entre os usos possíveis de uma pesquisa a geração ou aquisição de conhecimentos sobre si mesmo ou sobre o mundo em que se vive; a obtenção ou sistematização da realidade empírica; a procura por respostas a questionamentos; a solução de problemas e o atendimento às necessidades de mercado.

Um trabalho científico, como o que aqui se pretende, é vocacionado a produzir conhecimento, encontrando soluções para problemas de ordem prática da vida cotidiana e/ou buscando explicar situações - e, nessa condição, podendo/devendo sujeitar-se a testes e críticas. É para tentar resolver desafios como esses que toda investigação recorre a uma ou mais técnica.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006), métodos científicos são o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com mais segurança e economia, permite alcançar o objetivo por conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Feitas essas breves ponderações, dá-se sequência a este trabalho, que, como já anunciado, vale-se de uma combinação de métodos, os quais são descritos a partir de agora.

Por seu óbvio vínculo com as diversas fases desses anos já decorridos desde o 15 de novembro de 1889, e por ter, portanto, um importante elo com o passado, este trabalho constitui uma *pesquisa histórica*, com abrangência multidisciplinar, eis que ultrapassa os espaços da Comunicação e transita pela Economia, pela História, pela Política e pela Sociologia.

Como seus objetos de exame incluem exemplares de jornais existentes desde há mais de um século, parte dos quais já fora de circulação, trata-se, também, de uma *pesquisa documental*. Documento, na abordagem que lhe dá a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (NBR 6023,

2000). “Inclui **impressos**, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação” (idem, grifo nosso).

O que aqui está sendo relatado também se insere como uma *pesquisa bibliográfica*. Esta, como a denominação sugere, é baseada na bibliografia e tem a finalidade de “colocar o investigador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito de seu tema” (PÁDUA, 2004). Este é um método imprescindível a qualquer pesquisa científica (BONOMO, S/D), pelo apoio indispensável que os estágios anteriores de investigações no mesmo campo ou em campos afins representam.

Por ser realizado em uma unidade de ensino e por um pesquisador vinculados ao Jornalismo - dentro, portanto, das Ciências da Comunicação - inscreve-se como uma *investigação qualitativa*, recurso natural às Ciências Humanas e às Sociais Aplicadas.

A essas formidáveis variações de recursos científicos, este trabalho também junta – vale reiterar - a Hermenêutica de Profundidade (HP), em especial por meio de suas técnicas da Tríplice Análise: Sócio-Histórica (ASH), Formal ou Discursiva (AFD) e de Interpretação e Reinterpretação (AIR). A HP e os seus três tipos de análise são explicitados a seguir.

2.1 Hermenêutica de Profundidade

Hermenêutica vem do grego *hermene*, que por sua vez é uma variação de *Hermes*, o mensageiro dos deuses, o criador da linguagem e da escrita – de acordo com a mitologia. O termo foi absorvido pelo cristianismo, para representar a “correta interpretação dos textos bíblicos e das mensagens divinas”, sendo incorporado pelas línguas derivadas do latim com o sentido de *interpretação* e de seus derivados *anúncio*, *declaração* e *esclarecimento*, podendo mesmo chegar à *tradução*, esta assimilada como a transferência linguística de algum significado.

A ideia transmitida por essa palavra é, portanto, a de permitir a compreensão. Assim foi, também, incorporada pela Filosofia como a práxis ou a técnica da boa interpretação de um texto falado ou escrito. Pode-se dizer que a **Hermenêutica** contempla uma compreensão *divinatória* espontânea, oriunda de uma empatia e outra compreensão *comparativa* (CANALI, 2005). Segundo ele, a primeira só é possível

quando envolve interlocutores aparentados; já a segunda se apoia na multiplicidade de conhecimentos objetivos, gramaticais e históricos para deduzir o sentido a partir da comparação ou do contexto dos enunciados.

Schleiermacher, Gadamer e Paul Ricouer, entre outros, trataram do tema na Filosofia e constituem a base com que Thompson busca compreender, tanto o sentido explícito como, especialmente, as entrelinhas das narrativas – as formas simbólicas, entre as quais os meios de comunicação - através da sua Hermenêutica de Profundidade.

A Hermenêutica de Profundidade, portanto, é o referencial metodológico para o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas. (A melhor conceituação de formas simbólicas será feita, ainda neste relatório, no trecho que tratará da Cultura).

Thompson (2002) propõe, através da sua Hermenêutica de Profundidade, três fases de análise das formas simbólicas: a Análise Sócio-Histórica (ASH), a Análise Formal ou Discursiva (AFD) e a Interpretação/Reinterpretação (AIR), a seguir descritas.

A **Análise Sócio-Histórica** – reconstroi as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; examina regras, convenções, relações sociais, instituições, distribuição de poder, recursos e oportunidades. A ASH se realiza através do exame das situações espaço-temporais, dos campos de interação, das instituições sociais, da estrutura social e dos meios técnicos de construção e transmissão de mensagens, conforme indicados adiante:

- Situações espaço-temporais – locais em que as formas simbólicas são produzidas, circulam e são recebidas; tempo e modo como isso acontece.
- Campos de interação – espaços, posições, trajetórias determinantes das relações pessoais.
- Instituições sociais – conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos juntamente com as relações sociais estabelecidas por eles.
- Estrutura social – assimetrias, diferenças e divisões entre as instituições sociais e suas relações.
- Meios técnicos de construção e transmissão de mensagens – proporcionadores de intercâmbio de formas simbólicas entre as pessoas: voz no contato face a

face, meios impressos, telégrafo, ondas de rádio, televisão, rede de computadores, etc.

A **Análise Formal ou Discursiva** é voltada primariamente para a organização interna das formas simbólicas: suas características estruturais, seus padrões e relações e pode ser feita recorrendo a uma das seguintes formas:

- Análise semiótica – estudo das relações entre os elementos que compõem a forma simbólica e das relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo do qual a forma simbólica pode ser parte.
- Análise da conversação – estuda instâncias da interação lingüística nas situações concretas em que elas ocorrem.
- Análise sintática – examina como as formas gramaticais operam no discurso (...) incluindo por exemplo os marcadores de modalidades como graus de certeza (talvez, pode ser, possivelmente), o sistema de pronomes como identificadores de diferenças entre poder e familiaridade (tu, você, V. Exa.), e marcadores de gênero (pronomes masculinos em sentido genérico).
- Análise da estrutura narrativa – examina padrões, personagens e papéis que são comuns a um conjunto de narrativas e que constituem uma estrutura subjacente comum.
- Análise argumentativa – reconstroi e torna explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso.

A terceira fase da tríplice análise de Thompson é a que combina **Interpretação/Reinterpretação**. Segundo o autor, a interpretação e a reinterpretação são construídas sobre as fases anteriores e por elas facilitadas.

- Interpretação – representa um novo momento de pensamento, que busca uma construção criativa do significado, uma explicação interpretativa do que está representado ou é dito.
- Reinterpretação – é um processo simultâneo ao da interpretação (que por sua vez já é uma reinterpretação do que foi interpretado pelos sujeitos que constituíram o campo sócio-histórico).

Com base em Thompson (2002) e aplicando seus ensinamentos ao objeto desta pesquisa, trabalha-se assim, no caso da primeira fase da tríplice análise, a ASH: como sua denominação sugere, ela permite reconstruir as condições sociais e históricas, levando em consideração as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, a estrutura social e os meios técnicos em que são transmitidas. Em outras palavras: proporciona a contextualização social e histórica.

Na assimilação do que propõe Thompson, entende-se que *situações espaço-temporais* são o "onde" e o "quando" ou o "local" e o "tempo" em que se estabelecem as relações de produtores e receptores das formas simbólicas. Nas três relações aqui examinadas, essa redução metodológica é respondida com certa amplitude, já que o "onde/local" pode ser compreendido, num sentido mais genérico, como o próprio Brasil; afunilando-se sucessivamente para opções como o Rio de Janeiro (mais tarde, Brasília) e Porto Alegre, o Catete (a seguir, o Palácio do Planalto), o Senado e o Palácio de Governo (atual Palácio Piratini) na capital gaúcha, as redações dos diversos jornais, as tribunas convencionais e informais, até as páginas dos jornais. Já o "quando/tempo" pode ser entendido como toda a existência da República brasileira (de 1889 aos dias atuais).

Campos de interação, por sua vez, são os espaços, as posições, as trajetórias determinantes das relações pessoais, espectro que, nos casos aqui pesquisados, inclui os presidentes da República e do Estado (governadores a partir de meados do século XX), os líderes políticos de situação e oposição, as emergências da vida pública – nas capitais federal e do Rio Grande do Sul e no período em questão. As três personagens e a imprensa estão aqui relacionadas.

Instituições sociais, outro item da análise sócio-histórica proposta pela Hermenêutica de Profundidade, são os conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, em combinação com as relações sociais estabelecidas por eles. Podem ser exemplificadas, neste estudo, por organizações formais e seus símbolos, como a República e os Palácios do Catete, do Planalto e Piratini; o Governo do Rio Grande do Sul, o Senado, a Câmara Federal e a Assembleia Provincial/Legislativa; os partidos políticos; mas também por agrupamentos ideológicos informais, constituídos por iniciativa objetiva ou interesses momentâneos, além dos jornais como empresas.

Já a *estrutura social*, também componente da ASH, inclui as assimetrias, as diferenças e divisões entre as instituições sociais e suas relações, numa espécie de hierarquia que, no caso em questão, envolve o Executivo e o Legislativo nacionais e o poder emergente da mídia, com sua inevitável repercussão no Rio Grande do Sul por incluir seus representantes nos âmbitos federais de Poder.

Como os elementos acima descritos não raras vezes produzem uma certa intersecção, com um ou mais deles abrangendo mais de uma situação, julga-se adequado reuni-los sob uma única definição, a partir de agora aqui tratada como "conjuntura", sob cuja denominação se está avaliando as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social e acrescentando a eles dados das situações econômicas ao longo do tempo. Mantém-se da proposta original de Thompson o item seguinte da ASH: os *meios técnicos de transmissão*.

Os *meios técnicos de transmissão*, por onde se intercambiam as formas simbólicas – neste caso, os jornais - são aqui, por óbvio, examinados à exaustão, não só nos momentos propostos, mas também na sua própria constituição como veículos de comunicação de longa existência.

Para a segunda fase da HP, a AFD, a opção é pela análise da estrutura narrativa, uma vez que se examina conteúdo jornalístico, material impresso. Para tanto, serão elencados, num dado momento histórico, episódios específicos envolvendo as personagens alvo desta investigação e a cobertura que lhes deu a imprensa.

A Interpretação/Reinterpretação (AIR), terceira e última fase da Hermenêutica de Profundidade (HP), finalizará a aplicação do método ao objeto de estudo. Como proposto por Thompson, interpretação e reinterpretação ocorrem simultaneamente, como lhe é natural. Além disso, nos casos aqui em questão, se estará ao mesmo tempo interpretando conteúdos já interpretados por quem lhes deu o formato jornalístico, no seu devido tempo; e reinterpretando-os no tempo presente.

Passa-se, a seguir, mas ainda no âmbito do presente capítulo, a uma mais aprofundada identificação dos componentes do objeto desta pesquisa: os três políticos e os quatro jornais.

2.2 A identificação do objeto

Esta é uma investigação de objeto no plural, constituído pelas relações dos políticos Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Costa e Silva com a imprensa em geral, e particularmente com os jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa.

Por adequado, passa-se, agora, portanto, para suas breves descrições, começando pelos agentes públicos e seguindo-se pelos meios de comunicação, em ambos os casos conforme sua ordem de aparecimento na trajetória aqui analisada.

2.2.1 Breve perfil de José Gomes Pinheiro Machado

Filho de uma família paulista que se instalou no Rio Grande do Sul por razões profissionais, José Gomes Pinheiro Machado nasceu a 8 de setembro de 1851, em Cruz Alta. Logo depois, seu pai foi exercer atividades jurídicas em São Luiz Gonzaga, que passou a ser a terra adotiva do futuro senador. Aos 15 anos, sem a autorização paterna, alistou-se como voluntário à Guerra do Paraguai, permanecendo três anos em luta. No retorno, foi encaminhado para o curso de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em meio à militância republicana estudantil.

A política continuou ao natural em sua vida, como conselheiro em São Luiz Gonzaga, e como participante da histórica reunião na Fazenda da Reserva, de seu amigo Júlio Prates de Castilhos, em 1882, deflagradora do movimento pela instauração na República em condições que admitiam inclusive a revolução. Em 1884, com o surgimento do jornal A Federação, os republicanos ganharam uma tribuna no Rio Grande do Sul, sob a condução de Castilhos.

Assim, ao proclamar-se a República e, no ano seguinte, serem realizadas eleições, seu nome surgiu como candidato do PRR ao Senado, por solicitação do próprio amigo e líder Castilhos. Eleito, e desde então residindo no Rio de Janeiro, Pinheiro Machado passou a ser a liderança nacional do partido gaúcho, enquanto o correligionário o liderava no Estado.

Militante histórico pela República, portanto, ele acompanhou seus passos iniciais e os esforços por sua instituição, assim como as reações restauradora da Monarquia,

sempre frustradas. O senador esteve com o presidente, marechal Deodoro da Fonseca, quando da sua tentativa de permanecer no poder – segundo os seus biógrafos, Pinheiro Machado foi expor-lhe a oposição do PRR a uma solução antidemocrática; segundo seus detratores, o encontro foi para apoiar o marechal-presidente, que logo em seguida foi afastado do poder em favor do vice-presidente e também marechal, Floriano Peixoto.

Em 1893, com a deflagração da chamada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, licenciou-se do Senado para engajar-se na luta em nome da legalidade. Comandou tropas pró-governo pelos dois anos seguintes, retornando, vitorioso, ao Rio para retomar o mandato. Envolvido sempre com as questões políticas nacionais e estaduais, participou das negociações nas sucessões presidenciais, eventualmente aparecendo como nome provável para ocupar o cargo. Em 1897, em meio a esse tipo de discussões, ocorreu um atentado ao presidente Prudente de Morais e Pinheiro Machado chegou a ser detido como suspeito de ser o mandante.

Já no governo seguinte, do amigo Campos Salles (1898/1902), quando foi implantada a "política dos governadores", aumentou a sua influência, inclusive como líder de uma bancada inter-regional, e nas duas casas do Congresso, cujas posições passaram a ter de ser levadas em consideração pelos presidentes. Em torno do senador gaúcho circulavam amigos, adversários e arrivistas, cujo vai-e-vem à sua residência acabou-a consolidando como uma sede informal de governo, ou, para alguns, como um governo paralelo.

Ao poder crescente do político gaúcho passou a corresponder oposição equivalente, com alguns presidentes querendo fugir de sua influência e outros, a usufruir dela. Este último caso foi o do marechal Hermes da Fonseca, eleito após uma intensa campanha e enorme oposição de grande parte da imprensa, engajada na candidatura de Ruy Barbosa. Em seu governo (1910/1914), Fonseca reconheceu a amizade e o poder de Pinheiro Machado, cuja influência cresceu em igual proporção às críticas que lhes eram feitas. Terminada essa administração, com forte impopularidade do presidente, chegou-se a imaginar que ele e o amigo estavam acabados politicamente.

A demonstração do contrário deu-se quando, em 1915, Pinheiro Machado propôs o nome de Hermes da Fonseca para o Senado, pelo Rio Grande do Sul. Sob intensas críticas da imprensa carioca, o ex-presidente foi eleito. Não chegou, porém, a tomar posse. A indignação contra o marechal voltou-se ao natural para o seu mentor, a

ponto de um leitor acidental de jornais tê-lo atacado à faca em 8 de setembro, no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro – conforme tratado nesta pesquisa.

2.2.2 Breve perfil de Getúlio Dornelles Vargas

Getúlio Dornelles Vargas, integrante do que pode ser chamado de segunda geração de republicanos gaúchos, nasceu a 19 de abril de 1882, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Entrou para a política em 1909, como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), reverberando as ideias de Julio de Castilhos e de Pinheiro Machado, de quem colocava-se como herdeiro político. Entre 1922 a 1926 foi deputado federal e chegou ao cargo de ministro da Fazenda do governo Washington Luís, deixando-o em 1928, eleito presidente do Estado. Em 1930, liderou a Revolução de 1930, que depôs o próprio Washington Luís.

Presidente pelos 15 anos seguintes, criou a Justiça do Trabalho em 1930, enfrentou uma revolta armada a partir de São Paulo em 1932, promulgou uma nova Constituição em 1934, fechou o Congresso, prescreveu todos os partidos, outorgou uma Constituição, instalou o Estado Novo e governou com poderes ditatoriais a partir de 1937, período marcado por centralização política e atuação do Estado. Criou o Ministério da Justiça e o salário mínimo (1940), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, a carteira profissional, a semana de 48 horas de trabalho e as férias remuneradas. Também, criou a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a Vale do Rio Doce em 1942, a Hidrelétrica do Vale do São Francisco em 1945 e entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938. Em 1945 foi deposto pelos militares.

Getúlio retornou à presidência na eleição de 1950, dessa vez pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia ajudado a fundar, e consagrado pelas urnas. Nesse mandato, criou a Petrobrás. Enfrentou forte oposição, com denúncias contra ele próprio, seu filho Lutero e o chefe de sua guarda pessoal - este no atentado ao jornalista Carlos Lacerda, que acabou vitimando o major Rubens Vaz. Sem o apoio das Forças Armadas, que passou a exigir sua renúncia, o presidente suicidou-se com um tiro no peito na madrugada de 24 de agosto de 1954, na ala residencial do Palácio do Catete, no

Rio de Janeiro, sede da Presidência da República. Deixou uma carta-testamento acusando os "inimigos da Nação" como responsáveis por sua morte.

Na década de 1980, nas comemorações do centenário de Getúlio, descobriu-se que sua certidão de nascimento havia sido alterada, para registrar 1883 como o ano de seu nascimento. Não se sabe até hoje as razões para a falsificação, descoberta por pesquisadores a partir de um documento constante na Igreja de seu batizado.

2.2.3 Breve perfil de Artur da Costa e Silva

Artur da Costa e Silva exerceu o segundo governo do Regime Militar, iniciado em 15 de março de 1967 e desenvolvido sob grande crescimento econômico no que era chamado "milagre brasileiro", mas com ausência de liberdades políticas. Gaúcho de Taquari, nasceu a 3 de outubro de 1899 – um pouco mais de um mês antes das comemorações pelo décimo aniversário da proclamação da República, portanto – e foi um dos articuladores do golpe que depôs João Goulart em 1964. Até então, vinha de uma trajetória profissional que incluía formação estudantil no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior do Exército.

Antes dos 20 anos de idade, participou do Movimento Tenentista (1922), foi preso e, a seguir, anistiado. Dez anos depois, fez parte da Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pelo Estado de São Paulo contra o governo de Getúlio Vargas. Representando o Exército, Costa e Silva atuou junto à embaixada brasileira em Buenos Aires, entre os anos de 1950 e 1952, ascendendo na carreira militar ao cargo de general de divisão em 1961, quando iniciou seu comando no Quarto Exército, sediado em Recife e estendido ao ano seguinte.

Implantado o Regime Militar, condição pela qual integrou inicialmente o chamado Comando Supremo da Revolução, junto ao brigadeiro Correia de Melo e ao almirante Augusto Rademaker, foi a seguir ministro da Guerra no governo Castello Branco (1964-1966). Candidato à sucessão presidencial pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi escolhido pelo colégio eleitoral como presidente da República em 3 de outubro de 1966, sem os votos da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida na época, que se absteve.

Assumiu a presidência da República para um mandato que seria caracterizado pelo chamado "milagre brasileiro", com a economia chegando a crescer a taxas próximas a 10% ao ano, e pela efervescência política: união de forças antes oponentes entre si, lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e pelo ex-governador fluminense Carlos Lacerda, que formaram a Frente Ampla reivindicando democracia, eleições e anistia; e grandes manifestações estudantis, a exemplo do que ocorria na Europa.

O governo respondeu com o Ato Institucional número 5 (AI-5), outorgando plenos poderes ao presidente, inclusive para declarar estado de sítio, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos e direitos políticos de parlamentares, professores e servidores públicos, além de revogar as eleições previstas para os anos seguintes.

Costa e Silva não completou o mandato. Atingido por uma trombose cerebral em agosto de 1969, acabou sendo substituído, não pelo vice-presidente, Pedro Aleixo, mas sim por uma Junta Militar, até a eleição, mais uma vez, indireta, do seu sucessor, o também general Emílio Garrastazu Médici. O segundo presidente do ciclo militar brasileiro, em cujo governo foram editados diversos atos institucionais, morreu em 17 de dezembro de 1969, em decorrência dos problemas de saúde.

2.2.4 Breve história de A Federação

A Federação, "orgam do Partido Republicano" (sic) desde 1º de janeiro de 1884 - quase seis anos, portanto, da implantação da República no Brasil - tem sua história iniciada em 1883, quando congresso estadual partidário aprovou a sua fundação para o ano seguinte. Foram seus criadores os militantes Júlio Prates de Castilhos, Ramiro Barcellos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher, Venâncio Ayres e Joaquim Francisco de Assis Brasil, este último autor da sugestão do nome da futura publicação. Esse grupo, unido desde a defesa dos ideais republicanos na Faculdade de Direito de São Paulo, inspirava-se nos farroupilhas e reverberava suas ideias.

Para Dillenburg (s/d), o jornal do PRR foi o iniciador de uma importante fase no jornalismo sul-rio-grandense, apesar de seu formato pesado, que raramente recorria a ilustrações, manchetes e títulos principais; e de sua linguagem, laudatória aos

correligionários, mas agressiva com os adversários. “Foi o jornal que primeiro enfatizou a publicidade comercial, publicando anúncios ilustrados; que promoveu a primeira seleção de notícias de interesse público, abolindo o arcaico estilo literário, tão usado nos jornais da época, além de reunir uma das mais brilhantes equipes de redatores” (DILLENBURG, s/d, p. 12).

O surgimento desse jornal coincide com uma conjuntura econômica particular no Rio Grande do Sul: a abertura de ferrovias e a implantação de linhas telegráficas, a dragagem dos rios e a construção do porto de Rio Grande, a chegada dos imigrantes italianos e a produção de vinhos, calçados e demais artefatos de couro, a extração da madeira, do carvão e do couro e o preparo do charque.

O jornal representou uma tribuna para o PRR e, internamente, ganhou uma espécie de precursor dos manuais de redação que apareceriam décadas depois com a profissionalização do jornalismo. Uma espécie de programa para a execução de A Federação foi preparada por Antão de Faria, Assis Brasil e Júlio de Castilhos, o qual anunciava a compreensão do jornal como o meio da “discutir e sustentar a legitimidade e a oportunidade do sistema do governo republicano no Brasil” – conforme expresso em sua edição número um. Era, portanto, um veículo de propaganda política.

“A linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês, instruindo e persuadindo, tratando os adversários ou a quem quer que seja com delicadeza e cavalheirismo”, continuava a apresentação, na edição de 1º de janeiro de 1884, numa espécie de promessa que seria, no futuro, várias vezes quebrada. “O jornal não poupava os adversários” (DILLENBURG, s/d, p. 33), principalmente o de difusão das ideias do Partido Liberal (depois, Federalista e, mais tarde ainda, Libertador), A Reforma, surgido uma década e meia antes; e, já no século XX, O Estado do Rio Grande. Para Dillenburg, nem o Correio do Povo e sua prometida equidistância às paixões políticas era poupado pel’A Federação, meio de comunicação indissociável de seu inspirador e então diretor, Júlio de Castilhos.

> Os graves obstáculos financeiros que marcaram o início da vida do jornal não impediram de mostrar a firme decisão daquele grupo em levar o empreendimento avante, revelando o brilhante jornalista Júlio de Castilhos. Os artigos eram objetivos, isentos de tiradas literárias, contundentes e implacáveis em se tratando de adversários. Ficaram memoráveis muitas matérias jornalísticas em que o autor expunha as idéias republicanas, a campanha abolicionista e a extinção da monarquia (DILLENBURG, s/d, p. 13).

BAHIA (1990), FRANCO (1998), RÜDIGER (2003) e SODRÉ (2004) também apontam para a íntima relação entre Castilhos e A Federação e são fontes que compartilham com Dillenburg a visão de que um e outro pareciam a mesma coisa. "Castilhos contava apenas 23 anos quando tomou a iniciativa de lançar o jornal, tendo entrado com um conto de réis para a integralização do capital (DILLENBURG, S/D, p. 13). Foi dele, também, o dinheiro que cobriu os sucessivos déficits de caixa do empreendimento. Já nos meses iniciais, Castilhos exerceu a dupla função de diretor e principal redator do jornal, no primeiro caso sucedendo Venâncio Ayres.

Castilhos imprimiu ao jornal um "texto objetivo, isento de tiradas literárias, contundente e implacável sem se tratando de adversários" (DILLENBURG, S/D, p. 13). Escreveu artigos de enfrentamento partidário até ocupar a presidência do Rio Grande do Sul, a partir das primeiras eleições pós-proclamação da República, em 1890. Dillenburg (s/d) lembra que, ainda ao tempo da Monarquia, o republicano escreveu um violento manifesto durante passagem do Conde D'Eu e da Princesa Isabel por Porto Alegre; também manteve duelo jornalístico com Carlos Von Koseritz, apoiador do Império; e prolongada desavença com Silveira Martins, o chefe do Partido Liberal que, ao ser deposto Dom Pedro II, presidia o governo do Rio Grande do Sul. O mesmo autor lembra que Castilhos n'A Federação e Silveira Martins n'A Reforma acirraram ódios e dividiram a opinião pública rio-grandense.

Como representante oficial do PRR, A Federação teve em Pinheiro Machado uma de suas fontes preferenciais, no intervalo de tempo em que ele aparece na cena política nacional – de 1890 a 1915. O jornal o tratava, nos textos, com uma deferência hoje inimaginável: "nosso amigo, o senador...", semelhante a que destinava a outros dirigentes partidários, como o "chefe estadual" Borges de Medeiros. Essa ligação marcou as referências feitas pelo jornal ao senador, seja como gerador de matérias ou como liderança a ser defendida em casos de ataques que lhe fazia a oposição.

Vale lembrar que, em 1915, aos registros diários da atuação de Pinheiro Machado no Rio de Janeiro, foram acrescidos os gerados no exercício do governo do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente, seu irmão Salvador Pinheiro Machado – Borges de Medeiros, o titular, passou praticamente todo o ano e parte do seguinte afastado, por doença.

O jornal, fundado em 1884 como porta-voz da oposição republicana, e que ocupou uma posição oficiosa do regime com a proclamação da República, alcançou, logo depois, a condição de veículo oficial do Estado. Então, a expressão "Diário Oficial do Governo do Rio Grande do Sul" passou a substituir, no cabeçalho, a original "Orgam do Partido Republicano". Essa situação perdurou até 1935, quando foi lançado o Diário Oficial, e o já tradicional diário retomou a posição inicial de jornal partidário, mas então como "Orgam do Partido Republicano Liberal", sucedâneo do PRR e identificando no nome uma aproximação antes impensável entre os republicanos de Castilhos e os liberais de Silveira Martins – próximos desde o fim da década de 1920 e unidos no movimento revolucionário de 1930. Como exposto em sua edição de 1º de junto de 1935:

> Orgam partidário que tem sido esta folha, com uma tradição profundamente ligada à própria evolução política do Rio Grande do Sul em 52 anos de vida ativa, fecunda e criadora, é com ânimo forte dos passados embates que A Federação vê surgir esta nova fase de sua vida, para a defesa dos ideais e dos princípios de um grande partido político (A FEDERAÇÃO, 1º/06/1935, p. 1).

Por essa época, o jornal idealizado por Castilhos no século anterior passava por modernização, compatibilizando a militância política com o interesse público por notícias gerais. Sua pauta de cobertura incluía, por consequência, assuntos de esportes e cultura, que, junto aos de política e economia, eram expostos em páginas comuns, mas já então antecedidos por manchetes e títulos destacados, acompanhados por fotografias. Suas edições reservavam generosos espaços para a publicidade, feita de anúncios ilustrados – quase todos de produtos de saúde e de espetáculos programados para a cidade de Porto Alegre.

Desde o fim do século XIX, o jornal republicano contava com um concorrente em ascensão, o Correio do Povo – que era tratado em eventuais notícias como "co-irmão", seguindo costume da época. Esse jornal, surgido em 1º de outubro de 1895, tinha um quadro de dirigentes e redatores recrutados ao antigo Jornal do Commercio, de claras antipatias a Castilhos e seus herdeiros. Já não existia mais A Reforma, fechada em 1912.

A Federação encerrou o seu ciclo em 1937, paradoxalmente como vítima de uma medida tomada por um herdeiro do republicanismo de Castilhos, Pinheiro Machado e

Borges de Medeiros – Getúlio Vargas. O Estado Novo de Vargas determinou a extinção dos partidos de então e, por consequência, dos seus órgãos oficiais.

2.2.5 Breve história do Correio da Manhã

Jornal que atravessaria sete décadas do século XX em linha dominante de crítica aos governos, o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, surgiu em 15 de junho de 1901. Seu fundador foi o advogado Edmundo Bittencourt (1866/1943), gaúcho de Santa Maria, alinhado com os ideais liberais de Silveira Martins, com quem, quando ainda no Rio Grande do Sul, havia trabalhado em A Reforma. Na então capital federal desde 1889, com uma breve passagem anterior por São Paulo, sua proximidade com Ruy Barbosa permitiu-lhe arrendar do senador baiano as instalações e equipamentos de A Imprensa, com os quais começou a publicar o novo jornal.

Um de seus primeiros colaboradores, o jornalista Luís Edmundo, aqui tomado como referência e que foi um de seus primeiros colaboradores, apresenta assim o empreendedor do Correio da Manhã:

> (...) um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir, desbaratando, comendador e sua grei, folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo, que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava. Era necessário, para isso, apenas um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal. A gazeta devia ser sem apresentação de espalhafato, porém feita com muita honestidade de conduta, muita lisura naquilo que afirmasse e, sobretudo, persistência e esperança no futuro. Esse advogado, que quando termina o século, ainda não tem trinta anos, chama-se Edmundo Bittencourt (EDMUNDO, 2003, p. 646).

A primeira edição do Correio da Manhã circulou num sábado, apregoada pelos pequenos jornaleiros, como era costume à época. Circulou com seis páginas, metade delas ocupadas quase completamente por propaganda. “Compromisso com a verdade. Um jornal de opinião” foi o título de texto de Bittencourt na capa do jornal de 15 de junho de 1901: “Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta columna estamos escrevendo para o povo”, escreveu ele.

Colocar-se como representante do povo foi, desde essa primeira edição, um dogma para o Correio da Manhã. No texto de capa da edição inaugural do jornal, seu proprietário anunciou:

> O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos (...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Ha de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e , neste sentido, uma folha politica (...) Mas desta política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente e nobre pode se ocupar (...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele comprehende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, magoa é dizel-o, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizel-a que aqui estamos (CORREIO DA MANHÃ, 15/06/1901, p. 1).

Como era comum à época, o novo diário não apresentou manchete. Sua primeira edição apareceu com as palavras CORREIO DA MANHÃ ocupando o centro do cabeçalho, as palavras do diretor e informações nacionais e do Rio de Janeiro, tudo apresentado em oito colunas de textos que orientavam uma leitura no sentido vertical, eventualmente destacados por um ou outro título, sem hierarquia flagrante entre eles.

De acordo com Sodré (2004), o Correio da Manhã foi marcado por "ferrenho oposicionismo e extrema virulência" (p. 278), mas também como marco de transição entre a pequena e a grande imprensa – esta inserida no processo de transformações em curso no Brasil da época. Para esse autor de alinhamento marxista, o País passava, então, pela ascensão da burguesia e pelo avanço das relações capitalistas. "O jornal será, daí por diante, empresa capitalista de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades" (SODRÉ, 2004, p. 275).

O jornal fundado por Bittencourt surgiu durante o período de governo de Campos Salles (1898/1902), que deixou em livro próprio a declaração de que havia repassado dinheiro a jornais e jornalistas, em nome dos interesses maiores da administração. Sodré (2004), chama de falta de escrúpulos a confissão presidencial de que "comprou" a opinião da imprensa, em observação semelhante à do já citado Edmundo (2003), para quem Campos Salles considerava honesta, justa e necessário essa conduta para com a "esta arrefeçada imprensa que ele, como outros presidentes peitava com o ouro do Tesouro" (EDMUNDO, 2003, p. 646).

De acordo com Leal (2001), o Correio da Manhã se auto-proclamava defensor da justiça, da lavoura, do comércio, dos direitos do povo, de seu bem estar e de suas liberdades, e logo marcou sua atuação por campanhas como a que combateu o aumento de preço das passagens de bondes (1901), os jogos de azar, as extorsões dos comerciantes por servidores públicos e a obrigatoriedade da vacinação (1904). Também abriu espaços em suas edições para os movimentos operários, condenando a coerção da legislação brasileira às reivindicações populares, e para os *meetings* e movimentos coletivos. Em 1908, opôs ao serviço militar obrigatório.

Em 1909, manteve breve aproximação à candidatura do marechal Hermes da Fonseca à sucessão presidencial, abandonando-a logo depois em favor de Ruy Barbosa e deflagrando a chamada "campanha civilista" – em referência à condição militar do ex-ministro da Guerra. A nova posição do jornal foi tão intransigente que, no período pré-eleitoral, chegou a veicular em suas páginas exclusivamente o modelo de cédula que continha apenas o nome de Barbosa. E assim permaneceu após a eleição, transformando todo o período do governo de Fonseca numa espécie de segundo turno.

Ainda conforme Leal (2001), em 1914, último da administração do marechal, o Correio da Manhã mostrou simpatias com a posição alemã na Primeira Guerra Mundial. Em 1915, já com Hermes da Fonseca fora do governo, o jornal acabou surpreendido pela candidatura do marechal ao Senado, pelo Rio Grande do Sul, combatendo-a com veemência, assim como ao seu mentor, o senador Pinheiro Machado - com quem Bittencourt havia duelado a tiros em 1906, e de quem recebera na ocasião um tiro na região das nádegas.

Embora sempre prevalecesse em sua trajetória o posicionamento político de enfrentamento aos governos, o jornal de Bittencourt também foi transformador do próprio jornalismo até então realizado no Brasil. Bahia (1990), Edmundo (2003) e Sodré (2004) creditam a ele a introdução de uma linguagem inovadora à empolação então marcante nos textos jornalísticos, e o pioneirismo no uso de fotografias, caricaturas e ilustrações - a evidenciar uma preocupação estética pouco comum aos seus similares.

O Correio da Manhã manteve-se como jornal de referência do Brasil por praticamente toda a sua existência. "Era um jornal do Rio, que o Brasil inteiro lia" (CASTRO, 2009), sendo considerado o órgão de imprensa mais influente até o fim da

década de 1960. Apoiador de primeira hora da intervenção militar de 1964, logo se afastou dessa posição, passando a condenar o golpe e a cobrar a retomada democrática para o País, o que lhe acarretou forte reação, via censura, prisões de dirigentes e jornalistas e até um atentado a bomba, em 1969.

Nesse mesmo ano, asfixiado pela ausência de publicidade determinada pelas pressões do governo sobre as empresas e sofrendo ainda os efeitos da ditadura sobre sua presidente, Niomar Moniz Sodré Bittencourt (presa, com direitos políticos suspensos e respondendo a processos como incursa na Lei de Segurança Nacional), o jornal foi arrendado a empresários. Permaneceu nessa condição até ser fechado, em 1974, já então como uma caricatura do que havia sido originalmente.

2.2.6 Breve história do Correio do Povo

"Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma facção".

Com tais e, então, surpreendentes palavras, o Correio do Povo apareceu no mercado jornalístico do Rio Grande do Sul, em 1º de outubro de 1895, fruto da ousadia de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, à época com 26 anos de idade e uma curta experiência de redação. Era repórter do Jornal do Commercio, vetusta publicação que rivalizava com os dois jornais partidários de Porto Alegre, os já amplamente citados A Reforma e A Federação. Como a maioria do corpo de jornalistas liderados por ..., o novo empreendedor também pendia suas simpatias para o Partido Federalista, recém derrotado na tentativa revolucionária que estremeceu o País entre 1893 e 1895.

O fundador do novo jornal havia tido o pai morto durante os enfrentamentos entre revolucionários e legalistas. A imprensa da época refletia, em Porto Alegre, esse antagonismo, em debate ácido liderado pelos dois jornais partidários de então. Apesar de sua aproximação aos federalistas, o Jornal do Commercio expressava de forma mais moderada os enfrentamentos.

Foi dessa "escola" que Caldas Júnior extraiu o posicionamento anunciado para a nova publicação. O fundador incluiu na equipe empreendedora seu colega Paulinho

Azurenha, com grandes conhecimentos gráficos. A maior parte dos primeiros jornalistas do novo título vinha da mesma origem.

A ousadia de Caldas Júnior estendeu-se e contaminou os amigos próximos, com quem ele acertou o financiamento inicial e a composição da primeira equipe. Galvani (1994), autor do mais aprofundado trabalho sobre o Correio do Povo, destaca que o jornal, onde iniciou sua carreira de já mais de 50 anos, foi o introdutor do profissionalismo nas redações gaúchas. Até sua fundação, esses espaços eram caracterizados pelo trabalho, voluntário ou não, de pessoas sem vínculo empregatício, que dedicavam o tempo de sobra de sua ocupação principal à produção de noticiário. Eram os chamados "colaboradores", antes que a expressão tivesse sido absorvida no mundo do trabalho como sinônimo de empregados e funcionários.

Com quatro páginas e dois mil exemplares nas edições iniciais, o novo jornal rapidamente passou a ocupar espaço entre os porto-alegrenses em geral. As tendências políticas ao sul do Brasil eram reveladas por meio de cores, com os seguidores do Partido Republicano Rio-grandense - apelidados de pica-paus e de chimangos - ostentando lenços brancos; e os federalistas - chamados maragatos -, lenços vermelhos. O novo jornal apareceu impresso em papel róseo, posicionando-se metaforicamente frente ao radicalismo das duas facções dominantes na política regional.

Ao aproximar-se o fim da última década do século XIX, sua tiragem havia dobrado, a ponto de o cabeçalho do diário passar a incluir a frase "O jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul", que exibe desde então. O crescimento passou a impor a necessidade por novos investimentos, como a aquisição de um segundo automóvel para venda avulsa e reportagem e de duas novas máquinas linotipos, que Caldas Júnior fez em 1912, mesmo ano em que experimentou, com sucesso, a publicação de fotografias em suas páginas.

Mas a 10 de abril de 1913, a edição do Correio do Povo trouxe uma tarja preta em todas as suas páginas. O sinal de luto era justificado na sua capa: "Cessou, ontem, de existir a grande força que criara e acionava a vida do *Correio do Povo*" (CORREIO DO POVO, 10/03/1913, p. 1). De acordo com Galvani (1995), a apreensão espalhou-se: "- O *Correio* é o Caldas, Caldas é o *Correio do Povo* – era a frase emblemática com que a cidade definia a importância da empresa para o fundador e vice-versa. Ninguém

admitiria a hipótese de o jornal existir sem a força que a presença de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior representava" (1995, p. 180).

A morte do fundador, aos 45 anos de idade, cuja memória foi reverenciada nas páginas de seu próprio jornal e de vários outros, teve por causa uma superdose de medicamento para "limpeza do sangue", então utilizada como recurso à sífilis. A Época, do Rio de Janeiro, foi o único jornal a registrar que Caldas Júnior "tomou injeção 914, um sucedâneo mais moderno da 606[7]" (GALVANI, 1994, p. 183). Segundo esse autor, o livro de óbitos número 26 da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre indica que o jornalista morreu vítima de icterícia geral.

Breno Caldas, filho de seu segundo casamento e que tinha três anos de idade à época da morte do pai, assumiu a direção da empresa ao final de 1935. Entre o falecimento de Caldas Júnior e a assunção de Breno, o Correio do Povo enfrentou dificuldades sucessórias, que se refletiram na gestão econômica e alimentaram disputas internas. Seu novo presidente permaneceu até 1984 no cargo, período em que ampliou os negócios familiares, criando a Folha da Tarde (1936, seguida da sua versão Folha da Tarde Esportiva), a Rádio Guaíba (1958), a Folha da Manhã (1969) e a Televisão Guaíba (1979), integrantes da chamada Companhia Jornalística Caldas Júnior – depois rebatizada para Empresa Jornalística Caldas Júnior[8]. Mas foi também sob sua gestão que o grupo passou por dificuldades insuperáveis, que o fizeram suspender a circulação dos dois jornais remanescentes em 1984.

Em 1989, Breno Caldas vendeu a EJCJ para o empresário Renato Ribeiro, que de imediato retomou a circulação do Correio do Povo e alterou o seu formato para tablóide. Em 2007 Ribeiro transferiu o negócio para o Grupo Record. A atual Caldas Júnior mantém-se com o Correio do Povo, a Rádio Guaíba e a emissora de televisão, agora sob a denominaçãe o de TV Record RS.

"A história política do Rio Grande do Sul, nos últimos 83 anos, se confunde com a história do mais tradicional jornal gaúcho, o 'Correio do Povo'". Essa frase acima

[7] Injeções 606 e 914: compostos arsênicos criados sucessivamente, para combate à sífilis, também conhecidos como Salvarsan e Neosalvarsan.

[8] A Folha Esportiva foi sucedida pela Folha da Manhã em 1969, e esta, fechada em 1980. A Folha da Tarde, que chegou a ter duas edições diárias, interrompeu suas atividades em 1984, da mesma forma que o Correio do Povo. Este, porém, retomou-as em 1989, com a venda do grupo para o empresário Renato Ribeiro. Todos os remanescentes da EJCJ estão atualmente incorporados à Rede Record.

referida abriu um texto de apresentação da entrevista[9] que o jornal Folha de S. Paulo, da capital paulista, veiculou em 13 de janeiro de 1979. "Ao longo desse tempo, Francisco Antonio Vieira Caldas Jr., seu fundador e Breno Caldas, filho herdeiro e diretor do jornal há 44 anos, acompanharam e viveram todos os grandes momentos da vida nacional".

Pode-se completar, no âmbito de uma tese acadêmica, que a história do Rio Grande do Sul e a de um de seus jornais mais importantes também estão intimamente ligadas ao exercício científico. Num trabalho como o que aqui é proposto, o Correio do Povo é fonte crucial, por sua longevidade e pelos espaços que ocupou e ainda ocupa na vida cotidiana dos gaúchos. Não por acaso, o jornal é aqui analisado em dois momentos históricos distintos.

2.2.7 Breve História da Tribuna da Imprensa

Assim como o gaúcho A Federação foi "o jornal de Júlio de Castilhos", a carioca Tribuna da Imprensa pode ser observada como "o jornal de Carlos Lacerda". Embora ambos os títulos tenham sobrevivido às existências de seus fundadores, foi com eles que alcançaram o prestígio com que se colocaram no mercado, em seus devidos tempos. Também os aproxima o fato de que, embora seus nascimentos estivessem separados por 65 anos, foram, os dois veículos, executores do que se tem tratado, aqui, como jornalismo publicista.

"Tribuna da Imprensa" foi, primeiramente, o título da coluna assinada por Carlos Lacerda, entre 1946 e 1949, no Correio da Manhã. De forte personalidade e em confronto com a igualmente particular forma de ser de Edmundo Bittencourt, Lacerda fundou o próprio jornal a 27 de dezembro de 1949, contando com recursos de terceiros e dirigindo-o como órgão de forte e sistemática oposição a Getúlio Vargas, à época pleiteando voltar ao governo – o que de fato ocorreu nas eleições do ano seguinte. Então vinculado à UDN, o jornalista, fez do seu o meio de comunicação também do seu partido.

[9] Nona entrevista da série "Jornalistas contam a História", esta com Breno Caldas, concedida ao jornalista Wianey Pinheiro, sob o título "A REVOLUÇÃO DE 1964 E OS 'MITOS'".

> O primeiro número era feio. Não trazia nenhuma contribuição às artes gráficas e o próprio papel, importação francesa, pouco encorpado,não ajudava na apresentação. O título do jornal, encimando a página, em toda a extensão, quebrava o usual dos vespertinos, assemelhando-a mais a um matutino. Um único clichê, uma reprodução. Títulos sem grande destaque. Uma página maçuda (OLIVEIRA[10], 1966, p. 188).

Oliveira (1966) lembra que às centenas de pessoas que foram abraçar Lacerda pelo lançamento do jornal, no dia seguinte, pouco importava se o vespertino era ou não bonito, se aparecia com novidades gráficas. "O importante, e esse tinha sido o grande objetivo dos 4 mil e poucos acionistas, é que Carlos Lacerda tivesse uma tribuna e que sua voz não fosse calada por falta de um jornal" (p. 188). A campanha por subscrições, que se desenrolou por todo o ano de 1949, montou-se sobre um planejamento dado a conhecer aos acionistas, envolvendo despesas com instalações, compra de móveis e equipamentos e gastos com pessoal. Adauto Lúcio Cardoso[11] e Severiano Luiz Ribeiro[12] foram os principais subscritores das ações, cada qual com 500. Lacerda era detentor de poucas ações, mas com procuração dos demais para representá-los.

Ainda conforme Oliveira (1966), o projeto previu uma redação composta por redator-chefe, secretário, chefe de reportagem, 20 repórteres e cinco redatores – no caso dos repórteres, incluindo cobertura setorizada nos ministérios, na Prefeitura, na Polícia, no Pronto Socorro Central e diversos hospitais do Rio de Janeiro e nos esportes. O jornal também investiria na cobertura específica do turfe e em sessões especiais, como palavras cruzadas, xadrez, *bridge*, infantil, economia, música, artes plásticas, rádio, teatros e coluna social.

Os preparativos para a implantação do jornal se desenrolaram por todo o ano de 1949 num conjunto de salas no centro do Rio de Janeiro. Já a sua implantação exigiu uma estrutura maior, enfim localizada e adquirida na Rua do Lavradio, antes pertencente a uma fábrica de papel.

O jornal instalou-se finalmente ao final do ano, segundo Barbosa (2007), com tiragens médias oscilando entre os 25 mil e os 45 mil exemplares diários durante os anos 1950. Por essa época, a concorrência saía com 60 mil, como no caso de O Jornal; 75 mil, do Diário da Noite, 95 mil, no de A Notícia e da Última Hora e 110 mil de O

[10] Wilson Oliveira era secretário de redação na fundação da Tribuna da Imprensa (BARBOSA, 2007, p. 165).
[11] Adauto Lúcio Cardoso (1904/1974): jurista, político da UDN, presidente da Câmara dos Deputados e ministro do Supremo Tribunal Federal.
[12] Severiano Luiz Ribeiro (1886/1974): empresário, fundador do Grupo Severiano Ribeiro de cinemas.

Globo (RIBEIRO, 2000). “Apesar de uma tiragem inexpressiva a *Tribuna* é um jornal influente, já que tem papel decisivo na cena política, catalisando e amplificando as contradições e tensões sociais do período” (BARBOSA, 2007, p. 167).

Em parte de sua campanha antivarguista, o jornal encontrou um adversário no meio jornalístico: a Última Hora, surgido em 12 de junho de 1951, primeiro como um jornal no Rio de Janeiro e logo a seguir como uma rede com títulos iguais em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, fundada por Samuel Wainer, com financiamentos privados e públicos e em completo alinhamento com o governo. Lacerda e Wainer enfrentaram-se pelas páginas dos dois jornais, em disputa que se estendeu às duas casas legislativas nacionais e aos tribunais e envolveu, ainda, a administração federal. Nessa guerra em duas trincheiras, o proprietário da Tribuna da Imprensa manteve a si mesmo e ao jornal “em vinculação estreita com a política” (BARBOSA, 2007, p. 165).

Para a autora de “História Cultural da Imprensa”, ser jornalista, para Carlos Lacerda como para diversos jornalistas desde o século XIX, era “uma espécie de meio caminho indispensável para ocupar um lugar representativo na política (2007, p. 165). De fato, foram os textos de sua autoria os principais chamarizes para a circulação do jornal. Quando do atentado de que foi vítima e no qual morreu seu guarda-costas, em agosto de 1954, ele assinou editorial cobrando dos militares a exigência da renúncia do presidente da República.

Se já era intensa a campanha da Tribuna da Imprensa contra o governo Vargas, a partir do atentado da Rua Tonelero ela tornou-se explosiva e passou a ecoar em outros jornais da cidade do Rio de Janeiro. A consequência, morto Getúlio Vargas, foi a invasão da sede da Rua do Lavradio, em acontecimento testemunhado por um dos integrantes de sua redação, à época:

> Um dos funcionários da administração, que acabara de chegar, contou que um grupo de agitadores se aproximava da Praça Tiradentes, aos gritos de “lincha”, “quebra”, “morra Lacerda”. A situação era séria, pois da Praça Tiradentes até a “velha *Tribuna*” era um pulo. E nós, o pessoal da redação, que trabalhávamos na sala dos fundos, nos sentíamos como numa ratoeira, pois a única porta que havia dava para a Rua do Lavradio (BACIOU, 1982, p. 106).

Baciou (1982) conta que a situação foi contornada com o auxílio de outro jornal crítico de Vargas, o Correio da Manhã, cuja redação, então na Rua Gomes Freire, dava

para os fundos d'A Tribuna da Imprensa. Os funcionários venceram a distância entre os dois prédios circulando pelos telhados contíguos e usando escadas de pedreiro. A manifestação em frente à sede do jornal de Lacerda, enfim, acabou não tendo o desfecho temido, com seus participantes exigindo que o jornal colocasse a meio mastro a bandeira nacional. No dia seguinte, a redação voltou ao normal.

Na sua dupla militância, Lacerda acabou eleito governador da Guanabara para o período 1960/1965. Baciou (1982) considera que o começo de seu governo significou também o começo do fim da "velha *Tribuna*": "Ninguém teria sido capaz de administrar bem as duas coisas ao mesmo tempo. Além disso, como já salientei varias vezes, a *Tribuna* era essencialmente o 'jornal de Carlos Lacerda' e seu programa estava sintetizado naquele lema tão pessoal: 'um jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz'" (1982, p. 127). Parte da equipe do jornal acompanhou-o ao Palácio Guanabra: "Valter Cunto já não era o chefe de reportagem, mas o secretário de Imprensa. No Palácio estavam também os repórteres Cláudio Soares, Paulo Vidal, Cláudio Lacerda e Airton Bafa, além do fotógrafo Fernando Bueno" (BACIOU, 1982, p. 127).

Em 1961, o controle da Tribuna foi passado ao Jornal do Brasil, de imediato alterando seu horário de fechamento e, por consequência, de circulação, passando a aparecer antes do que costumava, mas depois dos matutinos. Seu novo chefe de redação era Alberto Dines que, segundo Baciou (1982), tinha por missão "deslacerdizar" a redação e os conteúdos do jornal. Nesse clima de incerteza, muitos jornalistas trocaram de emprego, passando para as redações do Jornal do Commercio, do Jornal do Brasil ou do Diário de Notícias.

Em 1962, às voltas com problemas de caixa, a Tribuna da Imprensa foi repassada a um de seus ex-chefes de redação pelo Jornal do Brasil: o jornalista Hélio Fernandes que, segundo registrou em depoimentos, assumiu a empresa sem ter investido recursos na compra – em troca de ter livrado os proprietários anteriores de prejuízos continuados. O jornal permaneceu em sua conduta crítica ao governo, saudando a deposição do presidente da República, publicando na sua capa de 2 de abril de 1962: "Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas". Em linguagem já incomum para a imprensa da época que passava por transformações e se afastava do partidarismo, o jornal continuava seu julgamento sobre o presidente deposto: "Um dos maiores gatunos que a história

brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela conheceu" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02/04/1964, p. 1).

Apesar desse engajamento inicial, o jornal, a partir de 1962 dirigido por Fernandes, também foi vítima do regime militar. Por dez anos, a partir de 1968, esteve sob censura prévia. Em 1981, sua sede foi alvo de um atentado a bomba. Sua nova direção enfrentou ao longo do tempo inúmeras ações judiciais devido ao seu posicionamento político e, em uma delas, em 2001, foi pedida a falência da empresa.

A 1º de dezembro de 2008 a Tribuna de Imprensa deixou de circular no formato impresso. Texto veiculado na capa de sua edição dessa data, e assinado pelo proprietário, computava às perseguições da ditadura e à morosidade da justiça o fim que, segundo ele, era, então, apenas uma interrupção.

Apresentadas as metodologias e identificado na sua pluralidade o objeto desta pesquisa, parte-se, nos três próximos capítulos, para a sua fundamentação teórica. O capítulo 3, que inicia esse trabalho, aborda especificamente o Jornalismo.

3 O JORNALISMO ATRAVÉS DO TEMPO

Para um trabalho como este, de interpretação das relações de diversos órgãos da imprensa com três agentes públicos ao longo do período republicano brasileiro, soam oportunas as palavras de Albert e Terrou, no livro "História da Imprensa": "Não é fácil delimitar o objeto história da imprensa" (1990, p.1). De acordo com eles, as dificuldades decorrem de várias condições, sendo a primeira delas o fato de não se poder construí-la ou compreendê-la sem uma constante referência à evolução geral das sociedades. "De todos os objetos da pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo" (ALBERT e TERROU, 1990, p. 1).

Uma segunda dificuldade imposta à delimitação da história da imprensa periódica está na imprecisão dos limites de seu domínio – tanto na comparação com as demais produções impressas, como o livro, a brochura e a folha volante, surgidos anteriormente a ela; quanto nos meios que a sucederam e são frutos da inovação tecnológica, como o rádio e a televisão. "Nem a noção de periodicidade para as primeiras, nem a de suporte impresso para as segundas permitem estabelecer a fundamental diferença de natureza entre o conteúdo da literatura de atualidade e o do jornalismo escrito ou audiovisual" (IBIDEM).

Seguem os mesmos autores: "Outra dificuldade da história da imprensa decorre da diversidade de seus órgãos", lembrando que "já no século XVII a noção de imprensa periódica abranjia uma massa muito díspar de publicações", e que "seus tipos e categorias se diversificaram a tal ponto" nos séculos seguintes, "que muitas vezes a variedade e a multiplicidade dos títulos acabam mascarando a unidade do conjunto" (1990, p.1).

Além do estatuto jurídico, dos dados técnicos de sua fabricação, dos dados econômicos de sua exploração e do aspecto formal do todo – características comuns às publicações – Albert e Terrou apontam a originalidade do conteúdo e a especificidade do público de cada título como "obstáculo ao estatuto global da imprensa" (1990, p. 2).

“O historiador da imprensa deve tentar conciliar o estudo individualizado de cada título com a apresentação do mundo da imprensa em seu conjunto. Mais do que outros, ele se defronta com a dificuldade de descrever ao mesmo tempo a floresta e suas árvores” (ALBERT e TERROU, 1990, p. 2). Daí, a opção desta pesquisa de confrontar dois jornais por personagem junto ao entendimento da imprensa da época.

Mas ressalvadas as dificuldades acima indicadas, os autores argumentam: “A história da imprensa é, também, em mais de um sentido, uma ciência auxiliar da história moderna e contemporânea” (IBIDEM). Esta tese absorve, na sua abordagem geral, a esquematização dos autores franceses para a história da imprensa – da sua pré-história à fase posterior à Segunda Guerra Mundial, alvo também da observação de uma fonte mais próxima: GALVANI (2008), com “O prazer de ler jornal – dos Acta Diurna ao Blog”.

3.1 Brevíssima história da imprensa

Admitida como aceitável a ideia de que as pessoas buscam comunicar-se, como prática inerente de sua condição, aperfeiçoando-a, do choro com que inauguram a vida à transmissão de novidades aos semelhantes, pode-se vislumbrar nas relações tribais do início da humanidade a origem do Jornalismo. Invenções ao longo do tempo, como a escrita, o papiro, o papel e os tipos móveis tornaram possível aperfeiçoar o que Sousa (2001) chama de arte de difundir informações e narrativas, superadas as barreiras do espaço e do tempo.

Os avanços tecnológicos permitiram, a seu tempo, o aparecimento de obras apontadas por Sousa (2001) como precursoras do jornalismo – entre as quais “História da Guerra do Peloponeso”, de Tucídides, na Grécia antiga, e “Guerra das Gálias”, de Júlio César, o mesmo que determinou a afixação dos “Actas publica” e dos “Acta diurnas” nos muros da cidade.

Tais documentos vigoraram por cerca de três séculos, os primeiro contendo relatos das sessões do Senado, decisões judiciais, informações sobre trânsito de embarcações e mercadorias e combates de gladiadores; e os outros, “verdadeiras folhas de notícias e de ecos da vida romana, recopiadas por oficinas especializadas e divulgadas entre as classes ricas” (ALBERT E TERROU, 1990, p. 4). Para Sousa

(2001, p. 19), "as *Actae* talvez sejam, no Ocidente, as antepassadas mais remotas dos actuais jornais".

Albert e Terrou (1990) veem, na transcrição dos grandes acontecimentos e na descrição dos mundos estrangeiros - de Homero a Marco Polo, passando pelos cronistas da Idade Média - a gênese das grandes reportagens da atualidade - a exemplo do que se faz, em Portugal e no Brasil, com a Carta de Pero Vaz de Caminha (1500). Para os autores franceses, "a necessidade de informações é um dos dados fundamentais da vida social; pode-se, pois, encontrar para o jornalismo equivalência nas civilizações que desconheceram a tipografia" (ALBERT e TERROU, 1990, p. 3).

A invenção dos tipos móveis em metal fundido, por Gutenberg, no século XV, permitiu a instalação de tipografias pela Europa e a publicação em série – de livros, folhas volantes, cartazes informativos de acontecimentos e gazetas. Para os autores franceses, a imprensa periódica tem origem na combinação de fatores como: novas necessidades de informação geradas por fatores políticos, econômicos e intelectuais; criação dos correios para dar segurança e regularidade às comunicações entre os Estados; nascimento da impressão resolvendo as limitações dos manuscritos; e consequente eclosão de impressos periódicos em paralelo às notícias escritas a mão[13].

As *gazzetas* (e suas correspondentes em cada país, à época), os *pasquins* e os *libelos* desenvolveram, conforme Albert e Terrou (1990), as três principais funções do jornalismo: "a informação sobre os fatos da atualidade, o relato dos pequenos eventos do dia-a-dia e a expressão das opiniões" (p. 6).

Costella (1984) e Sousa (2001) compartilham a visão de que o primeiro jornal impresso foi o Jornal Completo do Mês Inteiro de Setembro de 1597[14], surgido como mensário, editado em Praga, por Daniel Sedltchansky. Albert e Terrou (1990) concordam com a data, mas apontam o pioneirismo para Samuel Dilbaum, com uma publicação mensal ao estilo das cronologias, em Augsburgo.

[13] Segundo Albert e Terrou (1990, p. 5-6), as folhas volantes impressas apareceram ao final do século XV, na forma de cadernos de quatro, oito ou 16 páginas, eventualmente ilustrados por gravuras em madeira, relatando um tipo de acontecimento importante, como batalhas, exéquias, festas. Eram chamadas *relationes* em latim, *occasionnels* em francês, *zeitungen* em alemão, e *gazzetas* ou *corantas* em italiano, vendidas por ambulantes nas grandes cidades ou em livrarias. Seguiram-se os *pasquins* (fatos sobrenaturais, crimes, catástrofes) e os *libelos* (polêmicas religiosas e políticas). Os autores também ressaltam que o aparecimento da imprensa periódica não fez desaparecerem os não-periódicos: as notícias a mão desenvolveram-se em paralelo e tiveram grande importância até pelo menos as décadas finais do século XVIII.

[14] No original: Noviny Paradné Celého Mesice Zari Léta 1597.

Seguem-se, conforme Albert e Terrou (1990): Notícias da Antuérpia[15], de Abraham Verhoeve, bimensal que circulou entre 1605 e 1607 e depois perdeu regularidade, mas é considerado por diversos historiadores como o primeiro jornal impresso; semanários em Estrasburgo e Wolfenbüttel em 1609, Basiléia (1610), Frankfurt (1615), Berlim (1617), Hamburgo (1618), Stuttgart e Praga (1619), Colônia (1620) e Amsterdam (1620).

> Em Londres, onde em 1620 haviam começado a circular folhas holandesas, o primeiro *current*, *Weekely Newes from Italy, Germany, Hungaria, Bohemia, the Palatinate, France and the Low countries*, foi lançado por Thomas Archer em 1622. Na Itália, as primeiras gazetas periódicas foram publicadas em Florença em 1636 e em Roma em 1640; em Madri, a *Gaceta* data de 1661; Pedro, o Grande, criou a primeira folha russa em São Petersburgo, em 1703 (ALBERT E TERROU, 1990, p. 7).

Então restrita à Europa, a imprensa ganhava expressão e difundia informações para tão expressivo número de pessoas, o que passou a chamar a atenção das administrações públicas. Sousa (2001) lembra que os governantes começaram a controlar as publicações, por meio de um sistema de concessões de licenças restritas a pessoas de sua confiança e cita a Gazette de France, de 1631, "a serviço do cardeal Richelieu e do absolutismo" (p. 20) e a London Gazette, pró-reinado de Carlos II. "Os progressos da imprensa foram sensivelmente freados pela severidade do controle político, mas nem por isso deixaram de ser consideráveis" (ALBERT E TERROU, 1990, p. 11).

A Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641 foi o primeiro periódico português, conforme Sousa (2001). "Esse jornal durou até Setembro de 1647, embora sua publicação tenha sido suspensa em vários períodos, devido, entre outros factores, à imprecisão das notícias que publicava" (SOUSA, 2001, p. 20).

A trajetória da imprensa seguiu o rumo natural, da imprensa periódica para a imprensa periódica diária. Mas se algumas décadas foram necessárias para o surgimento dos primeiros periódicos a partir da invenção da imprensa, mais de dois séculos se passaram até que surgisse o primeiro diário. O lento desenvolvimento da indústria

[15] No original: Nieuwe Tijdinghen.

gráfica e o desdém das elites para com o que consideravam uma subliteratura[16] estão na origem dessa estagnação.

Alguma controvérsia envolve os historiadores sobre o primeiro jornal diário surgido no mundo, pois divergem do que representa a expressão "jornal diário" – para alguns, jornais diários são os que se publicam de três a quatro dias seguidos por semana; para outros, os que se publicam todos os dias, eventualmente admitindo um dia como exceção. Sob este último caso, o pioneirismo estaria com Daily Courant, implantado por Elizabeth Mallet em 1702, na Inglaterra, o qual só não circulava aos domingos. "Era apenas uma folha de papel, mas não só mostrou que as pessoas queriam conhecer rapidamente as notícias como também contribuiu para transformar o conceito de actualidade" (SOUSA, 2011, p. 20).

Em 1812, porém, a invenção de uma impressora rotativa por Köning tornou possível imprimir em grandes tiragens e baixo custo, ao mesmo tempo em que a instabilidade política em diversas nações acentuou a demanda por informações. As revoluções inglesa, norte-americana e francesa geraram a seguir épocas de liberdade de expressão (Albert e Terrou, 1990; Sousa, 2001) que, por sua vez, estimularam o aparecimento de novos títulos, inclusive para além da Europa.

Nos dois primeiros terços do século XIX - por coincidência, período em que se instalaram e se desenvolveram os primeiros jornais no Brasil - a imprensa fez progressos consideráveis, relatam Albert e Terrou: "Os jornais se multiplicaram e se diversificaram em diferentes categorias; as tiragens aumentaram" (1990, p. 29). Segundo os autores, a tiragem da imprensa cotidiana evoluiu de 36 mil em 1803 para 1 milhão de exemplares em 1870, somente em Paris, ano em que a proporção de exemplares/habitantes alcançou 37/1000[17] na França.

De acordo com esses autores, o desenvolvimento ocorreu em paralelo à evolução geral do mundo ocidental – ressalvadas as diferenças nacionais -, com causas fundamentais similares, como a seguir apontadas resumidamente:

---

[16] Para Rosseau, um periódico era uma obra efêmera, sem mérito nem utilidade; uma leitura para tolos e vaidosos sem instrução; para Diderot, os papéis eram o alimento dos ignorantes; para Voltaire, as gazetas eram o relato das bagatelas (conforme ALBERT E TERROU, 1990, p. 11-12).

[17] Dez anos depois seria de 73 por mil, passando a 244 por mil, em 1914, e a 261 por mil, em 1939 – de acordo com Albert e Terrou (1990, p. 29).

- **Fatores políticos e sociais** – a ampliação do número de eleitores, o acesso à instrução e a crescente urbanização funcionaram como entraves às tentativas dos governos para conter o desenvolvimento e a liberdade da imprensa, então único instrumento capaz de atender às demandas da população por informações.
- **Fatores econômicos** – o desenvolvimento industrial barateou a produção da imprensa e o preço com que os jornais eram disponibilizados ao público e, por consequência, ampliou a sua audiência.
- **Fatores técnicos** – avanços que tornam mais acessíveis insumos essenciais à produção da imprensa, como tinta, papel, composição, impressoras mais rápidas, uso de ilustrações, transporte ferroviário.
    - Evolução das técnicas de informação – especialmente o telégrafo elétrico e os aparelhos transcritores que o sucederam permitiram a escrita de milhares de palavras por hora e sua transmissão por meio de linhas oceânicas.
- **Agências de notícias** – a serviço do crescente mercado de notícias; decorrentes da invenção do telégrafo elétrico, funcionando como produtoras e transmissoras a partir de uma rede de correspondências.

O jornal tornou-se produto de consumo corrente entre os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX, com o crescimento da imprensa de cada país adquirindo características próprias, conforme suas circunstâncias históricas. Como bem registram Albert e Terrou:

> A imagem a imprensa no mundo e as características essenciais tanto das fórmulas do jornalismo como das do mercado da imprensa de cada país estavam, em 1914, muito próximas das de hoje, pelo menos nos países industrializados, pois fora do mundo ocidental a imprensa ainda tinha muito que progredir, até porque o grau de desenvolvimento dos jornais era, como o é ainda hoje, uma função direta da ocidentalização da vida econômica e social (ALBERT E TERROU, 1990, p. 51).

Albert e Terrou chamam essas décadas intermediárias entre os dois séculos como a "idade de ouro da imprensa": "Seu mercado estava em expansão constante e ela não tinha (...) atingido o seu ponto de saturação. E, sobretudo, a imprensa escrita não precisava temer nenhuma concorrência, porque era o único meio de informação coletivo" (ALBERT E TERROU, 1990, p. 51).

No mundo, a imprensa, então, transitava de seu formato opinativo, de veiculação e difusão de ideias e de sustentação de um partido ou agremiação - características dominantes no início dos anos 1800 -, para um noticiário menos político, menos econômico e menos bélico e mais abrangentes. Essa tendência começou a aparecer nos Estados Unidos já na década de 1930, com a substituição do artigo pela notícia como produto jornalístico por excelência, e do leitor-correligionário pelo maior número de leitores possível, independentemente de suas orientações.

Álvarez (1992) aponta a escassez de matéria-prima informativa, a reduzida alfabetização e a falta recursos da maioria da população como razões para a imprensa opinativa dirigir seu foco de atenção para os movimentos político-ideológicos que proliferaram mundo afora até meados do século XX, mas com especial intensidade no século XIX. Da mesma forma, relaciona as ferrovias e o telégrafo como transformadores da situação anterior, tornando prolífero o que antes era raro (a informação disponível), assim como sua transmissão a distância.

Os autores aqui referenciados convergem na visão de que tais condições tornaram possível a irrupção da imprensa popular de grande tiragem (Albert e Terrou, 1990), também chamada de primeira geração da imprensa popular (Álvarez, 1992) ou *penny press*[18]. Segundo Erbolato (1978), com novos públicos conquistados, os jornais precisaram ampliar a cobertura, inserindo assuntos de interesse humano - para além da política e dos artigos de fundo -, difundindo técnicas jornalísticas novas como a entrevista[19].

Imprensa partidária e imprensa popular coexistiram, às vezes como práticas da mesma publicação e, como afirma Sousa (2001), na primeira geração da *penny press* também se opinava (p. 23). Segundo esse autor, coube a Greeley, fundador do The New York Tribune, introduzir a cobertura setorizada, contratando jornalistas para produzir conteúdos especializados, a começar por um repórter para assuntos de polícia, dividindo a redação em secções. “Estas inovações terão fortalecido não só a divisão social do

[18] Referência à moeda e para diferenciar a imprensa popular da imprensa partidária ou *party press*.
[19] A entrevista surgiu em 1836, quando o repórter James Gordon Bennet questionou Rosina Townsend, proprietária de um bordel em New York, sobre um assassinato lá ocorrido. Já a técnica de reproduzir perguntas e respostas apareceu em 1859, quando Horace Greeley entrevistou o mórmon Brigham Young em Salt Lake City (ERBOLATO, 1978, p. 138).

trabalho entre jornalistas e tipógrafos mas também a divisão social do trabalho entre os próprios jornalistas, que conduzirá, mais tarde, à especialização" (SOUSA, 2001, p. 23).

Entre a primeira e a segunda geração da *penny press*, ocorreu a Guerra da Secessão (1861/1865) nos Estados Unidos, apontada como o primeiro acontecimento a ser massivamente coberto (SOUSA, 2011, p. 23). Nela, também pela primeira vez, foram usadas novas técnicas de informação, como a entrevista, a reportagem e a crônica; enquanto a necessidade de otimização do uso do telégrafo impulsionou a técnica da pirâmide invertida na redação de notícias (SOUSA, 2011, p. 24) como forma de reduzir custos e de superar falhas de transmissão que pudessem comprometer o conteúdo.

O que Álvarez chama de segunda geração da imprensa popular (segunda geração da *penny press*, para outros autores) surgiu ao final do século XIX, nos Estados, Unidos, mantendo a relação com a moeda norte-americana. Os jornais continuavam a custar um *penny*, direcionavam-se para o público em geral e buscavam o lucro através da fórmula vendas/assinaturas/veiculação de publicidade. Se o público passou a ser o geral e não mais a elite, também se tornou necessária a pluralidade. "O jornalismo tornou-se mais noticioso e factual, mas, por vezes, também mais sensacionalista" (SOUSA, 2011, p. 24).

A narrativa jornalística passou, então, a absorver condições como seleção e síntese de informações e linguagem factual como cultura profissional transmitida de geração em geração, no que ficou conhecido como Novo Jornalismo e, depois, com o advento do *New Journalism*, como Primeiro Novo Jornalismo[20]. "Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica" (TRAQUINA, 1993, p. 23).

Por esses tempos, aprofundou-se a profissionalização dos jornalistas, inclusive com a instalação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia; acentuou-se uma aproximação por convergência entre os jornalistas e criaram-se organismos de representação classista e códigos deontológicos. Foi, também, a época do aparecimento das manchetes como forma de destaque às notícias e de matérias sobre escândalos e

[20] SOUSA (2001) aponta o húngaro-norte-americano Joseph Pulitzer (The World) e o norte-americano William Randolph Hearst (The New York Journal) como expoentes do Primeiro Novo Jornalismo.

corrupção e do uso de ilustrações. Numa espécie de variação dessa forma, praticou-se ainda um jornalismo que recorreu à invenção de fatos e foi chamado de *yellow journalism* ou jornalismo amarelo[21].

Como se verá adiante nesta pesquisa, o jornalismo no Brasil seguiu trajetória própria e nem sempre coincidente com as tendências mundiais – algumas das quais levaram décadas para ser assimiladas. A começar pelo fato de que, colônia de Portugal, o país esteve proibido de manter prelos impressos próprios até quase três séculos depois de inventados os tipos móveis. Revogado esse veto com a transferência da família real e da sede do reinado para o Rio de Janeiro, o Brasil só teve seus primeiros jornais muito depois dos vizinhos latino-americanos.

3.1.1 A imprensa no Brasil

A imprensa surgiu tardiamente no Brasil: quase 300 anos depois da invenção dos tipos móveis por Gutenberg e da circulação regular de publicações pelo mundo afora. Mas envolve uma coincidência interessante: nasce junto com a Nação, tomando-se como sua origem o ano de 1808, em que a transferência da família real portuguesa, de Lisboa para o Rio de Janeiro, deu novo *status* para a então colônia. Sediar o Reinado significou vencer obstáculos como a proibição, só à época revogada, de publicar o que quer que fosse.

O reino pretendeu implantar de imediato no Brasil um jornal que lhe permitisse circular informações de seu interesse. Mas o aparecimento da Gazeta do Rio de Janeiro acabou sendo antecipado em três meses pelo do Correio Braziliense que, por ser iniciativa do dissidente Hipólito José da Costa[22], só se viabilizou sendo impresso em Londres e de lá transportado por navios para as cidades brasileiras.

Ambos estão, portanto, na retardada origem da imprensa no Brasil. A partir, porém, da revogação do veto à impressão no Brasil, publicar deixou de ser crime e começaram a aparecer títulos que historiadores como Sodré (2004) dividem entre

[21] O The New York Journal de Hearst inventou notícias para levar os Estados Unidos a declararem guerra à Espanha, em 1898, em disputa pelas então colônias espanholas no Caribe e no Pacífico (Cuba, Filipinas, Guam e Porto Rico) - segundo Álvarez (1992).

[22] Hipólito José da Costa (1774/1823) descendia de uma rica família do Rio de Janeiro. Foi professor e membro da maçonaria, dissidente monarquista e fundador do Correio Braziliense durante seu exílio em Londres a partir de 1808.

áulicos e críticos, constituindo uma tendência que persistiu pelo restante do século XIX, com os jornais como instrumentos da luta política – e, em alguns casos, partidária.

No exame da trajetória da imprensa brasileira, Amaral (1969) considera o Jornalismo a partir de suas funções: política, educativa e de entretenimento. Bahia (1990) aponta as fases inicial, de 1808 a 1879; de consolidação, entre 1880 e 1925; e moderna, desde 1926. Beltrão (1969) sugere a divisão por gêneros: informativo (notícia, reportagem, histórias de interesse humano, informação pela imagem); interpretativo (reportagem em profundidade) e opinativo (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada, opinião do leitor).

Breguez (2000) indica o jornalismo ideológico e opinativo, o jornalismo informativo e o jornalismo interpretativo, numa divisão mais contemporânea e não excludente. Lage (2001) amplia as alternativas - e as relaciona com o tempo - para o jornalismo publicista (discursivo, séculos XVII e XVIII), jornalismo educador (na transição da população rural para as cidades, século XIX), jornalismo sensacionalista (novelesco, sentimentalista, aventureiro, exótico, incomum, século XIX) e jornalismo-testemunho (o jornalismo reproduzindo os dados obtidos junto às fontes, século XX).

Quem também faz recortes temporais é Marcondes Filho (2000), anunciando o *primeiro jornalismo* e associando-o à dominação e à manutenção da autoridade e do poder, entre 1789 e a metade do século XIX; o *segundo jornalismo*, de capitalização e de profissionalização da empresa, na segunda metade do século XIX; o *terceiro jornalismo*, monopolizador, fruto do desenvolvimento e do crescimento da empresa, ameaçado por guerras e descaracterizado pela publicidade e pelas relações públicas, no século XX; e o *quarto jornalismo*, o do tempo tecnológico iniciado por volta de 1970, em que o agente humano se vê trocado por máquinas recolhedoras de matérias em todos os cantos para a produção das notícias. Medina (1988) aponta os objetivos do jornalismo, entre informar, opinar, interpretar e educar, a partir dos quais propõe a sua classificação em jornalismo informativo, jornalismo opinativo e jornalismo de autor.

Melo (1985), que havia examinado anteriormente as razões do atraso da implantação da imprensa no Brasil, adicionando fatores socioculturais aos políticos e econômicos até então apresentados, sintetiza as opções em jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) e o jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta). Peruzzolo (1972) divide a imprensa

brasileira em artesanal (espírito polêmico e cultivando exclusivamente a opinião), vigente durante o Primeiro Reinado e a Regência; industrial (de transição da pequena para a grande imprensa, na passagem do século até as primeiras décadas dos anos 1900); moderna (a partir de 1950, com o Diário Carioca e a Última Hora); e interpretativa (a partir dos anos 60 do século XX, com o jornalismo de equipe e especializado aprofundando as coberturas).

Partindo de contribuições múltiplas, Seabra (2002), monta um quadro com os cinco estilos que, segundo ele, constituem o jornalismo brasileiro até a atualidade: jornalismo literário, de seu aparecimento em 1808 ao final do século XIX; jornalismo informativo estético, abrangendo a transição entre os séculos XIX e XX até o fim da Primeira Guerra Mundial; jornalismo informativo utilitário, desde o entre-guerras até as décadas 60 e 70 do século XX; jornalismo interpretativo, dos anos 70 ao fim do século XX e jornalismo plural, desde então.

Sodré (2004) faz uma divisão no tempo: imprensa colonial (de 1808 a 1822); imprensa da independência, em períodos de convívio com os "pasquins" (de 1822 até o fim da quinta década do Século XIX); imprensa do Império (de então até a proclamação da República, avançando um pouco sobre seus anos iniciais) e grande imprensa (que se profissionalizou a partir dos primeiros anos do Século XX).

Para o caso específico do Rio Grande do Sul, Alves (2000) divide a existência da imprensa gaúcha em três fases - que não chega a denominar - e usa a Revolução Farroupilha[23] como referencial, a exemplo de outros autores abaixo referidos. A primeira decorre da chegada da família real ao Brasil, da implantação da tipografia e é marcada no Rio Grande do Sul pelo já citado Diário de Porto Alegre (1827) e pela eclosão do movimento republicano de 1835-1845. A segunda tem essa agitação por início e a Revolução Federalista (1893-1895) por fim. A fase final é a do desenvolvimento da imprensa gaúcha (últimos anos do Século XIX) aos dias atuais, de "concentração das atividades jornalísticas".

Da Silva, Clemente e Barbosa (1986) propõem três grandes períodos de aproximadamente 40 anos cada um para a imprensa sul-rio-grandense, "consideradas as lacunas entre os momentos de efervescência política, em que a propagação de idéias

[23] Revolução Farroupilha: movimento armado registrado entre 1835 e 1945, que chegou a proclamar a independência do Rio Grande do Sul ao Brasil.

impulsionou o desenvolvimento da imprensa, antecipando a sua evolução em nosso Estado" (1986, p. 15). A Revolução Farroupilha é sua principal referência, como se verá abaixo. Usando as denominações adotadas por Bahia (1990), os três autores apresentaram, porém, novos espaçamentos no tempo.

Assim, a fase inicial da imprensa no Rio Grande do Sul ocorre entre 1827 e 1851, é chamada de período farroupilha, sendo subdividida de 1827 a 1844 pelo Diário de Porto Alegre, o primeiro jornal, e os jornais do decênio revolucionário e de 1845 a 1851, com os órgãos da época pós-revolucionária.

A segunda fase, de consolidação, registra-se entre 1852 e 1895, com a seguinte subdivisão: 1852 a 1868, um período intermediário; 1869 a 1884, extremos marcados pelos aparecimentos de A Reforma e de A Federação; 1885 a 1895, iniciado pelas comemorações do cinqüentenário da Revolução Farroupilha e o surgimento do Correio do Povo.

A terceira fase da imprensa gaúcha, a que esses autores chamam de fase moderna na seqüência do modelo sugerido por Bahia, dá-se entre 1896 e 1935, sendo o período 1896/1910 marcado pelo fim do Século XIX e por mais um aniversário da Revolução Farroupilha, o 75º; e o seguinte até o seu centenário.

Dornelles (2004) compartilha os marcos acima traçados, do primeiro jornal e da Revolução Farroupilha; e do exercício do jornalismo a serviço da política partidária até 1930, mas em boa parte dividido com o que chama de jornalismo literário independente e com o jornalismo noticioso implantado pelo Correio do Povo e generalizado entre os títulos sobreviventes ao Estado Novo.

Por sua vez, Fonseca (2002, 2005) indica as datas de 1827 (de surgimento do Diário de Porto Alegre, primeiro jornal em território gaúcho); de 1895 (aparecimento do Correio do Povo e do jornalismo moderno, fruto da empresa de comunicação); e de 1960 (renovação dos padrões gráficos e noticiosos, implantada pela Última Hora gaúcha), como pontuais da trajetória da imprensa no Rio Grande do Sul, completada em 1964 pelo jornal que sucedeu a este último, Zero Hora, absorvido no ano seguinte pela Rede Brasil Sul de Comunicação.

Hohlfeldt (2003, 2006) é outro autor que aponta o fim do período revolucionário farroupilha como origem de um salto de qualidade da imprensa do Rio Grande do Sul,

com a multiplicação de jornais e de vínculos – ideológicos e literários. Às fases iniciais (1827-1835 e 1830-1845) acima citadas ele agrega: a partidário-comercial (1850-1900), a literária (1860-início do Século XX), a industrial (1912-1960), a empresarial (1937-década de 1970), a da imprensa de massa (década de 1970-fim dos anos 1990) e a da imprensa de divertimento (fim dos anos 1990-atualidade).

Em revisão da mesma obra anteriormente editada, Rüdiger (2003) aponta duas fases para o jornalismo, afastando-se, apropriadamente, da expressão "jornalismo gaúcho" tal como da sua correspondente "jornalismo nacional": uma comandada pelo conceito de jornalismo político-partidário, dominante desde sua formação no Século XIX até a década de 1930; e outra regida pelos conceitos de jornalismo informativo e de indústria cultural, que começou a se gestar lentamente no início do Século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação.

Frente às diversas avaliações da trajetória da imprensa brasileira – nela inserida a do Rio Grande do Sul - parece lícito observar que o período inicial da República (década final do século XIX e quatro primeiras do século XX, coincidente com o que é denominado como República Velha ou Primeira República) é marcado por certa intersecção entre os gêneros e estilos de jornalismos – assim como entre os contextos históricos - apontados pelos autores acima citados, tanto no caso do Rio de Janeiro e do centro do País quanto no de Porto Alegre, o que, aliás, não constitui conclusão original, como abaixo se demonstra:

> Uma tentativa de periodização pode indicar uma data de início de um período uma tendência ou ma prática, mas raramente tem com fixar-se numa data de final de tal período; boa parte dos períodos ou tendências ou práticas, por isso mesmo, se cruzam e são contemporâneas, sem permanecerem exclusivas (HOHLFELDT, 2006, p. 7).

Num estudo sobre a imprensa do Rio Grande do Sul nas três últimas décadas do Século XIX e as três primeiras do Século XX, o autor acima citado observa que o período é de radical modificação, caracterizando-se pela introdução da imprensa industrial -"até mesmo os jornais claramente partidários, como *A Federação*, constituem-se enquanto empresas e necessitam de capital a ser integrado por seus apoiadores..." (HOHLFELDT, 2006, p. 7 – grifo original) -; pela multiplicação de tendências e públicos-alvos; pelo crescimento das tiragens e pela estabilidade das publicações; pelo convívio catequese/divertimento como estratégia de preservação dos

leitores; pela crescente importância à informação; pelo engajamento da imprensa em grandes campanhas como a abolicionista e a republicana; pela transição do formato tablóide para o *standard* e pela intervenção das autoridades sobre as publicações através da censura, da perseguição policial, dos empastelamentos e até dos assassinatos.

Pelo que se absorve das referências acima expostas, pode-se dizer que os tempos iniciais da República foram marcados, na então capital federal, pela superação da vinculação partidária dos jornais que, contudo, mantinham com o poder constituído vínculos de interesses econômicos e/ou políticos, à exceção do Correio da Manhã, que fez de sua declarada independência uma oposição permanente aos governos. Na capital gaúcha, os vínculos partidários eram explicitados objetivamente por A Federação e por A Reforma, mas crescia a importância da proposta eqüidistante dos facciosismos agremiativos, apresentada pelo Correio do Povo. Nos dois casos o jornalismo se encaminhava para a profissionalização, através da constituição de empresas que visavam ao lucro econômico ou político.

O Rio de Janeiro era o centro político, econômico e cultural do Brasil no advento da República e nas décadas imediatamente seguintes. A então capital era a cidade mais populosa (oscilando de cerca de 700 mil habitantes na passagem de século para pouco mais de 1 milhão por volta de 1915)[24], sede dos principais meios de comunicação, então limitados à forma impressa. Entre eles estavam publicações referenciais à História da Imprensa Brasileira como o Jornal do Commercio, O Paiz, a Gazeta de Notícias, A Tribuna, A Cidade do Rio, A Notícia, o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã (BAHIA, 1990; SODRÉ, 2004).

Testemunha dessa época, o jornalista Luís Edmundo[25] deixou relatos, muitos repletos de ironia, como o que segue, em "O Rio de Janeiro do meu tempo" (1938), obra reeditada pelo Senado Federal em 2003:

> O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas, rigorosamente, vazio

[24] Conforme o "Annuario Estatístico do Brazil". Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, volume 1-3, 1916-1927.
[25] Luís Edmundo (1878-1961): jornalista com longa passagem pelo Correio da Manhã. Boêmio, poeta, autor de "O Rio de Janeiro do tempo dos Vice-reis" (1932) , além da obra aqui referenciada.

> de opinião; espécie de *puzzle* de flores de retórica, que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutro, literatura cor-de-rosa e que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre* e chinelo *cara-de-gato* no bico do pé, acavalando, nos beques estremunhados, enormes *pince-nez* de tartaruga, babando admiração pela obra-prima e a dizer: - Sim, senhores, a isto é que se pode chamar de artiguíssimo de fundo! (EDMUNDO, 2003, p. 553).

O autor, que transitou pelas redações cariocas até fixar-se por longos anos na do Correio da Manhã, avalia que eram, todos, jornais com paginação sem movimento ou graça, com colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas, títulos curtos, pobres, ausência quase absoluta de subtítulos e vaga clicheria. Os diários desconheciam as manchetes e outros processos jornalísticos já em uso na Europa e alguns ainda circulavam com soneto na primeira página, "dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha" (IDEM, p. 554). A "solenidade" praticada não abria espaço para o humor, limitado às anedotas recortadas das revistas francesas. As caricaturas então publicadas diariamente pelo Jornal do Brasil constituíam a única exceção a essa regra.

Notícias, razão de ser dos jornais diários tal como são entendidos atualmente, eram raras. "As notícias que encontramos espalhadas pelas primeiras páginas são, muitas vezes, de interesse bem curto ou relativo... Que fazer, porém, se novas palpitantes escasseiam?" (IDEM, p. 554-555). Ele reconhece o "belo serviço de telegramas" do Jornal do Commercio – já se aproximando de sua oitava década de existência -, mas também o aponta como excepcional, e observa que "o infalível nariz-de-cera, desmesuradamente sentimental e florido, alambicado e piegas" (IDEM, p. 555) inicia sempre a notícia de conteúdo policial.

Ainda conforme Edmundo (2003), "a reportagem anda louca, buscando crimes sensacionais. Não encontra. Não existem. Atribui-se ao atraso do país a ausência de tragédias horrendas. Comentam-se os comoventes crimes das grandes capitais do mundo, com uma pontinha de despeito e de ciúme, o patriotismo abalado" (p. 555). Esse autor lembra que certa vez o repórter "Jamanta" – pseudônimo de Luís Cordeiro – escreveu na abertura de uma notícia de polícia, felizmente submetida ao exame do secretário do jornal: "Quando teremos nós a ventura de ver a Capital do Brasil colocada no nível das grandes metrópoles do mundo e ufanarmo-nos, também, de possuir, como elas possuem, grandes e horrendos crimes?" (IBIDEM).

Era a época do romance-folhetim de capa e espada - "delírio das moçoilas histéricas e consolo das velhotas que lêem à luz dos bicos Auer[26], engolindo sentimentalmente soluços que se afogam em vastas catarreiras crônicas" (EDMUNDO, 2003, p. 555-556) - registra ele, em exercício explícito de preconceitos; da seção de anúncios "relativamente pobre"; do (jogo do) "bicho"; das saudações pessoais de aniversário, namoro e "apedidos". Para este último o autor reserva um diagnóstico severo:

> Espécie de esgoto onde extravasa o esterquilínio anônimo, que mancha reputações alheias. E quanto mais austero o jornal, mais amplas são as liberdades concedidas nesse esgoto imundo. Passa o cano pelo balcão da empresa, vazando pelos interstícios, largando fezes e tostões... Linha a duzentos réis (EDMUNDO, 2003, p. 557).

Da obra de Edmundo extraem-se, além dessa visão geral sobre a imprensa do Rio de Janeiro, importantes retratos de cada um dos jornais então existentes e dos jornalistas que neles atuavam. Diz ele sobre o Jornal do Commercio, já chamado "vovô", por ter surgido durante o Império e continuar circulando – como ainda hoje:

> Caricaturam-no como um velhinho curvo, de barbas brancas e de pau na mão. Quando em contendas com seus colegas, estes chamam-no *caduco, velho tonto, gaiteiro*; descobrem-lhe reumatismos nas *Várias*, rugas na *Gazetilha* e, nos *A-pedidos*, flatulências senis. A verdade porém é que se ele não possui a ligeireza da Cidade do Rio e graça da Gazeta de Notícias, ainda está muito bem conservado para a sua idade e para o ambiente sisudo e conservador em que surgiu (EDMUNDO, 2003, p. 559 - grifos originais).

"O Jornal do Commercio é lido pelos homens de comércio, da política, os funcionários públicos, os graduados da tropa, todos, enfim, buscando informes em primeira mão, discretos e garantidos" (EDMUNDO, 2003, p. 560) e até quem não o lê o assina, como os merceeiros que o põem à disposição da freguesia. "Não há empresa jornalística mais prestigiosa, mas sólida nem mais sisuda" (IBIDEM), com instalações num sobrado da Rua do Ouvidor, a redação no andar superior, a gerência, no térreo.

A Gazeta de Notícias é apontada como um dos jornais da elite – "elite agrária", na complementação de Leal (2000, p. 2507) - cujo brilho é dado pelos redatores

[26] Tipo de iluminação da época, comum tanto em residências quanto em ambientes públicos, que emitiam uma luz azulada e inspiraram autores como *João do Rio* em "A alma encantadora das ruas".

literários, entre os quais Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Coelho Neto, Guimarães Passos, Bastos Tigre e Emílio de Meneses – com remuneração complementada pelas quadras publicitárias que produzem para os anunciantes (EDMUNDO, 2003, p. 571).

Na chegada do século XX, O Paiz é conhecido simplesmente como "O", gritado regularmente pelos pequenos jornaleiros. Também tradicional, é vizinho do Jornal do Commercio, ocupando um sobrado próximo com a mesma divisão do concorrente: a redação no andar superior, a gerência, no térreo. Edmundo aponta Quintino Bocayuva, um dos "pais da República", como o mentor do jornal. Bocayuva divide então a redação com o governo do Estado do Rio, para o qual foi eleito, enviando por estafetas suas contribuições feitas de "sueltos", comentários e sugestões escritos à mão, "carniça viva e suculenta para o editorial, sempre muito bem informado em coisas do governo" (p 576). Seu diretor é o português João de Sousa Laje, a quem Edmundo considera "amigo incondicional de todos os governos" (p. 577), servindo-os com "diligência e com agrado" (idem) e praticando a política do "toma lá, dá cá" que, denunciada pelo Correio da Manhã, leva "o poviléu" a apedrejar a sua sede e promover o enterro simbólico do "João Gazua" (EDMUNDO, 2003, p. 578).

O Jornal do Brasil é, na passagem do século, "o popularíssimo", o "jornal do povo para o povo", com redação e oficinas à Rua Gonçalves Dias, "um verdadeiro templo à Marte" (EDMUNDO, 2003, p. 583-584), sob a direção dos irmãos Fernando e Cândido Mendes, seguidores de idéias diferentes – o primeiro, republicano, o outro monarquista.

De A Notícia, diz ele ser o mais simpático, o mais lido e o de maior tiragem entre os vespertinos – "quatro páginas de papel cor-de-rosa que o Sr. Manuel Jorge de Oliveira Rocha, o 'Rochinha', orienta e dirige", e, "quando escreve, usa uma literatura de confeitos e *brioches*, prosa alambicada, leve, sempre bem penteadinha, tocada de *rouge* e de pó de arroz, onde os adjetivos se movem vestindo *toilettes* de cerimônia, casaca e luvas de pelicas brancas" (EDMUNDO, 2003, p. 596).

O vespertino A Tribuna tem como redator-chefe, no início do século XX Alcindo Guanabara, que o autor em referência aponta como "um grande nome do nosso jornalismo" (EDMUNDO, 2003, p. 607), comparando-o a Bocayuva, Ruy Barbosa, Ferreira de Meneses de Araújo e José do Patrocínio. "Seu talento cresce, avulta. É o apogeu de uma glória jornalística" (p. 607). O proprietário do jornal é o político

Antonio Azeredo, misto de senador e de jornalista de "pena vibrante, desenvolta, arguta" (p. 608).

José do Patrocínio passou à História como "o abolicionista", mas no jornalismo sua trajetória não tem o mesmo reconhecimento. Fundador da Cidade do Rio, sobre ele pesa a acusação de, conquistadas a Abolição e a República, comercializar a opinião do jornal. Edmundo associa-se a essa leitura, avaliando-o como "uma das maiores figuras desse núcleo ruinoso" – de "uma gazeta de boêmios" – "já quarentão mas ainda cheio de arroubos juvenis, de insanas impulsões, de fantasias loucas...", embora reconhecendo "um enormíssimo talento, tão grande que, por vezes, chega a lhe encobrir as falhas de cultura" (EDMUNDO, 2003, p. 613-614).

Edmundo ainda cita três outras publicações como pontuais na primeira fase da imprensa brasileira estudada nesta pesquisa: Os jornais Nacional e Jacobino, a que ele chama de "terríveis panfletos", e a Revista Contemporânea. O Nacional foi dirigido no período por Aníbal Mascarenhas, "professor, historiador e grande polemista", e por Barbosa Lima, "um dos mais brilhantes oradores da nossa Câmara, eminente jornalista, escritor e político" e "não tinha a feição verrinária do Jacobino" (EDMUNDO, 2003, p. 626).

Diocleciano Mártir, "tipo meio doido, impulsivo, muitíssimo apaixonado, andando de muleta e dela, muita vez, valendo-se como arma de combate", dirigia o Jacobino, cujo nome lembrava o movimento que, na França, um século antes, "havia conseguido firmar a República contra as facções reacionárias que a dilaceravam internamente a repelir do sol da pátria os exércitos invasores coligados para o restabelecimento da realeza e do predomínio clerical" (EDMUNDO, 2003, p. 627). O Jacobino era antilusitano e segundo o autor nunca perdoou o presidente Prudente de Moraes quando este reaproximou o Brasil de Portugal, após o rompimento de relações diplomáticas ocorrido no governo Floriano Peixoto, quando da revolta da armada, em 1893 (EDMUNDO, 2003).

A Revista Contemporânea teve o próprio Luís Edmundo como diretor, existindo entre 1889 e 1901, por iniciativa de Manuel Cardoso Júnior, "um gênio dos negócios", voltada para o intercâmbio de letras entre os novos autores, vivendo de contribuições de um grupo de "secretários" e de doações do comércio local (EDMUNDO, 2003, p. 631).

É a partir desse quadro da imprensa da então capital do Brasil que se insere parte dos jornais cujas relações com as personagens estarão sendo analisadas. Entre eles, o Correio da Manhã se impõe desde sua criação como um referencial do jornalismo da época.

> Foi para combater esse estado de coisas e restabelecer, na imprensa do país, aquele sentido patriótico que fez a glória de Evaristo e criou, por muito tempo, a autonomia do nosso povo, que um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir e vencer tão forte e perigosa grei, folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia, humilhava. Era necessário, para isso, apenas um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal. A gazeta devia ser sem apresentações de espalhafato, porém feita com muita honestidade de conduta, muita lisura naquilo que afirmasse, e, sobretudo, persistência e esperança no futuro.
>
> Esse advogado que, quando termina o século, não tem ainda trinta anos, chama-se Edmundo Bittencourt (EDMUNDO, 2003, p. 646).

No Rio Grande do Sul, ao contrário do que acontecia no Rio de Janeiro, ainda persistiam, nas décadas iniciais do século XX, diversas iniciativas de imprensa ligadas a partidos, em especial ao governista Partido Republicano Riograndense, como A Federação e o Diário Popular de Pelotas, e ao oposicionista Partido Federalista, sucessor do Partido Liberal e antecessor do Partido Libertador, como A Reforma. Entre eles, buscava espaço próprio o Correio do Povo, fundado em 1895 por Francisco Antônio Caldas Junior, anteriormente redator de A Reforma e diretor do Jornal do Commercio. A colônia alemã católica mantinha, desde 1871, em São Leopoldo, o *Deutsches Volksblatt* - que seria proibido de circular em 1941, durante a segunda guerra mundial - enquanto os evangélicos liam o *Deutsche Post* e o *Koseritz' Deutsche*. Outros jornais existentes então eram a Gazeta da Tarde, O Mercantil, O Dia, A República, e os semanários Gazetinha e O Trinta e Cinco (GALVANI, 1995).

Os jornais gaúchos – como os cariocas e os das demais regiões brasileiras –se apresentavam em formato *standard*, com páginas nas opções de seis a sete colunas, sem manchetes ou títulos – no máximo com títulos curtos que ficavam longe de indicar aos leitores o conteúdo dos textos. Raramente utilizavam recursos gráficos como fotografias

ou ilustrações e com certa freqüência publicavam quadras e sonetos já nas suas capas. Nos políticos, à identificação da linha a que seguiam costumavam somar-se no cabeçalho da primeira página algumas palavras de ordem, como as usadas pel'A Federação: "Federação-Unidade-Centralisação-Desmembramento" – na grafia da época.

A Reforma tinha uma circulação irregular, dependente das contribuições dos liberais conforme as injunções políticas, desfavoráveis desde 1889. Órgão político, noticioso e comercial ligado ao Partido Liberal, que antecedeu o Partido Federalista, havia sido fundada em 16 de junho de 1869, por Gaspar Silveira Martins, tendo como colaboradores imediatos Antônio Eleutério de Camargo, que redigiu o artigo de apresentação do novo diário porto-alegrense, Felisberto Pereira da Silva, Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, entre outros.

Carlos Thompson Flores e Corrêa de Oliveira e – anos mais tarde - Carlos von Koseritz foram os primeiros redatores de A Reforma. Só bem depois de sua fundação é que o nome do fundador foi incorporado ao cabeçalho de capa, acompanhado das seguintes frases: "Idéias não são metais que se fundem" e "A liberdade não se implora de joelhos" (DILLENBURG, 1987, p. 37).

O Correio do Povo foi criado como um veículo independente, afastado das facções partidárias, pretendendo ser lido por todos – conforme entrevista de Mário Totta, um de seus fundadores, ao próprio jornal, em 1º de outubro de 1929 (GALVANI, 1995, p. 27-28). O poeta Caldas Júnior e o médico Totta tiveram a companhia do gráfico José Paulino de Azurenha na fundação do jornal. Eles já haviam trabalhado juntos: os dois primeiros em A Reforma e no Jornal do Commercio e os três neste último, de onde saíram para a implantação do novo diário, com recursos próprios de Caldas Júnior, acrescidos de adiantamentos feitos pelos capitalistas Eugênio Du Pasquier e Antonio Mostardeiro Filho.

O Jornal do Commercio, de 1858, era um jornal "literário" (RÜDIGER, 2003) e simpatizante das idéias de Gaspar Silveira Martins (GALVANI, 1995), dirigido por Aquiles Porto Alegre, sogro de Caldas Júnior.

Entre os jornais em língua alemã editados à época, o *Deutsche Post*, de 1880 (ou 1881) sustentava o lado protestante na discussão com o católico *Deutsches Volksblatt*, fundado uma década antes. Até 1904, o *Post* teve à frente Hermann Wilhelm

Rotermund - que a partir de então, e até 1924, passou a colaborador – e editou a partir de 1893 o suplemento Folha Dominical, mantido pelo Sínodo Rio-Grandense. Já o *Volksblatt,* ligado aos jesuítas, durou cerca de 50 anos, sendo no período final chamado Gazeta Popular e escrito em português, com um suplemento em alemão (DA SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

Já nos anos iniciais do século XX, os principais diários gaúchos se encaminhavam para o formato empresarial. Mesmo os doutrinários buscavam a auto-suficiência para preservar o diletantismo e depender cada vez menos das subvenções dos partidos. Sufocada pela impossibilidade de atender a esse objetivo, A Reforma, por exemplo, diversas vezes ficou sem condições de circular, até deixar de ser publicada definitivamente em 1912.

Mas muitos jornais continuavam a ostentar publicamente a defesa de algum interesse político ou preceito filosófico (GALVANI, 1995, p. 46), uns inclusive no título, como os já citados A República e O Trinta e Cinco, embora este se apresentasse como periódico "literário, humorístico e noticioso". Assim, O Mercantil se declarava católico, a exemplo do o *Deutsches Volksblatt*, que por óbvio representava também a colônia alemã; O Dia praticava oposição ao PRR de Júlio de Castilhos; e o Jornal do Commercio se inclinava pelas ideias de Gaspar Silveira Martins, o líder liberal e federalista, e não tem correspondência com o Jornal do Comércio hoje existente na capital gaúcha nem com o Jornal do Commercio carioca.

O quadro a seguir ilustra o que foi afirmado neste segmento.

Quadro 3

ORIGEM DA IMPRENSA E DO JORNALISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL			
Período	**Imprensa/Jornalismo**	**Contexto**	**Exemplos**
1808	Iniciativa própria; patrocínio Estado. Oficio tipográfico: privilégio real. Censura.	Vinda da família real para o Brasil; abertura dos portos.	Correio Braziliense, Gazeta do Rio de Janeiro.
1822	Publicações independentes fomentando a luta política.	Independência do Brasil.	A Malagueta, Aurora Fluminense, Sentinelas.
1827	Surge o primeiro jornal do RS	Estagnação econômica do RS fomentando o processo político a desembocar na Revolução Farroupilha.	Diário de Porto Alegre
Até 1850	Pasquins.	Disputas políticas acirradas objetivando destruir o oponente.	O Guaianá, A Academia, A Honra, O Povo.
Três últimas décadas do século XIX	Folhas político-partidárias; jornalismo literário; aparecimento do jornalismo informativo. Na 2ª década do século XX, *A Federação* tirava 10 mil exemplares/dia.	Consolidação do regime monárquico constitucional e do sistema parlamentarista; partidos embrionários; aproximação dos políticos à imprensa; Proclamação da República; Revolução de 1893.	(RS: A Reforma, 1869/1912; A Federação, 1884/1937; O Noticiador; Jornal do Commercio, 1865/1912; Correio Mercantil, 1875/1915; Opinião Pública, 1896/1962; Correio do Povo, 1895/atualidade; O Estado do Rio Grande, 1929/1961).
Início do século XX	Desenvolvimento da imprensa no Brasil e no RS e aumento das tiragens. Declínio do jornalismo político-partidário.	Transformações econômicas (aumento demográfico/geração de riquezas/industrialização/modernização da sociedade).	Mesmos acima.
Décadas de 1910/20/30	Declínio do jornalismo político-partidário; ascensão do jornalismo noticioso;	Guerra mundial; crise econômica; desvalorização da moeda; inflação; retração do consumo; Revolução de 1930 (conciliação das	Jornal O Diário (1911/1918); revista Kodak (1912); jornal

	consolidação do jornalismo estruturado em bases empresariais.	forças políticas no RS); Estado Novo e abolição dos partidos.	A Noite (1914); Última Hora (1915); revista Kosmos (1925).

Fonte: o autor (base: Bahia, Dillenburg, Dornelles, Edmundo, Fonseca, Galvani, Rüdiger e Sodré).

A história da imprensa brasileira continuará a ser abordada à frente, quando da apresentação dos períodos de atuação pública das personagens, inserida nas análises sócio-históricas.

3.1.2 O texto jornalístico através do tempo

No extenso período como o que se examina no presente trabalho, a linguagem jornalística sofreu transformações relevantes que, por sinal, deram sequência ao que vinha acontecendo desde a implantação da imprensa no Brasil. É o que Lustosa (1996), referindo-se a todo o percurso do jornalismo no país, chama de "grande processo evolutivo no qual os próprios veículos foram aprendendo a codificar suas mensagens de acordo com os canais utilizados" (p. 67) – valendo lembrar que, para esta pesquisa, o canal é o meio impresso.

Vem do próprio Lustosa (1996) a contribuição à periodização das fases de codificação do texto jornalístico brasileiro, de 1808 a meados dos anos 1990 do século passado.

Ele aponta o espaço de tempo entre 1808 e 1827 como a **primeira fase**, marcada pela onipresença de opiniões e observações pessoais do autor (de então) e ainda pelo enaltecimento dos valores morais e cristãos. Predominavam informações baseadas nos negócios. Os conteúdos eram comentados, repletos de adjetivos e aproximavam-se mais do que hoje se conhece como editoriais do que propriamente notícias. Também não tinham vínculo com a atualidade. Lustosa (1996) cita o exemplo do jornal Clamor Nacional, cuja primeira edição, de 28 de junho de 1824, ocupava-se exclusivamente da independência do Brasil, proclamada quase dois anos antes. Não bastasse esse distanciamento temporal, o texto, sob a assinatura genérica de "o *spectador* brasileiro", ainda prometia dar continuidade ao artigo no próximo número.

> É difícil qualificar os textos informativos dos primeiros jornais como notícias, embora não trouxessem assinaturas, pois eram matérias repletas de adjetivos e opiniões pessoais dos redatores. Essa fase oferece também alguns veículos que faziam questionamentos políticos, inclusive nos textos dos romances–folhetins. É difícil estabelecer um marco, pois a imprensa ganhou maior mercado exatamente quando passou a levantar bandeiras políticas, depois da proclamação da Independência, quando começou o desgaste do primeiro Reinado (LUSTOSA, 1996, p. 68).

A **segunda fase** desenrolou-se entre 1827 e 1889, na divisão feita por Lustosa (1996), reconhecendo "mudanças mais significativas na segunda metade do século" (p.69). Nessa, predominavam os conteúdos que expunham os assuntos a partir da cronologia dos acontecimentos, reduziam-se as opiniões e destacava-se o diferencial trazido pelas agências de notícias. Por consequência, os jornais passavam a destacar as informações, mas ainda com predominância da política e do seu engajamento às campanhas por causas específicas, como a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) – havendo órgãos tanto a favor quanto contrários a esses ideais.

> Este período, no Brasil, representa para a imprensa um dos períodos de maior liberdade, com o aparecimento de muitos jornais e pasquins a questionarem os políticos e governantes, principalmente o imperador e a aristocracia. Defendiam ou eram contra a abolição da escravatura e a instalação do regime republicano. Muitos eram apócrifos e de pouca duração (LUSTOSA, 1996, p. 69).

De 1889 a 1930, transcorre o que Lustosa (1996) chama de **terceira fase** da trajetória do texto jornalístico brasileiro, marcada pela ascensão da informação em detrimento à emissão de juízo de valor ou opinião pessoal do jornalista e pelo fim da liberdade que então prevalecia. O início desse período coincidiu com o da República e representou uma ruptura em relação ao estado político anterior. Nele está inserida a análise que se faz nesta pesquisa das relações de Pinheiro Machado com a imprensa.

Seus anos iniciais foram de muitos conflitos entre os militares no poder e os jornalistas dentro[27] e fora dele. Em 1890, a Tribuna Liberal foi depredada por apoiadores do Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador; em 1893, o Jornal do Brasil chegou a ser invadido por apoiadores do segundo marechal-presidente, Floriano Peixoto – e o redator-chefe do jornal e ex-ministro da Fazenda, o senador Ruy Barbosa, exilado na Inglaterra.

[27] Os primeiros governos republicanos buscaram muitos de seus quadros na imprensa.

Foi também nessa fase que alguns jornais iniciaram a adoção de características empresariais, adquirindo novos e sofisticados equipamentos e valorizando o conteúdo informativo ao opinativo. A Primeira Guerra Mundial (1914/1918) acentuou a importância dos materiais das agências de notícias, em que se buscava a imparcialidade, a impessoalidade e a isenção.

> Ao mesmo tempo em que faltava liberdade, os jornais se transformavam em grandes empresas. Nesse período, foram importados equipamentos mais modernos e novas impressoras a vapor. A modernização dos equipamentos tornou possível um aperfeiçoamento das ilustrações, especialmente a caricatura, marcada pelo humor, piadas e críticas envolvendo grandes personagens do mundo político, especialmente o presidente da República (LUSTOSA, 1996, p. 70).

Nos anos iniciais do Século XX, os jornais brasileiros passaram a importar linotipos, a primeira dessas máquinas sendo adquirida em 1905 por A Fanfulha, conforme Bahia (1990). Sua vantagem principal estava na velocidade de composição e impressão.

Até então, e decorrido quase um século da história da imprensa brasileira, os jornais não continuam manchetes nem formas específicas de destacar e hierarquizar os seus conteúdos. Com as novas máquinas e a ampliação dos tipos disponíveis, mais possibilidades surgiram e textos que na situação anterior eram encimados por não mais que uma palavra como título passaram a usufruir de frases completas e esclarecedoras. Lustosa (1996) lembra que o que antes era intitulado meramente como "Viagem" pôde ser revelado aos leitores como "Presidente viaja para Nova York".

A **quarta fase** do texto jornalístico brasileiro se desenvolveu de 1930 a 1969 - nela estando inseridos, portanto, as duas outras personagens alvo desta investigação: Getúlio Vargas e Costa e Silva - com a implantação de modernas técnicas de elaboração de notícias (LUSTOSA, 1996, p. 71). As matérias tornam-se menos alongadas e mais precisas. "Os jornais voltaram-se para a valorização da notícia e de sua construção" (DINES, 1974, p. 12) no fim dos anos 1940. "O modelo da técnica da notícia, exigida pelos manuais de redação, que surgem a partir de 1950, representou também a introdução do lide (...)" (LUSTOSA, 1996, p. 71). A partir da quinta década do século XX, os meios de comunicação passaram a adotar a técnica especial de construção do texto informativo, com a importação da "pirâmide invertida", em que a redação da notícia segue a hierarquia decrescente da sucessão de fatos relacionados a um mesmo

acontecimento, buscando responder questões básicas como o quê?, quem?, quando?, como?, onde? e por quê?

> A técnica da notícia possibilitou a apropriação da opinião, com exclusividade, pelos donos do veículo. O repórter passou a produzir textos padronizados, a partir de um modelo de formulação que não permitia a manifestação de comentários pessoais. Estabelecida a propriedade de opinião, surgiram as "páginas de opinião", com o editorial – espaço reservado à defesa das causas e interesses do veículo – e os textos dos articulistas e colunistas, que podiam manifestar seus próprios pontos de vista. Os jornais passaram a esclarecer no expediente que não se responsabilizavam pelas opiniões emitidas nas matérias assinadas (LUSTOSA, 1996, pp. 71-72).

Para Lustosa (1996), a **quinta fase** da trajetória da linguagem jornalística brasileira transcorre de 1969 à atualidade[28] - tendo na origem a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em que "começa então o período mais duro da ditadura militar" (p. 73). Essa fase, em seu início tendo ainda a inserção do general Costa e Silva, é a da predominância do visual, numa espécie de transferência do modelo da televisão para a mídia impressa. "Nesse período, verifica-se a consolidação das televisões como o mais importante veículo de comunicação. O processo de mudança não se verifica imediatamente, mas a televisão vai se impondo gradativamente, até sua consolidação e seu império absoluto nos anos 1980" (LUSTOSA, 1996, p. 73).

Na década de 1980, os jornais intensificam a informatização das redações. Os dois primeiros a produzirem seus conteúdos através de computadores foram o Diário Catarinense (totalmente)[29] e a Folha de S. Paulo (parcialmente), em 1986. No caso do jornal implantado em 1986 em Florianópolis, a tecnologia permitiu inovações que representaram uma revolução estética a que Lustosa (1996) chama de adoção de "notícia plástica ou iconográfica[30]" – com profusão de desenhos, gráficos e ilustrações e a valorização das fotografias -, "o que constituiu a reprodução pelos jornais e revistas do modelo televisivo" (p. 73).

Um dos recursos que, usado em extensão pela televisão, também passou a ser adotado pela mídia impressa desde então foi a vinheta. A informação visual, que no

[28] É importante ressaltar que a obra de Lustosa aqui referenciada foi lançada em 1996, anterior, portanto, à popularização da rede mundial de computadores.

[29] O autor desta tese participou do projeto de implantação do Diário Catarinense, nas funções de secretário de redação (1986) e de editor de Política (1988).

[30] Segundo ele: é "a que informa o leitor por meio de recursos estéticos, como o monstro da inflação da (revista) Veja, que se agigantava à medida que cresciam índices de preços" (LUSTOSA, 1996, p. 73).

meio eletrônico transmite ao telespectador o assunto que o apresentador passa a abordar, em seu meio impresso assumiu o papel de um selo, de uma marca para a notícia, ou sequência de notícias, ou ainda reportagem de um mesmo assunto, tratado numa mesma edição em edições em sequência.

> A viabilidade técnica da notícia estética ou iconográfica foi possível com a mudança tecnológica do processo de impressão, com a substituição das linotipos pelo sistema oof-set ou impressão a frio. O novo processo permitiu a reprodução com perfeição dos diversos tons e degradação de cores, o que era impossível com os antigos clichês (LUSTOSA, 1996, p. 74).

A partir da contribuição de Lustosa na indicação das cinco fases acima abordadas, e sob a motivação do fato de sua obra ter sido editada em 1996, permite-se inserir uma **sexta fase**, aqui apresentada apenas para que o quadro se complete – já que não interfere no tempo alvo do presente trabalho. Pode-se enquadrá-la entre 1996 e a atualidade e chamá-la de "universalização do jornalismo", cuja produção e consumo passam a estar potencial e simultaneamente disponíveis para todo indivíduo que disponha de um mínimo aparato tecnológico e de acesso à rede.

Por ter como objeto de estudo as relações da imprensa com o poder desde a proclamação da República até a implantação e o fim do Regime Militar, o presente trabalho se concentrará nas fases correspondentes a esse período – mais especificamente, a terceira, a quarta e a quinta. O exame, o estudo e a análise dessas relações serão aprofundados em capítulos específicos.

Antes, considera-se necessário aprofundar o entendimento sobre o campo científico em que se trabalha aqui. Portanto, busca-se responder: o que é Jornalismo?

Todos os meios pelos quais a notícia chega ao público são jornalismo, diz Bahia (1990, p. 9). "A palavra *jornalismo* quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação" (idem). Para esse autor referencial brasileiro, é da natureza do jornalismo levar a comunidade a participar direta ou indiretamente da vida social. Portanto, o jornalismo "assume uma condição de intermediário da sociedade" (ibidem). Como dizia Ruy Barbosa (1920): "a imprensa é a vista da Nação".

Para que a sociedade - ainda com base nas palavras de Barbosa (1920) – acompanhe o que lhe passa ao perto e ao longe, enxergue o que lhe malfazem, devasse o que lhe ocultam e tramam, colha o que lhe sonegam ou roubam, perceba onde lhe alvejam ou nodoam, meça o que lhe cerceiam, vele pelo que lhe interessa e se acautele do que a ameaça, existe o jornalismo como "uma arte, uma técnica e uma ciência", conforme Bahia (1990).

Sua prática vem de tempos anteriores, mesmo, à invenção da imprensa por Gutenberg no Século XV- como se abordará ainda no presente capítulo. Mas desde os tipos móveis "é ininterrupto, ainda que lento, o desenvolvimento do jornalismo" (BAHIA, 1990, p. 10), com cada etapa abrigando novas máquinas de comunicar. Recorrendo a Bagdikian (1973), que compara as notícias às mercadorias produzidas e distribuídas por homens e máquinas, com a ressalva de que, na sua origem, há um esforço intelectual artesanal que resulta de avaliação pessoal, de técnica e de organização, Bahia conclui com as próprias palavras do autor turco-norte-americano: "Por isso, o significado fundamental do sistema de notícias não é econômico, é social" (BAHIA, 1990, p. 10).

"Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum" (BELTRÃO, 1992, p. 67). Melo (1985), um dos mais produtivos pesquisadores brasileiros, complementa, recorrendo a Bond (1962), para lembrar as quatro razões de ser fundamentais do Jornalismo: informar, interpretar, orientar e entreter. Também citado por Melo (1985), Nixon (1970) vê a observação, o aconselhamento, a educação e a diversão como funções jornalísticas típicas.

Ainda conforme Nixon (1970), a instituição jornalística assume o papel de observadora atenta da realidade, cabendo ao jornalista proceder como *vigia*, registrando os fatos, os acontecimentos e informando-o à sociedade. Essa função corresponde ao *jornalismo informativo*.

Como, além disso, o Jornalismo reage diante das notícias, difundindo opiniões próprias e de terceiros, assemelha-se, segundo Nixon (1970), à instituição do Fórum na Grécia antiga, atuando como conselheiro e como formador de opinião. Melo (1985) traduz: essa função corresponde ao *jornalismo opinativo*.

Na medida em que informa e orienta, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade, estabelecendo-se aí a sua função educadora, na visão de Nixon (1970). Segundo ele, isso se efetiva por intermédio de informações que esclarecem o que está acontecendo e não é percebido claramente pelo público. Os fatos são, portanto, esclarecidos, explicados, detalhados. De acordo com Melo (1985), essa função corresponde ao *jornalismo interpretativo*.

Finalmente, o Jornalismo preenche os momentos de ócio das pessoas, oferecendo informações não necessariamente utilitárias, mantendo seções que buscam entreter, ou abrindo espaço para prender o interesse do público, divertindo-o. Conforme Melo (1985), essa função corresponde ao *jornalismo diversional*.

Melo (1985) recorre ainda a Dovifat (1959), para quem o Jornalismo se vale de três formas de expressão – *informativa*, *opinativa* e *amena* – e a Costales (1976), para agregar àquelas uma quarta – a do *incitamento*, cuja vocação é "animar, excitando a curiosidade do público sobre temas variados" – (MELO, 1985, p. 19).

Beltrão (1992) avança sobre os gêneros jornalísticos para também indicar a sua classificação. Assim, *informativo* é o jornalismo fundado na notícia, na reportagem, nas histórias de interesse humano e na informação pela imagem. Já a reportagem em profundidade se insere no que esse autor considera como *jornalismo interpretativo*. O editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada e a opinião dos leitores, por sua vez, constituem o *jornalismo opinativo*.

Melo (1985, pp. 48-50), por fim, faz a sua própria proposta: o *jornalismo informativo*, em que se inserem a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista; e o *jornalismo opinativo*, formado pelo editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

Outro autor a apresentar uma classificação própria é Lage (2001, pp 18-20), para quem o Jornalismo passou pelo modo *publicista* (discursivo), entre os séculos XVII e XVIII[31]; pelo *educador*, (marcando a transição da população rural para o meio urbano, da agricultura para a indústria); pelo *sensacionalista* ("novelesco, sentimentalista,

[31] Essa definição é compartilhada com outros autores, eventualmente divergindo quanto ao período. Entre eles, Francisco Rüdiger, em "Tendências do Jornalismo" (EDUFRGS, 2002).

aventureiro, exótico, incomum"), no século XIX e pelo *testemunho* (informação jornalística devendo reproduzir os dados obtidos com as fontes), no século XX.

> Por muitas décadas o jornalista foi essencialmente um *publicista*, de quem se esperavam orientações e interpretação política. Os jornais publicavam, então, fatos de interesse comercial e político, como chegadas e partidas de navios, tempestades, atos de pirataria, de guerra ou revolução; mas isso era visto como atração secundária, já que o que importava mesmo era o *artigo de fundo*, geralmente *editorial*, isto é, escrito pelo editor – homem que fazia o jornal praticamente sozinho (LAGE, 2001, p. 10, grifos originais).

Apesar de relacionado por Lage nos séculos XVII e XVIII, o *publicismo* persistiu por boa parte do século XIX no Brasil, inclusive em duas experiências tratadas nesta investigação, casos de A Reforma, surgida na segunda metade dos anos 1900 em Porto Alegre como órgão do Partido Liberal – e depois do Partido Federalista – e a de A Federação, diário criado pelo Partido Republicano Riograndense (sic), quase seis anos antes da proclamação da República.

Júlio de Castilhos, contemporâneo da primeira personagem examinada nesta pesquisa, foi um publicista, como propagandista[32] da República, ao tempo do Império, através de artigos em jornal dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, como mentor da criação de A Federação e, logo a seguir, como seu diretor.

Também Carlos Lacerda[33] é referido por Lage (2001) como exemplo de jornalista publicista brasileiro por volta da metade do século XX. Ele já era um jornalista experiente quando montou seu próprio jornal, a Tribuna da Imprensa, a partir do qual desempenhou posições políticas importantes, entre elas a de governador do antigo Distrito Federal – a então Guanabara, que mais tarde se fundiu ao Estado do Rio de Janeiro. "A *Tribuna* teve alguns bons repórteres, mas a grande maioria de seus leitores comprava o jornal para ler o artigo de Lacerda; eram os *lacerdistas*" (LAGE, 2001, p. 11 – grifos originais). O jornal de Lacerda é um dos examinados nesta pesquisa, em seu confronto com Getúlio Vargas.

---

[32] Também o foram inúmeros outros jornalistas - como Quintino Bocayuva – que, uma vez implantada a República, constituíram seus primeiros quadros administrativos, a maioria em atuação paralela entre o Governo e o Jornalismo.

[33] Carlos Lacerda (1914/1977): político fluminense que iniciou sua trajetória como membro da Juventude Comunista e a encerrou como a principal liderança da UDN. Jornalista, colocou a profissão a serviço da política, como feroz crítico dos adversários. Criador do jornal Tribuna da Imprensa.

Lage (2001) ressalta que o mesmo século XIX em que o jornalismo brasileiro exerceu o publicismo também registrou mudanças radicais nas condições em que se exercia o Jornalismo: "(...) As tiragens dos jornais (...) multiplicaram-se por cem ou por mil (...)" (p. 13). A busca pelo grande público tornou necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam:

> A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores, herdeiros de uma tradição de cultura popular muito mais objetiva. Além disso, a guerra de opiniões perdia interesse porque não havia, como antes, aristocracia poderosa para se opor ao pensamento burguês e a organização dos operários para a ação política contínua sempre esbarrou em grandes obstáculos – quando não a repressão policial, a recessão econômica (LAGE, 2001, p. 13).

O fato é que, como diz Melo (1985, p. 32), "a mensagem jornalística vem experimentando mutações significativas, em decorrência das transformações tecnológicas que determinam as suas formas de expressão, mas sobretudo em função das alterações culturais com que se defronta". Na atualidade, a mensagem jornalística por excelência é a notícia, aqui apresentada como mais uma especificidade - da Comunicação, da Imprensa e do Jornalismo.

Notícias são relatos dos acontecimentos significativos e interessantes, diz-nos Traquina (2005). "São o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação da matéria-prima acontecimento no produto notícia", continua o autor (2005, p. 59).

Já para Marcondes Filho (1989), notícia "é a informação transformada em mercadoria (com todos os apelos estéticos, emocionais e sensacionais), adaptada às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo" (p. 14). Ainda para este último autor, notícia também é o meio de manipulação ideológica de grupos do poder social e uma forma de poder político (1989).

Razão de ser dos veículos de comunicação, tal como percebidos na atualidade, a notícia - como tratado na parte histórica desta investigação - hoje predomina no Jornalismo. A prática começou a ser desenvolvida a partir da segunda metade do Século XIX, nos EUA, e de meados do Século XX, no Brasil.

Para Molotch e Lester (1993), as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos diretamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma. Segundo eles, embora os que fazem a sua vida no trabalho jornalístico tenham necessidades suplementares de notícias, "todos os indivíduos, em virtude dos modos como vêem e relatam aquilo que crêem ser o mundo pré-determinado, são diariamente produtores de notícias" (1993, p. 34).

Notícia, portanto, é o resultado da "necessidade invariante de relato do inobservado, dessa capacidade de informar os outros", avaliam Molotch e Lester (1993, p. 34), complementando:

> "(...) o conteúdo das concepções de um indivíduo da história e do futuro de sua comunidade vem a depender dos processos através dos quais os acontecimentos públicos se transformam em recursos do discurso nos assuntos públicos. O trabalho dos historiadores, jornalistas, sociólogos e analistas políticos ajuda a realizar essa tarefa para vários públicos, oferecendo aos cidadãos um leque de ocorrências a partir das quais se elabora um sentido do tempo público (1993, p. 35).

O presente trabalho se vale das concepções de Molotch e Lester para o processo de produção da notícia - e de seus equivalentes, já que em parte do período aqui examinado o conteúdo predominante na imprensa brasileira tinha formato distinto e era composto pelos artigos, em especial os "artigos de fundo", antepassados do que hoje conhecemos como "editoriais". Segundo esses autores, os acontecimentos são constituídos por três agências principais:

1) Os *promotores de notícias (new promoters)* – pessoas e seus associados (por exemplo, Nixon, a secretária de Nixon; Kunstler, o porta-voz de Kunstler, um-homem-que-viu-um-disco-voador) que identificam (e tornam-na assim observável) uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros.
2) Os *news assemblers* - todos os profissionais do campo jornalístico que participam na "montagem" do produto jornalístico e que, trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão.
3) Os *consumidores de notícias (news consumers)* – os leitores (para este trabalho), que analogamente assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como

recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação do tempo público.

> Cada agência incorpora sucessivamente o mesmo tipo de trabalho de construção, baseado em propósitos que determinam dadas necessidades de acontecimentos. Mas o trabalho levado a cabo em cada ponto bloqueia ou inibe um grande número de possibilidades de criação de acontecimentos. Neste bloqueio de possibilidades reside o poder do trabalho jornalístico e toda a atividade de informação. (MOLOTCH e LESTER, IN TRAQUINA, 1993, p. 38).

Nos casos aqui sob exame, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Costa e Silva são *promotores de notícias* – de acordo com a concepção de Molotch e de Lester.

No quadro a seguir, estão selecionadas referências passíveis de utilização num trabalho como o que aqui se apresenta.

Quadro 4

REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE O JORNALISMO	
Autores e datas	**Estudos**
White, 1950	Valores e preconceitos pessoais do jornalista. "Filtro" de acontecimentos/notícias
Breed, 1955	Constrangimentos organizacionais influenciando as escolhas jornalísticas
Galtung e Ruge, 1965	Critérios de noticiabilidade
Tuchman, 1971	Natureza problemática dos fatos (espaço e tipificação das notícias)
Molotch e Lester, 1974	Processo de produção da notícia (rotina, acidentes, escândalos, acaso)
Hall e outros, 1973	Relações entre fontes e jornalistas; cultura dos meios de comunicação
Weawer, 1975	Influência do meio sobre as formas
Phillips, 1976	Notícias como mosaico que privilegia o concreto, o particular e o individual
Schlesinger, 1977; 1992	Tirania do tempo; variáveis credibilidades das fontes
Katz, 1979	Necessidades cognitivas, afetivas/estéticas, integração social, integração pessoal, evasão
Traquina, Gurevitch e Blumler, 1982	Rotinas e a cultura profissional
Schudson, 1982	Notícias como produto cultural
Hackett, 1984	Linguagem como representação das coisas
Hallin e Mancini, 1984	Diferenças nacionais na análise das narrativas jornalísticas
Herman, 1985	Pressões (empresários, governos)
Adriano Duarte Rodrigues, 1988	Objetividade x Subjetividade
Bird e Dardenne, 1988	Vozes narrativas
Soloski, 1989	Natureza da profissão

Fonte: o autor (bases: diversas).

A partir do que vem sendo exposto, e com base nas referências bibliográficas abordadas, é interessante realçar que a pesquisa trata, também, da organização do trabalho jornalístico – neste caso, estendido pelo tempo -, em processo conhecido cientificamente como *newsmaking*, pelo qual os meios de comunicação planejam sua cobertura, os jornalistas reconhecem entre os acontecimentos disponíveis aqueles que

podem ser transformados em notícia e produzem conforme normas de abordagem[34] e regras de elaboração de conteúdos a serem tornados públicos.

"Embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim uma submissão a um planejamento produtivo", observa Pena (2005, p. 129), complementando: "As normas ocupacionais teriam maior importância que as preferências pessoais na seleção das notícias" (p. 130).

Como os acontecimentos não são total e propriamente previsíveis, práticas unificadas de produção de notícias foram estabelecidas para superar o desafio do trabalho jornalístico de colocar ordem no tempo e no espaço, sistematizando as tarefas cotidianas. O *newsmaking* teoriza sobre esse processo, concentrando-se na Notícia como motivação do *fazer jornalístico.* Para tal, apresenta a idéia de *noticiabilidade* - que, como lembra Wolf (1987), resulta da cultura profissional e de seus valores -, formada por uma série de critérios (*critérios de noticiabilidade*, portanto), operações e instrumentos (exemplificados nas normas e nos manuais de redação) que darão ao jornalista os elementos para escolha do que será noticiado entre os inúmeros acontecimentos disponíveis.

Pauteiros, repórteres, editores e todos[35] os envolvidos no processo produtivo participam dessa negociação (diária, permanente) em torno da *noticiabilidade*, e entre eles incluem-se os dirigentes da empresa jornalística. A base para a aplicação da *noticiabilidade* é constituída pelos chamados *valores-notícia*, em contribuição científica apresentada por Galtung e Ruge, na década de 1960, na busca pela resposta à indagação "como os acontecimentos se tornam notícia?"[36].

Valores-notícia relacionam-se ao conteúdo a ser noticiado, ao produto em que a notícia será veiculada (logo, ao processo de produção), ao público para os quais se destina (ligada assim à imagem que os jornalistas têm sobre os destinatários de seus conteúdos) e à concorrência do meio de comunicação que o circulará (do mesmo tipo ou

[34] Em parte dessa pesquisa, os requisitos para o *fazer jornalístico* eram outros, ou não detinham o mesmo rigor, ou ainda havia uma convivência de formas distintas de percepção das vocações e práticas do Jornalismo.
[35] Nomenclatura atual, eventualmente designada diferentemente, dependendo da época.
[36] Traquina (2000, 2005) questiona o mesmo de outra forma: "Por que as notícias são como são?"

em mídia diferente, o que pode representar vantagens e desvantagens em atributos como forma e tempo de veiculação).

Segundo Golding e Elliot (1979), os valores-notícia são usados de duas formas: para selecionar os elementos dignos de serem incluídos na notícia/no meio de comunicação, entre o material disponível para a redação; e como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado e o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público.

> Os valores-notícia são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja ausência ou presença relativa os indica para a inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exige essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluídos (GOLDING E ELLIOT, in WOLF, 1995, p. 176).

De acordo com Galtung e Ruge (1965), são *valores-notícia*, tacitamente assimilados pelo processo de produção no Jornalismo na atualidade[37]:

- *Frequência*, em que quanto mais um acontecimento coincidir com a periodicidade do meio de comunicação, mais *valor-notícia* terá.
- *Amplitude*, como a necessidade de um acontecimento ultrapassar limites para adquirir valor de noticiabilidade.
- *Clareza*, onde o que é mais compreensível é mais facilmente tornado notícia.
- *Significância*: relevância do acontecimento, seu impacto sobre a sociedade.
- *Consonância*, como a atribuição de inserir um acontecimento novo numa rotulação relevante anteriormente, como a utilização do sufixo inglês *gate* para os escândalos em todo mundo após o *Watergate*, incluindo o brasileiro *collorgate*.
- *Inesperado*: acontecimentos raros e inesperados cercam-se de mais valor-notícia (atendidos também os limites da consonância e da significância).
- *Continuidade*: fatos que prosseguem cobertura iniciada anteriormente, desde que apresentem dados novos.
- *Composição*, na ideia de equilíbrio entre setores (editorias) e assuntos.
- *Referências a nações de elite*, em que países de importância política e/ou econômica ganham mais relevância.

[37] Critérios de noticiabilidade e valores-notícia naturalmente podem variar com o tempo. Numa investigação prolongada por 121 anos como esta, essa observação parece relevante.

- *Personalização*, pelo qual notícias originam-se de um sujeito (pessoa ou coletividade; fonte jornalística), havendo mais valor-notícia no sujeito com maior representação sobre o assunto em questão.
- *Negatividade*, em que notícias ruins são mais valorizadas – segundo Galtung e Ruge (1965), porque satisfazem melhor o critério de frequência, permitem maio consenso na apreensão, são mais contemporâneas, inesperadas, raras e imprevisíveis.

Outros autores, como Ericson, Baranek e Chan (1989), apresentam ainda como *valores-notícia*:

- *Dramatização*, em que as notícias valorizam os acontecimentos cercados de dramaticidade.
- *Infração*, que dá ao Jornalismo a função de policiar infrações e má gestão.
- *Excepcionalidade*, em histórias de pessoas comuns encontradas em situações insólitas ou de pessoas públicas surpreendidas no cotidiano da vida privada.
- *Inversão de papéis,* em que o improvável acontece – como o homem morder o cão.
- *Humanidade*, com notícias de interesse humano, em geral narradas sem as amarras tradicionais do modelo da pirâmide invertida[38].
- *Fatos heróicos*, em geral revestidos de condições como excepcionalidade, podendo ser exemplificados no recente episódio dos trabalhadores resgatados de uma mina no Chile.

Para as circunstâncias em exame neste trabalho, é importante registrar: a imprensa, seus dirigentes, empregados e colaboradores não foram meros assistentes dos processos políticos vividos pelo Brasil, a partir de sua fundação como Nação, em 1808. Em alguns casos, desempenharam papéis, ora coadjuvantes, ora protagonistas, em situações como a Independência, em 1822, as disputas internas de poder, durante o I e o II Reinados, a luta pela Abolição da Escravatura, em 1888, a ruptura institucional do ano seguinte e, mesmo em algumas das décadas imediatamente posteriores à proclamação da República.

[38] Regra pela qual a notícia é construída na sucessão do enquadramento dos fatos, do mais importante para o menos importante, buscando responder, já no seu primeiro parágrafo, a questões essenciais como o quê, quem, como, quando, onde, por quê?

Eram tempos do chamado jornalismo publicista, em que os jornais, como tribunas impressas, reverberavam as tribunas convencionais - e a combinação de ambas as formas se refletia nos *meetings* que, de Norte a Sul do país, constituíam a participação popular de então. Essa forma de exercício jornalístico predominou no Brasil até as décadas iniciais do século XX, mas em boa parte do tempo em convivência foram o modelo minimamente empresarial. Por este último, se passou a investir em leitores de todas as facções, não fazendo mais sentido escrever apenas para os correligionários.

O sistema republicano implantou-se, assim, buscando quadros administrativos no jornalismo militante – casos de Ruy Barbosa, nomeado ministro da Fazenda, de Quintino Bocaiuva, presidente do Estado do Rio, e de Júlio de Castilhos, que rejeitou a presidência do Rio Grande do Sul para si próprio, mas indicou os primeiros governantes e sobre eles buscou exercer influência, até finalmente assumir o poder estadual. O governo federal então instalado não demonstrou a mínima disposição para compreender eventuais posturas críticas a seus dirigentes, em especial as eventualmente feitas por jornalistas tido como aliados.

Iniciada através de um golpe militar, a República valeu-se dos instrumentos de exceção para calar os críticos e fez uso da censura à imprensa. Mesmo jornais simpatizantes do governo e do presidente Deodoro da Fonseca reagiram à medida, enquanto outros chegaram a justificá-la – como A Federação, no Rio Grande do Sul. Há divergência entre os registros históricos sobre a postura dos jornalistas republicanos, como Júlio de Castilhos: uma versão informa que ele se calou, como num consentimento tácito à iniciativa discricionária; outra, indica que ele encarregou o correligionário Pinheiro Machado de formalizar um protesto verbal, em audiência com o presidente.

O fato é que a República instalou-se e viveu seus primeiros dias, meses e anos sob a turbulência entre os correligionários, com a disputa de espaço; e entre os adversários, com a conspiração pela restauração da Monarquia. A instabilidade e uma tentativa de fechar ainda mais o novo regime levaram à deposição de Deodoro da Fonseca e à imposição de seu vice e também marechal, Floriano Peixoto, com a imprensa em meio à luta política, e não apenas como assistente. É dessa época (1891) a

fundação do Jornal do Brasil por um grupo ainda esperançoso da volta ao regime anterior.

Já no alvorecer do século XX, quando o segundo presidente civil, Campos Salles, encaminhava a consolidação da República, surgiu o Correio da Manhã, implantado pelo advogado Edmundo Bittencourt. A trajetória anterior de Bittencourt estava ligada à Monarquia, através do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, cujo mentor era o presidente da Província, deposto em 1889, Gaspar Silveira Martins. No Rio, ele aproximou-se de Ruy Barbosa, com quem trabalhou em A Imprensa e do qual comprou os equipamentos para o novo jornal, instalado no mesmo endereço.

Embora se proclamando distante dos partidos e a serviço do povo, o Correio da Manhã não rompeu com o *publicismo* do jornalismo ainda vigente no Brasil de então. Exerceu-o em firme oposição aos governantes que se sucederam, inclusive aos que eventualmente apoiara antes.

Sua edição inaugural expõe, na capa, um manifesto do próprio Bittencourt, sob o título "Compromisso com a verdade. Um jornal de opinião", abaixo transcrito (com a grafia original):

> Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta columna estamos escrevendo para o povo. O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos (...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Ha de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política (...) Mas desta política , desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente e nobre pode se ocupar (...)O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de applausos. O povo quer a verdade, ele comprehende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, magoa é dizel-o, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizel-a que aqui estamos (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 15/06/1901, p. 1).

A oposição aos governos acompanhou o jornal de Bittencourt por praticamente toda a sua existência, encerrada na década de 1970. E chegou a ser seguida por outros títulos, mesmo durante a gradual profissionalização do empreendimento jornalístico, pelo qual conseguiram se preservar, então, apenas o próprio Correio da Manhã, o Jornal do Brasil e o decano de todos os jornais cariocas: o Jornal do Commercio.

O fato de o Correio da Manhã ter-se preservado durante suas sete décadas de vida como um jornal de posições não significa, ao contrário da maioria de seus contemporâneos, que ignorou a necessidade de viabilizar-se economicamente, através da combinação entre venda aos leitores e publicidade empresarial, fórmula idêntica, aliás, à adotada pelos dois concorrentes acima citados e pelos que foram aparecendo na capital federal, a partir de então – assim como pel'O Estado de S. Paulo (1875) e pelo Correio do Povo (1895), praticantes, já então, do chamado jornalismo informativo que, como o nome sugere, privilegia a notícia.

Permite-se, assim, afirmar que o privilégio da notícia sobre o posicionamento próprio evidencia um ganho de qualidade do Jornalismo, que então avança do interesse próprio para o interesse coletivo. Deixa as causas individuais e abraça as causas da sociedade, e em seu nome se justifica. Jornais e jornalistas reivindicam (e recebem) uma representação tácita para informar a população.

Mas o aparecimento do *jornalismo informativo* não significa a revogação do *jornalismo publicista* – que, a rigor, persiste ainda hoje, embora restrito a poucos exemplos. Ambos formatos conviveram na trajetória da imprensa brasileira, em certos momentos em posição de igualdade. Mesmo depois da grande reforma vivida pela imprensa brasileira a partir do Diário Carioca, em 1950, experiências como as da Tribuna da Imprensa (1949) e da Última Hora (1951) consolidaram uma espécie de híbrido entre os dois sistemas.

A Tribuna foi sempre exatamente o que seu nome promete: um espaço de reverberação - das ideias de seus dirigentes[39], fazendo, portanto, a propaganda de seu pensamento; mas também absorveu as novas técnicas de redação jornalística.

Última Hora, por sua vez, surgiu como um projeto político em torno de Getúlio Vargas, a cujo governo deu sustentação; mas desde sua primeira edição propôs-se a inovar na apresentação gráfica, igualmente assimilando a forma de escrever uma notícia como uma sucessão de fatos, narrados a partir do mais importante, como conceitua Lage (2001). A ligação do jornal com Vargas se expõe desde a primeira edição, com uma carta do presidente da República ao diretor do jornal, Samuel Wainer – publicada "em lugar do previsível editorial" (WAINER, 1987, p. 142):

[39] Foi assim com Lacerda e com seu sucessor no jornal, Hélio Fernandes.

> (...) apraz-me dizer-lhe que muito espero de um jornalista do seu valor, sereno, inteligente, objetivo, sempre capaz de bem escolher os assuntos, expô-los com clareza, simplicidade e elegância, sentindo o que diz e sabendo dizer o que sente (...) Como homem público, sempre busquei contato com essa imprensa imparcial e construtiva e encontrei na crítica serena e honesta colaboração desinteressada e amiga, que esclarece, revela, corrige, completa e sugere soluções diretivas. É por isso que recebo com satisfação a notícia do aparecimento de um novo jornal, para cuja orientação elevada e patriótica o espírito de seu fundados constitui garantia eficiente e motivo bastante de confiança e de contentamento. Que ele saiba exprimir com fidelidade e elevação as tendências da opinião pública e colaborar, através de uma crítica bem intencionada e construtiva, na solução de nossos problemas – são os meus votos sinceros (ÚLTIMA HORA, 12/06/1951, p. 1).

Ribeiro (2007) faz da pergunta "O que exatamente mudou no fazer jornalístico?" (p. 29) um capítulo da obra em que aborda a imprensa carioca dos anos 1950.

Em paralelo ao esforço da autora, e tendo-se por objetivo traçar uma espécie de linha do tempo da evolução da imprensa brasileira, pode-se assimilar 1808 como o surgimento do jornalismo oficioso (Gazeta do Rio de Janeiro) e do jornalismo clandestino (Correio Braziliense); 1821, com o fim da censura e o aparecimento do jornalismo como instrumento da luta política; a passagem de século, em período coincidente com os anos iniciais da República, como o começo do que Bahia (1990) chama de "aventura industrial", representada pelo surgimento das primeiras empresas no ramo (estruturadas de forma mais complexa, com a aquisição de novos equipamentos, servindo-se do trabalho das agências e dos recursos ilustrativos); 1930, com o início da industrialização da economia brasileira fazendo-se sentir também na imprensa, onde surgem os Diários e Emissoras Associados, como primeira grande organização de comunicação no país; e a década de 1950, que Ribeiro (2007) classifica de revolução da imprensa brasileira, cujo exercício gradualmente "abandona a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina" (p. 29).

A partir de uma absorção do jornalismo praticado nos Estados Unidos, uma série de modificações passou a ser incorporada à linguagem e à estrutura do texto, como apurado por Ribeiro (2007, p. 30): estilo mais seco, inspirado no noticiário telegráfico, e direto, o que representou abandonar as metáforas comuns anteriormente; narrativa na terceira pessoa; uso do indicativo como modo verbal preferencial; abandono dos adjetivos, das aferições subjetivas, das reticências, das exclamações e dos eufemismos; uso do *lead* e da técnica da "pirâmide invertida" na estruturação da notícia, o primeiro como abertura do texto, buscando responder às seis questões básicas (quem, o quê,

quando, onde, como e por quê?) para resumir o relato principal e a segunda como estratégia de hierarquizar as informações a partir da mais importante.

Segundo Ribeiro (2007, p 32), a pirâmide invertida vincula-se à lógica da leitura rápida (a acompanhar uma tendência da vida moderna, de pouco tempo disponível), com a facilidade adicional (e interna) de permitir cortes pela extremidade final dos textos, em caso de necessidade na montagem das páginas, sem que se imponham grandes prejuízos ao seu entendimento.

É dessa época, também, a alteração na concepção visual dos jornais, com a padronização de manchetes, títulos, subtítulos e uso de ilustrações. "Foi nesse momento que nasceu o conceito de primeira página como vitrine, como uma espécie de 'cardápio atraente' de tudo o que estava no interior do jornal. Pequenos resumos dos principais assuntos do dia passaram a ser impressos na capa dos periódicos" (RIBEIRO, 2007, p. 34).

3.1.3 Jornalismo e História

O objeto "relações entre os jornais e agentes públicos" é complexo – e, por isso, ao mesmo tempo desafiador e apaixonante. Compõe-se, de um lado, pela totalidade da imprensa brasileira de referência em cada fase dos 96 anos que separam a proclamação da República do fim do regime militar, afunilando-se nas especificidades de um jornal do centro do País e de mais um de Porto Alegre; e, de outro, dos três políticos "eleitos" pelo voto único do autor desta Tese para representar o seu tempo histórico.

Mobiliza, portanto, como já adiantado, um campo interdisciplinar, a envolver de uma só vez a Comunicação, pelo Jornalismo; a Política e a História, com eventual recurso a outras áreas científicas, como a Economia, aqui auxiliando as demais para a efetiva contextualização do que está sendo investigado.

É pelo olhar da Comunicação, via Jornalismo, que se faz o presente trabalho. Mas é pela História que se começa a delineá-lo e, a seguir, abordando as diferentes fases (históricas) do tempo republicano brasileiro.

Optou-se, aqui, por absorver os saberes já consumados por quem é *expert* na área, até por assimilar seus argumentos para a indicação da República Velha ou

Primeira República (1889 a 1930), para o Estado Varguista (1930 a 1954), normalmente batizado de Segunda República, e para o Regime Militar (1964/1985).

Toda esta pesquisa, a rigor, move-se num evidente vínculo com a História. Vínculo este, aliás, que obviamente não representa novidade. Apesar do que dizia o polemista Leon Daudet[40]:

> Em geral o jornalismo envelhece depressa, em razão de uma atualidade sempre móvel e mutante, e a arte do jornalista caduca rapidamente. Eu tive nas mãos uma coleção de obras, dentro da qual estava "A lanterna de Rochefort". Exalava-se dela, apenas entreabrindo-a, um cheiro de decadência, onde maxilares riam macabramente (Citado por JOBIM, 1992, p. 29).

Danton Jobim[41] (1992), figura importante na modernização do Jornalismo no Brasil e autor de obras de referência para as gerações que o sucederam, contrapõe a citação acima à de Rousseau, antecedente de Daudet.

Diz Rousseau[42]: "A história, em geral, é defeituosa em se tratando de registro de fatos sensíveis e marcantes, dos quais não se pode fixar mais que nomes, lugares, datas, porque as causas lentas e progressivas desses fatos, por mudarem diariamente, permanecem desconhecidas" (Citado por JOBIM, 1992, p. 29).

Com base no diálogo virtual das duas referências em língua francesa, o autor brasileiro conclui:

> (...) desde o nascimento do grande informativo que os historiadores dispõem de um espelho de muitas faces refletindo os acontecimentos sociais sob vários ângulos, oferecendo-lhes, pois, a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos costumes. Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcedível para a história, tosos esses comentários e notícia são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente, só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese (JOBIM, 1992, p. 29).

---

[40] Leon Daudet (1867/1942): jornalista, escritor e, principalmente, polemista francês; defensor da Monarquia.

[41] Danton Jobim (1906/1978): jornalista (e também advogado, escritor, professor e político), liderou a grande reforma da imprensa brasileira nos anos 1950, na direção de redação do Diário Carioca. Criou a primeira escola de jornalismo do Brasil. Foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

[42] Jean-Jacques Rousseau (1712/1778): filósofo e escritor suíço à época do Iluminismo. Influenciador da Revolução Francesa, precursor do Romantismo.

Circular num espaço comum entre os campos do Jornalismo e da História (entre outros) constitui exercício para o qual é preciso buscar apoio. Felizmente a bibliografia é rica em quantidade e qualidade, o que contribui para as descobertas necessárias, mas também exige uma atenção redobrada, pois um erro impresso é um erro histórico.

Recorreu-se a (Terezinha de) Castro, a (Cruz) Costa (1967), a (Boris) Fausto (2002) e a (José Honório) Rodrigues (1982) para entender o Brasil a partir da História. Em (Hélio) Silva (1966, 1969, 1971a, 1971b, 1972a, 1972b) encontrou-se não apenas a extensão de um olhar atento e detalhado sobre o período 1889/1954, como formidáveis resumos cronológicos sobre 1889, 1922 e todo o chamado por ele "Ciclo de Vargas" (1930 a 1954), antecipando os textos corridos de cada um de seus livros e servindo como uma espécie de atalho para esta viagem pelo tempo.

Silva auxilia na compreensão geral do período republicano até Vargas (1954, portanto) e na inserção das personagens aqui analisadas nas diferentes fases desse espaço de tempo. É dele e do já citado Athayde (1923) a indicação de que a República brasileira começou a ser construída em 1870, embora efetivamente implantada só 29 anos depois.

3.1.4 Jornalismo e Economia

Vale repetir: é pelo olhar da Comunicação, via Jornalismo, que se faz o presente trabalho. Mas se foi pela História que começou a ser abordado, impôs-se em certo estágio da pesquisa compreender melhor o comportamento da economia nacional durante esses 96 anos, com o empreendimento jornalístico nela inserido. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2004) dividem esse período em oito fases – seis das quais dentro do que aqui se investiga em sentido amplo, quatro em sentido restrito:

1. Economia agroexportadora, do Império até 1930.
2. Industrialização substituidora das exportações, entre 1930 e 1961.
3. Crise dos anos 60 e reformas institucionais, entre 1962 e 1967.
4. Retomada do crescimento[43] com endividamento externo, de 1968 a 1973.
5. II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974 a 1979.
6. Crise dos anos 80 e ajuste externo, até 1985.

[43] Também chamada de "Milagre Brasileiro".

7. Políticas de combate à inflação na Nova República[44], entre 1986 e 1993.
8. Plano Real, de 1994 à atualidade.

As fases correspondentes aos períodos abordados nesta tese, dentre as expostas no quadro a seguir, serão abordadas adiante, quando das respectivas análises sócio-históricas.

Quadro 5

FASES DA ECONOMIA BRASILEIRA AO LONGO DA REPÚBLICA			
Fases	**Duração**	**Características**	**Crescimento**
Economia agroexportadora[45]	1889/1930	Vulnerabilidade, concentração de renda, comportamento cíclico dos preços, desvalorizações cambiais, baixa industrialização.	Taxas elevadas, mas instáveis.
Processo de Substituição de Importações	1930/1961	Ruptura institucional e deslocamento do centro da economia, da agropecuária para a indústria.	Mais lento e instável, devido à crise internacional, seguido de forte crescimento e menor instabilidade.
Crise e reformas institucionais	1962/1967	Crises econômica, com inflação, e política, com ruptura institucional. Plano de Ação Econômica do Governo e reforma monetário-financeira.	Queda nos investimentos e no crescimento da renda nacional.
Retomada do crescimento		Recuperação, no	Crescimento econômico e modernização agrícola.

[44] Denominação do período iniciado em 1985, com o fim do regime militar.
[45] Herdada da época colonial (1500/1822) e do período imperial (1822/1889) e baseada nos ciclos do açúcar, algodão, café e borracha, por exemplo, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2004, p. 340).

com endividamento externo	1968/1973	chamado “milagre brasileiro”.	
Segundo PND	1974/1979	Recessão mundial decorrente da crise do petróleo e da instabilidade das taxas de câmbio internacional. Inflação. Estado-empresário.	Ainda elevado, mas instável e aquém da meta de 10% ao ano
Crise e ajuste externo	1980/1985	Crise da dívida externa brasileira, inflação, recessão profunda seguida de tímido crescimento.	Em queda entre 1980 e 1984; em recuperação no ano seguinte.
Políticas de combate à inflação	1986/1993	Sucessão de planos econômicos lançados pelos novos governos civis e democráticos. Crise política.	Instável, com sucesso inicial no combate à inflação, seguido de seu recrudescimento.
Estabilidade econômica	1994 em diante	Sucesso no controle da inflação, persistência de problemas como déficit e dívida públicos.	Grande inicialmente, mas sujeito aos efeitos da globalização.

Fonte: o autor (base: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior, 2004).

3.1.5 Jornalismo e Cultura

Dessa imersão no “mundo” do Jornalismo, essencial para o exame, a análise e a compreensão de como ele veio sendo produzido no Brasil entre o fim do século XIX e a atualidade, e de como estabeleceu suas relações com as representações do Poder, parte-

se para a absorção do que Thompson (2002) apresenta como o estudo das formas simbólicas, a seguir identificadas através do conceito de Cultura.

Estudar a Cultura é experimentar a imprecisão. Alfred Kroeber e Clyde K. Klukhohn (1952) apontavam 300 maneiras de definir Cultura. Quase meio século depois, Melvin J. Lasky (2001) reclamava a banalização do termo, dizendo haver 57 diferentes usos.

Thompson (2002), reivindica o conceito de Cultura para o estudo das formas simbólicas dentro das Ciências Sociais. Para o autor, o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como o estudo do mundo sócio-histórico constituído como um campo de significados.

Assim, Thompson (2002) parte da concepção clássica de Cultura, consolidada entre os séculos XVIII e XIX, como o processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual. A seguir, transita pelas concepções antropológicas, destacando a descritiva, como um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas de uma sociedade específica ou de um período histórico; e a simbólica, em que fenômenos culturais são fenômenos simbólicos e na qual o estudo da Cultura está essencialmente interessado na compreensão dos símbolos e da ação simbólica. Entendendo, porém, que essa última concepção, embora apropriada como ponto de partida, não dá uma atenção suficiente às relações sociais estruturadas nas quais símbolos e ações simbólicas estão inseridos, ele formula a sua própria concepção para Cultura: “Os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (THOMPSON, 2002, p. 166).

Thompson (2002) chama a sua de concepção estrutural de Cultura, composta por duas características: a constituição significativa das formas simbólicas e a contextualização social das formas simbólicas. Essa é a base com que se propõe a pensar “acerca do que está envolvido na emergência e no desenvolvimento da comunicação de massa. Isto porque a comunicação de massa se interessa, de certo modo e em virtude de certos meios, pela produção e transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2002, pp. 166-167).

Para ele, a emergência e o desenvolvimento da comunicação de massa podem ser vistas como uma transformação fundamental e contínua das maneiras como as formas simbólicas são produzidas e circulam nas sociedades modernas.

> É nesse sentido que falo em midiação da cultura moderna. O que define nossa cultura como 'moderna' é o fato de que a produção e a circulação das formas simbólicas se tornaram, desde o fim do século XV, cada vez mais e de uma forma irresistível, parte de um processo de mercantilização e transmissão que é, agora, de caráter global. (THOMPSON, 2002, p. 167).

Thompson (2002) define formas simbólicas como as ações, os objetos e as expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados, dentro dos quais, e por meio dos quais, elas são produzidas, transmitidas e recebidas. São, portanto, construções significativas, interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem; são construções estruturadas e inseridas em condições sociais e históricas específicas; são uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais, até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte.

Thompson (2002) aponta as seguintes características para as formas simbólicas:

- **Intencionalidade** das formas simbólicas: alguém se expressando através das formas simbólicas para que alguém receba sua mensagem.

- **Convencionalidade** das formas simbólicas: produção, construção, emprego e recepção das formas simbólicas ocorrem sob certas regras, códigos, convenções.

- **Estruturalidade**: formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada.

- **Referencialidade**: formas simbólicas representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa.

- **Contextualidade** – formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos, dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

O que aqui se pesquisa insere-se, portanto, tanto na conceituação geral de forma simbólica como ação, objeto, expressão significativa, que em diferentes contextos foram geradas, circularam e foram absorvidas; quanto nas características acima indicadas.

Feitas essas reflexões em torno da Comunicação e de suas especificidades, é hora de transitar pelas teorias que tentam iluminar o outro campo científico deste estudo – a ser feito segundo as mesmas estratégias: do geral para o particular e com multiplicidade de fontes referenciais.

O capítulo 4, a seguir, dá sequência à fundamentação teórica, abordando as proximidades entre a Comunicação e a Política.

4. POLÍTICA E COMUNICAÇÃO, PODER E IMPRENSA

É pela Política que passa a transitar a seguir esta pesquisa, no esforço científico para a compreensão de suas relações com a imprensa ao longo do tempo – sempre ressaltando, portanto, o lugar de fala do trabalho em execução: a Comunicação, por meio do Jornalismo.

É pela Política que se geram as relações alvo deste trabalho. Ela é que estabelece nas três personagens aqui analisadas as condições que as levam a interessar ao Jornalismo.

Pode-se depreender que essa atenção acontece inicialmente motivada pela própria Política, colocados que estão os jornais na condição de seus agentes, praticando o publicismo. Nesse tempo, que vem do período inaugural da imprensa brasileira, em 1808, e avança por parte do século XX, o conteúdo jornalístico existe para servir às facções partidárias. Como se verá adiante, só na metade dos anos 1900 o jornalismo brasileiro absorverá majoritariamente novas técnicas de produção e enfim passará a priorizar o interesse dos outros – a sua audiência – e não apenas o interesse próprio da agremiação de seus dirigentes ou praticantes. Importante, portanto, buscar entender a Política e os seus elementos.

A palavra deriva do adjetivo *politikós*, por sua vez surgido de *pólis*, originalmente significando tudo o que se refere à cidade e, por consequência, o urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Bobbio (1999, p. 954) ensina que a expansão do termo deu-se "graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*", a partir da qual a expressão sofreu uma transposição de significado, passando a representar a natureza, as funções e a divisão do Estado e as várias formas de governo. Desde então, portanto, Política tornou-se indicativo da arte ou ciência do Governo, "isto é, da reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis sobre as coisas da cidade" (BOBBIO, 1999, p. 954).

Modernamente, expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência política", "filosofia política" – entre outras – têm-se agregado ao sentido

original da palavra – que, de acordo com Bobbio (1999), passou a designar a atividade ou o conjunto de atividades que têm por referência o Estado.

> Dessa atividade, a *pólis* é, por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da Política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.; outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc. (BOBBIO, 1999, p. 954)[46].

A ação da Política decorre, portanto, da evolução natural da Humanidade – como, aliás, a própria Comunicação e a sua particularidade jornalística. Desde as primitivas tribos dos tempos iniciais à atualidade, passando pelo desenvolvimento da agricultura e pela crescente urbanização, foi preciso estabelecer e adotar normas reguladoras das relações grupais. Diferentes formas de organização política surgem – na vida real e na imaginária - por consequência[47], introduzindo nas relações sociais o conceito adicional "de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder" (BOBBIO, 1999. p. 954).

A ideia de Política, tomada neste trabalho, também é a de ramo das Ciências Sociais que estuda as formas de organização, a dinâmica, as instituições e os objetivos do poder político – e, por consequência, a estrutura e o funcionamento do governo -, em vinculação com áreas como a Economia, a Filosofia, a História, a Sociologia - e, óbvia e ainda mais especificamente, neste caso - a Comunicação.

Vem da ação política o marco inicial desta investigação – a instauração da República no Brasil, então significando uma ruptura com a situação vigente anteriormente, e, por consequência, uma substituição de seus agentes, com os

---

[46] Bobbio apresenta como provas desse seu pensamento o fato de as obras seguidoras do tratado aristotélico no século XIX se intitularam *Filosofia do direito* (Hegel, 1821), *Sistema da Ciência do Estado* (van Stein, 1852-1856), *Elementos de ciência política* (Mosca, 1896) e *Doutrina geral do Estado* (Gellinek, 1900), enquanto *Elementos de política* (Croce, 1925) "conserva parcialmente a significação tadicional" (BOBBIO, 1999, p. 954).

[47] São exemplificadas no poder que o chefe tribal exercia e eventualmente compartilhava com os anciãos; nos impérios orientais absolutistas; nas cidades-estado gregas, ora governadas pelos mais velhos, ora pelos tiranos aristocráticos apoiados pelos mais ricos; nas cidades-estado romanas, com variações entre liberdades concedidas e o poder concentrado no imperador de plantão; nas comunas europeias como forças auxiliares ou contrárias ao Império; na vigência de Estados fortes (Maquiavel) como anteparo para a tendência à violência entre os homens (Hobes); na proposta de igualdade entre os cidadãos, com o fim da propriedade privada e do desemprego e a consagração da democracia (Morus); nas propostas de separação dos poderes (Montesquieu) e da democracia (Rousseau), influenciadoras da Revolução Francesa; na consagração do voto como instrumento para a sociedade garantir as reformas necessárias (Lassalle); na ditadura do proletariado (Marx) e na ditadura fascista (Pareto, Rosenberg).

coadjuvantes de ontem assumindo o protagonismo no dia seguinte. Muitos deles oriundos do Jornalismo, vale lembrar, tendo por referência o jornalismo militante que se inaugura com o Correio Braziliense em 1808. O 15 de novembro de 1889 muda o poder, a forma de governo e seus ocupantes. Poder, pois, é o entendimento que se passa a buscar com as referências das páginas seguintes.

Num sentido mais geral, Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos, podendo tanto ser referida a indivíduos e a grupos humanos quanto a objetos ou fenômenos naturais (STOPPINO, 1999, p. 933). Conforme esse autor, o termo fica mais facilmente compreensível se tomado num sentido especificamente social, na sua relação com a vida e o homem em sociedade, num conceito "que pode ir da já citada capacidade geral de agir à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem" (IBIDEM).

Stoppino observa que "O homem não é só o sujeito, mas também o objeto do Poder social" (IBIDEM), exemplificando esta última definição na capacidade de um pai para dar ordens aos filhos ou do Governo de dar ordens aos cidadãos – e extraindo dela a capacidade de controle do homem sobre a natureza e a utilização que faz dos seus recursos.

"O Poder sobre o homem é sempre distinto do Poder sobre as coisas. E este último é relevante no estudo do Poder social, na medida em que pode se converter num recurso para exercer o Poder sobre o homem", argumenta STOPPINO (1999, p. 934), refutando as definições originárias de uma tradição que vem de Hobbes e ignoram o caráter relacional do Poder social, reduzindo-o à posse de instrumentos aptos à consecução de fins almejados.

"O Poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas", sustenta STOPPINO (1999, p. 934). Ao considerar que o Poder sob estudo da Política é o que uma pessoa ou grupo tem ou exerce sobre outra pessoa ou grupo, ele introduz a idéia de esfera do Poder:

> A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos. O Poder de um médico diz respeito à saúde; o do professor, à aprendizagem do saber; o empregador influencia o comportamento dos empregados sobretudo na esfera econômica e na atividade profissional; e um superior militar, em tempo de guerra, dá ordens que comportam o uso da violência e a probabilidade de matar ou morrer. No âmbito de uma comunidade

> política, o Poder de A (que pode ser, por exemplo, um órgão público ou um determinado grupo de pressão), pode dizer respeito à *política* urbanística; o Poder de B, à política exterior em relação a uma certa área geográfica; o Poder de C dirá respeito, enfim, à política educacional, e assim por diante. O Poder que se funda sobre uma competência especial fica confinado ao âmbito dessa competência (STOPPINO, 1999, p. 934).

STOPPINO (1999) considera que a esfera de Poder do detentor de um cargo, numa organização formal, é definida, precisa, taxativa, enquanto a esfera de Poder de um chefe carismático não é precisada por antecipação e tende a ser ilimitada.

Questão essencial, mas ainda aberta, nas Ciências Sociais e no seu ramo da Política, Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, produzir efeitos (CORSETTI, 1998, p. 27), podendo ser referida tanto a uma dimensão social envolvendo indivíduos ou grupos humanos como a fenômenos de ordem física ou natural.

> A existência das relações de poder é uma realidade central nas relações do homem em a sociedade, bem como na vida quotidiana dos seres humanos. Na sua dimensão social, pode ser entendido como a capacidade geral de ação, tomando-se poder numa perspectiva global, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do próprio homem (CORSETTI, 1998, p. 27).

Campo natural – ainda que não exclusivo - de estudo sobre o Poder, a Ciência Política aponta em Max Weber[48] importantes contribuições, a começar por sua afirmação de que as relações de mando e obediência estão baseadas nas coisas materiais, nos hábitos, e, especialmente, na obediência fundamentada na legitimidade – e esta, por sua vez, caracterizada pela legalidade[49] pela tradicionalidade[50] e pelo carisma[51], como condutores à aceitação da autoridade.

A concepção de Poder muitas vezes é tratada por seus sinônimos – como autoridade, comando, controle, influência, liderança, todas elas válidas para o presente

---

[48] Max Weber (1864-1920): economista e intelectual alemão, considerado um dos precursores da Sociologia.

[49] Poder fundado na racionalidade e sustentado no ordenamento legal objetivo, que define a especificidade da autoridade. A fonte do poder é a lei, à qual se subordinam todos os que prestam obediência, tanto o que manda quanto os cidadãos (CORSETTI, 1998, p. 31).

[50] Fundado na dedicação afetiva à pessoa exclusiva do chefe e ao caráter sagrado, à força heróica, ao valor exemplar ou a poder de espírito e da palavra, que o distingue de modo especial (CORSETTI, 1998, p. 31).

[51] Fundado na dedicação afetiva à pessoa exclusiva do chefe e ao caráter sagrado, à força heróica, ao valor exemplar ou a poder de espírito e da palavra, que o distingue de modo especial (CORSETTI, 1998, p. 31).

trabalho. Para Weber (1919)[52], Poder é a possibilidade de impor a própria vontade, mesmo que contra a vontade do(s) outro(s) no contexto de uma relação social. O autor toma o conceito a partir da expressão *macht*, que em língua alemã significa *força*, e aponta o domínio e a disciplina como seus correlatos.

Ao longo do tempo, surgiram evoluções e contestações ao apresentado por Weber. Uma delas considera o Poder como a capacidade adquirida por pessoas e grupos de comandar, controlar e influenciar os outros – e tem, portanto, uma abrangência social. Outra aponta a presença de autoridade dotada de poder nas sociedades como decorrente da necessidade de ordenamento das relações entre seus membros, visando objetivos comuns e assumindo caráter político na forma de Estado.

Kaplan e Lasswell (1998) avançam da centralidade no Estado, distinguem Poder de Política e o abordam como parte da vida social em seu conjunto, aproximando-se do pensamento de Freud[53] sobre poder e personalidade (CORSETTI, 1998, p. 32).

A partir dessas contribuições, é possível perceber articulações entre Poder e legitimação – esta, dando autoridade de exercício àquele e lhe permitindo institucionalizar-se como Governo. E Governo como a condução, a direção das atividades de Estado. Estado como o exercício combinado das três espécies de poder: Executivo, Judiciário e Legislativo, separados e investidos em pessoas diferentes como forma de assegurar a liberdade, tal como abordado por Montesquieu[54] em *O Espírito das Leis*:

> "Não haverá (...) liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder Legislativo e do Executivo. Não existe liberdade, pois se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado apenas estabeleça leis tirânicas para executá-las tiranicamente" (MONTESQUIEU, 1979)[55].

Incursiona-se, a partir de agora, nos diferentes formatos de exercício de Poder.

---

[52] Ano de lançamento da obra "A Política como vocação" no original alemão. Para este relatório, a referência usada é a de 1999.
[53] Sigmund Freud (1856/1939): médico neurologista austríaco, considerado o "Pai da Psicanálise".
[54] Charles Montesquieu (1689/1755): Pensador francês, cuja obra "O espírito das leis" (1748)) é considerada a mais importante do século XVIII.
[55] Vale lembrar que, no caso brasileiro, a independência dos poderes é relativamente recente, pois durante a Primeira República o Judiciário estava atrelado ao Executivo e, em períodos seguintes, esteve condicionado às instabilidades políticas vigentes até a Constituição de 1988.

O Poder exercido pelo Estado sobre as sociedades, através do Governo, chama-se Poder político[56], vocacionado para a formulação e a manutenção da ordem, cuja legitimidade está sujeita à vontade da maioria e ao objetivo do bem comum.

A tradição clássica, a partir de Aristóteles, considerava três tipos principais de poder: o *poder paterno*, exercido em interesse dos filhos; o *poder despótico*, em interesse do senhor e o *poder político*, em interesse de quem governa e de quem é governado. BOBBIO ressalta que este último restringe-se às formas corretas de governo, "pois, nas viciadas, o característico é que o poder seja exercido em benefício dos governantes" (1999, p. 955). Já em Locke, o fundamento do poder paterno é a natureza; o do poder despótico o castigo pelo delito cometido e o do poder civil, o consenso. "O fato de o poder político se diferenciar do paterno e do despótico por voltar-se para o interesse dos governantes ou basear-se no consenso não constitui caráter distintivo de qualquer Governo, mas só do bom Governo" (BOBBIO, 1999, p. 955).

A visão crítica de Bobbio (1999) às classificações clássicas de forma de poder leva-o a distinguir três classes "no âmbito de um conceito amplíssimo de poder": o *poder econômico*, o *poder ideológico* e o *poder político* - a seguir resumidos.

- *Poder econômico* – vale-se da posse de certos bens, necessários ou assim considerados, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a manter um certo comportamento, consistente sobretudo na realização de um certo tipo de trabalho. A fonte de poder reside nos detentores dos meios de produção.
- *Poder ideológico* – baseia-se na influência que as idéias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias por alguém investido de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta de outros.
- *Poder político* – se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (armas de toda espécie e potência); é o poder coator no sentido mais estrito da palavra.

Todas essas formas de Poder fundamentam e mantêm uma sociedade de desiguais, dividida entre ricos e pobres (com base no poder econômico), em sábios e ignorantes

[56] Poder político também aparecerá adiante neste trabalho, na visão de Thompson (2002), junto com sua teorização sobre Poder simbólico.

(poder ideológico) e em fortes e fracos (poder político), de acordo com o pensador italiano: “Genericamente, em superiores e inferiores” (BOBBIO, 1999, p. 955).

> Como poder cujo meio específico é a força, de longe o mais eficaz para condicionar os comportamentos, o poder político é, em toda a sociedade de desiguais, o poder supremo, ou seja, o poder ao qual todos os demais estão de algum modo subordinados: o poder coativo é, de fato, aquele a quem recorrem todos os grupos sociais (a classe dominante), em última instância, ou com extrema ratio, para se defenderem dos ataques externos, ou para impedirem, com a desagregação do grupo, de ser eliminados (BOBBIO, 1999, p. 955-956).

Já para Thompson, “a sociedade moderna organiza-se em torno de quatro poderes: o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico” (1998, p. 22), em relacionamentos simultâneos desenvolvidos no contexto social.

Diz Thompson: “O poder econômico provém da atividade produtiva ... relacionada com a provisão dos meios de subsistência, através da extração da matéria prima e de sua transformação em bens que podem ser consumidos ou trocados no mercado” (1998, p. 22).

O Poder econômico, na concepção de Thompson, é exercido por pessoas ou instituições organizadas em empresas, no objetivo de elevar o lucro de uma atividade, por meio das forças produtivas - recursos materiais e financeiros, entre os quais matéria-prima, meios de produção, produtos de consumo e capital financeiro.

Já o Poder político, segundo Thompson (1998), deriva da coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões com que interagem. Assim, tal como assimilado na modernidade, é composto pelas instituições do Estado, pelas autoridades constituídas e pelos partidos e está condicionado à legitimidade da autoridade do Estado – a quem cabe regular as interações sociais em um território específico.

Como sua denominação sugere, o Poder coercitivo pressupõe o uso da força, da ameaça do uso das leis sobre os indivíduos e, conforme Thompson (1998), é historicamente representado pela organização militar – ressalvada e reconhecida pelo autor a importância desta instituição nos processos históricos e sociais.

Já o Poder simbólico, tal como apresentado por Thompson (1998), surge na produção, na transmissão e na recepção de significado das formas simbólicas, especialmente através dos meios de comunicação – e ainda da Igreja, das Universidades

e Escolas, das diversas instituições culturais, que disseminam valores, normas e regras de seu patrimônio cultural.

As atividades simbólicas são, portanto, presença tão importante na vida social quanto as atividades produtivas, as interações sociais e a coerção. "As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios de Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva" (THOMPSON, 1998, p. 24).

Bourdieu é uma fonte de que se vale Thompson para examinar o Poder Simbólico e aplicar sua definição particular sobre as instituições paradigmáticas, como a Igreja, as instituições de ensino e a mídia, que, como ele argumenta, são capazes de influenciar as ações dos outros e produzir fatos através das formas simbólicas[57]. E a partir de então dirige sua atenção para o desenvolvimento das indústrias da mídia – chegando a criar a expressão *midiação da cultura moderna*, como "as maneiras como as formas simbólicas (...) tornaram-se crescentemente mediadas pelos mecanismos e instituições da comunicação de massa" (1998, p. 104).

Ainda que sua análise esteja concentrada na contemporaneidade – limite ultrapassado pelo objeto aqui em estudo, quase centenário – entende-se oportuno abordá-la como ponto de partida sobre o Poder, o Poder político e o Poder dos jornais, até porque a mídia impressa circulou como exclusiva até as três primeiras décadas do século XX e sua leitura não se limitava aos letrados: os conteúdos sob apuração dos jornalistas para a edição do dia seguinte eram constantemente antecipados por oradores pagos pelas próprias redações, em alocuções regulares e/ou extraordinárias realizadas em frente às suas sedes..

Por incidir sobre personagens da vida pública brasileira que, em seus tempos, exerceram representação política, esta Tese recorre às diferentes concepções de Poder, tomando-o também como o exercício de autoridade, comando, controle, influência e liderança – a serem eventualmente tratadas como categorias complementares nesta investigação.

[57] "Ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados, dentro dos quais e por meio dos quais essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas" (Thompson, 2002, p. 181).

Pinheiro Machado, Vargas e Costa e Silva, em exame nesta investigação científica, são representações das diferentes instâncias de governo que ocuparam em sua trajetória de vida. Governo, pois, é a categoria para a qual se dirige a atenção a seguir.

A partir de visão generalizada de que governar é exercer o poder no Estado, dois conceitos hoje compartilhados pelo senso comum se impõem: "Nação organizada politicamente" e "coletividade organizada para fins de governo". À luz da moderna Teoria Geral do Estado[58], ambas distinguem Estado de Governo e de Sociedade; estatal de não-estatal.

Para Heródoto[59], governos diferenciam-se entre o de um só, o de um pequeno grupo e o da multidão. Platão[60] compartilha esse pensamento e propõe uma república transitória entre a aristocracia e a democracia. Já para Aristóteles[61], o Estado precede à família e ao indivíduo; a sociedade perfeita é a *polis*; o homem aspira à *polis*; o homem é um animal político; a *polis* satisfaz o instinto social do homem e realiza o bem comum; regimes políticos se distinguem uns dos outros pela solução que oferecem à relação entre a parte e o todo dentro da *polis*.

Com base nessa linguagem política corrente, Levi (1999, p. 553) define Governo a partir de duas acepções:

- *Primeira acepção*: o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política a uma determinada sociedade.
- *Segundo acepção*: não apenas como o conjunto de pessoas que detêm poder de Governo, mas o complexo de órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder.

À primeira, ele acrescenta o esclarecimento de que o poder de Governo, sendo habitualmente institucionalizado, sobretudo na sociedade moderna, está normalmente associado à noção de Estado.

---

[58] Criada em 1672, por Ulric Hübner, para estudar os fenômenos do Estado.
[59] Heródoto (485 a.C/?): geógrafo e historiador grego, criador de uma nova forma de literatura com a obra "As histórias de Heródoto".
[60] Platão (428 a.C/347 a.C): filósofo e matemático grego, criador da Filosofia Ocidental, com Aristóteles.
[61] O pensamento aristotélico valoriza o possível (real), em detrimento do ideal (abstrato, inatingível), apontando a aristocracia como o regime mais adequado à imperfeição do mundo.

> Por consequência, pela expressão "governantes" se entende o conjunto de pessoas que governam o Estado e pela de "governados", o grupo que pessoas que estão sujeitas ao poder de Governo na esfera estatal. Só em caso excepcionais, quando as instituições estão em crise, o Governo tem caráter carismático e sua eficácia depende do prestígio, do ascendente e das qualidades pessoais do chefe de Governo (LEVI, 1999, p. 553).

Para a segunda acepção, "mais própria da realidade do Estado moderno" (LEVI, 1999, p. 553) e em que "o Governo constitui um aspecto de Estado" (idem), o autor observa:

> Na verdade, entre as instituições estatais que a política da sociedade e que, sem seu conjunto, constituem o que habitualmente é definido como regime político, as que têm a missão de exprimir a orientação política do Estado são os órgãos do Governo (LEVI, 1999, p. 553).

Permite-se chegar, a partir dessas contribuições, à definição de Governo como o conjunto de organizações responsáveis pela administração pública, pelo regramento das sociedades e pelo exercício de autoridade nos níveis nacional, regional e local. E que seu exercício ocorre nas formas[62] (ou regimes) republicana ou monarquista e nos sistemas[63] presidencialista, parlamentarista constitucionalista ou absolutista. Modernamente, governar envolve atribuições divididas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em atuação independente que representa importante conquista ao que ocorria – por exemplo – na Velha República.

Entre 1889 e a atualidade, o Brasil registrou uma mudança de regime de governo, outra de sistema e passou ainda por um plebiscito em que tanto o regime quanto o sistema estiveram sob votação da sociedade – com a preservação da República e do Presidencialismo. São acontecimentos que, observados pela Imprensa em cada época, tornaram-se informações levadas ao público, correspondendo ao que, modernamente, é explicado pelas teorias do Jornalismo.

Da Política para o Poder. Do Poder para o Governo. Deste, para as ideias. Ideias para revelar, ideias para dissimular e/ou ocultar. É o que se verá na categoria a seguir abordada.

O significado do termo Ideologia vem passando por constante transformação ao longo do tempo. Segundo Ramos (2003), importantes contribuições vêm dos séculos

[62] A forma de governo diz respeito à instituição de poder na sociedade e à relação de governante e de governados.
[63] Sistema de governo diz respeito à relação entre os poderes.

XVIII e XIX, através de De Tracy Bacon, Maquiavel e Spinoza, divididas num conceito geral (como ciência das ideias) e num conceito particular (como distorção, inversão, manipulação e seus sinônimos).

A concepção de Thompson (2002) parte de Marx – e, portanto, equivalente à doença social -, mas com um valor crítico que o leva a categorizar Ideologia como a forma pela qual o sentido das coisas é usado para estabelecer ou manter relações de dominação, estando presente nas manifestações políticas de grupos, indivíduos, movimentos e instituições – entre os quais os meios de comunicação.

Há assim, segundo o autor, uma relação da Ideologia com a linguagem, o Poder e o contexto social. A partir dessa constatação, Thompson (2002) aponta modos e estratégias de operação da ideologia:

- **Legitimação** – representa as relações de dominação como justas e passíveis de apoio, podendo ter bases racionais, legais, tradicionais. Suas estratégias de operação são a *racionalização* (em que se usa o raciocínio como argumento de persuasão da audiência); a *universalização* (apresentam os interesses de uns como sendo os de todos) e *narrativização* (tornam o presente eterno e aceitável a partir da narração de histórias do passado).
- **Dissimulação** – estabelece e sustenta as relações de dominação pela ocultação, negação ou desvio desse objetivo. Ocorre pelas estratégias de *deslocamento* (mudando as conotações positivas ou negativas a respeito de alguém); a *eufemização* (despertando a valorização de ações, organismos ou relações sociais); *tropo* (pelos usos figurativos da linguagem, valendo-se da sinédoque, da metonímia e da metáfora).
- **Unificação** – estabelece e sustenta as relações de dominação pela ligação de indivíduos como uma unidade coletiva impermeável às divisões internas. Ocorre pela *padronização* (apresentando as formas simbólicas como algo aceitável por todos) e pela *simbolização da unidade* (em que é construída uma identidade coletiva, através de símbolos comuns, como a bandeira e o hino).
- **Fragmentação** - estabelece e sustenta as relações de dominação segmentando indivíduos e/ou grupos que ameacem o poder. Ocorre pela *diferenciação* (enfatizando as diferenças de forma a impedir a unidade desafiadora da

dominação); *expurgo do outro* (construindo um "inimigo coletivo" a serviço do mal, que deve ser combatido por todos).

- **Reificação** - estabelece e sustenta as relações de dominação dando caráter permanente e atemporal a uma situação histórica e transitória. Ocorre pela *naturalização* (as coisas acontecem como decorrência do processo social, são naturais, inevitáveis); *eternalização* (retira dos fenômenos sociais o seu caráter histórico e os apresenta como permanentes); *nominalização/passivização* (denomina as ações, enfatizando alguns detalhes em prejuízo de outros).

Thompson (2002) não descarta a existência de outros modos e estratégias de dominação e poder. E admite que eles possam ocorrer cumulativa e simultaneamente.

4.1 A implantação da República no Brasil

Sob o pseudônimo de "Tristão de Athayde", Lima (1923; 1981)[64] considera que o ano de 1870 marca, de fato, o início do período republicano brasileiro, tendo a Guerra do Paraguai (1864-1870) como marco, substituindo o ciclo das lutas externas pelo das reivindicações interiores – em que a abolição da escravatura aparece como a principal e a proclamação, como sua herança. O período aqui examinado decorre, portanto, dessa trajetória histórica do País, na qual a sua imprensa está incluída.

A República foi proclamada a 15 de novembro de 1889, um ano de "grandes acontecimentos" (SILVA, 1972, p. 101), entre os quais substituição dos conservadores pelos liberais do Visconde de Ouro Preto[65], no gabinete de governo do imperador Pedro II, e a crescente indisciplina militar. Sob rumores de que o Exército seria dissolvido e a Guarda Nacional reorganizada, o general Deodoro da Fonseca teve sua convalescença de problemas cardíacos constantemente perturbada por colegas de armas e por políticos que o estimulavam a agir em nome do Exército, contra o governo.

---

[64] Conforme "À margem da História da República", coordenado por Vicente Licínio Cardoso, originalmente lançado em 1923, reeditado em 1981 pela Câmara dos Deputados e pela Universidade de Brasília.

[65] Visconde de Ouro Preto (1836/1912): Advogado, professor e político. Último presidente do Conselho de Ministros do Império – do qual havia sido, antes, ministro da Fazenda e da Marinha. Preso e exilado após a República, sobre a qual escreveu livro na década de 1910. Pai de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, um dos fundadores do Jornal do Brasil.

Segundo Silva (1972), sem resposta para as duas longas cartas que encaminhou a Pedro II, tratando da instabilidade na tropa, e diante da repressão governamental aos protestos de rua que tinham na origem uma questão militar, Deodoro enfim acedeu aos apelos de civis e militares, como Quintino Bocayuva, Benjamin Constant, Sólon Ribeiro, Aristides Lobo, Ruy Barbosa e Francisco Glicério, com quem se reuniu em 11 de novembro.

Já Ouro Preto demitiu-se, ao perceber inviabilizada a resistência aos manifestantes que, então, já cercavam o Quartel-General do Campo de Santana, onde estavam "as tropas tidas como fiéis ao trono" (SILVA, 1972, p. 102), cujo comandante era o general Floriano Peixoto, que se negou a cumprir a ordem de acionar a artilharia contra os revoltosos.

De acordo com o próprio Ouro Preto, travou-se entre ambos o seguinte diálogo[66]:

- No Paraguai os nossos soldados apoderavam-se da artilharia nas piores condições...

- Sim, mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui, somos todos brasileiros...

Deodoro assumiu de imediato a presidência da República, enquanto Floriano passou a ocupar o Ministério da Guerra, no início do ano seguinte, permanecendo na pasta até setembro do mesmo ano. Em 15 de novembro de 1890, instalou-se a Assembléia Constituinte – com Pinheiro Machado, no Senado, entre os representantes gaúchos. Em 24 de fevereiro do ano seguinte foi votada a nova Constituição, em meio à tensão causada pela disputa à Presidência - entre o próprio Deodoro e o civil Prudente de Morais. Deodoro foi eleito presidente, com Peixoto de vice, pelo Congresso Nacional.

Em novembro do mesmo ano, o fechamento do Congresso e a decretação de estado de sítio geraram reações em cadeia, inclusive no Rio Grande do Sul, onde o já eleito presidente Júlio de Castilhos primeiro apoiou a posição federal, depois recuou, pressionado por correligionários estaduais. Castilhos acabou deposto e Deodoro, renunciando. Floriano assumiu então a Presidência da República.

---

[66] Reproduzido em Silva (1972, p. 103), citando "Manifesto" do Visconde de Ouro Preto, publicado no jornal Comércio de Portugal , de Lisboa, em 20 de dezembro de 1889.

Na sucessão de fatos dos primeiros e turbulentos anos do Brasil republicano, um civil – exatamente Prudente de Morais - finalmente assumiu a Presidência em 1894, sucedendo Floriano Peixoto, que completou o mandato de Deodoro. Morais também foi o primeiro presidente eleito brasileiro. Então, completava-se um ano da Revolução de 1893 que, iniciada no Rio Grande do Sul onde Castilhos já havia recuperado o poder estadual, expandiu-se para toda a Região Sul e foi das mais violentas da História do Brasil. A deposição das armas ocorreu sob a mediação do governo federal, mas a pacificação entre os republicanos e os federalistas levaria ainda três décadas para acontecer.

O Brasil de uma década após a proclamação, era um país de população (17.877.408 habitantes[67]) predominantemente agrária, na maioria analfabeta e excluída dos processos políticos, já que o voto era direito exclusivo dos homens, desde que maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que não fossem soldados, nem padres, nem prisioneiros. A República era conduzida pelo quarto presidente, Campos Salles, o segundo civil, num processo a caminho da consolidação, mas nem por isso, tranqüilo.

Um golpe militar bem sucedido (o da própria proclamação em 1889), outro frustrado (do mesmo proclamador, no ano seguinte), a eclosão de movimentos revolucionários pelo território nacional, a eleição de Prudente de Morais como o primeiro governante civil do período republicano (1894-1898), um atentado contra ele e uma constante atenção aos movimentos pró-monarquia foram os acontecimentos que agitaram a vida brasileira no encerramento do século XIX.

O atentado a Prudente de Morais, em 1897, levou uma das personagens aqui analisada - Pinheiro Machado - à prisão, como suspeito de conspiração, tema naturalmente abordado pela imprensa da época. Logo libertado pela inexistência de provas que o incriminassem, o senador manteve com Campos Salles[68], o presidente seguinte (1898-1902), uma aliança alimentada na origem propagandista republicana de ambos, com os políticos sob sua liderança ratificando no Congresso os atos de interesse do Palácio do Catete, a sede do governo federal – como abaixo explicado.

---

[67] "Annuario Estatístico do Brazil". Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, volume 1-3, 1916-1927.

[68] Campos Salles (1841/1913): Presidiu o Estado de São Paulo (1896/1897) e o Brasil (1898/1902), implantando a chamada Política dos Governadores, pela qual estabeleceu-se uma relação de troca de dependências entre a União e os Estados.

Os governos civis da República e seus sucessivos presidentes mantinham com a imprensa carioca um bom relacionamento. Até o aparecimento do Correio da Manhã (16 de junho de 1901). Naquela época como agora, a política também era atraída para a popularidade de alguns comunicadores, parte dos quais convencida a se apresentar como candidatos. O Partido Republicano Federal (PRF), federação de agremiações regionais como o PRR e as seções fluminense (PRRJ), mineira (PRM) e paulista (PRP), era dirigido por republicanos históricos - como o jornalista Quintino Bocayuva[69] e Francisco Glicério[70] -, e submetido a dissensões a cada processo sucessório presidencial, momentos em que emergia o talento negociador de Pinheiro Machado[71], que cresceria ainda mais nos anos seguintes.

O governo Campos Salles (1898/1902) voltou-se economicamente para a solução de uma crise que se avizinhava com os credores internacionais, refinanciando a dívida externa; politicamente, buscou constituir uma aliança duradoura que facilitasse sua administração e não a submetesse às constantes crises do Partido Republicano Federal, inaugurando o que veio a ser conhecida como "política dos governadores", em aliança com os líderes regionais, pela qual estes tornavam viável a escolha de deputados e senadores fiéis ao Catete, recebendo em troca nomeações de apadrinhados e a garantia de atendimento aos pleitos estaduais.

A "política dos governadores" encaminhava o Brasil para eleições presidenciais sem oposição, mas também concentrava as atenções dos presidentes sobre os Estados (CASTRO, 1969), na expectativa de que seus dirigentes mantivessem domínio sobre as bancadas no Congresso Nacional:

> (...) enquanto isso, Pinheiro Machado ia aos poucos se infiltrando nesse Congresso e organizando em seu proveito uma liderança no legislativo. Começou impondo-se à própria bancada do Rio Grande do Sul, pois era o político preferido de Júlio de Castilhos, Governador de grande prestígio no Estado sulista; aos poucos, com sua vocação nata de líder, estendeu sua irradiação pessoal às demais bancadas estaduais (CASTRO, 1969, p. 359).

---

[69] Quintino de Sousa Ferreira (1836-1912), jornalista e político, foi um dos maiores propagandistas da República. Adotou o apelido Bocaiuva quando cursava Direito em São Paulo, seguindo moda dos estudantes, de adotarem um nome nativista. "Bocaiuva" é uma espécie de coqueiro brasileiro, também conhecido como macaúba e coco-de-catarro.

[70] Francisco Glicério (1846-1916) foi propagandista da Abolição e da República, ministro da Agricultura e senador, além de presidente do Partido Republicano Federal.

[71] Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, as duas outras maiores figuras republicanas do Rio Grande do Sul, tinham à época atuação basicamente regional.

A partir do Senado, em que a cada estado correspondiam – então, como agora – três representantes, Pinheiro Machado investiu na constituição de uma bancada periférica, que, sob sua liderança, passou a ser crucial nas votações. Logo essa sua iniciativa estendeu-se à Câmara, dando ao gaúcho uma expressão política e um poder incomparáveis, que precisavam ser levados em conta pelos presidentes da República (ALVIM, 1985; CASTRO, 1969).

Rodrigues Alves[72], então presidente de São Paulo, assumiu a presidência do país (1902-1906) sem ser um republicano histórico, mas tendo sido assimilado pelo novo regime, desde a Constituinte de 1891, chegando a ser ministro de Floriano Peixoto - com quem, porém, rompeu a seguir – e de Prudente de Morais. Cercou-se de técnicos, como o Barão do Rio Branco, feito ministro das Relações Exteriores; o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito do Rio de Janeiro; e o sanitarista Oswaldo Cruz, encarregado de livrar a capital brasileira da febre amarela e de outras doenças endêmicas.

Foi um tempo de continuidade da "política dos governadores", com Pinheiro Machado e Rodrigues Alves disputando, no campo político, a coordenação da sucessão presidencial, o paulista levando a melhor e conseguindo indicar o seu vice Affonso Penna[73] para substituí-lo, em 1906. Também foi uma época de fortes críticas do Correio da Manhã ao Governo, potencializadas na condenação às reformas urbanas que deslocavam a população pobre e na veemente oposição à vacinação obrigatória.

Affonso Penna instalou-se no Catete (1906-1909), tentando minimizar a influência pinheirista. Valeu-se, para isso, da constituição de um grupo de parlamentares emergentes alheios à liderança do gaúcho, logo apelidado de "Jardim da Infância" pela inexperiência política de seus integrantes – o grupo de Pinheiro Machado passou a ser conhecido como "Bloco". O presidente morreu em junho de 1909, sem conseguir indicar o sucessor preferido, o mineiro João Pinheiro, que havia falecido em outubro de 1908, nem o seu novo predileto, o ministro Davi Campista, subjugado pela articulação

[72] Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1918): paulista, ex-monarquista que derrotou o histórico Quintino Bocayuva na disputa presidencial. Depois, presidiu São Paulo e foi novamente eleito presidente da República, cargo que não chegou a exercer, vítima da gripe espanhola.

[73] Affonso Augusto Moreira Penna (1847-1909): mineiro, foi ministro da Guerra, da Agricultura e da Justiça durante o Império. Morreu em pleno mandato presidencial.

em torno do ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, já então contando com o apoio do presidente-substituto, Nilo Peçanha[74]. Como parte da imprensa de então, o Correio da Manhã chegou a apoiar a candidatura oficial, mas por pouco tempo, abandonando-a depois pela de Ruy Barbosa. O Paiz colocou-se na posição oposta.

O Brasil passava, então, pela primeira grande campanha sucessória nacional, que extrapolou os limites da capital federal e mobilizou os estados em torno das duas candidaturas. O confronto Hermes x Ruy significou o afastamento entre este e o senador gaúcho, que se alinhou com o ministro, afinal vencedor. Hermes encerrou a campanha no Rio Grande do Sul, seu estado natal, com ampla cobertura d'A Federação (o que será tratado na Análise Formal ou Discursiva). Ruy, que havia percorrido o país, estava em Minas Gerais, acompanhado por um jornalista do Correio da Manhã (também mais bem especificado na análise formal ou discursiva).

Em novembro de 1910, dias antes da posse de Hermes da Fonseca, surgiu o Partido Republicano Conservador (PRC), com a pretensão de reunir os PR's regionais e garantir governabilidade aos presidentes da República, iniciativa que o seu antecessor, o PRF, não havia conseguido sucesso. Sem a adesão da seção paulista (PRP), o novo partido elegeu Quintino Bocayuva como seu presidente, "tão-somente porque Pinheiro não queria esse encargo. Desde o início, o Senador gaúcho foi o verdadeiro chefe do PRC, como Bocayuva logo iria admitir e, quando Bocayuva morreu, em 1912, Pinheiro acedeu a tornar-se presidente do partido" (LOVE, 1975, p. 160).

A semelhança do PRC ao PRF, criado anteriormente sob a liderança do senador paulista Francisco Glicério, começava por sua composição, envolvendo os mesmos Bocayuva e Pinheiro Machado, entre vários outros dirigentes; continuava por sua linha anti-revisionista e completava-se com sua garantia de fidelidade ao líder nacional – o presidente da República. Com o novo partido, Pinheiro Machado dominou o Senado e fortaleceu-se na Câmara, enquanto, como outros partidos estaduais, o PRR tentava influenciar a opinião pública da Capital Federal, "dando cobertura financeira a vários jornais cariocas, principalmente A Tribuna, o Correio da Noite, A Imprensa, a Gazeta de Notícias, e o prestigioso Jornal do Commercio" (LOVE, 1975, p. 161).

[74] Nilo Peçanha (1867-1924): fluminense, abolicionista e republicano histórico, assumiu a presidência com a morte do titular Affonso Penna.

Fora do Rio de Janeiro, o papel da opinião pública era mínimo, devido ao baixo grau de urbanização e de alfabetização e às conseqüências do controle "coronelista" – lembra Love (1975). Já na então Capital Federal, a alfabetização superava 50% da população em 19l0, o que reduzia o domínio das máquinas políticas e transformava os jornais em importante instrumento político.

Com Hermes da Fonseca presidente (1910-1914), Pinheiro Machado exerceu a sua fase de maior poder sobre a política brasileira, como analisado por Love (1975):

> (...) o presidente eleito tratava-se de um homem de caráter fraco e inteligência sem brilho (...) e à medida que Hermes foi se tornando mais e mais dependente de Pinheiro, cada vez mais se patenteava que a definição inicial que dera de suas funções não era simples figura de retórica (LOVE, 1975, p. 159).

Calógeras (1957) compartilha dessa visão:

> (...) tanto os paisanos como os militares repetiam unissonamente que Hermes não passava de um instrumento em mãos de Pinheiro Machado, o senador chefe do partido ao qual o Marechal cegamente seguia.
>
> De fato, Pinheiro Machado era incontestavelmente a influência dominante da política brasileira (CALÓGERAS, 1957, p. 467).

Nem a discordância com a chamada "política das salvações"[75], posta em prática pelo novo governo, e que afastou políticos vinculados a Pinheiro Machado do poder em diversos estados, retirou a sua influência sobre o presidente Hermes da Fonseca:

> (...) sua estrela iria brilhar novamente com a morte de Orsina da Fonseca. O novo casamento de Hermes com Nair de Tefé leva Pinheiro Machado a tornar-se *persona grata* a esta família, fazendo Senador o próprio Almirante Tefé, pai da nova Primeira Dama do País (CASTRO, 1969, p. 368).

O relacionamento entre um homem maduro viúvo havia poucos meses e uma jovem de atuação incomum entre as mulheres da época gerou exaltações políticas, por sua vez registradas na imprensa[76]. Em Pernambuco, o general e líder político Dantas Barreto, atingido pelas instabilidades decorrentes das intervenções federais nos Estados, dizia que o presidente da República iria "abandonar as pesadas responsabilidades do

[75] A "política das salvações", também chamada de "salvacionismo", foi uma tentativa de quebra das oligarquias através de intervenções promovidas nos Estados durante o Governo Hermes da Fonseca.

[76] Hermes da Fonseca ficou viúvo em pleno exercício do mandato presidencial, casando com Nair de Teffé pouco mais de seis meses depois. Esse fato, aliado à diferença de idades entre eles, gerou muitas críticas ao marechal, acrescidas pela liberalidade da Primeira Dama, que promoveu saraus no Palácio do Catete.

cargo" em nome "da paixão por uma linda donzela, cujos dotes lhe inspiraram tão violenta paixão" (CASTRO, 1969, p. 368).

Além do conteúdo acima, sobre os anos iniciais da República no Brasil, a República no Brasil continuará a ser abordada à frente, quando das análises sócio-históricas de cada período em que atuaram as personagens cujas relações com a imprensa são objeto de estudo desta pesquisa.

4.2 Comunicação e Política, Imprensa e Poder

Comunicação e Política é tema presente nos estudos acadêmicos e desperta maior interesse da Comunicação do que da Política, observam Rubim e Azevedo (1998).

Nem por isso é confortável o estado da pesquisa sobre a aproximação das duas ciências. O próprio Rubim - em conjunto com Azevedo - é autor de um levantamento sobre as investigações no Brasil, concluindo que o seu desenvolvimento vem passando por fatores impeditivos como "o interesse tardio e a fraca interlocução entre cientistas políticos e comunicólogos" (RUBIM e AZEVEDO, 1998, p. 8).

Rubim e Azevedo[77] (1998) apontam para a situação político-econômica brasileira dos anos 1960 como "um dos eixos determinantes da emergência recente" dos estudos sobre comunicação e política no país, em conexão com a redemocratização brasileira e em especial com os embates eleitorais. Eles classificam como "pré-história" desses estudos, publicações feitas na década de 1970 por Gabriel Cohn, sobre as conexões entre comunicação, teoria e ideologia; de Lucila Scavone, Maria Belloni e Cléa Garbayo, sobre o noticiário político no Jornal do Brasil e na Última Hora; e de Haquira Osakabe, sobre a análise de discurso de Getúlio Vargas.

O levantamento feito pelos dois autores mostra que a produtividade nesse campo ampliou-se em paralelo com a abertura de novos espaços democráticos no Brasil, e temas como a censura política, a ideologia e a propaganda, os efeitos de 1964 sobre a televisão, as relações entre a comunicação e a ditadura e os debates políticos vieram a

[77] Para os autores, a ditadura militar (1964/1985) possibilitou o desenvolvimento de uma lógica de indústria cultural e de uma ambiência comunicacional, mas reprimiu as interações entre a mídia e a política.

público, assim como passou a se discutir a relação entre capitalismo e meios de comunicação e os efeitos da televisão sobre a sociedade nas décadas de 1980 e 1990. Coube à revista Comunicação & Política, criada em 1983, avançar sobre o isolamento para a aproximação entre os dois campos.

O retorno das eleições diretas à vida pública brasileira também estimulou a produção intelectual na comunicação, com contribuições como a do professor Venício Lima – então na UnB -, com a teoria do Cenário de Representação da Política (CR-P), já nos anos 1990, mas tendo por objeto a escolha do presidente da República pelo voto direto dos brasileiros, em 1989. Essas primeiras eleições presidenciais após três décadas de mandatários definidos por colégios eleitorais, assim como sua inesperada consequência – a renúncia do presidente Fernando Collor, para evitar o *impeachment* - foram analisadas pelo próprio Rubim (1989, 1990 e 1994), por Fausto Neto (1990, 1994 e 1995), por Maria Helena Weber (1990 e 1993), por Lins e Silva (1990) e por Eugenio Bucci (1993) – entre outros pesquisadores, ao mesmo tempo em que o ambiente acadêmico também se organizava em torno do tema, com participações em entidades representativas que passaram a ser criadas[78], com respectivos Grupos de Trabalho e uma série regular de eventos na área.

São os comunicólogos os que se interessam mais por esse campo interdisciplinar ainda em constituição, constatam Rubim e Azevedo (1998) – o que, segundo eles, constitui uma contradição frente ao caráter recente dos estudos em Comunicação, comparado à tradição e ao desenvolvimento da Ciência Política no Brasil.

Recorre-se aqui ao importante e crítico mapeamento dos estudos sobre mídia e política no Brasil - acima referido - para a identificação de recursos teórico-metodológicos aproximadores desses dois campos, ao longo das quatro últimas décadas no Brasil. Entre elas estão ideologia, indústria cultural, aparelhos ideológicos do Estado, estudos do discurso, teoria da enunciação, teoria da recepção, hegemonia, estudos culturais, esfera pública, ação comunicativa, campo social, poder simbólico, *agenda-setting*, *newsmaking*, comportamento eleitoral e análises de opinião pública – parte dos quais levada em consideração na tese em andamento.

[78] A exemplo da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) e da.

Pregando uma combinação entre a caracterização dos estudos já existentes, a iluminação dos territórios temáticos conformadores do campo e as questões que demandam esforços de investigações específicas, Rubim e Azevedo (1998) propõem sete dimensões para o desenvolvimento do campo interdisciplinar *Comunicação e Política*, abaixo especificadas.

1. **Comportamento eleitoral e mídias** – estudos em expansão que acompanham a evolução da situação político-institucional do país. Na visão crítica de Rubim e Azevedo (1998), a Ciência Política tende a subestimar o papel das mídias no processo eleitoral, enquanto a Comunicação o superestima. Eles consideram essa linha "promissora do ponto de vista temático", "competitiva em relação à captação de financiamentos individuais e institucionais" e "com grandes chances de se consolidar como uma das áreas acadêmicas mais dinâmicas" (pp. 10-11).
2. **Discursos políticos midiatizados** – linha de crescente incidência de análise que, no entanto, carece de convergência com áreas como a linguística, a semiótica e a retórica – "o que lapidaria seu instrumental teórico-metodológico e encontraria resultados mais elucidativos acerca dos discursos políticos midiáticos, de seus processos de produção de significados e símbolos, de seus protocolos de enunciação e negociação de sentidos, bem como de seus sistemas discursivos" (RUBIM e AZEVEDO, 1998, p.11).
3. **Estudos produtivos da mídia** – agrupam a gênese, o funcionamento e a lógica operativa das diversas mídias (impressas, eletrônicas e digitais), envolvendo recursos teórico-metodológicos como a *agenda-setting* e o *newsmaking*, estudos sobre a organização e produção editoriais, a competição por audiência e suas repercussões na Política.
4. **Ética, política e mídia** – dimensão marcada pela "quase inexistência de esforços teórico-investigativos", segundo RUBIM e AZEVEDO (1998, p. 11). Teria enorme contribuição a dar à sociedade brasileira, diante do que os autores definem como "intensa relativização dos valores e da moral em lugares sociais estabelecidos e uma demanda acelerada de axiologias para novas modalidades de vivências sociais".
5. **Mídia e reconfiguração do espaço público** – dimensão em que a característica é a ausência de diálogo, trocas e adequações entre as contribuições teóricas da

Ciência Política, da Comunicação e da Filosofia Política – de acordo com os dois autores.

6. **Sociabilidade contemporânea** – dimensão de fronteiras alargadas pelos dispositivos próprios da sociabilidade contemporânea – ressaltam Rubim e Azevedo (1998, p. 12) – a qual redefine as hierarquias sociais e as relações de poder instaladas e em funcionamento na sociedade. Linha que exige compreender as mudanças experimentadas pela Comunicação e pela Política, assim como por seus componentes e suas conexões atuais.
7. **Políticas públicas de comunicação** – envolve os estudos sobre a política e a regulamentação das comunicações pelo governo; o seu impacto político e ideológico e sobre o mercado.

Uma investigação cuja abrangência se estende para cerca de um século da vida pública brasileira, espaço de tempo em que tanto a Comunicação quanto a Política (e, portanto, a Imprensa, o Jornalismo e o Poder), a Nação e a Sociedade sofreram mudanças, ao natural contempla parcial ou inteiramente várias das dimensões acima apontadas. Numa aplicação preliminar do proposto por Rubim e Azevedo (1998) para o campo interdisciplinar Comunicação e Política sobre o objeto deste trabalho, permite-se identificá-lo com seis delas, conforme exposto a seguir.

Como o que aqui se examina abrange todo o período republicano brasileiro, projeta-se, por óbvio, a evolução da situação político-institucional, nela incluído o comportamento da imprensa sobre os processos eleitorais efetivados nesse espaço de tempo. Preliminarmente, pode-se exemplificar com a disputa à Presidência da República em 1910, entre Ruy Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca. O Correio da Manhã veiculou exclusivamente a chapa encabeçada pelo senador baiano, a quem apoiava, nos dias que antecederam a eleição. À época, era permitido ao eleitor depositar nas urnas a cédula reproduzida pelos jornais. A posterior regulação do Jornalismo, segundo valores e princípios éticos e profissionais, atenuou a possibilidade de exercícios de parcialidade explícita como o citado acima.

A midiatização dos discursos políticos, na atualidade superpotencializada pelos meios de comunicação eletrônicos e em especial pela televisão, praticamente acompanha a trajetória do jornalismo, por sua capacidade multiplicadora das

mensagens. Mesmo quando a mídia se reduzia à imprensa, já ampliava, através de suas páginas, a audiência possível a um pronunciamento de tribuna convencional, condição naturalmente (re)conhecida, tanto pelos políticos quanto pelos jornalistas.

Da mesma forma, por abranger todo o período republicano brasileiro, este estudo reflete-se sobre o comportamento eleitoral das mídias, também é válido entendê-lo como inclusivo para a produção jornalística, que nesse espaço de tempo passou por diferentes fases, tanto administrativas, quanto operacionais. A evolução das formas de produção dos jornais, no período desta investigação, integra, aliás, os seus objetivos específicos e será avaliada a partir de contribuições teóricas como *agenda-setting* e *newsmaking*.

Entende-se, do mesmo modo, que um percurso teórico-metodológico sobre as relações entre a imprensa e o poder podem auxiliar na compreensão da dimensão "ética, política e mídia" proposta por Rubim e Azevedo (1998), em especial pela sua evolução ao longo do tempo aqui abordado.

Meios de comunicação registram o cotidiano de um determinado espaço. A observação do conjunto desses acompanhamentos rotineiros pela mídia (como o que se faz no presente trabalho), por conseqüência, é capaz de permitir a compreensão de como os espaços se configuram e reconfiguram no tempo.

O olhar da pesquisa sobre a Imprensa e o Poder, em tão prolongado período, finalmente, ao natural, gera percepções sobre sua trajetória de mudanças e seus vínculos com a sociabilidade.

Partindo do geral (Comunicação e Política), para o particular (Imprensa e Poder): o poder do Jornalismo e as relações entre a imprensa e o poder constituído vêm sendo analisados em nível científico desde 1922, com investigações realizadas por Lippmann, nos Estados Unidos, sobre a opinião pública. Mais recentemente, a sistematização dos estudos em andamento a partir de então foi promovida por Wolf (1987) e Traquina (1993, 2000, 2001, 2005). Entre esses extremos, importantes contribuições surgiram de trabalhos de Cohen (1963), McCombs e Shaw (1968, 1972, 1977), Molotch e Lester (1974, 1993), Rogers, Dearing e Bregman (1988).

O trabalho original de Lippmann (1922) colocou o tema na pauta dos estudos do Jornalismo, a partir da hipótese de uma relação causal entre a agenda midiática e a

agenda pública, com a visão geral de que a mídia era a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que as pessoas fazem deles em suas mentes (LIPPMANN, 2008[79]). A evolução desse pensamento levou a um primeiro conceito de agendamento, em 1963, agregando a idéia de que a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem capacidade enorme de dizer-lhes o quê pensar (COHEN, 1963, apud TRAQUINA, 2000).

Tomando em consideração os estudos anteriores, McCOMBS e SHAW (1972) constataram que as pessoas tendem a compartilhar o que a mídia lhes diz que é importante. Começava assim a hipótese do agendamento (*agenda-setting*), desde então estimuladora de uma série de estudos, entre eles o de que esse processo envolve três componentes: a mídia, o público e a política governamental (ROGERS, DEARING e BREGMAN, 1988, apud TRAQUINA, 2000), na percepção de que 1) os conteúdos dos meios de comunicação, 2) o interesse público pelos assuntos e 3) os fatos originados das instâncias governamentais constituem respectivamente essa tríplice relação e a alimentam.

Pelo menos dois episódios tratados nesta investigação - ambos encerrados tragicamente – permitem um alinhamento ao que foi acima descrito sobre a influência dos meios de comunicação:

1. Em 1915, o padeiro desempregado Manço de Paiva firmou convicção, pela leitura de jornais, de que o senador Pinheiro Machado representava todos os males do Brasil, precisando, portanto, ser eliminado, e assumiu como sua essa responsabilidade. Depois de segui-lo durante alguns dias, encontrou-o finalmente na tarde de 8 de setembro e esfaqueou-o no saguão do Hotel dos Estrangeiros. Preso durante a fuga, exclamou: "Matei um caudilho – e salvei a República!" (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1915, p. 1). Já na delegacia de política, explicou sua atitude assim:

> ... que hoje, lendo na *Gazeta de Notícias* um artigo sobre a candidatura do Marechal Hermes, sentiu novamente a necessidade de assassinar o General Pinheiro Machado; que cerca de 4 horas da tarde de hoje estava o declarante no largo do Machado conversando com um motorneiro da Light ..., quando, pouco depois, viu parar na frente um carro fechado, que *reconheceu* ser do General Pinheiro Machado; que este carro é um automóvel escuro, fechado e dentro, ao que suppunha, trazia o General Pinheiro Machado, pelo que entrou precipitadamente em uma casa de

[79] Ano da edição brasileira de "Opinião Pública" aqui usada como referência.

> bilhetes, no largo do Machado, e ahi escreveu um bilhete que nesta delegacia apresentou ao Dr. Chefe de Polícia e que reconhece ser o próprio que neste acto lhe é mostrado, e entregue em sua presença, por aquella autoridade ao Delegado que preside o presente auto; que sahindo da casa de bilhetes, no largo do Machado, verificou que o automóvel do General Pinheiro Machado seguia pela rua do Cattete em direção á Botafogo, pelo que o declarante a passos precipitados procurou acompanhal-o; que chegando á praça José de Alencar, verificou que o mesmo automóvel estava parado próximo ao Hotel dos Extrangeiros, e por isso para lá se dirigiu apressadamente (SANTOS, 1917, pp. 31-32, grifos originais, escrita da época).

2. Durante o segundo governo Getúlio Vargas, marcado por forte oposição partidária e de parte predominante da imprensa da época, em especial do jornalista Carlos Lacerda e de sua Tribuna da Imprensa, Gregório Fortunato, o chefe da segurança do presidente, foi acusado de mandante do atentado de 5 de agosto de 1954, em que a vítima principal fatal acabou sendo o major Rubens Florentino Vaz, atingido por tiros destinados ao jornalista. Três semanas depois, com um tiro no próprio peito, o presidente da república cumpriria a promessa estampada na Última Hora, que lhe era fiel: "Só morto sairei do Catete".

A ideia de que quanto mais ênfase a mídia dá a um tema, maior é a importância a ele atribuída pela audiência, foi apontada a seguir como um primeiro nível de agendamento entre a imprensa e o público, constituído de uma relação direta de transmissão. Como transmissões envolvem inúmeros atributos de temas e objetos, há um segundo nível de agendamento. O primeiro nível é o processo de transmissão de *salience* do objeto, o segundo nível é a transmissão de *salience* do atributo, explica McCombs, em texto já referido, constante de Traquina (1993).

> *Saliences* são os itens de atualidade, temáticos, que atribuem prioridades a determinadas informações. A idéia do segundo nível da *agenda-setting* se baseia no fato de os meios de comunicação, ao descreverem um acontecimento, valorizarem mais certos atributos que outros. Da mesma forma que alguns temas são hierarquicamente definidos como mais importantes do que outros (LACERDA, 2002, p. 5).

Essa atribuição seletiva de assuntos pela mídia é exercida pelos *gatekeepers*, profissionais que, por sua condição técnica própria e/ou por sua representação na organização jornalística, têm o poder de estabelecer os temas relevantes a serem levados ao público (WHITE, 1950; SAPERAS, 1993). A veiculação de formas simbólicas, pela imprensa, dá-se a partir dessa triangulação de interesses entre as agendas, em mediação

que acentua a importância dos processos de seleção do que será veiculado e de sua ordem de importância na veiculação.

MOTTA (2002), que desenvolve investigações nesse campo, no Brasil, afirma: "Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder" (p.13). Desde a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, em 1440, imprensa e poder estão historicamente relacionados, lembra ele no texto de apresentação da obra citada anteriormente. A invenção da tipografia, permitindo a impressão em massa, tornou possível o uso da imprensa como instrumento de luta pelo poder.

> A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno com o exercício de poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política (MOTTA, 2002, p. 13).

A história do Brasil comprova essa ligação: desde sua criação em 1808, a imprensa brasileira esteve a serviço das ideias e das causas políticas – como será visto em capítulo específico do trabalho final. Vale adiantar aqui exemplos como os do Correio Braziliense, como jornal inaugural dessa trajetória nacional e que se apresentou em oposição ao governo imperial; da Gazeta do Rio de Janeiro, surgida meses depois, sob patrocínio oficial; de muitos dos jornais do período pré e pós Revolução Farroupilha (1835/1845) no Rio Grande do Sul, que propagaram as ideias então em disputa; de publicações engajadas pela Abolição da Escravatura (1888) e pela República (1889) na segunda metade dos anos 1800; e mesmo de alguns títulos que chegaram à fase embrionária da profissionalização empresarial e se impuseram como representações de partidos políticos, como A Reforma e A Federação, no Rio Grande do Sul - mais esta do que aquela.

Antes do que pode ser considerado como o início do processo de profissionalização da empresa jornalística brasileira – na passagem do século XIX para o XX, o poder político, representado pelo presidente da República e por lideranças proeminentes nas casas legislativas, estava acostumado a relacionar-se com a imprensa de uma forma que Motta define como instrumento facilitador de governabilidade – objetivo, de resto, inerente aos governos:

> (...) todo governo, como expressão de um poder, fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão (...) Todo poder é político, precisa de visibilidade, necessita institucionalizar-se como

> expressão do todo social e, por isso, precisa da imprensa (MOTTA, 2002, p. 12).

O presidente Campos Salles (1898-1902) deixou, no livro "Da propaganda à Presidência", que escreveu sobre a sua trajetória política, registrado o que Sodré (2004) qualifica de falta de escrúpulo em comprar a opinião da imprensa. Para Campos Salles, subvencionar a imprensa e os jornalistas foi um recurso que adotou em nome da governabilidade.

Essa estratégia pareceu ao presidente "honesta, justa e necessária", de acordo com Edmundo (2003, p. 646), para quem não apenas ele, como outros presidentes, "peitavam" a "arrefeçada imprensa com o ouro do Tesouro".

Segundo Raja Gabaglia[80] :

> (...) o grande presidente Campos Salles resolveu-a, subvencionando a imprensa. Confessou-o lealmente em seu livro (...) justificando a medida pela razão de Estado. Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a termo a obra de salvação financeira do país. Depois de Campos Salles outros presidentes tiveram de adotar o mesmo alvitre (...) Em verdade, fizeram-no todos os governos da República, com exceção do Governo Provisório, que a censura preservava de qualquer ataque, e todos os Gabinetes do Império (RAJA GABAGLIA, 1951, p. 441, v. 1).

Motta também observa que, apesar desse vinculo orgânico com o poder, a imprensa foi e ainda é um dos instrumentos principais da oposição e da resistência política em qualquer época.

> Em todos os regimes políticos, a imprensa foi uma arma na difusão das visões opostas àquelas do poder instituído. Da mesma forma que a imprensa é uma instituição historicamente vinculada à vigilância pública pelo poder em exercício, para a manutenção e a reprodução da ordem instituída, ela é um instrumento do exercício da democracia. É por meio da imprensa – seja ela burguesa ou popular alternativa – que as queixas e reivindicações populares se expressam, ainda que muitas vezes sem a consistência e a permanência das visões dominantes (MOTTA, 2002, p. 12).

O próximo quadro propõe melhor visualização do andamento dos estudos científicos sobre o poder do Jornalismo, incluindo muitas das referências acima citadas.

[80] Laurita Pessoa Raja Gabaglia era filha do presidente Epitácio Pessoa, que também foi muito atacado pela imprensa em sua época.

Quadro 6

REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE OS EFEITOS DO JORNALISMO	
Autores e datas	**Estudos**
Lippmann, 1922	Relação causal entre as agendas da mídia e do público
Hovland e outros, anos 1940	Efeitos persuasivos dos meios de comunicação
Lazerfeld, Berelson e Gaudet, 1944	Efeitos limitados (mais reforça do que muda comportamentos)
Katz e Lazerfeld, 1955	*Two-step-flow* (comunicação em dois níveis)
Festinger, 1957	Dissonância cognitiva entre o que se pensa e o que se faz
Klapper, 1963	Efeitos limitados (mais reforça do que muda comportamentos)
Cohen, 1963	A imprensa diz ao público sobre o que pensar
Wright Mills, 1963	Absorção total das mensagens da mídia pelas audiências
McCombs e Shaw, 1972	A mídia estabelece a agenda/pauta dos assuntos dos públicos
Molotch e Lester, 1974	Relações mídia/fonte/audiência
Tuchmann, 1976	Produção de notícias e construção da realidade
Schudson, 1982	Envolvimento de várias partes na produção de notícias
Wolf, 1987	Notícias como processo de produção complexo
Traquina, 1988	Porque as notícias são como são
Traquina, 2000	Mídia expõe a realidade e reconfigura visões de mundo

Fonte: o autor (bases: diversas)

O presente trabalho, como já informado e como pode ser percebido pelo que foi visto até aqui, vem de uma visão teórica geral (Comunicação e Política) para a específica (Jornalismo), a caminho do qual fez/faz uma reflexão intermediária (Imprensa e Poder). Tendo já sido esboçadas as duas visões extremas da expressão acima, é hora de particularizar.

4.3 Jornalismo e liberdade de expressão

Adota-se no presente trabalho o conceito - fundamental às democracias modernas e por isso mesmo integrante do senso comum - de liberdade de expressão como o exercício do direito à livre manifestação de ideias, pensamentos e opiniões.

A liberdade de expressão constou como garantia constitucional no Brasil desde o Império e até a vigência do Estado Novo (1937/1945), quando foi abolida pela primeira vez. Retomada, mas sob certas limitações, na redemocratização iniciada em 1945, foi sufocada uma segunda vez pelo Regime Militar implantado em 1964, para só ser resgatada sob consagração da Carta Magna de 1988, atualmente vigente.

Apesar de garantida constitucionalmente como liberdade de expressão, sua variável "liberdade de imprensa" sofreu percalços ao longo da história brasileira, inclusive no próprio Império, variando conforme o entendimento que dela fizeram os grupos que se sucederam na administração pública. A própria história da imprensa brasileira registra confrontos entre o Estado e os meios impressos, muitos dos quais representaram depredação de instalações, atentados, prisões e mortes de jornalistas.

No período republicano, aqui investigado através das relações de três de seus representantes com os jornais, esses enfrentamentos deram-se já no início do novo regime. Sua marcante vocação militar inicial entrou em choque tanto com a vocação crítica dos meios de comunicação quanto com os interesses de alguns de seus dirigentes que, a essa condição, aliavam a militância política e, como tal, aproximavam-se ou afastavam-se das posições em disputa.

Ainda que, como diz Siqueira (1995), a imprensa tenha comemorado a República, as divisões internas nos meios militares e civis que sustentaram a proclamação, como referidas por Fausto (2002), foram se refletindo nos diversos jornais existentes à época, principalmente na então capital federal. Majoritariamente pró-República, a imprensa de 1889, no Rio de Janeiro, tinha, porém, seus representantes monarquistas. Esse era o caso da Tribuna Liberal, que suspendeu sua circulação um mês após a proclamação, mas retornou no ano seguinte, apenas como A Tribuna, cujos artigos contra o presidente Deodoro da Fonseca, motivaram enfrentamentos de seus dirigentes com a Polícia e, em 29 de novembro de 1890, a sua depredação, em que morreu o revisor João Ferreira Romariz – em caso abordado posteriormente por Lima Barreto no conto "A sombra do Romariz".

Juntaram-se nos protestos contra essa violência os principais representantes da imprensa fluminense: Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, Diário de Notícias, O Paiz, Diário do Commercio, Cidade do Rio, Novidades, Correio do Povo, Democracia,

Revista dos Estados Unidos, La Voce del Popolo, Mequetrefe, La Patria, Revista Illustrada, Apóstolo e Sportsman. Em conjunto, publicaram um manifesto que dizia:

> A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala de redação do Jornal do Comércio, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo, para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à Tribuna e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve declarar: 1º - que não satisfaz a declaração, hoje publicada pelo Diário Oficial, por ser dúvia e frouxa; 2º - que espera sejam punidos, na forma das leis, os culpados do assalto, de que foi vítima a Tribuna, apontados pelo inquérito a que se está procedendo; 3º - que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que se acha, a empregar todos os meios, dentro de suas funções, para assegurá-la, mesmo a suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890 (SODRÉ, 2004, p. 254).

Absorvidos nos meios jornalísticos como obras dos militares que tinham um representante como governante ditatorial (SODRÉ, 2004), a depredação ao jornal e a morte de seu revisor repercutem na imprensa e nas casas legislativas. Contribuem, assim, para "os preparativos para o lançamento de um novo jornal, reunindo elementos contrários à República" (SODRÉ, 2004, p. 256): o Jornal do Brazil, não por acaso tendo sua primeira edição a 9 de abril de 1891 – "data do 60º aniversário do *Te-Deum* em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como Imperador (SODRÉ, 2004, pp 256-257) .

Incomodado com as críticas que passou a sofrer por parte do novo jornal, o governo usou o Diário Oficial para registrar, em 1891: "O *Jornal do Brazil*, na primeira campanha de repercussão desde o seu aparecimento, contraria formalmente os interesses da República (SODRÉ, 2004, p. 258). "Ilusões Republicanas" e "Outras Ilusões Republicanas", artigos de Joaquim Nabuco, contribuíram para acalorar os debates e para o encaminhamento de ameaças - que o jornal ignorava até ter sua sede invadida em 16 de dezembro de 1891 e ver negados os pedidos de garantia encaminhados ao governo.

Ainda conforme Sodré (2004), rusgas entre o poder e a imprensa da época ocorreram, também, em abril de 1892, com prisões de militares, políticos, intelectuais e jornalistas – entre eles, Pardal Mallet, Olavo Bilac e José do Patrocínio – depois beneficiados pela anistia concedida em agosto do mesmo ano. Com Floriano Peixoto na presidência da República, apoiado no Rio por O Paiz e em São Paulo pel'O Estado de S. Paulo, não cessaram os enfrentamentos. O Jornal do Brasil, sob nova direção desde a assunção de Ruy Barbosa à sua direção, foi atacado em 31 de agosto e sua edição

apreendida em 1º de outubro, quase na mesma época em que a Gazeta de Notícias teve a circulação suspensa por alguns dias. No Rio Grande do Sul, a luta política havia vitimado A Atualidade, obrigada a fechar. O livro "A Ilusão Americana", de Eduardo Prado - que, antes, havia dirigido jornais de oposição à República – foi proibido, com cerco à tipografia que o havia imprimido e aviso peremptório às livrarias para que não os vendessem.

A situação alcançou relativa normalidade com a posse de Prudente de Morais, primeiro presidente civil brasileiro (1894-1898), o que representou uma derrota para os seguidores do antecessor, Floriano Peixoto, mas não a extinção de seu movimento. Ao mesmo tempo, permanecia a resistência monarquista, reverberada através de O Comércio de São Paulo, O Libertador, a Gazeta da Tarde, A Liberdade – estes últimos, todos no Rio de Janeiro. É nessa conjuntura, e já no governo do presidente seguinte, do paulista Campos Salles, que eclodiu no interior baiano o conflito conhecido como Guerra de Canudos, interpretado como um levante monarquista revolucionário. A imprensa republicana passou a cobrar providências[81]. Segundo Sodré, "formam-se bandos. Com a cumplicidade da polícia, varejam-se jornais. *A Liberdade*, o *Apóstolo*, a *Gazeta da Tarde* são empastelados... O *Comércio de São Paulo* (...) tem sorte análoga..." (2004, p. 269).

No governo de Campos Salles (1898-1902), conforme seu próprio depoimento, as relações com a imprensa basearam-se na troca de apoio jornalístico por apoio econômico – exemplificada em O Paiz e na Cidade do Rio e condenada pelo Correio da Manhã, desde o seu surgimento, em 1901. Mesmo assim, o Jornal do Brasil acusou o ministro Epitácio Pessoa, da Justiça, de ter mandado matar o repórter Gustavo de Lacerda[82] – autor de matérias denunciando arbitrariedades policiais contra carroceiros em greve. O Paiz, de João Lage; e o Correio da Manhã, de Edmundo Bittencourt, passaram a representar o alinhamento absoluto e a oposição ferrenha ao governo, predominando sobre as demais publicações na então capital da República.

A campanha pela vacinação obrigatória, em 1904, opôs o governo, que a promovia, à parte da imprensa, que a combatia. Após protestos e enfrentamentos nas

[81] O Estado de S. Paulo enviou ao local do conflito seu repórter Euclides da Cunha. Ele produziu regularmente relatos veiculados pelo jornal que serviram de base para o seu livro póstumo "Os Sertões".

[82] Gustavo de Lacerda (1854/1909): criador do Círculo da Imprensa, em 1901, antecessor da atual Associação Brasileira de Imprensa, fundada em 1908 e da qual foi o primeiro presidente.

ruas do Rio de Janeiro, as autoridades suspenderam a circulação do Comércio do Brasil e da Gazeta de Notícias. O Correio da Manhã também se opunha, mas, segundo Sodré (2004), não à medida e sim aos processos usados para impô-la.

Ao se aproximar a segunda década do século XX, a imprensa iria atravessar o que Sodré (2004) chama de "primeira de suas fases tormentosas no regime republicano". Ele se refere à primeira grande campanha política registrada no País, colocando em antagonismo os candidatos Ruy Barbosa e Hermes da Fonseca, pela presidência da República para o quadriênio 1910/1914. Em conjuntura marcada pela morte do presidente Affonso Penna em pleno mandato, sua substituição pelo vice-presidente Nilo Peçanha e a consagração de Fonseca, ministro da Guerra, como o candidato governista, apresentou-se o senador e ex-ministro da Fazenda como o candidato "civilista". Entre confrontos das facções pelo Brasil afora, com a imprensa tomando partido, o candidato oficial foi declarado vencedor e assumiu a presidência em 15 de novembro de 1910.

Pode-se dizer que todos os quatro anos de seu mandato constituíram uma espécie de segundo turno da campanha eleitoral. Uma semana após sua posse, ocorreu o episódio conhecido como Revolta da Armada; novo movimento militar foi deflagrado no início do mês seguinte. Fatos semelhantes passaram a acontecer em várias regiões do país. A sucessão de acontecimentos, com natural repercussão no Legislativo, foi tratada criticamente pelo Correio da Manhã, O Século e Diário de Notícias, no Rio de Janeiro; e pelo Diário de Pernambuco, em Recife – cuja redação foi atacada à bala e as edições queimadas nas ruas.

> A imprensa anoiteceu na censura, jornalistas da primeira linha de combate – Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, Macedo Soares, do *Imparcial*, Vicente Piragibe, da *Época* e Leônidas Rezende – foram encarcerados; numerosos outros cidadãos civis e militares também foram presos e muitos tiveram de fugir para locais não atingidos pelo sítio (FRANCO, 1955, p. 735, volume 2).

Sob forte impopularidade, o governo Hermes da Fonseca foi encerrado em meio a manifestações populares como a que tomou de assalto a sede de O Paiz em 1914. "A linguagem da imprensa política era violentíssima", observa Sodré (2004, p. 331), computando-a à sua condição de representante de uma pequena burguesia, para quem o regime era bom, seus dirigentes é que precisavam ser substituídos. "Era preciso atingir

as pessoas para chegar aos fins moralizantes" (idem). O mesmo autor reproduz discurso de Epitácio Pessoa, então senador, no Congresso Nacional:

> É preciso que se tenha a coragem de dizê-lo – também a imprensa, desviada de seus nobres intuitos, afastada de sua missão civilizadora, convertida em vazadouro de todas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens públicos do país, a ponto tal que ainda o ano passado, em Paris, um deputado francês me dizia que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Governo do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio; foi também a imprensa desviada do seu caminho legítimo, decaída, aviltada, prostituída até à ignomínia do achincalhe obsceno, pornográfico e imundo contra a honra das esposas, contra o lar das famílias (RAJA GABAGLIA, 1951, p. 214).

O primeiro ano de Wenceslau Braz como presidente da República contou com uma espécie de trégua por parte da imprensa oposicionista, interessada em afastá-lo do governo anterior, do qual havia sido vice-presidente. O confronto dirigiu-se contra Pinheiro Machado, sobre o qual se dizia que tutelara Hermes da Fonseca, agindo como presidente de fato. Em 1915, o senador gaúcho não exercia a mesma influência, mas também não estava derrotado, e conseguiu articular com as lideranças republicanas gaúchas a candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Especialmente o Correio da Manhã combateu a manobra política, secundado pela Gazeta de Notícias e outros títulos de menor penetração.

As críticas sistemáticas ao senador e ao ex-presidente acentuaram um clima de enfrentamento que culminou com o assassinato de Pinheiro Machado, a 8 de setembro de 1915. O episódio, aprofundado em outro trecho do presente trabalho, converteu a imprensa oposicionista antipinheirista em alvo da imprensa que havia apoiado o governo anterior. E o governo de então em alvo de ambas, a primeira cobrando providências para encontrar e punir os "mandantes" do crime; a segunda tentando eximir-se de culpabilidade e as duas fiscalizando as reações governamentais, naturalmente com interpretações diversas.

Até o período seguinte da história republicana – o Estado Getulista – os tumultos nas relações entre as partes continuaram, com o Governo acionando a estrutura de poder contra a imprensa sempre que sentiu necessidade. Sucessor de Braz, que governou com o Brasil sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial, Epitácio Pessoa estava exatamente tratando da paz mundial, como representante do Brasil em conferência que se realizava em Paris, quando foi eleito presidente num processo sucessório imposto pela morte do

presidente Rodrigo Alves, ocorrida antes da posse. Pessoa governou de 1919 até 1922, reagindo à crescente articulação dos operários com a chamada lei de repressão à anarquia, baixada em 1921 e com a colocação na ilegalidade do recém criado Partido Comunista Brasileiro no ano seguinte. A disputa por sua sucessão foi marcada pelo episódio batizado de "cartas falsas[83]", publicadas pelo Correio da Manhã – em que Artur Bernardes teria escrito a Raul Soares criticando as Forças Armadas em geral e o marechal Hermes da Fonseca em particular.

Artur Bernardes, que o sucedeu, implantou a primeira lei de imprensa no Brasil, que "invocava o lema da liberdade com responsabilidade para encobrir um dos seus propósitos – acabar com a chamada imprensa proletária mantida pelos trabalhadores" (NEGREIROS, 1979, p.). O Brasil de então vinha de duas grandes greves operárias, em 1917 e 1919; e de uma revolta militar deflagrada ao final de 1922, destinada a impedir a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República. A lei de imprensa, também chamada Lei Adolfo Gordo, em alusão ao senador paulista autor do projeto original, foi, de imediato, apelidada de "lei infame" pelo Correio da Manhã. E Bernardes, afinal eleito e empossado foi, de fato, o seu principal beneficiário, além do fato de ter exercido a totalidade de seu período de governo (1922/1926) sob estado de sítio, em nome do qual mandou fechar o Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo e encher as redações de censores. "Nessa época, jornalista e conspirador eram na verdade a mesma coisa", declarou o jornalista Barreto Leite Filho[84] ao já citado Negreiros (1979). Nesse período, em que o Brasil viu surgir a Coluna Prestes[85], a censura à imprensa impedia inclusive que se publicassem espaços em branco nos conteúdos vetados, para que os leitores não percebessem a proibição.

Barreto Leite Filho contou no depoimento a Negreiros (1979) que, como não era habitual da censura da época impedir a veiculação de notícias sobre pronunciamentos feitos no Congresso Nacional, os jornais usavam como estratégia convencer os

[83] Perito contratado por Artur Bernardes constatou serem falsas as cartas veiculadas pelo Correio da Manhã.

[84] Barreto Leite Filho (1906/ND): repórter desde os 16 anos de idade, com passagens por A Notícia, A Manhã, O Brasil, O Jornal e Diário da Noite. Neste último jornal, obteve e publicou em 1930 o manifesto no qual Luiz Carlos Prestes declarou-se convertido ao comunismo. Foi embaixador brasileiro em Israel, representante brasileiro em assembleias da Organização das Nações Unidas e professor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington.

[85] Coluna Prestes: movimento revolucionário liderado por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, que buscou apoio popular para bandeiras como o voto secreto e a punição aos políticos corruptos, atravessando o Brasil desde o Rio Grande do Sul até o Centro-Oeste, por onde ingressou na Bolívia em 1926.

parlamentares de oposição a manifestarem-se, da tribuna, sobre temas que haviam sido vetados anteriormente nas redações. A população, assim, teve constante acompanhamento da Coluna Prestes por meio das notícias sobre os discursos feitos na Câmara e no Senado, dentre os quais os dos deputados Amador Pergamini e Batista Luzardo.

Último governante da chamada Primeira República ou República Velha, Washington Luiz (1926/1930) revogou o estado de sítio que havia perdurado no período anterior, libertou presos civis e militares, mas não atendeu às reivindicações da oposição, por anistia e liberdade de pensamento. Em reação a esses pleitos, baixou a chamada Lei Celerada, em 1927, por meio da qual proibiu as manifestações e reuniões populares e implantou a censura prévia às publicações em geral. Essa legislação vigorou até a deposição de seu governo, pelo movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Em 1930, no alvorecer do que é aqui chamado de "Estado Getulista" (1930/1954), com Vargas como chefe do Governo Provisório, foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), vinculado à Imprensa Nacional – ambos, por sua vez, dentro do então Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Suas funções incluíam destinar informações aos meios de comunicação, com atenção especial ao rádio, que então assumia importância crescente[86].

Em 1934, "procurando resolver o problema da propaganda do Estado em seus novos aspectos, o governo criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)" (TORRES, 1999, pp. 53-54), transitando da publicidade (aqui tomada no sentido de vir a público) para a propaganda (como defesa e sustentação dos atos divulgados), "como forma de discutir de público imperativos do Estado Moderno, mostrando o sentido de suas realizações, a fim de conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos"[87] (IDEM, p. 54). A seguir, o Governo passou a encarar o exercício da imprensa como função de caráter público.

[86] Por iniciativa do DOP foi criado, em 1931, o programa radiofônico oficial "A Hora do Brasil", que a partir do Estado Novo passou a ter transmissão obrigatória por todas as emissoras do país, como instrumento de integração nacional.

[87] Vargas também se valeu de outras duas outras instâncias oficiais para formação opinião durante o Estado Novo: a Juventude Brasileira, "órgão educativo e nacionalizador", criada em 1940; e a Liga de Defesa Nacional, "destinada à conversão cívico-patriótica de todos os cidadãos". (TORRES, 1999, pp. 56-57). Ambas valeram-se dos instrumentos de comunicação para chegar à sociedade.

Com o advento do Estado Novo, o regime imposto por Vargas em 1937 substituiu o princípio da liberdade pelo da censura. Esta foi implantada, então, para regular, controlar e mesmo impedir a veiculação de informações que não fossem de interesse do Governo. Em 1939 o DPDC foi transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)[88], então subordinado ao presidente a República e tendo por atribuições a divulgação, a radiodifusão, o cinema e o teatro, o turismo, e a imprensa (PAULO, 1987, p. 101), estabelecidas como divisões específicas.

Torres (1999, p. 55) registra que as tarefas do DIP concentraram-se "na Divisão de Divulgação – a qual lançava mão das mais diversas estratégias para tornar conhecido o trabalho do DIP como promotor de relações cordiais entre a sociedade e o Estado – e na Divisão de Imprensa, responsável pela vigilância da produção discursiva à imprensa de todo pais durante o regime".

Segundo Goulart (1990, p. 54), as empresas jornalísticas sujeitavam-se a ser punidas caso contrariassem as seguintes determinações: "a) se divulgassem notícias, com o intuito de exploração de assuntos militares; b) se a empresa procurasse perturbar a harmonia do Brasil com as nações estrangeiras; c) se ficasse provado auferir compensações materiais para combater os interesses nacionais e as leis do país; d) se fizesse, direta ou indiretamente, campanha desagregadora e dissolvente da unidade nacional; e) se divulgasse segredos de estado, que comprometessem a tranqüilidade pública ou fossem contrários aos interesses do país; f) se provocasse animosidade, descrédito ou desrespeito a qualquer autoridade pública; g) nos casos de inobservância das normas e instruções dos serviços competentes em matéria de imprensa; h) se tentasse diminuir o prestígio e a dignidade do Brasil no interior e no exterior, o seu poder militar, a sua cultura, a sua economia e as suas tradições; i) se fizesse propaganda política das ideias estrangeiras contrárias ao sentimento nacional; j) se provocasse desobediência às leis ou elogiasse uma ação punida pela imprensa".

Goulart (1990) considera que o DIP ultrapassou os limites da Imprensa e da Propaganda, normatizando e regulamentando os meios de comunicação então disponíveis – imprensa, rádio, cinema e teatro – por três formas: 1) controlando,

[88] Com os DEIPs como seus correspondentes estaduais. O DIP foi dirigido por Lourival Fontes entre 1939 e 1942; pelo major Antonio José Coelho dos Reis, em 1942 e 1943; e pelo major Amílcar Dutra de Menezes, de 1943 a 1945. Adalgisa Nery, Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes figuraram no seu quadro fixo de funcionários (TORRES, 1999).

aplicando sanções, multando e cobrando taxas, concedendo isenções, prêmios e favores e dispondo sobre o papel de imprensa (que era importado pelo governo e repassado aos jornais de forma subvencionada); 2) produzindo, ele próprio, livros, folhetos, cartazes, revistas, noticiários jornalísticos, programas de rádio e filmes; 3) orientando as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação, para isso, inclusive, incorporando alguns, como os jornais A Noite, de São Paulo, e A Manhã, do Rio de Janeiro; e a Rádio Nacional, também do Rio. "Os veículos de propriedade particular sofriam a ação da censura e a obrigatoriedade legal de divulgação e retransmissão de notícias e programas elaborados pela Agência Nacional e outras divisões do DIP" (GOULART, 1990, p. 26).

O DIP teve intensa participação na vida nacional entre 1939 e 1942, de acordo com Torres (1999), "coroando um processo ascendente de manipulação da comunicação que visava à elucidação da opinião pública nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira" (p. 58). De acordo com a autora, o DIP e os DEIP's utilizaram os meios de comunicação para a uniformização das mensagens, através da produção de um noticiário oficial, elaborado pela Agência Nacional. Também censuraram publicações, por meio da Divisão de Divulgação, a quem estavam encarregadas, ainda, a distribuição de material informativo e de propaganda do regime e a sua divulgação na imprensa internacional.

Sua Divisão de Radiodifusão ocupava-se em difundir "A Hora do Brasil" e um programa infantil matinal em praças de grandes, médios e pequenos centros urbanos; escritórios e fábricas – através de sistemas de alto-falantes. À Divisão de Cinema e Teatro cabia auxiliar e controlar as frentes culturais (TORRES, 1999, p. 60), com atenção especial à distribuição de filmes no país e à produção de documentários centrados na figura de Vargas e de seus auxiliares, assim como o cotidiano das cidades brasileiras. Pela Divisão de Turismo, o DIP "regulamentava e fiscalizava as atividades das agências de turismo, seus guias e intérpretes e seus materiais de divulgação" (TORRES, 1999, pp. 60-61). Finalmente, à Divisão de Serviços Auxiliares cabia a burocracia do Departamento.

"No entanto, a Divisão de Imprensa foi sem dúvida a mais importante, pois era encarregada da maior tarefa do DIP: vigiar a produção discursiva impressa no país" (TORRES, 1999, p.61). Garcia (1982) observa, por sua vez, que alguns jornais chegavam a ter que submeter mais de 60% de suas matérias ao DIP, através da Agência

Nacional: "A quantidade de matérias oficiais era de tal forma significativa que levou Alzira Vargas a considerar, na época, que os noticiários eram todos estereotipados, bastando ler um jornal para ter lido todos"[89] (GARCIA, 1982, p. 105). De acordo com Torres (1999), o DIP cercou-se de instrumentos oficiais para cumprir sua tarefa de divulgação dirigida da produção político-ideológica do Estado Novo:

> Criou as publicações periódicas *Estudos e Conferências*, visando perpetuar para o futuro os acontecimentos do Palácio Tiradentes. Já a *Revista Cultura Política*, editada em 1941 sob a direção de Almir de Andrade, surgiu com o objetivo de abrir espaço para os intelectuais discutirem os problemas da época. Outra publicação, *Dos Jornais*, adotara um caráter mais popular, reunindo artigos de jornais do país que tratavam de temas da atualidade e que exaltavam o regime estadonovista. Em 1943, esta publicação passou a ser chamada *Dos Jornais e Rádios*, incorporando as crônicas radiofônicas. O Departamento também foi responsável por várias outras obras sobre o Estado Novo e o presidente Getúlio Vargas (TORRES, 1999, p. 61).

A partir de 1942, ano de mudanças internacionais de um mundo em guerra, começou a decadência do DIP. Segundo Torres, para sobreviver a uma imagem que o equiparava ao Departamento de Propaganda Nazista, o órgão brasileiro "se vê obrigado a transformar sua imagem para sobreviver" (p. 62), diluindo sua função de censor, pela qual era muito criticado. Para Paulo (1987), o DIP começa então a relaxar seu controle sobre a produção discursiva, ao mesmo tempo em que os rumos da guerra impõem a adoção de uma nova linha política pelo governo brasileiro. Como lembra Torres (1999),

> o DIP passa a ser uma grande agência de propaganda de guerra. A nova orientação provoca a decadência em sua organização, e o reflexo é sentido na variação das temáticas originais e na regularidade de suas publicações, ocorrendo um *esvaziamento* destas atividades culturais.
>
> Com o fim da guerra, os serviços do DIP não foram mais apreciados no pós-guerra. Não podendo voltar a difundir uma ideologia que estava sendo contestada, nem continuar o recrutamento para uma guerra que findou, sua decadência foi inevitável. Em maio de 1945, o decreto que previa sua extinção apenas oficializou a morte do órgão (TORRES, 1999, p. 62).

Para a autora, os meios de comunicação foram os grandes patrocinadores da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo, com destaque para o rádio, que ganhou força a partir dos anos 1940, transformando-se no maior veículo de massa. "Getúlio Vargas foi o primeiro governante brasileiro a ver o rádio como um grande aliado na política", avalia Torres (1999, p. 74) citando as emissoras paulistas Recorde e

[89] Alzira Vargas (1914/1992) era filha de Getúlio, a cujos governos serviu como secretária e chefe da Casa Civil. Autora de "Getúlio Vargas, meu pai" (1960).

Kosmos e a carioca Jornal do Brasil como pioneiras na popularização do noticiário a partir da narração pura e simples dos atos e iniciativas das autoridades, em modelo que, segundo ela, tornou-se "o mais convincente elogio do regime" (p.74) e fez escola no Brasil inteiro, incluindo as porto-alegrenses Difusora, Farroupilha e Gaúcha, além de outras dez pelo Interior (Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Ijuí, Cruz Alta).

Ao DEIP gaúcho cabia, com o apoio da regional da Liga de Defesa Nacional, difundir o ideário getulista, com destaque para a nacionalização do país numa área com forte presença colonial alemã e italiana em plena Segunda Guerra Mundial. Também era sua atribuição organizar festividades nacionalistas, assim como sua cobertura pelas emissoras, muitas vezes em rede com a Rádio Nacional. Esta, oriunda de uma organização privada, havia sido encampada pelo Governo em 1940, junto com o jornal A Noite e várias revistas do mesmo grupo empresarial.

"A imprensa escrita também teve papel fundamental na mediação entre o governo de Getúlio Vargas e a população na construção de uma unidade nacional, a partir de um projeto político", avalia Torres (1999, p. 139), para quem o Diário de Notícias e o Correio do Povo cumpriram com essa função no Rio Grande do Sul[90]. Os dois jornais, conforme a autora, fortaleceram "a ideia de nacionalização com a intenção de estabelecer uma identidade única e soberana às interferências externas ao país e |à possível ameaça de segregação racial entre legítimos brasileiros e os imigrantes estrangeiros" (idem).

Para Torres (1999, p. 140), durante o Estado Novo, o Correio do Povo "se coloca permanentemente como instrumento de propaganda do regime vigente", alinhamento perceptível tanto nos editoriais quanto nas notícias. "É possível verificar sua aproximação com a figura de Getúlio Vargas e sua exaltação e justificação ao Estado Novo" (idem). Já o Diário de Notícias, segundo ela, ajusta-se às imposições do poder e só com o fechamento do DIP, em 1945,

> conclama por liberdade de imprensa, direito à crítica aos atos públicos administrativos, à manifestação das classes organizadas pelo direito do voto, à reorganização do Poder Legislativo, que teriam de vir, na visão do jornal, numa consequência natural, lógica e inevitável quando a paz

[90] O Estado Novo decretou o fim dos partidos políticos e, por consequência, proibiu a imprensa partidária. O fim do PRR foi também o de A Federação. Já o Diário Popular, de Pelotas, adaptou-se aos novos tempos transformando-se em jornal informativo e subsiste até hoje como o mais antigo diário gaúcho.

> se estabelecesse, com o fim do conflito na Europa (TORRES, 1999, p. 141).

Substituído Getúlio após 15 anos de poder, a Constituição de 1946 retomou o princípio da liberdade e, então, a censura é que foi abolida. De volta ao poder em 1950, Vargas novamente dirigiu atenção ao assunto, aprovando em 1953 a lei 2083, denominada Lei de Imprensa, com algumas restrições às liberdades e a previsão de sanções aos chamados crimes de imprensa.

Novas, e ainda mais severas restrições foram impostas durante o regime militar que, sem retirar da Constituição outorgada em 1967 o princípio da liberdade de expressão, condicionou-o aos julgamentos governamentais do que seriam bons costumes e ordem pública. "A censura não atuou de maneira uniforme durante os 21 anos da ditadura" (SOARES, 2000).

Em investigação disponibilizada eletronicamente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), sob o título "Censura durante o regime autoritário", o sociólogo acima referido, professor titular da Universidade da Flórida, faz um apanhado panorâmico dos limites severos impostos à liberdade de expressão durante o Regime Militar. "Houve períodos de maior e menor intensidade", reproduzindo outros indicadores do grau de autoritarismo dos seis períodos administrativos comandados pelos generais[91]: foi atuante no período imediatamente seguinte ao golpe de 1964 e flutuou posteriormente, conforme a influência dos grupos e pessoas de vocação autoritária.

Castello Branco, por exemplo, buscou legitimar-se pela constitucionalidade de seus atos (OLIVEIRA, 1976). Mas ainda no seu governo, o Ato Institucional número 2 passou a considerar como crime a "subversão da ordem". Em dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5 inaugurou o que Soares define como "a expansão mais acelerada da censura", que "teve lugar durante o período mais negro por que o País passou", compreendendo os governos de Costa e Silva, da Junta Militar e de Médici.

Sob Castello Branco e Costa e Silva, foram invadidos os jornais Polítika, Folha da Semana, O Semanário e Última Hora, que tiveram suas instalações depredadas. Da mesma forma, o Correio da Manhã, crítico de João Goulart, passou de apoiador de

[91] Governos Castello Branco, Costa e Silva, Junta Militar, Garrastazú Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

primeira hora da intervenção militar de 1964 para seu crítico, e sofreu sucessivas perseguições como consequências dessa situação, incluindo a prisão de sua proprietária Niomar Moniz Sodré Bittencourt, por cerca de dois meses, entre 1968 e 1969, e a própria inviabilidade empresarial do jornal, que foi arrendado a terceiros, diante das pressões impostas pelo governo sobre os anunciantes.

A história da repressão e da liberdade de imprensa no Brasil divide-se em três períodos, na avaliação de Soares: 1) antes do AI-5, 2) entre o AI-5 e o início do governo Geisel e 3) e de Geisel à restauração democrática em 1985. "O AI-5 instaurou a ditadura deslavada no Brasil, embora a situação anterior estivesse longe de ser democrática", pondera o professor da Universidade da Flórida, lembrando que, antes desse ato institucional, a censura estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas se necessárias para a defesa do regime, como em caso de estado de sítio – mas foi posta em prática mesmo sem esse recurso extremo.

Sob o AI-5, tudo piorou e, já no dia de sua assinatura, dois oficiais ocuparam o Jornal do Brasil, implantando-se a seguir a censura prévia e a autocensura na redação até 1972. Também foi invadido o Correio da Manhã; preso o diretor Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa; e confiscada a edição d'O Estado de S. Paulo que contestava o AI-5 - em situações de repressão à liberdade reproduzidas em outras regiões do Brasil.

> A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinqüenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro I foi censurado pelo Departamento de Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: "está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito" (SOARES, 2000).

Geisel assumiu a presidência na situação acima, reduziu a censura no dia seguinte ao de sua posse, mas manteve-a para O Estado de S. Paulo[92], o Jornal da Tarde, o Jornal do Brasil, o Pasquim, Opinião, Veja e o jornal da Arquidiocese de São Paulo: O São Paulo. Em nome do governo, telefonemas e bilhetes continuaram sendo endereçados às redações, vetando a veiculação de vários assuntos. Outra forma de asfixiar os meios de comunicação críticos dos atos do governo foi a pressão sobre

[92] Os censores foram retirados da redação de O Estado de S. Paulo quando de seu centenário, em medida da qual se beneficiou também o outro veículo do grupo, o Jornal da Tarde.

anunciantes, para que deixassem de veicular propaganda em órgãos como o Jornal do Brasil.

Soares considera que, a partir do governo Figueiredo, a liberdade de imprensa passou a cumprir com as exigências mínimas de uma democracia, embora a censura tenha sido mantida sobre as emissoras de rádio e de televisão.

Desse trânsito pelos métodos e teorias, necessário para a devida fundamentação do que aqui se pretente, passa-se, nos três próximos capítulos, para o exame do objeto, pela ordem cronológica das fases republicanas, a começar pela Primeira República. Nessa, as relações envolvem a imprensa em geral com o senador Pinheiro Machado, particularizando-se, depois, para A Federação e o Correio da Manhã.

5. A IMPRENSA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Primeira República ou República Velha é como se convencionou chamar o período compreendido entre a Proclamação, a 15 de novembro de 1889, e a Revolução de outubro de 1930. Assim, este capítulo abordará a trajetória da imprensa brasileira no espaço de tempo iniciado pela transição entre a Monarquia e a República, nos anos finais do Século XIX, e que tem sequência pelas décadas iniciais do Século XX. Para tanto, desenvolverá as três análises propostas por Thompson (2002) na Hermenêutica de Profundidade: a Sócio-Histórica (ASH), a Formal ou Discursiva (AFD) e a Interpretação/Reinterpretação (AIR).

A primeira delas, a Análise Sócio-Histórica, se projetará sobre as relações dos jornais da época com a personagem Pinheiro Machado, incluindo o exame do episódio específico anunciado anteriormente – cuja culminância foi o assassinato do senador, a 8 de setembro de 1915. A cobertura jornalística desse momento passará, no presente capítulo, como acima indicado, também pela Análise Formal ou Discursiva e pela Interpretação, segunda e terceiras fases do método de Thompson.

Antes, porém, de iniciar o desenvolvimento do método sobre esse período da vida brasileira, considera-se importante introduzir essa etapa do presente trabalho, conforme segue.

A Imprensa não foi mera observadora dos movimentos que redundaram na Proclamação da República no Brasil, a 15 de novembro de 1889. A exemplo do que ocorrera em 13 de maio de 1888, com a Abolição da Escravatura[93], jornalistas e proprietários de jornais engajaram-se em posições favoráveis ou contrárias aos processos de mudança e muitos participaram da transição da Monarquia para a República. Alguns, inclusive, integraram os quadros iniciais do novo regime, ocupando cargos estratégicos como o Ministério da Fazenda, caso de Ruy Barbosa; ou o governo do Estado do Rio de Janeiro, de Quintino Bocayúva.

[93] E mesmo antes, com a Independência (1822), a Abdicação (1831).

Parece lícito absorver-se a ideia de que, em 1889 e nos anos imediatamente subsequentes, a (maior parte da) imprensa comemorou a República (SIQUEIRA, 1995). E ainda que (essa maior parte da imprensa) se pôs a serviço do "esforço pedagógico do novo grupo dirigente, que buscou legitimar seu poder através da reformulação do imaginário coletivo, dentro de um sentido cívico republicano" (SIQUEIRA, 1995). Também referido por Carvalho (1990), Ferreira Neto (1989) e Oliveira (1989), esse esforço incluiu a produção de símbolos novos, como a bandeira e o hino nacionais, os monumentos e um calendário oficial alusivos ao feito liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

No aparecimento do novo regime, o Rio de Janeiro, então capital federal, era a sede dos principais jornais brasileiros, em que se destacavam o Jornal do Commercio, fundado em 1827, O Paiz (1884/1930), a Gazeta de Notícias (1875/1942) e o Diário de Notícias () num posicionamento pró-República; e A Tribuna () e O Brazil () em defesa da Monarquia. Sodré (2004), aponta para a Gazeta de Notícias e O Paiz a maior importância de então[94].

Outras regiões do país também possuíam à época jornais de referência, valendo destacar a publicação mais antiga ainda hoje em circulação no Brasil e na América Latina: o Diário de Pernambuco (1825), de Recife; e A Província de S. Paulo[95] (1875), da capital paulista. No Rio Grande do Sul, os principais diários eram o Jornal do Commercio[96], (de 1866); e A Reforma (de 1860) e A Federação (de 1884), estas duas últimas como órgãos de representação dos antagônicos Partido Liberal[97] e Partido Republicano Riograndense[98]. Em 1895, apareceria, em Porto Alegre, o Correio do Povo, anunciando-se como um jornal equidistante das paixões políticas.

---

[94] Em 1891 os monarquistas, ainda esperançosos da restauração do sistema político anterior, fundariam o Jornal do Brasil, que manteve esse posicionamento nos anos iniciais de sua existência, mas abandonou-o gradualmente.

[95] O jornal alterou seu nome para O Estado de S. Paulo em 1890, adaptando-se às reformas administrativas inauguradas pelos republicanos, entre as quais a mudança da designação das unidades federativas.

[96] Sem correspondência ao homônimo do Rio de Janeiro e ao atual, de mesmo nome, em Porto Alegre.

[97] Mudou o nome para Partido Federalista após a proclamação da República, à qual se opõem suas principais lideranças, entre elas o ex-ministro da Fazenda, Gaspar Silveira Martins, que presidia a Província até 15 de novembro de 1889 e foi deposto e preso em Santa Catarina, a caminho do Rio de Janeiro.

[98] Ao surgir, ainda na Monarquia, o PRR ocupava a terceira força política no Rio Grande do Sul, tendo à frente o Partido Liberal e o Partido Conservador, que se revezavam no poder. Sua ascensão coincidiu com a expressão assumida pelo republicanismo no Brasil e, naturalmente, assumiu primazia a partir da

5.1 Análise Sócio-Histórica do período

Como já apresentado no capítulo que trata da metodologia em uso neste trabalho, a Análise Sócio-Histórica volta-se para a compreensão do passado, no presente. Para os efeitos desta pesquisa, encara-se como "passado" a fase histórica iniciada na alteração do sistema de governo no Brasil, em 15 de novembro de 1889 e estendida a 8 de setembro de 1915, data que marca o encerramento da participação de Pinheiro Machado, por quase seis décadas[99], nos rumos nacionais.

A proclamação da República é a deflagração de um movimento que, para analistas como Lima (1981)[100], iniciou-se, de verdade, mais de duas décadas antes. Para esse autor, o período republicano brasileiro surge, de fato, tendo a Guerra do Paraguai (1864/1870) como marco inicial, substituindo o ciclo das lutas externas pelo das reivindicações interiores – em que a abolição da escravatura aparece como a principal, em 1888, e a proclamação como sua herança, já no ano seguinte.

O período a ser aqui analisado decorre, portanto, dessa trajetória histórica do Brasil, na qual a sua imprensa está inserida. Para melhor desenvolver essa fase da Hermenêutica de Profundidade, serão abordadas a partir de agora neste capítulo as relações da imprensa com Pinheiro Machado, com uma visão geral. Mais adiante, mas ainda dentro do mesmo capítulo, será tratada a morte de Pinheiro Machado, episódio a ser finalmente alvo da Análise Formal ou Discursiva, particularizada nos jornais Correio da Manhã e A Federação.

5.1.1 A Imprensa e Pinheiro Machado

Pinheiro Machado dedicou praticamente cinco décadas de seus sessenta e quatro anos e quatro meses de existência à vida pública. Desenvolveu-a como soldado,

---

Proclamação, absorvendo alguns quadros conservadores e tendo por oponentes a maioria dos liberais gaúchos.

[99] Com 15 anos, em 1866, José Gomes Pinheiro Machado foi voluntário na Guerra do Paraguai, iniciando uma vida pública que incluiu 25 anos de mandatos sucessivos no Senado a partir de 1890 - com uma passagem anterior pela Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga - interrompidos por seu assassinato em 1915.

[100] Alceu de Amoroso Lima defende essa interpretação histórica em "À margem da História do Brasil", obra lançada em 1923 sob coordenação de Vicente Licínio Cardoso e reeditada em 1981 pela Câmara dos Deputados. Lima assina seu texto no livro em referência com o pseudônimo "Tristão de Athayde".

militante estudantil, conselheiro municipal, senador e presidente do Partido Republicano Conservador. Exercia essas duas últimas funções ao ser apunhalado por Francisco Manço de Paiva Coimbra no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, às 16h40 de 8 de setembro de 1915, uma quarta-feira. Na perspectiva apresentada por Molotch e Lester (1993) para o processo de comunicação, a trajetória acima resumida fez do senador uma referência à imprensa da época. Ele foi o que os autores definem como promotor de notícias (*news promoters*) – ou, numa expressão mais próxima do atual jornalismo, uma fonte para notícias.

Com maior ou menor grau, pode-se dizer que a imprensa legitimou essa condição em Pinheiro Machado desde que, em 1876, como estudante da Faculdade de Direito de São Paulo e ainda durante o Império, foi um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico, engajando-se no lançamento do boletim de propaganda inspirado nos ideais farroupilhas, e, posteriormente, no jornal A República.

De volta ao Rio Grande do Sul, com o diploma de advogado, instalou-se em São Luiz Gonzaga[101], elegeu-se conselheiro municipal e foi um dos presentes ao 1º Congresso Republicano, em 1883, em Porto Alegre, quando se decidiu implantar a partir do ano seguinte, uma publicação oficial do Partido Republicano Riograndense – exatamente A Federação, que iniciaria atividades a 1º de janeiro de 1884.

Naturalmente, a proclamação da República e a posterior eleição para o Senado alçaram Pinheiro Machado a um novo patamar como fonte de informação para a imprensa. Já no Rio de Janeiro, como senador pelo Rio Grande do Sul, exerceu o congresso constituinte, integrando a cena política nacional ao lado de personagens como o novo presidente da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, o seu vice, o também Marechal Floriano Peixoto, o ministro Ruy Barbosa e o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Quintino Bocayuva – além de conterrâneos ilustres como Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antonio Augusto Borges de Medeiros.

As instabilidades políticas de um regime em implantação fizeram Pinheiro Machado interromper o mandato de senador para engajar-se nas forças que, entre 1893 e 1895, defenderam a República contra os rebelados – em movimento iniciado exatamente no Rio Grande do Sul. Ao retornar, vitorioso, ao Rio de Janeiro, recebeu entusiasmada saudação em artigo de Bocauyva – então, dublê de político e jornalista.

[101] À época, chamada São Luiz das Missões.

> Enquanto no primeiro período revolucionário a imprensa em geral só salientava o nome de Gumercindo Saraiva como guerreiro senador Pinheiro Machado passava desapercebido e órgãos de opinião houve que lhe assacaram as acusações mais degradantes, atribuindo-lhes rapinagens de que se envergonhariam os mais reles bandidos dos pampas. Os que conheciam, porém, a enfibratura moral do valente cidadão, a sua honradez inquebrantável, a sua dedicação incondicional à República, pela qual sacrificou posição, bem-estar e fortuna, viam nele o mais esforçado dos legionários que defendiam o território rio-grandense, a honra da Pátria flagelada pela ambição de caudilhos, cujo impudor se media pela caveira dos mais lúgubres celerados (...) (SILVA, 1982, p. 38).

O PRR tinha, além d'A Federação, outros órgãos de imprensa, entre os quais o Diário Popular, de Pelotas – hoje ainda existente como o mais antigo diário gaúcho em funcionamento e, desde 1937, desvinculado de partidos políticos. Em setembro de 1895, Pinheiro Machado reclamou contra ameaça feita pelo comandante do 6º Distrito Militar a jornalistas da publicação pelotense, lendo, da tribuna do Senado, o telegrama que havia recebido dos correligionários:

> Levamos a conhecimento de V. Exa. o seguinte fato: hoje, à uma hora da tarde, veio à redação do Diário Popular o Alferes Sales Guerra, ajudante de ordem do General Galvão, que, em nome deste, nos avisou de que aquele general mandaria chibatear os redatores desta folha se ela o atacasse em sua família. Tópico incriminado pelo General Galvão é o seguinte: "hoje, a inconsciência, posta a serviço da conspiração anti-republicana, dedica-lhes valsas, improvisa-lhes batalhas, flores e passeatas ridículas, como se por essa maneira pudesse abafar a indignação pública". À vista desta ameaça, pedimos providências a V. Exa; por julgarmo-nos ameaçados em nossas vidas. Redação Diário Popular (SIMON, 2004, p.60-61).

Em 1896, a Gazeta de Notícias publicou notícia que um certo General Teles pedia ao Ajudante Geral do Exército licença para responder a discurso de Pinheiro Machado no Senado, denunciando violências e arbitrariedades cometidas pelo general em Bagé. Pinheiro Machado ocupou a tribuna do Senado anunciando que abria mão das imunidades parlamentares para que o General lhe processasse, se assim o quisesse.

Já em 14 de agosto de 1901, o Correio da Manhã atacou o presidente da República, Campos Salles: "O governo do Sr. Campos Salles tem sido um governo de dilapidação e de crueldade". Parte da base de sustentação do governo, o próprio Pinheiro Machado passou a ser alvo da publicação, a ponto de, em 1906, o senador desafiar o diretor Edmundo Bittencourt para um duelo, por entender que "as injúrias" eram dirigidas não ao político, mas ao cidadão. O enfrentamento de fato aconteceu, com

o tiro de Bittencourt sendo desperdiçado e o do senador atingindo o adversário numa das coxas.

Um dos biógrafos de Pinheiro Machado observa:

> A campanha que vinha sendo movida contra Pinheiro Machado por certa imprensa da capital prosseguia violenta e agressiva, procurando ferir a dignidade pessoal do benemérito cidadão. À medida que se elevava o prestígio do senador gaúcho, aumentava em virulência a campanha difamatória, sobressaindo-se o Correio da Manhã nos ataques à sua honra e ao seu patriotismo (SILVA, 1982, p. 84).

O crescente prestígio a que se refere o autor acima se refletia em circunstâncias políticas como os processos sucessórios à Presidência da República. Em especial entre 1909 e 1910, em que Pinheiro Machado alinhou-se ao ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, na disputa contra o seu amigo e também senador, Ruy Barbosa, vencida pelo primeiro – segundo o Correio da Manhã, graças às fraudes eleitorais. Mais uma vez, a tribuna do Senado foi o instrumento da reação do político gaúcho:

> É imposível andar catando essas falsidades para rebatê-las. Não teríamos mais outra preocupação senão esta, e todo o tempo seria pouco para respigar, para contraditar – não direi calúnias, mas invenções levadas à conta da nossa responsabilidade (SIMON, 2004, p.180).

O mesmo canal foi usado pelo senador para reclamar contra uma publicação então raramente crítica ao governo e aos seus representantes, o Jornal do Commercio, do Rio, "inegavelmente uma folha de grande e incontestável autoridade e redigida por homens que até agora têm merecido a minha deferência" (SIMON, 2004, p.197) – que o havia relacionado à manipulação do câmbio.

Ainda em 1910, o Correio da Manhã retomou ao ataque contra o senador. A fundação do Partido Republicano Conservador, poucos dias depois da posse de Hermes da Fonseca na Presidência da República, foi duramente criticada pelo jornal de Bittencourt – assim como por outros órgãos da imprensa de então. Na sua edição de 13 de dezembro, o jornal publicou o que Pinheiro Machado imediatamente acusou como "notícia falsa", sobre diálogo entre ele e o senador Francisco Glicério. Ainda em dezembro do mesmo ano, outro jornal carioca, o Diário de Notícias, publicou matéria sob os títulos "Enorme escândalo no Rio Grande do Sul. Contrabando de charque. A imprensa rio-grandense ataca o senador Pinheiro Machado como protetor e talvez sócio dos contrabandistas" (Diário de Notícias, 24 de dezembro de 1910, p. 1). Em resposta,

mais uma vez da tribuna, o senador lembrou: o próprio Correio da Manhã, que também vinha se ocupando do assunto, já havia publicado um esclarecimento isentando-o.

O antagonismo do Correio da Manhã a Pinheiro Machado acentuou-se no quadriênio 1910/1914, período de governo do Marechal Hermes e de maior influência do senador. Esse poder credenciava o parlamentar gaúcho como provável candidato à sucessão. Em 1913, O Imparcial publicou entrevista com o senador Ruy Barbosa, reagindo a essa possibilidade: "Como aquele que apoiou o presidente Hermes sentia-se no direito de autonomear-se um nome da regeneração? Nem sou a Nação, nem me tenho por autoridade, para lhe ditar escolhas" – disse o baiano ao repórter que o indagou sobre quem deveria ser o escolhido – apontando três mineiros: Sabino Barroso, Francisco Salles e Wenceslau Braz[102].

Pinheiro Machado desmentiu, da tribuna do Senado, as notícias que o relacionavam à sucessão presidencial:

> (...) após ter lido no Correio da Manhã e n'O Imparcial a narração de suposta conferência que se dera em nossa residência com o Sr. Bernardo Monteiro e outros políticos de Minas, sendo-me então atribuídas frases e conceitos deprimentes ao ilustre Sr. Deputado Junqueira, que agoa diverge de nossa orientação, mas que merece o nosso respeito, portanto, tal fato é inverídico (BORGES, 2004, p.183).

No mesmo ano, presidindo a sessão a 10 de setembro, Pinheiro Machado deixou de estender o tempo de pronunciamento de Ruy Barbosa, o que lhe fez ser criticado pela imprensa. Dias depois, refutou, da tribuna, a versão veiculada:

> Alguns jornais desta capital, fazendo referências ao incidente, o desnaturaram ao sabor de suas paixões. A verdade é que a Mesa usou para com S. Exa. da maior cortesia – o que era seu dever – e, ao terminar a sessão, tendo eu próprio ido à portaria indagar do funcionário incumbido da fisclização do edifício por que razão a tribuna dos srs. diplomatas tinha sido ocupada por pessoas estranhas, encontrei naquele momento, eu, só, isolado, o pessoal que tinha sido atraído pela palavra de S. Exa. e S. Exa. mesmo, que se retirava acompanhado de vários amigos. E devo, em honra da verdade, declarar que não foi proferido um insulto, nenhum gesto que pudesse amesquinhar o vice-presidente do Senado. S. Exa. é disso testemunha (BORGES, 2004, p.186).

Em outro discurso a 29 de dezembro de 1913, Pinheiro Machado reagiu às notícias que insinuavam sua traição ao presidente Hermes da Fonseca:

---

[102] Braz, que era vice de Hermes, acabaria sendo eleito no ano seguinte, mas em nova disputa com o próprio Ruy Barbosa.

> (Hermes da Fonseca) tem sido de uma dedicação a toda prova às praxes republicanas. É possível que o governo de S. Exa. tenha atos menos felizes e que ainda os tenha até o final do seu governo (...) mas estou certo de que, sejam quais forem as situações que ele tenha de atravessar, há de ter a seu lado, quando empalidecer o sol de sua administração, amigos fiéis, dedicados e zelosos com seu bom nome, capaz de o defender com denodo e impavidez próprios dos homens de convicção (BORGES 2004, p.187).

Torpedeado pela disputa política que reverberava em parte da imprensa da então capital federal, o senador do PRR escreveu, no início de 1914, o seu testamento político – em sequência à declaração pública que havia feito anteriormente, sobre eventual atentado à sua vida. O documento, "para ser aberto por minha mulher se porventura eu for vítima dos meus e dos inimigos da República" (ALVIM, 1985, p. 84), permaneceu inédito até setembro do ano seguinte – quando sua morte reverteu-o de interesse e deu-lhe destaque nos jornais, com interpretações diferenciadas, conforme a reverência ou a oposição que lhe faziam as publicações.

O Imparcial publicou, em maio de 1914, matéria sobre obras públicas federais, informando que Pinheiro Machado colocaria à venda sua fazenda em Campos dos Goytacazes (RJ) – que estaria valorizada por sua influência nos governos – ao empresário norte-americano Percival Farquhar, dono de inúmeros investimentos no Brasil, onde passava boa parte de seu tempo. Da tribuna, o senador discursou desmentindo a notícia (BORGES, 2004).

Em novembro de 1914, com Wenceslau Braz já eleito, estudantes promoveram o enterro simbólico do Marechal Hermes e se dirigiram à sede do jornal O Paiz, por vinculá-lo ao PRC. Os manifestantes depredaram a entrada do jornal e foram rechaçados a tiros.

> O momento é de angustia. Naturalmente, o Sr. Dr. Wenceslau Braz accudirá ao reclamo geral do povo, dando-lhe um governo à altura da vontade da Nação, capaz de emendar os erros e crimes, que há quatro annos destroem as forças vivas do Brasil.
>
> O povo esperançoso no novo governo, desejando vel-o organizado com elementos estranhos ao feroz caudilhismo, viu-se ludibriado e protestou. Era o protesto que vive latente na alma nacional contra o feroz caudilhismo que suffoca as aspirações liberais do nosso povo (A RUA, 17/11/1914, p. 1).

A posse de Braz, a 15 de novembro de 1914, teve uma cobertura de imprensa majoritariamente marcada pela valorização de sua independência em relação ao

presidente anterior – do que, vale repetir, era vice-presidente – e a Pinheiro Machado. Porém, ao perceber, com o tempo, que seu ministério continha vários aliados do senador gaúcho, alguns jornais começaram a criticar o novo presidente da República.

Já em 1915, uma derrota de Pinheiro Machado na tentativa de influenciar a eleição para o governo do estado do Rio foi ironizada pela revista Careta, com uma ilustração em que um crocodilo "engolia" o senador – numa alusão a Nilo Peçança, vitorioso na disputa regional, contra a vontade do gaúcho. Acompanhavam a imagem os seguintes versos: "Ei-lo altivo e soberano/Assu. Quero-quero eterno,/manda chuva todo o ano,/da crise o avô paterno./ Poderoso, obedecido,/ quis beber de um trago o Nilo/ mas foi seguro e tolhido/ nas fauces de um crocodilo" (CARETA, 13/12/1915, p.1 – escrita original).

Careta também publicou versos de um diálogo imaginário entre Wenceslau Braz e a República – reproduzido a seguir conforme o texto original:

> Wenceslau/Eu não receio o Gaucho/nem o ronco que ele tem, o besouro também ronca,/vai-se ver, não é ninguém./ Pintô que pintou Pinheiro,/ pintô que pintou Teffé,/ quando foi pintá Dudu,/ cadê pincé?
>
> A República/ O demonio do Pinheiro/ já não posso supportar,/ já tenho vinte e seis annos/ e quero me emancipar./ Se o pobre do Dudu pudesse/ tornar-se mais comilão,/ certamente, certamente,/engoliria a Nação (...)
>
> O Dudu vai ser este anno coroado rei do carnaval. Já há dias que os cordões clamam por todos os angulos da cidade (CARETA, 13/02/1915, p. 1).

O papel dos partidos políticos foi tema de ampla entrevista de Pinheiro Machado ao Jornal do Commercio, do Rio, em maio de 1915, época em que Braz tentava se mostrar independente à antiga liderança do senador, com sinais percebidos – e estimulados – pelos jornais contrários a ele, que aproveitam para criticá-lo.

> (...) a desenfreada demagogia dos gazeteiros e dos politiqueiros contra a máscula individualidade de Pinheiro era assistida impassivelmente pelo governo da República, sem que qualquer medida fosse tomada para coibir certos excessos. Proclama-se nos *meetings* dos arruaceiros pagos às barbas da política, que o general Pinheiro Machado havia de tombar assassinado (SILVA, 1982, p. 110).

No Correio da Manhã de 4 de julho de 1915, uma nota da seção "O dia no Senado" alvejava:

> O Sr. Pinheiro Machado passava por detrás da mesa, cochichava ao ouvido do Sr. Pedro Borges e havia desapprecido por encanto. E os seus

> homens incondicionais, um a um, foram seguindo sorrateiramente o chefe do PRC. Foram todos trancar-se no gabinete destinado ao vice-presidente da Casa onde o Sr. Pinheiro os entreteve em rápida, porém definitiva conferencia, resolvendo não dar núммero – sobre as eleições em Pernambuco (CORREIO DA MANHÃ, 04/07/1915, p.4).

No dia seguinte, o mesmo jornal ampliava a cobertura da véspera:

> E quando houver guerra, ou mesmo simples ameaça, é olhar onde está o Sr. Pinheiro e affirmar que ali também está a vitória, ou são por Ella todas as probabilidades. Confiando demais na brandura, no espírito conciliador do Sr. Wenceslau Braz, acostumado ás suas condescendências, ele esperava no caso pernambucano, vencer, impor sua vontade, dar uma mostra de sua força sem mais conseqüências. Suspeitou que desta vez não seria assim. Sentiu que o Sr. Wenceslau Braz estava duro (CORREIO DA MANHÃ, 05/07/1915, p. 1).

Na mesma edição, o jornal argumentava: "É evidente que o Sr. Wenceslau não deve nem pode manter na presidência da República a mesma passividade do marechal Hermes da Fonseca" (CORREIO DA MANHÃ, 05/07/1915, p. 1). E continuava: "Se o Sr. Pinheiro não quer paz, tão almejada pelo presidente da República, então que tenha a guerra franca e declarada" (CORREIO DA MANHÃ, 05/07/1915, p. 1). Para o jornal, esta seria melhor, "porque terá como consequência o aniquillamento politico desse caudilho desabusado que pretende dispor eternamente dos governos como das suas eguas na Fazenda Boa Vista"(CORREIO DA MANHÃ, 05/07/1915, p. 1).

O diário carioca dessa mesma data continuava a criticar o senador também em suas páginas internas:

> Appezar de todos esses pezares, à reunião marcada para o Morro da Graça, para as 9 horas da manhã, não devia faltar nenhum político do partido pinheirista. Principalmente os senadores que obedecem incondicionalmente ao vce-presidente do Senado, cairiam no índex do velho caudilho se ao ato do Morro da Graça deixassem de dar o amém partidário á voz do chefão, ainda que chovendo (CORREIO DA MANHÃ, 05/07/1915, p. 3).

No clima político de então, falava-se abertamente na eliminação física de Pinheiro Machado – inclusive na simulação de um projeto de lei a ser "apresentado" pelo deputado Gonçalves Maia (MG), reunindo dois parágrafos: "1º. Elimine-se Pinheiro Machado. 2º. Revoguem-se as disposições em contrário".

Da tribuna, Pinheiro Machado reagiu:

> É possível que durante a convulsão que nessa hora sacode a Republica em seus fundamentos, possamos submergir. É possível. É possível

> mesmo que o braço assassino, impelido pela eloqüência das ruas, nos possa atingir. Afirmamos, porém, aos nossos correligionários que, se esse momento chegar, saberemos ser dignos da vossa confiança. Tombaremos na arena, fitando a grandeza da nossa Pátria, serenamente, sem maldição nem deprezo, sentido tão-somente compaixão para com aquele que assim avilta a nobreza inata do brasileiro. Não ocultaremos, como César, a face com a toga e, de frente, olharemos fito a treda e ignóbil figura do bandido, do sicário (SILVA, 1982, p. 113).

Por essa época, Pinheiro Machado foi protagonista de uma articulação para substituir um dos senadores pelo Rio Grande do Sul, buscando abrir vaga para o ex-presidente Hermes da Fonseca. Governava o Rio Grande do Sul, então, um dos irmãos do senador gaúcho – o general Salvador Ayres Pinheiro Machado -, no exercício em razão da licença médica do titular, Borges de Medeiros. O acerto, do qual o presidente estadual licenciado também participou, envolveu a renúncia de Joaquim Assumpção e a realização de uma nova eleição, tendo o ex-presidente como candidato pelo PRR. Vale lembrar que inexistia então a justiça eleitoral, com suas funções absorvidas pelo próprio Senado, através da Comissão de Verificação, a quem cabia absorver ou corrigir os resultados das urnas.

Sob a liderança do Correio da Manhã, parte da imprensa do Rio de Janeiro deflagrou de imediato intensa campanha contrária à candidatura do marechal, nacionalizando, por consequência, o debate sobre um pleito regional. O jornal de Bittencourt acusou Pinheiro Machado de ignorar a vontade popular. Após a eleição, em agosto de 1915, a campanha jornalística tomou outro rumo – o de defender a não-confirmação da escolha, pelo Senado.

Então um dos mais importantes repórteres, João do Rio[103] foi incumbido pela Gazeta de Notícias de entrevistar Pinheiro Machado sobre as turbulências em torno de sua liderança. "Morro na luta, menino. Eles matam-me, mas pelas costas; são uns *pernas finas*[104]. Pena é que não seja no Senado, como César. Há de ser na rua. Morro em defesa da República" (SILVA, 1982, p. 114).

A 4 de setembro de 1915, o Correio da Manhã veiculou informações sobre "rumores de revolução no Sul", o que fez Pinheiro Machado dizer as repórteres que o

[103] Pseudônimo de Paulo Barreto (1881-1921), apontado por Medina (1988) como o introdutor do gênero reportagem no jornalismo brasileiro. Também foi teatrólogo e escritor – membro da Academia Brasileira de Letras.
[104] Na gíria da época, essa expressão muito usada por Pinheiro Machado indicava pessoa fraca, covarde.

procuraram para falar sobre o assunto, que "se houvesse revolução no Sul eu não estaria aqui... já estaria a caminho da minha querida terrinha" (O PAIZ, 05/09/1915).

No dia 8 de setembro, Pinheiro Machado viu frustradas suas tentativas de abrir a sessão no Senado – em cuja pauta constava a confirmação da eleição de Hermes da Fonseca. A falta de quorum no dia seguinte ao feriado da Independência deixou o senador gaúcho com a tarde livre, que resolveu ocupá-la com uma série de visitas – a uma amiga, à cooperativa de consumo dos militares e a políticos de fora do Rio que residiam no Hotel dos Estrangeiros, localizado no Largo do Machado, bairro Flamengo, a cerca de 500 metros da então sede do governo federal, o Palácio do Catete. Sobre essa última se passa a tratar a seguir.

5.1.2 Um crime agita a República

Depois de perambular pelo Brasil e ser acusado em Porto Alegre, São Paulo e Niterói de roubar, assaltar, explorar e agredir mulheres, usar identidade falsa e desertar do Exército e da Polícia e voltar ao Rio de Janeiro, o gaúcho Francisco Manço de Paiva Coimbra andou espreitando Pinheiro Machado por algum tempo, convencido – segundo disse à Polícia[105], pela leitura dos jornais – da "malignidade" do senador. E também de que lhe cabia eliminá-lo da vida dos brasileiros.

Filho de um português chegado à cidade de Rio Grande na antepenúltima década do século XIX, que acabou por se estabelecer na vila de Cacimbinhas[106], o rapaz foi expulso de casa na adolescência, circulou por empregos em que permanecia pouco tempo – por alegação de mau comportamento (SANTOS, 1917).

Em setembro de 1915, estava no Rio de Janeiro pela segunda vez há já um mês, vivendo de serviços eventuais, residindo numa pensão da Rua Bento Lisboa, nas proximidades do Catete - registrado com a identidade falsa de João Dias Régis. Tinha acesso aos jornais graças às amizades com funcionários das bancas próximas, nos longos tempos livres de que dispunha. Incomodado com a influência de Pinheiro

[105] As informações deste trecho são baseadas nos depoimentos de Manço de Paiva à Polícia e à Justiça, publicadas por Jacinto Ribeiro dos Santos em 1917 – ver referências ao final desta tese.

[106] Cacimbinhas, município a 350 quilômetros ao Sul de Porto Alegre, teve o nome mudado para Pinheiro Machado em outubro de 1915, por ato individual do intendente provisório Ney de Lima Costa - o que acabou por deflagrar um conflito armado municipal que se estendeu aos meses iniciais de 1916.

Machado no governo de Hermes da Fonseca, e vendo o presidente anterior retornar à vida pública através do Senado, engajou-se nos protestos e indignou-se com a repressão policial – conforme Santos (1917):

> (...) que o ódio que tinha ao General Pinheiro Machado desde a campanha para a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, fôra sempre augmentando em face dos actos praticados no Governo passado, pois o declarante estava convencido, e ainda está, de que o General Pinheiro Machado era o unico responsável e que precisava morrer pelo bem da Pátria (SANTOS, 1917, p. 29).

Manço de Paiva também assistia às sessões da Câmara e do Senado. Numa dessas ocasiões, segundo disse, só não agrediu Pinheiro Machado por vê-lo acompanhado de duas senhoras. A 8 de setembro de 1915, porém, percebeu a circulação do automóvel do senador gaúcho entre as ruas do Catete e do Flamengo e viu-o estacionar em frente ao Hotel dos Estrangeiros. Dirigiu-se também ele para lá, passando despercebido pelos funcionários da portaria e viu o político gaúcho subindo uma escadaria que dava acesso ao segundo andar, acompanhado de dois outros homens.

De acordo com Santos (1917), Manço de Paiva firmou convicção de que deveria ser ele o autor do ato para livrar o Brasil da influência de Pinheiro Machado:

> (...) tomando a resolução de exterminar o General Pinheiro Machado, tratou de pol-a em pratica, no que se sentia fortalecido pelas palavras incendiadas de deputados e senadores, e por artigos de jornaes que lia com vivo interesse; que ha cerca de 4 dias, estando no largo do Machado, vira um negro offerecendo uma faca-punhal á venda e deante do que lia nos jornaes sobre o reconhecimento do Marechal Hermes, entendeu que era indispensavel assassinar o General Pinheiro Machado, e com este designio adquiriu a referida faca-punhal por 600 réis; que depois de ter adquirido a faca esteve prestes a se empregar, e por isso desistiu de seu intento (SANTOS, 1917, p. 30-31).

Naquele 8 de setembro de 1915, Pinheiro Machado não chegou a ultrapassar todos os degraus que o levariam ao andar superior do Hotel dos Estrangeiros. Alcançado por Manço de Paiva e sem perceber a presença do estranho, recebeu duas estocadas nas costas, tendo tempo apenas de virar-se e esbravejar: “Covarde! Apunhalaste-me!” (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 09/09/1915, p. 1), sendo, de imediato, amparado pelos acompanhantes, enquanto o agressor fugia. O socorro ao senador não foi capaz de salvar-lhe a vida e menos de 15 minutos depois do atentado ele já era declarado morto.

Perseguido pelas ruas próximas, Manço de Paiva foi detido em flagrante quase ao mesmo tempo, ainda portando o punhal que usara minutos antes. “Matei um caudilho – e salvei a República!”, exclamou ele ao ser preso (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 09/09/1915, p. 1). Também disse aos policiais que havia retomado a ideia do crime ao ler, naquele mesmo dia, artigo da Gazeta de Notícias, tendo por alvo o ex-presidente Hermes da Fonseca, embora não referisse o seu nome, preferindo tratá-lo pronominalmente:

> Elle surgiu de um deslocamento do eixo nacional, de uma desgraça tamanha que, nella, a própria Morte foi apenas um incidente secundário: surgiu e foi subindo porque, se de um lado a Natureza o deixara com as pernas pouco agigantadas, em compensação o braço do Sr. Pinheiro Machado, e longo é esse braço, impulsionava-o com alma (...) Sua candidatura pelas vagas pampas gauchas, para a dita do Sr, Assumpção, no Senado, foi um acontecimento nacional. Todo o Brasil, do Acre até o Caty, discutiu-a. Aqui mesmo tivemos meetings, discursos, artigos... Os jornais duplicaram as vendas, o comandante da Força Policial teve um pretexto para reformar os uniformes e exgotar a verba; varias carreiras políticas se encaminharam pela veemencia dos protestos contra a sua eleição (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 08/09/1915, p. 1).

Já na Delegacia do Sexto Distrito Policial, para onde foi levado após o flagrante, o assassino depôs aos policiais:

> (...) que hoje, lendo na *Gazeta de Notícias* um artigo sobre a candidatura do Marechal Hermes, sentiu novamente a necessidade de assassinar o General Pinheiro Machado; que cerca de 4 horas da tarde de hoje estava o declarante no largo do Machado conversando com um motorneiro da Light..., quando, pouco depois, viu parar na frente do declarante um carro fechado, que *reconheceu* ser do General Pinheiro Machado; que este carro é um automóvel escuro, fechado e dentro, ao que suppunha, trazia o General Pinheiro Machado; que o declarante, vendo o automóvel, parado por causa do transito, reaccendeu-lhe a idéa de assassinar o mesmo General Pinheiro Machado, pelo que entrou precipitadamente em uma casa de bilhetes, no largo do Machado, e ahi escreveu um bilhete que nesta delegacia apresentou ao Dr. Chefe de Polícia e que reconhece ser o proprio que neste acto lhe é mostrado, e entregue em sua presença, por aquella autoridade ao Delegado que preside o presente auto; que sahindo da casa de bilhetes, no largo do Machado, verificou que o automóvel do General Pinheiro Machado seguia em direção á Botafogo, pelo que o declarante a passos precipitados procurou acompanhal-o; que chegando á praça José de Alencar, verificou que o mesmo automóvel estava parado próximo ao Hotel dos Extrangeiros, e por isso para lá se dirigiu apressadamente (SANTOS, 1917, p. 31-32, grifos originais).

Rapidamente, as redações dos principais jornais do Rio de Janeiro foram acionadas por testemunhas do crime ou por quem soube dele em seguida. Da mesma forma, os políticos encarregaram-se de contar uns aos outros o que acabara de acontecer

e membros da bancada gaúcha na Câmara e no Senado emitiram telegramas informando suas bases no Rio Grande do Sul, onde o presidente em exercício era Salvador Pinheiro Machado (irmão do senador assassinado). O assunto tomaria corpo nas edições dos dias seguintes, com duas vertentes: uma, nacional e liderada pelo Correio da Manhã, tentando resumir o episódio a um crime comum, cometido por um desequilibrado; outra, conduzida por A Federação e regional, investindo na versão de que Manço de Paiva foi apenas o executor de um crime sob encomenda – o que será tratado a seguir, na Análise Formal ou Discursiva (AFD) que compõe a segunda etapa do que propõe Thompson (2002) com a Hermenêutica de Profundidade.

5.1.3 O ano de 1915: uma rápida contextualização

Como já visto em outros trechos do presente trabalho, o ano de 1915, 26º da implantação da República no Brasil, está inserido numa conjuntura que, externamente, teve a Primeira Guerra Mundial (1914/1918) como ponto de referência.

Internamente, as próprias consequências do conflito começavam a se fazer sentir sobre a economia nacional, primeiramente com forte queda nas exportações agrícolas e nas importações de manufaturados e a seguir, com o estímulo à industrialização nacional. O país encontrava-se, então, no ciclo da economia agroexportadora (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JUNIOR, 2004), que vinha ainda do tempo imperial. Para conter a queda no preço do café, principal produto nacional, foram queimadas três milhões de sacas.

Mas o que mais apaixonava as discussões, estimuladas pelo contato com a única forma de meio de comunicação de massa então disponível – os impressos – eram, mesmo, as disputas domésticas.

Wenceslau Braz presidia o Brasil em 1915, eleito e empossado no ano anterior, para um mandato coincidente com o período da Guerra Mundial. O novo dirigente buscava distanciar-se do governo do qual, no quatriênio anterior, havia sido vice-presidente. Afastar-se do marechal não parecia maior problema, pois ele se havia recolhido ao retiro em Petrópolis.

Mas Pinheiro Machado ainda era o condutor do Senado, o presidente do Partido Republicano Conservador, um republicano histórico para o qual convergia um número significativo de colegas nas duas casas do Congresso Nacional, a ponto de dar-lhe a liderança, na prática, de uma bancada interestadual que um presidente da República não podia ignorar.

Braz buscava equilibrar-se entre as duas situações: afastar-se do governo anterior, do qual Pinheiro Machado havia sido fiador e sobre o qual tivera enorme influência; e conter os ímpetos da bancada *pinheirista* sem confrontá-la, mas, também, sem assumir todos os seus pleitos.

Esse delicado desafio do novo presidente era, por óbvio, acompanhado pela imprensa, em particular pelo Correio da Manhã, que em apenas uma década e meia de existência se havia tonado o jornal mais influente da capital do Brasil. O Paiz (1884), mais antigo, de evidente vinculação aos governos republicanos anteriores, preservava fidelidade ao senador gaúcho e era, por isso, constantemente alvo de denúncias de favorecimento por parte do concorrente.

Em 1915, os principais títulos da imprensa brasileira estavam no Rio de Janeiro, com a significativa exceção representada pel'O Estado de S. Paulo (1875), na capital paulista – que também apoiara a candidatura de Ruy Barbosa nas eleições em que Hermes da Fonseca saiu-se vencedor, em 1910, e fora crítico severo da sua administração nos quatro anos seguintes.

Era uma imprensa em que ainda se mantinham veículos partidários, como A Federação (1884) e o Diário Popular (1890), no Rio Grande do Sul, mas onde já se encaminhavam iniciativas como organização empresarial, exemplificadas na evolução do próprio jornal paulistano e nas propostas do Correio do Povo e do Correio da Manhã desde que surgiram, em 1895 e em 1901, respectivamente. O tom editorial aproximava os dois modelos, contudo, colocando o conteúdo jornalístico a serviço de uma causa, nem sempre uma causa pública.

Entre os principais jornais brasileiros de 1915, além dos já citados, estavam os decanos Diário de Pernambuco (1825) e Jornal do Commercio (1827), o relativamente jovem Jornal do Brasil (1891) e a quarentona Gazeta de Notícias (1875). O já referido O Paiz passou por crise econômica em 1915 - a que Barbosa (2007) chama de "quase

falência" – decorrente de situações como o aumento do preço do papel, então importado e de sua relação com um novo governo.

A trégua dada a Braz pela imprensa carioca durante a composição de governo, ainda em 1914, ameaçava ruir frente ao que se entendia ser uma característica de sua personalidade e era insinuada nas entrelinhas e cobrada pelos parlamentares nas tribunas da Câmara e do Senado: a hesitação. Hesitação diante da guerra[107], uma circunstância externa, mas com efeitos na economia nacional; e hesitação diante do que, entendia o jornal de Edmundo Bittencourt - influenciando e formando a opinião de outros diários -, funcionava como ameaça constante aos governos republicanos desde 1889: a influência de Pinheiro Machado.

Um relativo sucesso chegou a ser obtido pelo presidente da República nos meses iniciais de 1915, nos quais o Correio da Manhã, aparentemente, considerava sepultada a carreira política de Hermes da Fonseca – para cuja impopularidade, aliás, o jornal havia sido o principal contribuinte, pela sistemática oposição que lhe fez nos quatro anos de governo. Para Bittencourt, Pinheiro Machado caminhava para o mesmo destino de esquecimento, contaminado pela desmoralização do governante que tutelara entre 1910 e 1914.

Mas Pinheiro Machado impôs uma novidade no jogo político, articulando com Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, a renúncia do senador Joaquim Assumpção e a consequente realização de uma eleição para substituí-lo. O candidato foi Hermes da Fonseca. À surpresa causada pelas forças às quais fazia oposição, o Correio da Manhã respondeu com uma campanha, primeiro contra a candidatura e, uma vez consumada a eleição, pela não confirmação do nome do novo senador pelo Congresso Nacional, transformando um pleito regional num assunto nacional que ocupou intensamente suas páginas, entre os meses de junho e setembro de 1915.

Não havia, então, justiça eleitoral nos moldes atualmente conhecidos e independente dos poderes Executivo e Legislativo. Esse papel cabia à Comissão Verificadora, como era chamado o grupo de parlamentares a quem cabia ratificar ou

[107] Exigia-se do mandatário brasileiro uma posição que só foi obtida em 1917, com a declaração de guerra à Alemanha. Então, o Brasil passou a policiar o Atlântico, fornecer alimentos, matérias primas, médicos e aviadores aos países da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia).

corrigir os resultados das eleições, e que tinha, à época, por presidente, exatamente Pinheiro Machado.

Em meio aos preparativos para a assunção de Hermes da Fonseca como senador pelo Rio Grande do Sul, já em setembro de 1915, o Correio da Manhã – e outros títulos que o acompanhavam na mesma orientação oposicionista – sustentava a defesa da não-posse do marechal, com relativo sucesso. Vice-presidente do Senado, a Pinheiro Machado cabia presidir a Casa, de fato, pois durante a República Velha a presidência do Congresso Nacional era meramente decorativa e cabia aos vice-presidentes da República. Ele fez sucessivas tentativas, que esbarraram na ausência de quórum, inclusive a última delas, a 8 de setembro – um dia, portanto, depois do feriado da Independência – constituindo o episódio visto no subcapítulo anterior.

No Rio de Janeiro, o Correio da Manhã – assim como toda a imprensa local - deslocou suas equipes para o Hotel dos Estrangeiros, para o Senado, para a residência de Pinheiro Machado e para o Palácio do Catete, investindo numa cobertura extensiva do acontecimento e nas suas inevitáveis repercussões. No Rio Grande do Sul, A Federação optou pelo luto, e não circulou no dia seguinte ao crime, retornando às atividades apenas a 10 de setembro – no que foi seguida pelo segundo jornal oficial do PRR, o Diário Popular, de Pelotas. O jornal porto-alegrense recebeu, no decorrer da cobertura, tantas mensagens de pêsames pela morte do senador que precisou dedicar espaço cativo em suas páginas para registrá-las.

O quadro a seguir resume o contexto tratado neste capítulo.

Quadro 7

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO PERÍODO 1901/1915 DA PRIMEIRA REPÚBLICA					
Anos	**Governantes do Brasil**	**Governantes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Pinheiro Machado**
1901	Campos Salles	Borges de Medeiros	12º ano da República, lideranças históricas, sindicalismo emergente, *política dos governadores*, instituição da comissão de verificação, rolagem da dívida externa, política *café com leite*. Silveira Martins morre em Montevidéu. Julio de Castilhos permanece na presidência do PRR. População brasileira: cerca de 18 milhões de habitantes,	"Imprensa amiga". Surge o Correio da Manhã.	Cumpre o 10º ano como senador pelo PRR (interrompido durante 1893/95 pela revolução federalista). Discursa no Senado em homenagem a Silveira Martins.

			2/3 no campo.		
1902	Campos Salles Rodrigues Alves	Borges de Medeiros inicia seu 2º mandato	Lideranças históricas, sindicalismo emergente, *política dos governadores*, instituição da comissão de verificação, rolagem da dívida externa, política *café com leite*. Fundação do PSB. Manifestações contra a política econômica do governo. Belle-époque carioca, modernização e saneamento do Rio de Janeiro, atração de capital estrangeiro. Sequência da política c*afé com leite.*	Rápida ascensão do Correio da Manhã, opondo-se ao governo Campos Salles.	Eleito vice-presidente do Senado, acentua-se a sua influência, também pela liderança sobre as bancadas dos estados menores. Presidiu a sessão de posse de Rodrigues Alves.
1903	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros, cumulativamente à presidência do PRR	Lideranças históricas, imprensa, sindicalismo emergente, republicanos radicais, campanha do Acre, 1ª greve geral da República (indústria têxtil, SP). *Belle-époque* carioca, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*. Morre Julio de Castilhos/Borges de Medeiros assume também a presidência do PRR.	Segue a ascensão do Correio da Manhã.	Pinheiro Machado no País e Borges no RS são as principais lideranças do PRR.
1904	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, revoltas da vacina e da Praia Vermelha, conquista do Acre. *Belle-époque*, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite.*	Correio da Manhã se opõe à vacinação e às inaugurações de obras no Rio.	Acentua o seu poder, a partir da Comissão de Verificação de Poderes. Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, mas administra sua relação com Rodrigues Alves.
1905	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, estado de sítio, convocação de Constituinte. *Belle-époque*, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*.	Correio da Manhã fortalece seu oposicionismo, já então dirigido também a Pinheiro Machado.	Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, o que inviabiliza a candidatura de Lauro Muller.
1906	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, 1º Congresso Operário Brasileiro; instalação da Constituinte; criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; Santos Dumont faz sucesso na França. *Belle-époque*, modernização e	Correio da Manhã consolida seu oposicionismo, em especial a Pinheiro Machado.	Vence duelo com Edmundo Bittencourt na Praia do Leblon. Assimila a candidatura Affonso

	Affonso Penna		saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*. Borges acerta com a União a construção e exploração do Porto de Rio Grande. Investimentos na infra-estrutura nacional. *Café com leite*		Penna.
1907	Affonso Penna	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, lideranças emergentes, imprensa, Ruy Barbosa em Haia e nomeado embaixador pleni e extraordinário, greve geral em SP. Investimentos em infra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*.	Correio da Manhã consolida seu oposicionismo.	Amplia sua liderança para além da bancada gaúcha, criando um bloco interestadual majoritário no Congresso Nacional.
1908	Affonso Penna	Borges de Medeiros . Carlos Barbosa	Lideranças históricas, lideranças emergentes, alistamento militar e reorganização do Exército, fundação da Confederação Operária Brasileira; Albuquerque Lins é presidente em SP, fundação da ABI, demissão de Hermes da Fonseca do Ministério da Guerra. Infra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*. Bondes elétricos em Porto Alegre.	Correio da Manhã consolida seu oposicionismo.	Enfrentamento do *Bloco* com o chamado *Jardim de Infância*, de lideranças emergentes antipinheiristas estimuladas pelo presidente Affonso Penna.
1909	Affonso Penna	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, Wenceslau Braz assume o governo de MG, lançada e efetivada a candidatura Hermes, lançada a	I Correio da Manhã apóia candidatura	Rompimento com Nilo Peçanha, apoio à candidatura Hermes

	Nilo Peçanha		candidatura de Ruy Barbosa, morte de Affonso Penna, 1ª campanha sucessória da história do Brasil (outras capitais e regiões), estudantes mortos pela polícia em passeata no Rio (Primavera de Sangue). Iinfra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*. Morte do presidente da República em pleno mandato. Conflito entre o Governo do RS e o Grupo Corthell/Farquhar. Intervenções em Estados, disputa de poder entre SP e MG.	Hermes da Fonseca à Presidência, inicialmente, depois passa a defender a de Ruy Barbosa. O jornal (e também o Diário de Notícias) relaciona o senador ao contrabando de charque.	da Fonseca, afastamento de Ruy Barbosa.
1910	Nilo Peçanha	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, eleição de Hermes, OESP publica manifesto de Ruy Barbosa, bombardeio de Manaus, levante da Esquadra, revolta da Chibata, anistia aos revoltosos, fundação do PRC, levante da Ilha das Cobras, prisão de João Cândido e marinheiros, 441 presos e prostitutas enviados para o Acre. Intervenções em Estados, disputa de poder entre SP e MG. Instabilidade política. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã combate violentamente candidatura militar de Hermes da Fonseca à Presidência e, com sua eleição e posse, passa a exercer forte oposição ao seu governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Assume a presidência do PRC, com a morte de Bocayuva.

	Hermes da Fonseca				
1911	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, Pe. Cícero eleito prefeito de Juazeiro. Instabilidade política, *salvacionismo*. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã acentua a oposição ao governo e aos que o representam: "Segundo turno".	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
1912	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, intervenções (Bahia, Ceará), demissão e morte do Barão do Rio Branco, Contestado, censura a filme sobre João Cândido. Instabilidade política, *salvacionismo*, morte da primeira-dama Orsina da Fonseca. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
1913	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa. Borges de Medeiros	Lideranças históricas, cerca de 10 mil se manifestam contra deportação de sindicalistas, crise no Ceará, estado de sítio, nova disputa sucessória (Wenceslau x Ruy), Ruy desiste da candidatura. Pacto de Ouro Fino. Instabilidade política, *salvacionismo*. Casamento do presidente da República com Nair de Teffé. Aliança entre o RS e o Exército. Nova eleição de Borges no RS, descontente com o governo de Carlos Barbosa: encampação dos serviços públicos e atração de investimentos estrangeiros. Crise econômica mundial.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo e aos que o representam, detona a candidatura de PM e volta a defender a candidatura Ruy.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Seu nome chega a aparecer como presidenciável. Irmão, Salvador Pinheiro Machado, é nomeado vice-presidente do RS por Borges de Medeiros para o período 1913/1918.
1914	Hermes da Fonseca	Borges de Medeiros	Eclosão da 1ª guerra mundial, lideranças históricas, sitiado o Ceará, depostos os governos de PE, AL e BA, greve geral no PA, estado de sítio. Manifestações em frente a O Paiz são rechaçadas a tiros. Borges afasta-se do governo do RS por doença, substituído por Salvador Pinheiro Machado. Braz declara-se em busca da pacificação.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo Hermes e aos que o representam, mas aparenta um voto de confiança ao novo presidente, estimulando-o a afastar-se de Pinheiro Machado. O jornal decreta o fim político de PM e HF.	Novamente eleito para a vice-presidência do Senado, período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Presidiu a sessão de posse de Wenceslau Braz. WB tenta atenuar sua influência sobre o governo. Redige o seu testamento político. Seu irmão assume a presidência do RS.

	Wenceslau Braz		*Café com leite*.		
1915	Wenceslau Braz .	Borges de Medeiros.	Braz segue sua busca pela pacificação e às voltas com os efeitos da guerra na economia nacional. Manifestações em SP e Rio contra a guerra, *meetings* contra a candidatura Hermes ao Senado, eleição de Hermes, preparativos para sua posse, morte de Pinheiro Machado. Dez dias entre os funerais no Rio e o enterro em Porto Alegre. Governo do RS exercido interinamente por Salvador Pinheiro Machado.	Correio da Manhã mantém voto de confiança ao novo presidente e passa a combater violentamente a candidatura Hermes ao Senado pelo RS, sem sucesso. Depois da morte do senador, insiste na idéia de que foi um crime isolado cometido por um insano. A Federação adota a linha de crime encomendado, com críticas a WB.	Passa parte do ano em ostracismo. Em discurso no Senado, admite que poderá "submergir". Repete o mesmo em entrevista a João do Rio. Acerta com Borges de Medeiros e Salvador Pinheiro Machado o lançamento da candidatura Hermes ao Senado pelo RS em vaga aberta pela renúncia do titular.

Elaboração do autor. Base: Borges, Calógeras, Carone, Castro, Chagas, Fausto, Martins, Thompson.

5.2 Análise Formal ou Discursiva

Neste estágio da pesquisa, e nos que se sucedem mais à frente, para cada relação personagem/imprensa, são analisados os conteúdos textuais, jornalísticos. Julga-se, assim, necessária uma rápida abordagem sobre os elementos do texto jornalístico, como contribuição ao conhecimento que se pretende, conforme segue. Valem essas definições, igualmente, para a AFD de A Federação e do Correio da Manhã, neste subcapítulo; do Correio do Povo e da Tribuna da Imprensa, no capítulo 6; e novamente do Correio da Manhã e do Correio do Povo, no capítulo 7.

Com base na ideia geral – e óbvia - de que conteúdos narrativos devem compor-se de começo, desenvolvimento e fim, aborda-se no presente trabalho a matéria jornalística como integrada por essas três partes, às quais se pode denominar: 1. **Título** e seus elementos assessores, 2. **Cabeça ou *lead***, na perspectiva atual de anunciar o

clímax já na sua parte inicial, constituindo-se normalmente de um único parágrafo, o inicial, o qual inspirará o título - ou a chamada ou a manchete, quando forem esses os casos - e 3. **Corpo**, a envolver tanto a o decorrer da história a ser contada como o seu encerramento.

Por conteúdos jornalísticos entende-se, nesta investigação, toda e qualquer matéria produzida e veiculada – no caso, publicada -, nos diversos gêneros.

Matéria, nessa concepção, envolve a notícia propriamente dita, a reportagem, o artigo, o editorial, a entrevista – e todos os seus elementos, aí incluídos manchetes, chamadas, títulos, antetítulos, cartolas, linhas de apoio, olhos, sub/ inter/entretítulos e o texto finalizado.

Julga-se procedente, assim, esboçar as definições que seguem para os elementos acima referidos:

Manchete - é o título principal de toda uma edição jornalística – no caso impresso, exposto em sua primeira página – ou de setores específicos da publicação, como a editoria e a página. Na hierarquia jornalística, manchetes, portanto, podem ser da publicação, das suas diferentes editorias e de cada uma de suas páginas: manchete do jornal, manchete da editoria de Política, manchete da página de cada uma das editorias. Quando nas capas, costumam estar acompanhadas de texto ou de parte dele nos jornais de formato *standard* – que é o formato de todas as edições analisadas neste trabalho.

Chamada - anuncia e antecipa nas páginas principais de cada publicação – a capa e a contracapa ou última página – alguns dos conteúdos da edição. Pode ou não conter textos adicionais, e em geral reserva espaços das páginas interiores para o desenvolvimento ou a continuação da narrativa

Título - destaca cada conteúdo desenvolvido, na mesma página ou em páginas seguintes. Assim, toda manchete e toda chamada são títulos, mas nem todo título será manchete ou chamada da edição. Segundo Douglas (1996), "título é a frase (...) composta em letras grandes, que se dispõe acima do texto, com a finalidade básica de dar ao leitor uma orientação geral sobre a matéria que encabeça e despertar o interesse pela leitura". Naturalmente, toda a narrativa busca atrair a atenção do leitor. O título, contudo, destaca-se nesse objetivo por propiciar o primeiro contato visual com o

receptor, contato no qual ele poderá decidir dar sequência à leitura ou interrompê-la se o considerar desinteressante.

Antetítulo - como o nome sugere, é um conteúdo adicional ao título, composto por uma frase completa que busca ampliar o entendimento do conjunto e, assim, conquistar o leitor para o consumo da matéria completa.

Cartola - é igualmente colocada sobre o título, mas sem constituir uma frase completa. Costuma compor-se de uma única palavra, excepcionalmente chegando a duas ou três, também como forma de complementar o entendimento da leitura.

Linha de apoio - também chamada de ***soutien*** em algumas regiões do Brasil, tem função e forma idênticas às do antetítulo, colocando-se, porém, após o título.

Olho - é similar em função ao antetítulo e à linha de apoio, normalmente apresentado como uma frase completa (podendo ser entre aspas), com a diferença que se incorpora ao bloco de texto, ainda que em corpo e tipologia diferentes. Pode estar em antecipação ou no meio do conteúdo narrativo.

Cabeça ou *lead* - na concepção hoje dominante na redação jornalística, é o parágrafo inicial do texto, aberto com a sucessão de acontecimentos sendo narrada a partir do acontecimento mais importante, buscando responder questões básicas centradas n'o quê?, quem? quando? onde? – e como? e por quê? podendo ser atendidas nos parágrafos seguintes, assim como para quê e por isso.

Sub*lead* – apresentado como uma adaptação brasileira, é o parágrafo seguinte ao *lead*, como seu desdobramento. No linguajar jornalístico brasileiro, também é conhecido como "pescoço", já que é sequência da "cabeça" (o *lead*), tendo a função de equilibrá-la em relação à matéria completa.

Sub/inter/entretítulo - aqui colocados como sinônimos, compõem o corpo da matéria, separando parágrafos como recurso para expor suas diferentes abordagens e para facilitar a leitura em caso de narrativas mais extensas. Na atualidade, costuma ter até três palavras, separar blocos de texto de 20 linhas e ser destacado em negrito ou itálico ou letras maiúsculas.

O **texto finalizado -** por óbvio, constitui-se da narrativa completa, com o corpo da matéria. É, portanto, um aprofundamento em relação ao título e ao *lead*. É integrado sempre pelo título e, eventualmente, por parte dos elementos acima descritos.

Considera-se importante realçar que os conteúdos jornalísticos examinados nesta Tese não são uniformes ao longo do extenso tempo aqui abordado: no primeiro período analisado, o da imprensa ao tempo da Primeira República, as noções de matéria jornalística e de seus elementos eram menos precisas e a sua hierarquia no corpo dos jornais pouco levada em consideração; já no segundo, o da imprensa ao tempo do Estado Getulista, essas noções, elementos e ordem de importância passaram por significativo afinamento; e no terceiro e último, o da imprensa ao tempo do Regime Militar, seu aperfeiçoamento esbarrou na falta de liberdade para abordar os assuntos de interesse público que não eram de interesse dos militares então no poder. Essa diversidade imposta pela realidade de tempos distintos e suas circunstâncias específicas pode, mesmo, ser considerada uma riqueza para um trabalho como este.

Pode-se dizer que a apresentação das notícias, das páginas e, enfim, do próprio jornal, foi-se aproximando do seu atual estágio, à medida que o jornalismo profissionalizou-se, buscando públicos expressivos e, assim, se viabilizasse como produto final. Sim, o jornalismo de que tratamos aqui estabelece uma relação comercial com o mundo externo, fundada em dois alicerces: os públicos que compõem sua audiência e respondem/contribuem materialmente por meio da compra e da assinatura; e os anunciantes, que escolhem os locais de circulação de suas mensagens publicitárias levando em conta a penetração dos veículos junto aos públicos e sua condição de referência em meio à oferta de títulos.

A notícia, produto por excelência do jornalismo, é por isso mesmo o tipo de texto mais presente nas publicações. Com peculiaridades em relação a outros gêneros referidos acima, ela estrutura-se em cinco itens básicos: título, lead, sublead, corpo e intertítulo.

Encerrado o parêntese teórico sobre os elementos do Jornalismo, dá-se início à primeira das três AFD's presentes nesta investigação: como já revelado, são analisados nesta instância do trabalho os jornais A Federação, de Porto Alegre, e Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, edições dos dias 9 a 20 de setembro de 1915.

5.2.1 A Federação

A Federação era, em 1915, um dos mais importantes jornais do Rio Grande do Sul, disputando a primazia com o Correio do Povo e tendo, em relação a este, a diferença de constituir-se num "orgam do Partido Republicano", como estampava em cabeçalhos de suas capas, desde a fundação, em 1884. Esse vínculo, por um lado, atrelava-a ao poder então dominante, exercido desde a proclamação por próceres do PRR – descontados alguns episódios em que as disputas internas conduziram a outras opções – e, por outro, limitava a sua recepção aos correligionários. A Reforma, o jornal do Partido Federalista, o outro a disputar as preferências político-partidárias dos gaúchos, havia deixado de circular em 1912, por falta de subsídios.

Como seus concorrentes da época, A Federação era um jornal pesado: com títulos sem hierarquia, assuntos misturados, expostos na sequência e, sendo necessário, em continuidade nas páginas seguintes. Ilustrações eram raríssimas, fotografias, igualmente, ambas restritas a acontecimentos extraordinários, como o aqui analisado, ou a datas comemorativas – como os aniversários do próprio jornal, da independência do Brasil, da Revolução Farroupilha e da proclamação da República.

Em 1915, a redação d'A Federação era dirigida por Carlos Penafiel; seu gerente era A. J. Pereira da Silva. O jornal cumpria o seu trigésimo segundo ano, variando as edições de terça a domingo de seis a dez páginas, com mínima organização, baseada nas seções "Atos do Estado", notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa (página 2); "Varias", notícias e eventualmente pequenos anúncios (página 3); "Serviço Telegraphico d''A Federação'" (página 4); notícias e eventual seqüência do serviço telegráfico (página 5); noticias locais, esportes, "Protetora do Turfe" e anúncios (páginas 6 a 8); anúncios (demais páginas) e eventualmente "Ultima Hora" e "Secção livre".

Feita essa rápida apresentação do jornal de 1915, parte-se agora para a AFD propriamente dita.

A Federação, nº 209, de 10 de setembro de 1915, sexta-feira, teve cinco das seis páginas dedicadas integralmente à cobertura da morte do senador gaúcho, ocorrida havia dois dias – em luto, o jornal não circulou no dia seguinte ao crime. Na capa da edição desta sexta-feira, um título: "Senador Pinheiro Machado" e uma linha de apoio:

"Demonstrações de pezar pelo seu assassinato" que acompanhariam as edições até o dia do sepultamento. O primeiro texto, informativo, ocupou integralmente a primeira das sete colunas da página:

> (...) Á A Federação, orgam do partido republicano riograndense, têm sido também enviados do Estado e de outras partes do paiz innumeros telegrammas de pesames e á nossa redacção grande nummero de amigos e correligionarios nos têm vindo pessoalmente trazer as manifestações de pezar (...)

Outro texto, ainda na coluna inicial da capa, reproduziu telegrama do ministro do Interior, Carlos Maximiliano, a Borges de Medeiros, informando as providências para o traslado do corpo. Nas outras seis colunas, uma sucessão de manifestações de pesar encaminhadas ao presidente licenciado, ao presidente em exercício e ao secretário do Interior. É um bloco inteiro de textos, sem qualquer ilustração ou fotografia.

Na página 2, em 5,5 colunas, seqüência dos telegramas ao general Pinheiro, vindos do Rio Grande do Sul e do Brasil; 1,5 coluna com os subtítulos: "Em casa do dr. Medeiros", "Em Palacio"; "Commando Geral da Brigada Militar"- com a reprodução da ordem do dia do comandante da Brigada Militar, tenente-coronel Affonso Emilio Massot, sob o título "cobarde assassinato".

Na página 3, seqüência da cobertura das páginas anteriores. Em duas colunas inteiras: "Solemnes exéquias"; "Escolas Superiores"; "Na nossa redacção"; "O depoimento do facinora é falso":

> Sabemos já estar provado que é falso quase todo o depoimento do miseravel facinora, que cobardemente apunhalou o egregio senador Pinheiro Machado.
>
> O presidente da Republica, ao que nos consta, está empenhadissimo na punição exemplar de todos os culpados.
>
> Está já apurado que o sicario seguiu o senador Pinheiro despreocupado, e vibrou-lhe nas costas uma punhalada, que attingiu a arteria pulmonar, e outra pela frente, por cima do hombro esquerdo, ferimento este pouco profundo, levissimo.
>
> O inquerito está prosseguindo até apurar a verdade completa.

Toda a coluna "Varias" (altura inteira da página) foi dedicada aos telegramas recebidos pelo comandante provisório do Partido Republicano em Cruz Alta – terra

natal do senador assassinado -, coronel Firmino Paula Filho, além de uma coluna com notas diversas (da "Varias"), sendo metade sobre o crime.

Na página 4, o "Serviço Telegraphico d''A Federação'" foi inteiramente dedicado ao assunto, com textos separados pela procedência, sem títulos, alguns eivados de preconceitos:

> O assassino, que diz ser praça desertora do Exercito e ter sido agente de policia, declarou morar á rua Bento Lisboa número 120, numa casa de commodos infecta, como muitas que por ali existem, quase que totalmente habitadas por gente de cor preta avultando em numero as mulheres que parecem não ser de vida muito honesta.

O "Serviço Telegraphico d''A Federação'" continuou na página 5 inteira (exceto anúncio de três colunas por 1/3 da altura, do "Monte Pio da Família", outro de cima da página do "Theatro Apollo" e um rodapé com a programação do Coliseu).

A única página sem cobertura do crime foi a última, inteiramente tomada por editais e anúncios.

A Federação nº 210, de 11 de setembro de 1915, sábado, teve mais uma edição praticamente de assunto único – das suas seis páginas, só as duas últimas não trataram do crime. A capa foi toda dedicada à cobertura, repetindo a manchete e a linha de apoio da edição anterior: "Senador Pinheiro Machado"; "Demonstrações de pezar pelo seu assassinato". Artigo nas três colunas iniciais: "Punhal e cinzel", sem assinatura; reprodução de notícia do Diário Popular de Pelotas; "Telegrammas ao dr. Borges de Medeiros" em três colunas inteiras.

Na página 2, continuação dos telegramas a Borges, em 2,5 colunas; em 4,5 colunas, os "Telegrammas ao general Salvador"; matéria de quatro parágrafos sobre "Manifestações de Pesar" [com s]; em três colunas: "Em casa do dr. Medeiros". Ao pé da página: "Em Palácio" (que segue na página seguinte).

A página 3 deu continuação à cobertura da página anterior. Em 1,5 coluna, "A trasladação do corpo", "A classe acadêmica", "7ª Região Militar", "Na nossa redacção" (texto mais extenso, com uma coluna inteira).

Na página 4, o "Serviço Telegraphico d''A Federação'" foi inteiramente dedicado ao assunto, exceto por uma de suas sete colunas, que tratou de outros temas.

A edição d'A Federação nº 211, de 13 de setembro de 1915, segunda-feira, teve toda a capa dedicada ao assunto, repetindo a manchete e a linha de apoio das edições anteriores: "Senador Pinheiro Machado", "Demonstrações de pezar pelo seu assassinato". Bloco de texto da página abrindo com "Memorias de Jornalista", título acompanhado de linha de apoio "Pinheiro Machado", reproduzindo o que escreveu Dunshee de Abranches, deputado federal pelo Maranhão e jornalista, d'O Paiz do Rio de Janeiro, em 1913.

Outros títulos: "Momento trágico", em três colunas, assinado por Arthur Toscano; "Martyr da Republica", em uma coluna, reproduzindo material do Diário Popular de Pelotas; "Telegrammas, cartões, cartas e officios ao dr. Borges de Medeiros" – iniciando nas três últimas linhas da página.

Na página 2, seqüência das cartas e afins, incluindo as enviadas ao general Salvador Pinheiro Machado, em 2,5 colunas; convites: 1) de Salvador, 2) do coronel Marcos Alencastro de Andrade, "commandante superior interino da Guarda Nacional".

Na página 3, seqüência dos telegramas ao general Pinheiro, em três colunas. Outros títulos ocupando o resto da página: "Em casa do dr. Medeiros"; "Em Palácio"; "Missa funebre"; "A partida do 'Javary'"; "No Rio Grande"; "Nesta capital"; "Representações"; "Na nossa redacção".

Na página 4, o "Serviço Telegraphico" em 6,5 colunas ocupando-se do assunto.

A 14 de setembro de 1915, uma terça-feira, A Federação nº 212 apresentou capa com mesmo título e linha de apoio das edições anteriores: "Senador Pinheiro Machado" e "Demonstrações de pezar pelo seu assassinato"; 2,5 colunas com "A suprema infâmia", conclamando os republicanos em torno da memória de Pinheiro Machado (sem assinatura); 3,5 colunas com mensagens encaminhadas "ao dr. Borges de Medeiros"; uma coluna com os telegramas a Salvador Pinheiro Machado.

Na segunda página, 1,5 coluna com seqüência dos telegramas a Salvador; 1,5 com telegramas ao dr. Protasio Alves – secretário do Interior -; uma coluna com telegramas ao dr.Marinho Chaves – secretário da Fazenda -; duas colunas com "Em casa do dr. Medeiros"; "Em Palacio"; "Missa funebre"; e uma coluna para o programa completo das homenagens, seguindo com "Escolas superiores"; "Superior Tribunal"; "Tribunal do Jury"; "Club Militar de Officiaes da Guarda Nacional".

A página 3 teve 3,5 colunas de continuação da página anterior e mais: *"*Representações"; "Na nossa redacção"; "No Rio Grande"; "Convites".

Na página 4, o "Serviço Telegraphico" teve suas quatro colunas tratando sobre a repercussão do crime.

A capa d'A Federação nº 213, de 15 de setembro de 1915, quarta-feira, mais uma vez apareceu com o mesmo título, "Senador Pinheiro Machado" e a mesma linha de apoio: "Demonstrações de pezar pelo seu assassinato"; uma coluna com *"Convites"* (para os funerais); duas colunas com o texto "O Senador", assinado por Ulysses de Nonohay, sobre o "titan" Pinheiro Machado; uma coluna dividida em duas meias colunas com o texto "O Martyr", de Nominando Silva, além das mensagens encaminhadas ao presidente Borges de Medeiros.

Na página 2, duas colunas de seqüência dos telegramas; 4,5 colunas de telegramas ao general Salvador; programa das homenagens que serão feitas ao morto ilustre no Rio Grande do Sul.

Na página 3, em 4,5 colunas, segue o programa, acompanhado de outras notas sobre os atos fúnebres.

Na página 4, duas colunas sobre a repercussão do assunto, nas "telegraphicas".

A 16 de setembro de 1915, uma quinta-feira, A Federação nº 214 repetiu na sua capa o título e a linha de apoio das edições anteriores. A página trouxe ainda uma coluna com convites; outra com o texto "Morto redivivo", sem assinatura; duas com o texto "As conseqüências", assinado por Arthur Toscano; e três colunas de telegramas a Borges de Medeiros.

Na segunda página, duas colunas continuaram os telegramas a Borges; outras duas reproduzem os telegramas a Salvador Pinheiro Machado; em seis parágrafos, os enviados ao secretário Protásio Alves. Mais as matérias em seqüência: "Em casa do dr. Medeiros"; "Em Palacio"; "Votos de pezar"; "A formatura das tropas"; "Transito de vehiculos"; "Os trabalhos de decoração funebre na Intendencia Municipal"; "Escolas Superiores"; "Foro Federal"; "Club de Regatas"; "Representações" (esta em 1,5 coluna nessa página, avançando pela seguinte).

Na página 3, a continuação das manifestações em cinco colunas, com “No Rio Grande”; “Na nossa redacção”; “A chegada do corpo”.

Na página 4, 1,5 coluna sobre o assunto em “Serviços Telegraphicos”.

A Federação nº 215, de 17 de setembro de 1915, sexta-feira, voltou a reproduzir na sua capa o título e a linha de apoio das edições anteriores, na concentração de uma cobertura que se estendeu por uma coluna com os “Convites”; uma coluna com o texto “Traído”, assinado por Junot Barreiros: “(…) Pinheiro Machado não morreu (…)”; e cinco colunas com telegramas a Borges.

Na página 2, cinco colunas com a seqüência dos telegramas a Borges de Medeiros. No restante da página: “Em Palacio”; “A formatura das tropas”; “Ordem do dia do Commando Geral da Brigada Militar”; “Club de Regatas”; “Uma herma”; “Sociedade Uruguaya Artigas”; “Busto do Senador”; “Representações”.

Na página 3, 2,5 colunas dão seqüência às representações; 2,5 colunas de notícias diversas sobre o assunto; 2,5 colunas com outros temas (fora da cobertura).

A página 4 tem 4,5 colunas repercutindo o tema em “Serviços Telegraphicos”.

E a página 5 abre a seção de “Varias” com um texto sobre a “Politica Nacional”, tratando do momento político pós-morte de Pinheiro Machado.

A 18 de setembro de 1915, um sábado, A Federação nº 216 voltou a ter na capa o mesmo título e a mesma linha de apoio que acompanhou nessa cobertura diariamente até aqui, quatro colunas pela metade, equivalendo à meia página, com ampla foto do corpo do senador deitado, ilustrando o texto “Palavra de ordem”; quatro colunas pela metade, com “Reliquias sagradas”; duas colunas de pé de página com “A chegada do corpo do Senador Pinheiro Machado ao seu estado natal/No Rio Grande”:

> Realizou-se, esta manhã, a trasladação de bordo do Javary para uma das salas do edificio da Intendencia Municipal, do corpo exanime do eminente republicano rio-grandense, o senador Pinheiro Machado.
>
> No desejo de recapitular as primeiras e eloqüentes demonstrações de tributo cívico que está promovendo o arrasto da opinião e alma colectiva deste Estado à grandiosa, significativa e espontanea manifestação pública de pezar que há de ser a romaria amanhã, ‘A Federação’ relata, hoje, nestas columnas, o que foi a recepção no porto

> de Rio Grande dos despojos do grande brazileiro, conduzido pelo couraçado 'Deodoro' (...)

A página 2 ocupou suas sete colunas com a continuação da material do pé da página anterior, com intertítulos sobre a cerimônia programada para Porto Alegre, detalhando o transporte do corpo pelo "Couraçado Deodoro".

Houve ainda uma série de outros textos que vão a detalhes como "Os hospedes do Rio", "Do caes á Intendencia Municipal", "A volta do Javary", "A camara ardente", "A romaria", "O toque dos sinos", "O elogio funebre" – numa cobertura poucas vezes igualada pelo jornal porto-alegrense até então, e que se estende pela página 3, com 2,5 colunas de continuação da anterior, com a relação das pessoas autorizadas como "mundo official" mais o restante da programação e os telegramas a Borges; e pela 4, com 2,5 colunas continuando a reprodução dos telegramas ao presidente estadual licenciado e ao seu substituto legal.

A Federação nº 217, de 20 de setembro de 1915, segunda-feira, mudou finalmente a manchete e os títulos de capa do jornal que vinham desde o início da cobertura: "Os funeraes do Senador Pinheiro Machado" e "Demonstrações de pezar pelo seu assassinato" buscaram dar a intensidade e o detalhamento dos dias anteriores. Em três colunas, "Patria desollada", quadro alegórico do pintor Helio Salinger simbolizando o cadáver no caixão; uma foto do busto do senador (autoria: escultor J. Corona); amplo texto de página inteira com alguns subtítulos: "As forças"; "No cemiterio"; "Discurso do Conselheiro Municipal do Districto Federal, coronel Zoroastro Cunha"; "Discurso do orador official, dr. Vieira Pires". Há um texto específico sobre a presença de Borges de Medeiros no enterro, o que se explica por estar o presidente do Rio Grande do Sul e do PRR licenciado de suas funções, por enfermidade. Ainda na capa se iniciava a publicação do discurso do orador oficial, Vieira Pires.

Na página 2, em quatro colunas, a continuação do discurso de Vieira Pires; a seguir os de Alvaro Neves, delegado dos estudantes republicanos da Capital Federal; Graciliano de Abreu Gonçalves, inferior do Exercito; "A romaria á camara ardente e o acompanhamento á necrópole"; e a relação de coroas enviadas.

Na página 3, em cinco colunas, ampla foto do "Javary", chegando ao cais; em outras quatro, colunas, outra foto de aspecto do cais. Ocupando toda a página afora as fotos: a continuação da relação de coroas.

A página 4 teve uma coluna continuando a relação de coroas; ampla foto em cinco colunas do cortejo na Avenida 7 de setembro; outra foto do préstito na mesma avenida; em três colunas: “Em casa do dr. Medeiros”; “Representações”; “A casa onde nasceu o senador Pinheiro”. Nas quatro colunas restantes: “A conflagração européia”; “Sports” (dividindo espaço com as fotos acima citadas).

Na página 5, o “Serviço Telegraphico”, duas fotos, cada uma com quatro colunas, sobre os funerais em Porto Alegre; e 2,5 colunas com repercussão do assunto.

A cobertura seguiu nos dias restantes de setembro – igualmente já fora do limite de tempo investigado aqui, mas citada a título ilustrativo - embora menos intensa, e retomou o espaço generoso do jornal nos dias 8 e 9/10, apresentando e cobrindo as atividades do primeiro mês da morte de Pinheiro Machado.

O quadro a seguir ilustra o que foi tratado acima.

Quadro 8

COBERTURA D’A FEDERAÇÃO DE 10 A 20 DE SETEMBRO DE 1915		
Data/nº de páginas	**Página**	**Conteúdo**
09/09/1915, quinta-feira		Não circulou
10/09/1915, sexta-feira/6	Capa	Toda dedicada à cobertura do assunto, com uma manchete, uma sub-manchete, um subtítulo em destaque e outros menores e reprodução dos telegramas a Borges de Medeiros e a Salvador Pinheiro Machado. Sem foto ou ilustração.
	2	5,5 colunas de continuação dos telegramas e 1,5 coluna para matérias divididas em quatro subtítulos.
	3	Toda dedicada à cobertura do assunto, com seqüência aos subtítulos iniciados na página anterior (agora, 4), os telegramas e notas diversas.
	4	Toda a página dedicada à cobertura, no espaço Serviço Telegráfico, com textos separados pela procedência, sem títulos.
	5	Toda página dando seqüência á cobertura da página anterior, – exceto três anúncios publicitários.

11/09/1915, sábado/6	Capa	Toda dedicadaà cobertura, com manchete, sub-manchete, incluindo um artigo de três colunas, sem assinatura; reprodução de matéria do Diário Popular de Pelotas e telegramas a Borges de Medeiros. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto. Continuação dos telegramas a Borges, telegramas a Salvador, três outros subtítulos.
	3	Toda dedicada ao assunto, iniciando com a continuação do último subtítulo da página anterior, mais quatro subtítulos.
	4	Praticamente toda a página do Serviço Telegráfico dedicada ao assunto.
12/09/1915, domingo		Não circulou
13/09/1915, segunda/6	Capa	Toda dedicada ao assunto, com manchete, sub-manchete, reprodução de artigo de Dunshee de Abranches sobre Pinheiro Machado (1913) e dois subtítulos e início da reprodução dos telegramasa Borges. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto, com seqüência dos telegramas, telegramas a Salvador, convites para os funerais.
	3	Toda dedicada ao assunto,com seqüência dos telegramas a Salvador. Oito subtítulos.
	4	6,5 colunas da página (Serviço Telegráfico) ocupando-se do assunto.
14/09/1915, terça-feira/6	Capa	Toda dedicada ao assunto, com manchete, sub-manchete, artigo sem assinatura, telegramas a Borges e a Salvador. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto, com 1,5 coluna de seqüência dos telegramas a Salvador, 2,5 colunas com telegramas aos secretários do Interior e da Fazenda, duas colunas com três outros subtítulos, restante da página ocupado pela programação das cerimônias fúnebres em preparação.
	3	Toda dedicada ao assunto, com a continuação da programação iniciada na página anterior em quatro subtítulos.
	4	Quatro colunas do Serviço Telegráfico tratando do assunto.
15/09/1915, quarta-feira/6	Capa	Toda ao assunto, com manchete, sub-manchete, 4 subtítulos. Sem fotos ou ou ilustrações.
	2	Toda. Seqüência dos telegramas iniciados na anterior, em 4,5 colunas. Programa das homenagens fúnebres.
	3	Toda. Seqüência do programa e outras notas sobre os atos fúnebres.
	4	Duas colunas sobre o assunto.
16/09/1915, quinta-feira/6	Capa	Toda. Manchete, sub-manchete, quatro subtítulos. Sem fotos ou ilutrações.
	2	Toda, continuando os telegramas iniciados na anterior. Telegramas a

		Salvador. 11 subtítulos .
	3	Toda. Iniciando pela seqüência à cobertura da anterior.
	4	1,5 coluna de Serviços Telegráficos tratando do tema.
17/09/1915, sexta-feira/6	Capa	Toda, com manchete, sub-manchete, artigo assinado, telegramas a Borges. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda, iniciando com telegramas a Salvador, mais oito subtítulos.
	3	Dois-terços da página dedicados ao tema, com seqüência da cobertura da página anterior.
	4	4,5 colunas de Serviços Telegráficos dedicados ao tema.
18/09/1915, sábado/6	Capa	Toda. Ilustrada com ampla foto do corpo do senador deitado. Manchete e sub-manchete, mais título de texto principal. Dois subtítulos.
	2	Toda. Continuação do conteúdo da página anterior.
	3	Toda. Continuação da cobertura das páginas anteriores, com a relação das pessoas autorizadas aos funerais. Programação. Telegramas a Borges.
	4	Toda. Continuação dos telegramas. Telegramas a Salvador.
19/09/1915, domingo		Não circulou.
20/09/1915, segunda-feira/10	Capa	Toda. Manchete (pela primeira vez, diferente das anteriores) e sub-manchete (igual). Fotos de pintura *Pátria desollada* e do busto do senador, com destaque na página. Amplo texto de página inteira com quadro subtítulos, iniciando a reprodução dos discursos feitos nos funerais.
	2	Toda. Quatro colunas de continuação do discurso do orador oficial, restante com os demais pronunciamentos, antecedidos por título específico, mais a visitação à câmara ardente e a relação de coroas enviadas.
	3	Toda, com ampla foto do Javary, o navio que trouxe o corpo desde Rio Grande, e outra do cais do porto de Porto Alegre. Continuação da relação de coroas enviadas.
	4	Parte, com ampla foto do cortejo na Avenida 7 de Setembro e outra do cortejo na mesma rua. Continuação da relação de coroas enviadas. Três colunas com três outros subtítulos. Três colunas no total da página.
	5	Duas fotos sobre os funerais em Porto Alegre, mais a repercussão no Serviço Telegráfico.

Fonte: exemplares do jornal A Federação, de 10 a 20/09/1915, pesquisados pelo autor no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e microfilmes na Fundação Biblioteca Nacional

5.2.2 Correio da Manhã

Com redação à Rua do Ouvidor, 162, no Centro da então capital federal, o Correio da Manhã era, em 1915, um jornal em formato *standard*, que circulava diariamente, variando de oito a 12 páginas, divididas cada uma em oito colunas. Seu diretor era Edmundo Bittencourt que, ao final do século XIX, havia deixado o Rio Grande do Sul para estabelecer-se como advogado no Rio de Janeiro. Leão Velloso Filho era o chefe de redação, mas, seguindo um costume da época, usava o pseudônimo de "Gil Vidal".

O jornal estava no seu décimo quinto ano de vida, já consolidado como um dos principais do país, marcado por forte combatividade e caracterizado pelo uso generoso de fotografias, para os padrões da época. Suas edições eram divididas nas seções "Topicos&Noticias", "O Tempo Hontem e Hoje", "Pingos&Respingos", notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (páginas 3 e 4); (idem + "Sociedade" (página 5); continuação de anteriores + "Folhetim","Secção livre", anúncios (página 6); grandes anúncios, pequenas notícias (páginas 7 e 8); pequenos anúncios de aluga-se, vende-se e precisa-se (página 9); seqüência dos pequenos anúncios com alguns destacados (páginas 10 em diante).

Na sequência, faz-se a AFD do jornal entre 9 e 20 de setembro de 1915.

O Correio da Manhã nº 6.041, de 09 de setembro de 1915, quinta-feira, teve toda a sua capa dedicada ao assassinato do senador Pinheiro Machado, ocorrido na véspera, com título principal "O general Pinheiro Machado foi hontem, á tarde, assassinado no saguão do hotel dos Estrangeiros" e as seguintes linhas de apoio: "O criminoso, natural do Rio Grande do Sul, foi preso, declarando ter agido por conta própria/O que dizem as testemunhas de vistas da tragica scena/As Forças de terra e mar estão de promptidão".

Essa primeira página do jornal também apresentou uma foto recente em *close* de Pinheiro Machado, outra de Pinheiro Machado deixando o prédio do Senado na véspera e dirigindo-se ao seu automóvel, uma foto de Manço Paiva, (então, como Manso), o assassino.

A página 3 também foi completamente ocupada pelo assunto, com título principal "O assassinio do General Pinheiro Machado", a linha de apoio "O criminoso

narra á policia o homicidio e os motivos que o levaram a pratical-o", uma fotografia do corpo de Pinheiro Machado no Hotel dos Estrangeiros.

Na página 4 a continuação da cobertura, em 2,5 colunas de alto a baixo mais uma coluna até a metade.

No Correio da Manhã nº 6.042, de 10 de setembro de 1915, sexta-feira, a capa, mais uma vez de assunto único, teve um título principal genérico: "O assassinato do general Pinheiro Machado" e as linhas de apoio: "O corpo do vice-presidente do Senado será hoje transportado para o edifício daquella casa do Congresso"; "O criminoso continúa a affirmar que agiu por conta propria"; "A policia prossegue no inquerito para esclarecer a tragedia do Hotel dos Estrangeiros". Também apresentou nessa primeira página uma ilustração ampla, composta por retrato de Manço de Paiva, o punhal usado no crime e o bilhete encontrado com ele.

A página 3 continuou com a cobertura em toda a sua extensão, sob o título "A tragedia de ante-hontem" e as linhas de apoio: "Paiva Coimbra novamente interrogado, manteve ao chefe de policia as suas anteriores declarações"; "A policia toma providencias para evitar alteração da ordem publica". Uma fotografia da viúva, outra do quarto de pensão de Manço Paiva. E sob o título "Scena emocionante", um texto nessa página mostrava a reação da viúva à perda:

> Preparava-se o dr. Nabuco de Gouvêa para collocar o corpo do general Pinheiro Machado no caixão mortuário. Nesse momento, a exma. Viúva mandou chamar o dr. Nabuco e pediu-lhe que cortasse um cacho de cabelos do esposo. Recebendo-o da mão do dr. Nabuco mme. Pinheiro Machado levou-o aos lábios e vagarosamente foi se retirando, beijando aquella lembrança que molhava de lagrimas.

Ainda na página 3, um texto crítico ao diretor da Casa de Detenção, sob o título "Meira Lima apavora":

> ... o sr. Meira lima não é autoridade, nem aqui nem em parte alguma. Com o ódio de que se acha possuído pelo assassino do senador Pinheiro, o 'suicidio' de Paiva Coimbra são favas contadas, uma vez que a Detenção chegue a encerral-o num de seus cubículos.
>
> Se é assim o sr. Meira Lima, e é assim mesmo, não se compreende que elle continue a ser o carcereiro de pessoas que estão, por isso mesmo que são prisioneiras, sob a égide da lei.

> A administração policial já deve ser desatravancada desse inventor de resoluções.

Outro texto reproduziu declaração de Manço Paiva que atinge duas pessoas muito próximas ao senador Pinheiro Machado – seu secretário e seu sobrinho: "O meu logar é o mesmo que deve estar reservado ao Gilberto Amado, ao Antonio Pinheiro Machado, sobrinho do general. É para lá que quero ir"[108].

A página 4 também continuou a cobertura em quatro colunas de alto a baixo, mais uma coluna até a metade, descendo a detalhes sobre os hábitos turfísticos do senador falecido, o policiamento no Morro da Graça e o destino dado à cartola e à bengala que ele portava ao ser morto – "entregues á viúva".

No Correio da Manhã nº 6.043, de 11 de setembro de 1915, sábado, a capa inteira tratou do assunto, com a cartola "A tragedia do Hotel dos Estrangeiros", a manchete "O corpo do general Pinheiro Machado foi hontem trasladado do morro da Graça para o camara ardente do Senado" e as linhas de apoio "Prossegue o inquerito policial, continuando o criminoso sempre a affirmar que agiu por vontade propria"; "O 'Deodoro' transportal-o-á hoje para o Rio Grande do Sul, segundo desejo do Governo do Estado". Uma fotografia maior do cortejo fúnebre saindo do Morro da Graça, uma menor do cortejo chegando ao Senado.

A página 3 também foi toda dedicada ao assunto, incluindo um anúncio de filme sobre os funerais. Matérias em cinco colunas. Título: "O crime de Paiva Coimbra". Linhas de apoio: "O assassino do general Pinheiro Machado não irá para a Casa de Detenção, provado, como está, ser desertor do exercito"; "O 'Deodoro' levantará ferros logo que chegar a bordo o corpo do general". Anúncio ilustrado em 1/3 de página e duas colunas sobre o filme dos funerais, no Cinema Parisiense.

Na página 4, a seqüência da cobertura em duas colunas de notas diversas.

O Correio da Manhã nº 6.044, de 12 de setembro de 1915, domingo, mais uma vez dedicou integralmente a capa ao assunto, com cartola "A tragedia do Hotel dos Estrangeiros"; a manchete "O 'Deodoro' deixou, ontem, o nosso porto, conduzindo o

[108] Ambos envolveram-se em enfrentamentos que resultaram nas mortes dos adversários, e respondiam aos crimes em liberdade.

corpo do general Pinheiro Machado" e linhas de apoio "O corpo do general Pinheiro Machado"; "Prossegue na Delegacia do 6º Districto o inquerito policial".

Ainda na capa, dois blocos de fotografias, com cinco imagens: a carreta fúnebre chegando ao porto, o embarque do caixão no navio, o navio, a saída do corpo do Senado e o caixão sendo içado para bordo do navio.

A página 3 deu seguimento à cobertura do assunto em 2/3 da página, sob o título "Ainda o assassinato do general Pinheiro Machado".

Na página 4, a seqüência do assunto teve uma coluna.

Anúncio de meia página do Cine Avenida está na página 13: "Film em duas partes : Do Morro da Graça ao Senado; Do Senado ao Arsenal da Marinha", fazendo uma relação muito próxima do cinema com o jornalismo, especialmente pelo curto espaço de tempo com que o assunto conseguiu ser examinado e levado às telas.

O Correio da Manhã nº 6.045, de 13 de setembro de 1915, segunda-feira, manteve o assunto em pauta na sua capa, mas agora apenas com artigos sobre a "vida nacional" e não sobre o crime em si. Um dos artigos era assinado por "Gil Vidal", em uma coluna e um pedaço, com o título "Obra patriotica", instando o presidente da República a assumir a direção política do País:

> (...) O Brasil atravessa um dos mais graves períodos da sua existencia política. Nem, na sua historia, conhecemos outro de maior gravidade. Não voltamos, neste momento, os olhos para o passado, com o intuito de assignalar, mais uma vez, as responsabilidades pela situação em que elle se encontra. Meditemos no presente e olhemos o futuro (...)

A mesma página teve ainda o texto "Traços da semana (...)", do mesmo autor, sobre um preto velho que servia a um poderoso senhor e acaba por dar-lhe uma lição de vida e a ser considerado uma "alma branca". E "Topicos & Noticias", tratando da retomada das atividades do Senado após o luto por Pinheiro Machado.

A cobertura continuou em dois terços da página 3, com o título: "O crime de Paiva Coimbra" e as linhas de apoio: "Prossegue o inquerito no 6º discricto"; "Um incidente entre o deputado Irineu Machado e o autor da tragedia do Hotel dos Estrangeiros".

A página 11 repetiu o anúncio do filme do dia anterior.

O Correio da Manhã nº 6.046, de 14 de setembro de 1915, terça-feira, teve mais um artigo de "Gil Vidal" na capa, em uma coluna, sustentando que o PRC morreu com o assassinato de Pinheiro Machado.

> Acabou o Partido Republicano Conservador com a morte do seu chefe. Partido sem idéas, sem principios, sem um programma, pessoalissimo, não poderia sobreviver ao desapparecimento de quem era elle proprio o partido. Não é esse o P. R. C. na historia politica do mundo, o unico partido pessoal; outros tem havido e nenhum foi além da vida de quem o encarnou. Podem continuar, ainda, por algum tempo, os restos de uma organização partidaria com seu directorio eleito, com a sua representação, para fazer crer que o partido não morreu. Mas, de facto, não passarão de seus restos de simulacro do que elle foi. Os elementos que o compunham se vão desagregando aos poucos para se reunirem a outros agrupamentos politicos, onde os há. E, com o desapparecimento do sr. Pinheiro e do seu partido, a unica força que fica em pé, entre nós, é o presidente da Republica, que todos os políticos e politicantes, em porfia, tratarão de apoiar afim de merecer as graças e os favores officiaes. É o que quer, dizem os doutores do presidencialismo, o regimen, no que elles têm razão, o que confirma o conceito dos que qualificam esse regimen de uma autocracia electiva.

"Topicos & Noticias" criticou a interferência dos generais Pantaleão Telles e Joaquim Ignácio nas investigações policiais.

Na página 2, matéria sem título sobre as sessões da Câmara e do Senado, citando a "exploração partidária em torno da amante do assassino do senador Pinheiro Machado".

Na página 3, matéria em quatro colunas inteiras sob o título "O crime de Paiva Coimbra" e linha de apoio: "O assassino foi, hontem, ás 7 horas da noite, removido para a Casa de Detenção..."

> (...) em carro forte da Casa de Detenção precedido por um auto-socorro da brigada Policial, com praças da Infantaria e escoltado por 12 praças da Cavalaria. Seguido pelo automóvel da Policia, com Nascimento Silva, que pessoalmente 'entregou' Manço Paiva a Meira Lima.

O Correio da Manhã informava então que Manço de Paiva teria dito, ao despedir-se do xadrez:

> Não me protegeram, muito me fatigaram com os constantes interrogatórios, mas, felizmente, não fui martirizado. Não penso em me matar, mas, se for martyrizado, não resistirei e me suicidarei. Só nessa hipótese lançarei mão deste recurso para deixar a existencia.

E também revelava que o advogado Edmundo de Miranda Jordão, da Assistência Judiciária, impetrou pedido de *habeas corpus* em favor de Manço de Paiva.

A 15 de setembo de 1915, uma quarta-feira, o Correio da Manhã nº 6.047 teve em "Topicos & Noticias", em duas colunas inteiras de sua capa, "O segundo inquerito", matéria sem alusão direta ao crime, mas como manchete: "Correram hontem á noite, boatos de um movimento rebelionario" – em três colunas em meia página.

Na página 3, três colunas inteiras, cobertura sob o título "O crime de Paiva Coimbra" e as linhas de apoio: "O chefe de policia resolveu abrir um novo inquerito, para apurar o falado 'complot'"; "Outras notas sobre a tragedia do Hotel dos Estrangeiros". Segundo o jornal, o capitão Meira Lima reuniu-se com o ministro da Justiça, Carlos Maximiliano, recebendo dele recomendações de cuidados especiais para com Manço Paiva; o assassino está preso "no cubículo 1 da 1ª Galeria da Casa de Detenção", e sua incomunicabilidade, cessada com a transferência do xadrez para a penitenciária, só foi comunicada ao advogado Jordão no dia 17.

O Correio da Manhã nº 6.048, de 16 de setembro de 1915, quinta-feira, abordou na capa o boato do dia anterior, em meia página, sob "Topicos & Noticias": "A Hydra" – sobre o momento político e mais uma vez instando Wenceslau Braz a ocupar a liderança do país. No mesmo espaço, resposta aos políticos que culpam a "imprensa amarella" pela morte de Pinheiro Machado, em meia coluna. Idem, em texto de seis parágrafos sobre Alcides Maya, lembrando que "ontem ele criticava Pinheiro Machado e hoje o venera" graças aos benefícios que dele recebera, entre as quais a eleição para a Academia Brasileira de Letras e empregos públicos. Mais informações sobre os boatos de movimento revolucionário, sem alusão ao crime de Pinheiro Machado.

Na página 3, três colunas em dois terços de página, sob o título "O crime de Paiva Coimbra" e linhas de apoio "Foi iniciado hontem o novo inquerito, tendo sido ouvidos varios individuos"; "A missa rezada hontem na Candelaria por alma do general Pinheiro".

Em 17 de setembro de 1915, uma sexta-feira, o Correio da Manhã nº 6.049 já não teve matéria na capa sobre o assassinato de Pinheiro Machado e suas consequências. O assunto só apareceu na página 3, com duas colunas inteiras, pouco menos de meia página, com o titulo "O crime de Paiva Coimbra" e linhas de apoio "O

preso resolveu constituir seus advogados o dr. Caio Monteiro de Barros e o academico Demetrio Haman"; "Varios politicos (...)"; "O dia no Senado"; "O sr. Azevedo pede a união de todos os republicanos"; "O sr. Rodrigues vae ou não vae?".

O tema voltou à capa do Correio da Manhã de 18 de setembro de 1915, sábado, edição nº 6.050, com artigo de "Gil Vidal": "O momento político", sobre o PRC, em 1,5 coluna. "Topicos & Noticias" em cinco parágrafos sobre o desgosto dos gaúchos com a conduta do marechal Hermes.

Na página 3, três colunas em meia página, com o titulo: "A Tragedia do Hotel dos Estrangeiros". Linhas de apoio: "Foi suspensa a incommunicabilidade de Manso de Paiva"; "O segundo inquerito adiado por ter adoecido o dr. Albuquerque de Mello". Fotografia de grupo de estudantes saindo de visita à Detenção – boato de que Manço Paiva havia fugido.

No Correio da Manhã nº 6.051, de 19 de setembro de 1915, domingo, a coluna de capa "Topicos & Noticias", sob o título "Hontem e hoje", abordou o que chamou de hipocrisia da política, tratando da candidatura de Hermes da Fonseca gerada por Pinheiro Machado – em uma coluna. Também fez referências à situação do PRC, tratou da demissão de Aurelino Leal – e, citando o Jornal do Commercio, da intenção de Hermes da Fonseca de renunciar ao Senado pelo Rio Grande do Sul.

A 20 de setembro de 1915, uma segunda-feira, o Correio da Manhã nº 6.052, o assunto da capa, em matéria de sete parágrafos com o título "Manifestações de 'urucubaca' em São Paulo", tratou do azar do Marechal Hermes da Fonseca.

Na página 3, "O crime de Paiva Coimbra", com a linha de apoio: "O corpo do general Pinheiro Machado foi hontem sepultado em Porto Alegre" – matéria em 17 parágrafos, uma coluna, dois terços de página. A mesma edição veiculou a denúncia do promotor Mafra de Laet contra Manço de Paiva, com base no inquérito policial.

Nos dias seguintes – já fora do limite de tempo desta investigação, mas, novamente, aqui citados a título ilustrativo -, o assunto gradualmente foi se esgotando nas páginas do jornal carioca, vez que outra renovado por um fato novo como o do dia 24 de setembro, com a definição de Caio Monteiro de Carvalho como advogado de Manço de Paiva, de imediato alegando motivação política no crime. Essa tentativa

persistiria até 1917, quando após seis adiamentos, ocorreu o julgamento, com a imposição da pena máxima de 30 anos ao assassino.

O quadro a seguir resume o que foi abordado acima.

Quadro 9

COBERTURA DO CORREIO DA MANHÃ, DE 09 A 20 DE SETEMBRO DE 1915		
Data/N° de páginas	**Página**	**Conteúdo**
09/09/1915, quinta-feira/12	Capa	Toda dedicada ao tema. Uma manchete, três sub-manchetes, três fotos.
	3	Toda dedicada ao tema. Um título principal, um sub-título, uma foto
	4	3 colunas dedicadas ao tema como continuação dos textos da página anterior
10/09/1915, sexta-feira/12	Capa	Toda dedicada ao tema. Uma manchete, quatro sub-manchetes, uma ilustração.
	3	Toda dedicada ao tema. Um título, dois sub-títulos, duas fotos.
	4	4,5 colunas dedicadas ao tema.
11/09/1915, sábado/12	Capa	Toda dedicada ao tema. Uma cartola, uma manchete, duas sub-manchetes, três fotos.
	3	Seis colunas dedicadas ao tema. Um título, dois sub-títulos, um anúncio de filme sobre os funerais.
	4	Duas colunas da página com referências ao tema em Notas Diversas.
12/09/1915, domingo/14	Capa	Toda dedicada ao tema. Cartola, manchete, duas sub-manchetes, cinco fotos agrupadas em dois blocos.
	3	Três colunas dedicadas ao tema.
	4	Uma coluna em continuação à cobertura do tema da página anterior.
	13	Anúncio de meia-página de filme sobre os funerais.
13/09/1915, segunda-feira/12	Capa	O assunto divide-se entre a notícia sobre o Senado e dois artigos assinados sobre o momento político.
	3	Três colunas de cobertura sobre o assunto, com um título e um sub-título.
	4	O mesmo anúncio do dia anterior do filme sobre os funerais.

14/109/1915, terça-feira/12	Capa	Artigo (uma coluna, sobre o "fim do PRC") e referências esparsas ao assunto em Tópicos & Notícias.
	2	Três colunas sobre as sessões da Câmara e do Senado criticando a exploração do assasinato.
	3	Quatro colunas de cobertura sobre o crime, com um título e um sub-título.
15/09/1915, quarta-feira/12	Capa	Cobertura restrita a Tópicos& Notícias. OBS: manchete sem alusão ao assunto, falando de boato sobre rebelião política.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois sub-títulos.
16/09/1915, quinta-feira/14	Capa	O assunto aparece indiretamente em Tópicos & Notas, num texto que critica Alcides Maia, antes oponente, agora apoiador de Pinheiro Machado.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois sub-títulos.
17/09/1915, sexta-feira/12	3	Duas colunas de cobertura ao crime, com um título e dois subtítulos. Duas outras colunas com referências ao assunto em O Dia no Senado.
18/09/1915, sábado/12	Capa	1,5 coluna de artigo sobre o o momento político e cinco parágrafos de Tópicos & Notas sobre a conduta do Marechal Hermes.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois subtítulos.
19/09/1915, domingo/14	Capa	Três colunas de referências esparsas ao assunto em Tópicos & Notas.
20/09/1915, segunda/12	Capa	Uma coluna com referência indireta ao assunto.
	3	Uma coluna de cobertura do sepultamento de Pinheiro Machado em Porto Alegre, com um título e um subtítulo.

Fonte: jornal Correio da Manhã, de 9 a 20 de setembro de 1915, em exemplares pesquisados pelo autor no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e em microfilmes na Fundação Biblioteca Nacional

5.2.3 Usos da ideologia

Os conteúdos acima apresentados, constituídos por manchetes, títulos, linhas de apoio, subtítulos e excertos de textos veiculados pel'A Federação e pelo Correio da Manhã, são, agora, submetidos ao que Thompson (2002) define, criticamente, como modos e estratégias de ideologia: a forma pela qual o sentido das coisas é usado para estabelecer ou manter relações de dominação.

Permite-se interpretar que essas formas de dominação tanto podem ser as já estabelecidas, pelo poder vigente – portanto, a serem mantidas; quanto as pretendidas por quem aspira substituir esse poder vigente e, enquanto essa possibilidade não se confirma, lhe faz oposição – logo, a serem ainda inseridas. A ideologia, sob o viés apresentado pelo autor, está, assim, presente nas manifestações políticas de grupos, indivíduos, movimentos e instituições – e, entre estas, os meios de comunicação como os que aqui se analisa.

Como elemento ilustrativo a rememorar fórmula de Thompson apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 10

MODOS E ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	
Modos	**Estratégias**
Legitimação	Racionalização, universalização, narrativização.
Dissimulação	Deslocamento, eufemização, tropo.
Unificação	Padronização, simbolização a unidade.
Fragmentação	Diferenciação, expurgo do outro.
Reificação	Naturalização, eternalização, nominalização/passivização.

Fonte: Thompson (2002). Elaboração do autor

Como já informado, A Federação foi um jornal partidário, surgido em 1884 e mantido até 1937 nessa condição, como veículo oficial do Partido Republicano gaúcho e de seus sucedâneos no período. Seu objetivo central, por consequência, sempre foi o de divulgar as ideias e os agentes do republicanismo, assim como de combater os pensamentos adversos a essa linha. Essa postura, por natural, já o insere no que Thompson chama de modo de *legitimização* da ideologia, por meio das estratégias de *racionalização*, *universalização* e *narrativização*.

Vale lembrar o que sustenta Thompson (2002): a *legitimização* apresenta as relações de dominação como justas e dignas de apoio, fundamentando-se na *racionalização*, por meio de uma cadeia de raciocínio destinada a convencer a

audiência; da *universalização*, como se um conjunto de acordos parciais servisse automaticamente ao todo; e pela *narrativização*, através da qual o passado é usado como forma de tornar o presente eterno e aceitável.

Coberturas jornalísticas de mortes de entes públicos recorrem, por natural, à *narrativização* como forma de ressaltar trajetórias políticas. A Federação não fugiu à regra, com a diferença de que, sendo "correligionária" de Pinheiro Machado e tendo-lhe como um de seus "chefes" e "amigos", o fez valorizando sua condição como republicano "histórico" no Brasil. Em setembro de 1915, a República ainda não havia completado 26 anos de existência, mas os feitos de Pinheiro Machado foram inseridos no extensivo obituário iniciado na capa da edição do dia 10, relacionando sua participação na defesa do regime republicano, ao tempo do Império, no engajamento ao PRR, na decisão de implantar a própria A Federação, nas articulações em defesa dos interesses republicanos junto aos poderes, no Rio de Janeiro, na sustentação do regime e no combate aos movimentos restauratórios da Monarquia, na criação de um partido republicano de âmbito nacional, o PRC e na constante atenção aos interesses do Rio Grande do Sul, como seu representante no Congresso Nacional.

O mesmo modo e a mesma estratégia de operação da ideologia, evidenciando a qualidade do morto ilustre, se fizeram presentes, ainda, nos textos "Cobarde assassinato", assinado pelo então comandante da Brigada Militar, tenente-coronel Affonso Emilio Chassot, veiculado em meio à sequência da cobertura, na página 2, sob o título "Commando Geral da Brigada Militar", que na verdade era a reprodução da ordem do dia; e "Punhal e cinzel", destacado na capa de 11 de setembro de 1915, sem assinatura, tratando dos atributos de um "pai da República", ironicamente morto por um "desocupado". Também valorizam a vida a e obra de Pinheiro Machado o texto de Dunshee de Abranches "Memorias de jornalista/Pinheiro Machado", originalmente publicado em O Paiz e "Martyr da República", antes veiculado no Diário Popular - ambos reproduzidos pelo jornal porto-alegrense na capa de 13 de setembro de 1915.

Essa linha de confirmação da memória do morto teve continuidade em todas as edições analisadas para o presente trabalho, por textos da própria redação ou aproveitados de terceiros. Apareceu na edição do dia 15 de setembro, nos textos "O Senador, de Ulysses de Nonohay, que apresenta Pinheiro Machado como o "titan"; e "O martyr", de Nominando Silva. Também em 16 de setembro, com "Morto redivivo", sem

assinatura; 17 de setembro, em "Traído", de Junot Barreiros e se estendeu a 20 de setembro, dia seguinte ao enterro do senador no Cemitério da Santa Casa, em Porto Alegre – com uma extensa ilustração alegórica de Helio Salinger na capa, "Patria desollada", representando o pranto da mãe brasileira pela perda de seu filho predileto.

Como o próprio Thompon (2002) registra, modos e estratégias de operação da ideologia podem ser usados cumulativamente pelas formas simbólicas. É bastante provável que tal tenha acontecido com A Federação, no perído aqui examinado. Deu-se destaque, nesta fase do trabalho, porém, à sua condição de porta-voz do partido do político falecido em que o modo e as estratégias acima identificados se evidenciaram.

Passa-se agora a identificar os modos e estratégias de operação da ideologia no Correio da Manhã, tendo por base textos veiculados entre os dias 9 e 12 de setembro de 1915.

Embora tenha participado como soldado voluntário na Guerra do Paraguai, quando era ainda um adolescente; e já na maturidade, como comandante de tropas na chamada Revolução Federalista, Pinheiro Machado foi muito mais um político do que um militar. Seu desempenho no conflito de 1893 a 1895, em que, à frente da Divisão Norte, derrotou o temido Gumercindo Saraiva[109], que comandava tropas rebeldes, valeu-lhe o titulo honorífico de general. Mas foi a bandeira republicana a que desfraldou o político gaúcho em toda a sua trajetória, desde as conspirações nos bancos universitários, entre os anos de 1874 e 1878, até a implantação do novo regime, em 1889. Chamá-lo com insistência de "general", como fez rotineiramente o Correio da Manhã em seus materiais jornalísticos pode, portanto, ser interpretado como uma provocação do jornal ao desafeto, cuja trajetória política – e não, militar – completava 25 anos de Senado em 1915.

Surpreendido pelo assassinato do senador, o Correio da Manhã manteve a mesma designação como chamada de seus conteúdos durante a cobertura do crime, dos funerais no Rio de Janeiro e, a seguir, em Porto Alegre: "O assassinato do **general** Pinheiro Machado" – grifo do doutorando. Tal insistência, a sutilmente envolver uma denúncia partida do jornal que, em 1910, cunhou a expressão "campanha civilista" para

[109] Gumercindo Saraiva (1852/1894): comandante militar a serviço da Revolução Federalista, estrategista reconhecido por sua prática de guerrilha, morreu em combate na Batalha de Carovi. Dentro dos horrores que caracterizaram ambas facções em disputa, dois dias depois de sepultado, foi desenterrado e teve o corpo degolado, com a cabeça sendo enviada a Júlio de Castilhos, como prova de sua extinção.

diferenciar o "civil" Ruy Barbosa do "marechal" Deodoro da Fonseca, se insere no que Thompson (2002) classifica de modo de *fragmentação* da ideologia (segmentação de indivíduos que representam perigo ao poder), neste caso por meio da estratégia de *diferenciação*, por enfatizar a condição militar do político como elemento a obstruir a dominação pretendida – pelo jornal.

Outra estratégia desse mesmo modo de operação ideológica, o *expurgo do outro*, foi, aliás, usada à extensão pela publicação carioca na sua relação com Pinheiro Machado (tema de interesse aqui) e, especialmente, com o ex-presidente Hermes da Fonseca. Nessa estratégia de fragmentação, é "construído" um "inimigo coletivo", alguém "a serviço do mal" e que, por isso mesmo, deve ser hostilizado por todos e por todos combatido. Esse posicionamento do Correio da Manhã perdurou enquanto houve relação com o senador e, no período específico aqui analisado, é exemplificado no trecho de sua matéria de capa, a 9 de setembro de 1915 – aquela sob o título "O assassinato do general Pinheiro Machado":

> Desejamos **extinguir** não o sr. Pinheiro, mas o **seu poder**, a **força de sua acção discrecionaria** sobre todos os governos que se succediam, o **absolutismo** parlamentar, de que elle fôra creador, para rebaixamento e descrédito do regimen representativo. Queriamol-o **vencido**, mas vivo (grifos nossos).

No seu esforço por desvincular-se do crime em que foi vítima alguém a quem combateu sistematicamente, o Correio da Manhã passou a tratar Pinheiro Machado como "senador", nos textos, apesar da condição militar com que o designava nos títulos. Incorreu, assim, no que Thompson (2002) classifica de *dissimulação* da operação da ideologia, através da estratégia de *deslocamento*. Nesta, as conotações positivas ou negativas – no caso, em relação à pessoa - são transferidas:

> A lamina de um punhal encerrou hontem, subitamente, a vida do senador Pinheiro Machado; e **esse homem de vontade de aço** (...)
>
> O sr. Pinheiro, embora velho, não era um desiludido ou blasé; tinha, na sua **alma de ferro**, constantemente acesa a paixão do mando. **Conhecedor dos homens**, em cujo convívio aprehendia a ser psychologo, sabia como os conquistar. Uma das suas armas predilectas era a cortesia diplomática. E foi quando se encaminhava para a exercer mais uma vez que o seu assassino o apunhalou.
>
> Morreu, assim, como **um verdadeiro estrategista político**: na acção ... (grifos nossos).

Em texto de sua edição de 10 de setembro de 1915, o jornal também exerce o modo *legitimação* de operação da ideologia – neste caso, voltado para si próprio, para apresentar como justas e dignas de apoio as relações que propõe. Assassinado o "inimigo", era preciso desvincular-se de qualquer suspeita de participação na sua morte. A estratégia que se expõe do texto é a da *racionalização* - pela qual o produtor da forma simbólica apresenta argumentos para persuadir sua audiência de que o que defende é digno de crédito - visível no trecho a seguir:

> É ocioso procurar, com a exploração partidária, dar ao acto do criminoso significação diversa da que elle tem. Nenhum homem de responsabilidade lhe emprestou, mesmo implicitamente, seguir a sua benevolência; e a morte do senador Pinheiro Machado, pranteada na Câmara por vinte e tantos oradores, representantes das correntes políticas e dos grupos políticos mais diversos, chorada nos jornais que foram os seus mais intransigentes adversários, recebida pela população como uma fatalidade inútil, não póde dignamente servir de ensejo a recriminações (...)
>
> (...) é profundamente extranhavel que pretendamos apurar as causas remotas do crime, attribuindo-as á campanha da imprensa contra o morto, quando é certo que essa campanha não foi feita sem os mais duros perigos e poderia hoje ter, egualmente, os seus martyres immolados não já pelos assassinos que se arriscam ás incertezas do seu golpe, mas pelos que sentem atraz de si o poder sem contraste, garantidos na impunidade.
>
> (...) Nunca fomos, neste jornal, órgão de sentimentos desequilibrados; nunca accendemos o estopim das reivindicações espúrias, que disfarçam o punhal (...); nunca combatemos pelo desejo de pregar a desordem, de instigar ao delicto. E, na critica vehemente que não deixamos em caso algum de formular contra os indivíduos, quando entediamos que elles, no exercício das funcções publicas, mentiam á nação, jamais se encontrou o resaibo, o vislumbre, a somra, a possibilidade dum conselho máo ou dum cortejo de paixões subalternas. E as tempestades nunca as armamos contra os outros, sem dellas primeiro experimentar.
>
> (...) não nos julgamos attingidos pela baixa exploração feita em volta do cadáver do senador Pinheiro Machado e levada mesmo á tribuna da Câmara, com o applauso de alguns membros isolados da representação rio-grandense e por um membro dessa representação repetido no Senado. Mas temos o dever de repellil-a, enfrentando os que, no desespero que lhes trouxeram as tristes conseqüências dos seus erros anteriores, porfiam por dar a outrem a responsabilidade dos ventos que só elles sopraram.

A 11 de setembro de 1915, o Correio da Manhã continuou com a *racionalização* em torno de seu posicionamento quanto a Pinheiro Machado, persistindo, portanto, no modo *legitimação* de operação da ideologia.

> Se há algum indicio que houve o contrario – que o apure a policia, que aja, que interrogue, que esmerilhe e esmiúce, e de tudo dê logo conhecimento á nação. O que não póde continuar é a accusação sob a forma de insinuação. Os políticos que se têm externado nesse sentido devem ser interrogados, devem explicar porque é que acreditam na existência dum conluio de que o assassino do sr. Pinheiro tenha sido a expressão inelludivel. Precisamos acabar com essas reticências e meias palavras, para que não acreditemos, e com justo motivo, que os verdadeiros conspiradores são os que assim procedem, lançando a duvida nos espíritos e preparando artificialmente uma situação que não existe.

A argumentação do diário persistiu em simultaneidade à sua cobertura dos acontecimentos decorrentes da morte de Pinheiro Machado. Mas o jornal também abriu espaço para continuar seu combate ao marechal Hermes da Fonseca, veiculando, a 12 de setembro de 1915, um texto, mais uma vez, editorializado, em que estranhava a ausência do ex-presidente da República nos atos fúnebres do amigo e correligionário.

> Entre as pessoas que acompanharam as hommenagens prestadas ao corpo do senador Pinheiro Machado, **ninguém vio** o marechal Hermes.
>
> (...)
>
> E o marechal era, sabe-se, o único homem que tinha o seu logar ... no cortejo.
>
> (...)
>
> (...) a ultima ordem do chefe político, dada ... antes de morrer, foi convencendo os membros do Senado para apressarem, no dia seguinte, **o reconhecimento do malfadado candidato**.
>
> Como, pois, admitir que o marechal deixasse ficar **vago no cortejo fúnebre do amigo** o logar que lhe cabia? Como justificar ... contrário, defendel-o ou explical-o? (grifos nossos).

Repete-se, na veiculação do conteúdo, a estratégia de *expurgo do outro* do modo *fragmentação* de operação da ideologia – o outro, aqui, representando pelo marechal Hermes da Fonseca. O Correio da Manhã retoma sua visão de que trata-se de um "inimigo coletivo" e volta a combatê-lo, responsabilizando-o pela morte do senador, eis

que foi a indicação de sua candidatura ao Senado que fez recrudescer a oposição do tempo em que era presidente da República.

5.3 Interpretação/Reinterpretação de A Federação e Correio da Manhã

Nesta fase da tríplice análise, faz-se simultaneamente a interpretação e a reinterpretação dos conteúdos veiculados pelos jornais em exame, na justa tentativa de buscar respostas a perguntas como: o que as formas simbólicas divulgaram a respeito das situações sob exame, e que entendimento se pode extrair dessas leituras e releituras?

Como ensina Thompson (2002), a interpretação vale-se da ASH e da AFD, fases anteriores do processo hermenêutico, indo além da contextualização e da descrição dos conteúdos, agora em busca de novos significados. Esta pesquisa recorre também ao exame do uso de modos e estratégias da ideologia, pelos jornais, na sua relação com os políticos.

Portanto, para o atual momento deste trabalho, objetiva-se verificar o que os jornais A Federação e Correio da Manhã comunicaram a seus públicos sobre Pinheiro Machado e os acontecimentos que o envolveram e, em especial, o que resultou na sua morte.

Os levantamentos conjunturais, efetuados durante a ASH, e os estruturais, que caracterizam a AFD como passo seguinte da tríplice análise, constituem, assim, a base do que se passa a interpretar – assim como o já abordado uso de modos e estratégias da ideologia -, tendo por material empírico edições esparsas dos dois jornais ao longo da trajetória republicana de Pinheiro Machado, e exemplares específicos relacionadas às circunstâncias que levaram ao 8 de setembro de 1915.

Para o jornal porto-alegrense, Pinheiro Machado foi, em vida, um "companheiro", como liderança nacional do PRR envolvido, inclusive, na sua fundação, como uma das figuras "históricas" tanto da luta pela República quanto de sua instauração em 1889. Portanto, para essa publicação, o senador gaúcho teve importância similar à dada aos dois presidentes estaduais no período que se estendeu até 1915: o fundador, Júlio de Castilhos, e seu sucessor, Borges de Medeiros. Com a morte prematura de Castilhos em 1903, Borges, no Rio Grande do Sul e Pinheiro Machado,

nacionalmente, continuaram a receber tratamento privilegiado, expresso em palavras reverenciais que costumavam acompanhar seus nomes nos conteúdos jornalísticos.

Especificamente para o parlamentar, o diário costumava destinar a expressão "nosso amigo", a anteceder seus títulos de notório reconhecimento: senador, eleito desde 1890; e general, cargo honorífico a que fez jus pela participação da Revolução Federalista, no comando tropas governistas e impondo derrotas acachapantes aos adversários. A Federação dedicou-lhe também amplas coberturas quando de suas visitas anuais ao Rio Grande do Sul - e cobertura rotineira de suas atividades no Rio de Janeiro.

Publicou em 1906, por exemplo, detalhes exclusivos sobre o duelo que envolveu Pinheiro Machado e o jornalista Edmundo Bittencourt, proprietário do Correio da Manhã. De acordo com a matéria então veiculada, o político gaúcho foi elegante três vezes, no episódio: ao dar ao adversário a chance do primeiro tiro, que ele errou; a seguir, ao atingi-lo numa região superficial – as nádegas – e, finalmente, colocando seu automóvel à disposição para transportar o ferido até um posto de atendimento médico. Uma leitura possível do subtexto do conteúdo de A Federação a respeito desse acontecimento é o da humilhação de alguém cuja vida foi poupada, embora marcada para sempre pela claudicância consequente do tiro que o havia atingido.

Quando da campanha sucessória de 1910, em que Pinheiro Machado foi um dos articuladores da candidatura do marechal Hermes da Fonseca, o jornal do PRR, por óbvio, posicionou-se em sua sustentação. Eleito o militar após uma campanha política até então sem precedentes na vida brasileira, A Federação permaneceu a apoiá-lo, mesmo quando quase a totalidade da imprensa brasileira fazia opção oposta. Foi com naturalidade, portanto, que o diário encarou a indicação do ex-presidente como candidato ao Senado, articulada por Pinheiro Machado e apoiada por Borges de Medeiros, computando as críticas para um e para outro como fruto da disputa política. E, sendo ela própria um agente dessa disputa, a publicação gaúcha não poupou os adversários de seu julgamento crítico.

Assim, ao vitimar-se Pinheiro Machado em 8 de setembro de 1915, sem que lhe tivesse sido possível dar posse ao novo senador, A Federação postou-se como correligionária e abriu mão da vocação de informar o público: em luto, evidenciou a perda de um ente querido e não saiu às bancas no dia seguinte ao crime. Do dia 10 à data de sepultamento do corpo do senador, a "dor" pelo passamento do político do PRR

estampou-se na combinação da manchete e da linha de apoio que se repetiram em suas capas por todos esses dias, algo incomum nas práticas jornalísticas - já então e impensável na atualidade - muito mais ainda pelos textos que as acompanharam e pelos que foram publicados em suas páginas internas.

A Federação usou denominações superlativas para falar do morto: "martyr da República", "egregio senador", "morto redivivo", "eminente republicano rio-grandense", "grande brasileiro". Por repetidas vezes o chamou de "traído", ressaltando o seu papel de representante histórico da luta pela implantação e preservação da República. O jornal também assumiu uma postura de "representação" do falecido, ao receber, e estimular a recepção, de milhares de cartas de pêsames endereçadas à redação, veiculadas com igual destaque dado às manifestações encaminhadas ao presidente estadual, Borges de Medeiros; e ao vice-presidente no exercício da presidência, o general Salvador Pinheiro Machado – irmão do senador.

Pelo exposto acima, acrescido das constatações expressas no subcapítulo do uso de ideologia, parece evidente o esforço de A Federação para "construir" uma imagem positiva para Pinheiro Machado. Reverenciado em vida, como correligionário, o senador foi idealizado a partir da sua morte, como um "herói", a quem os brasileiros devem agradecimento pela implantação e pela preservação da República. Pode-se afirmar, então já abstraindo um pouco do objeto aqui estudado e estendendo a "leitura" sobre o que restou de Pinheiro Machado no Rio Grande do Sul, que a tentativa do jornal partidário foi bem sucedida entre os gaúchos, que o reconhecem dando seu nome a ruas, praças e a uma cidade ao Sul do Estado.

Para Manço de Paiva, o "orgam do Partido Republicano" do Rio Grande do Sul destinou expressões ásperas. Ora tratou-o como "facínora", ora como "miserável", "covarde" e "sicário" – e, em algumas edições, com todos esses adjetivos colocados no material de cobertura do crime e dos seus desdobramentos e/ou como sinônimos de "assassino". O jornal posicionou-se, igualmente, contrário à tese[110] inicial de que Manço de Paiva havia sido autor exclusivo do assassinato, exposta pelo próprio e assumida por parte da imprensa e do governo federal.

[110] Tese que acabou prevalecendo com o tempo, pela ausência de provas em contrário e pela insistência com que Manço Paiva a defendeu por toda a vida, dentro e fora da prisão.

Para o governo e o presidente Wenceslau Braz, aliás, A Federação conduziu alguma cobrança, embora tênue, de que as investigações levassem aos "verdadeiros mandantes". Já para os meios de comunicação que, antes, haviam sido duros críticos do governo de Hermes da Fonseca, da influência de Pinheiro Machado sobre ele e da posterior indicação do marechal para concorrer ao Senado pelo Rio Grande do Sul, o jornal cunhou a definição "imprensa oposicionista", eventualmente acompanhada da "imprensa amarela".

Passa-se, agora, para a interpretação/reinterpretação dos conteúdos jornalísticos veiculados pelo Correio da Manhã tendo Pinheiro Machado como personagem.

Embora o Correio da Manhã tivesse concentrado sua força crítica contra os presidentes da República desde sua fundação em 1901, o nome de Pinheiro Machado começou a circular no jornal à medida que sua influência crescia. Contemporâneo e conterrâneo do senador, o proprietário do jornal, que se radicou no Rio de Janeiro ao final do século XIX, havia levado de sua permanência no Rio Grande do Sul os efeitos das disputas políticas, ex-jornalista que fora de A Reforma. Lembre-se que esse era o jornal oficial do Partido Liberal (durante o Império), depois chamado Partido Federalista (sob a Primeira República). Edmundo Bittencourt estava, portanto, na linha de confronto com o PRR e seus dirigentes.

Numa época de forte personalismo no Jornalismo, em que os principais conteúdos eram muito distantes do que se compreende hoje como notícia, os textos de Bittencourt e de grande parte de seus subordinados visavam a atacar os governantes. Essa prática, que o jornal inaugurou desde seu exemplar número 1, a 15 de junho de 1901, atingiu por completo o governo de Campos Salles (1898/1902), talvez o primeiro a sujeitar-se mais diretamente à influência de Pinheiro Machado. O presidente da República e seu representante e correligionário no Senado foram, assim, alvos preferenciais.

Sistemáticas acusações de irregularidades envolvendo Pinheiro Machado em aquisições de terras no interior do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, formuladas por outro jornal e reproduzidas pelo Correio da Manhã, levaram o senador a desafiar Bittencourt para um duelo, em 1906. Indignou particularmente o político gaúcho o fato de o diário da capital fluminense não ter veiculado as correções à notícia, feitas pela

fonte original. Nem a mediação do experiente jornalista Gilberto Amado[111], contratado como uma espécie de secretário de imprensa por Pinheiro Machado, foi capaz de alterar o tom do jornal.

Como era hábito em situações de enfrentamento, os adversários compareciam ao duelo acompanhados por dois padrinhos de cada lado. Um dos escolhidos por Pinheiro Machado foi Hermes da Fonseca – que seria presidente da República dentro de quatro anos. O outro, Rivadávia da Cunha Correia, futuro ministro da Justiça e Prefeito do Distrito Federal. Como já informado, a refrega foi vencida pelo senador, que impôs a humilhação ao jornalista, na forma de um caminhar manco que o acompanhou pelo resto da vida. Pode ser que a ira do Correio do Manhã em direção a essas três personagens e, especialmente às duas primeiras, refletisse o rancor de Bittencourt com a derrota que lhe foi imposta nas areias da praia de Ipanema em 1906.

Ao longo do período em que conviveram, o Correio da Manhã e Pinheiro Machado foram, portanto, ilustres inimigos. O jornal de Bittencourt usava preferencialmente o termo "general" para qualificar o vice-presidente do Senado, alternando raramente para esta última condição e, muito raramente, para "senador" – conforme tratado no subcapítulo anterior. Como de hábito no jornalismo brasileiro de então, valia-se também do tratamento formal, abreviadamente, com "sr." em minúsculas a anteceder o nome da fonte.

Quando dos episódios que culminaram com o assassinato do político sul-rio-grandense, o diário não alterou esse tratamento. Pode-se interpretar que, nos conteúdos imediatamente antecedentes ao crime, Pinheiro Machado foi tratado primeiro como político em decadência, a seguir como alguém que buscava uma sobrevida e, na sua vencedora tentativa de tornar Hermes da Fonseca candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul, como se estivesse debochando da Nação. O jornal do homem a quem o político gaúcho derrotara em duelo buscava transformá-lo, aos olhos de seus leitores, como um "vilão".

Consumado o atentado à sua vida, restaram-lhe no Correio da Manhã os epítetos anteriores, mas agora desfeitos de conotação pejorativa. As críticas, a partir da edição de 9 de setembro, foram dirigidas ao partido do qual ele era presidente, o Republicano

[111] Gilberto Amado (1887/1969): jornalista, escritor, político e diplomata, natural do Sergipe. Foi secretário de Pinheiro Machado na década inicial do século XX,

Conservador. “Partido sem ideias”, “partido sem princípios”, “partido pessoal” foram termos dirigidos ao PRC pelo jornal. “Morreu com Pinheiro Machado”, “desagregado por dissidências” também são expressões que aparecem no período em relação à agremiação.

O acontecimento, em si, recebeu do Correio da Manhã a definição de “tragédia”, com o momento nacional de então sendo classificado como “dos mais graves da história”. O jornal, como que absorvendo as críticas circulantes em publicações como O Paiz, no Rio e A Federação, no Rio Grande, refutou a denominação “imprensa amarela” e reclamou da exploração partidária da morte. Para Manço de Paiva, foi dirigida nos textos sobre o assassinato a palavra “criminoso” – mas o diário sempre ressaltou suas declarações de que havia agido por vontade própria. Numa de suas edições, na primeira semana após o assassinato, a publicação também veiculou matéria em que tratou de um provável “suicídio” do matador de Pinheiro Machado e fez duras críticas às chefias da Polícia e da Casa de Detenção. Depois, acompanhou as idas e vindas da escolha de seus advogados, e revelou que ele recebia inúmeras cartas de apoio na prisão.

Ainda relacionadas ao episódio de 8 de setembro, mas na direção do governo federal, foram veiculadas matérias sobre as medidas administrativas de praxe – realização do inquérito policial, colocação das forças militares de prontidão – em meio aos artigos de fundo que reclamavam da “autocracia eletiva” do presidencialismo, de notícias sobre boatos de um “movimento revolucionário” e de “um complot” que estariam em curso. O Correio da Manhã também se posicionou editorialmente, na época, conclamando o presidente Wenceslau Braz a “dirigir o País”.

Passa-se, no próximo capítulo, para as relações da Imprensa com Getúlio Vargas, primeiramente examinadas em âmbito geral e, a seguir, particularizadas no Correio do Povo e na Tribuna da Imprensa.

6 A IMPRENSA E O ESTADO GETULISTA (1930/1954)

Usa-se no presente trabalho a concepção de "Estado Getulista" para o período compreendido entre a Revolução de 1930, que representa a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República; e o mês de agosto de 1954, em que se suicida em meio a uma crise institucional. Entre esses dois extremos inclui-se o espaço de cinco anos nos quais Getúlio esteve afastado do poder presidencial, iniciado por sua destituição em 1945 e por seu retorno, pelo voto, em 1951. Nesse intervalo, o Brasil foi governado interinamente pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, por três meses e cinco dias; e a seguir pelo ex-ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, vencedor do pleito realizado em dezembro de 1945, com mandato exercido de janeiro de 1946 a janeiro de 1951, quando transmitiu o cargo ao sucessor eleito – ninguém menos que o próprio Vargas.

O simples resumo acima já permite identificar tempos de turbulência no Brasil. Afinal, trata-se de uma época marcada pelo movimento revolucionário que encerra a chamada Primeira República; e pelo suicídio do presidente constitucional – no primeiro caso, representando evidente ruptura institucional; no segundo, a desesperada tentativa de evitá-la; e, entre ambos, o Estado Novo. Nessas duas situações extremas, a imprensa foi muito além do mero testemunho: parte dela engajou-se ao ideal revolucionário, na situação da primeira metade do século XX; e parte dela também foi protagonista do que aconteceu no mandato interrompido de Vargas, em 24 de agosto de 1954.

Como no capítulo anterior, também este tratará da trajetória da imprensa brasileira entre 1930 e 1954, valendo-se das três análises propostas por Thompson (2002) na Hermenêutica de Profundidade: a Sócio-Histórica (ASH), a Formal ou Discursiva (AFD) e a Interpretação/Reinterpretação (AIR). A particularização das análises se dará sobre o momento final desse período, ou seja, a cobertura dos jornais Tribuna da Imprensa e Correio do Povo para os episódios que resultaram no suicídio de Vargas.

Antes, porém, de ingressar na sequência das análises para o espaço de tempo em exame, julga-se conveniente avançar um pouco sobre o que é aqui chamado de "Estado

Getulista", pois, ao contrário do que possa sugerir uma arbitrária divisão temporal, esse espaço de 24 anos não foi homogêneo em sua trajetória – bem ao contrário: a ruptura revolucionária que conseguiu em 1930 angariar a simpatia predominante da sociedade brasileira logo passou a enfrentar dissidências, como as ocorridas em 1932, 1934 e 1937 e que serão aprofundadas na Análise Sócio-Histórica.

Com base na bibliografia consultada, permite-se estabelecer como "Estado Getulista" tanto o espaço limitado pelo período revolucionário iniciado em 1930 e estendido a 1945; quanto o constitucional, representado pela eleição de Vargas em dezembro de 1950, sua posse em janeiro de 1951 e a interrupção de seu mandato, pelo suicídio, em agosto de 1954 – incluindo, portanto, as presidências de Linhares e de Dutra entre os dois extremos de tempo. A designação é absorvida de autores como Fausto (2002), Silva (1971) e Basbaum (1977) – entre outros que chegam a estendê-la até o golpe militar de 1964.

A imprensa no primeiro período getulista tinha por referência na capital federal o Correio da Manhã, o... Em São Paulo mantinha como principal O Estado de S. Paulo, secundado pelos.... No Rio Grande do Sul, em que se registrava a sólida consolidação do Correio do Povo, como principal periódico, a proibição aos partidos políticos imposta pelo Estado Novo representou a extinção d'A Federação, em 1937 e a adaptação do Diário Popular (Pelotas) aos novos tempos, desvinculando-se do PRR.

Já no segundo período, persistiam o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, agora acompanhados pelo Diário Carioca, Última Hora e Tribuna da Imprensa.

6.1 Análise Sócio-Histórica do período

Os tempos em que Getúlio Vargas esteve à frente dos destinos brasileiros foram marcados por importantes transformações, a começar pela própria forma com que ascendeu ao poder: uma revolução. Ela resultou de um movimento conduzido em conjunto pelo Rio Grande do Sul, por Minas Gerais[112] e pela Paraíba, após uma tentativa legal, frustrada sob acusações de fraude eleitoral, o que era comum durante a Primeira República (1889/1930).

[112] Minas esperava que seu presidente, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, fosse o candidato oficial, dentro da política "café-com-leite" vigente na Primeira República, que alternava São Paulo e Minas Gerais na presidência da República.

Candidato com o respaldo de Minas, da Paraíba e das oposições ao governo federal, na composição da Aliança Liberal, Getúlio Vargas foi derrotado pelo presidente paulista Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luiz e pelos presidentes de 17 dos 20 estados existentes no país à época. A derrota eleitoral chegou a ser assimilada inicialmente, mas o assassinato do presidente paraibano, João Pessoa[113], em Recife, em junho de 1930, foi o estopim que espalhou nacionalmente a revolta, iniciada em 3 de outubro no Rio Grande do Sul e estabelecida 20 dias depois, no Rio de Janeiro, com a deposição de Washington Luiz e a inviabilização da posse de Júlio Prestes.

Os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha constituíram uma junta governativa e deram posse a Getúlio Vargas, no dia 3 de novembro de 1930, como presidente de um governo provisório, mas com amplos poderes – como os de revogar a Constituição de 1891, governar por decretos, destituir presidentes estaduais e nomear interventores em seus lugares – exceto para Minas Gerais.

Os paulistas rebelaram-se em 1932, mas sem forças suficientes para deporem Vargas. Uma nova Constituição Federal foi implantada em 1934, sendo, porém, criticada por Vargas:

> Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação! (VARGAS, 1940/vol. 8, p. 4246).

Logo, portanto, seria substituída, no rastro do chamado Estado Novo, implantado em 10 de novembro de 1937 pelo próprio Vargas, com forte centralização e exercício autoritário de poder, em meio às expectativas por eleições marcadas para o ano seguinte. Sob a justificativa de ameaça de implantação do comunismo no Brasil, cancelaram-se as eleições, fecharam-se o Congresso Nacional e as demais casas legislativas, extinguiram-se os partidos políticos e decretou-se a nova Constituição, que entrou em vigência imediatamente.

[113] Candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Vargas.

No Estado Novo, como se verá a seguir, a imprensa foi duramente atingida pela censura, com jornalistas sendo cooptados por empregos públicos ou acabando nas prisões, por oposição ao governo. A ditadura instituída em 1937 prolongou-se até 25 de outubro de 1945, quando Vargas foi deposto pelos militares e substituído interinamente por José Linhares[114], até a eleição de Eurico Gaspar Dutra.

Eleito com seu apoio, em pleito a que Vargas concorreu cumulativamente a deputado federal e a senador por diversos estados brasileiros, o presidente Dutra acabaria sendo sucedido pelo antecessor. Vargas tomou posse em janeiro de 1951, iniciando, então, a fase final de sua trajetória, marcada por iniciativas econômicas e sociais.

6.1.2 A Imprensa e o Primeiro Governo Getúlio

Um olhar sobre a história do Brasil no primeiro período de Vargas como presidente do Brasil, permite observar que a Imprensa percorre os anos que separam 1930 de 1945, ora como militante, ora como vítima. Essa ambigüidade, já referida por Barbosa (2007), transita pela década e meia que separam o movimento revolucionário - que sepulta a Primeira República - da deposição de seu líder, num tempo entremeado pelo Estado Novo, como ficou registrado historicamente o regime iniciado em 1937. Nesses seus oito anos finais, os meios de comunicação "têm sua liberdade inteiramente cerceada pela ação da censura e do Departamento de Imprensa e Propaganda" (BARBOSA, 2007, p. 103) – este criado em 1939.

A Revolução de 1930 contou com a simpatia inicial quase unânime da imprensa brasileira de então. A começar pelo Rio Grande do Sul, onde a unidade em torno de Getúlio Vargas se sobrepôs aos limites da política partidária, aproximando adversários ou inimigos históricos, que pelas décadas anteriores, haviam se enfrentando, muitas vezes com o recurso às armas. Os dois principais diários porto-alegrenses da época, o Correio do Povo e o Diário de Notícias, tiveram uma importante atuação na divulgação

[114] José Linhares (1886/1957): era presidente do Supremo Tribunal Federal, condição na qual assumiu a presidência da República na deposição de Vargas, exercendo-a de 29/10/1945 a 31/01/1946.

dos ideais estadonovistas e da Campanha da Nacionalização[115] no estado – de acordo com Torres (1999).

O Correio do Povo apoiou o primeiro governo desde o início. Já o Diário de Notícias acompanhou as idas e vindas de seu mentor, Assis Chateaubriand, engajando-se na luta revolucionária em 1930, cobrando democracia entre 1932 e 1937 e confiando, neste último ano, na eleição do candidato de oposição Armando Sales de Oliveira. Essa pretensão foi abortada entre 30 de setembro e 10 de novembro de 1937, período em que Vargas primeiro aprovou, junto ao Congresso Nacional, o estado de guerra e suspendeu os direitos constitucionais e, a seguir, fechou o Congresso Nacional e anunciou o Estado Novo, outorgando uma nova Constituição, que revogou a de 1934, e centralizou o poder no chefe de Estado e de Governo.

O Estado Novo extinguiu os partidos e, com eles, os seus órgãos de imprensa. O próprio jornal do partido do qual Vargas era originário, A Federação, encerrou então suas atividades. Também foram fechados o Estado do Rio Grande, de Porto Alegre e vinculado ao Partido Libertador, que sucedeu o Partido Federalista e O Echo do Sul, de Rio Grande, ligado ao federalismo regional. O outro jornal do PRR, o Diário Popular, de Pelotas, adaptou-se aos novos tempos, desvinculando-se da agremiação política e assim conseguindo manter-se até hoje, na condição de mais antigo diário em circulação no Rio Grande do Sul.

Em 1938, consumado o cancelamento das eleições à qual estava engajado, e controlada a imprensa por meio de instrumentos repressivos baixados pelo Estado, o Diário de Notícias porto-alegrense passou a noticiar amplamente a cruzada nacionalizadora do Governo. Nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul, o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias acentuou sua atuação sobre as áreas de colonização estrangeira, a partir da constatação do Ministério da Educação e Saúde Pública de que, em muitas delas, o ensino primário ignorava a língua portuguesa (TORRES, 1999).

Era o que acontecia em algumas regiões do Rio Grande do Sul: em época de segunda guerra mundial, alguns estudantes do interior de Cruz Alta, por exemplo,

[115] Movimento liderado pela Liga de Defesa Nacional (criada em 1916 pelo poeta Olavo Bilac e pelo general Caetano de Farias e revitalizada no Estado Novo), de mobilização nacional "pela preservação dos princípios da dignidade humana, contra as doutrinas nefandas e dissolventes do fascismo germânico, romano e amarelo e do subfascismo indígena, o integralismo" (RABELO, 1943, citado por CARONE, 1977).

disseram ao então chefe do Serviço de Nacionalização do Ensino, da Secretaria de Educação, Ney Britto – que os visitava acompanhado do prefeito Pacífico Dias Fonseca - que desconheciam quem era Getúlio Vargas; mantiveram-se todos sentados quando ele pediu que se levantasse quem fosse brasileiro e levantaram-se todos ao serem perguntados se eram alemães. Também deixou o funcionário público indignado a resposta do professor da turma ao questionamento sobre a bandeira nas cores vermelha, amarela e branca disposta na sala de aula junto a outra, amarela e azul. "É a brasileira", respondeu o professor, apontando a da Alemanha.

O fato foi abordado em matéria do Diário de Notícias de 14 de agosto de 1938, de acordo com Torres (1999). O texto revela também outra visita de Ney Britto, que igualmente deixou-o preocupado, ao ouvir dos alunos que desconheciam quem fosse Getúlio Vargas, mas haviam ouvido falar muito de Adolf Hitler. As ações do Governo, enviando caravanas nacionalistas às áreas de colonização, e enfatizando e comemorando as datas cívicas, contaram com a cobertura jornalística dos dois diários.

Os jornais, desde o início do mês de agosto, já eram acionados na tarefa de divulgação da programação e detalhamento das atividades da Semana da Pátria (Torres, 1999). Segundo a autora, o Diário de Notícias saiu à frente do Correio do Povo, publicando as primeiras matérias sobre as festividades da Pátria, nos dias 4, 8 e 13 de agosto.

> Uma reunião efetuada, no dia 31 de agosto, na sede da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), com a participação dos diretores de jornais de Porto Alegre, da comissão promotora das comemorações da Semana da Pátria e da diretoria da ARI, tratou das bases da organização da publicidade dos festejos cívicos, no sentido da imprensa envidar todos os esforços e cooperar decisivamente para o maior brilhantismo das solenidades, verificando-se, a respeito, completa identidade de vistas (TORRES, 1999, p. 158).

Conforme, ainda, Torres (1999), a ênfase do Correio do Povo aos festejos da Pátria costumava ser mais freqüente no início de setembro e, embora em menor quantidade de conteúdos, mantinha o mesmo tom de valorização do desfile cívico e do papel do Exército na defesa da Pátria. Termos como "um imponente espetáculo de exaltação patriótica, ao rufo de tambores e ao som dos clarins, iluminados por milhares de archotes e conduzindo andores com os bustos dos nossos homens ilustres, ligados, pelos seus feitos, à história da nossa Pátria" estavam presentes nas reportagens do

Diário de 3 de setembro de 1937. Já o Correio do dia seguinte, noticiava: "A cidade assistiu a um grandioso espetáculo" (TORRES, 1999, p. 161).

Em abordagem que teve por objeto a imprensa do Rio Grande do Sul, Torres (1999) observa: "Os meios de comunicação foram os grandes *patrocinadores* da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo" (p. 139, grifo original). Para a autora, o rádio e a imprensa tiveram papel fundamental na mediação entre o Governo Vargas e a sociedade, "na construção de uma unidade nacional, a partir de um projeto político" (idem). Ela considera que o Correio do Povo e o Diário de Notícias cumpriram com a função de fortalecer a ideia de nacionalização para o fortalecimento de uma identidade "única e soberana às interferências externas ao país e à possível ameaça da segregação racial entre os *legítimos* brasileiros e os imigrantes estrangeiros" (IBIDEM, grifo original).

Minas Gerais, o estado que, unido ao Rio Grande do Sul, conduziu a candidatura Vargas à sucessão de Washington Luiz, como alternativa ao descumprimento do pacto café-com-leite, também teve uma imprensa majoritariamente alinhada ao movimento de renovação política.

O mesmo aconteceu com a imprensa nordestina, inclusive pela presença de uma de suas lideranças, João Pessoa, como candidato a vice-presidente. Realizada a eleição em março de 1930, e anunciada a vitória do candidato governista Júlio Prestes, de imediato a derrota eleitoral foi atribuída às fraudes, então comum nos processos políticos, em argumento apresentado pelos vencidos, absorvido e reverberado pelas maioria das redações. Morto João Pessoa, em crime de assassinato cuja conotação política não ficou comprovada, criava-se, ainda assim, o clima propício às reivindicações pela ruptura institucional, enfim deflagrada ao final de 1930.

Como no período anterior ,em que se examinou as relações da imprensa com o senador Pinheiro Machado, também no advento do Estado Getulista o Rio de Janeiro dominava a vida política, cultural e econômica do país – neste último caso, em proximidade à importância crescente de São Paulo, seguido por Minas e pelo Rio Grande. A imprensa de referência nacional localizava-se na Capital Federal, acentuando-se em destaque o papel do Correio da Manhã, severo crítico de todos os governos desde o seu primeiro exemplar, em 1901. Também eram importantes o Jornal do Commercio, o Jornal do Brasil, O Jornal, a Gazeta de Notícias. Seguia-se em

relevância o jornalismo paulista, encabeçado pelo já tradicional O Estado de S. Paulo e secundado pelos recentes Folha da Manhã e São Paulo Jornal. Os três veiculavam intensamente o noticiário referente ao Partido Democrático, fundado em 1926, como oposição aos governos estadual e federal, e apoiador da chapa Getúlio/Pessoa. Segundo Sodré (2004), o PD contava ainda com a cobertura simpatizante do Diário da Noite e O Combate. Refletindo tendência comum por essa época, a agremiação contava, desde 1927, com um órgão oficial, o Diário Nacional, que, em seus anos iniciais dedicou ampla cobertura ao tenentismo e publicou entre março e abril desse ano o "quadro completo dos feitos da Coluna Prestes" e "O pensamento político de Luiz Carlos Prestes" (SODRÉ, 2004, p. 366).

Sodré (2004) retrata a imprensa brasileira dos anos imediatamente anteriores à Revolução de 1930 como predominantemente oposicionista, condição que, segundo esse autor, se estende do centro do país para as demais regiões. Ele cita o Diário da Manhã, O Libertador e O Tacape, de Recife, e a Folha do Norte, de Belém, como veículos vocacionados à defesa da Aliança Liberal.

> Para defender essa mesma causa, Assis Chateaubriand, a 5 de janeiro de 1929, lançava o *Diário de São Paulo*, que conquistou o público com distribuição gratuita, por um mês, e assinantes potenciais, forma nova que, assegura e da e prolongada com a força já adquirida pela "cadeia" encabeçada pelo *O Jornal*, proporcionou sucesso ao novo matutino paulista... (SODRÉ, 2004, p. 368, grifos originais).

Ainda conforme Sodré (2004), alinhavam-se à oposição a Folha do Povo e O Ceará, de Fortaleza; O Combate, da Paraíba, "depois reforçado pelo órgão do governo estadual, A União" (p. 368); a Folha do Norte e o Estado do Pará, de Belém; a Folha do Povo, de São Luís; O Democrático, de Teresina. "O *Diário de São Paulo* vinha juntar-se ao *O Estado de S. Paulo* e ao *Diário Nacional*, na capital paulista. O órgão do Partido Democrático completaria, em dezembro de 1927, um total de 684 mil exemplares de tiragem, atingindo 1.224.000 nos primeiros meses de 1928, apesar do que sua situação financeira era difícil" (p. 368-369, grifos originais).

"Os Anos 1930 são um período de evidência da política e estes temas encontram o seu lugar natural na imprensa" (BARBOSA, 2007, p. 108). Segundo essa autora, em 1938, ano seguinte à implantação do Estado Novo, há 23 jornais matutinos e vespertinos oficialmente registrados no então Distrito Federal, incluindo o já centenário Jornal do Commercio e o recém fundado Diário de Notícias. Já de acordo com Porto (1941), os de

mais sucesso com o público são O Jornal, Diário da Noite, A Noite, A Manhã e Correio da Manhã. Diários tradicionais, antes importantes, estão em declínio no período, entre os quais o Jornal do Brasil, O Imparcial e a Gazeta de Notícias. Por essa época, o Diário Carioca e O Globo já existiam há mais de uma década, porém sem a importância que alcançariam no futuro.

Esses jornais têm em comum o formato *standard* e em geral circulam com cadernos de 24 páginas. Barbosa (2007) registra que alguns chegam a 60 páginas nas edições dominicais e que a tiragem dos matutinos mais populares aproxima-se dos 40 mil exemplares diários, enquanto as de vespertinos como O Jornal pode chegar ao triplo. "A Noite publica até cinco edições diárias" (BARBOSA, 2007, p. 109).

> Falar em imprensa no Brasil dos anos 1930 é perceber suas relações com o Estado, entendido não apenas como comando político, mas como formação que combina uma simbologia, onde os aspectos semióticos se sobressaem" (IBIDEM).

A maioria da imprensa formou com a Aliança Liberal, que agrupou as forças de oposição (SODRÉ, 2004, p. 371). Esse autor aponta que estavam com a candidatura de Getúlio Vargas ao deflagrar-se a campanha sucessória os Diários Associados, o Jornal do Commercio, A Manhã, O Combate, A Esquerda, A Batalha, A Pátria, o Diário Carioca e o Diário de Notícias, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, O Estado de S. Paulo, o Diário Nacional, o Diário de São Paulo, da capital paulista e A Praça, de Santos. Já com o Governo Washington Luiz, e seu candidato Júlio Prestes, alinhavam-se O Paiz, A Notícia, A Noite, no Rio; o Correio Paulistano, A Gazeta, o Jornal do Comércio e o Diário Popular, em São Paulo – assim como o Correio de Minas, em Belo Horizonte; A Tarde, em Salvador. "A diferença era muito grande: a superioridade da imprensa oposicionista, impressionante" (SODRÉ, 2004, p. 371).

Sodré (2004) também registra grande desenvolvimento da imprensa na década de 20 do século XX - antecedendo, portanto, a Revolução de 1930 - "particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial" (p. 371). Esse novo estado do empreendimento jornalístico tornou raros os jornais e revistas "de vida efêmera" (p. 371), comuns nos anos anteriores e em geral vinculados às disputas político-partidárias. O autor cita iniciativas mais longevas surgidas na época:

> O *Diário da Noite*, que circulou de 1929 a 1962, integrado na cadeia dos *Diários Associados*; *A Noite*, que teve nova fase, quando Irineu

> Marinho a perdeu, de 1929 a 1957; *O Combate*, que atravessou duas fases, de 1921 a 1923 e de 1929 a 1930; o *Dia*, que circulou de 1921 a 1958; e o singularíssimo jornal humorístico de Aparício Torelly, depois Barão de Itararé, *A Manha*, que fez sucesso entre 1929 e 1959. Apareceram, então, o *Diário Carioca*, que durou de 1928 a 1966; *O Globo*, fundado por Irineu Marinho, em 1925, e o *Diário de Notícias*, fundado por Orlando Ribeiro Dantas, em 1930... Nesse mesmo ano, aparecia, em Porto Alegre, o *Diário de Notícias* local, dirigido por Leonardo Truda e posteriormente integrado, como o matutino baiano de mesmo nome e o velho *Jornal do Comércio*, do Recife, na cadeia dos Diários Associados (SODRÉ, 2004, p. 372 – grifos originais).

A campanha presidencial de 1930 foi marcada por caravanas em que, com frequência, os discursos da oposição pregavam a luta armada. Realizado o pleito, que nesse ano coincidiu com o carnaval, e apresentado o resultado com a vitória do candidato governista Júlio Prestes, os derrotados com a candidatura de Getúlio Vargas denunciaram fraudes e, entre estes, muitos passaram a reivindicar uma solução de força. Foi quando o já veterano Antonio Augusto Borges de Medeiros, que havia governado o Rio Grande por cinco mandatos, e estava na liderança do PRR há mais de 30 anos consecutivos, concedeu o que Sodré (2004, p. 373) chama de "sensacional entrevista à Noite":

> O Rio Grande do Sul republicano, que é a grande maioria, a quase totalidade do Estado, reconhecerá lealmente a derrota do seu candidato, que é também o seu presidente. E, portanto, reconhecerá como legal o governo do Dr. Júlio Prestes ... o povo do Rio Grande não dará um só passo para perturbar a ordem do País... Nenhum homem de responsabilidade definida, de inteligência e de patriotismo, pensa na revolução, que seria, agora, mais do que nunca, um crime monstruoso, um crime contra a Pátria (A NOITE, RIO DE JANEIRO, 19/03/1930).

A assimilação da derrota pelo Rio Grande, espécie de pacto pelo qual o Governo Federal honraria a diplomação dos eleitos os senadores e deputados mais votados, não se reproduziu nas demais regiões – onde, em muitos casos, os menos votados foram os escolhidos, alimentando revoltas e, com elas, a retomada da defesa da ruptura política pela via das armas. Esse sentimento reforçou-se com o assassinato de João Pessoa, a 26 de julho de 1930, em Recife, que acabou sendo o "gatilho" para a revolução deflagrada no dia 3 de outubro do mesmo ano. Os políticos e os jornalistas foram os primeiros alvos da reação do Governo. "Redatores e operários de *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Diário da Noite* foram detidos" (SILVA, 1966, p. 349, grifos originais). Segundo Silva (1966), secretários e diretores de todos os jornais foram convidados a comparecer ao gabinete do Chefe de Polícia, onde receberam instruções

sobre o que era permitido ou não publicar, havendo, mesmo, alguns jornais que deixaram de circular.

Da mesma forma, o movimento revolucionário valeu-se da imprensa para esclarecer seus objetivos e justificar suas ações: Getúlio Vargas falou ao diário argentino La Nación, tentando desvincular-se do comunismo que lhe era atribuído pelo Governo, ao que tudo indica devido aos seus contatos anteriores com Luiz Carlos Prestes – que, por sua vez, em entrevista ao Diário Nacional, a 30 de maio de 1930, anuncia afastamento da Aliança Liberal.

"Viva o Brasil! Viva a República Nova e Redimida!". Com essas duas frases em destaque na sua capa, apresentou-se o Diário da Noite na edição de 24 de outubro de 1930, data da deposição de Washington Luiz. Ao mesmo tempo, contagiados pelo clima de mudança, "populares começaram a depredar as redações dos jornais governistas" (SILVA, 1966, p. 382). A sede de O Paiz foi incendiada, e as de A Notícia, Gazeta de Notícias, Crítica, Vanguarda e de A Noite, pilhadas. Getúlio recebeu o poder, como governante provisório, a 24 de outubro de 1930, iniciando uma nova fase na República brasileira, em que não faltariam choques entre as forças internas que passaram a compô-la.

Sodré (2004) considera que a Revolução de 1930 praticamente liquidou a imprensa que apoiava Washington Luiz. Para o autor, jornais invadidos, como os acima citados, levaram dias para voltar a circular e outros sofreram "graves consequências" (p. 377). Ele cita os exemplos do Jornal do Brasil (RJ), que reapareceu sob nova direção e com a prática da autocensura; A Gazeta (SP), depois indenizada pela depredação; e o Correio Paulistano, com bens desapropriados pelo interventor e incorporados à Imprensa Oficial. São Paulo foi o estado em que as divisões revolucionárias mais cedo apareceram, surgindo, em janeiro de 1932, o jornal O Separatista: "A separação de São Paulo do Brasil é uma fatalidade histórica. Mais, é uma fatalidade econômica" (SODRÉ, 2004, p. 377).

As dissidências se registravam, por essa época, também entre a imprensa que havia apoiado a Revolução. O primeiro a divergir foi o Diário Carioca que. por essa razão, teve sua redação depredada em fevereiro de 1932, motivando uma reação coletiva, com todos os jornais da capital federal paralisando suas atividades por 24 horas em protesto. O Governo transitava então por duas alternativas antagônicas, cada

qual com sua representatividade: a que pregava a reconstitucionalização, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e tinha apoio da maior parte dos jornais; e a que defendia o prolongamento do Governo Provisório.

A imprensa era, portanto, parte do processo político que gerou a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, onde a O Estado de S. Paulo e à A Gazeta juntou-se o Correio de São Paulo, criado como órgão oficial dos revoltosos e que tinha conteúdos reproduzidos pelo rádio, meio de comunicação então emergente na vida nacional. Revolucionário em 1930, Chateubriand passou para a oposição em 1932, o que lhe custou a ocupação de O Jornal pela polícia e sua transformação em A Nação. O líder dos Diários Associados, já então uma grande organização, precisou ainda negociar soluções emergenciais – como a autocensura - para outras praças em que mantinha órgãos de imprensa.

Militarmente derrotado, o movimento paulista alcançou relativo sucesso político, o que incluiu a anistia a suas lideranças e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, numa conjuntura marcada internacionalmente pela ascensão das ditaduras na Europa e, no Brasil, pelo aparecimento do integralismo. A nova Constituição, democrática, teria vida curta: em novembro de 1937, instala-se o Estado Novo, significando um novo momento do Estado Getulista, com restrições às liberdades sendo impostas "pelo regime ditatorial que se sucedeu à vigência da Constituição de 1934" (SODRÉ, 2004, p. 381). O Congresso foi fechado, a Carta Magna substituída, o Executivo assumiu a totalidade dos poderes e passou a exercer censura rigorosa, proibindo também o surgimento de novos jornais e determinando o fechamento de outros. "No negro período de 1937 – 1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do Executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa" (NOBRE, 1950, p. 95).

Barbosa (2007, p. 108) considera que o Estado Novo "é também o momento de construção de uma dada história da imprensa no Rio de Janeiro, na qual se destacam as relações da imprensa com o poder o e o papel engendrado pelos jornalistas para o seu lugar social e político, ante esta batalha de e pelo poder".

6.1.3 A Imprensa no Segundo Governo Getúlio

Como no seu primeiro governo, também no segundo, Vargas viveu relações de proximidade e enfrentamento com os meios de comunicação. Ao contrário da primeira gestão, contudo, na segunda, o oposicionismo da imprensa foi predominante desde a campanha à presidência, em 1950. Contra o político gaúcho pesava, então, o temor de que repetisse a ditadura de 1937 a 1945. O Estado Novo, com o controle, o cerceamento e a cooptação aplicados sobre os meios, seus dirigentes e jornalistas, estava ainda muito presente na memória da imprensa brasileira quando Vargas apresentou-se candidato. Tanto que, como lembra Abreu (1996), a campanha do ex-presidente foi feita apenas com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes e de volantes impressos que divulgavam seu programa de governo.

> A imprensa, na verdade, atacou violentamente as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato Vargas. Essa recusa em apoiar a volta de Vargas estava referenciada principalmente ao período do Estado Novo, quando se criou uma imagem negativa do ditador entre intelectuais e jornalistas. Estes últimos se lembravam de que a Constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão do pensamento e de que todos os meios de comunicação foram então submetidos à censura (ABREU, 1996, p. 82).

Ainda conforme Abreu (1996), os principais jornais centro do país criticavam o governo Vargas mais por sua linha administrativa e política do que pela econômica – embora esta registrasse divergências internas, opondo o nacionalismo defendido pela Assessoria Econômica à abertura ao capital estrangeiro pretendida pelos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores e que contava com as simpatias dos meios de comunicação. Comandava o ministério da Fazenda, à época, o industrial paulista Horácio Lafer, com quem O Estado de S. Paulo mantinha grande proximidade; João Neves da Fontoura era o chanceler.

Na década de 1950, quando Vargas voltou ao poder legitimado pelo voto popular, o prestígio da imprensa da Capital Federal ainda era liderado pelo Correio da Manhã. Conviviam com ele outros matutinos igualmente importantes por influência ou tiragens, como O Jornal, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Dia, Luta Democrática e os vespertinos O Globo, Última Hora, Tribuna da Imprensa, A Notícia e Diário da Noite. Circulavam então, no Rio de Janeiro, 18 diários, com tiragem total de 1.245.335 exemplares. Existiam 230 jornais diários, cuja

circulação geral chega a 5.750.000 exemplares no Brasil dos anos 1950 (BARBOSA, 2007, p. 154 – citando dados da Unesco).

Nesse universo, uma publicação já era mais do que centenária, o Jornal do Commercio, de 1827; e três ultrapassavam seu cinquentenário: Jornal do Brasil, de 1891; A Notícia, de 1894; e Correio da Manhã, de 1901. O Jornal, de 1919, pertencia a Assis Chateaubriand desde 1925, mesmo ano de fundação de O Globo. Completavam o quadro o Diário Carioca, de 1928 e o Diário de Notícias, também de 1928.

As novidades da época eram a Tribuna da Imprensa, fundada por Carlos Lacerda, em 1949 e Última Hora, criada por Samuel Wainer, em 1951, que se colocaram em antagonismo entre si e no posicionamento de cada um em relação ao governo – além de a Luta Democrática e O Dia, surgidos em 1954 e cujas tiragens chegavam a 117 mil e a 240 mil exemplares diários ao final da década, respectivamente (RIBEIRO, 2007, p. 60).

Nos anos 1950 a imprensa do Rio de Janeiro registrou grandes transformações, tratadas em capítulo próprio deste trabalho. Mas, à exceção dos jornais populares, entre os demais não ocorreu elevação de tiragens – alguns, inclusive, enfrentaram perdas substanciais. Conforme Ribeiro (2007, p. 60), este é o caso do Diário Carioca, que parte de 45 mil exemplares, em 1951, para apenas 17 mil, em 1960, período em meio ao qual promoveu a reforma gráfica e editorial que acabou fazendo escola no jornalismo brasileiro; e de O Jornal, que saiu de 70 mil, em 1951, e terminou o decênio com 27 mil.

O levantamento feito por Ribeiro (2007) mostra que essa foi também a época de grande crescimento de O Globo, que imprimia 100 mil exemplares, em 1951, e chegou aos 218 mil dez anos depois; de queda significativa para o Diário da Noite (95 mil e 40 mil em 1951 e 1960) e para A Notícia (120 mil e 56 mil); e de estabilidade para os dois outros vespertinos, exatamente os que se enfrentariam durante o segundo governo Vargas: Última Hora e Tribuna da Imprensa, com o primeiro mantendo-se em crescimento e chegando a 117 mil exemplares, em 1960, e o segundo decrescendo a partir de 1954/1955, anos em que ficou nos 40 mil exemplares, reduzidos a 18 mil, em 1960. Foi também nos anos 1950 que os jornais aproximaram os horários de suas circulações, com os vespertinos gradualmente se antecipando, até deixarem essa condição.

Para o jornalista Villas-Boas Correia, em depoimento ao CPDOC-FGV referido por Barbosa (2007), a hierarquia entre a imprensa carioca de então tinha o Correio da Manhã como "o mais importante, com mais peso político", seguido do Diário de Notícias, "pela respeitabilidade"; O Jornal, pelo "peso dos Diários Associados"; o Diário Carioca, "um jornal muito vivo, muito inteligente, mas de tiragem relativamente pequena". Para o veterano jornalista, os populares Gazeta de Notícias e O Dia tinham grandes tiragens, mas sem peso político. Na sequência, vinham O Globo, A Noite, Diário da Noite ("um jornal mais escandaloso, dos Associados"), A Notícia, o Correio da Noite ("dos padres"), Vanguarda ("jornal integralista"), O Radical ("um jornal de sarjeta do PTB, do George Galvão. Um tipo desclassificado, de baixíssima extração").

"Os três jornais com tiragens menos expressivas da época – o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa* e o *Jornal do Brasil* – é que construirão a mítica da modernização" (BARBOSA, 2007, p. 156, grifos originais).

Tomando-se por partida a campanha eleitoral, em 1950, e o período em que exerceu o seu segundo governo, os cinco anos de convivência de Vargas com a imprensa de referência brasileira foram marcados pelo antagonismo entre a Tribuna da Imprensa e a Última Hora, a primeira em posição de ataque, a segunda, de defesa. O jornal que Carlos Lacerda implantou, em 1949, absorveu o nome da coluna que ele assinava diariamente no Correio da Manhã, de crítica política no mais crítico jornal do Brasil de então. Já o de Samuel Wainer inaugurou-se praticamente em simultaneidade ao segundo período de Vargas no poder, e, de acordo com Abreu (1996), teve sua criação estimulada pelo presidente, para ter um canal de divulgação das ações de seu governo.

> A *Última Hora*, criada pelo jornalista Samuel Wainer em junho de 1951, além de contar com recursos advindos do banqueiro Walter Moreira Sales e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, obteve apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Obter recursos do governo não era algo excepcional, já que a maioria das empresas jornalísticas do país dependia da importação de papel, que era subsidiada pelo governo. De modo geral, a modernização dos veículos de comunicação se fazia com empréstimos de bancos oficiais (ABREU, 1996, p. 83).

O segundo governo Vargas foi marcado por uma conjuntura econômica desfavorável, caracterizada pelo aumento da inflação – de 12,34%, em 1951 para 25,86%, em 1954 -, por sua vez fruto da elevação dos gastos do estado que, para tornar

possível o desenvolvimento econômico, precisou financiar a indústria, tanto na aquisição de máquinas, quanto na de matérias-primas ao exterior. Também acentuava os problemas internos a escassez de bens que precisavam ser comprados de outros países, a preços artificiais, devido ao conflito entre a Coréia do Norte, apoiada pela China; e a Coréia do Sul, pelos Estados Unidos, em época de Guerra Fria.

Nesse contexto, internamente, começaram a ocorrer greves sucessivas de trabalhadores a partir de 1953, com parte do empresariado e da imprensa acusando o PTB, de Vargas, de insuflá-las. Para essa concepção, o presidente e o seu partido estariam usando o sindicalismo para justificar um golpe que estaria em andamento e seria justificado pelo clima de desordem do país. Mais uma vez, temia-se a repetição do que ocorrera a partir de 1937. A escolha de João Goulart[116] para o Ministério do Trabalho foi interpretada por parte da imprensa como parte desse projeto e chegou-se até a veicular especulações de que Vargas implantaria no Brasil, em combinação com seu colega argentino Juán Domingo Perón uma "República Sindicalista".

Abreu (1996) aponta o ano de 1953 como o de intensificação da oposição a Vargas, com Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa, e Assis Chateaubriand, nos Diários e Emissoras Associados, na liderança desse movimento na imprensa. Lacerda também dispunha de dois outros canais para manifestações contra o governo: a Rádio Globo e a TV Tupi, emissora pioneira no Brasil, pertencente aos DEA.

> O ano de 1954 começa como terminara o anterior: a UDN fazendo oposição do presidente, no que era acompanhada por outros políticos e jornalistas, principalmente o diretor da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda. Em fevereiro, Jango é obrigado a demitir-se do Ministério do Trabalho, face à proposta de aumento de 100 por cento do salário mínimo vigente, por ele patrocinada. Com sua demissão, tranqüilizam-se os industriais e os militares a ele desfavoráveis, mas, em maio, ao discursar, por ocasião da tradicional festa vargista do dia primeiro, Getúlio informa que o decreto do novo salário mínimo a entrar em vigor contemplava com um aumento de 100 por cento todos os trabalhadores (HARTMANN, 1984, p. 108).

A 1º de maio de 1954, Dia do Trabalhador, já sem Goulart no Ministério, Vargas dobrou, por decreto, o valor do salário mínimo, o que gerou descontentamento nos meios empresariais e militares e encontrou eco entre os políticos e na imprensa. "Os militares revoltaram-se porque isso significaria que um operário ganharia tanto quanto

[116] Então um jovem deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, com livre trânsito entre os sindicatos.

um segundo tenente" (IBIDEM). Os industriais reclamavam porque o salário incidiria no custo dos produtos e estimularia a inflação. "Começa a mobilização pela derrubada de Getúlio, com a adesão de oficiais das Forças Armadas, industriais, políticos e a pena vibrante de Carlos Lacerda" (IBIDEM). A saída pelo nacionalismo e pela popularização, pretendida pelo presidente da República, também não convenceu parte de seus aliados, desconfiados com sua forma sempre conciliatória de agir, o que significava constantes concessões aos adversários.

Segundo Hartmann (1984), os textos de Lacerda "seguiam a própria amplitude da conspiração" (p. 109), com a proteção de amigos oficiais da Aeronáutica nos comícios e reuniões de que então participava, ("... até que, em uma noite, 4 de agosto, um pistoleiro contratado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, ataca-o a tiros, matando o major Rubens Vaz que o acompanhava" (HARTMANN, 1984, p. 109). Sucedem-se, nos dias seguintes, a instauração de inquérito policial-militar pelo ministro Nero Moura, da Aeronáutica, a tomada de depoimentos de servidores do Palácio do Catete, a extinção da guarda pessoal, chegando-se à prisão de Fortunato, que confessou a autoria intelectual do atentado, mas livrou a família Vargas de conhecimento e participação.

No centro do país, "a imprensa martelava a tecla da renúncia" (IBIDEM), com exceção da Última Hora. No Rio Grande do Sul, "o Correio do Povo acompanhou com serenidade, e clara simpatia pelo presidente Vargas, toda a crise que já fervilhava... para desembocar nos terríveis dias de agosto de 1954" (GALVANI, 1994, p. 392).

Abreu (1996) e Ribeiro (2007) identificam a morte do major da Aeronáutica Rubem Vaz como o "gatilho" para a mobilização geral da maior parte da imprensa de então contra o presidente da República. "O clima de confronto entre a oposição e o governo culminou no atentado a Carlos Lacerda", registra Abreu (1996, p. 13). O major integrava a equipe de segurança do proprietário da Tribuna da Imprensa e foi atingido pelos tiros que na verdade seriam dirigidos ao jornalista. Lacerda chegava a sua residência quando os disparos foram feitos, atingido fatalmente o militar. O principal crítico de Vargas também foi ferido no pé.

De imediato, a oposição responsabilizou Vargas pelo episódio, e o inquérito a seguir instaurado logo concluiu que o mandante do crime era o chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato. Embora o chefe de Estado reiterasse não ter

conhecimento prévio do atentado e manifestasse compromisso em descobrir e punir os responsáveis, pedidos por sua renúncia passaram a circular, então, pelas tribunas políticas e pelos espaços jornalísticos.

A cobertura jornalística ao acontecimento teve o tom predominante de responsabilização do governo pelo atentado, alterando inclusive o posicionamento de jornais que, embora críticos de Vargas, até então não reivindicavam solução política à margem da Constituição – como o Correio da Manhã, o Diário Carioca, o Diário de Notícias e O Estado de S. Paulo.

> Esses jornais evoluíram ao longo da crise, passando, logo após o atentado, a acusar o presidente da República de responsável pelo crime da Tonelero e a pedir sua renúncia. Já os jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã* tiveram um comportamento menos emotivo e mais objetivo no tratamento dos acontecimentos. Em nenhum momento esses jornais atribuíram a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado, e muito menos advogaram uma solução unilateral ditada pelas Forças Armadas. O apelo à renúncia só ocorreu às vésperas do suicídio (ABREU, 1996, p.84, grifos originais).

A publicação governamental Anuário Brasileiro de Imprensa, de 1954, relaciona as posições da imprensa de então, no Rio de Janeiro, conforme citado por Ribeiro (2007, p. 61). Além dos acima citados, alinhavam-se no posicionamento contrário ao governo, então, também A Notícia, O Dia, O Mundo, O Popular. A favor estavam A Noite[117], Correio da Noite, O Radical e Última Hora. E neutros mantinham-se o Diário da Noite, O Globo e O Jornal. Havia ainda a Imprensa Popular, órgão do Partido Comunista – então ilegal. "O fato de identificar as posições dos jornais indica um posicionamento do próprio Anuário em relação ao governo" (RIBEIRO, 2007, p. 61).

A autora cita um trecho da publicação oficial:

> Diante dessa relação impõe-se a observação de que o governo não possui atualmente os grandes jornais a seu favor. Por outro lado, os partidos políticos, tanto situacionistas quanto de oposição, não possuem igualmente imprensa que possam chamar de sua. Está nesse desaparecimento a explicação do jornal Última Hora, feito para propaganda política de Getúlio Vargas. Observe-se, porém, que não foi um partido político que o fundou, mas um grupo que acompanhava a

[117] A Noite era então uma empresa estatal, incorporada ao patrimônio da União, assim como a Rádio Nacional – nos dois casos, no Rio e em São Paulo -, O Estado e as revistas A Noite Ilustrada, Carioca e Figurino. A maior parte dessas incorporações ocorreu à época do Estado Novo, quando foram importantes na política de comunicação do Governo. Ao se iniciar o segundo governo Vargas, restavam apenas A Noite, O Estado (extintos em 1958) e a Rádio Nacional, ainda assim em decadência.

> política do Presidente da República (*Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1954, p. 100 – citado por RIBEIRO, 2007, p. 61-62).

Na realidade de então, as posições das organizações jornalísticas não eram propriamente estáveis, como ressalta Ribeiro (2007). Segundo ela, jornais de propriedade de políticos – como O Dia e A Notícia, de Adhemar de Barros; Luta Democrática, de Tenório Cavalcanti; e mesmo A Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda e Última Hora, de Samuel Wainer – "eram mais personalistas (representando seus donos) do que propriamente partidários, apesar de, em muitos momentos, essas duas dimensões se confundirem" (2007, p. 62). A autora também constata que alguns títulos posicionavam-se, conforme seus interesses econômicos momentâneos, relacionando entre esses O Mundo e, em menor grau, os jornais dos Diários Associados.

6.1.4 Do "Mar de lama" à Carta Testamento

Consta que, ao perceber a queda na credibilidade de seu governo, como consequência dos acontecimentos deflagrados a partir da morte do major Vaz, com o envolvimento de sua própria guarda pessoal e, talvez, de familiares seus, Getúlio teria confidenciado a amigos: "Tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama" (HARTMANN, 1984, p. 109). Tornada pública por inconfidência de algum desses amigos – se verdadeira – ou desenvolvida pelos interesses em jogo na disputa política de então, o fato é que a expressão, absorvida pela imprensa crítica, acabou batizando esse período dramático da história brasileira.

Na sequência dos acontecimentos, com as investigações no âmbito do Ministério da Aeronáutica e da Polícia Civil e os indícios do envolvimento da guarda pessoal e de um dos filhos de Getúlio, o assunto, por natural, passou a reverberar - nas casas legislativas, sob a liderança combativa dos parlamentares da UDN; e na imprensa, tanto pela sua vocação precípua de levar os fatos à sociedade quanto por sua utilização como instrumento da luta política do momento. Sob esse clima, a 22 de agosto cerca de 30 oficiais-generais emitiram manifesto à Nação, pedindo a renúncia de Vargas; na noite do dia seguinte, o próprio presidente comandou reunião ministerial admitindo licenciar-se por 90 dias.

Os matutinos de 24 de agosto circularam já com a informação da licença. "A edição (...) ainda trazia na última página, fruto de um eficiente plantão dos redatores até

o amanhecer, a notícia de que 'às 4 horas e 45 minutos da Madrugada' Getúlio aceitara licenciar-se" (GALVANI, 1994, p. 392). Mas, informado de que algumas emissoras de rádio veiculavam informações de que sua saída não era temporária, Getúlio Vargas, ainda em trajes de dormir, tomou a decisão que, como escreveu na carta-testamento, tirou-lhe da vida para deixá-lo na História.

A próxima fase desta pesquisa, assim, volta-se para esses dias de agosto de 1954 que têm duas mortes inter-relacionadas nos seus extremos.

6.1.5 O ano de 1954: uma breve contextualização

O ano em que a República completava seu 65º aniversário constituiu o desfecho de uma turbulência que a rigor começara com a posse de Getúlio Vargas como presidente constitucional, eleito em pleito democrático realizado em 1950. Ao retornar, sucedendo quem o depusera e o substituíra após longos 15 anos no poder, Vargas trazia como suas duas bandeiras principais a autonomia econômica do Brasil e a implantação de uma política trabalhista esboçada desde o seu período anterior de governo.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2004), o país encontrava-se, então, ainda na fase da industrialização substituidora das exportações, iniciada em 1930 e que se prolongaria até 1961. Vargas enfrentou fortíssimas reações a ambas as propostas. Politicamente, a oposição ao governo envolveu a contestação de sua eleição por maioria relativa de votos, promovida por seu principal adversário: Carlos Lacerda[118].

A regularidade da oposição que lhe fez a maior parte da imprensa nacional, particularmente a do centro do país, desde a campanha eleitoral, transformou 1954 num ano de enfrentamentos. Os meios de comunicação já não se reduziam, como nas décadas iniciais do século XX, aos jornais e às revistas. Desde os anos 1930, mas particularmente nos 1940 e 1950, o rádio havia assumido um protagonismo como novo e revolucionário veículo de informação e de entretenimento da sociedade, antecedendo outro, a televisão[119], de potencial igualmente inovador. A partir de 1950, o país passou a

[118] Atribui-se a Lacerda a afirmação: "O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar" (SCHILLING, s/d).

[119] Rádio e televisão são concessões públicas no Brasil, o que lhes impõe uma relação de relativa dependência ao governo.

contar com transmissões televisivas, embora, então, pouco capilarizadas. Mas, ainda dessa vez, foram os meios impressos que se envolveram nas disputas políticas de então.

De um lado, a maioria dos jornais, em constante crítica ao governo e a Getúlio, agora capitaneados pela Tribuna da Imprensa (1949), de Lacerda, além do Correio da Manhã. De outro, a minoria da imprensa, sob a liderança da Última Hora, de Samuel Wainer, tão alinhado à administração federal que em seu primeiro número teve um bilhete do presidente da República publicado na primeira página, fazendo vezes de um editorial. Entre esses extremos estava o grupo Diários Associados - a maior cadeia de comunicação brasileira e latino-americana da época - mantendo uma relação dúbia com o governo e o próprio Vargas (RIBEIRO, 2007).

O tom dominante da imprensa foi de crítica e contestação durante todo o governo Vargas, seguindo, aliás, a tendência iniciada quando da campanha à sucessão presidencial, a partir de 1949. Mas, em 1954, um episódio em particular deu forma de crise ao que até então era enfrentamento ideológico: a morte do major-aviador Rubens Vaz, abatido na madrugada de 5 de agosto em frente ao prédio de residência de Carlos Lacerda, na Rua Tonelero, 180, em Copacabana, no Rio, por tiros que, na verdade, eram destinados ao político da UDN, a quem o militar prestava atendimento de segurança pessoal.

Lacerda era proprietário da Tribuna da Imprensa e havia se candidatado à Câmara Federal, pela UDN. Em meio à campanha, por ameaças que havia sofrido, acabou recebendo a segurança por parte de oficiais da Aeronáutica, simpatizantes de suas ideias. Os militares o acompanhavam nos comícios e nos retorno à residência. Na noite em que morreu, Vaz estava substituindo um colega que havia pedido dispensa do serviço voluntário, devido a compromissos familiares. Na noite de 4 de março de 1954, a manifestação foi no Colégio São José e, ao voltar para casa, já na madrugada seguinte, o jornalista estava acompanhado pelo filho adolescente, Sérgio, e por Vaz.

Ao saírem do automóvel que os conduzia, foram recebidos pelos tiros que feriram Lacerda levemente. Enquanto ele e o filho buscavam refúgio na garagem do prédio, Vaz entrou em choque pessoal com o atirador, que o atingiu duas vezes e entrou em fuga, apoiado pelo táxi que o aguardava – e, descobriu-se depois[120], fazia ponto nas

[120] As placas do carro haviam sido anotadas pelo guarda municipal Sávio Romero, que estava nos arredores, teve a atenção chamada pelos disparos e chegou a ser atingido por um deles.

proximidades do Catete, o que foi visto como uma ligação com Climério e com Fortunato e, por extensão, com o governo. A repercussão imediata e intensa do caso preocupou o motorista de praça Nelson Raimundo dos Santos, que se apresentou à Polícia, dizendo ser casual a entrada do pistoleiro no seu carro, como um cliente qualquer. Porém, pressionado, confessou dias depois ter sido contratado por Climério para dar fuga a Nascimento[121].

A investigação assumida pela Aeronáutica, a partir das diligências iniciais da Polícia Civil, concluiu pela participação do chefe da Guarda Pessoal da Presidência da República, Gregório Fortunato, do seu subordinado Climério Euribes de Almeida, do pistoleiro Alcino João do Nascimento e do taxista que o retirou do local. Na sequência, o próprio Gregório Fortunato assumiu ser o mandante do atentado, numa confissão logo contestada pelos opositores de Vargas, para quem o verdadeiro mentor era o próprio presidente ou alguém mais íntimo dele que o seu chefe da guarda pessoal. Climério e Alcindo, foragidos, acabaram capturados no decorrer de agosto, fechando o cerco de envolvimento no crime, conforme a investigação oficial[122]. O inquérito também verificou que a arma usada no atentado era de uso exclusivo das Forças Armadas.

A partir do crime, da cobrança por investigações isentas, da constatação de que havia envolvimento da guarda do Palácio do Catete no incidente, da suspeição de que um filho do presidente da República poderia ser o mandante, instaurou-se a crise constitucional. Vargas dissolveu sua Guarda Pessoal, Lacerda passou a publicar artigos na Tribuna da Imprensa considerando o presidente sem condições de manter-se no cargo. O fato é que, a partir da madrugada do dia 5, com o atentado constando já dos jornais do dia, o Governo e Getúlio se tornaram reféns da crise institucional. A administração ficou paralisada diante do tamanho do problema, e o presidente passou a avaliar internamente as deslealdades de assessores e até de familiares.

No decorrer do mês, divergências internas no próprio ministério acentuaram o tamanho da crise, isolando Vargas de seus auxiliares, mesmo os mais diretos, e o mantendo sob um recolhimento que poucos familiares conseguiam ultrapassar. A 23 de agosto, em reunião do seu ministério, admitiu a decisão de licenciar-se por três meses.

---

[121] Alcino foi condenado a 33 anos de prisão, pena depois reduzida a 23 anos, e sofreu duas tentativas de assassinato; Climério foi condenado aos mesmos 33 anos e Gregório a 25 anos – ambos foram assassinados na prisão; José Antônio Soares foi condenado a 26 anos e Nelson Raimundo, a 11 anos.

[122] Essa linha de investigação sempre foi contestada pelos seguidores de Vargas.

Apesar da aparente solução, já na madrugada de 24 o presidente recebeu a informação de que as Forças Armadas não se contentavam com essa solução, exigindo a renúncia. "Saio da vida para entrar na História" foi o recado que ele deixou por escrito, em carta[123] encontrada junto ao seu corpo sem vida dormitório do Palácio do Catete, alvejado por um tiro no peito.

Na mesma data, em edição extraordinária, Última Hora estampou: "GETULIO/VARGAS/SUICIDOU-SE", em manchete antecedida pela linha de apoio "CUMPRINDO SUA PROMESSA: 'SÓ MORTO SAIO DO CATETE'", e texto em duas colunas, além de destacar na mesma capa, em box ocupando toda a sua extensão lateral,o título "ULTIMO BILHETE DE GETULIO: 'À SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DA MINHA MORTE. LEVO O PESAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA'".

Outros jornais do Rio de Janeiro trataram o assunto com igual dramaticidade em suas edições imediatamente posteriores ao suicídio do presidente da República: "Desfecho Tremendamente Dramático: Matou-se Vargas!/Um Tiro no Coração!/A Resolução Extrema Executada pelo Presidente que Caía" (A Noite). "O Inesperado Desfecho Da Crise Militar" (A Marcha). "Protesta o Povo Nas Ruas Contra o Golpe e Pelas Liberdades/ União de Todos os Brasileiros Para a Defesa da Constituição/ Apoiado Pelos Ianques Café Sucede Vargas" (Imprensa Popular). "Lamenta o País a Morte do Presidente Vargas/Enorme Massa Popular, Numa Fila Interminável, Na Visitação do Corpo do Presidente da República, Exposto, em Câmara Ardente, no Palácio do Catete" (O Dia). "A Multidão Desfilou a Chorar Ante Vargas/O Presidente Morreu/Impressionantes os Aspectos do Velório no Catete" (Diário Carioca). "Dramático Desfecho" (Jornal do Brasil).

O quadro a seguir resume o que vem sendo tratado nesta fase do trabalho.

[123] Getúlio deixou uma carta escrita de próprio punho, endereçada ao povo brasileiro, e uma carta-testamento datilografada, de autenticidade frequentemente posta em dúvida.

Quadro 11

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ESTADO GETULISTA – 1930/1954					
Anos	**Presidentes do Brasil**	**Presidentes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Getúlio Vargas**
1930	Washington Luiz Augusto Fragoso/Isaías de Noronha/Menna Barreto (Junta) Getúlio Vargas	Getúlio Vargas Osvaldo Aranha Sinval Saldanha Flores da Cunha	Eleições com vitória de Júlio Prestes sobre Getúlio, morte de João Pessoa, revolução, deposição de Washington Luiz. Vargas assume o Governo Provisório, pondo fim à República Velha. Crise econômica mundial desde o ano anterior, afetando a comercialização de açúcar, algodão, borracha, cacau, café, madeira e sal brasileiros. Desemprego. Nomeação de interventores estaduais. População brasileira: 37 milhões, 70% dos quais moradores do campo.	Uso da imprensa pelas facções em disputa política: entrevistas de Antônio Carlos e Epitácio Pessoa ao Jornal do Commercio, de Borges de Medeiros a A Noite, manifesto de Luiz Carlos Prestes publicado pelo Diário Nacional. Entrevista de Vargas à United Press em Buenos Aires, sobre a revolução em curso. Folha da Noite (atual) Folha de S. Paulo apoia candidatura Julio Prestes. Apoio maciço, político e financeiro, ao movimento revolucionário. Correio da Manhã, O Cruzeiro. O Correio do Povo consolida sua liderança regional, em meio a disputas internas por sua direção. Império Chateaubriand: Diários Associados,	De presidente do RS a chefe do governo provisório do Brasil.

				incluindo o Diário de Notícias (RS).	
1931	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Agravamento da crise econômica nacional, criação do Conselho Nacional do Café. Primeiras dissidências no movimento revolucionário do ano anterior, inclusive com levantes militares sem maior significação. Inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio, em outubro.	Império Chateaubriand: Diários Associados. Jornais em "desgraça" por alinhamento ao regime anterior: Gazeta de Noticias, O Paiz e A Notícia.	Chefe do governo provisório do Brasil.
1932	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Estabelecimento do Código Eleitoral no país, com voto universal, secreto e aberto à participação feminina. Criação da Justiça Eleitoral e da carteira de trabalho, com jornada de trabalho fixada em 8h/dia. Sindicalismo de Estado. Projeto nacional: nacionalismo. Revolução constitucionalista.	Correio da Manhã O Estado de S. Paulo. Império Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro. Maioria da Imprensa mantém o apoio a Vargas, mas há simpatias aos paulistas. Depredação ao Diário Carioca. Censura ao Diário de Notícias (RJ) e prisão de seu diretor Orlando Dantas.	Chefe do governo provisório do Brasil.
1933	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Eleições para a escolha da Assembléia Nacional Constituinte no Brasil - 214 deputados eleitos pelo voto direto, mais 40 eleitos por entidades classistas de trabalhadores e entidades patronais. Realizadas com participação das mulheres, sendo eleita a primeira mulher constituinte, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz.	Imprensa como instrumento de propagação do projeto nacional. Império Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro consolida-se.	Chefe do governo provisório do Brasil.
1934	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Promulgada a nova Constituição – a segunda do período republicano -, reformando profundamente a organização administrativa em relação à República Velha. ANC elege Getúlio presidente da República.	Imprensa como instrumento de propagação do projeto nacional. Império Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro consolida-se.	Presidente constitucional da República.
1935	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Levante comunista, liderado por Luiz Carlos Prestes, em nome da Aliança Libertadora Nacional, contra o governo Vargas.	Cobertura romanceada dos Diários Associados	Presidente constitucional da República.

			Enfrentamento e prisões. Movimento integralista. Aprovação pelo Congresso da Lei de Segurança Nacional. Polícia política, delações. Expansão do Integralismo.	à Coluna Prestes.	
1936	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Prisões de Prestes e sua mulher Olga, foragidos desde o ano anterior. Polícia política, delações. Inaugurada a Rádio Nacional (RJ). Guerra civil na Espanha, paz entre Bolívia e Paraguai na "Guerra do Chaco".	O rádio como meio de difusão do Governo. "A Hora do Brasil". Publicada a primeira telefoto por um jornal brasileiro (O Globo). Criação da Folha da Tarde, pela Caldas Junior, em Porto Alegre.	Presidente constitucional da República.
1937	Getúlio Vargas	Flores da Cunha Daltro Filho	Implantação do Estado Novo, com nova Constituição, outorgada, fechamento do Congresso, extinção dos partidos e cancelamento das eleições presidenciais do ano seguinte. Instrumentos do Estado para cooptação dos meios de comunicação: isenções para importação de papel e outros insumos, impressão de livros sob encomenda, laudatórios ao governo, censura. Flores da Cunha opõe-se ao governo, é substituído e auto-exila-se no Uruguai. Plano Cohen com reação às suspeitas de implantação do comunismo no Brasil.	Adesão dos principais títulos ao projeto do Estado Novo, incluindo o Correio da Manhã. Plano Cohen reverbera na Imprensa.	Ditador.
1938	Getúlio Vargas	Daltro Filho Maurício Cardoso Cordeiro de Farias	Descoberta e reprimida tentativa de golpe integralista contra Vargas. Anticomunismo.	O Jornal, Diário da Noite, A Noite, A Manhã e Correio da Manhã são os principais da capital federal. Em declínio: Jornal do Brasil, O Imparcial e Gazeta de Notícias. Correio do Povo e Diário de Notícias no RS.	Ditador.
1939	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Começa o apogeu do nazifacismo europeu, eclode a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pela Alemanha. Neutralidade oficial do Brasil, cujo corpo de governo contém simpatizantes das facções em luta. Preservação da política anticomunista. Criação da Justiça do Trabalho e da	Criação do DIP: censura e cooptação de dirigentes e profissionais do Jornalismo. Primeiras cobranças, via	Ditador.

			Consolidação das leis do trabalho. Instituição do salário mínimo.	Imprensa, de um posicionamento brasileiro.	
1940	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Neutralidade do Brasil.Sequência do combate ao comunismo	Censura e cooptação. Ato governamental impede a circulação da palavra "democracia" nas legendas dos filmes estrangeiros em exibição no Brasil.	Ditador.
1941	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial, com a entrada dos EUA. Neutralidade inicial do Brasil, que sofre pressões aliadas e finalmente rompe com os países do Eixo. Instalações de bases navais em Belém, Fernando de Noronha, Natal e Recife.	Empresas Incorporadas do Patrimônio da União encampam todo o acervo de A Noite, A Manhã, Rio Editora e rádios Nacional e Mayrink Veiga. A guerra mundial é tema dominante do jornalismo brasileiro.	Ditador.
1942	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Submarinos alemães destroem ao todo 37 navios brasileiros. Brasil declara guerra ao Eixo.	Noticiário intenso sobre a guerra, nas emissoras de rádio e nos jornais.	Ditador.
1943	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias Ernesto Dornelles	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Brasil começa a organizar suas forças expedicionárias. Criação da CLT. Manifesto dos Mineiros, contra o Estado Novo. Política de povoamento do interior brasileiro, criação de territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguassu.	A guerra mundial continua como assunto dominante na imprensa brasileira, ainda sob censura.	Ditador.
1944	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Sequência da Segunda Guerra Mundial, com o "Dia D" (6/6), em que forças aliadas invadem a Europa para libertá-la do nazifascismo. Começam as pressões pela democratização do Brasil. Intensifica-se a campanha pela anistia aos presos políticos.	A guerra mundial continua como assunto dominante na imprensa brasileira, ainda sob censura.	Ditador.
1945	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles Samuel Figueiredo da Silva	Anunciada para dezembro a realização de eleições, concedida anistia a Prestes e prometida a convocação de Constituinte. *Queremismo*. Aliados libertam cinco mil prisioneiros em Auschwitz, Polônia. Morte de Mussolini e suicídio de Hitler. Bombardeio sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9/08. Fim da guerra, em 2/9. Criação da ONU.	Entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda no Correio da Manhã, representando o fim da censura. Pressões na imprensa pela	Ditador, deposto em 29/10, por militares do próprio governo. Recolhimento em sua propriedade rural no RS, mesmo tendo sido eleito senador.

	José Linhares		Getúlio deposto por golpe militar a 29/10.	renúncia de Vargas.	
1946	José Linhares Eurico Gaspar Dutra	Samuel Figueiredo da Silva Pompilio Cylon Rosa	Promulgada nova Constituição no Brasil. Liberdades democráticas. Abertura econômica ao capital estrangeiro, aumento das importações, restrições ao direito de greve. "Guerra fria".	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal. Aproximação de O Estado de S. Paulo à UDN, em posição ao governo.	Auto-exílio no RS. Senador.
1947	Eurico Gaspar Dutra	Pompilio Cylon Rosa Walter Jobim	Anunciado Plano Marshall, de recuperação da Europa.	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal.	Auto-exílio no RS. Senador.
1948	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Cassações de mandatos de parlamentares comunistas. Prestes lança manifesto em que critica setores do comunismo e anuncia oposição ao governo Dutra. Inicia-se o movimento em torno da defesa do petróleo no Brasil. Criação de Israel. ONU aprova Declaração dos Direitos Humanos.	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal.	Auto-exílio no RS.
1949	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Intensifica-se a peregrinação de políticos à fazenda de Getúlio Vargas. Resistência de Dutra à candidatura de Vargas.	Entrevista de Vargas a Samuel Wainer, anunciando que voltaria como um líder das massas. Correio da Manhã continua como o principal do Rio de Janeiro. Outros jornais importantes: O Jornal, Diário de	Auto-exílio no RS, com peregrinação política em torno de sua candidatura à Presidência.

			Mao Tse-Tung proclama a República Popular da China.	Notícias, O Globo, Diário Carioca. Decadentes: Jornal do Brasil, A Notícia. Criação da Tribuna da Imprensa, por Carlos Lacerda.	
1950	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Brasil sedia a Copa do Mundo e perde a final para o Uruguai. Eleições presidenciais, com a vitória de Vargas sobre Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Guerra da Coreia.	Implantação da televisão no Brasil (Tupi/SP). Intenso combate à candidatura Vargas, por grande parte da imprensa, em especial pela Tribuna da Imprensa. Modernização da imprensa, a partir do Diário Carioca, seguido pelo Jornal do Brasil e pela Tribuna da Imprensa.Surge a Editora Abril.	Presidente eleito.
1951	Eurico Gaspar Dutra Getúlio Vargas	Walter Jobim Ernesto Dornelles	Começa o mandato presidencial de Vargas. Inflação e falta de infraestrutura para ampliar a industrialização nacional. População brasileira: 51 milhões, com crescente fluxo do campo para as cidades.	Criação de Última Hora, por Samuel Wainer, de sustentação a Vargas e ao seu governo, e da TV Tupi/RJ. Tribuna da Imprensa em intenso combate a ambos e ao próprio Wainer. Última Hora também se insere na linha de modernização da imprensa Brasiléia.	Presidente eleito.
1952	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Implantação de restrições à remessa de lucros ao exterior. Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.	Segue o confronto da Tribuna da Imprensa com Vargas, seu governo, Última Hora e seu diretor. Outros jornais alinham-se às críticas ao governo. Lacerda usa também a Rádio Globo e a TV Tupi	Em exercício do mandato como presidente eleito.

			Fulgêncio Baptista toma o poder em Cuba.	como tribunas. Lançamento das revistas Manchete e Visão.	
1953	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Greves por melhores salários. Forte oposição política lideradas pela UDN. Criação da Petrobras. Nomeação de João Goulart como ministro do Trabalho. Implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (antecessor da Sudam). Termina a Guerra da Coreia. Morte de Stalin.	Intensifica-se a campanha de Lacerda e da Tribuna da Imprensa contra Vargas, para o que conta com o apoio de O Estado de S. Paulo - este, contudo, poupa o governo de críticas à política econômica, conduzida por ministros em geral paulistas. Criação da TV Record.	Em exercício do mandato como presidente eleito.
1954	Getúlio Vargas Café Filho	Ernesto Dornelles	Decretado aumento de 100% no salário mínimo, para satisfação dos trabalhadores e fortes reações do empresariado. João Goulart renuncia ao cargo de ministro do Trabalho, acusado de influências comunista e peronista. Denúncias contra assessores e familiares do presidente da República. Atentado a Lacerda, com morte do major Vaz. Governo sob oposição dos militares e da Imprensa. Proposta a criação da Eletrobrás (só efetivada em 1962). Golpe militar no Paraguai.	Intenso combate contra Vargas amplia-se a partir da morte do major Vaz. Posição da Tribuna da Imprensa é estendida à quase totalidade dos jornais de referência do centro do País. Expansão impressionante da chamada "imprensa popular", a partir da criação de O Dia e da Luta Democrática.	Suicida-se a 24/08.

Elaboração do autor. Base: Basbaum, Carone, Chagas, Fausto, Martins, Negreiros, Silva, Thompson.

6.2 Análise Formal ou Discursiva

A exemplo do que foi feito no capítulo 5, sobre os jornais A Federação e Correio da Manhã, são analisados no presente estágio da pesquisa os jornais Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, e Correio do Povo, de Porto Alegre, em suas edições do mês de agosto de 1954.

6.2.1 Tribuna da Imprensa

A Tribuna da Imprensa estava no quinto ano de existência, quando dos acontecimentos de 1954, exercendo, então, o que se propusera desde sua primeira edição, em 27 de dezembro de 1949: um jornalismo de oposição. Era, como dito por Cunto (1982)[124], a "Tribuna de Carlos Lacerda", que "fez jornalismo e fez jornalistas", que "Não refletiu, apenas, a História de um tempo. Fez História".

Nos exemplares estudados para o presente trabalho, o jornal tinha no cabeçalho da sua capa uma lanterna e um jornaleiro como ilustrações em cada extremidade do seu nome, seguido da frase "Um jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz". A denominação repetia a de coluna assinada por seu criador, Carlos Lacerda, entre 1946 e 1949, no Correio da Manhã - o rompimento do jornalista com os antigos patrões não o impediu de levar consigo o nome do espaço.

Funcionando, ainda, como uma sociedade anônima, o jornal já não tinha mais o conselho consultivo[125] inicial, porque "Lacerda não tolerava interferências" (DULLES, 1992. p. 146). Sua tiragem média oscilava, então, entre 25 mil e 45 mil exemplares, estimada em 40 mil em 1954, o que o colocava numa posição intermediária entre os grandes diários cariocas. "Apesar de sua pequena tiragem... era um jornal influente" (RIBEIRO, 2007, p. 145). Lacerda a definia como "o *Correio da Manhã* da tarde".

Apesar dessa marca panfletária antigovernista - e, mais do que isso, antivarguista - que alavancou a carreira política de Lacerda, à Tribuna da Imprensa pode, também, ser computada alguma participação no processo de modernização da imprensa brasileira, nos anos 1950. Ribeiro (2007) refere equipe de excelente nível técnico-profissional, recrutada por Lacerda. Um desses repórteres foi Stefan Baciou, para quem o objetivo do proprietário era ter no jornal pessoas com dom e dinamismo renovadores. "Gente como Carlos Castello Branco, Helio Fernandes, Odylo Costa Filho. Membros da nova equipe do *Jornal do Brasil*, entre eles e Mário Faustino e Alberto Dines, passaram pela 'velha *Tribuna*' e lá ficaram mais ou menos tempo" (BACIOU, 1982, p. 58). Ribeiro (2007) também lembra que na primeira equipe da TI, muitos eram originários do Diário Carioca, então o principal renovador do jornalismo brasileiro.

---

[124] Em BACIU, Stefan: **Lavradio, 98** – histórias de um jornal de oposição: a **Tribuna da Imprensa** ao tempo de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

[125] Composto por Adauto Cardoso, Dario de Almeida Guimarães, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Tristão de Ataíde, nomes representativos da UDN, e que funcionou até 1952 (RIBEIRO, 2007, p. 145.)

Quando do período examinado nesta Tese, o jornal tinha Carlos Lacerda como presidente, Aluízio Alves como redator responsável e Nelson Viana como editor geral.

O jornal não tinha indicações de editorias em suas páginas, cuja tradição, contudo, colocava na página 2 as colunas "Acontece todo dia", com notas citadinas, A maioria de conteúdo policial e sem assinatura e "Vozes da Cidade", de José do Rio, em duas coluna por 25 centímetros, com conteúdos de Política e Economia, mas meramente informativa.

Sua página 3 vinha com a coluna "Informação Política", em duas colunas e dois terços da página, com notas, o espaço "Ante-sala do Catete", em duas colunas e cerca de 30 centímetros, a charge diária, as cartas dos leitores e o artigo de opinião, além das informações de agenda de cinema e teatro. A quarta página era, à época, a do expediente, da coluna "Opinião" (obre a administração municipal) e o espaço "Diversos", mais uma vez com a programação de cinema e teatro. Sua página 5 era dedicada às notícias internacionais e a seis à "Tribuna Agrícola".

A Tribuna da Imprensa circulava ainda com o Caderno Variedades (Página feminina, Vida social, Teatro, Cinema, Música, Rádio, Artes, Desfiles, Crianças e Todos os esportes).

Os exemplares aqui analisados começam pela edição conjunta de 31 de julho e 1º de agosto de 1954, sábado e domingo, no sexto ano de existência do jornal. Sua capa esteve dominada pelo "Grande Prêmio Brasil de Turfe", não trouxe manchete nem títulos principais com referências específicas ao governo ao qual fazia oposição sistemática. Esse teor crítico começou a se fazer presente, porém, em três títulos secundários de sua página inicial: "Pressão econômica para eleger Cleofas", "Sílvio foi mesmo vítima de atentado" e – principalmente – "Porque Lutero é ladrão". Todos os três com conteúdos desmerecedores do governo de Getúlio Vargas e o último deles, atingindo sua família[126] e acompanhado da chamada em letras brancas sobre box preto: "Os advogados de Carlos Lacerda explicam como foi cometido crime do filho do presidente da República. Na página 4, a conclusão da defesa prévia do jornalista".

[126] Lutero Vargas (1912/1989): primogênito de Getúlio, médico, fundador do PTB e deputado federal por vários mandatos a partir de 1950.

Na página 2, a matéria principal, com 25 centímetros em três colunas, dava sequência a assunto chamado na capa: "Degolados[127] de surprêsa altos funcionários da Prefeitura", tratando da substituição do secretário Mário Cabral, da Viação, e do presidente do Banco da Prefeitura, Alcebíades França Faria, por Lauro Paes de Andrade e Armando Vital Leite Ribeiro. Segundo a matéria, por ordem de Lutero e também estando prevista a demissão de Murillo Lavrador, entre outras. No texto, o jornal reproduziu conversa com Cabral: "'Coisa de Lutero Vargas?" – perguntamos. 'Acredito que sim, pois o prefeito[128] só faz o que ele quer', respondeu o sr. Mário Cabral". Uma frase de Cabral, antecedida do subtítulo "REPTO", finalizava a matéria: "Se alguém falar de minha honra, mesmo que seja o presidente da República, fica convidado a provar".

Na sua página 3 dessa data, o jornal de Carlos Lacerda teve a matéria principal intitulada "Pressão econômica para eleger Cleofas", com 75 centímetros, três colunas. Repetiu no seu interior, portanto, a chamada da primeira página, em conteúdo com denúncias de 14 deputados federais e três senadores pernambucanos fiéis a Cordeiro de Farias, contra pressões ao governo federal sobre o Estado: coações aos usineiros, agentes secretos, ameaças (segundo o jornal, de Osvaldo Aranha ao PTB e PSD locais). No meio do texto, um pequeno anúncio, cercado: "UDN. Para Vereador, Venâncio Igrejas". Outros três títulos da mesma página relacionavam-se à política no Rio Grande do Sul: "Brochado: queriam me triturar" (sobre preterição de Brochado da Rocha, em favor de Pasqualini, pelo PTB, com o dissidente candidatando-se ao governo estadual pelo PRP de Ademar de Barros), "Pasqualini está largando candidatura", e "Jango candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul". Nessa página, o jornal publicava, também, a coluna "Informação Política", normalmente ocupando dois terços da altura em duas colunas, com notas; e a o espaço "Ante-sala do Catete", em duas colunas e cerca de 30 centímetros, nessa edição dominado por notícia da condenação da União a pagar indenização de Cr$ 6.610.549,00 e Cr$ 5 milhões a Armando Sales de Oliveira e Julio Mesquita Filho, por terem sido desterrados durante o Estado Novo.

Nessa data, a página 4 da Tribuna da Imprensa foi tomada quase exclusivamente pelo texto "Defesa Prévia de Carlos Lacerda" – com conclusão de conteúdo iniciado em

---

[127] Sem explicação para o sentido figurado da palavra, que fica implícito no decorrer da leitura.

[128] Dulcídio Cardoso. Foi secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo durante o Estado Novo e prefeito do Distrito Federal entre 1950 e 1954. General do Exército.

edições anteriores – ao processo que lhe movia Lutero Vargas, por calúnia e injúria. Defendido por Sobral Pinto e Adauto Lúcio Cardoso, o proprietário do jornal expôs no "tijolão" em que se transformou a página os argumentos, críticas e acusações, distribuídas pelos intertítulos do texto em seis colunas e todo cumprimento: "Prova de confissão", "Favorecimento a Wainer", "Por isso Lutero é ladrão", "Jafet tirou partido", "Estender a corrupção", "Campanha eficaz e verdadeira", O poder do nome", "Dinheiro dos outros", "Um nome sôbre a mesa", "Lutero facilita", "Sonegação de imposto", "'Dumping' da Imprensa Livre", "Participação na quadrilha", "Plenitude da verdade", "Julgamento do escândalo", "Testemunha de cheque", "Ação contra a SOGECO", "Denúncia exata", "Prova o que diz", "Nenhuma injúria", "Compensação", "Conclusões" e "Rol de testemunhas" (em que foram referidos "Francisco Matarazo Júnior, industrial, Armando Falcão, deputado federal, Aliomar Baleeiro, deputado federal, Eduardo Eugênio Gomensoro, médico, Roberto Rocha de Souza, industrial, Guiomar Sarmento Pádua Schnoor, dona de casa, Ricardo Jafet, industrial e Antônio Pereira Lima, deputado federal" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 31/07 E 1º/08/1954, p. 4).

A 2 de agosto de 1954, segunda-feira, um tema tratado na edição da véspera voltou ao noticiário do jornal, como manchete: "JANGO CANDIDATO: DESAFIO AO POVO CARIOCA", relacionada a artigo de Lacerda, na página 4. Havia ainda uma segunda manchete, no mesmo nível de exposição da primeira: "SOMOS UM POVO HONRADO/GOVERNADO POR LADRÕES", sobre atos em Volta Redonda e Barra Mansa, em apoio aos candidatos ao governo do Rio, senador Pereira Pinto, a vice, Horácio de Carvalho Júnior, pela Aliança Popular Fluminense. E também um quadro pequeno, no canto direito inferior da página: "Prezado leitor:/Carlos Lacerda estará,/hoje, às 22,10hs,/na Rádio Globo./ O REDATOR/DE PLANTÃO".

Na página 3, "Somos um povo honrado governado por ladrões" foi o título (repetido da capa) da matéria principal, de 80 centímetros, em cinco colunas, sobre o comício de Volta Redonda. Outras notícias tiveram como ponto comum a postura oposicionista ao governo: "União mineira sòmente contra Vargas", "Sarasate candidato ao govêrno do Ceará", "Subsídios em São Paulo", "Greve geral em Minas Gerais no dia 12", "Integralistas querem candidato próprio". A página teve ainda as colunas "Tribuna Parlamentar" e "Ante-sala do Catete", e ainda os anúncios de dilentatismo político lacerdista: 1) "JUNTOS!!!/UDN – para deputado/Carlos Lacerda/Para vereador/Jair

Martins (o Índio)", 2) "UDN/Para/vereador/Venâncio/Igrejas" e 3) "Fala a UDN/Ouçam o programa/de esclarecimentos políticos/às quartas e sextas-feiras,/das 20,35hs às 21 horas/na Rádio Globo".

Na Página 4, o destaque para artigo de Lacerda sobre candidatura de Jango ao Senado pelo Distrito Federal, com o título "Desafio ao povo carioca", argumentava:

> Temos, pois, Jango Goulart candidato a senador pelo Distrito Federal. Candidato pelo Banco do Brasil (23 milhões), pelo Fundo Sindical, pela corrupção da Prefeitura, pela demagogia que explora a miséria do povo, que o próprio governo fomenta.
>
> Uma vez até um cavalo foi feito senador. Agora, porém, é um potro gaúcho que se atreve a aparecer candidato (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02/08/1954, p. 4).

Lacerda usou o texto para apontar o que, ironicamente, definia como credenciais do candidato, ressaltando suas ausências na Câmara Federal (na qual representava o PTB/RS): "É, pois, este aventureiro sem escrúpulos, carrapato no couro da Oligarquia Vargas, que se apresenta candidato a senador pelo Distrito Federal" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02/08/1954, p. 4). Lacerda chamou o parlamentar gaúcho de "êsse trabalhista de 'boite'", que "arregaça as mangas da camisa para a farra e depois, por se apresentar assim descomposto, finge de amigo dos trabalhadores" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02/08/1954, p. 4).

O texto se encerrou com um exercício explícito de propaganda política em favor dos adversários do PTB:

> É preciso que o povo mobilize os seus votos para reeleger Hamilton Nogueira e eleger Gilberto Marinho. Assim estará evitando que duas cadeiras do Senado, precisamente aquelas que significam a vontade do povo da capital do país, sejam ocupadas por homens que, se eleitos, tudo farão para reformar a Constituição, promover a escolha indireta (pelo próprio Congresso) do presidente da República, roubando ao povo o direito de escolher o seu presidente (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02/08/1954, p. 4).

Na mesma página, grande matéria sobre a sucessão em São Paulo, pró-Prestes Maia: "PRESTES MAIA PEDE/AREFORMA SOCIAL" – em que o correspondente Clóvis Bueno de Azevedo tentava descaracterizar a imagem do candidato como reacionário.

Em 3 de agosto de 1954, uma terça-feira, a manchete de capa manteve a mesma direção, mais uma vez alvejando a família Vargas: "LUTERO APONTADO/À NAÇÃO

COMO/SONEGADOR". O texto era ilustrado por uma foto do filho do presidente junto a um microfone, recortada e seguida pelas chamadas: "O filho de Vargas e Waibo Chamas pagarão Cr$ 875 mil aos cofres públicos", "A Recebedoria Federal de São Paulo confirma a denúncia do jornalista Amaral Netto", e "Vitória do 'Clube da Lanterna'". O texto começa assim: "Lutero Vargas e Walbo Chamas, além dos crimes que cometeram nas negociatas da 'Última Hora', são reles sonegadores de impostos. Foi isso o que ficou provado, ontem, na Recebedoria Federal de São Paulo, após o exame da denúncia do jornalista Amaral Netto, presidente do 'Clube da Lanterna'" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 03/08/1954, p. 1).

Outras chamadas na primeira página: "O PTB prepara greve geral para 16 de setembro", "Mais Cr$ 600 milhões para a corrupção", "Nova decisão da UDN sôbre Cleofas", "Vereadores organizam novo 'trem da alegria'", e "O Govêrno passa calote nos flagelados do Nordeste".

Na página 2, "Calote no Nordeste" foi a matéria principal, seguida de "Janio comprou carro roubado", "Candidatos do Clube da Lanterna: apresentação dia 9", e "Ancora prepara nova infâmia contra Lacerda" ("Dirão que êle é comunista" – como subtítulo). Para esta última, a observação: "A oligarquia Vargas está tramando, em conluio com o chefe de Polícia, general Armando Ancora, uma nova infâmia contra Carlos Lacerda, que será espalhada, com grande estardalhaço, pelos quatro cantos da cidade e do país, às vésperas das eleições de 3 de outubro", em matéria em 25 centímetros e duas colunas.

Na página 3, conteúdos de Política em geral, com valorização da movimentação da UDN e desmerecimento das ações da Prefeitura e do Governo Federal; as colunas "Tribuna Parlamentar", de João Duarte, filho, em que o autor retificou opinião anterior ("Chapa branca") sobre Pereira Lira, e "Ante-sala do Catete". E ainda as matérias intituladas "Brochado explica o seu rompimento" e "Vingança de Dulcídio à demissão de Cabral" e os indefectíveis anúncios da UDN e do programa de Lacerda na Rádio Globo.

O artigo de Lacerda, como de hábito, estava na página 4, nesse dia sob o título "A ficha de Calabar", sobre as eleições em Pernambuco, em que o autor acusa traições entre correligionários, em tema que terá continuidade no dia seguinte.

A 4 de agosto, quarta-feira, de fato, “EIS AS PROVAS, CALABAR”, foi a manchete principal do jornal - com texto denunciando que o Governo Federal deu dinheiro para a eleição de Cleofas ao governo de Pernambuco -, acompanhada de chamada para artigo de Lacerda na página. 4. O tom ácido que caracterizava a Tribuna da Imprensa nos conteúdos que se referem ao governo se reproduziu nos títulos subsidiários da primeira página: “Programa de ação: escorraçar os ‘ratos’ do Estado do Rio”, “Lutero e Acioli em cabala eleitoral”, “A poliomielite no Rio impressiona especialista americano”, “Carne a Cr$ 22; quilo de 800 gramas: novas invenções da Cofap”, “Industrial confirma golpe de Cateyson”. Um quadro ao pé direito da página alertava os leitores de que “Faz hoje 44 dias desde que terminou o prazo dado à ERICA para regularizar sua situação no Banco do Brasil. Até hoje, o Sr. Osvaldo Aranha não tomou nenhuma providência. O REDATOR DE PLANTÃO” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 04/08/1954, p. 1).

A 5 de agosto de 1954, a capa da Tribuna da Imprensa refletiu o atentado a Lacerda, ocorrido na véspera, em que foi morto o major Vaz. Sua manchete valeu-se de uma linha de apoio que ocupou toda a extensão lateral da capa: Eduardo Gomes: “A HONRA DA NAÇÃO BRASILEIRA EXIGE A PUNIÇÃO DÊSTE CRIME”, seguida do título “A NAÇÃO EXIGE/O NOME DOS/ASSASSINOS”. Ao lado, à direita, em quadro, depoimento de Lacerda: “O sangue de um inocente”, com foto do militar falecido. A página teve ainda as fotos de Lacerda ferido no pé, do cadáver do Major Vaz e de Eduardo Gomes no carro que levou o corpo do morto.

Sob o título “ELEMENTOS DA GUARDA PESSOAL DE VARGAS”, a capa fez a especulação sobre a origem do atentado:

> No momento em que encerrávamos esta edição telefonou para a redação de TRIBUNA DA IMPRENSA uma pessoa que, sem querer dar maiores detalhes, disse o seguinte: “Para orientação de vocês eu tenho a informação que os autores do atentado a Carlos Lacerda foram dois elementos da guarda pessoal do presidente da República e um elemento da Polícia Especial, todos muito chegados ao Sr. Lutero Vargas”.
>
> Como o redator que atendeu o telefonema insistisse em obter, pelo menos, a descrição dos três assassinos, o informante disse apenas:
>
> “Eu não posso informar mais nada, nem posso dar qualquer outro indício. Isso pode identificar-me e eu também pertenço à Guarda Pessoal do Presidente”.
>
> E a ligação foi cortada (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p. 1).

Também na capa estava, ainda, o texto sob o título "OS ASSASSINOS FUGIRAM EM CARROS DIFERENTES", acompanhado por uma fotografia da doméstica Ismênia Gomes dos Santos, que falou com os assassinos (trabalhava no apartamento 102 do edifício 180 da R. Toneleros, da família Gomide - Lacerda morava no 1002).

Antecipado da página 4, seu espaço habitual, para a capa, o artigo de Lacerda nessa edição se iniciou da seguinte forma: "RUBENS Florentino Vaz, herói do Correio Aéreo Nacional, pai de quatro crianças, caiu esta noite a meu lado. Meu próprio filho correu, com êle, o risco a que estão sujeitos os brasileiros entregues a um regime de corrupção e terror" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p. 1). A seguir, apontou quem considera responsável pelo crime:

> Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por êste crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para os atos desta noite.
>
> Êsse homem chama-se Getúlio Vargas. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p.1).

"Rubens Vaz morreu na guerra. Morreu, êsse querido amigo, na mais terrível, na mais insidiosa das guerras: a de um povo inerme contra os bandidos que constituem o govêrno de Getúlio Vargas" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p. 1), foram as frases finais do artigo.

A cobertura do atentado a Lacerda com a consequente morte de seu assessor, ocupou, nessa data, praticamente a totalidade das páginas 2 e 3 enquanto, na 4, o espaço que costumava ser destinado à opinião do proprietário foi dessa vez assinado pela redação, com o título "Nossa parte será cumprida", cuja frase inicial dizia: "Afunda-se a oligarquia no sangue" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p. 4). O assunto foi retomado na página 6, com a matéria "Três repórteres do *Diário Carioca* viram o atentado", referindo-se a Otávio Bonfim, Deodato Maia e Armando Nogueira; e na 8, com "Os assassinos fugiram em carros diferentes" (quase toda ocupada por textos e fotos – novamente o cadáver e o guarda municipal Salvio Romeiro, que interpelou os assassinos em fuga e foi ferido na perna por um deles).

O crime da Rua Toneleros transformou o governo em alvo, especialmente para a Tribuna da Imprensa, sua adversária *a priori*. Nos dias seguintes, o jornal colocou o tema em manchetes sucessivas: "Carlos Lacerda escreve: COMEÇOU A IMPOSTURA

DOS MANDANTES" (06/08/1954), "APURAR TUDO, ATÉ O FIM" (07 e 08/08/1954, sobre a posição dos oficiais das três armas), "Afirma Carlos Lacerda: CLIMÉRIO ESTEVE COM LUTERO NA AUDIÊNCIA DA 14ª VARA (09/08/1954)", "QUATRO CRIMES DE MORTE NA VIDA PREGRESSA DE VARGAS" e "EIS O OUTRO ASSASSINO" (10/08/1954), "Apêlo de Lacerda a Vargas: RENUNCIE À/PRESIDÊNCIA/PARA SALVAR/A REPÚBLICA" e "VARGAS, VIRTUALMENTE DEPOSTO HÁ 48 HORAS, NÃO QUER SAIR DO CATETE" (11/08/1954), "GREGÓRIO TENTOU/INTRIGAR O GENERAL/CAIADO DE CASTRO - REUNIÃO HOJE DE TODOS OS GENERAIS NO MINISTÉRIO DA GUERRA" e "PELEGOS TENTAM GREVE DE APOIO A VARGAS" - (12/08/1954).

Na continuação, "ESTÁ PROVADO: O GOVÊRNO/DEU FUGA AOS CRIMINOSOS", "DUTRA: A RENÚNCIA VIRIA TRANQÜILIZAR O PAÍS" e "Triunvirato militar:/condição da renúncia" (13/08/1954), "PODE PRESIDIR/A REPÚBLICA O PAI/DO HOMEM/QUE VAI SER/INQUIRIDO?" (14 e 15/08/1954), "ONZE DIAS DEPOIS DO CRIME" – chamada em manchete para artigo de Lacerda – e "PRESO NA MARINHA/GREGÓRIO FORTUNATO" (16/08/1954), "CLIMÉRIO PRESO NO/GALEÃO" e "FÓRMULA CONSTITUCIONAL PARA A CRISE" (artigo de Lacerda em17/08/1954), "FOI A MANDO DE/LUTERO VARGAS" (18/08/1954), "EIS OS CRIMINOSOS/FALTA O MANDANTE" (com artigo de Lacerda: Provada a culpa de Vargas, em19/08/1954), "PRÊSO O ÚLTIMO DOS ASSASSINOS" e "Lacerda: O CRIME FOI DO CATETE" (20/08/1954), "REVELAÇÕES SENSACIONAIS/HOJE ÀS QUATRO HORAS DA TARDE (GREGÓRIO E MANOEL VARGAS VÃO SER DENUNCIADOS COMO SONEGADORES)", "TENSA A SITUAÇÃO/POLÍTICO-MILITAR" (21 E 22/08/1954), "DECISÃO UNÂNIME:/RENÚNCIA DE VARGAS (OS BRIGADEIROS REUNIDOS)", "GREVE NA MARINHA E AERONÁUTICA SE VARGAS FICAR MAIS 48 HORAS" (23/08/1954), "AGRAVA-SE A CRISE MILITAR COM A DECISÃO DE VARGAS", "OS BRIGADEIROS REUNIDOS/DECISÃO UNÂNIME:/RENÚNCIA DE VARGAS" (23/08/1954, dia em que houve duas edições da Tribuna da Imprensa).

Vespertino, o jornal pôde noticiar no próprio dia 24 de agosto de 1954 o suicídio de Vargas, cometido na manhã: "SUICIDOU-SE/GETÚLIO VARGAS" foi a manchete, em letras por quase toda a extensão da capa, com foto de Getúlio Vargas e a legenda: "Seu suicídio serve de lição e advertência eterna. Paz à alma de Getúlio Vargas. E paz,

na terra, ao Brasil e ao seu atribulado povo" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/08/1954, p. 1).

Toda a página ocupou-se do mesmo assunto, tratado em matérias à parte sob os títulos "Primeiras declarações do Presidente Café Filho/PACIFICAR OS ÂNIMOS/PARA UM GOVÊRNO DE/UNIDADE NACIONAL", "OS 19 DIAS QUE ABALARAM A NAÇÃO".

O jornal publicou também uma fotografia de Lacerda, com a legenda "Às 4 horas da madrugada, o diretor da TRIBUNA foi cumprimentar o novo presidente da República, em sua própria residência".

Ainda na capa, um breve conjunto de subtítulos sustentou a manchete: "Desfechou um tiro no coração – O suicídio ocorreu em seus aposentos particulares – O médico da Assistência nada pode fazer – O general Caiado de Castro desmaiou ao ouvir o disparo – Zenóbio proibido de entrar no Palácio do Catete".

Na Página 2, "Café Filho é o novo Presidente da República" foi o título do texto de abertura, seguido da chamada "Suicidou-se Getúlio Vargas", com o texto seguinte dando sequência ao anunciado na manchete de capa:

> O afastamento do presidente da República começou realmente a partir das vinte e quatro horas, no gabinete do ministro da Guerra, onde se encontrava, desde às 22 horas, o general Zenóbio da Costa, em conferência com os generais seus amigos... Aos 30 minutos de hoje, o movimento aumentou consideravelmente no Ministério da Guerra, com o Marechal Mascarenhas e os generais Mendes de Morais, Odílio Denys e Olímpio Falconiere, chegando para conferenciar com o ministro da Guerra. O general Mendes informou ao ministro que, mesmo sob ressalva, já havia assinado memorial dos outros 22 generais (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/08/1954, p. 2).

Há também nessa página a reprodução da "NOTA OFICIAL DA PR" (emitida após a reunião ministerial):

> O presidente da República reuniu hoje o ministério para exame da situação político-militar criada no Brasil. Ouvidos os ministros, cada um de per si, foram debatidos longamente os diversos aspectos da crise e as suas graves conseqüências. Deliberou o Presidente Getúlio Vargas, com integral solidariedade de seus ministros, entrar em licença, passando o govêrno ao seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, sejam respeitados os poderes constituídos e honrados os

> compromissos solenemente assumidos perante a Nação pelos oficiais generais de nossas Fôrças Armadas. Em caso contrário, persistiria inabalável no seu propósito de defender as suas prerrogativas constitucionais com o sacrifício, se necessário, de sua própria vida (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/08/1954, p. 2).

Na página 3, "DRAMATICO DISCURSO/DE CAFÉ FILHO NO SENADO" foi o título de abertura e de continuação da cobertura do desfecho trágico da crise. Na 4, o título "Militares e políticos falam sôbre o afastamento de Vargas" – abrindo a página - demonstrava que o jornal não teve tempo para atualizar matéria de fato ocorrido anteriormente ao suicídio. Outro texto informava no título que "Café Filho é o novo Presidente da República", em continuação da página 2. Na 6, as primeiras declarações do novo presidente são tratadas em texto cuja chamada é "PACIFICAR OS ÂNIMOS PARA UM GOVÊRNO DE UNIÃO NACIONAL"; enquanto outro texto resgatava "Os 19 dias que abalaram a Nação".

Também a página 8 da edição desse dia histórico teve conteúdos produzidos antes do suicídio de Vargas: "Apoio da UDN a Lacerda", "Produtores paulistas confiantes nas Fôrças Armadas" e "Visitas a Lacerda" - em texto de 10 parágrafos com os nomes de todos os visitantes.

Manifestações de populares pró-Getúlio Vargas, que ocorreram em todo o país após a sua morte, foram particularmente intensas no Rio de Janeiro. Impediram, inclusive, a Tribuna da Imprensa que circular no dia 25 de agosto.

A 26 de agosto de 1954, o jornal apresentou na capa uma manchete composta por linha de apoio, título em maiúsculas sublinhadas e subtítulos em caixa alta, conforme segue: "Afirma o general Brochado da Rocha/VARGAS MORREU VÍTIMA DOS MAUS AMIGOS". "'AQUELES QUE O EXPLORARAM EM VIDA QUEREM, AGORA, EXPLORAR A SUA MORTE'"/"OS COMUNISTAS ORIENTARAM AS AMEAÇAS EM PORTO ALEGRE"/"O CANDIDATO AO GOVÊRNO DO RIO GRANDE DO SUL, DE VOLTA AO RIO, DIZ QUE SEU LUGAR É NA CÂMARA, NESTA HORA ATRIBULADA DA VIDA NACIONAL".

"'Beijo' e Jango vão depor no Galeão", "A coragem de Eduardo Gomes", "DOZE MIL SOLDADOS GARANTEM A ORDEM NACIONAL", "Govêrno acima dos partidos, garante o novo ministro da Justiça" e "Estes são os homens de Café Filho" foram os demais títulos da capa, que conteve ainda dois boxes: "Pelo Brasil" e "Nosso

compromisso" (este último com a posição da Tribuna da Imprensa, explicando que o jornal não circulou na véspera, assinado pela direção).

A página 2 teve por título principal "Repercute no estrangeiro/a morte de Getúlio Vargas", e como matérias secundárias "Gregório faz greve de fome", "Missa em sufrágio do presidente morto", "Nomeações e exonerações do novo Govêrno", "Café continuará a receber o povo", "Voto de pesar do Supremo Tribunal Federal". A edição mostrou ainda uma foto de multidão na Rua do Lavradio (tratando-a como "bandos que apedrejaram e tentaram invadir" a Tribuna da Imprensa).

Na página 3, a continuação da matéria com o ministro da Justiça – "O govêrno acima dos partidos" -, pequeno box sobre o luto oficial de oito dias decretado por Café Filho, a sequência do texto da entrevista com Brochado, um manifesto de Cordeiro de Farias e a coluna "Ante-sala do Catete" – tratando sobre o primeiro dia de Café na Presidência da República.

A página 4, com informações sobre a composição do governo, os atos do novo presidente, as prisões de comunistas (lista) e o que fazia Gregório no governo Getúlio Vargas, deu sequência à cobertura da crise, que se estendeu pelas páginas 7 ("Grande emoção no embarque do corpo de Vargas") e 8 ("Doze mil soldados garante, a ordem na cidade", com muitas fotografias).

A Tribuna da Imprensa de 27 de agosto de 1954 teve por manchete "DERRUBAR OS INSTRUMENTOS/DE DOMÍNIO DA OLIGARQUIA" - o que, na verdade, era um conjunto de chamadas para mais um artigo de Lacerda: "Primeira providência no novo Govêrno para restaurar o respeito do povo à autoridade legítima/Revogar o contrôle estatal sôbre a economia, as finanças e a cultura/O que serve a uma Oligarquia não serve à Democracia/Exploração de carta apócrifa de Vargas/Retirar aos golpistas os meios de agitação".

Ainda na capa, a edição trouxe notícias sobre as repercussões ao suicídio de Vargas ("Seis mortos e 70 feridos nas desordens no Rio Grande do Sul", "O ministro da Fazenda/anuncia nova/política econômica", "Proteção dos/partidos em/face do/novo Govêrno" e "Comunistas tentam/dominar futura/Central Sindical").

Na página 2, o título principal, "Nova política econômica, anuncia o Ministro da Fazenda", em sequência ao chamado na capa, rivalizou em importância com "Visitas a

Carlos Lacerda", matéria desenvolvida por 19 parágrafos exclusivamente com nomes de visitantes em desagravo ao atentado da Rua Toneleros. "Nomeações e demissões no novo govêrno", com foto de D. Jaime Câmara visitando o novo presidente; "Seis mortos/e 70 feridos/nas desordens/no Rio. G. do Sul" são os dois outros conteúdos desse espaço.

"Participação sem compromisso, decide o PSD sôbre o Govêrno", foi o título principal da página 3, seguido de "O novo ministro da Guerra/pede ordem e tranquilidade", "O PTB irá até/a sabotagem", "Os ex-ministros retornam às/suas atividades normais", "Alencastro:/Tôda colaboração/ao novo Govêrno" e "'Apagar os rancores': Lourival".

Na página 4, o artigo de Lacerda indicava "Providências Urgentes a Café Filho", a charge de Hilde, sob o título "Presidente Jornalista" com Café Filho subindo escadas do Catete abraçado a uma mulher identificada como IMPRENSA, e pequena nota de uma coluna e só 10 cm de texto telegráfico: "SEPULTADO/GETÚLIO VARGAS".

Na página 6, "Gudin e Lucas na Fazenda e Viação" informou sobre a composição de governo, enquanto na 8 "Comunistas espalham boatos em São Paulo" e "Zenóbio responde a Vargas: 'Não traí'" deram sequência à cobertura.

A edição de 28/08/1954 retomou como manchete um assunto anterior ao suicídio de Vargas: "O SESI PAGAVA/À GUARDA/PESSOAL", denunciou o jornal, em título logo secundado na mesma capa pelo anúncio do programa de Carlos na Rádio Globo. A primeira página teve ainda os seguintes títulos relacionados à mudança de governo: "Será mantido em todo o país o novo salário mínimo", "Expurgo dos maus/elementos, promete/o chefe de Polícia", "O PAÍS VOLTA À CALMA – DIZ O MINISTRO DA GUERRA", "Os sete pontos/principais da/nova política econômica" e "Greve geral com/apoio dos marítimos".

O artigo de Lacerda, como de hábito, na página 4, foi dirigido ao governo e teve por título "O golpe que fracassou", encerrando com "O golpe de Estado que prepararam com a minha morte foi frustrado pelo sacrifício heróico do major Vaz. Não tentem realizá-lo agora, por meio de eleições 'dopadas', à custa da terceira vítima dessa emboscada: Getúlio Vargas" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 28/08/1954, p. 4).

A 30 de agosto de 1954, “GRANDE FRENTE NACIONAL/PARA APOIAR CAFÉ FILHO” foi a manchete, seguida da íntegra da palestra de Lacerda na Rádio Globo, sob o título (no jornal) de “Os verdadeiros/inimigos de/Getúlio Vargas”, “ETELVINO: ‘PERNAMBUCO ESTÁ DO LADO DO GOVÊRNO FEDERAL’”, “Conclusão do/inquérito na/Polícia ainda/esta semana”, “ADVERTE O MINISTRO DO TRABALHO: ‘O GOVÊRNO REPRIMIRÁ PELEGOS E COMUNISTAS’”, “LODI PROPÔS/A GREGÓRIO/O ASSASSINIO/DE LACERDA” e “GOVERNO CAFÉ: POSIÇÃO DE DUTRA” foram as chamadas constantes da primeira página, com conteúdos desenvolvidos nas páginas internas da edição.

A 31 de agosto de 1954, a Tribuna da Imprensa mancheteou: “MORREU A 1º VITIMA DA/HISTERIA DOS GOLPISTAS” e teve por títulos secundários “ALIANÇA PCB/PTB para provocar desordem nas ruas”, “ELEMENTOS DO PTB/CONVERTERAM EM/COMÍCIO AS PRECES/DO POVO POR VARGAS”, “O Govêrno garantirá eleições livres”, “SILVIO TERRA: GREGÓRIO REVELARÁ OS MANDANTES”, “Interrompida articulação de greve geral no Rio”, “A morte de Lacerda/iniciaria vasto/plano terrorista”, “Completa-se o/Govêrno Café Filho”, “Novos documentos sobre escândalos da Oligarquia”, e, em destaque, o quadro “Dos oficiais/da Aeronáutica/ao povo”, seguido do texto “Há vinte e seis dias foi covardemente assassinado o major Rubens Florentino Vaz. Eliminado por facínoras, não lhe foi dada a mínima chance de defesa. Morreu inocente. Exigimos justiça”.

O quadro à frente ilustra o que foi tratado acima.

Quadro 12

COBERTURA DA TRIBUNA DA IMPRENSA DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 1954			
Dia	**Página**	**Títulos**	**Espaço**
31/07 e 1º/08/1954 Edição conjunta de sábado e domingo	Capa	Pressão econômica para eleger Cleofas Sílvio foi mesmo vítima de atentado Porque Lutero é ladrão	Manchete e títulos subsequentes sem referências ao governo, mas chamadas em tom crítico a seguir.

	2	Degolados de surprêsa altos funcionários da Prefeitura	Três colunas, 25 cm.
	3	Pressão econômica para eleger Cleofas	Desenvolve em três colunas e 75 cm a chamada da capa.
		Brochado: queriam me triturar	Coluna em 2/3 da página, com notas.
		Pasqualini ia largando candidatura Informação Política Ante-sala do Catete	Espaço fixo com 30 cm, 2/3 deles ocupados por notícia da condenação da União a pagar indenização a Armando Sales de Oliveira e Julio Mesquita Filho. Página com pequeno anúncio (em meio ao texto principal) de vereador da UDN.
	4	"Defesa Prévia de Carlos Lacerda"	Ocupando praticamente a página inteira e concluindo publicação em série iniciada em dias anteriores.
		Prova de confissão/Favorecimento a Wainer/Por isso Lutero é ladrão/Fafet tomou partido/Estender a corrupção/Campanha eficaz e verdadeira/O poder do nome/Dinheiro dos outros/Um nome sôbre a mesa/Lutero facilita/Sonegação de impôsto/"Dumping" da Imprensa Livre/Participação na quadrilha/Plenitude da verdade/Julgamento do escândalo/Testemunha de cheque/Ação contra a SOGECO/Denúncia exata/Prova o que diz/Nenhuma injúria/Compensação/Conclusões/Rol de testemunhas	Subtítulos do texto em seis colunas.
		Opinião	Sobre a administração municipal.
		Diversos	Programação de cinema e teatro.
02/08/1954 Segunda-feira	Capa	JANGO CANDIDATO: DESAFIO AO POVO CARIOCA	Duas manchetes sobre o momento político, a primeira chamando para um artigo de Lacerda à página 4, a outra sobre atos políticos realizados
		SOMOS UM POVO HONRADO/GOVERNADO POR LADRÕES	

			em Volta Redonda por candidatos da Aliança Popular Fluminense. Página com anúncio do programa de Lacerda na Rádio Globo.
	3	Somos um povo honrado governado por ladrões União mineira sòmente contra Vargas. Sarasate candidato ao govêrno do Ceará Subsídios em São Paulo Greve geral em Minas Gerais no dia 12 Integralistas querem candidato próprio Tribuna Parlamentar Ante-sala do Catete	Manchete de página, com matéria em cinco colunas e 80 cm. Matérias secundárias. Coluna fixa. Espaço fixo. Página com mais três pequenos anúncios da UDN.
	4	Desafio ao povo carioca	Longo artigo de Lacerda contra candidatura de Jango ao Senado pelo Distrito Federal.
03/08/1954 Terça-feira	Capa	LUTERO APONTADO/À NAÇÃO COMO/SONEGADOR O PTB prepara greve geral para 16 de setembro Mais Cr$ 600 milhões para a corrupção Nova decisão da UDN sobre Cleofas Vereadores organizam novo “trem da alegria” O Govêrno passa calote nos flagelados do Nordeste	Manchete ilustrada com foto do filho do presidente. Demais chamadas
	2	Calote no Nordeste Jânio comprou carro roubado Candidatos do Clube da Lanterna: apresentação dia 9 Ancora prepara nova infâmia contra Lacerda	Matéria principal Demais chamadas, a última delas com o intertítulo: Dirão que êle é comunista.
	3	Brochado explica o seu rompimento	Sobre crise no

		Vingança de Dulcídio à demissão de Cabral Ante-sala do Catete Tribuna Parlamentar	PTB/RS. Coluna fixa. Coluna assinada por João Duarte, filho, nessa edição retificando opinião anterior sobre Pereira Lima. Página com novos anúncios da UDN e do programa de Lacerda.
	4	A ficha de Calabar	Artigo de Lacerda sobre as eleições em Pernambuco.
04/08/1954 Quarta-feira	Capa	EIS AS PROVAS, CALABAR Programa de ação: escorraçar os "ratos" do Estado do Rio Lutero e Acioli em cabala eleitoral A poliomielite no Rio impressiona especialista americano Carne a Cr$ 22; quilo de 800 gramas: novas invenções da Cofap Industrial confirma golpe de Cateyson Prezado leitor	Manchete sobre o envolvimento federal na disputa política de Pernambuco, acompanhada de chamada para o artigo de Lacerda á página 4. Demais chamadas Quadro d'O REDATOR DE PLANTÃO criticando Osvaldo Aranha sobre a situação da Erica.
05/08/1954 Quinta-feira	Capa	A NAÇÃO EXIGE/O NOME DOS/ASSASSINOS	Manchete ocupando 1/3 da página, antecedida da linha de apoio "A HONRA DA NAÇÃO BRASILEIRA EXIGE A PUNIÇÃO DÊSTE CRIME" e seguida de depoimento de Lacerda ("O sangue de um inocente", com

		ELEMENTOS DA GUARDA PESSOAL DE VARGAS OS ASSASSINOS FUGIRAM EM CARROS DIFERENTES	foto do Major Vaz). Três outras fotos: Lacerda ferido no pé, o cadáver de Vaz e Eduardo Gomes no carro que levou o corpo do major. Sobre telefonema anônimo feito à redação. Com foto de Ismênia Gomes dos Santos, doméstica de um apartamento vizinho ao de Lacerda e que teria falado com os assassinos.
	2		Sequência da cobertura do assunto de capa
	3		Sequência da cobertura do assunto de capa
	4	Nossa parte será cumprida	Espaço habitualmente do artigo de Lacerda, nessa data assinado pela redação.
	6	Três repórteres do Diário Carioca viram o atentado	Continuidade da cobertura.
	8	Os assassinos fugiram em carros diferentes	Desenvolvimento da matéria chamada na capa. Página toda dedicada ao assunto, com muitas fotos
06/08/1954 Sexta-feira	Capa	COMEÇOU A IMPOSTURA DOS MANDATES	Manchete antecedida por "Carlos Lacerda escreve:"
07 e 08/08/1954 Sábado/domingo	Capa	APURAR TUDO ATÉ O FIM	Manchete baseada na posição dos oficiais das três armas.
09/08/1954 Segunda-feira	Capa	CLIMÉRIO ESTEVE COM LUTERO NA AUDIÊNCIA DA 14ª VARA	Manchete antecedia de "Afirma Carlos Lacerda:"
10/08/1954 Terça-feira	Capa	QUATRO CRIMES DE MORTE NA VIDA PREGRESSA DE VARAS EIS O OUTRO ASSASSINO	Dois títulos formando a manchete, no conjunto.
11/08/1954 Quarta-feira	Capa	RENUNCIE À/PRESIDÊNCIA/PÁRA SALVAR/A REPÚBLICA VARGAS, VIRTUALMENTE DEPOSTO HÁ 48 HORAS, NÃO QUER SAIR DO CATETE	Manchete antecedida da cartola "Apêlo de Lacerda a Vargas:" Chamada em uma só linha, ocupando toda

			a extensão da página.
12/08/1954 Quinta-feira	Capa	GREGÓRIO TENTOU/INTRIGAR O GENERAL/CAIADO DE CASTRO REUNIÃO HOJE DE TODOS OS GENERAIS NO MINISTÉRIO DA GUERRA PELEGOS TENTAM GREVE DE APOIO A VARGAS	Manchete. Títulos subsequentes.
13/08/1954 Sexta-feira	Capa	ESTÁ PROVADO: O GOVERNO/DEU FUGA AOS CRIMINOSOS DUTRA: A RENÚNCIA VIRIA TRANQÜILIZAR O PAÍS Triunvirato militar:/condição da renúncia	Manchete. Títulos subsequentes
14 e 15/08/1954 Sábado/Domingo	Capa	PODE PRESIDIR/A REPÚBLICA O PAI/DO HOMEM/QUE VAI SER INQUIRIDO?	Manchete editorializada
16/08/1954 Segunda-feira	Capa	ONZE DIAS DEPOIS DO CRIME PRESO NA MARINHA/GREGÓRIO FORTUNATO	Manchete em chamada para o artigo de Lacerda. Título secundário
17/08/1954 Terça-feira	Capa	CLIMÉRIO PRESO NO/GALEÃO FÓRMULA CONSTITUCIONAL PARA A CRISE	Manchete Artigo de Lacerda
18/08/1954 Quarta-feira	Capa	"FOI A MANDO DE/LUTERO VARGAS"	
19/08/1954 Quinta-feira	Capa	EIS OS CRIMINOSOS/FALTA O MANDANTE Provada a culpa de Vargas	Manchete Artigo de Lacerda
20/08/1954 Sexta-feira	Capa	PRESO O ÚLTIMO DOS ASSASSINOS O CRIME FOI DO CATETE	Manchete Artigo de Lacerda na capa.
21 e 22/08/1954 Sábado/Domingo	Capa	REVELAÇÕES SENSACIONAIS/HOJE ÀS QUATRO HORAS DA TARDE TENSA A SITUAÇÃO/POLÍICO-MILITAR	Manchete indicando que Gregório e Manoel Vargas serão denunciados como sonegadores
23/08/1954 Segunda-feira	Capa	DECISÃO UNÂNIME:/RENÚNCIA DE VARGAS/(OS BRIGAEIROS REUNIDOS) GREVE NA MARINHA E AERONÁUTICA SE VARGAS FICAR MAIS 48 HORAS	Manchete Sequência da cobertura
24/08/1954 Terça-feira	Capa	SUICIDOU-SE/GETÚLIO VARGAS	Manchete em letras garrafais ocupando quase toda a extensão da página, com foto

			de GV e a legenda: "Seu suicídio serve de lição e advertência eterna. Paz à alma de Getúlio Vargas. E paz, na terra, ao Brasil e ao seu atribulado povo".
		Primeiras declarações do Presidente Café Filho PACIFICAR OS ÂNIMOS/PARA UM GOVÊRNO DE/UNIDADE NACIONAL OS 19 DIAS QUE ABALARAM A NAÇÃO	Toda página sobre o assunto, incluindo uma outra foto com a legenda: "As 4 horas da madrugada, diretor da TRIBUNA foi cumprimentar o novo presidente da República, em sua própria residência".
	2	Café Filho é o novo Presidente da República Suicidou-se Getúlio Vargas NOTA OFICIAL DA PR	Título principal da página Sequência da cobertura Reproduz nota emitida após reunião ministerial mas antes do suicídio
	3	DRAMATICO DISCURSO/DE CAFÉ FILHO NO SENADO	Manchete da página
	4	Militares e políticos falam sôbre o afastamento de Vargas Café Filho é ...	Matéria produzida antes do suicídio Continuação da matéria da página 2
	6	PACIFICAR OS ÂNIMOS PARA UM GOVÊRNO DE UNIÃO NACIONAL Os 19 dias que abalaram a Nação	Primeiras declarações de Café Filho Continuidade da cobertura, com matérias desenvolvendo assuntos tratados na capa e páginas anteriores
	8	Apoio da UDN a Lacerda Produtores paulistas confiantes nas Fôrças Armadas Visitas a Lacerda	Matérias feitas antes do suicídio Texto de 10 parágrafos com os nomes de todos os visitantes
25/08/1954 Quarta-feira			Inviabilizado pelas manifestações getulistas, o jornal

			não circulou nessa data
26/08/1954 Quinta-feira	Capa	"Beijo" e Jango vão depor no Galeão Afirma o general Brochado da Rocha/VARGAS MORREU VÍTIMA DOS MAUS AMIGOS A coragem de Eduardo Gomes DOZE MIL SOLDADOS GARANTEM A ORDEM NACIONAL Govêrno acima dos partidos, garante o novo ministro da Justiça Pelo Brasil Nosso compromisso	Chamada de capa Cartola e manchete, esta com letras maiúsculas sublinhadas. Texto inicial da matéria também em maiúsculas sublinhadas Demais chamadas Box Box com a posição da Tribuna da Imprensa, explicando que o jornal não circulou na véspera e assinado A DIREÇÃO
	2	Repercute no estrangeiro/a morte de Getúlio Vargas Gregório faz greve de fome Nomeações e exonerações do novo Governo Café continuará a receber o povo Voto de pesar do Supremo Tribunal Federal	Toda página dedicada ao assunto, com foto da multidão na Rua do Lavradio, sede da Tribuna da Imprensa ("Bandos que apedrejaram e tentaram invadir a Tribuna da Imprensa")
	3	O govêrno acima dos partidos Luto oficial Brochado Manifesto de Cordeiro de Farias Ante-sala do Catete	Continuação da matéria com o ministro da Justiça Box com decreto de Café Filho Continuação Tratando do primeiro dia de Café Filho no Palácio
	4	Composição do governo	Continuação da matéria de capa
	6	Atos do novo presidente Prisões de comunistas	Continuidade da cobertura Incluindo lista

		O que fazia Gegório no govêrno GV	
	7	Grande emoção no embarque do corpo de Vargas	Matéria sobre a transferência do cadáver para São Borja (RS), em avião da Cruzeiro do Sul
	8	Doze mil soldados garantem a ordem na cidade	Continuação, com página ocupara por muitas fotos
27/08/1954 Sexta-feira	Capa	DERRUBAR OS INSTRUMENTOS/DE DOMÍNIO DA OLIGARQUIA Seis morte e 70 feridos nas desordens no Rio Grande do Sul O ministro da Fazenda/anuncia nova/política econômica Proteção dos/partidos em/face do/novo Govêrno Comunistas tentam/dominar futura/Central Sindical	Manchete e matéria chamando para o Arrigo de Lacerda, na página 4 Demais chamadas
	2	Nova política econômica, anuncia o Ministro da Fazenda Visitas a Carlos Lacerda Nomeações e demissões do novo governo Seis mortes/e 70 feridos/nas dsordens/no Rio G. do Sul	Continuação Texto em 19 parágrafos exclusivamente com os nomes dos visitantes em desagravo ao atentado Continuação Página com foto de Dom Jaime Câmara visitando o novo presidente
	3	Participação sem compromisso, decide PSD sôbre o Govêrno O novo ministro da Guerra/pede ordem e tranqüilidade O PTB irá até/a sabotagem Os ex-ministros retornam às/suas atividades normais Alencastro:/Tôda colaboração/ao novo Govêrno “Apagar os rancores”: Lourival	Sequência da cobertura da morte de Vargas e da formação do novo governo

	4	Providências Urgentes "Presidente Jornalista" SEPULTADO/GETÚLIO VARGAS	Artigo de Lacerda com indicações a Café Filho Charge de Hilde, com Café Filho subindo as escadas do Catete abraçado a uma mulher identificada como IMPRENSA Pequena nota de uma coluna e 10 cm com texto telegráfico
	6	Gudin e Lucas na Fazenda e Viação	Matéria sobre a composição do novo governo
	8	Comunistas espalham boatos em São Paulo Zenóbio responde a Vargas: "Não traí"	Manifesto distribuído pelo general à imprensa
28 e 29/08/1954 Sábado e domingo	Capa	O SESI PAGAVA/À GUARDA/PESSOAL Será mantido em todo o país o novo salário mínimo Expurgo dos maus/elementos, promete/o chefe de Polícia O PAÍS VOLTA À CALA – DIZ O MINISTRO DA GUERRA Os sete pontos/principais da/nova política econômica Greve geral com/apoio nos marítimos	Manchete-denúncia Página ainda com anúncio do programa de Lacerda na Globo
	4	O golpe que fracassou	Artigo de Lacerda
30/08/1954 Segunda-feira	Capa	GRANDE FRENTE NACIONAL/PARA APOIAR CAFÉ FILHO Os verdadeiros/inimigos de//Getúlio Vargas ETELVINO: "PERNAMBUCO ESTÁ DO LADO DO GOVÊRNO FEDERAL" Conclusão do/inquérito na/Polícia ainda/esta semana ADVERTE O MINISTRO DO TRABALHO: "O GOVÊRNO REPRIMIRÁ PELEGOS E COMUNISTAS" LODI PROPÔS/A GREGORIO/O	Manchete e sequência de cobertura, com matérias desenvolvidas nas páginas seguintes

		ASSASSÍNIO/DE LACERDA GOVERNO CAFÉ: POSIÇÃO DE DUTRA	
31/08/1954 **Terça-feira**	Capa	MORREU A 1ª VÍTIMA DA/HISTERIA DOS GOLPISTAS ALIANÇA PCB/PTB para provocar desordem nas ruas ELEMENTOS DO PTB/CONVERTERAM EM/COMÍCIO AS PRECES/DO POVO POR VARGAS O Govêrno garantirá eleições livres SILVIO TERRA: GREGÓRIO REVELARÁ OS MANDANTES Interrompida articulação de greve geral no Rio A morte de Lacerda/iniciaria vasto/plano terrorista Completa-se o/Govêrno café Filho Novos documentos sobre escândalos da Oligarquia Dos oficiais/Aeronáutica/ao povo:	Cobertura dos acontecimentos decorrentes da crise política Manifesto cobrando justiça pela morte do Major Vaz.

Fonte: edições da Tribuna da Imprensa de agosto de 1954, pesquisadas pelo autor em microfilmes da Fundação Biblioteca Nacional

6 2.2 Correio do Povo

Em agosto de 1954 o Correio do Povo estava no seu 59º ano de fundação e era dirigido por Breno Alcaraz Caldas[129]. Alcides Gonzaga[130] era o seu gerente. Ambos os nomes constavam do cabeçalho da capa da publicação, ao lado do nome do fundador, Francisco Antônio Caldas Junior, pai de Breno. O jornal circulava de terças-feiras a domingos, com número variável de páginas. Era comum a edição dominical ultrapassar 50 páginas, a de sábado ficar em 14 e as dos dias úteis, em 26.

Tomando-se por referência para o período a edição número 251, de seu ano 59, a terça-feira, 3 de agosto de 1954, observa-se que o diário costumava ter a seguinte divisão de assuntos, a qual se pode considerar uma antecipação da separação dos assuntos por editorias, que se consagraria no jornalismo brasileiro, ainda na década de 1950, a partir de publicações fluminenses: predomínio absoluto de notícias internacionais na capa e página 2 com a rubrica de NOTICIÁRIO, assim indicado em letras maiúsculas em sua parte superior esquerda, com um espaço constante, denominado NA CAMARA E SENADO ocupando quase toda a sua extensão, com textos em sucessão pelas colunas, separados por pequenos intertítulos. Na página 3, INTERIOR DO ESTADO, com o assunto dominante indicado em letras maiúsculas ao seu lado direito. Na página 4, EDITORIAIS/COLABORAÇÕES, igualmente em maiúsculas, do lado esquerdo.

As páginas 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 – de NOTICIÁRIO, cuja indicação varia apenas conforme a vocação da página – à direita nas ímpares, à esquerda nas pares e com diferenças pontuais em cada uma: a 5 com assuntos policiais e a coluna fixa DO BRIC-A-BRAC DA VIDA, a 7 com o aprofundamento de um tema na forma de reportagem, a 12 com notas forenses, a 13 com continuações de matérias de outras páginas, em especial da capa e última.

As páginas 8 e 9 tinham por rubrica SECÇÕES, uma dedicada aos assuntos Sociais, Religiosos e ao Cinema e a outra, à Arte, ao Teatro, e novamente aos

[129] Breno Alcaraz Caldas (1910/1989): diretor do jornal fundado pelo pai, de 1935 a 1984, data em que suspendeu as atividades do Correio do Povo e da Folha da Tarde. Em 1986 vendeu a empresa, composta ainda pela Rádio Guaíba e pela TV Guaíba a Renato Ribeiro, que retomou a circulação do jornal. O grupo foi adquirido em 2009 pela Rede Record, que o dirige atualmente.

[130] Alcides Gonzaga (1889/1970): jornalista do Correio do Povo entre 1905 e a década de 1960, no qual ocupou diversas funções, inclusive sua direção. Autor de "Homens e coisas de Jornal" (Porto Alegre: Globo, 1944). Foi vereador em Porto Alegre.

Religiosos e ao Cinema. Já a 20 era de ESPORTES, especialmente futebol, a 21 de TURFE, então um tema alvo de ampla cobertura e de especial predileção do proprietário do jornal.

Nas páginas 22, 23, 24 e 25 estavam os PEQUENOS ANÚNCIOS, à época, dominados pelo Correio do Povo e constituindo uma de suas principais fontes de sustentação econômica.

A página 26 (nesse caso, a última) – não expunha indicação de tema como as anteriores, mas em geral era destinada aos assuntos locais e ao espaço cotidiano NA CAMARA E SENADO, sem a acentuação da palavra proparoxítona (às vezes, Na Câmara e Senado, em minúsculas e incluindo o acento), normalmente com continuidade no interior da edição.

Naturalmente, à exceção das páginas extremas, todas as demais eventualmente podiam ser ocupadas parcial ou totalmente por anúncios publicitários.

Em 1954, o Correio do Povo era a mais bem sucedida publicação jornalística do Rio Grande do Sul e ostentava, já há muitas décadas, a condição de "O Jornal de Maior Circulação e Tiragem do Rio Grande do Sul", em frase constante no seu cabeçalho de capa.

O Edifício Hudson, no número 219 da Rua Caldas Junior, no centro de Porto Alegre, já sediava a redação, a administração e as oficinas gráficas do jornal. O empreendimento, criado em 1º de outubro de 1895, pelo pai de Breno Caldas, havia crescido, então, e se constituía na Companhia Jornalística Caldas Junior, da qual desde 1936 fazia parte uma segunda publicação: a Folha da Tarde.

Agosto de 1954, cuja sucessão de acontecimentos colocou-o como mês fatídico e envolto em superstições no imaginário brasileiro, foi marcado por duas situações levadas em consideração na presente pesquisa: o atentado a Carlos Lacerda, que o feriu no pé, sem maiores consequências, mas atingiu mortalmente seu guarda-costas, o major Vaz; e o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Interligadas, sendo, naturalmente, a segunda consequência da primeira, essas circunstâncias foram entremeadas pela crise política. Essa combinação naturalmente correspondia tanto aos atributos que o Jornalismo busca para selecionar suas narrativas quanto às suas responsabilidades como instrumento da sociedade para se informar. À época, o Correio do Povo reservava sua

última página para destacar os acontecimentos nacionais, por mais cruciais que eles fossem, complementando-os nas páginas interiores - como se verá na análise que segue.

Até a edição do dia 6 de agosto, o assunto predominante na cobertura política do jornal foi a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul, nela incluída a dissidência aberta no PTB por Brochado da Rocha e, eventualmente, algum dado sobre o panorama nacional. Por esses dias, era comum nas edições diárias a veiculação de *a pedidos* – conteúdos laudatórios com redação e publicação providenciadas pela mesma fonte: os partidos e alianças envolvidas com o pleito. Como noticiário, rubrica que ocupava a quase totalidade das páginas do matutino e, portanto, sob sua responsabilidade, o assunto era tratado como "MOVIMENTO POLÍTICO", com cobertura estendida às várias facções estaduais; e "NA CAMARA E NO SENADO", relatando os temas circulantes nos plenários e nos gabinetes.

A 5 de agosto de 1954, porém, o ambiente nacional esteve presente à página 16, última naquela edição, com um assunto tratado anteriormente pela imprensa carioca: "DITADURA ECONÔMICA E UM/GOLPE CONTRA O GOVERNO" foi o título de matéria secundária na página, com 30 centímetros, em duas colunas - acrescida da linha de apoio "ATRIBUI UM MATUTINO CARIOCA PLANOS MA-/QUIAVELICOS AO GOVERNO FEDERAL – O OR-/ÇAMENTO PARA 1955 O 'PIVOT' DA QUESTÃO". Esse foi o dia do atentado da Rua Toneleros, cuja abordagem pelo matutino Correio do Povo seria feita no dia seguinte.

A 6 de agosto de 1954, "CARLOS LACERDA ESCAPOU DE UMA TENTATIVA DE ASSASSINATO,/SENDO MORTO, PORÉM, NA EMBOSCADA, UM OFICIAL-AVIADOR", foi o título principal da última página do jornal porto-alegrense – a 14 – estendido pelas oito colunas, com texto de 110 centímetros a continuar na página 2, acompanhado de três fotografias, em bloco, em três colunas. Na mesma página, o espaço "NA CAMARA E NO SENADO" foi aberto com o título "Repercutiu fortemente em ambas as casas do Congresso Nacio/nal o atentado contra o diretor da 'Tribuna da Imprensa'", seguido por texto de 30 centímetros, quatro colunas.

A continuação da matéria da manchete da página final da edição ocupou mais 140 centímetros, em quatro colunas na página 2. Já a sequência da repercussão no ambiente legislativo federal teve outros 300 centímetros, em três colunas, também na 2.

A 7 de agosto de 1954, o Correio do Povo circulou com a repercussão do assunto sendo abordada nas páginas 4 (editorial "Revoltante Atentado"), 10

(continuação da 14 e última, em 100 centímetros, duas colunas). Na 14, o título principal foi "Manifesta o governo o propósito de apoiar a/responsabilidade dos acusados, doa a quem doer", antecedido pela cartola "A AGRESSÃO A CARLOS LACERDA", ainda na sua primeira linha, com texto de 60 centímetros em três colunas. "Pronunciam-se oficiais da 5ª Zona Aérea" (30 centímetros, duas colunas) e "Energico editorial de 'O GLOBO'" (35 centímetros, duas colunas) foram os dois outros conteúdos da página sobre o tema, este último antecedido pela linha de apoio "OU O PRESIDENTE GETULIO VARGAS RECOLHE ES-/SE CLAMOR DE JUSTIÇA, OU ENTÃO SUBMERGE".

Em 8 de agosto de 1954, um domingo, o jornal circulou com 44 páginas, sendo a última a dedicada aos principais títulos sobre o assunto: "AMBIENTE AGITADO NO RIO/DOIS MIL OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADA/REUNIRAM-SE NO CLUBE DA AERONÁUTICA", com texto de 60 centímetros, quatro colunas, e "EM PRONTIDÃO O EXÉRCITO" (50 centímetros, duas colunas). A agitação do ambiente teve continuidade na página 17, 140 centímetros, quatro colunas; e a prontidão militar na 4, com 30 centímetros, duas colunas.

A 10 de agosto de 1954, a página 2 teve uma matéria sobre manifestação de dirigentes de jornais cariocas: "INCLUIDO NA COMISSÃO DE INQUERITO,/APÓS ULTIMATUM DOS JORNAIS CARIO-/CAS, O JORNALISTA ELMANO CARDIM" – em texto de duas colunas e 50 centímetros, finalizado com as assinaturas de Elmano Cardim, do Jornal do Commercio; Roberto Marinho, de O Globo; João Portela Ribeiro Dantas, do Diário de Notícias; Carlos Rizzini, dos Diários Associados; Chagas Freitas, de A Notícia; Othon Paulino, de O Dia; Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã e Macedo Soares, Horário de Carvalho Junior, Danton Jobim e Pompeu de Souza, do Diário Carioca., além de parágrafo de texto corrido sobre a presença do representante do Clube dos Diretores e Principais Redatores de Jornais do Rio de Janeiro na Comissão de Inquérito.

Nessa data, a página 20, última da edição estampou a manchete "IDENTIFICADO COMO CHEFE DOS ASSALTANTES ELEMENTO DA GUARDA PESSOAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA", sob a cartola "A AGRESSÃO A CARLOS LACERDA", com 50 centímetros de texto em quatro colunas – e continuação em 100 centímetros e duas colunas na página 2. A cobertura esteve ainda acompanhada das matérias "NOTA ENERGICA DOS OFICIAIS/ GENERAIS DA AERONÁUTICA" (10 centímetros, 1,5 coluna) e "EM FACE DA SUSPEITA O

CHEFE DO GOVERNO/RESOLVEU DISSOLVER SUA GUARDA-PESSOAL" (30 centímetros, duas colunas).

A 16ª e última página do Correio do Povo de 11 de agosto de 1954 teve quatro matérias sobre o assunto, a principal tendo por título "Informa-se que um outro elemento da guarda pessoal do/presidente da Republica foi quem assassinou o Major Vaz" (70 centímetros, quatro colunas), sob a cartola "O ATENTADO A CARLOS LACERDA" em linha exclusiva. "Desautoriza o ministro da/Guerra boatos alarmistas" (30 centímetros, duas colunas), "Não cogitou o Alto/Comando de/solidarie/dade a Vargas" (15 centímetros, uma coluna) e "ELEMENTOS APAIXONADOS ESTARIAM TENTANDO LEVAR AS/FORÇAS ARMADAS A DEPOR O PRESIDENTE DA REPUBLICA" (35 centímetros, quatro colunas) são os demais conteúdos da página, este último no espaço "NA CAMARA E NO SENADO". Como de hábito, a sequência desses conteúdos estava nas páginas interiores, nesta data, na 2 – o atentado em 120 centímetros, duas colunas; e a cobertura legislativa em 140 centímetros, duas colunas.

Na edição de 12 de agosto de 1954, a última página (20) do Correio do Povo foi totalmente dedicada à repercussão e à crise deflagrada pelo atentado. São nove textos sobre o assunto, o principal deles tratado como "INCIDENTES DE RUA NA CAPITAL DA REPÚBLICA", mais uma vez sob a cartola "O ATENTADO A CARLOS LACERDA", com texto dividido por vários subtítulos, em quatro colunas anunciando sequência na página 2. "Reunião no gabinete do ministro da Guerra de/todos os oficiais de serviço na Capital da Republica", em 40 centímetros, três colunas, dava a medida do aprofundamento da crise, tratada também na matéria sobre sermão do arcebispo Vicente Scherer na missa em memória ao Major Vaz, oficiada na Catedral de Porto Alegre – com continuação na página 2 e com título avantajado e discursivo: "A morte desse jovem brasileiro é como um apelo doloroso e sangrento, a que a Nação desperta".

A extensa cobertura dessa edição teve seguimento, ainda na página 20, com os textos "O visitante não iden/tificou Soares" (box em uma coluna, 10 centímetros), "Atuação ponderada de Eduardo/Gomes no Clube da Aeronautica" (50 centímetros, duas colunas e continuação na página 2), "APELO PARA QUE O SR. GETULIO VARGAS/ RENUNCIE À PRESIDENCIA DA REPUBLICA" (80 centímetros, quatro colunas e continuação na página 2), em "NA CAMARA E NO SENADO"; "TERIA SIDO CONSIDERADA A POSSIBILIDADE /DA RENUNCIA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA" (109 centímetros, duas colunas) e "Vai a Minas o chefe/do governo"

(15 centímetros, uma coluna). A contracapa dessa data publicou ainda a matéria de política estadual "INTENSIFICAM-SE NO INTERIOR/AS ATIVIDADES DOS CANDIDATOS", no espaço "MOVIMENTO POLITICO" – com 60 centímetros, três colunas e continuidade na página 2.

A 13 de agosto de 1954, seguindo a tendência da edição anterior, o Correio do Povo ampliou a cobertura da crise, iniciando-a na última página (16) e dando-lhe sequência internamente. Seu principal título foi "REAFIRMAM AS FORÇAS ARMADAS O PROPÓSITO DE SE/MANTEREM FIÉIS AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS", em quatro colunas, pelas quais se espalhou também o texto de 90 centímetros, acompanhado de fotografias de tumultos no Rio de Janeiro. "A 'guarda pessoal'/ teria auxiliado a/ fuga dos criminosos" veio a seguir, com 30 centímetros, uma coluna, e logo adiante a notícia da viagem do presidente a Belo Horizonte, com a cartola "AFIRMA EM MINAS O SR. GETULIO VARGAS: 'NÃO RENUNCIEI E NÃO RENUNCIAREI;/CUMPRIREI MEU MANDATO ATÉ O FIM'", com matéria de 30 centímetros, três colunas e continuação na página 2.

Com exceção da cobertura da campanha eleitoral, tratada como "MOVIMENTO POLITICO/Participa da campanha do Sr. Meneghetti/o embaixador Jobim" (40 centímetros, três colunas e sequência na página 2), todos os demais conteúdos da página 20 faziam referência à crise brasileira: "DECLARAÇÕES À IM/PRENSA" (5 centímetros em box de uma coluna), "Sem aparatos o em/barque presidencial/para Belo Horizonte" (10 centímetros em box de uma coluna), "NA CAMARA E NO SENADO/APELO PARA SEREM PRESTIGIADAS AS FORÇAS/ARMADAS E OS PODERES CONSTITUÍDOS" (40 centímetros, 40 colunas) e "Boato de fuga de criminosos/em um avião do governo gaúcho" (30 centímetros, duas colunas, seguindo na p. 2).

A 14 de agosto de 1954, as páginas 2, 4 e 16 (última) do Correio do Povo abordaram os desdobramentos da situação brasileira. A segunda como continuação dos conteúdos da 16 e a 4, com o editorial "A PALAVRA DA IGREJA", em 120 centímetros e uma coluna falsa (no espaço de duas), motivado pelo sermão de Vicente Scherer na missa porto-alegrense pelo Major Vaz. Na 16, o título principal revelava as divisões internas do poder federal: "DUTRA ACHA ACONSELHAVEL A

RENUNCIA DE VARGAS", com linha de apoio de cinco linhas, texto de 70 centímetros, quatro colunas, e uma ilustração de Dutra em uma coluna.

"PROCLAMAÇÕES DOS MINISTROS/DA GUERRA E DA MARINHA" (70 centímetros, três colunas, uma foto m uma coluna do Almirante Guillobel e continuação na página 2), "CONSTATADA A RESPONSABILIDADE DA/GUARDA, TODA ELA SERIA METIDA NA CADEIA" (20 centímetros, três colunas, uma foto do general Zenóbio em uma coluna e 20 centímetros de altura, e o conjunto antecedido pela cartola "AFIRMA ZENOBIO"), "AVALANCHE DE BOATOS" (20 centímetros, duas colunas), "Encontrada a arma/do crime" (box de 10 centímetros, uma coluna), "REGRESSA AO RIO O/SR GETULIO VARGAS" (cinco centímetros, uma coluna), "CRITICAS AO DISCURSO PRESIDENCIAL" (em "NA CAMARA E NO SENADO", com 100 centímetros, duas colunas e continuando na página 2) e "COMÍCIO DE PROTESTO NO LARGO DA PREFEITURA" (15 centímetros, duas colunas) foram os demais conteúdos da última página do Correio do Povo nessa data, sobre a crise nacional.

Com 48 páginas na edição dominical de 15 de agosto foi, mais uma vez, na última delas que o Correio do Povo estendeu sua cobertura sobre a instabilidade política, com nove matérias, sendo a principal delas intitulada "INDEFINIDA AINDA A SITUAÇÃO NA CAPITAL DO PAÍS", com texto de 60 centímetros em quatro colunas, antecedido por quatro linhas de apoio - a continuar na página 26 - e acompanhado por uma foto de Lacerda na cadeira de rodas, em uma coluna. "A Aeronáutica intensifica suas/investigações no Rio Grande do Sul" (40 centímetros, duas colunas), "Diligencias da policia em todo o Estado/à procura dos indigitados criminosos "(30 centímetros, duas colunas), "Oficiais da FAB detalham as últimas diligencias" (25 centímetros, três colunas e continuação na página 16) e "TRIUNVIRATO MI/LITAR NO GOVERNO" (uma coluna, 10 centímetros) antecederam na página o texto cujo título, "Palavras categóricas/contra Lutero – afir/ma Carlos Lacerda", em uma coluna e 15 centímetros, veio antecedido pela cartola "ÚLTIMA HORA"[131].

Ainda na 48, três outras matérias: "Devido à situação nacional, o governador/do Estado cancelou sua viagem a S. Angelo" (20 centímetros, duas colunas)," REUNIÃO NO CLUBE NAVAL/Verberado pela oficialidade da/Marinha o atentado do dia 4" (40

[131] Referente ao momento da notícia, não ao jornal de igual nome.

centímetros, duas colunas, continuando na página 16), e 'DIZ ESTILLAC:/ "AGITAÇÃO ESTÉRIL E SEM PROFUNDIDADE'" (20 centímetros, duas colunas). Todo esse material foi ilustrado por duas fotos de 20 centímetros de altura, em duas colunas, sobre a movimentação policial e militar no Rio de Janeiro.

Na edição dessa data, além das continuações de matérias da contracapa nas páginas 16 e 26, o jornal veiculou também uma foto-legenda sem título na página 7, mostrando Climério Eurides de Almeida e tratando em dez linhas de seu envolvimento no atentado; uma "PROCLAMAÇÃO DA ELEITORAL CATÓLICA" (120 centímetros, três colunas) na página 12, como "A PEDIDO" sobre o momento político; e outro "A PEDIDO" na página 20: "DECLARA O DEPUTADO RUI RAMOS[132]: 'APENAS UMA COISA FALTA AO SR GETULIO VARGAS. É HISTÓRIA./O TEMPO E O FUTURO SERÃO SEUS ADVOGADOS'", com texto de 130 centímetros em quatro colunas, "mandado publicar por um grupo de riograndenses".

Na terça-feira, 17 de agosto de 1954, o Correio do Povo tratou da situação nacional nas páginas 2, 4, 16 e 24. Nesta, a última, anunciou, em ordem de importância dada pela edição: "DEMISSIONARIO O MINISTRO DA AERONAUTICA", em 25 centímetros, duas colunas, com continuação na 2; "ACLAMADA NO CLUBE MILITAR A PROPOSTA/DE RENUNCIA DO SR GETULIO VARGAS" (45 centímetros, três colunas, foto em igual espaço e sequência na 2), "As classes armadas estarão unidas/nas mais trágicas ocasiões" (40 centímetros, duas colunas, seguindo na 16), "Elementos da extinta guarda/pessoal detidos em Santa Maria" (20 centímetros, duas colunas), e "ULTIMA HORA/Localizado Dinheiro/Por oficiais da FAB" (30 centímetros em uma coluna falsa), além de" NA CAMARA E NO SENADO/DEFENDE O GOVERNO O SR. VIEIRA LINS" (70 centímetros, cinco linhas de apoio, quatro colunas, continuando na 2) e "MOVIMENTO POLITICO/ MENEGHETTI PREPARA-SE PARA/INICIAR SEU OITAVO ROTEIRO" (40 centímetros, duas colunas, sequência na 16).

Além desse conteúdo iniciado na contracapa e continuado nas páginas 2 e 16, essa edição do jornal porto-alegrense também teve, na página 4, um novo "A PEDIDO"

[132] Rui Ramos (/1909/1962): trabalhista histórico, foi prefeito de Alegrete e deputado federal, falecido a 20/09, em acidente aéreo que também vitimou sua esposa Nehyta Ramos, o ex-presidente do Conselho de Ministros, Francisco Brochado da Rocha e o médico Emílio Zuñeda.

que lhe tomou metade do espaço superior, com texto e três amplas fotos: "PASQUALINI RECEBE A CONSAGRAÇÃO DO POVO".

A 18 de agosto, todo o destaque dado pelo jornal ao momento político nacional foi exposto na página 16 e última, e foi aberto pela manchete "A EMOCIONANTE CAÇADA DE CLIMERIO CESSOU/NA MANHÃ DE ONTEM COM A SUA PRISÃO" – em bloco de 60 centímetros de texto e três fotografias cada uma em três colunas, a continuar na página 2. "DETALHES DA CAPTURA" em 30 centímetros e duas colunas, com uma foto em duas colunas, deu profundidade à matéria anterior, projetando-se também para a página 2. Já "Vargas perdeu a autoridade e o caminho é abandonar o governo", antecedido pela cartola "OPINIÃO DO SR ARTHUR BERNARDES:", foi apresentado em 20 centímetros, duas colunas, e também teve seguimento na página 2. NA CAMARA E NO SENADO/Proclamamos que o presidente Getulio Vargas não pode renunciar" (50 centímetros, cinco linhas de apoio, quatro colunas, continuação nas páginas 2 e 10) e "MOVIMENTO POLITICO/'Não devemos nos dilacerar' – declara o Sr Flores da Cunha" (25 centímetros, 1,5 coluna, sequência na página 2), completaram a página final dessa edição – em cujo interior estava ainda o "A PEDIDO/MENEGHETTI – Expressão da vontade popular", a ocupar a metade vertical da página 10, em espaço dominado por três grandes fotografias do candidato em campanha.

A prisão de Climerio continuou como assunto principal da edição de 19 de agosto de 1954, tratada pelo Correio do Povo como manchete de sua vigésima e última página: "CLIMERIO SOB TREMENDO IMPACTO EMOCIONAL", com 45 centímetros, quatro colunas e sequência na página 11. A contracapa informou ainda: "NOMEADO O BRIGADEIRO EPAMINONDAS/SANTOS PARA O MIN. DA AERONAUTICA", em 10 centímetros, duas colunas; "O EXÉRCITO DEFENDERÁ A QUALQUER PREÇO/OS PRINCIPIOS DEMOCRATICOS", texto de 70 centímetros, três colunas, duas linhas de apoio, sobre discurso do ministro; "Depoimento da esposa de Alcindo Nunes", em 30 centímetros, duas colunas e continuação na página 2; e, no espaço "NA CAMARA E NO SENADO: 'MINAS, QUE FIZERA A REVOLUÇÃO DE 30, ESTÁ DISPOSTA A/LIDERAR CAMPANHA PELA RENUNCIA DO SR GETULIO VARGAS"[133], tratando de discurso feito no plenário, com cinco linhas de

[133] Original sem o fechamento de aspas.

apoio, texto em quatro colunas ser complementado na página 11. A página final dessa data teve também a matéria sob a cartola "MOVIMENTO POLITICO/VIAJARÁ AMANHÃ PARA AS MISSÕES O SR. PASQUALINI", com 30 centímetros, três colunas.

Além do material da contracapa e das suas continuações nas páginas internas, o jornal também publicou, nessa data, na página 13, o "A PEDIDO/O CANDIDATO E/A CANDIDATURA", com texto de 1º centímetros, três colunas, de críticas dos adversários de Pasqualini, "por estar à sombra de Getúlio e de Brizola[134].

A 20 de agosto de 1954, novamente o forte do conteúdo do jornal sobre a conjuntura esteve na sua última página, a 16, como de hábito. A novidade, porém, apareceu na página 2, com duas matérias completas – além das continuações habituais: "PRIMEIRA ENTREVISTA DO/MIN. EPAMIMONDAS SANTOS" (40 centímetros, duas colunas) e "DEPOIMENTO DO GUARDA/JOÃO VALENTE DE SOUZA" (120 centímetros, duas colunas). Na página 7, os seguidores de Pasqualini reagem ao A PEDIDO do dia anterior, desta vez como "A PEDIDO/A Mentira e a Calúnia são as/Armas da Frente Democratica", com texto de 75 centímetros, cinco linhas de apoio, em cinco colunas.

Na contracapa desse dia, o título principal: "ADMITE O PRESIDENTE DO INQUÉRITO /HAVER INDICIOS CONTRA O SR JAFET", foi apresentado em quatro colunas, com 40 centímetros de texto e continuação na página 2. Seguem-se: "REAFIRMA O GEN. ZENOBIO A FIDELIDADE/DAS FORÇAS ARMADAS À CONSTITUIÇÃO" (25 centímetros, três colunas), "Fala o sr. Ricardo Jafet" (box de 10 centímetros, uma coluna, entre os dois textos acima), "JÁ ESTARIA PRE/SO MANDANTE DO CRIME" (cinco centímetros, uma coluna), "AGRAVA-SE A SITUAÇÃO/DO 'TENENTE'/GREGORIO FORTUNATO" (25 centímetros, uma coluna, sequência na página 9), "Agraciado pelo Exérci/to o vice-presidente Café Filho" (box de cinco centímetros em uma coluna), "ORIGEM DO DINHEIRO ENCONTRADO/EM PODER DOS PISTOLEIROS" (30 centímetros, três colunas, seguindo na página 2) e, com a cartola "ULTIMA HORA, PRESO ANTONIO SOARES", em 20 centímetros, duas colunas.

[134] Leonel de Moura Brizola (1922/2004): político que governou Porto Alegre, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, trabalhista histórico e, como tal, seguidor de Vargas.

A mesma última página dedicou ainda espaço para as colunas fixas "MOVIMENTO POLITICO" ("Viajará hoje para as Missões o senador Alberto Pasqualini", com 45 centímetros, três colunas e seguimento na página 9) e "NA CAMARA E NO SENADO" ("Novamente abordada a tese da renuncia do presidente da Republica", com 60 centímetros, quatro colunas e continuação na página 2). Uma última matéria ("Declarações do sr. Anto/nio Brochado da Rocha", 15 centímetros, uma coluna) tratou tanto da situação nacional quanto da estadual.

A 21 de agosto de 1954, o Correio do Povo mais uma vez concentrou a cobertura da crise à sua última página, a 16. "O CRIME DA RUA TONELEROS/CONSIDERADA LEGAL A PRISÃO E NEGADO O 'HABEAS CORPUS'" foi a manchete, seguida de texto com 100 centímetros em quatro colunas, três linhas de apoio e foto do marechal Mascarenhas, em uma coluna e 15 centímetros de altura – com continuação na página 2. Além do espaço "NA CAMARA E NO SENADO", dessa vez aberto pelo título "O Sr. Getulio não é mais o presidente da Republica e as Forças Armadas devem empossar o vice-presidente", com 70 centímetros e cinco linhas de apoio em quatro colunas e seguimento na página 2, quatro outros textos da contracapa tiveram a situação nacional como tema: "DEPOIMENTO DO AUTOR/DA MORTE DO MAJOR VAZ" (40 centímetros, duas colunas, sequência na página 2), "OS NEGOCIOS REALIZADOS/PELO 'TENENTE GREGORIO'" (40 centímetros, duas colunas, sequência na página 2 também), "GREGORIO NUNCA TEVE/INFARTO DO MIOCARDIO" (10 centímetros, uma coluna), e "Em qualquer hipótese será mantida a Constituição" (box de 10 centímetros em duas colunas). A página teve ainda "MOVIMENTO POLITICO", com a matéria "Encontram-se no Interior os/cinco candidatos ao governo", em 55 centímetros, três colunas.

Na página 10 da edição desse mesmo dia 21 de agosto, o jornal ostentou a matéria "MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO/O SAMDU Festejou Solenemente o Seu Primeiro/Aniversário de Atividades em Porto Alegre", com texto de 170 centímetros, oito colunas, seis fotografias e um quadro, em tom laudatório mas não identificado como publicidade.

"Prontidão rigorosa determinada ontem pelo ministro da Guerra" foi o título principal da 48ª e última página da edição de 22 de agosto de 1954 - naturalmente encorpada por ser um domingo -, com texto de 20 centímetros, quatro colunas e

chamada para a página 4. Logo abaixo, sob a cartola "DECLARA O MINISTRO DA AERONAUTICA", em 45 centímetros e duas colunas está o texto "OS POLITICOS TEM MEIOS LEGAIS PARA IMPELIR O PRESIDENTE A DEIXAR O PODER", a revelar o aprofundamento da crise brasileira, a exemplo da matéria seguinte: "IMPORTANTE REVELAÇÃO NO CLUBE DA AERONAUTICA:/"PISTOLEIROS RECEBERAM ORDENS DE GREGO-/RIO, SUPOSTAMENTE A MANDO DE LUTERO VARGAS", com três linhas de apoio e texto de 30 centímetros em três colunas, a ter continuidade na página 2.

O mesmo tom registrou-se nos conteúdos seguintes da contracapa dessa data, como a "OPINIÃO DO MARECHAL DUTRA: 'O povo não está satisfeito com o governo'", em 10 centímetros, duas colunas; "MANIFESTA-SE O GOVERNADOR DE PERNAMBUCO/PELA RENUNCIA ESPONTANEA DE VARGAS" (55 centímetros, três colunas, continuação na página 4); "Grande quantidade de dinheiro falso e/ documentação altamente comprometedora" (20 centímetros, duas colunas, sequência na página 4); "A FICHA DO PISTOLEIRO SOARES: CUMPRIU/PENA POR HOMICIDIO E ROUBO DE GADO" (10 centímetros, duas colunas, seguindo na página 4); e, como "ULTIMA HORA", "PRONUNCIAMENTO DOS MINISTROS MILITARES" (40 centímetros, três colunas). A página veiculou ainda a matéria "QUEM É O NOVO TITULAR/DA PASTA DA AERONAUTICA", com 20 centímetros, duas colunas e a foto do novo ministro em duas colunas e 10 centímetros de altura.

Nas páginas internas dessa data, a crise persistiu como assunto principal nas páginas 2 e 4, destinadas às continuações dos textos da contracapa; a e política estadual restrita a dois a pedidos: "Fala José Diogo/Brochado da Rocha/ - PORQUE SOU CANDIDATO", em 250 centímetros e seis colunas, na 13; e "MENEGHETTI E O POVO GAÚCHO", ocupando quatro colunas em toda a altura da página, com três amplas fotos e somente 20 centímetros de texto no espaço restante, na 22.

A 24 de agosto de 1954, como de hábito o Correio do Povo deu destaque aos mais importantes fatos nacionais do momento em sua última página, a 24. Mas estendeu à cobertura toda a página 2, parte da página 15 e toda a página 16 – além das continuações nas páginas 12, 13, 14 e 16. A 2 teve por título principal "DE MODO ININTERRUPTO E SOB RIGOROSO SIGILO, A/COMISSÃO DE INQUERITO

PROSSEGUE SUA ATIVIDADE", com 120 centímetros de texto em quatro colunas e chamando para as páginas 14 e 16. "O incidente que resultou na prisão do almirante Muniz Freire" veio a seguir, com 70 centímetros em duas colunas, assim como "DEPOIMENTO DO SR. ARQUIMEDES MA-/NHÃES PERANTE A COMISSÃO DE INQUÉRITO" (60 centímetros, duas colunas, sequência na página 16), "DELEGADOS DEMITIDOS/POR CONIVÊNCIA COM/GREGORIO NA EXPLO-/RAÇÃO DO JOGO DO BICHO" (cinco centímetros, uma coluna), "TODOS OS PRESOS JÁ ESTÃO/IDENTIFICADOS E QUALIFICADOS" (15 centímetros, duas colunas), e "Sob censura as estações /de rádio do D. Federal" (25 centímetros, uma coluna).

Ainda na página 2 dessa data o jornal publicou: "DISCURSO DO SR. RAUL PILLA: 'Saiba a Camara cumprir seu dever declarando/o sr. Getulio Vargas suspenso de suas funções'" (50 centímetros, três colunas), "A homenagem do Jockey/Club Brasileiro ao Exército" (60 centímetros, duas colunas), o "'HERALD TRIBUNE'/ELOGIA LACERDA" (cinco centímetros, uma coluna) e o espaço "NA CAMARA E NO SENADO", com o título "REPERCUTEM INTENSAMENTE NO CONGRESSO NACIONAL/OS ACONTECIMENTOS QUE SE REGISTRAM NO PAÍS" (seis linhas de apoio, 80 centímetros, quatro colunas e continuação na página 16).

Na página 15 dessa data o jornal abordou a crise sob a ótica local, com "CAMARA MUNICIPAL/Repercussão dos últimos aconte-/cimentos no País", em 20 centímetros, duas colunas. Na 16, além de quatro continuações, quatro matérias completas: "DEFENDEM-SE O MINISTRO DA JUSTIÇA E O GEN. CAIADO DE CASTRO" (80 centímetros, três colunas), "NO CATETE A SRA. ALZI-/RA VARGAS E ALGUNS/DOS ACUSADOS" (uma coluna, cinco centímetros), "NENHUMA ALTERAÇÃO/NO MOVIMENTO DE/AVIÕES MILITARES" (cinco centímetros, uma coluna), e o "A PEDIDO/ADHEMAR AO POVO GAUCHO" (90 centímetros, três colunas).

A página 24 e última, finalmente, teve manchete em oito colunas, com seis colunas de texto com quatro linhas de apoio e 70 centímetros – a continuar na página 12: "Agrava-se a Crise Político-Militar com a Atitude dos Brigadeiros, Sugerindo a Renuncia do Chefe da Nação". Box de duas colunas e dez centímetros vem a seguir, sob

o título “A NOTA DOS BRIGADEIROS”, ao lado de outro com o mesmo tamanho: “Despacho normal no/Palácio do Catete”. Outras matérias revelaram: “NORMALIDADE ABSOLUTA EM TODO O ESTADO” (cinco linhas de apoio, 30 centímetros, cinco colunas), “DIVIDIDAS AS OPINIÕES DOS DEPUTADOS GAUCHOS” (25 centímetros, duas colunas, continuação na página 12), “DIZ O BRIGADEIRO ROSZANYI:/DAS FORÇAS ARMADAS NÃO PARTIRÁ A DESORDEM” (20 centímetros, três colunas), “Esteve Iminente a Internação das Tropas da Vila Militar” (35 centímetros, quatro colunas, sequência na 16), “A POSIÇÃO DO MAL. MASCARENHAS” (25 centímetros, três colunas, seguindo na 13), e “INTEGRAL SOLIDARIEDADE DO GOVERNO RIO-/GRANDENSE AO PRESIDENTE DA REPUBLICA” (20 centímetros, duas colunas) – além de “ULTIMA HORA/INFORMAÇÃO OFICIAL ÀS 4,45 HORAS/LICENCIOU-SE O SR. GETULIO VARGAS” (30 centímetros, três colunas).

A 25 de agosto de 1954, alterando seus hábitos até então, o Correio do Povo trouxe para a capa a crise nacional, com a manchete “Comove o Brasl a Morte Tragica de Getulio Vargas” – exposta na extensão lateral total de sua primeira página, com duas linhas de apoio e texto inicial em duas colunas, ampla foto do presidente em três colunas e 20 centímetros de altura e tendo sequência na página 12. O bloco acima descrito teve ainda a incidência de um box em uma coluna falsa, ocupando o espaço de três, com “A derradeira mensagem de Getulio Vargas”, “O novo presidente da Republica”, com 10 centímetros em duas colunas e continuação na 15 e outros nove textos, além de dois anúncios publicitários alusivos ao acontecimento.

Os textos são “O DESENVOLVIMENTO DOS ACONTECIMENTOS”, com 30 centímetros, três colunas e seguimento na página 12; “A REPERCUSSÃO NO EXTERIOR”, com 50 centímetros e duas colunas; “IMPRESSIONANTE CONSAGRAÇÃO POPULAR AO PRESIDENTE MORTO”, com 45 centímetros, três colunas e se expandindo para a página 12; “MENSAGEM PATÉTICA DO SR. JOÃO GOULART: ‘ESSE POVO DE QUE ELE FOI ESCRAVO,/NÃO MAIS SERÁ ESCRAVO DE NINGUÉM’”, com 10 centímetros, três colunas e sequência na página 10; “A EMOÇÃO DE D. DARCY/VARGAS”, com três centímetros em uma coluna; “Faleceu de um colapso/uma irmã sra./Darcy Vargas”, em box de cinco centímetros em uma coluna; “PONTO FACULTATIVO/NAS REPARTIÇÕES FE-/DERAIS”, com cinco centímetros e uma coluna; e “Missas em memória/do presidente”, com três

centímetros, uma coluna. Já os anúncios são da Federação das Associações Comerciais ("AO COMERCIO", 10 centímetros, duas colunas) e do PTB ("O POVO BRASILEIRO", 30 centímetros em três colunas).

Na edição do Correio do Povo nessa data, sua página 2 foi totalmente fotográfica, com imagens dos incidentes e apenas 3,5 linhas de legenda, enquanto na 4 foi publicado o editorial "O DESFECHO DA CRISE POLÍTICA", com 60 centímetros em uma coluna falsa – no espaço de duas. Também a página 8 foi dedicada à cobertura, com a matéria principal intitulada "Graves Ocorrencias se Registraram na Capital/do Estado Durante Quase Todo o Dia de Ontem", ilustrada por duas fotografias em duas colunas, quatro linhas de apoio e 80 centímetros de texto a ter seguimento na página 12. "Assume o Exercito o Contrôle da/Situação na Capital e no Estado", com 30 centímetros, texto em duas colunas e linhas de apoio na extensão lateral total da página dá sequência ao assunto tratado na matéria anterior – assim como "Pessoas feridas durante as depredações" (50 centímetros, duas colunas), "Desolador o aspecto da cidade na noite de ontem" (30 centímetros, três colunas e uma foto), "26 PRISÕES EM P. ALEGRE" (), "Apêlo ao Governo do Estado" (este último, box de 10 centímetros e duas colunas) e "DUELO À BALA ENTRE/DEPUTADOS DO PSD E PTB" (15 centímetros, duas colunas). Completando a página, nessa edição, "Os Acontecimentos de Ontem, no Rio, Através da Radiofoto" - apresentados em duas fotografias com 10 centímetros de altura cada, sob uma única legenda de 3,5 linhas.

Também a página 9 do Correio do Povo de 25 de agosto de 1954 ocupou-se toda dos acontecimentos da véspera. Seu título principal, "Comoveu Profundamente Todo o Estado o Tragico/Desaparecimento do Presidente Getulio Vargas", em seis colunas, é acompanhado por texto de 80 centímetros a ter sequência na página 12, por uma fotografia das depredações em Porto Alegre e outra, em três colunas e 30 centímetros de altura, de Vargas na Fazenda do Itu. "TRÊS MORTOS E NOVE FERIDOS" é a cartola sobre a matéria seguinte, sob o título "SANGRENTO CHOQUE DE UMA PATRULHA DO/EXÉRCITO COM UM GRUPO DE MANIFESTANTES", com 70 centímetros, quatro colunas. "Os bondes trafega-/rão hoje", box de cinco centímetros e uma coluna, veio na sequência, acompanhado de "GOIS PRESSENTIU A/ANGUSTIA DE VARGAS" (15 centímetros, uma coluna), "MORTO UM OFICIAL DA/BRIGADA EM PASSO FUNDO" (15 centímetros, duas colunas), "PRIMEIROS ATOS DO NOVO/PRESIDENTE DA REPUBLICA" (30 centímetros, duas colunas),

"TUMULTOS E DEPREDAÇÕES TAMBÉM EM S. PAULO E MINAS" (35 centímetros, duas colunas), "A MORTE DO PRESIDENTE É UM/EXEMPLO DE ABNEGAÇÃO E RENUNCIA" (25 centímetros, três colunas) e "PARTICIPA O ARCEBISPO D. VI-/CENTE SCHERER DO LUTO NACIONAL" (10 centímetros, duas colunas). A página 9 teve ainda uma foto em uma coluna de vítima fatal das depredações e outra de quatro colunas sobre a agitação em Porto Alegre na véspera.

Na página 10 do diário da mesma data, o título principal anunciou "LUTO OFICIAL POR OITO DIAS", em texto de 60 centímetros em cinco colunas. Outra matéria, com 90 centímetros em três colunas, informou: "TODO O GOVERNO GAUCHO IRÁ A SÃO/BORJA ASSISTIR AO SEPULTAMENTO". Os demais conteúdos: "DIRIGE-SE AO GOVERNA-/DOR O SR. RAUL PILLA" (5 centímetros, uma coluna), "COMO TRANSCORRERAM OS ULTIMOS MINUTOS/DA VIDA DO PRESIDENTE GETULIO VARGAS" (50 centímetros, quatro colunas), "AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES DO SR. CAFÉ/FILHO DEPOIS DE ASSUMIR O GOVERNO" (10 centímetros, duas colunas). A página teve ainda duas amplas fotos das depredações em Porto Alegre.

A página 12 abrigou uma matéria, "JANIO QUADROS, EM SÃO PAULO: 'A Republica está de luto, tremula/e horrorizada à beira do caos'", com 20 centímetros em duas colunas; e o box "NOVO MINISTÉRIO", com cinco centímetros em uma coluna – além de cinco continuações. Nessa edição, com 16 páginas, a última teve um tratamento exclusivamente ilustrativo, com oito fotografias dos acontecimentos, com legendas de seis linhas.

A 26 de agosto de 1954, o Correio do Povo retomou sua divisão convencional de assuntos, retornando os internacionais para a capa. O suicídio de Vargas começa a ser tratado, nessa edição, à página 2, com o título principal "CARTA DE DESPEDIDA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA", texto de 35 centímetros em duas colunas, e outros seis textos de repercussão: "Ultimos momentos do presidente" (seis linhas de apoio, 80 centímetros, duas colunas e uma foto da fachada do Palácio Tiradentes, sede da Câmara Federal), "PESAR DAS NAÇÕES UNIDAS" (60 centímetros em duas colunas e continuação na página 9), "NA MADRUGADA DE 24 DE AGOSTO/TRÊS GENERAIS TELEFONARAM A VARGAS/AFIRMANDO QUE GARANTIRIAM A SITUAÇÃO" (45 centímetros, quatro colunas), "Praticamente todo o/governo em

São/Borja" (box em 10 centímetros, uma coluna), "DECLARAÇÕES DO CHEFE DE POLÍCIA DO D. FEDERAL" (10 centímetros, uma coluna) e a foto-legenda "A ULTIMA VISITA DE VARGAS A PORTO ALEGRE", com texto de 10 centímetros em duas colunas mostrando o presidente no Palácio Piratini, com o jornalista Archymedes Fortini.

O terceiro editorial em ordem de importância, nesse dia, abordou a crise política, sob o título "Obra de concórdia", na página 4, em que também foi editado o espaço "MOVIMENTO POLITICO: A Frente Democratica responsa-/biliza o governo pelas depredações", com 60 centímetros em duas colunas. A página 5 tem por título inicial "A ação dos bombeiros no incendio do 'Diário de Noticias'", com matéria de 60 centímetros em duas colunas. Outros conteúdos dessa página são "A VIDA DE CAFÉ FILHO/TRINTA ANOS DE LUTAS NA/IMPRENSA E NA VIDA PUBLICA" (70 centímetros, três colunas) e o "A PEDIDO/O GOVERNO E AS DESORDENS", espaço sob responsabilidade conjunta do PSD UDN, PL e PRP, acusando o governo estadual de conivente com as depredações – 45 centímetros em três colunas.

A cobertura teve sequência na página 7, com 11 matérias, iniciadas pela de 70 centímetros, em quatro colunas, com o título "Sepultado ontem em P. Alegre o aspirante/Oliveira, morto no tiroteio de Passo Fundo". Seguiram-se: "A Família Vargas não permitiu/que Gregorio visitasse o corpo" (40 centímetros, duas colunas), "O ex-ministro da Aeronautica descreve a ultima/reunião de gabinete do presidente Vargas" (65 centímetros, quatro colunas), "O GOVERNO PRESIDIRÁ COM ISENÇÃO E/IMPARCIALIDADE AS PROXIMAS ELEIÇÕES" (15 centímetros, duas colunas), "Escusas do govêrno/ gaúcho ao consula-/do dos EEUU" (box d 10 centímetros em uma coluna), "Serão regularizados/hoje os serviços de/transporte" (box de cinco centímetros, uma coluna), "NORMALIZADA A/ SITUAÇÃO EM S. PAULO" (20 centímetros, duas colunas), "O Tribunal Regional do Trabalho decretou luto por oito dias" (20 centímetros, duas colunas), um bloco de quatro colunas, com quatro fotografias, de pessoas lendo o Correio do Povo, com legenda de sete linhas sob o título "OS ACONTECIMENTOS E O 'CORREIO DO POVO'", além de "PROCEDE A MUNICIPALIDADE À REMOÇÃO DOS DESTROÇOS" (quatro fotos em quatro colunas com 11 linhas de legenda) e "APINHADAS DE GENTE AS RUAS DE PORTO ALEGRE" (foto-legenda em três colunas) e foto-legenda sem título do

governador e da esposa embarcando saindo do Palácio Piratini, rumo ao aeroporto, para os funerais em São Borja.

Na página 9 foram colocadas as continuações, e na 10, de Esportes, o principal título foi "Esporte Gaúcho Tomou Luto por 8 dias", com texto de 30 centímetros em duas colunas, informando a decisão do presidente da Federação Rio-Grandense de Futebol, Aneron Corrêa de Oliveira.

A página 14 e última dessa edição concentrou o mais importante da cobertura, com sete matérias, a principal delas sob o título "NA TERRA NATAL, DESCERÁ HOJE À SEPULTURA O CORPO DE GETULIO VARGAS", com texto de 30 centímetros e cinco colunas, antecedido por três linhas de apoio e acompanhado de foto em três colunas e 20 centímetros de altura do cadáver ainda no Rio de Janeiro – a continuar na página 9. Uma segunda matéria, com 40 centímetros, quatro colunas e a seguir também na página 9, revelou "A MAIOR MASSA HUMANA JÁ VISTA NO RIO DE JANEIRO/ACOMPANHOU O CORTEJO FUNEBRE DO CATETE AO AEROPORTO". As demais: "Continuam proibidas/as aglomerações na/via pública" (box de cinco centímetros em uma coluna), "RESTABELECIDA COMPLETAMENTE A ORDEM/E A NORMALIDADE NA CAPITAL DO ESTADO" (30 centímetros, cinco colunas, seguindo na 9), "POR QUE RECUOU O/GENERAL ZENOBIO" (10 centímetros, uma coluna), "NOVOS MINISTROS DA GUERRA/E DAS RELAÇÕES EXTERIORES" (30 centímetros, duas colunas), e "Tensa ainda a situação na Capital Federal onde/ocorreram novos choques do povo com a policia" (quatro linhas de apoio, 30 centímetros, três colunas) – além de um bloco de fotos em oito colunas na parte inferior, do cortejo do Catete para o Aeroporto Santos Dumont.

Na edição de 27 de agosto de 1954, o assunto ocupou as páginas 2, 4, 8, 9, 11 e 16, mais uma vez com esta, a última, registrando o maior destaque. Na 2, dois a pedidos em meio às sucessivas continuações: num, de 45 centímetros e três colunas, com o título "AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL", o proprietário do Restaurante Popular fez acusações ao governo estadual, de negligência aos saques de foi vítima e seu estabelecimento; noutro, "AO RIO GRANDE DO SUL", 50 centímetros, duas colunas, o deputado Flores da Cunha pede serenidade e conciliação "aos riograndenses de todos os partidos".

Na 4, outras cinco matérias deram continuidade à cobertura, aberta pelo título "REPERCUSSÃO NO EXTERIOR/Homenageado pelo Congresso/Argentino o presidente Vargas", em 50 centímetros e duas colunas. As demais: "LÍDERES ESTUDANTIS RESPONSABILIZAM/O GOVERNO PELAS DEPREDAÇÕES DO DIA 14" (), "EPISODIO GROTESTO/COMPARECEU AO CATETE PARA SER EMPOS-/SADO MINISTRO, SEM TER SIDO CONVIDADO" (15 centímetros, duas colunas), "VARGAS OFERECEU SUA CANETA AO SR. TAN-/CREDO NEVES, APÓS ASSINAR CARTA" (10 centímetros, duas colunas), "INTEGRAL CONFIANÇA DAS CLASSES PRO-/DUTORAS AO GOVERNO DO SR. CAFÉ FILHO" (30 centímetros, duas colunas).

A página 8 teve por título principal "Esteve Reunido com o Novo Ministro/da Guerra o Alto Comando do Exército", em 50 centímetros, duas colunas, seguido de "O PTB NA OPOSIÇÃO/DECIDIRAM OS DEPUTADOS TRABALHISTAS/LUTAR NA CAMARA CONTRA O NOVO GOVERNO", em 30 centímetros, três colunas; "PERMANECERÃO FECHADOS OS ANTIGOS/APOSENTOS DO PRESIDENTE VARGAS", com 20 centímetros e duas colunas; "GETULIO MORREU VITI-/MA DOS MAUS AMIGOS", cinco centímetros em uma coluna; "Exonerou-se do Banco/do Brasil o sr. Cilon Rosa", em box de cinco centímetros, uma coluna; além da continuação de matéria tendo por fonte Osvaldo Aranha e destacada na contracapa.

"Espera-se para Hoje o Retorno às/Atividades Normais em Toda a Cidade", matéria principal que abriu a página 9 dessa data, teve 45 centímetros em quatro colunas, enquanto a seguinte, "PROMETE O NOVO MINISTRO DO TRABALHO: 'EMPUNHAREI A BANDEIRA DA REDENÇÃO/SOCIAL LEVANTADA POR GETULIO VARGAS'", também em 45 centímetros, mas três colunas. Outras nove matérias na página deram sequência ao assunto: "CARLOS LACERDA ENCONTRA-SE/'EM QUALQUER LUGAR DO RIO'" (20 centímetros, duas colunas), "Primeiras declarações à imprensa/do novo ministro do Exterior" (20 centímetros, duas colunas), "O presidente Café Filho dirige-se aos jornalistas" (10 centímetros, uma coluna), "SERIA JÁ CONHECIDO O MANDANTE/DO CRIME DA RUA TONELEROS" (10 centímetros, três colunas), "DEMONSTRAÇÃO DE CORAGEM DO BRIG. EDUARDO GOMES" (15 centímetros, duas colunas, sobre a volta à circulação da Tribuna da Imprensa), "Solicita demissão o/delegado fiscal" (box de cinco centímetros, uma coluna), "Não haverá alteração/na política exterior/do Brasil" (box de cinco

centímetros, uma coluna), "COMO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS/ASSALTADA A TRANSMISSORA DA RADIO MUNDIAL DO RIO" (10 centímetros, duas colunas), e "AGITADORES COMUNIS-TAS DETIDOS" (10 centímetros, uma coluna). A página teve ainda um bloco de três fotos dos funerais em São Borja, em quatro colunas, 30 centímetros de altura; outra foto do governador (três colunas, 20 centímetros de altura), e de Tancredo e do General Caiado.

Na página final de 27 de agosto, a última página do Correio do Povo teve por título principal "MAIOR MULTIDÃO JAMAIS CONCENTRADA EM S. BORJA/ACOMPANHOU O CORPO DE GETULIO VARGAS À ULTIMA MORADA" – com texto de 60 centímetros em três colunas e fotografia em cinco colunas, com 30 centímetros de altura, anunciando continuidade para a 2. "AS CERIMONIAS FUNEBRES", com 20 centímetros, duas colunas, na sequência à cobertura, igualmente se estenderam para a página 2. O jornal apresentou na contracapa uma entrevista com Osvaldo Aranha (com 100 centímetros, cinco colunas e continuação na página 80, sob o título "DECLARA O SR. OSVALDO ARANHA AO 'CORREIO DO POVO'/'SE SALVARMOS A LIBERDADE O BRASIL/EM POUCO TEMPO/REPARARÁ TODOS OS SEUS ERROS'". As demais: "O adeus comovido do ex-ministro" (15 centímetros, duas colunas e sequência na página 11), "NOMEADOS OS MINISTROS DA FAZENDA,/VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E EDUCAÇÃO" (20 centímetros, quatro colunas e continuação na página 11), "ASSEGURA O CATETE QUE NÃO/SERÃO ADIADAS AS ELEIÇÕES" (10 centímetros, duas colunas), "Exonerou-se o Chefe/de Policia do Rio" (cinco centímetros, uma coluna). A página também teve dois anúncios, embora sem sinais que os caracterizassem como tal – exceto a linguagem: uma nota oficial do PTB, intitulada apenas com a abertura por extenso e em maiúsculas da sigla, com 15 centímetros em três colunas, apelando aos correligionários que não participassem das depredações; e outra da Associação Comercial de Porto Alegre, com 10 centímetros e duas colunas, comunicando a reabertura das atividades.

Ilustrativo do que foi acima analisado, o quadro a seguir resume as edições do Correio do Povo de agosto de 1954.

Quadro 13

COBERTURA DO CORREIO DO POVO DE 1ºA 31 DE AGOSTO DE 1954			
Dia/Nº de páginas da edição	**Página**	**Títulos**	**Espaço**
1º/08/1954 Domingo 52	6	A pedido nº XI de "O MEU DESTINO É O CATETE", de Paulo Duarte.	Seis colunas, 150 cm
	4	"Meus desentendimentos..."	Continuação de matéria da última página, com duas colunas e 60 cm
	26	A pedido/Grande Comício em Praça Publica Realisou/Ontem o PTB na Cidade de Nôvo Hamburgo "ESTÁ NOVAMENTE EM JÔGO A CAUSA DO TRABALHADOR"	Título e linha de apoio em oito colunas, com duas fotos em 3,5 colunas. Texto em 4,5 colunas, 20 cm Matéria de suporte à anterior, igualmente com uma linha de apoio. Quatro colunas e 30 cm
	52	MOVIMENTO POLÍTICO/Inicia o sr. Pasqualini sua/campanha no Interior do Estado Declara o sr. Brochado da Rocha:/"Meus desentendimentos com os homens/que dirigem o P.T.B. são antigos e notórios"	Três colunas, 50 cm Duas colunas, 20 cm
03/08/1954 Terça-feira 26	2	Propugnada...	Continuação de matéria da última página, em sete colunas e 400 cm.
	26	Na Camara e no Senado/Propugnada a rearticulação do eixo político Minas-São Paulo	Quatro colunas e 30 cm
04/08/1954 Quarta-feira ??	2	A PEDIDO/Organiza-se Neste Estado Uma Frente Popular /"A SERVIÇO DO POVO E DOS PROPOSITOS DEMOCRATICOS"	Quatro colunas, 160 cm ocupando toda a extensão lateral da página
05/08/1954 Quinta-feira 16	2	NA CAMARA E NO SENADO MOVIMENTO POLITICO	Continuação da última página, em três colunas e 80 cm Continuação da última página, em duas colunas e 50 cm.
	4	País sem transportes	Editorial principal, com críticas aos planos que se sucedem e não se realizam e alusão às crises políticas como responsáveis por essa situação

	10	"O MEU DESTINO É O CATETE" – XIII, de Paulo Duarte	Sequência de A Pedido reproduzido em série de O Estado de S. Paulo
	16	DITADURA ECONOMICA E UM/GOLPE CONTRA O GOVERNO	Matéria secundária na página, em duas colunas e 30 cm, com linha de apoio: ATRIBUI UM MATUTINO CARIOCA PLANOS MA-/QUIAVELICOS AO GOVERNO FEDERAL – O OR-/ÇAMENTO PARA 1955 O "PIVOT" DA QUESTÃO
		NA CAMARA E NO SENADO/Aprovados vários anexos do Orçamento da Republica para 1955	Quatro colunas, 80 cm, seguindo na p. 2 e tendo seis linhas de apoio
		MOVIMENTO POLITICO/FALARÁ AMANHÃ EM BAGÉ/O SR. ILDO MENEGHETTI	Três colunas, 60 cm continuando na p. 2
		A PEDIDO/PLANO DE SANEAMENTO	Quatro colunas, 40 cm de texto assinado por Leonel Brizola
06/08/1954 Sexta-feira 14	2	Carlos Lacerda...	Continuação da matéria da última página, com três colunas e 140 cm
		Continuação de material de NA CAMARA E NO SENADO sobre o atentado a Lacerda	Três colunas, 300 cm
	14	CARLOS LACERDA ESCAPOU DE UMA TENTATIVA DE ASSASSINATO,/SENDO MORTO, PORÉM, NA EMBOSCADA, UM OFICIAL-AVIADOR	Manchete de página, em toda a sua extensão (oito colunas e 110 cm, anunciando continuação na p. 2). Três fotos em bloco de três colunas
		NA CAMARA E NO SENADO/Repercutiu fortemente em ambas as casas do Congresso Na-/cional o atentado contra o diretor da "Tribuna da Imprensa".	Quatro colunas, 30 cm
07/08/1954 Sábado 14	4	Revoltante Atentado	Editorial em duas colunas e 50 cm
	10	A agressão a Carlos...	Continuação de matéria da última página, em duas colunas e 100 cm
	14	A AGRESSÃO A CARLOS LACERDA/Manifesta o governo o proposito de apoiar a/responsabilidade dos acusados, doa a quem doer	Três colunas, 60cm
		Pronunciam-se os oficiais da 5ª Zona Aérea	Duas colunas, 30 cm
		Energico editorial de "O Globo"	Duas colunas, 35 cm, com a linha de apoio: OU O PRESIDENTE GETULIO VARGAS

			RECOLHE ES-/SE CLAMOR DE JUSTIÇA, OU ENTÃO SUBMERGE
08/08/1954 Domingo 44	4	Em prontidão...	Duas colunas e 30 cm de continuação de matéria da última página
	17	Ambiente agitado...	Quatro colunas e 140 cm cm d e continuação de matéria da última página
	44	AMBIENTE AGITADO NO RIO/DOIS MIL OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS/REUIRAM-SE NO CLUBE DA AERONÁUTICA EM PRONTIDÃO O EXÉRCITO	Manchete de página, em quatro colunas e 60 cm Duas colunas e 50 cm
10/08/1954 Terça-feira 20	2	INCLUIDO NA COMISSÃO DE INQUERITO,/APÓS ULTIMATUM DOS JORNAIS CARIO-/CAS, O JORNALISTA ELMANO CARDIM ELMANO CARDIM NA COMISSÃO/DE INQUERITO O ATENTADO...	Duas colunas, 50 cm Subtítulo da matéria acima, com um parágrafo apenas Continuação da última página, em duas colunas e 100 cm
	20	O ATENTADO A CARLOS LACERDA/IDENTIFICADO COMO CHEFE DOS ASSALTANTES ELEMENTO DA GUARDA-PESSOAL DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA NOTA ENERGICA DOS OFICIAIS/GENERAIS DA AERONAUTICA EM FACE DA SUSPEITA O CHEFE DO GOVERNO/RESOLVEU DISSOLVER SUA GUARDA-PESSOAL	Manchete em quatro colunas, 50 cm 1,5 coluna, 10 linhas, com uma foto em uma coluna Duas colunas, 30 cm
11/08/1954 Quarta-feira 16	2	O ATENTADO A ... NA CAMARA E NO SENADO	Continuação de matéria da última página, em duas colunas e 120 cm Continuação de material da última página, com duas colunas e 140 cm
	16	O ATENTADO A CARLOS LACERDA/Informa-se que um outro elemento da guarda pessoal do/ presidente da Republica foi quem assassinou o Major Vaz Desautoriza o ministro da/Guerra boatos alarmistas "Não cogitou o Alto/ Comando de solida-/riedade a Vargas NA CAMARA E NO SENADO/ "ELEMENTOS APAIXONADOS ESTARIAM TENTANDO LEVAR AS/FORÇAS ARMADAS A DEPOR O PRESIDENTE DA REPUBLICA"	Quatro colunas, 70 cm Duas colunas, 30 cm 1 coluna, 15 cm Quatro colunas, 35 cm
12/08/1954 Quinta-feira	2	Continuação do texto da última página sobre o atentado a Carlos Lacerda	Três colunas, 200 cm

20		Continuação do texto da última sobre Dom Vicente	Uma coluna, 20 cm
		Continuação da matéria da última sobre Eduardo Gomes	Uma coluna, 10 cm
		Continuação de MOVIMENTO POLITICO	Uma coluna, 20 cm
		Continuação de NA CAMARA E NO SENADO	Duas colunas, 160 cm
		A PEDIDO/CONSAGRAÇÃO POPULAR A MENEGHETTI	Toda a página, com duas fotos em quatro colunas na parte superior, outras duas de quatro logo abaixo à direita; um texto principal em uma coluna e 40 cm, mais uma foto de três colunas à esquerda
		PONTOS ESSENCIAIS AFIRMADOS PELO CANDIDATO DA "FRENTE DEMOCRÁTICA"	Bloco de texto nas oito colunas ao pé da página
		A MARCHA DA VITÓRIA	Box em três colunas, 40 cm
	20	O ATENTADO A CARLOS LACERDA INCIDENTES DE RUA NA CAPITAL DA REPUBLICA	Texto em quatro colunas, com vários subtítulos, continuando na segunda página
		Reunião no gabinete do ministro da Guerra de/todos os oficiais de serviço na capital da Republica	Três colunas, 40 cm
		"A morte desse jovem brasileiro é como um apelo, doloroso e sangrento, a que a Nação desperta"	Texto em meio às duas chamadas anteriores, ilustrado com foto do arcebispo, tratando do seu sermão quando de missa em memória do Major Vaz, na Catedral. Com continuação na página 2
		O visitante não iden-/tificou Soares	Box em uma coluna, 10 cm
		Atuação ponderada de Eduardo/Gomes no Clube da Aeronautica	Duas colunas, 50 cm, continuando na p. 2
		MOVIMENTO POLÍTICO/INTENSIFICAM-SE NO INTERIOR/AS ATIVIDADES DOS CANDIDATOS	Três colunas, 60 cm, continuando na p. 2
		NA CAMARA E NO SENADO APÊLO PARA QUE O SR. GETULIO VARGAS/RENUNCIE À PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Quatro colunas, 80 cm, seguindo na p. 2
		TERIA SIDO CONSIDERADA A POSSIBILIDADE/DA RENUNCIA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA	Duas colunas, 10 cm

		Vai a Minas o chefe/do governo	Box em uma coluna, 15 cm
13/08/1954 Sexta-feira 16	2	Continuação matéria de GV em Minas	Quatro colunas e 100 cm, empastelado ao final com necrológio
		Continuação matéria Gregório	Duas colunas, 90 cm
		Continuação de MOVIMENTO POLITICO	Duas colunas, 120 cm
		Continuação matéria sobre boato de fuga em avião gaúcho	Uma coluna, 15 cm
	16	REAFIRMAM AS FORÇAS ARMADAS O PROPÓSITO DE SE/MANTEREM FIÉIS AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS	Manchete de página, com em quatro colunas de texto de 90 cm, ilustrada por foto de tumultos no Rio de Janeiro (três colunas)
		A "guarda pessoal"/teria auxiliado a/fuga dos criminosos	Uma coluna, 30 cm
		AFIRMA EM MINAS O SR. GETULIO VARGAS: "NÃO RENUNCIEI E NÃO RENUNCIAREI;/CUMPRIREI MEU MANDATO ATÉ O FIM"	Texto três colunas e 30 cm, continuando na p. 2
		DECLARAÇÕES À IM-/PRENSA	Box em uma coluna, 5 cm
		Gregorio vacilante em muitas/passagens de seu interrogatório	Duas colunas, 40 cm, seguindo na p. 2
		Sem aparatos o em-/barque presidencial/para Belo Horizonte	Box em uma coluna, 10 cm
		MOVIMENTO POLITICO/Participa da campanha do sr./Meneghetti o embaixador Jobim	Três colunas, 40 cm, seguindo na p. 2
		NA CAMARA E NO SENADO APELO PARA SEREM PRESTIGIADAS AS FORÇAS/ARMADAS E OS PODERES CONSTITUÍDOS	Quatro colunas, 40 cm
		Boato de fuga de criminosos/em um avião do governo gaúcho	Duas colunas, 30 cm, continuando na p. 2
14/08/1954 Sábado 16	2	Continuação PROCLAMAÇÃO DOS MINISTROS...	Uma coluna, 5 cm
		Continuação de NA CAMARA ...	Duas colunas, 120 cm
	4	A PALAVRA DA IGREJA	Editorial em uma coluna falsa, 120 cm, sobre o sermão de D. Vicente na missa pelo Major Vaz
	16	DUTRA ACHA ACONSELHÁVEL A RENÚNCIA DE VARGAS	Manchete de página, com cinco linhas de linha de apoio, texto de 70 cm em quatro colunas e um desenho de Dutra em uma coluna, ilustrando a matéria
		PROCLAMAÇÕES DOS MINISTROS/DA GUERRA E DA	Três colunas, 70 cm,

		MARINHA	uma foto em uma coluna do Almirante Guillobel, e continuação na p. 2
		AFIRMA ZENOBIO: “CONSTATADA A RESPONSABILIDADE DA/GUARDA, TODA ELA SERIA METIDA NA CADEIA”	Três colunas, 20 cm e uma foto de Zenobio, um uma coluna e 20 cm de altura
		AVALANCHE DE BOATOS	Duas colunas, 20 cm
		Encontrada a arma/do crime	Box em uma coluna, 10 cm
		REGRESSA AO RIO O/SR. GETULIO VARGAS	Uma coluna, 5 cm.
		MOVIMENTO POLITICO/FALARÁ HOJE EM SANTA CRUZ/O SR. ALBERTO PASQUALINI	Três colunas, 50 cm
		NA CAMARA E NO SENADO/CRÍTICAS AO DISCURSO PRESIDENCIAL	Quatro colunas, 100 cm, seguindo na p. 2
		COMICIO DE PROTESTO/NO LARGO DA PREFEITURA	Duas colunas, 15 cm
15/08/1954 Domingo 48	7	Sem título	Foto-legenda de Climerio Eurides de Almeida, em duas colunas e 10 linhas
	12	A PEDIDO/PROCLAMAÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA	Três colunas, 120 cm, sobre o momento político
	16	Oficiais da FAB...	Sequência da matéria da última página, com três colunas e 50 cm
		REUNIÃO DO CLUBE...	Continuação da última página, com uma coluna e 20 cm
	20	A PEDIDO/DECLARA O DEPUTADO RUI RAMOS:/”APENAS UMA COISA FALTA AO SR. GETULIO VARGAS:; É/ HISTÓRIA. O TEMPO E O FUTURO SERÃO SEUS ADVOGADOS	Quatro colunas, 130 cm (mandado publicar por um grupo de riograndenses)
	26	INDEFINIDA...	Continuação matéria da última, em oito colunas e 140 cm
	48	INDEFINIDA AINDA A SITUAÇÃO NA CAPITAL DO PAÍS	Manchete de página, com quatro linhas de apoio, quatro colunas e 60 cm de texto, com uma foto de Lacerda na cadeira de rodas (uma coluna, 10 cm), continuando na p. 26
		A Aeronáutica intensifica suas/investigações no Rio Grande do Sul	Duas colunas, 40 cm
		Diligencias da policia em todo o Estado/à procura dos indigitados criminosos	Duas colunas, 30 cm

		Oficiais da FAB detalham as ultimas diligencias	Três colunas, 25 cm, seguindo na 16
		TRIUNVIRATO MILI-/TAR NO GOVERNO	Uma coluna, 10 cm
		ÚLTIMA HORA/Palavras categóricas/contra Lutero – afir-/ma Carlos Lacerda	Uma coluna, 15 cm.
		Devido à situação nacional, o governador/do Estado cancelou sua viagem a S. Angelo	Duas colunas, 20 cm.
		REUNIÃO DO CLUBE NAVAL/Verberado pela oficialidade da/Marinha o atentado do dia 4	Duas colunas, 40 cm, seguindo na p. 16
		DIZ ESTILLAC:/"AGITAÇÃO ESTERIL E SEM PROFUNDIDADE"	Duas colunas, 20 cm
			Página com duas fotos num bloco de duas colunas e 20 cm de altura, sobre a movimentação policial e militar no Rio de Janeiro.
17/08/1954 Terça-feira 24	2	DEMISSIONÁRIO...	Continuação da última página, com duas colunas e 150 cm
		ACLAMADA...	Continuação da última página
		NA CAMARA E NO SENADO...	Continuação, em cinco colunas e 120 cm
	4	A PEDIDO/PASQUALINI RECEBE A CONSAGRAÇÃO DO POVO	Meia página, oito colunas, texto em corpo maior e três amplas fotos
	16	As classes armadas...	Continuação da última, com duas colunas e 30 cm
		MOVIMENTO POLITICO...	Continuação da última, com duas colunas, 35 cm
	24	DEMISSIONARIO O MINISTRO DA AERONAUTICA	Quatro colunas, 25 cm, continuando na p. 2, com foto do brigadeiro Nero Moura
		ACLAMADA NO CLUBE MILITAR A PROPOSTA/DE RENUNCIA DO SR. GETULIO VARGAS	Três colunas, 45 cm, com igual espaço em foto e continuação na p. 2
		As classes armadas estarão/unidas nas mais trágicas ocasiões	Duas colunas, 40 cm, seguindo na p. 16
		ULTIMA HORA/Localizado Dinheiro/Por Oficiais da FAB	Uma coluna falsa, 30 cm

		Elementos da extinta guarda/pessoal detidos em Santa Maria	Duas colunas, 20 cm
		MOVIMENTO POLITICO/MENEGHETTI PREPARA-SE PARA/INICIAR SEU OITAVO ROTEIRO	Duas colunas, 40 cm, continuando na p. 16
		NA CAMARA E NO SENADO DEFENDE O GOVERNO O SR. VIEIRA LINS	70 cm de texto em quatro colunas, antecedidos por cinco linhas de apoio, seguindo na p. 2
18/08/1954 Quarta-feira 16	2	A EMOCIONANTE...	Continuação: quatro colunas, 80 cm
		DETALHES DA ...	Continuação, com duas colunas, 30 cm e uma foto em duas colunas
		OPINIÃO DO SR...	Continuação, em uma coluna e 20 cm
		NA CAMARA E NO SENADO...	Primeira continuação da matéria da última página, com 40 cm
		MOVIMENTO POLITICO	Continuação da última página, com uma coluna e 15 cm
	10	A PEDIDO/MENEGUETTI – Expressão da Vontade Popular	Quatro colunas de alto a baixo da página, com três grandes fotos e muito pouco texto
		NA CAMARA E NO SENADO...	Segunda continuação da matéria da última página e da página 2, com oito colunas e 400 cm
	16	A EMOCIONANTE CAÇADA DE CLIMERIO CESSOU/NA MANHÃ DE ONTEM COM A SUA PRISÃO	Quatro colunas, 60 cm, com três fotos de três colunas cada, seguindo na p. 2
		DETALHES DA CAPTURA	Duas colunas, 30 cm, uma foto em duas colunas, seguindo na p. 2
		OPINIÃO DO SR. ARTUR BERNARDES:/“Vargas perdeu a autoridade e o/caminho é abandonar o governo”	Duas colunas, 20 cm, seguindo na p. 2
		NA CAMARA E NO SENADO/Proclamamos que o presidente Getulio Vargas não pode renunciar	Quatro colunas,m 50 cm e cinco linhas de apoio, seguindo na p. 2 e na p. 10
		MOVIMENTO POLITICO/“Não devemos nos dilacerar”/-declara o sr. Flores da Cunha	1,5 coluna, 25 cm, seguindo na p. 2
19/08/1954	2	Depoimento da esposa...	Continuação, em duas

Quinta-feira 20			colunas e 100 cm
	11	CLIMERIO SOB... NA CAMARA E NO SENADO...	Sequência da matéria da última, com duas colunas, 30 cm Continuação, com oito colunas e 150 cm
	13	A PEDIDO/O CANDIDATO E/A CANDIDATURA	Três colunas, 100 cm, com críticas a Pasqualini por estar à sombra de Getúlio e de Brizola
	20	CLIMERIO SOB TREMENTO IMPACTO EMOCIONAL NOMEADO O BRIGADEIRO EPAMINONDAS/SANTOS PARA MIN. DA AERONAUTICA "O EXÉRCITO DEFENDERÁ A QUALQUER/PREÇO OS PRINCIPIOS DEMOCRATICOS" Depoimento da esposa de Alcindo Nunes MOVIMENTO POLITICO/VIAJARA AMANHÃ PARA AS/MISSÕES O SR. PASQUALINI NA CAMARA E NO SENADO "MINAS, QUE FIZERA A REVOLUÇÃO DE 30, ESTÁ DISPOSTA A/LIDERAR A CAMPANHA PELA RENUNCIA DO SR. GETULIO VARGAS	Quatro colunas, 45 cm, seguindo na p. 11 Duas colunas, 10 cm Matéria sobre discurso do general Zenobio durante homenagem recebida "por seus camaradas", conforme linha de apoio em duas linhas para o texto em três colunas e 70 cm Duas colunas, 30 cm, continuando na p. 2 Três colunas, 30 cm Texto em quatro colunas, com título sem fechar as aspas iniciais, mais cinco linhas de apoio e sequência na p. 11
20/08/1954 Sexta-feira 16	2	PRIMEIRA ENTREVISTA DO/MIN. EPAMINONDAS SANTOS DEPOIMENTO DO GUARDA/JOÃO VALENTE DE SOUZA ADMITE O... ORIGEM DO... NA CAMARA E NO SENADO...	Duas colunas, 40 cm Duas colunas, 120 cm Continuação Continuação, em Uma coluna, 30 cm Continuação: duas colunas, 150 cm
	7	A PEDIDO/A Mentira e a Calúnia São as/Armas da Frente Democratica	Cinco colunas, 75 cm, com linha de apoio em cinco linhas reclamando de "infâmias" veiculadas pela FD
	9	AGRAVA-SE A ...	Continuação da Última, com duas colunas, 40 cm

		MOVIMENTO POLITICO...	Continuação: Uma coluna, 30 cm
	16	ADMITE O PRESIDENTE DO INQUÉRITO/HAVER INDÍCIOS CONTRA O SR. JAFET	Quatro colunas, 40 cm e sequência na p. 2
		REAFIRMA O GEN. ZENOBIO A FIDELIDADE/DAS FORÇAS ARMADAS À CONSTITUIÇÃO	Três colunas, 25 cm
		Fala o Sr. Ricardo Jafet	Box em meio às duas manchetes acima, em 10 cm e uma coluna
		ULTIMA HORA/PRESO ANTONIO SOARES	Duas colunas, 20 cm
		JÁ ESTARIA PRE-/SO O MANDANTE/DO CRIME	Uma coluna, cinco cm.
		AGRAVA-SE A SITUAÇÃO/DO "TENENTE"/GREGORIO FORTUNATO	Uma coluna, 25 cm, continuando na p. 9
		Agraciado pelo Exérci-/to o vice-presidente/Café Filho	Box em uma coluna e cinco cm
		MOVIMENTO POLITICO/Viajará hoje para as Missões/o senador Alberto Pasqualini	Três colunas, 45 cm, continuando na p. 9
		Declarações do sr. Anto-/nio Brochado da Rocha	Uma coluna, 15 cm
		ORIGEM DO DINHEIRO ENCONTRADO/EM PODER DOS PISTOLEIROS	Três colunas, 30 cm, continuando na p. 2
		NA CAMARA E NO SENADO/ Novamente abordada a tese da renuncia do presidente da Republica	Quatro colunas, 60 cm, continuando na p. 2
21/08/1954 Sábado 16	2	O CRIME DA RUA...	Continuação da Última, em duas colunas e 60 cm
		DEPOIMENTO DO AUTOR...	Continuação, em quatro colunas, 250 cm
		OS NEGOCIOS....	Continuação, em duas colunas, 50 cm
		NA CAMARA E NO SENADO...	Continuação, com duas colunas e 100 cm
	10	MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO/O SAMDU Festejou Solenemente o Seu Primeiro/Aniversário de Atividades em Porto Alegre	Texto laudatório, em oito colunas e 170 cm, com um quadro e seis fotos, sem indicação de tratar-se de publicidade
	16	O CRIME DA RUA TONELEROS CONSIDERADA LEGAL A PRISÃO E NEGADO O "HABEAS CORPUS"	Quatro colunas, 100 cm de texto, três linhas de apoio, com foto em uma coluna e 15 cm de

			altura do marechal Mascarenhas, seguindo na p. 2
		DEPOIMENTO DO AUTOR /DA MORTE DO MAJOR VAZ	Duas colunas, 40 cm, seguindo na p. 2
		OS NEGOCIOS REALIZADOS/PELO "TENENTE" GREGORIO	Duas colunas, 40 cm, mais p. 2
		GREGORIO NUNCA TEVE/INFARTO DO MIOCARDIO	Uma coluna, 10 cm
		"Em qualquer hipótese será/mantida a Constituição"	Box em duas colunas, 10 cm
		MOVIMENTO POLITICO Encontram-se no Interior os/cinco candidatos ao governo	Três colunas, 55 cm
		NA CAMARA E NO SENADO "O sr. Getulio Vargas não é mais o presidente da Republica e as Forças Armadas devem empossar o vice-presidente"	Bloco de texto antecedido por cinco linhas de apoio, com quatro colunas e 70 cm, seguindo na p. 2
22/08/1954 Domingo 48	2	IMPORTANTE REVELAÇÃO...	Continuação da última, em quatro colunas e 80 cm
	4	Clima de justiça	Editorial em uma coluna, 40 cm, sobre o atentado a Lacerda
		Prontidão rigorosa...	Continuação: três colunas, 40 cm
		MANIFESTA-SE O GOVERNADOR...	Continuação, em duas colunas, 30 cm
		Grande quantidade de...	Continuação: duas colunas, 15 cm
		A FICHA DO PISTOLEIRO...	Continuação: duas colunas, 50 cm
	13	A PEDIDO/Fala José Diogo/Brochado da Rocha/– POR QUE SOU CANDIDATO	Seis colunas, 250 cm
	22	A PEDIDO/MENEGHETTI E O POVO GAUCHO	Quatro colunas em toda a altura da página, com apenas 20 cm de texto e o resto em três amplas fotos
	48	Prontidão rigorosa determinada ontem pelo Ministro da Guerra	Quatro colunas, 20 cm, chamando para a p. 4
		DECLARA O MINISTRO DA AERONÁUTICA:/"OS POLITICOS TEM MEIOS LEGAIS PARA/IMPELIR O PRESIDENTE A DEIXAR O PODER"	Duas colunas, 25 cm
		IMPORTANTE REVELAÇÃO NO CLUBE DA AERONAUTICA:/ "OS PISTOLEIROS RECEBERAM ORDENS DE GREGO-/RIO, SUPOSTAMENTE A MANDO DE LUTERO VARGAS"	Texto em três colunas e 30 cm, antecedido por três linhas de apoio e chamando para a p. 2

		OPINIÃO DO MARECHAL DUTRA:/ “ O povo não está satisfeito com o governo”	Duas colunas, 10 cm
		QUEM É O NOVO TITULAR/DA PASTA DA AERONAUTICA	Duas colunas, 20 cm., com uma foto em duas colunas e 10 cm
		MANIFESTA-SE O GOVERNADOR DE PERNAMBUCO/PELA RENUNCIA ESPONTANEA DE VARGAS	Três colunas, 55 cm, continuando na p. 4
		Grande quantidade de dinheiro falso e/documentação altamente comprometedora	Duas colunas, 20 cm, seguindo na p. 4
		A FICHA DO PISTOLEIRO SOARES: CUMPRIU/PENA POR HOMICIDIO E ROUBO DE GADO	Duas colunas, 10 cm, mais p. 4
		ULTIMA HORA/PRONUNCIAMENTO DOS MINISTROS MILITARES	Três colunas, 40 cm
24/08/1954 Terça-feira 24	2	DE MODO ININTERRUPTO E SOB RIGOROSO SIGILO, A/COMISSÃO DE INQUERITO PROSSEGUE SUA ATIVIDADE	Quatro colunas, 120 cm, continuando na p. 14 e na p. 16
		O incidente que resultou na/prisão do almirante Muniz Freire	Duas colunas, 70 cm
		DEPOIMENTO DO SR. ARQUIMEDES MA-/NHÃES PERANTE A COMISSÃO DE INQUÉRITO	Duas colunas, 60 cm, continuando na p. 16
		DELEGADOS DEMITIDOS/POR CONIVENCIA COM/GREGORIO NA EXPLO-/RAÇÃO DO JOGO DO/BICHO	Uma coluna, cinco cm
		O “HERALD TRIBUNE”/ELOGIA LACERDA	Uma coluna, 5 cm
		DISCURSO DO SR. RAUL PILLA/ “Saiba a Camara cumprir seu dever, declarando/o sr. Getulio Vargas suspenso de suas funções”	Três colunas, 50 cm
		TODOS OS PRESOS JÁ ESTÃO/IDENTIFICADOS E QUALIFICADOS	Duas colunas, 15 cm
		Sob censura as estações/de radio do D. Federal	Uma coluna, 25 cm
		NA CAMARA E NO SENADO/REPERCUTEM INTENSAMENTE NO CONGRESSO NACIONAL/OS ACONTECIMENTOS QUE SE REGISTRAM NO PAÍS	Quatro colunas, com texto de 80 cm antecedido por seis linhas de apoio, continuando na p. 16
		A homenagem do Jockey/Club Brasileiro ao Exército	Duas colunas, 60 cm
	12	Agrava-se a Crise...	Continuação da Última, com três colunas e 180 cm
		DIVIDIDAS AS OPINIÕES...	Continuação da Última: três colunas, 70 cm
	13	A PEDIDO/PASQUALINI EMPOLGA O POVO RIOGRANDENSE	¾ de página, com duas falsas colunas (quatro) de texto e quatro fotos

		A POSIÇÃO DO MAL. ...	de comício em São Luiz Gonzaga Continuação da Última: duas colunas, 50 cm, uma foto em uma coluna
	14	DE MODO...	Continuação da p. 2, com três colunas e 70 cm e seguindo para a p. 16
	15	CAMARA MUNICIPAL/Repercussão dos últimos aconte-/cimentos no País	Duas colunas, 20 cm
	16	DEFENDEM-SE O MINISTRO DA JUSTIÇA E O GEN. CAIADO DE CASTRO	Três colunas, 80 cm
		NO CATETE A SRA. ALZI-/RA VARGAS E ALGUNS/DOS ACUSADOS	Uma coluna, cinco cm
		NENHUMA ALTERAÇÃO/NO MOVIMENTO DE/AVIÕES MILITARES	Uma coluna, cinco cm
		DE MODO...	Continuação da p. 2 e da p. 14, com três colunas e 90 cm
		DEPOIMENTO DO SR. ARQUIMEDES...	Duas colunas, 30 cm
		NA CAMARA E NO SENADO	Continuação: cinco colunas, 165 cm
		A PEDIDO/ADHEMAR AO POVO GAUCHO	Três colunas, 90 cm
		Esteve Iminente a...	Continuação: duas colunas, 40 cm
	24	Agrava-se a Crise Político-Militar Com a Atitude Dos/Brigadeiros, Sugerindo a Renuncia do Chefe da Nação	Manchete de página em oito colunas, com seis colunas de texto (quatro linhas de apoio), 70 cm, continuando na p. 12 e tendo uma foto de Zenobio em duas colunas e 10 cm
		A NOTA DOS BRIGADEIROS	Box em duas colunas e 10 cm
		Despacho normal no/Palácio do Catete	Box em uma coluna e 10 cm
		NORMALIDADE ABSOLUTA EM TODO O ESTADO	Cinco colunas (cinco linhas de apoio) e 30 cm
		DIVIDIDAS AS OPINIÕES/DOS DEPUTADOS GAÚCHOS	Duas colunas, 25 cm, continuando na p. 12
		DIZ O BRIGADEIRO ROZSANYI:/DAS FORÇAS ARMADAS NÃO PARTIRÁ A DESORDEM	Três colunas, 20 cm

		ULTIMA HORA/INFORMAÇÃO OFICIAL ÀS 4,45 HORAS/LICENCIOU-SE/O SR. GETULIO VARGAS	Três colunas, 30 cm
		Esteve Iminente a Internação/das Tropas da Vila Militar	Quatro colunas, 35 cm, continuando na p. 6.
		A POSIÇÃO DO MAL. MASCARENHAS	Três colunas, 25 cm, seguindo na p. 13
		INTEGRAL SOLIDARIEDADE DO GOVERNO RIO-/GRANDENSE AO PRESIDENTE DA REPUBLICA	Duas colunas, 20 cm
25/08/1954 Quarta-feira 16	Capa	Comove o Brasil a Morte Tragica de Getulio Vargas	Manchete em toda a extensão da página, com duas linhas de apoio e texto inicial de duas colunas, ampla foto de GV em três colunas, e 20 cm, seguindo na p. 12
		A derradeira mensagem de Getulio Vargas	Box em meio à manchete acima, em uma coluna falsa ocupando o espaço de três colunas
		O novo presidente da República	Duas colunas e 10 cm, com foto de duas colunas, continuando na 15
		O DESENVOLVIMENTO DOS ACONTECIMENTOS	Três colunas, 30 cm, seguindo na 12
		A REPERCUSSÃO NO EXTERIOR	Duas colunas, 50 cm
		O PRESIDENTE DESAPARECIDO/DADOS BIOGRAFICOS	Duas colunas, 10 cm, continuando na 15
		IMPRESSIONANTE CONSAGRAÇÃO/POPULAR AO PRESIDENTE MORTO	Três colunas, 45 cm, continuando na 12
		MENSAGEM PATÉTICA DO SR, JOÃO GOULART/“ESSE POVO DE QUE ELE FOI ESCRAVO,/NÃO MAIS SERÁ ESCRAVO DE NINGUÉM”	Três colunas, 10 cm, seguindo na 12
		A EMOÇÃO DE D. DARCY/VARGAS	Uma coluna, três cm
		Faleceu de um colapso/uma irmã da sra./Darcy Vargas	Box de uma coluna e cinco cm
		PONTO FACULTATIVO/NAS REPARTIÇÕES FE-/DERAIS	Uma coluna, cinco cm
		Missas em memória/do presidente	Uma coluna, três cm
		COMUNICAÇÃO	Anúncio em duas colunas e 20 cm do City Bank

		AO COMERCIO	Anúncio em duas colunas e 10 cm da Federação das Associações Comerciais do RS
		AO POVO BRASILEIRO	Anúncio do PTB em três colunas e 30 cm
	2	Fotográfica	Com imagens dos incidentes e 3,5 linhas de legenda
	4	O DESFECHO DA CRISE POLÍTICA	Editorial em uma coluna (no espaço de duas colunas), 60 cm
	8	Graves Ocorrencias se Registraram na Capital/do Estado Durante Quase Todo o Dia de Ontem	Manchete de página em seis colunas, 80 cm, com quatro linhas de apoio e bloco de duas fotos em duas colunas, continuando na p. 12
		Assume o Exercito o Contrôle da/Situação na Capital e no Estado	Título e linha de apoio em quatro colunas, texto em duas, com 30 cm
		Pessoas feridas durante as depredações	Duas colunas ocupando o espaço sob o título da matéria acima, com 50 cm de texto
		Desolador o aspecto da cidade na noite de ontem	Três colunas, 30 cm, encimado por uma foto com 30 cm de altura
		26 PRISÕES EM P. ALEGRE	Duas colunas, 10 cm
		Apêlo ao Governo do Estado	Box em duas colunas e 10 cm
		DUELO À BALA ENTRE/DEPUTADOS DO PSD E PTB (Hermes Pereira de Souza/Leonel Brizola/Wilson Vargas)	Duas colunas, 15 cm
		Os Acontecimentos de Ontem,e no Rio, Através da Radiofoto	Bloco de cinco colunas com duas fotos de 10 cm, sob uma única legenda de 3,5 linhas
	9	Comoveu Profundamente Todo o Estado o Tragico/Desaparecimento do Presidente Getulio Vargas	Principal título da página, em 6 colunas, texto de 80 cm, que continua na p. 12 e tem nas duas colunas finais uma foto de depredações em Porto Alegre. Logo abaixo, no lado oposto, foto em três colunas e 30 cm de

			Vargas na Fazenda do Itu
		TRES MORTOS E NOVE FERIDOS/SANGRENTO CHOQUE DE UMA PATRULHA DO/EXERCITO COM UM GRUPO DE MANIFESTANTES	Quatro colunas, 70 cm
		Os bondes trafega-/rão hoje	Box em uma coluna e cinco cm
		GOIS PRESSENTIU A/ANGUSTIA DE VARGAS	Uma coluna, 15 cm
		MORTO UM OFICIAL DA/BRIGADA EM PASSO FUNDO	Duas colunas, 15 cm
		PRIMEIROS ATOS DO NOVO/PRESIDENTE DA REPUBLICA	Duas colunas, 30 cm
		TUMULTOS E DEPREDAÇÕES/TAMBEM EM S. PAULO E MINAS	Duas Colunas, 35 cm
		"A MORTE DO PRESIDENTE É UM/EXEMPLO DE ABNEGAÇÃO E RENUNCIA"	Três colunas, 25 cm, sobre declaração do governador, general Ernesto Dorneles
		PARTICIPA O ARCEBISPO D. VI-/CENTE SCHERER DO LUTO NACIONAL	Duas colunas, 10 cm
			Página ainda com uma foto em uma coluna de vítima fatal das depredações e outra de quatro colunas sobre a agitação em Porto Alegre na véspera
	10	LUTO OFICIAL POR OITO DIAS	Cinco colunas, 60 cm, com manchete ao centro da página
		TODO O GOVERNO GAÚCHO IRÁ A SÃO/BORJA ASSISTIR AO SEPULTAMENTO	Três colunas, 90 cm
		NA CAMARA E NO SENADO/REVERENCIADA A MEMORIA DO SR. GETULIO VARGAS/EM AMBAS AS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL	Quatro colunas, 100 cm, continuando na p. 12
		DIRIGE-SE AO GOVERNA-/DOR O SR, RAUL PILLA	Uma coluna, 5 cm
		COMO TRANSCORRERAM OS ULTIMOS MINUTOS/DA VIDA DO PRESIDENTE GETULIO VARGAS	Quatro colunas, 50 cm
		AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES DO SR. CAFÉ/FILHO DEPOIS DE ASSUMIR O GOVERNO	Duas colunas, 10 cm
			Página com duas amplas fotos das depredações em Porto Alegre
	12	JANIO QUADROS, EM SÃO PAULO:/ "A Republica está de luto, tremula/e horrorizada à beira do caos"	Duas colunas, 20 cm

		NA CAMARA E NO SENADO	Continuação da p. 10: três colunas, 150 cm
		O desenvolvimento dos...	Continuação da capa, com duas colunas, 90 cm
		Pormenores do impressionante...	Continuação da capa, com duas colunas, 80 cm
		Impressionante consagração...	Continuação da capa, com duas colunas, 45 cm
		Comoveu...	Continuação da p. 9, com uma coluna, cinco cm
		NOVO MINISTÉRIO	Box em uma coluna, cinco cm
	16	Fotográfica	Oito fotos sobre os acontecimentos, com legenda de seis linhas
26/08/1954 Quinta-feira 14	2	CARTA DE DESPEDIDA DO/PRESIDENTE DA REPUBLICA	Duas colunas, 35 cm, reproduzindo por ter sido publicada com erro no dia anterior
		Ultimos momentos do presidente	Duas colunas, 80 cm, com seis linhas de apoio e uma foto da fachada do Palácio Tiradentes, sede da Câmara Federal
		PESAR DAS NAÇÕES UNIDAS	Duas colunas, 60 cm, continuando na p. 9
		NA MADRUGADA DE 24 DE AGOSTO/ TRÊS GENERAIS TELEFONARAM A VARGAS/AFIRMANDO QUE GARANTIRIAM A SITUAÇÃO	Quatro colunas, 45 cm
		Praticamente todo o/governo em São/Borja	Box em uma coluna, 10 cm
		DECLARAÇÕES DO CHEFE/DE POLÍCIA DO/D. FEDERAL	Uma coluna, 10 cm
		A ULTIMA VISITA DE VARGAS A PORTO ALEGRE	Foto-legenda em duas colunas e 10 cm, mostrando-o no Palácio com Archymedes Fortini
			Página com amplo material fotográfico
	4	Obra de concórdia	Terceiro editorial da página (em importância)

		MOVIMENTO POLITICO A Frente Democratica responsa-/biliza o governo pelas depredações	Duas colunas, 60 cm
	5	A ação dos bombeiros no incendio/do "Diario de Noticias"	Duas colunas, 60 cm
		A VIDA DE CAFÉ FILHO/TRINTA ANOS DE LUTAS NA/IMPRENSA E NA VIDA PUBLICA	Três colunas, 70 cm
		A PEDIDO/O GOVERNO E AS DESORDENS	Três colunas, 45 cm, do PSD, UDN, PL e PRP acusando o governo estadual de conivente com as depredações
	7	Sepultado ontem em P. Alegre o aspirante/Oliveira, morto no tiroteio de Passo Fundo	Quatro colunas, 70 cm
		A família Vargas não permitiu/que Gregorio visitasse o corpo	Duas colunas, 40 cm
		O ex-ministro da Aeronautica descreve a ultima/reunião de gabinete do presidente Vargas	Quatro colunas, 65 cm
		O GOVERNO PRESIDIRÁ COM ISENÇÃO E/IMPARCIALIDADE AS PROXIMAS ELEIÇÕES	Duas colunas, 15 cm
		Escusas do govêrno/gaúcho ao consula-/do dos EE.UU	Box em uma coluna, 10 cm
		Serão regularizados/hoje os serviços de/transporte	Box em uma coluna, cinco cm
		NORMALIZADA A/SITUAÇÃO EM S. PAULO	Duas colunas, 20 cm
		O Tribunal Regional do Trabalho/decretou luto por oito dias	Duas colunas, 20cm
		OS ACONTECIMENTOS E O "CORREIO DO POVO"	Bloco com quatro fotos em quatro colunas, de pessoas lendo o CP, com sete linhas de legenda
		PROCEDE A MUNICIPALIDADE À REMOÇÃO DOS DESTROÇOS	Bloco com quatro fotos em quatro colunas, com 11 linhas de legenda
		APINHADAS DE GENTE AS RUAS DE PORTO ALEGRE	Foto-legenda em três colunas e 20 cm Página ainda com uma foto legenda do governador e esposa saindo do Palácio para o Aeroporto
	9	NA TERRA NATAL...	Continuação da Última, com uma coluna, 15 cm
		A MAIOR MASSA...	Continuação da Última, com duas colunas, 35

		RESTABELECIDA...	cm Continuação da Última, com uma coluna, 15 cm
	10	O Esporte Gaúcho Tomou Luto por 8 dias	Principal título da página de Esportes, em duas colunas e 30 cm, informando decisão do presidente da FRGF, Aneron Corrêa de Oliveira
	14	NA TERRA NATAL, DESCERÁ HOJE À SEPULTURA O CORPO DE GETULIO VARGAS	Manchete em oito colunas, com três linhas de apoio, cinco colunas de texto (30 cm) e foto em três colunas e 20 cm do cadáver no Rio, continuando na p. 9
		A MAIOR MASSA HUMANA JÁ VISTA NO RIO DE JANEIRO/ACOMPANHOU O CORTEJO FUNEBRE DO CATETE AO AEROPORTO	Quatro colunas, 40 cm, continuando na p. 9
		Continuam proibidas/as aglomerações na/via pública	Box em uma coluna e cinco cm
		RESTABELECIDA COMPLETAMENTE A ORDEM/E A NORMALIDADE NA CAPITAL DO ESTADO	Cinco colunas, 30 cm, seguindo na p. 9
		PORQUE RECUOU O/GENERAL ZENOBIO	Uma coluna, 10 cm
		NOVOS MINISTROS DA GUERRA/E DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Duas colunas, 30 cm
		Tensa ainda a situação na Capital Federal onde/ocorreram novos choques do povo com a policia	Três colunas, 30 cm de texto, quatro linhas de apoio Página com um bloco de fotos nas oito colunas, com três linhas de legenda em toda a sua extensão lateral, sobre o cortejo do Catete para o Santos Dumont
27/08/1954 Sexta-feira 16	2	A PEDIDO/AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL	Três colunas, 45 cm, do proprietário do Restaurante Popular, acusando o governo estadual pelos saques de que foi vítima
		A PEDIDO/AO RIO GRANDE DO SUL	Do deputado Flores da Cunha, em duas

			colunas, 50 cm, pedindo serenidade e conciliação “aos riograndenses de todos os partidos”
		A MAIOR MULTIDÃO...	Continuação da Última, em três colunas e 180 cm
		AS CERIMONIAS....	Continuação da Última, em três colunas e 180 cm
	4	REPERCUSSÃO NO EXTERIOR/Homenageado pelo Congresso/Argentino o presidente Vargas	Duas colunas, 50 cm
		LIDERES ESTUDANTIS REPONSABILIZAM /O GOVERNO PELAS DEPREDAÇÕES DO DIA 24	Duas colunas, 35 cm
		EPISODIO GROTESTO/COMPARECEU AO CATETE PARA SER EMPOS-/SADO MINISTRO, SEM TER SIDO CONVIDADO	Duas colunas, 15 cm
		VARGAS OFERECEU SUA CANETA AO SR. TAN-/CREDO NEVES, APÓS ASSINAR A CARTA	Duas colunas, 10 cm
		INTEGRAL CONFIANÇA DAS CLASSES PRO-/DUTORAS AO GOVERNO DO SR. CAFÉ FILHO	Duas colunas, 30 cm
	8	Esteve Reunido Com o Novo Ministro/da Guerra o Alto Comando do Exercito	Principal título da página, com cinco colunas e texto em duas, de 50 cm
		O PTB NA OPOSIÇÃO/DECIDIRAM OS DEPUTADOS TRABALHISTAS/LUTAR NA CAMARA CONTRA O NOVO GOVERNO	Três colunas, 30 cm
		PERMANECERÃO FECHADOS OS ANTIGOS/APOSENTOS DO PRESIDENTE VARGAS	Duas colunas, 20 cm
		“GETULIO MORREU VITI-/MA DOS MAUS AMIGOS”	Uma coluna, cinco cm
		Exonerou-se do Banco/do Brasil o sr. Cilon Rosa	Box em uma coluna e cinco cm
		DECLARA O SR.OSVALDO...	Continuação da Última, em cinco colunas e 100 cm
	9	Espera-se Para Hoje o Retorno às/Atividades Normais em Toda a Cidade	Quatro colunas, 45 cm
		PROMETE O NOVO MINISTRO DO TRABALHO:/”EMPUNHAREI A BANEIRA DA REDENÇÃO/SOCIAL LEVANTADA POR GETULIO VARGAS”	Três colunas, 45 cm
		CARLOS LACERDA ENCONTRA-SE/”EM QUALQUER DO RIO”	Duas colunas, 20 cm
		Primeiras declarações à imprensa/do novo ministro do Exterior	Duas colunas, 20 cm

		O presidente Café Filho/dirige-se aos jornalistas	Uma coluna, 10 cm
		SERIA JÁ CONHECIDO O MANDANTE/DO CRIME DA RUA TONELEROS	Três colunas, 10 cm
		DEMONSTRAÇÃO DE CORAGEM/DO BRIG. EDUARDO GOMES	Duas colunas, 15 cm, com a linha de apoio: VOLTOU A CIRCULAR A "TRIBUNA DA IMPRENSA"
		Solicita demissão o/delegado fiscal	Box em uma coluna, cinco cm
		Não haverá alteração/na política exterior/do Brasil	Box em uma coluna, cinco cm
		COMO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS/ASSALTADA A TRANSMISSORA DA RADIO MUNDIAL DO RIO	Duas colunas, 10 cm
		AGITADORES COMUNIS-/TAS DETIDOS	Uma coluna, 10 cm
			Página com um bloco de três fotos dos funerais em São Borja (quatro colunas, 30 cm), do governador em São Borja (três colunas, 20 cm) e de Tancredo e o General Caiado de Castro, também em São Borja
	11	NOMEADOS OS MINISTROS...	Continuação da Última, em uma coluna e 20 cm
	16	MAIOR MULTIDÃO JAMAIS CONCENTRADA EM S. BORJA/ACOMPANHOU O CORPO DE GETULIO VARGAS À ULTIMA MORADA	Manchete da página, em oito colunas, com texto de 60 cm em três colunas, seguindo para a p. 2. Foto em cinco colunas, 30 cm, dos funerais
		AS CERIMONIAS FUNEBRES	Duas colunas, 20 cm, seguindo na p. 2
		O adeus comovido do ex-ministro	Duas colunas, 15 cm, seguindo na p. 11
		DECLARA O SR. OSVALDO ARANHA AO "CORREIO DO POVO":/ "SE SALVARMOS A LIBERDADE O BRASIL/EM POUCO/TEMPO REPARARÁ TODOS OS SEUS ERROS"	Cinco colunas, 100 cm, seguindo na p. 8. Com foto em duas colunas e 15 cm
		NOMEADOS OS MINISTROS DA FAZENDA,/VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E EDUCAÇÃO	Quatro colunas, 20 cm, seguindo para a p. 11
		ASSEGURA O CATETE QUE NÃO/SERÃO ADIADAS AS ELEIÇÕES	Duas colunas, 10 cm

		Exonerou-se o Chefe/de Policia do Rio	Uma coluna, cinco cm
		PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	Nota oficial do PTB, em três colunas e 15 cm, apelando aos correligionários a que não participem das depredações
		AO COMERCIO	Nota da ACPA . em duas colunas e 10 cm, comunicando a reabertura das atividades pós-incidentes
28/08/1954 Sábado 16	2	À beira do tumulo de Getulio Vargas, o sr./Osvaldo Aranha pronunciou comovente oração	140 cm em duas colunas quase inteiras e duas partes de outras duas
		FAZ-SE A HISTORIA... (RECUSA À PROPOSTA DO/SR. CAFÉ FILHO O MANIFESTO DOS MILITARES SAIU DO CATETE PARA PREN-/DER OS GENERAIS OUVIU DOS MINISTROS QUE A/LICENÇA ERA DEFINITIVA A VERSÃO DA DESLEALDADE/AO PRESIDENTE CHAMADO AO GALEÃO O SR./BEJAMIN VARGAS ERA FALSO O CHAMADO O SR. CAFÉ FILHO PEDIU AO/GENERAL PARA CONTINUAR/NO MINISTÉRIO ACUSAÇÃO DA FAMILIA VARGAS "NÃO SERVIRIA A GENTE DESSA ESPECIE" GRATIDÃO ÀS TROPAS E EXAL-/TAÇÃO A VARGAS DESMENTIDO DO GEN. JUAREZ TAVORA A SUGESTÃO DA LICENÇA)	Continuação da Última página, em três colunas, 120 cm, com vários intertítulos
		Quem são os novos...	Duas colunas, 40 cm de continuação da Última
		PROTESTOS DOS SINDI-/CATOS CARIOCAS/CONTRA ATITUDES/DA POLICIA	Uma coluna, 10 cm
		ACIDENTADO O GEN./ELIDIO ROMULO/COLONIA	Uma coluna, 10 cm
		ULTIMO ENCONTRO DE D./JAIME CAMARA COM O/SR. GETULIO VARGAS	Duas colunas, 15 cm
		"EU MORRI HÁ 24 ANOS -/DIZ O SR. WASHINGTON/LUIZ"	Uma coluna, 20 cm
		O NOVO GOVERNO...	Duas colunas, 40 cm de continuação da Última
	15	A Assembléia...	Continuação da Última, com sete colunas, 70 cm
	16	O NOVO GOVERNO DA REPUBLICA	Quatro colunas, 70 cm, cotinuando na p. 2
		Revogado decreto que alterou as/contribuições da Previdencia Social	Duas colunas cercadas,

			20 cm
		FAZ-SE A HISTÓRIA DO 24 DE AGOSTO (EM MANIFESTO À NAÇÃO, O GEN. ZENOBIO DA COSTA SE DEFENDE DA ACUSAÇÃO DE TRAIDOR, REFERINDO-SE EM TERMOS RUDES AO NOVO GOVERNO – DESMENTIDA PELO GEN. JUAREZ TAVORA A PRISÃO DO EX-MINISTRO DA GUERRA-A SUGESTÃO DA LICENÇA – ULTIMO ENCONTRO DE D. JAIME CAMARA COM O EX-PRESIDENTE DA REPUBLICA, SR. GETULIO VARGAS)	Três Colunas, 25 cm e continuação na p. 2, com declarações entre aspas do general Zenobio
		QUEM SÃO OS NOVOS MINISTROS DE ESTADO	Três colunas, 15 cm e continuação na p. 2
		NA CAMARA E NO SENADO/ELOGIOS À ENTREVISTA DO/NOVO TITULAR DA FAZENDA	Duas colunas, 30 cm
		Pedido inquérito parlamentar para apurar/as depredações v erificadas nesta capital	1 coluna e um pequeno pedaço, 30 cm
		AO POVO DO RIO GRANDE	Box em três colunas, 30 cm, assinado pelo secretário do Interior, Ney Britto
		PROSSEGUIRÁ O PROCES-/SO DE LUTERO CONTRA/LACERDA	Uma coluna, 5 cm
		A Assembléia Legislativa reverencia a memória do sr. Getulio Vargas	Quatro colunas, 40 cm, continuando na p. 15
29/08/1954 Domingo 36	4	O NOVO GOVERNO...	Duas colunas, 120 cm, de continuação da Última
		CLIMERIO...	Continuação da Última
	36	O NOVO GOVERNO DA REPUBLICA	Quatro colunas, 40 cm, continuando na pagina 4
		TANCREDO NEVES:"Não traí as tradições de/dignidade do povo mineiro"	1,5 coluna, 20 cm
		CANCELADAS TODAS COMEMORAÇÕES/PUBLICAS DA "SEMANA DA PATRIA"	Três colunas, 70 cm
		Concorrida recepção teve o sr./Osvaldo Aranha ao chegar ao Rio	Duas colunas, 20 cm
		"HAVEREMOS DE RESSURGIR MAIORES/DA GRAVE CRISE QUE ATRAVESSAMOS"	Três colunas, 50 cm
		CLIMERIO ASSUME A RESPONSABILIDADE DO/ATENTADO E ACUSA GREGORIO FORTUNATO	Três colunas, 25 cm, continuando na 4
		A posição do PSD"O governo do sr. Café Filho é um governo/udenista que alcançou o poder pelo golpe"	Duas colunas, 20 cm
		O sr. Eugenio Gudim expõe a orientação da/política econômico-	Três colunas, 80 cm

		financeira do novo governo Homenageados pela Confederação do Co-/mercio os ministros da Fazenda e Justiça	1,5 coluna, 20 cm
31/08/1954 Terça-feira 24	16	O chefe...	Continuação da Última, em oito colunas, 360 cm
	17	DEPOIMENTO... Euvaldo Lodi... NA CAMARA E NO SENADO...	Continuação da Última, com duas colunas, 200 cm Continuação da Última, com duas colunas, 2º cm Continuação da Última, com quatro colunas, 200 cm
	24	DEPOIMENTO DE D. ALZIRA VARGAS EM TORNO/DO SUICIDIO DO EX-PRESIDENTE DA REPUBLICA GREGORIO INSISTE EM SUA ACUSAÇÃO/O chefe da guarda-pessoal queria fugir para o Rio Grande no carro do ex-secretario do Presidente Euvaldo Lodi desmente Gregorio e Roberto Alves O NOVO GOVERNO DA REPUBLICA Contrario ao adiamento das/eleições o mal. Eurico Dutra O GAL. ESTILAC NÃO PRETENDIA MARCHAR/COM SUAS TROPAS SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA CAMARA E NO SENADO/"O GOVERNO DO SR. CAFÉ GFILHO SE INICIA COM FORÇA NA/OPINIÃO E CAPAZ DE TRAZER TRANQUILIDADE AO BRASIL"	Três colunas, 25 cm, continuando na p. 17 Três colunas, 50 cm, continuando na p. 16 Duas colunas, 20 cm, continuando na p. 17 Três colunas, 30 cm Duas colunas, 20 cm Duas colunas, 20 cm Quatro colunas, 40 cm, continuando na p. 17

Fonte: exemplares do Correio do Povo de agosto de 1954, pesquisados pelo autor no Arquivo de Jornais do Correio do Povo, sem permissão de registros de imagens.

6.2.3 Usos da ideologia

Assim como A Federação, tratada anteriormente, também a Tribuna da Imprensa era um jornal partidário – embora não oficial - quando dos acontecimentos abordados neste trabalho. Ainda que possa ser mais bem compreendida como um jornal personalista, surgido e mantido por e na inspiração de seu fundador-proprietário-diretor Carlos Lacerda, não se pode ignorar que este era um quadro político, então integrante da União Democrática Nacional, com aspirações de chegar à presidência da República. Parte dos conteúdos examinados na Análise Formal ou Discursiva, aliás, já

evidenciavam esse vínculo político-partidário, com anúncios de candidatos da UDN circulando em meio a notícias em que, invariavelmente, Getúlio Vargas, integrantes de seu governo e sua família eram duramente criticados.

Buscando aplicar sobre os conteúdos selecionados o que ensina Thompson (2002) sobre o uso de modos e estratégias da ideologia, vale ressaltar o objetivo da UDN e de Lacerda (não necessariamente nessa ordem): derrubar o governo, não importava se por vias constitucionais ou excepcionais. Desqualificá-lo, portanto, foi a palavra de ordem subliminarmente "impressa" nos textos que o jornal veiculou no período. A ideologia aparece, no caso da Tribuna da Imprensa, como estratégia de poder visando a uma futura ocupação de poder (em redundância proposital).

Nessa perspectiva, pode-se entender que o jornal desenvolveu, ao longo de sua intensa campanha contra Vargas – na verdade, iniciada antes de implantar-se o seu segundo governo – o que Thompson chama de *fragmentação* na utilização da ideologia, por meio da estratégia de *expurgo do outro*. Lacerda individualizou o presidente da República, apresentando-o como o chefe de uma oligarquia, e tentou construir sobre ele a imagem de um "inimigo público", logo estendida ao filho Lutero, ao irmão Benjamin Vargas e a assessores próximos. A manchete de sua primeira edição de agosto de 1954 – a do dia 2 -, alinhava-se com o que se observou acima: "SOMOS UM POVO HONESTO GOVERNADO POR LADRÕES". O título em letras garrafais, na capa do jornal, foi repetido internamente, extraído de um discurso feito por candidatos da UDN em comício no interior do Rio de Janeiro.

Esse mesmo recurso foi potencializado a partir da morte do major Vaz, o segurança a serviço de Lacerda, na madrugada de 4 de agosto de 1954, conforme se observa do que o diretor do jornal escreveu na capa da edição da tarde seguinte (grifos do doutorando):

> ... perante Deus, acuso **um só homem** como **responsável por esse crime**. É o **protetor dos ladrões**, cuja impunidade lhes dá a audácia para atos como o desta noite. Esse homem chama-se Getúlio Vargas. Ele é **o responsável intelectual** por esse crime. Foi a sua proteção, foi a covardia dos que acobertaram os crimes dos **seus asseclas** que armou de audácia **os bandidos**. Assim como a corrupção gera a violência, a impunidade estimula os criminosos... (grifos nossos).

No mesmo e longo discurso jornalístico sobre o crime da madrugada anterior, Lacerda também estendeu ao regime político em vigor os defeitos com que vinha personalizando Getúlio, tratando a um e outro como uma coisa só: "Um regime de corrupção e terror", abordou ele no mesmo editorial da capa da Tribuna de Imprensa de 5 de agosto, para imediatamente repetir: "Getúlio é o responsável intelectual" e completar: "O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura".

Com tais argumentos, o texto apresentava, afinal, seu objetivo nos parágrafos finais:

> Sobretudo é preciso **alijar** Getúlio. Em 1º lugar é preciso alijar Getúlio. **Erradicá-lo**, **extirpá-lo** da vida pública nacional, como se faz, pela cirurgia, com as **infecções** e os **cancros**. Ele pesteia, deteriora tudo em que toca. Ele é o fim (...). Ele é um viciado do crime político. Só como **criminoso** sabe agir. Realista, materialista como os animais e como os primários, (...) tudo se acaba em torno dele. Caem as forças morais, decai o espírito público, deturpa-se o patriotismo, transmudam-se os valores (...). Contemporizando com os **ladrões públicos**, deixando-os **impunes à sua sombra**, ele investe, pelo exemplo, contra a moral brasileira, do homem brasileiro que sempre preferiu passar fome a tocar no dinheiro alheio. O exemplo de Getúlio é contra este tradicional padrão de honestidade. (...). **Getúlio é o fim**. Mas o Brasil não quer parar, não quer chegar ao fim. É preciso, portanto, **erradicar Getúlio** (grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que buscava evidenciar as condições para que Getúlio Vargas fosse encarado pelos brasileiros como "inimigo", Lacerda e seu jornal foram construindo, a partir da morte do major, imagens idealizadas para o morto ("o sacrificado", conforme a capa da edição de 6 de agosto de 1954) e o seu chefe (... tenho apenas a dizer que o sacrifício de Rubens Vaz torna irretratável o meu compromisso de luta. Nunca mais, enquanto viver, deixarei de lutar para que o Brasil seja redimido dessa mancha que se chama Vargas... – no mesmo texto assinado pelo diretor). Aplicando-se a essa argumentação o que diz Thompson (2002), estaria Lacerda, então, incorrendo no modo *legitimação* de uso ideológico, por meio da estratégia de *racionalização*, pela qual tentava passar aos receptores a ideia de que sua pregação é digna de crédito.

Conforme Thompson (2002), modos e estratégias de uso da ideologia como forma de manutenção ou ascensão ao poder ocorrer, às vezes, cumulativamente. No

exemplo acima referido, percebe-se, ainda, o modo *dissimulação*, pois o objetivo de assunção ao poder em substituição ao poder contestado ficou oculto.

Em dias subsequentes, a Tribuna da Imprensa valeu-se não apenas dos textos discursivos (no sentido político da palavra) de Lacerda, mas também do de lideranças partidárias, para alinhar argumentos em defesa da renúncia de Vargas. Tendo-se o que estabelece Thompson (2002) por referência, pode-se interpretar que, nesses casos, o jornal e seu diretor valeram-se do modo *legitimação* de utilização da ideologia, buscando apoio para sua fundamentação através da estratégia de *racionalização*. Observe-se, a propósito, o texto do próprio Lacerda, na edição de 11 de agosto de 1954, todo apresentado em letras maiúsculas:

> A GETÚLIO VARGAS DIRIJO, DE TODO CORAÇÃO, UM APELO SUPREMO. PRESIDENTE DA REPUBLICA: RENUNCIA PARA SALVAR A REPÚBLICA. GETÚLIO VARGAS: DEIXA O PAÍS PARA QUE TEU PAÍS, QUE É O NOSSO PAÍS, POSSA RESPIRAR NO DIAS DE PAZ QUE OS TEUS LHE ROUBARAM. SAI DO PODER GÉTÚLIO VARGAS, SE QUERES AINDA MERECER ALGUM RESPEITO COMO CRIATURA HUMANA, JÁ QUE PERDESTE O DIREITO DE SER ACATADO COMO CHEFE DE GOVERNO.

Essa campanha de Lacerda, da Tribuna da Imprensa e da UDN contra Vargas, sua família e seu governo, estendeu-se pelos dias seguintes, naturalmente sob a influência do acontecimento do dia 5. O suicídio de Vargas, a 24 de agosto de 1954, surpreendeu-os, assim como a reação popular que se seguiu. A edição do vespertino nessa mesma data, assim, assumiu um tom mais comedido, expresso na manchete meramente sublinhada nas linhas de apoio meramente descritivas: Desfechou um tiro no coração – O suicídio ocorreu em seus aposentos particulares – O médico da Assistência nada pôde fazer – O general Caiado de Castro desmaiou ao ouvir o disparo. Estaria, então, incorrendo no modo *dissimulação* de suas intenções ideológicas?

Talvez. Mas a última linha de apoio do conjunto acima citado – Zenóbio proibido de entrar no Palácio do Catete – pode ter sido o recurso a outro modo ideológico, o da *fragmentação* pela estratégia da *diferenciação* – pois separa o governo em dois blocos: o de Getúlio que, encurralado, tirou a própria vida e deixou órfãos seus seguidores; e o dos militares, já que Zenóbio da Costa era ministro da Guerra e, com seus colegas de farda, estava entre os que queriam, não apenas a licença do presidente

na crise de agosto de 1954, como a sua renúncia, fator decisivo para a decisão radical afinal tomada.

O Correio do Povo realizou ao longo do mês em que a crise brasileira acentuou-se e teve o desfecho fatídico, uma cobertura predominantemente descritiva, posicionando-se, ainda assim, moderadamente, nos editoriais dos dias 7, 14, 22, 25 e 26 de agosto de 1954 – os três primeiros tendo por tema o atentado e seus desdobramentos e o último, o Brasil pós-Getúlio Vargas.

"**Revoltante atentado**", publicado no dia 7, um sábado, foi o segundo editorial em ordem de importância na página 4, com 25 centímetros, em uma coluna, em meio ao texto principal, "**CODIGO TRIBUTARIO**", este com duas colunas, 50 centímetros e ao terceiro, "**Situação caótica**" (sobre acidente de trem em São Paulo). Observe-se o trecho a seguir de "**Revoltante atentado**":

> O atentado que sofreu, anteontem, em movimentada arteria do Rio de Janeiro, o jornalista Carlos Lacerda, estarreceu e revoltou a **população inteira** do país, que tanto se deduz de todas as manifestações estampadas nos orgãos de publicidade:
>
> Não houve, a bem dizer, um só setor da **opinião nacional**, onde não se profigasse a ocorrencia, em têrmos nos quais se revela, de fato, uma indignação sem precedentes, à semelhança do próprio crime, perpetuado friamente e de emboscada.
>
> Tais as proporções da agressão que, em meio dela, perdeu a vida um distinto oficial da aeronáutica, enquanto ficava ferido o conhecido batalhador do jornalismo carioca (grifos nossos).

Sem dirigir diretamente sua crítica ao governo de Getúlio Vargas – com quem a Caldas Júnior manteve proximidades históricas – o jornal porto-alegrense valoriza, porém, o principal inimigo do presidente da República, tratando-o como "conhecido batalhador do jornalismo (...)". Com base no que propõe Thompson (2002), pode-se avaliar que o trecho acima destacado se insere no modo *unificação* de utilização da ideologia - pois apresenta a "opinião brasileira" como única em relação ao atentado - por meio da estratégia de *padronização*, que se vale de um fundamento aceitável a todos (a condenação à violência) para estabelecer a relação dominante. Esse padrão persiste no trecho seguinte do editorial: "Mas não constituiu, apenas, um atentado contra um homem, senão e sobretudo um atentado contra a liberdade de imprensa, que a representa o alvo da criminosa investida" – nesse caso, porém, incidindo na estratégia

simbolização da unidade, ao fazer de Lacerda e da liberdade de imprensa símbolos pretensamente comuns a todos.

No editorial "**A PALAVRA DA IGREJA**", o principal de 14 de agosto de 1954, também um sábado, com 70 centímetros, em oito colunas e tendo oito parágrafos, o Correio do Povo terceirizou sua opinião, preferindo apontá-la a partir da opinião da Igreja Católica. O mote foi o sermão do então arcebispo metropolitano, Vicente Scherer, na missa oficiada em memória do major Vaz, cumprindo decisão da cúpula religiosa nacional. "A meio da agitação social e política, que tem assinalado o desenvolvimento da vida nacional nos três últimos decenios, a morte desse jovem brasileiro é como um apelo, doloroso e sangrento, a que a Nação desperte, e readquira a consciencia da extensão de sua grandeza e de seus destinos" – disse o bispo gaúcho, na alocução que inicia o editorial do jornal nessa data.

> São palavras que expressam os sentimentos do chefe da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e cujo sentido não divergirá da comoção que se apossou de todo o clero brasileiro, em face do covarde assassinio e do brutal insulto atirado à consciencia da Nação. Raramente se terá apresentado aos chefes da Igreja no Brasil momento mas dramático do que esse que a levou a erguer sua voz em defesa dos brios da nacionalidade.

Para o diário, o pensamento de Scherer é também o de todo o clero (estratégia de *simbolização da unidade*, do modo *unificação*), da consciência nacional e da nacionalidade (idem) – como se todos fossem uma única coisa e tivessem um único pensamento. Num trecho seguinte do editorial, a "consciência nacional" e a "nacionalidade" passaram a ser denominadas como a "espezinhada população brasileira", constituindo, então, o modo *dissimulação* de uso da ideologia, ocultando a relação de dominação com a estratégia *tropo* (a metáfora como recurso figurativo à linguagem).

"**Clima de justiça**, segundo editorial do Correio do Povo de 22 de agosto de 1954, um domingo, em uma coluna, 30 centímetros, seis parágrafos, voltou a insistir com a generalização, ao estabelecer em seu segundo parágrafo que "**toda a Nação** está, com efeito, prêsa ao desenrolar dos inquéritos que vêm sendo feitos com a decisiva participação das nossas Fôrças Armadas" (grifo do doutorando). Esse recurso, que transita pelo modo *unificação* e estratégia *simbolização da unidade*, também pode ser visto como o modo *legitimação* e a estratégia *universalização* – valendo lembrar que

Thompson (2002) vê como admissíveis a incidência simultânea de modos e estratégias de representação das relações de dominação.

Registrado o episódio histórico do suicídio de Vargas, a 24 de agosto de 1954, o Correio do Povo tratou-o em seu espaço de opinião própria nos dois dias seguintes. A 25 de agosto, com "**O DESFECHO DA CRISE POLÍTICA**" como seu editorial principal, em conteúdo muito aproximado ao de uma notícia convencional, em que historia os fatos ocorridos até então dentro da crise brasileira. O posicionamento do jornal dirige-se nos parágrafos finais para a situação local – já que em Porto Alegre haviam sido registrados distúrbios quando conhecido o suicídio de Vargas. O tom foi crítico às autoridades estaduais e elogioso ao Exército, com o alinhamento de argumentos (estratégia *racionalização*) em defesa de uma posição (modo *legitimação*):

> (...) nesta capital, onde grupos populares, que percorriam as ruas, sem um simulacro sequer de policiamento, preventivo e repressivo, entregaram-se aos piores excessos, culminando em depredações sem conta.
>
> Tais ocorrencias, que não se teriam verificado, houvessem as autoridades amanhecido nas suas funções, são uma contristadora prova de negligencia, em contraste flagrante com os fóros de cultura e progresso do Rio Grande do Sul.
>
> A intervenção do exercito, a pedido do governador do Estado, contudo, só veio a realizar-se depois de consumados os mais serios atentados à vida humana e ao patrimonio de instituições, que deles deviam estar resguardados pela força policial, desde que mobilizada a tempo e em escala suficiente.

"**Obra de concórdia**" foi o seu terceiro editorial na hierarquia da edição do dia 26, mais uma vez à página 4, com uma coluna, seis parágrafos. No texto, o jornal manteve o recurso ao modos *unificação* e *legitimação* e às estratégias *simbolização da unidade universalização*, perceptíveis no seu segundo parágrafo:

> Fortes razões haverá, sem dúvida, para que perdure a profunda comoção que **de todos se apossou** pelo trágico desfecho da crise política em que se debateu a Nação. **Ninguém** podia esperar esse desenlace que o próprio líder da maioria na Câmara dos Deputados classificou como sendo a maneira mais terrível, mais incrível e mais surpreendente a que houvemos de assistir (grifos nossos).

No parágrafo seguinte, o jornal considerou que "(...) o luto que cobre a Nação", novamente buscando unificar e legitimar seu discurso via unidade simbolizada e acordos de uns como se fossem de todos.

Para o Correio, morto, Getúlio "deixou seu nome como **bandeira** das idéias que pregou" (*unificação/simbolização da unidade*), o que, no entendimento do jornal, deve inspirar seus continuadores "à obra de paz, concordia e compreensão que **o Brasil está a exigir de todos os seus filhos** e que será o mais alto tributo que poderão prestar à memoria do ilustre riograndense e brasileiro" (*legitimação/universalização*, com grifos do doutorando).

6.3 Interpretação/Reinterpretação

A exemplo do que foi feito no episódio anterior, tendo por personagem Pinheiro Machado, também agora, com Getúlio Vargas como objeto, dá-se sequência à tríplice análise da Hermenêutica de Profundidade. Ultrapassadas as análises sócio-histórica e formal ou discursiva – esta, com o aporte suplementar dos usos de modos e estratégias de ideologia -, parte-se para a interpretação dos conteúdos veiculados pelos jornais em exame. Vale lembrar, sempre com base em Thompson (2002), que essa fase constitui também uma reinterpretação de materiais já interpretados a partir de sua primeira apreensão por quem a tornou pública e pelos que a consumiram através da leitura dos jornais. Neste estágio da pesquisa intenciona-se, portanto, responder questões como: o que as formas simbólicas divulgaram a respeito das situações sob exame, e que entendimento se pode extrair dessas leituras e releituras?

A ASH e a AFD, fases anteriores do processo hermenêutico, permitiram a contextualização e a descrição dos conteúdos selecionados. A AIR - com fundamento nas duas anteriores - sai agora em busca de novos significados. Logo, neste momento do trabalho, quer-se verificar o que os jornais Correio do Povo e Tribuna da Imprensa comunicaram a seus públicos sobre Getúlio Vargas e os acontecimentos que o envolveram e, em especial, os que resultaram, primeiro, na morte do major Vaz, e, como consequência desta, no suicídio do presidente da República.

A conjuntura levantada na ASH, e as estruturas tratadas na AFD servem de base para a interpretação a seguir. Como no caso anterior, o material empírico sob análise é

constituído de edições esparsas dos dois jornais ao longo da trajetória republicana de Getúlio Vargas, e de exemplares específicos às circunstâncias que levaram ao 24 de agosto de 1954.

Começando pelo Correio do Povo: o jornal da Caldas Júnior tratou o primeiro grave acontecimento de agosto de 1954 na forma descritiva, informando que o atentado a Carlos Lacerda havia deixado uma vítima fatal, repercutido no Congresso Nacional e que o governo anunciava disposição para apoiar as responsabilidades. O diário não deixava de refletir alguma instabilidade anterior vinda da capital federal, mas o fazia com material jornalístico de terceiros, reproduzindo conteúdos críticos de O Globo. Um desses, a 5 de agosto, lançava a suspeita de que o próprio governo preparava um golpe, insinuando a repetição de 1937 e do Estado Novo.

Os tiros contra Lacerda na noite seguinte, contudo, acabaram por tornar real a crise até então especulada. Já nos dias subseqüentes, cumprindo o seu papel informativo, o Correio do Povo passou a registrar a cobertura do assunto sob a rubrica "O atentado a Carlos Lacerda", e a posicionar-se. Seu editorial de 7 de agosto já classificava o episódio de "Revoltante atentado" e na mesma data o jornal reproduzia editorial de O Globo em que o tom era "ou o presidente recolhe esse clamor nacional ou submerge". Ao mesmo tempo, o Correio do Povo veiculava as manifestações de correligionários de Vargas, para os quais a paixão política estava tentando contaminar as Forças Armadas para que depusessem o presidente da República.

"Atentado", "tentativa de atentado", "revoltante atentado", "agressão a Carlos Lacerda" foram as denominações usadas no período pelo jornal para referir-se ao que aconteceu em Copacabana na madrugada de 5 de agosto e, desde o início, passou a receber a definição de "crime". Seus autores, ainda que desconhecidos então, foram tratados nas matérias como "criminosos" e, uma vez identificados, como "pistoleiros". À medida que a situação se agravou, o Correio do Povo passou a tratá-la como "agravamento da crise político-militar" e "ambiente agitado" - caracterizado pela "prontidão militar".

O diário porto-alegrense não deixou de veicular as suspeitas de que elementos da Guarda Nacional estariam envolvidos na tentativa de matar Lacerda e de que Lutero Vargas, filho do presidente da República, poderia ser um dos mandantes. Mas também noticiou a viagem de Vargas a Belo Horizonte, em que ele garantiu que não renunciaria;

as providências por ele tomadas diante da evolução das investigações, como sua decisão de extinguir a guarda pessoal; e seus desabafos, como quando usou a expressão "mar de lama" para definir o momento que vivia.

Nos 20 dias em que sua cobertura deu destaque à repercussão do atentado a Lacerda, o Correio do Povo entremeou essa cobertura com a política estadual, envolta na disputa sucessória que seria vencida, em novembro, por Ildo Meneghetti. A campanha foi coberta por equipes próprias do jornal, mas também registrada nos "a pedidos" sucessivos mandados publicar especialmente pelo PSD de Meneghetti e pelo PTB de Alberto Pasqualini. Comum em períodos eleitorais na imprensa gaúcha, esse recurso foi também utilizado pelos defensores e pelos adversários de Vargas em manifestações pelo momento político nacional. Ressalve-se que eram, contudo, espaços jornalísticos comprados, portanto, com objetivos publicitários, sem refletir a posição dos meios que os veiculavam.

Quando a crise nacional alcançou seu ápice, conduzindo para a renúncia ou deposição de Vargas como consequências inevitáveis, o Correio do Povo tratou-a como "crise político-militar" e indicou seu agravamento – assim como a "caçada" aos assassinos do major Vaz, finalmente presos na segunda quinzena de agosto. Vez que outra tratado sob a rubrica "O crime da Rua Toneleros", o episódio que aprofundou a crise brasileira e que até o dia 24 era tratado pelo jornal como uma crise de governo, transformou-se numa "comoção nacional" a partir da edição do dia 25 – única do período em que o assunto foi tratado na primeira página, motivado pelo suicídio do presidente, definido como "trágica morte".

O Correio do Povo repetiu, nos dias seguintes, a cobertura em profundidade que havia marcado sua edição de 25 de agosto – mas, a partir do dia 26, retirando de sua capa o assunto. A repercussão manteve Getúlio Vargas como personagem principal através da reprodução de seu bilhete de morte e da carta-testamento, e das notícias sobre os funerais no Rio de Janeiro e em São Borja, incluindo o transporte do corpo, mas também se fez pela cobertura de "graves ocorrências", registradas pelo país afora e especialmente em Porto Alegre: as "depredações", que deixaram a capital gaúcha sob "desolador aspecto".

Vale registrar que, já nos dia 25 e 26 de agosto, a cobertura do suicídio de Vargas pelo Correio do Povo incluiu os editoriais "O desfecho da crise política" e "Obra

de concórdia" – o primeiro, basicamente descritivo dos acontecimentos e o outro, de conclamação à unidade nacional.

Pode-se afirmar, com base nas duas análises anteriores e no levantamento sobre os usos dos modos e estratégias de ideologia, tendo o Correio do Povo por objeto, que o jornal porto-alegrense manteve uma postura de relativa equidistância – lembrando a promessa de seu primeiro editorial, no distante 1º de outubro de 1895 -, dando aos acontecimentos uma cobertura descritiva e posicionando-se apenas em temas de evidente convergência com a opinião pública, como a condenação à violência e aos atentados.

Continuando pela Tribuna da Imprensa: o jornal de Carlos Lacerda e o próprio jornalista estão na raiz da crise institucional em que mergulhou o Brasil em meados de 1954 e, particularmente, no mês de agosto. Desde que assinava sua coluna no Correio da Manhã e especialmente após transformá-la no seu próprio jornal, Lacerda teve Vargas como alvo, o que incluiu sua candidatura à Presidência e, uma vez eleito, a sua administração. Pode-se mesmo interpretar que ele se opôs a tudo o que esteve relacionado a Getúlio: o próprio, sua família, seus amigos, sua equipe de governo.

Essa campanha pode ser identificada em atores coadjuvantes (encarando-se Vargas como o protagonista), como João Goulart, o "potro atrevido", o "aventureiro sem escrúpulos", o "trabalhista de boite", o "carrapato da oligarquia Vargas", o "amigo fingido dos trabalhadores", o "farrista" e o "ladrão dos direitos do povo" – nas diferentes concepções que lhe fez Lacerda. Ministro do Trabalho e, depois, candidato do PTB ao Senado pelo Distrito Federal, Goulart passou a ser chamado de "candidato da corrupção", de "candidato da demogogia" e de "aventureiro sem escrúpulos" pelo jornal.

Também próximo ao presidente da República, outro que foi submetido à ira de Lacerda e de seu jornal foi Samuel Wainer, fundador do jornal Última Hora, apoiador de Vargas e de seu governo e cujo empreendimento teve o Banco do Brasil entre os financiadores – iniciativa duramente condenada por Lacerda. Para Wainer, contra quem recorreu ao Legislativo e ao Judiciário tentando provar que ele estava impedido constitucionalmente de ter empresa jornalística por ser brasileiro naturalizado e não nato, o proprietário da Tribuna da Imprensa destinou apelidos como "o bessarábio" e o

"estrangeiro", em posições politicamente incorretas que, hoje, seriam rechaçadas e alvos de recurso à Justiça.

Lacerda combateu Vargas "elegendo" ainda outros "inimigos", estes, na família presidencial – o filho Lutero e o irmão Benjamim, o "Bejo". Com matérias indicando que Lutero havia se envolvido em assassinato na cidade argentina de Santo Tomé (separada de São Borja pelo Rio Uruguai), o jornal acabou sendo processado pelo acusado e estendeu suas denúncias contra a influência que ele exerceria sobre setores do governo – como a Prefeitura do Distrito Federal – e sobre sonegação de impostos. Já sobre "Bejo" pesaram insinuações de que exercia um poder paralelo a partir de sua influência sobre a guarda pessoal do presidente. Para Lacerda, sobrinho e tio pertenciam à "oligarquia afundada no sangue"; Lutero era "o filho de Vargas", Benjamin, o "chefe da quadrilha". Em agosto de 1954, o jornal chegou a publicar ampla matéria sob o título "Por que Lutero é ladrão".

Os processos de Wainer e de Lutero renderam muito conteúdo à Tribuna da Imprensa, que os tratava através das longas respostas de Lacerda, espalhadas na íntegra por suas capas, editoriais assinados e reportagens que buscavam corroborar o seu posicionamento.

A Tribuna da Imprensa tratou Vargas, enquanto vivo e no exercício do segundo mandato, como o "oligarca", investigando e denunciando seus "crimes pregressos". Atacou sistematicamente o seu governo, acusando-o de exercer pressões sobre correligionários na escolha de candidatos nos Estados e Capitais, de "degolar" os renitentes, de coagir empresários, de dar calote aos flagelados, de espalhador de calúnias contra Lacerda e de se constituído por bandidos.

Então, para a Tribuna da Imprensa, Vargas era o "pai do inquirido". A partir do atentado de que foi vítima e em que morreu o major Vaz, Lacerda passou a chamar Vargas de responsável pelo crime. Nos dias imediatamente subsequentes, defendeu seu afastamento do poder e tratou-o como "virtualmente deposto". Na cobertura de sua morte, apontou-o como "vítima dos mais amigos", absorvendo declarações que dissidentes do PTB, como Brochado da Rocha, haviam feito em seu necrológio.

O discurso de Lacerda e de seu jornal continuou ácido em direção ao PTB, passada a agitação que se registrou em vários pontos do País nos dias 24 e 25 de agosto de 1954 – e computados a “bandos”, “depredadores” e “invasores”.

Para o novo governo, presidido por Café Filho, o jornal pediu que se livrasse dos “maus elementos da Polícia” e dedicou palavras de confiança. Por sua vez, Lacerda escreveu editorais propondo “pacificar os ânimos” e a “preservação da ordem”.

Observa-se, do exposto acima, e em combinação com as análises anteriores e o exame do uso de modos e estratégias de ideologia, que a Tribuna da Imprensa fez com Vargas o mesmo que A Federação havia feito com Pinheiro Machado: usou os recursos do Jornalismo a serviço da Política – no caso, partidária -, “elegendo-o” como “inimigo” e erguendo ao seu redor uma imagem de vilão.

Na sequência, entra-se no terceiro e último período desta investigação e na análise das relações entre a Imprensa e o Regime Militar. Serão avaliadas de forma generalizada, inicialmente, e a seguir particularizadas nos jornais Correio da Manhã e Correio do Povo, na direção do presidente Costa e Silva.

7. A IMPRENSA E O REGIME MILITAR

O regime militar foi implantado no Brasil em 1964 e estendeu-se pelos 21 anos seguintes, com a presidência da República sendo exercida, no período, por duas juntas militares (1964 e 1969), dois marechais (Castello Branco e Costa e Silva) e três generais, em mandatos sucessivos: Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Sua implantação foi o ponto culminante do processo político imediatamente posterior ao suicídio de Vargas. Nesses dez anos entre os dois episódios, o país foi governado pelo vice-presidente Café Filho, em cumprimento ao fim do mandato de Vargas; por Juscelino Kubitschek, por Jânio Quadros e por João Goulart.

Juscelino, com sua promessa de governar dentro da expectativa de realizar 50 anos em cinco, construiu Brasília e para lá transferiu a capital do Brasil, em meio a uma política desenvolvimentista. Jânio Quadros, o seu sucessor, permaneceu apenas sete meses no poder, renunciando surpreendentemente durante viagem do vice, João Goulart, à China. A posse do sucessor constitucional deu-se após longas discussões, a campanha pela legalidade[135] e ameaças de impedimento, negociada em troca da forma parlamentarista de governo, depois revogada por plebiscito popular.

Ex-ministro do Trabalho de Vargas, compromissado com reformas de base, Goulart sofreu oposição política, militar e jornalística, acusado de agitar o país e de querer encaminhá-lo para o comunismo. Ao final de março, o movimento composto por forças militares e civis que conspirava contra o seu governo precipitou sua marcha em direção a Brasília, antecipando a tomada de poder. João Goulart retirou-se para Porto Alegre e, a seguir, para o Uruguai, onde morreu, em 1976.

7.1 Análise sócio-histórica do período

Como rapidamente esboçado acima, entre abril de 1964 e março de 1985, o Brasil viveu sob um regime militar, inaugurado com a ruptura constitucional, através do golpe que destituiu da Presidência da República o civil João Belchior Marques Goulart. A mudança contou com adesão significativa de parte da imprensa de referência

[135] Deflagrada em 1961, a partir do Rio Grande do Sul, liderada pelo governador Leonel Brizola (1922/2004), em defesa do cumprimento da Constituição e, portanto, do vice-presidente João Goulart.

brasileira, exemplificada no sempre combativo Correio da Manhã, que publicou sucessivamente os editoriais "Chega!", "Basta!", e "Fora!", e no ciclotímico O Globo, com o texto "Fora Jango".

O novo governo instalou-se sob um clima de enfrentamento das facções e forte agitação política, com uma junta militar colocando interinamente na chefia do Executivo o então presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli[136], através do Ato Institucional número 1. Esse ato estabelecia a realização de eleições convencionais em 1965, ao mesmo tempo em que suspendia direitos políticos e cassava mandatos, declarava ilegais entidades diversas e decretava intervenções em organizações sindicais.

Um colégio eleitoral elegeu, indiretamente, portanto, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco como presidente da República até 31 de outubro de 1965. Mas logo as eleições previstas para o ano seguinte foram canceladas e fixado o mandato presidencial em quatro anos. Castello Branco, que morreu em um acidente aéreo em julho de 1967, três meses após deixar o poder, foi substituído pelo também marechal Arthur da Costa e Silva, empossado a 15 de março de 1967, mesmo dia em que passou a vigorar uma nova Constituição Federal e foram revogados os atos institucionais então existentes (do um ao quatro). O segundo governo do ciclo militar também promoveu reformas administrativa e de ensino e instituiu novas leis de imprensa e segurança nacional, em resposta às "agitações políticas" das oposições consentidas e proscritas.

A formação da Frente Ampla, reunindo os antigos adversários políticos Carlos Lacerda – que havia apoiado o golpe militar - e João Goulart e composta ainda pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek – estes, com direitos políticos suspensos – demonstra o grau de insatisfação com o novo regime. Era 1968, e também no Brasil, intensificavam-se protestos populares como os que ocorriam na Europa, assim como o movimento estudantil ignorava a ilegalidade a que o governo havia colocado suas representações e ocupava as ruas em manifestações pelas liberdades e pela democracia. A resposta do poder foi o Ato Institucional número 5, o AI-5, que dava ao presidente da República poderes absolutos, revogando atributos convencionais de defesa de acusados e implantando a censura à cultura e à imprensa.

[136] Pascoal Raniei Mazzilli (1910/1975): Deputado pelo PSD/SP, presidiu a Câmara entre 1969 e 1965, condição na qual assumiu a presidência da República duas vezes: na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e na deposição de João Goulart, em 1964.

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral que o afastou, primeiro provisória e depois definitivamente do governo. Em meio à sua doença, o País foi agitado pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, solto dias depois em troca da liberdade de presos políticos enviados ao México. De início, o presidente foi substituído por uma junta militar[137] e não pelo vice-presidente constitucional, Pedro Aleixo[138], o que evidenciava divisões do interior do sistema – enquanto em resposta às ações oposicionistas o governo baixava novos atos institucionais, entre os quais o estabeleceu a pena de morte. Depois, Costa e Silva foi substituído pelo terceiro general-presidente: Emílio Garrastazu Médici, mais uma vez eleito por colégio eleitoral.

Já acentuada por Costa e Silva, a repressão às oposições recrudesceu com Médici, em cujo governo foram presos centenas de militantes, entre os quais a atual presidente Dilma Rousseff, em 1970. Nesse mesmo ano, ocorreram novos seqüestros: do cônsul do Japão, em São Paulo, Nobuo Okuchi, trocado por cinco presos políticos; de um avião da Vasp; do embaixador alemão Ehrenfrid van Holleben, trocado por 50 presos políticos; e do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, trocado por 70 presos políticos. Foi também o ano em que a Arena saiu-se plenamente vitoriosa nas eleições legislativas e no qual o Brasil sagrou-se tricampeão mundial de futebol; e foi a época em que o regime buscou alardear seus feitos por meio de propaganda oficial, baseado no sucesso do chamado "milagre econômico", em que o crescimento nacional chegou a superar os 11% anuais.

Médici combateu a oposição consentida com os instrumentos legais, e a oposição posta na ilegalidade com o enfrentamento pelas armas. Em 1971 o militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Teodomiro Santos, foi condenado à morte, tendo sua pena depois transformada em prisão perpétua; e foram mortos os integrantes da luta armada Iara Iavelberg, Stuart Angel e Carlos Lamarca. Eram tempos de ufanismo, estimulado pelo governo através de campanhas como

---

[137] Composta pelo general Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), pelo almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (ministro da Aeronáutica), instituiu o AI-13 (banimento) e o AI-14 (pena de morte e prisão perpétua) e sancionou uma nova lei de segurança nacional.

[138] Pedro Aleixo (1901/1975): fundador da UDN, elegeu-se indiretamente vice-presidente da República na chapa de Costa e Silva, pela Arena, em 1966. Contrário à edição do AI-5 e ao endurecimento do regime, teve o mandato considerado extinto pelo AI-16, que colocou no poder a junta militar em substituição ao presidente impedido por doença.

"Brasil: ame-o ou deixe-o" e de obras monumentais: em 1971, o general-presidente inaugurou a Rodovia Transamazônica e viu o partido que lhe dava sustentação aproximar-se de 80% de sucesso nas eleições municipais.

Seu sucessor, o general Ernesto Geisel, assumiu em 1974, com o Brasil sofrendo os efeitos da crise do petróleo e da recessão norte-americana, deflagradas no ano anterior. Geisel teve um adversário simbólico na eleição indireta: o deputado Ulysses Guimarães, concorrendo em chapa com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, como anticandidatos, para denunciar a ilegitimidade do sistema eleitoral brasileiro. Também começava o declínio do "milagre brasileiro", ao mesmo tempo em que o MDB elegia 16 senadores contra apenas seis da Arena.

Anunciando-se comprometido com a distensão política e prometendo uma "abertura lenta, gradual e segura", Geisel passou por dois enfrentamentos internos nos anos de 1975 e 1976, com as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, em dependências policiais em São Paulo, e respondeu com as destituições do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello e do ministro do Exército, Sylvio Frota. Por essa época, explodiram bombas nas sedes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, e o governo baixou o decreto conhecido como "Lei Falcão"[139], fechando o Congresso Nacional, cassando mandatos e direitos políticos e estabelecendo novas regras eleitorais para favorecer o partido governista.

A primeira greve pós-AI-5, no Brasil, ocorreu durante o governo Geisel, em 1978, realizada pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo[140]. Nesse mesmo ano, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo foi eleito indiretamente presidente da República. Também foi implantada uma nova lei de segurança nacional, elegeu-se a nova composição do Congresso Nacional e foi revogado o AI-5.

Figueiredo tomou posse em março de 1979, com o mundo vivendo uma nova crise do petróleo, causada pela instabilidade política no Irã, que passava pela revolução

---

[139] Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, assim chamada em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu criador. Limitava a propaganda eleitoral a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato, permitindo-lhe apenas divulgar, pela televisão, sua fotografia e os locais e horários dos comícios.

[140] Berço político de Luiz Inácio Lula da Silva, que então presidia o Sindicato e, após a redemocratização, viria a eleger-se deputado federal por um mandato e presidente da República por dois.

islâmica que substituiu o xá Rehza Pahlevi pelos aiatolás. Prometendo "prender e arrebentar" quem se colocasse contra a abertura iniciada por Geisel, o novo general-presidente promulgou a lei da anistia, libertando presos políticos e permitindo o retorno ao Brasil de quem havia sido banido; e implantou o pluripartidarismo, com a extinção da Arena e do MDB.

Seu governo, o último do ciclo militar, aprovou a extensão dos mandatos de membros do Executivo nos níveis municipal, estadual e federal enfrentou a reação dos contrários à abertura política, que promoveram atentados; e viu recrudescer a inflação, então se aproximando aos 100% anuais. As oposições pleiteavam eleições diretas em campanha que percorreu o País e atos que reuniram multidões, movimento frustrado, porém, pela rejeição à emenda do deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Figueiredo queria fazer de seu ministro do Interior, Mario Andreazza[141], o sucessor, mas viu Paulo Maluf vencer a disputa interna no partido governista – então, transformado em PDS. A divisão gerou dissidências que se alinharam à candidatura de Tancredo Neves e tornaram possível a sua eleição, em chapa composta com o ex-presidente da Arena, senador José Sarney, como candidato a vice-presidente. O colégio eleitoral, que por 21 anos havia servido aos interesses do regime militar, em 1984 tornava possível a consagração de uma chapa oposicionista que, a 15 de março de 1985, lhe daria fim.

A ditadura militar brasileira iniciada em 1964 se encerrou com uma deselegância do último general-presidente: Figueiredo negou-se a passar a faixa presidencial para o novo presidente que, ao contrário do esperado, não foi Tancredo Neves. Acometido de grave doença na véspera da posse, o detentor das esperanças brasileiras de então acabou substituído pelo vice-presidente na posse interina e, depois, definitiva, devido à sua morte em 22 de abril de 1985.

7.1.1 A imprensa e Costa e Silva

Como é fácil observar-se, a partir do que vem sendo exposto neste capítulo, as relações da imprensa foram tensas com o governo Costa e Silva. Embora a maioria dos

[141] Mário Andreazza (1918/1988): ocupou os ministérios dos Transportes (governos Costa e Silva e Médici) e do Interior (Figueiredo). Sua derrota na convenção do PDS para Paulo Maluf contribuiu para a constituição da Frente Liberal (depois, PFL e atualmente, DEM), o que tornou possível a vitória de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral e pôs fim ao regime militar brasileiro.

jornais de referência tenha não apenas apoiado – mas, alguns, mesmo reivindicado – a intervenção militar na política nacional em 1964, praticamente a sua totalidade foi vítima da falta de uma condição essencial ao exercício do jornalismo: a liberdade. O Correio da Manhã, após os editoriais anti-Jango veiculados nos meses iniciais de 1964, logo retirou a compreensão aos atos excepcionais e, em sua edição de 20 de outubro de 1968, um domingo, expressou:

> Os movimentos totalitários na História sempre deram ênfase à repressão do pensamento livre. Goering, ao anunciar que a palavra cultura lhe dava ganas de sacar o revólver, já prenunciava a queima de Dostoiewski, Shakespeare e outros pela Guarda Vermelha. Nos velhos totalitarismos, só a elite tinha acesso às fontes do saber. O analfabetismo era considerado um bem a ser imposto às classes inferiores. No totalitarismo moderno, dadas as exigências da era tecnológica, a alfabetização tornou-se de rigueur, mas via um ensino dirigido, que visa a fechar hermeticamente o conhecimento daqueles que contestam o poder dominante (CORREIO DA MANHÃ, 20/10/1968, p. 6).

O parágrafo acima abriu um texto cujo foco era a situação brasileira, tratada no bloco seguinte:

> No Brasil formamos, a partir da República, uma tradição liberal de cultura que, neste meio século, já estêve duas vêzes duramente ameaçada. A primeira, durante o Estado Novo; a segunda, agora. Sem que se possa chamar o sistema de abril de totalitário, não resta dúvida de que vários de seus dirigentes tentam aferrolhar a cultura nacional e confiná-la aos desígnios do regime (CORREIO DA MANHÃ, 20/10/1968, p. 6).

O conteúdo do jornal foi concluído com um parágrafo que preservava ainda a esperança:

> A liberdade é contagiosa. Um poeta russo, recentemente condenado a três anos de cadeia por manifestar-se em público contra a invasão da Tcheco-Eslováquia, declarou no tribunal: "Tive 3 minutos de liberdade na Praça Vermelha. Por êsses 3 minutos estou disposto a pagar com 3 anos de cadeia". Sentimentos assim ameaçam a estrutura totalitária. Felizmente, tudo indica que não morreu na humanidade, apesar dos refinamentos crescentes dos ditatoriais. Nesses sentimentos, bem vivos entre o nosso povo, em gente de todas as idades, é que reside a esperança de progresso do País (CORREIO DA MANHÃ, 20/10/1968, p. 6).

Na edição do dia seguinte, o mesmo jornal dividiu a aposta na preservação do ideal de 1964, tratado na coluna "Mundo Político", em sua página 2, com a matéria "Costa resiste/a pressões radicais", com a visão crítica expressa em editorial na página 6, sobre a convocação do Alto Comando, na véspera e inesperadamente, pelo presidente

Costa e Silva, e no texto editado ao lado, sob a assinatura de Edmundo Moniz, intitulado “A realidade atual”:

> A realidade atual do País aí está, para mostrar o que representou o golpe de abril, que seus dirigentes insistem em chamar de revolução. Nada do que vem acontecendo, até agora, constitui uma surprêsa. Tudo foi previsto e denunciado com muita antecedência, desde que se tornou conhecida a filosofia de um govêrno que suprimia a democracia e se impunha à Nação pela força das armas (CORREIO DA MANHÃ, 21/10/1968, p. 6).

Moniz encerrou o texto editorializado assim: “O que interessa ao País, aos civis e militares, é a reabertura democrática, o fim do regime ditatorial que tantos prejuízos vem causando à comunidade brasileira” (CORREIO DA MANHÃ, 21/10/1968, p. 6).

Principal crítico do regime implantado em 1964, o Correio da Manhã deu sequência aos editoriais e começou a pagar altos preços pela ousadia. “Olho privilegiado, no Brasil, em defesa das liberdades individuais, da democracia e do interesse coletivo foi o *Correio da Manhã*, com seu incomparável poder de argumentação” (COTTA, 1997, p. 12).

A 31 de outubro de 1968, veiculou o editorial “SURDEZ”, tratando do protesto feito na véspera pela Associação Brasileira de Imprensa, “pela cessação da violência que assola a Nação”, neste momento em que “matar ganhou foros de virtude cívica” e das declarações do cardeal Jaime Câmara ao marechal Costa e Silva contra a “avalancha terrorista”. O texto encerrou-se assim:

> “A Nação está com a Casa dos Jornalistas. Mas, e o Govêrno? Até quando o presidente da República pensará que lhe é facultado vencer a crise política, mantendo-se surdo aos crescentes e continuados apelos que, no sentido da reimplantação da ordem democrática, lhe vêm sendo veementemente dirigidos por tôda a sociedade brasileira?” (CORREIO DA MANHÃ, 31/10/1968, p. 6).

No dia 7 de dezembro de 1968, uma agência do Correio da Manhã, no Edifício Marquês do Herval, no Rio de Janeiro, foi atingida por explosão de bomba que, de acordo com a notícia da época, afetou dez andares do prédio e danificou três toneladas de vidros. “CORREIO SOFRE EXPLOSÃO/DE BOMBA DO TERRORISMO”, estampou o jornal na sua capa do dia seguinte, mesma página em que constou, excepcionalmente, o editorial com o título “O responsável” – com texto de 90 centímetros em duas colunas, cercado na parte superior:

> Já se sabe o que o Governo vai dizer. Dirá que nada tem a ver com o duplo atentado de ontem, cometido às mesmas horas da madrugada, contra o CORREIO DA MANHÃ e a Faculdade de Ciências Médicas. Dirá, também, que investigará a sua autoria e punirá os terroristas. Não investigará. Não punirá (CORREIO DA MANHÃ, 8/10/1968, p. 1).

O texto se desenvolveu com o mesmo tom crítico pelos parágrafos seguintes, encerrando-se de forma peremptória:

> O CORREIO DA MANHÃ, com sua longa história de luta contra a prepotência, onde quer que ela se manifeste, e como se manifesta, não se preocupa em denunciar ao País os agentes secundários do terror. Aponta à consciência nacional o responsável direto pelo terrorismo: o presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva (CORREIO DA MANHÃ, 8/10/1968, p. 1).

O Correio da Manhã inaugurou o ano de 1969 com uma edição que dava ao governo Costa e Silva destaque em sua manchete principal de 1° de janeiro: "COSTA MUDA POLÍTICA ECONÔMICA/COM NOVO ATO E OITO DECRETOS," chamando para a ampla matéria colocada na página 2; e com o título secundário, também na capa, "COSTA AFIRMA QUE ATO 5/EVITOU A GUERRA CIVIL", reproduzindo a mensagem do presidente da República, distribuída pela Agência Nacional e veiculada também em cadeia de rádio e televisão às 23h30 de 31 de dezembro de 1968. No jornal, a matéria ocupava 150 centímetros em três colunas ao longo da capa.

Algum senso crítico do jornal em relação ao *status quo* vigente então estava expresso na página 5, tomada totalmente pela matéria "Um dia igual/aos outros mas com/alguma esperança", amplamente ilustrada por fotos das festividades de passagem de ano. Suas legendas: "No papel picado, nenhuma saudade. Só despedida" e "Nos braços abertos, apenas a espera" (CORREIO DA MANHÃ, 1º/01/1969, p. 5).

Esperança foi também o tema e o título do editorial em 75 centímetros e três colunas veiculado na página 6 desse mesmo dia. Já nos dias subsequentes as manchetes concentraram-se na crise do Oriente Médio, envolvendo Israel e Jordânia. Mas a 7 de janeiro de 1969 o jornal apresentou um entendimento da conjuntura que o levou a ter como título principal de toda a edição: "ABOLIDA A CENSURA À IMPRENSA". Um texto 40 centímetros em duas colunas explicava: "A censura prévia que vinha sendo exercida sobre o CORREIO DA MANHÃ, desde a noite de 13 de dezembro, ficou abolida a partir de ontem". O parágrafo seguinte revelava que a comunicação foi feita ao jornal verbalmente pelo general Cesar Montagna de Sousa, comandante da 1ª Região

Militar, "que, para êsse fim, convidou nosso diretor-presidente, D. Niomar Moniz Sodré Bittencourt, a comparecer ao seu gabinete, no Ministério da Guerra" (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1969, p. 1).

De acordo com o texto, Niomar compareceu ao gabinete do comandante às 15h, acompanhada dos diretores Osvaldo Peralva e Nelson de Faria Baptista, e perguntou ao militar se a medida comunicada ali não era, na verdade, a substituição da censura prévia pela inaceitável imposição da autocensura, obtendo como resposta que não e que a liberdade de imprensa seria regulada e limitada apenas pelas leis de imprensa e de segurança, em vigor desde o AI-5. Frente à insistência da proprietária do jornal de que a abolição da censura talvez fosse mera farsa, o general – de acordo com a matéria – voltou a negar. Encerrada a audiência, um emissário do comandante foi ao jornal às 20h e entregou a Niomar uma carta-circular com o seguinte conteúdo:

> 1, A fim de evitar interpretações equívocas, êste Comando faz sentir que a censura dos jornais só foi executada no sentido de prevenir a divulgação de matéria subversiva ou de incitamento à desordem e que procurasse tentar a desmoralização do Govêrno ou das Fôrças Armadas. 2. Compreendendo o patriotismo e o espírito público dos homens de Imprensa, S. Exa., o Sr. Presidente da República, admitiu a suspensão da medida preventiva de censura, determinando aos comandantes de área que retirassem os censores dos jornais e tomassem providências para a aplicação das sanções da Lei 5.250 de 9 de fev. de 67 e Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, quando necessário. 3. As medidas punitivas serão aplicadas em qualquer caso de infração das leis acima mencionadas (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1969, p. 1).

Ao lado da notícia e ainda na capa, um editorial de cinco parágrafos, em uma coluna, cercado, iniciava assim: "Após 24 dias de luta para não faltar ao compromisso de seus deveres de reduto da opinião democrática, o CORREIO DA MANHÃ volta hoje a emitir o seu pensamento, a informar e opinar, livre dos grilhões da censura" (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1969, p. 1). O posicionamento do jornal se encerrou da seguinte forma:

> Quando a verdade não póde ser dita, porque sufocada pela fôrça, nós a acudimos com os recursos que estavam à nossa mão. Continuaremos a ampará-la e difundi-la, embora certos das leis injustas, draconianamente inflexíveis, de uso casuístico, que lhe montam guarda numa teia que, na realidade, visa ao seu eclipse. Continuaremos até que possamos todos viver num país em que a verdade, em vez de temida, possa ser exigida tanto pelos governados quanto, e, sobretudo, pelos que governam (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1969, p. 1).

Baseado na nova condição, o jornal veiculou em toda a página 3 dessa mesma data a íntegra do discurso de Niomar aos formandos de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, e que havia sido censurado na edição de 24 de dezembro de 1968 – quando ela chegou a ser detida pelo delegado da Ordem Econômica Jonathan Marques da Cunha, no Recife. Essa matéria recebeu então o título previsto originalmente: "D. NIOMAR DETIDA APÓS/DISCURSO AOS ESTUDANTES".

O aparente relaxamento das medidas restritivas à ação política e ao exercício jornalístico sofreu, porém, um grave revés alguns dias depois. A 16 de janeiro de 1969, o Correio da Manhã noticiou decisões do Conselho de Segurança Nacional anunciando: a) a suspensão dos direitos políticos por 10 anos e a cassação dos mandatos eletivos de deputados e senadores, b) a cassação de outros deputados federais e c) a suspensão dos direitos políticos por 10 anos de Niomar Moniz Sodré Bittencourt. A mesma edição informou: "Niomar sob julgamento militar/por crime contra a segurança nacional".

> É evidente que o *Correio da Manhã* não foi o único jornal a sofrer aperto financeiro, nem o rigor dos censores. Todos os jornais têm muita história para contar e, vez por outra, até revelam um pedacinho. Contam algo porque ainda estão vivos. Não passou por cima deles o rolo compressor que tinha a missão certeira de destruir, a qualquer custo, aquele foco de resistência democrática. Sem o extermínio, não ganhariam a guerra. Nunca (COTTA, 1997, p. 62).

Dali para frente, as relações entre o governo militar e a imprensa em geral se tornaram cada vez mais tensas, com o Correio da Manhã sofrendo consequências irreversíveis, como se verá a seguir.

7.1.2 A doença, o sequestro, o fechamento

Costa e Silva apresentou os primeiros sinais de doença em agosto de 1969, em Brasília, aparentando cansaço e com dores no peito, sinais que logo o alarmaram, assim como à família e à equipe de governo. Por recomendação médica, e tendo a justificar a viagem compromissos futuros no Rio de Janeiro, instalou-se na antiga capital federal e submeteu-se a exames. Ao mesmo tempo, o governo informava que o presidente da República estava acometido de uma forte gripe – e assim justificava tanto a sua aparência quanto eventuais descumprimentos de agenda.

O agravamento de sua situação, porém, passou a exigir uma medida de governo. Pela regra constitucional em vigência, emitida, aliás, pelo próprio Regime Militar, seu substituto eventual ou definitivo deveria ser o vice-presidente da República, à época, Pedro Aleixo, um político mineiro que tinha contra si – na visão dos militares no poder – o fato de ter sido voto vencido na emissão do AI-5 em dezembro do ano anterior e de ser, então, o coordenador de uma comissão de notáveis a quem Costa e Silva havia encomandado o texto de uma nova Constituição Nacional.

Um ato institucional resolveu a questão, "legitimando" que a substituição do presidente adoentado fosse feita por uma "junta governativa" composta pelos três ministros militares. Em meio a essa crise interna na sustentação do governo, ocorreu em 4 de setembro de 1969 o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, feito refém ao sair de sua residência no bairro Humaitá, no Rio de Janeiro. Sob essa tensão interna, mas com repercussão óbvia internacional, a junta militar passou a negociar com os sequestradores, acabando por atender imediatamente reivindicações como veicular pelos meios de comunicação suas mensagens, libertar presos políticos e transportá-los para o exterior.

A resposta governamental veio através da emissão de uma sucessão de atos institucionais que agravaram o fechamento político, já então vigente, e passaram à História como parte dos "anos de chumbo" com que ficou conhecido o período iniciado na emissão do AI-5 e continuado pelo presidente que sucedeu a junta militar, o também general Emílio Garrastazu Médici.

O quadro abaixo expõe os atos institucionais baixados no ano de 1969.

Quadro 14

ATOS INSTITUCIONAIS BAIXADOS EM 1969		
AI Data	**Conteúdo**	**Objetivo**[142]
6 1º/02/1969	Reduz de 16 para 11 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal	Aposentar compulsoriamente ministros que haviam sido contrários às cassações de

[142] Inclui a interpretação do autor.

		colegas.
7 26/02/1969	Suspende as eleições até 1970	Evitar o crescimento da oposição consentida
8 02/04/1969	Permite reformas administrativas por decreto-lei em Estados, Distritos e Municípios com mais de 200 mil habitantes	Fortalecer as administrações e eximi-las do controle da sociedade
9 25/04/1969	Estabelece normas para a reforma agrária	Por as iniciativas sob absoluto controle da Presidência da República
10 16/05/1969	Estabelece que servidores atingidos por atos anteriores perdem os direitos sobre caros ou funções até então exercidos	Demitir funcionários críticos do regime e intimidar novas manifestações
11 14/08/1969	Estabelece novo calendário eleitoral, com eleições em 15/11/1969 para os cargos com vacâncias causadas pelas cassações	Ocupar espaços vagos com políticos fieis ao regime
12 1º/09/1969	Determina a substituição do presidente Costa e Silva pela junta composta pelos ministros militares	Impedir a posse do vice-presidente Pedro Aleixo e "legalizar" a junta militar
13 05/09/1969	Institui o banimento e a expulsão do Brasil de quem contestasse o regime militar	Justificar a troca de presos políticos pelo embaixador dos EUA no Brasil, seqüestrado no dia anterior
14 10/09/1969	Pena de morte em casos de guerra externa, psicológica, adversa, revolucionária ou subversiva	Combater a luta armada.
15 11/09/1969	Marca a data de 15/11/19070 para as eleições para os municípios sob intervenção federal	Favorecer a ocupação de espaços por políticos fiéis ao regime
16 14/10/1969	Estabelece a data de 25/10/1969 para a eleição do substituto de Costa e Silva e a de 30/10/1969 para o início do mandato, a expirar-se em 15/03/1974 e prorrogou os mandatos dos senadores e deputados federais para até 31/03/1970	Resolver a sucessão presidencial com um colégio eleitoral alinhado ao regime militar
17 14/10/1969	Põe na reserva militares não-alinhados ao regime militar	Controlar a oposição à indicação do general Garrastazu Médici à sucessão presidencial

Fonte: o autor. Base: Gaspari (2002).

7.1.2 O ano de 1969: uma breve contextualização

Impossível falar de todo o ano de 1969 sem relacioná-lo a 1968, um como consequência inevitável do outro. Pode-se encarar o octagésimo ano da República como o primeiro do recrudescimento da ditadura implantada no Brasil cinco anos antes, desfecho dessa própria iniciativa e das que, adotadas ao final de 1968, completaram o quadro de fechamento político e privação das principais liberdades. Foi o ano de execução plena do AI-5 instituído em dezembro do ano anterior, que sepultou, então, qualquer esperança de retomada da democracia em curto prazo; e da emissão de outros 12 atos institucionais – conforme quadro adiante. Também foi o ano da radicalização entre as extremas direita e esquerda, ambas usando instrumentos cujas consequências

foram os aprisionamentos, as torturas, os "desaparecimentos", os sequestros, as explosões de bomba, os assaltos, as mortes.

O ano de 1969 se insere no segundo governo do período militar brasileiro, presidido pelo marechal Artur da Costa e Silva, a partir de 1967, numa conjuntura externa da "guerra fria"[143] iniciada uma década antes, envolvendo blocos de nações liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nesse ano, o desembarque de astronautas estadunidenses na lua representou uma vitória na disputa entre os dois blocos, batizada de "corrida espacial".[144] Estava a pleno a Guerra do Vietnã[145], já dividindo a sociedade norte-americana. Ampliava-se no Ocidente a contracultura representada pelo movimento *hippie*[146], iniciado nos Estados Unidos, mas, então, influenciando já meio mundo, inclusive o Brasil.

Assim, enquanto o mundo impactava-se com o "pequeno passo para o homem", dado por Neil Armstrong, como o primeiro a pisar no solo lunar, e por ele mesmo definido também como "um grande passo para a Humanidade"[147], a segunda administração militar brasileira, sob a influência, o apoio e às vezes o controle do bloco norte-americano, via-se desde 1968 às voltas com greves de operários em cidades industriais de Minas Gerais e de São Paulo, manifestações de protestos em diversas partes do país e a chamada Passeata dos Cem Mil, organizada pela União Nacional de Estudantes (UNE) e realizada no Rio de Janeiro, em 26 de junho.

"Cem Mil Pessoas Clamaram por Liberdade", expressou então O Jornal, do Rio de Janeiro, enquanto o Correio da Manhã, além da manchete "Marcha do Povo Reúne Cem Mil", apresentou o editorial "Lição de Maturidade". "Marcha Pacífica Reúne Cem Mil na GB" foi o título principal da Tribuna da Imprensa, ao passo que o Diário de Notícias carioca trouxe dois títulos coordenados: "Sem Repressão Há Ordem" e "Justiça

[143] "Guerra fria": sucessão de disputas políticas indiretas entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estendida pelo período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial e 1991, ano de extinção da URSS.
[144] "Corrida espacial": uma das disputas da "guerra fria", pela supremacia na exploração do espaço e no uso de tecnologias.
[145] Guerra do Vietnã (1959/1975): mais longo conflito do século XX, que nos seus dez últimos anos teve a participação dos Estados Unidos, afinal derrotado. Buscava reunificar as partes Norte e Sul, com resistência desta última. Também envolveu o Laos e o Camboja, países que, antes, compunham com o Vietnã a chamada Indochina, como colônia francesa.
[146] Movimento *hippie*: movimento surgido nos Estados Unidos nos anos 1960, de protesto da juventude contra as desigualdades, os preconceitos, os poderes econômicos e militares e a favor do ambiente, da paz e do amor livre, com reflexos na América Latina e particularmente no Brasil na década seguinte.
[147] A frase completa foi dita pelo astronauta ao pisar o solo lunar em 20 de julho de 1969.

Viu Subversivos na Passeata", e o Jornal do Brasil apresentou o texto opinativo "Momento Grave".

O movimento estudantil ocupava, à época, o espaço das lideranças políticas postas nas prisões ou na clandestinidade. Ao final de 1968, via AI-5, iniciaram-se as respostas: por na ilegalidade a UNE e todas as outras organizações envolvidas com os protestos, prender as lideranças como o estudante Vladimir Palmeira[148] e colocar as demais em fuga, sob constante perseguição.

Portanto, 1969 se estabelece na história recente brasileira com o ano de radicalização, no qual a imprensa muitas vezes foi impedida de dar cobertura adequada, por mecanismos como a censura e a autocensura, a asfixia econômica e atentados a suas instalações. O próprio Correio da Manhã, um dos jornais analisados neste trabalho, começou a morrer como empresa e como jornal a partir das medidas tomadas contra ele, sua presidente e dirigentes, durante o governo Castello Branco. À época, além dos jornais acima citados, cresciam em expressão no Rio de Janeiro o jornal O Globo e a TV Globo, do mesmo grupo, a caminho da constituição de uma rede nacional de retransmissoras; o Jornal do Commercio mantinha-se na linha equidistante às tomadas de posição política, e, em São Paulo eram constantes as pressões sobre O Estado de S. Paulo e o seu descendente, o Jornal da Tarde, circunstâncias idênticas às exercidas sobre dois veículos da Editora Abril, já então a maior do País: as revistas Realidade e Veja.

Os veículos reagiam de forma variada à ação da censura: ocupando o lugar dos conteúdos vetados com os versos de "Os Lusíadas", de Luiz de Camões; com receitas culinárias, com a arvorezinha símbolo da Abril ou simplesmente deixando os espaços em branco. Por essa época, passou a ampliar-se no Brasil a chamada "imprensa alternativa" ou "imprensa nanica", válvulas de escape às limitações da imprensa de referência, implantadas, promovidas ou usadas pelos grupos críticos e/ou de oposição ao regime militar – casos do satírico Pasquim, que chegou a ter um similar gaúcho, o Pato Macho, e dos contestatórios Movimento, Opinião, Versus, Coojornal.

---

[148] Vladimir Palmeira (1944): Político com intensa atividade no movimento estudantil, presidindo o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira e a União Metropolitana de Estudantes (RJ), foi preso diversas vezes nos anos iniciais do regime militar, até ser um dos libertados em troca do embaixador Elbrick em 1969. Economista formado em Bruxelas durante o exílio, vive no Brasil desde o fim dos anos 1980. Foi deputado federal constituinte (1986/1990), reeleito para o mandato seguinte, e disputou por três vezes o governo estdual no Rio de Janeiro.

O peso do regime militar sobre as liberdades e as oposições reprimiu as organizações, mas não conseguiu impedi-las de atuar. Elas apenas o fizeram na clandestinidade, inclusive com o recurso às guerrilhas urbanas e rurais, duramente perseguidas e reprimidas. Esse endurecimento do regime passou a contrariar alguns dos seus colaboradores de primeira hora, como o ex-governador Carlos Lacerda, que chegou a unir-se a antigos desafetos, como João Goulart e Juscelino Kubitschek, na chamada Frente Ampla, em reivindicação por abertura política.

Completando essa conjuntura tumultuada, no campo econômico, Costa e Silva vinha buscando legitimar-se junto à sociedade brasileira, dirigindo atenção para a classe média, principal destinatária do Plano de Ação Econômica de Governo (PAEG). As metas do PAEG podem ser resumidas no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico. No primeiro caso, foram tomadas medidas de contenção aos reajustes salariais e de abertura da economia ao capital externo. No segundo, implantadas facilidades de crédito para estimular o consumo interno. O sucesso das iniciativas acabou conhecido como "milagre brasileiro", com crescimento anual às vezes próximo, às vezes superior a 10% ao ano.

Mas o aparente sucesso econômico acabou sendo constantemente abalado pelas turbulências políticas. A repressão às manifestações e a qualquer crítica ao regime empurrou parte das oposições para a luta armada, sob a influência da revolução cubana[149] e de sua "teoria do foco revolucionário", inspiradas nas ações do argentino Ernesto "Che" Guevara e sistematizada pelo francês Régis Debray[150], com a implantação de muitos focos de guerrilha para dificultar o seu enfrentamento pelos adversários[151], em substituição aos modelos anteriores, das revoluções russa (1917) e chinesa (1949), de ataques em massa.

A esquerda brasileira, posta na clandestinidade a partir de 1964 e, mais ainda, de 1968, havia reunido suas diferentes facções em organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Ação Popular Marxinista-Leninista (APML), o

[149] Revolução cubana: movimento armado liderado por Fidel Castro e que em 1959 derrubou o ditador Fulgêncio Batista, resultando no governo comunista implantado desde então.
[150] Régis Debray (1940): jornalista, filósofo e político francês, acompanhou os amigos Fidel Castro e Che Guevara na implantação da revolução cubana. Autor do livro "A revolução na revolução", de forte influência mundo afora, absorvida no Brasil pelos movimentos de esquerda à época do regime militar. Leciona na Universidade de Lyon, onde atualmente dedica-se às pesquisas sobre a mídia.
[151] Guevara (1928/1966), argentino, médico e revolucionário com participação na Revolução Cubana, dizia ser necessária a criação de "muitos Vietnãs" no enfrentamento com o imperialismo.

Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). O governo e setores civis a ele alinhados criaram setores e grupos de informação e segurança como o Centros de Informação do Exército (CIEx), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (Cenimar), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Tradição, Família e Propriedade (TFP), o Movimento Anti-Comunista (MAC).

Com o Congresso Nacional fechado, políticos oposicionistas cassados e forte repressão a qualquer manifestação contra o governo, o segundo presidente militar inaugurou o que ficou conhecido como os "anos de chumbo". Era esse o clima em agosto de 1969, quando Costa e Silva sofreu uma trombose[152] e, impossibilitado de permanecer no cargo, foi substituído, não pelo vice-presidente Pedro Aleixo, mas sim por uma junta governativa composta integralmente por militares. Aleixo não tinha a confiança dos militares, por ter sido voto vencido na emissão do AI-5 e por estar coordenando os trabalhos de uma comissão de notáveis que, a pedido de Costa e Silva, trabalhava numa nova Constituição.

Segundo o jornalista Carlos Fehlberg[153], a reforma constitucional pretendida pelo presidente da República implantaria a nova Constituição e revogaria o AI-5. Mas a invalidez de Costa e Silva e o atropelo à substituição, constitucionalmente prevista, do presidente impedido, por uma Junta Militar, mudaram os rumos da História.

> No dia 24 de julho de 1969 o presidente Costa e Silva viveu um dia especial, quando a comissão de juristas por ele nomeada, considerou concluído o trabalho de elaboração de uma nova Constituição. Ele estava satisfeito com o grupo, especialmente com o vice-presidente Pedro Aleixo, que exercera a sua coordenação. Por sugestão de seu chefe de Gabinete Militar, Jaime Portela, o Presidente ainda informou o Conselho de Segurança Nacional sobre a Emenda Constitucional, resultado de muitos estudos: o anteprojeto de Pedro Aleixo, o texto de uma comissão de juristas reunida no Planalto, consultas aos membros do Conselho de Segurança Nacional, um novo toque de Pedro Aleixo, uma atenta leitura do Presidente, e, afinal, o trabalho de redação final do vice-presidente. Seria o começo da normalização jurídica no país, depois dos duros tempos da crise do caso Marcio Moreira Alves e suas consequências (FEHLBERG, 2006, p.1).

A solução para legalizar a assunção da junta militar ao poder em lugar do vice-presidente foi mais um ato institucional, o de número 12, o primeiro baixado pelos

[152] Inicialmente tratada publicamente como uma gripe forte.
[153] Fehlberg foi secretário de imprensa da Presidência da República entre 1969 e 1974 e repórter, comentarista, editor, editor-chefe e diretor de redação em vários veículos, numa carreira iniciada em 1954.

ministros militares que a compunham, em que anunciam a doença do presidente e o seu consequente exercício do poder.

Em meio a essa divisão interna e buscando controlar as divisões da sociedade brasileira por meio da repressão, o regime militar foi surpreendido em 4 de setembro de 1969 pelo seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick – o primeiro de uma série que se estenderia ao ano seguinte -, e que é tratado especificamente na Análise Formal ou Discursiva e na Análise de Interpretação/Reinterpretação dos jornais Correio da Manhã e Correio do Povo que sucedem o presente subcapítulo.

O quadro adiante complementa o que foi tratado acima, abrangendo a totalidade do período e resumindo o seu contexto sócio-histórico.

Quadro 15

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO REGIME MILITAR - 1964/1985					
Anos	**Governantes do Brasil**	**Governantes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Costa e Silva**
1964	João Goulart. Ranieri Mazzilli (1º a 15/04). Castello Branco (eleito indiretamente a 11/04 e empossado a 15/04 para cumprir o mandato presidencial interrompido pelo golpe e que se esgotaria em 31/10/1965).	Ildo Meneghetti	Enfrentamento de facções. Grande agitação política. Golpe, com implantação do regime militar e de Ato Institucional prevendo eleições para o ano seguinte – medida logo revogada - e cassações de mandatos. Entidades declaradas ilegais, intervenções militares em sindicatos. Criação do Serviço Nacional de Informações, do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Mandato presidencial prorrogado até 15/03/1967. Nobel da Paz para o norte-americano Martin Luther King.	Editoriais sucessivos do Correio da Manhã: "Chega!", "Basta!", "Fora!". Em O Globo: "Fora Jango". Desde 1962, O Globo é matutino. Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão em apoio maciço ao novo regime. Revista Visão assume importância no jornalismo econômico	Integrante da Junta Militar que assumiu o governo após a deposição de João Goulart, - antes de passá-lo ao presidente da Câmara - e, logo a seguir, ministro da Guerra de Castello Branco.

				e político. Surgimento de Zero Hora, em Porto Alegre.	
1965	Castello Branco	Ildo Meneghetti	Intervenções em sindicatos e organizações, novos atos institucionais e complementares. Beatles, Jovem Garda, minissaia. Primeiro bombardeio norte-americano no Vietnã do Norte.	Primeiras reações críticas da Imprensa aos atos do governo militar. Correio da Manhã cobra o retorno da democracia. Fundada a Rede Globo de Televisão.	Ministro da Guerra.
1966	Castello Branco	Ildo Meneghetti Walter Peracchi Barcelos	Eleições, com vitórias oposicionistas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Extinção dos partidos atuais e criação de duas novas agremiações: Arena e MDB – através do AI-2. AI-3 extingue eleições diretas para os governos estaduais e as principais cidades. AI-4 reabre o Congresso para aprovar a nova Constituição. Protestos e repressão. Instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Fusão dos institutos de pensão e aposentadoria, com a criação do INPS. Revolução cultural na China	Festivais musicais nas TVs Excelsior e Record, com conteúdos políticos nas canções. Surgimento da revista Realidade, com inovações jornalísticas e gráficas e valorização do gênero reportagem.	Licencia-se do Ministério da Guerra para candidatar-se à Presidência da República. Sofre atentado em 25/06, no Aeroporto dos Guararapes (Recife). Eleito indiretamente.
1967	Castelo Branco Costa e Silva	Walter Peracchi Barcelos	Eleições indiretas com a ausência da oposição. Aprovação de nova Constituição. Reformas administrativa monetária (criação do cruzeiro novo) e do ensino. Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional. Período de agitação política: guerrilha rural, congresso comunista, formação da Frente Ampla (por redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova	Restrições pontuais à liberdade de mprensa.	Empossado presidente a 15/03, mesma data em que passa a vigir a nova Constituição e deixam de vigorar os atos institucionais até então existentes (do 1 ao 4)..

			Constituinte). Guerra dos Seis Dias. Prisão e morte de Che Guevara na Bolívia.		
1968	Costa e Silva	Walter Peracchi Barcelos	Proibição à atuação da Frente Ampla, de Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Intensificação dos protestos populares. Movimento estudantil. Morte do estudante Edson Luiz em confronto com polícia no Rio de Janeiro. Passeata dos Cem Mil. Greves e intervenções em sindicatos. Discurso de Mario Moreira Alves, no Congresso, é considerado ofensivo às Forças Armadas. Implantação do AI-5. Mundo sob intensas manifestações populares por liberdades e uma nova ordem política.	Efervescência política reverbera na Imprensa, mas o AI-5 impôs censura à cultura e aos meios de comunicação, incluindo a censura prévia. Correio da Manhã combatido pelo regime. Criada a revista Veja. Apreendida a edição de O Estado de S. Paulo de 13/12, por conter o editorial "Instituições em frangalhos".	Presidente da República.
1969	Costa e Silva Junta Militar Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos	Costa e Silva sofre uma trombose e uma Junta Militar assume o governo. "Milagre econômico brasileiro", com crescimento superior a 10% ao ano. Deserção do militar Carlos Lamarca, aderindo à Vanguarda Popular Revolucionária. Morte de Carlos Marighela, ex-líder da ALN e ex-deputado federal, em São Paulo.	Prisão da presidente do Correio da Manhã Niomar Moniz Sodré Bittencourt e de outros jornalistas e proibição ao jornal de publicar seu discurso como paraninfa de formandos pernambucanos. Censura à cultura e à imprensa, incluindo a censura prévia nos casos do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo.	Presidente da República até agosto, quando se afasta por problemas de saúde. Morre a 17 de setembro.

			Nova Constituição, por emenda constitucional que incorporou os efeitos do AI-5.	"Os Lusíadas" nos espaços censurados de O Estado de S. Paulo. Criado o O Pasquim. Entra no ar o "Jornal Nacional", da Rede Globo, integrando as retransmissoras em todo o País. Transformação da Folha Esportiva em Folha da Manhã, pela Caldas Junior, em Porto Alegre.	
1970	Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos	Forte recrudescimento da repressão política, com reorganização dos aparatos policiais, civis e militares. Prisão de Dilma Rousseff em 16/01. Denúncias de torturas e mortes de presos políticos. Guerrilhas urbanas e rurais. Sequestro do cônsul japonês em São Paulo pela VPR, Nobuo Okuchi, trocado por cinco presos políticos. Sequestro de um avião da Vasp. Sequestro do embaixador alemão Ehrenfrid van Holleban, trocado por 50 presos políticos. Arena vitoriosa nas eleições legislativas. Sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, trocado por 70 presos políticos. Sequência do "Milagre Brasileiro". Criação do Incra e do Mobral e lançados um programa de ações e de metas do governo para o desenvolvimento nacional e o programa de integração nacional (com a construção das rodovias Transamazônica, Cuaibá/Santarém e Manaus/Porto Velho). Conquista da Copa do Mundo de futebol. Eleição e posse de Salvador Allende, no	Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão sob absoluto controle, via censura e auto-censura.	-

			Chile.		
1971	Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos Euclides Triches	Jornalistsa Teodomiro Tostes é condenado à morte (pena depois trocada para a prisão perpétua). Mortes de Iara Iavelberg, Stuart Angel e Carlos Lamarca.		-
1972	Garrastazu Médici	Euclides Triches	Inauguração da Transamazônica. Arena faz 80% dos prefeitos nas eleições municipais.	Lançado o jornal Opinião. Primeira novela em cores no Brasil ("O bem-amado"). O Globo passa a circular aos domingos. Apreensão da edição de 20/09 do Correio do Povo, por conter matéria em que deputados reclamam da censura.	-
1973	Garrastazu Médici	Euclides Triches	Crise do petróleo e recessão nos Estados Unidos. Anticandidaturas de Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho, pelo MDB, às eleições indiretas para a Presidência da República. Fim oficial da guerra do Vietnã, com cessar-fogo desrespeitado. Golpe militar no Chile, com morte do presidente Salvador Allende. Eleição do casal Perón/Isabelita na Argentina.	Imprensa alternativa ocupa espaços abertos pela imprensa de referência, atingida pela censura.	-
1974	Garrastazu Médici	Euclides Triches	Eleição indireta e posse de Geisel para a Presidência da República. Revolução dos Cravos, em Portugal e independência das colônias portuguesas na África. Declínio do Milagre Econômico. Nas eleições para o Senado MDB sai vitorioso, com 16 – contra 6 da Arena.	Implantada a censura prévia no rádio e na televisão brasileiros – que, na prática, já existia, via telefonemas e bilhetes das autoridades às redações. Correio da Manhã deixa de circular.	-

	Ernesto Geisel		Anúncio de uma política de "distensão lenta, gradual e segura, em direção à redemocratização, com desenvolvimento e segurança", com avanços liberalizantes e recuos autoritários. "Revolução dos cravos" põe fim à quatro décadas e meia de ditadura em Portugal. Morte de Perón, posse de Isabelita, renúncia de Nixon.	Folha da Manhã assume um caráter crítico e combativo.	
1975	Ernesto Geisel	Euclides Triches Synval Guazzelli	Morte do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI em São Paulo. Lançado o Proálcool.	Fim da censura prévia a O Estado de S. Paulo. Proibida a novela "Roque Santeiro". Surgimento dos jornais alternativos Movimento e Versus. Extinção de O Cruzeiro.	-
1976	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Morte do operário Manoel Fiel Filho no DOI-CODI em São Paulo. Mortes de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Acordo nuclear Brasil/Alemanha. Bomba na ABI. Sequestro do integrante das Comunidades Eclesiais de Base, D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, e morte do padre João Bosco Burnier, no Mato Grosso.	Postura de Geisel é respeitada pela imprensa de referência em todo o País. Deixa de circular a revista Realidade.	-
1977	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Pacote de Abril, com fechamento do Congresso Nacional. Lei Falcão e extensão do mandato do sucessor de Geisel a seis anos. Morte de Carlos Lacerda.	Críticas da imprensa à Lei Falcão, limitando a propaganda política nas emissoras de rádio e televisão.	-

			Implantação do divórcio. Exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota.		
1978	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Primeira greve pós-AI-5 no Brasil: metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Eleição indireta de João Figueiredo para a Presidência da República. Eleições para o Congresso. Nova Lei de Segurança Nacional. Revogação do AI-5. Crescimento da inflação e da dívida externa.	Folha de S. Paulo sai do alinhamento anterior, de apoio ao regime militar, e começa a defender o retorno da democracia.	-
1979	Ernesto Geisel João Figueiredo	Synval Guazzelli Amaral de Souza	Posse de Figueiredo. Nova crise do petróleo, causada pela queda de Reza Pahlevi no Irã. Lei da Anistia, com liberdade de presos políticos e retorno de banidos do Brasil, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Luiz Carlos Prestes. Extinção de Arena e MDB.	Implantação da TV Guaíba, da Caldas Junior.	-
1980	João Figueiredo	Amaral de Souza	Reações, à direita, ao processo de abertura, vindo do governo anterior e seguido pelo atual. Fundado o PT. Guerra fria: EUA boicotam os jogos olímpicos da URSS. Guerra Irã/Iraque. Assassinado John Lennon.	Liberação da peça "Calabar" alimenta expectativas de fim da censura. Deixa de circular o jornal Folha da Manhã, da Caldas Junior.	-
1981	João Figueiredo	Amaral de Souza	Atentado ao Riocentro. Atentado a Reagan. Atentado ao Papa João Paulo II. Assassinato de Anwar El Sadat.	Sátiras sucessivas das edições d'O Pasquim às versões fantasiosas do governo sobre atentado do Riocentro. Criação do SBT.	-
1982	João Figueiredo	Amaral de Souza Jair Soares	Argentina invade Ilhas Flaklands/ Malvinas. Israel invade o Líbano.	Primeiro debate eleitoral na TV pós Lei Falcão, entre os candidatos Franco Montoro e Reinaldo de Barros.	-

1983	João Figueiredo	Jair Soares	Termina a ditadura militar argentina. EUA invadem Granada.	Implantada a TV Manchete. Filme brasileiro "Pra frente, Brasil", que ironiza a situação brasileira, é premiado em Berlim. Primeiros computadores nas redações (parcialmente da Folha de S. Paulo).	-
1984	João Figueiredo	Jair Soares	Campanha das "Diretas já". Eleição de Tancredo Neves. Primeira greve em toda a história da Companhia Siderúrgica Nacional. Uruguai elege diretamente o seu presidente, após 11 anos de ditadura. Assassinada a premier hindu Indira Ghandi.	Folha de S. Paulo dá cobertura às "Diretas já", tratada com discrição pela mídia impressa e eletrônica. O Globo publica editorial reiterando apoio ao regime implantado em 1964. Correio do Povo e Folha da Tarde deixam de circular, por crise empresarial. Filme brasileiro "Memórias do Cárcere", sobre ditadura anterior, é premiado em Cannes.	-
1985	João Figueiredo Fim do Regime Militar	Jair Soares	Termina a ditadura militar no Brasil: Tancredo Neves empossado presidente do Brasil, adoece, morre. José Sarney assume o governo. Morte de Médici. Mikhail Gorbatchev ascende ao poder do Partido Comunista Soviético.	Liberdade de imprensa readquirida. Adaptação da Imprensa à linguagem televisiva, com a adoção do modelo US Today.	-

Elaboração do doutorando. Base: Cotta, Chagas, Fausto, Fehlberg, Gaspari, Thompson.

7.2 Análise Formal ou Discursiva

Os jornais analisados nesta etapa da pesquisa são novamente o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, e o Correio do Povo, de Porto Alegre, durante a primeira quinzena de setembro de 1969.

7.2.1 Correio da Manhã

O diário carioca tinha, à época, seu nome em destaque na capa, centralizado, com a data à esquerda e os nomes do fundador, Edmundo Bittencourt, e de seu filho e seguidor, Paulo Bittencourt, ao centro, com o número e o ano à direita. Suas páginas em tamanho standard eram divididas em seis colunas. O jornal não circulava às segundas-feiras, razão pela qual sua primeira edição de setembro de 1969 é do dia 2, uma terça-feira, e trazia como assunto principal a assunção da junta militar ao governo brasileiro, já que Costa e Silva havia sofrido a trombose cerebral.

Sua diretora-presidente era Niomar Moniz Sodré Bittencourt, viúva de Paulo, nora de Edmundo Bittencourt, e cujo cargo aparecia no expediente no masculino: diretor-presidente. O diretor superintendente era Osvaldo Peralva, e M. Paulo Filho, Nelson de Farias Baptista e Arnold Wald, os demais diretores. O jornal funcionava então na Avenida Gomes Freire, 471, no Rio de Janeiro, circulando de terça a domingo, com número variável de cadernos editoriais e de anúncios classificados.

A edição que inaugura a análise ora em andamento é a de terça-feira, 2 de setembro de 1969. "NÔVO GOVÊRNO ANUNCIA QUE VAI/MANTER A POLÍTICA ECONÔMICA" foi a manchete de capa, disposta em duas linhas, com texto de 60 centímetros em duas colunas e parágrafo único (!), chamando, ao final, para a página 10, a última e o editorial e tendo ainda fotografia da reunião da junta governativa, presidida pelo almirante Rademacker Grünewald, no Palácio das Laranjeiras. O processo contra a proprietária do jornal também constou da capa dessa edição, com o título "Auditoria/marca/julgamento de/D. Niomar" em quatro linhas, e texto de 15 centímetros em uma coluna.

Os assuntos da conjuntura política estavam também na página 3, aberta pela matéria "LARANJEIRAS EM UM/DIA DE MUITA VISITA" ocupando dois terços da página, em três colunas, tratando da visitação ao presidente Costa e Silva, na forma de um diário. "HSE MOBILIZADO ESPEROU O PRESIDENTE" ficou no terço restante da página, igualmente em três colunas. Outro texto, intitulado "N Rodrigues/defende/Pelegrino", em uma coluna, tratava do processo ao psicanalista Helio Pelegrino, por ter escrito no Correio da Manhã textos considerados atentatórios à segurança nacional – e, no caso, defendido pelo escritor Nelson Rodrigues, de reconhecida simpatia ao regime militar.

"Solução" foi o título do editorial dessa edição, em um quarto da página 4, disposto em três colunas e em negrito, sobre a doença do presidente da República: "Quis um desígnio insondável que nesta fase particularmente delicada da existência política brasileira o presidente da República... se visse afastado de seu pôsto, pela contingência de doença grave", opinou o jornal, reconhecendo que "a solução encontrada parece, pela sua definição, a melhor que teria sido possível encontrar em circunstâncias tão prementes e difíceis". Ainda assim, entende o Correio da Manhã, conforme continua o seu editorial, que "dizer que foi a melhor não implica, é claro, de nossa parte, em considerá-la perfeita. Mas a verdade política brasileira, hoje mais do que nunca, é que o ótimo pode ser o pior inimigo do bom". O final do conteúdo:

> O CORREIO DA MANHÃ dispôs-se sempre a pagar qualquer preço por sua conduta e jamais desmentida vocação de legalidade democrática e aí estão para demonstrá-lo os enérgicos editoriais contra todas as situações que, por caminhos vários, nos levaram à superação de uma crise endêmica cujas raízes, mais velhas do que a nossa República, nutrem na sua essência profunda, dos desapontamentos estruturais , da miséria, da falta de educação, da escassa consciência política e cívica, do nosso subdesenvolvimento e dos traumas da nossa transição para a fase de grande nação moderna (CORREIO DA MANHÃ, 02/09/1969, p. 4).

Ao lado do editorial, em 130 centímetros e duas colunas, no espaço "MUNDO POLÍTICO", o jornal publicou nessa data: "Costa adoeceu/quarta-feira", que trata da doença do presidente, com nove subtítulos: "Laudo em três dias", "Lado esquerdo", "Promulgada ontem", "Pedro Aleixo não fala", "Quando Aleixo chegou", "Daria seguimento", "Reestruturação política", "Passos telefona" e "Gama e a Junta" – com o quinto, o sexto e o sétimo tratando da situação do vice-presidente, impedido de assumir. Ainda na mesma página uma matéria oriunda de São Paulo revelou os enfrentamentos locais entre alas do partido governista, opondo o governador Laudo Natel e o ministro Gama e Silva.

"POLÍTICA ECONÔMICA/SERÁ MANTIDA: MF", título principal da página 10 do Correio da Manhã da mesma data, em 30 centímetros e três colunas, teve como matérias de relacionadas "EMPRESARIADO CONFIA NA JUNTA" (150 centímetros e três colunas) e "TEÓFILO: CONFIANÇA/NOS BANCOS IMPEDE/INFLUÊNCIA EXTERNA" (40 centímetros, duas colunas) – contando ainda com a coluna "BALANCETE", em duas colunas de alto a baixo da página.

Última página do primeiro caderno, a 12 dessa data apresentou a íntegra da proclamação da junta e do Ato Institucional número 12 estabelecendo o novo governo no Brasil, com todos os seus demais textos tendo referência ao momento político – tratando de mensagens de melhora para o presidente, dos decretos baixados pelos ministros militares, da repercussão do fato em Brasília e em São Paulo e de atos, ainda de Costa e Silva, aposentando funcionários.

A 3 de setembro de 1969, a manchete da edição, em duas linhas, "CHANCELER EXPLICA JUNTA E DIZ/QUE REFORMA DEPENDE DO FUTURO", tem texto ocupando dois terços da página, em uma coluna, chamando para a 4 e a última e fotografia em três colunas dos membros da junta na chegada ao Laranjeiras, recebidos pelo general Jaime Portela.

Na página 4, a coluna "MUNDO POLÍTICO" teve por abertura o texto com o título "Começam a nascer as/equações políticas", apresentando entre os nomes possíveis de substituir Costa e Silva os generais Afonso de Albuquerque Lima, Antônio Carlos Muricy. Syseno Sarmento, Orlando Geisel e Garrastazu Médici.

Na página 6 a matéria principal foi "MARINHA DÁ INÍCIO/A SUMÁRIO DE/CARLOS MARIGHELA"[154], em duas colunas da sua metade superior, seguida de "PROCESSO CONTRA TERRORISMO/NA JUSTIÇA MILITAR" (50 centímetros e duas colunas). A 9 veiculou duas matérias sobre a situação do momento: "Junta Militar/beneficia RFF/com novo ato", em 20 centímetros e uma coluna; e "Militares/assinam 13 decretos" (50 centímetros, uma coluna). A 10 foi aberta pelo texto de abertura, com 150 centímetros em três colunas: "GALVÊAS: BOATOS NÃO/ABALAM A ECONOMIA".

A 12 e última do caderno inicial, por sua vez, foi ocupada pelo texto intitulado "Magalhães afirma não ter/havido sucessão e Aleixo/concorda com a fórmula", em duas colunas de alto a baixo da página, com os seguintes subtítulos – conforme a sua exposição original, inclusive nos negritos: "**Saúde**", "**Responsabilidade**", "**Calma**", "POSIÇÃO DE ALEIXO", "7 DE SETEMBRO", "VAI À ONU", "CONSTITUIÇÃO", "INTEGRAÇÃO", "PLANALTO VAZIO", "JUNTA INELEGÍVEL"," REFORMA" e

[154] Carlos Marighella (1911/1969): político originalmente ligado ao Partido Comunista Brasileiro e, depois, fundador da Ação Libertadora Nacional, foi um dos líderes da resistência ao regime militar. Embora seu sobrenome estivesse escrito no jornal com um "l" simples, o correto é com "l" duplo.

"VISITAS" – com as palavras em negrito realçadas em relação às maiúsculas. Na mesma página, um texto de alto a baixo em uma única coluna informava que "Costa conserva/perspectivas/favoráveis", com o boletim médico da noite anterior e mensagens por sua recuperação, dentre as quais uma da Associação Brasileira de Imprensa; e outro tratava das missas votivas mandadas rezar pelo Governo e pela presidência da Confederação Nacional da Agricultura e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em todas as capitais brasileiras, pelo restabelecimento de Costa e Silva.

A edição de 4 de setembro de 1969 teve por manchete, em toda a largura, com texto de 70 centímetros em duas colunas, chamando para a 4 "Mundo Político" e última: "Ministros militares têm pacto de honra":

> Em áreas intimamente ligadas à Junta Governativa, revelou-se ontem que entre os ministros Rademaker Grünewald, Lira Tavares e Márcio Souza e Melo foi firmado um compromisso de honra, no sentido de evitar qualquer precipitação relativamente à solução do problema institucional brasileiro, antes de ser divulgado o laudo médico da equipe de especialistas que assiste ao marechal Costa e Silva. Se o presidente da República puder recuperar a saúde, voltará tranquilamente ao poder, solucionando-se o problema por si mesmo. Entretanto, o laudo médico poderá apresentar características menos favoráveis.
>
> Até ontem existiam três fórmulas: 1) eleição, pelo Congresso, de alguém que completasse o atual mandato presidencial; 2) antecipação, através de Ato Institucional, da eleição do futuro presidente da República, com mandato de duração normal. 3) declaração, também através de Ato Institucional, da extinção do mandato do atual presidente. Acrescentaram aquelas fontes que as duas primeiras hipóteses somente serão adotadas com pleno assentimento do marechal Costa e Silva, que se encontra perfeitamente lúcido, aliás, como é amplamente noticiado (CORREIO DA MANHÃ, 04/09/1969, p. 1).

A crise brasileira continuou sendo tratada nessa edição, com o editorial "Expectativa", à página 4, que em certo trecho observa: "Está em jôgo sobretudo a necessidade de tranqüilidade e ordem democráticas para que as fôrças produtoras nacionais possam entrar em franca expansão" (CORREIO DA MANHÃ, 04/09/1969, p. 4) . Para que tal acontecesse – afirmava então o jornal - o País carecia, "mais do que uma promessa, de uma segura expectativa de estabilidade, que só o Estado de Direito sabe criar" (Idem). O texto encerrava assim:

> É imperioso não esquecer que há, em vigor, um calendário eleitoral, cujo andamento depende do reequilíbrio do sistema que nos conduza ao processo democrático.

> As fôrças vivas da Nação permanecem voltadas para esses objetivos reais. Que não caiam à sombra, em nenhuma hipótese (CORREIO DA MANHÃ, 04/09/1969, p. 4).

A coluna "MUNDO POLÍTICO", na mesma página, foi, também, toda tomada pelo mesmo assunto, a começar pelo título "Antes do laudo/a Junta não decide", em 50 centímetros e duas colunas, com os intertítulos: "A mesma máquina", "Três fórmulas", "Com assentimento", "Questões importantes", "Congresso sacramentará", "Sem veleidades", "Manifesto" e "Reorganização continua".

Já na sua última página, em duas colunas de alto a baixo e sob o título principal "Parlamentares analisam/quadro político e a posição de Pedro Aleixo", o Correio da Manhã abordava o assunto em amplitude revelada pelos subtítulos complementares "RENÚNCIA", "ANÁLISES", "DEPUTADOS", "ESTADO DE SAÚDE", "ILEGÍVEL", "TELEGRAMAS", "ADVOGADOS", "DECRETO", "NOMEAÇÕES" e "EXONERAÇÕES". Em plena semana da Pátria, o assunto era abordado pela matéria de 240 centímetros e quatro colunas, "Parada do dia 7 ganha instruções do Exército", com ilustrações.

No dia 4 de setembro de 1969 ocorreu um fato novo que afetou as estruturas políticas nacionais, refletiu-as internacionalmente e, por óbvio, estava nos jornais do dia seguinte: o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charlesa Burke Elrick. Toda a capa do Correio da Manhã dessa data foi dedicada ao assunto, aberto pela manchete "GOVERNO FAZ MOBILIZAÇÃO GERAL/PARA SALVAR EMBAIXADOR DOS EUA", tratado em bloco composto por textos de 50 centímetros em duas colunas, com outros 50 centímetros divididos em duas matérias, a segunda com o título "*Reunião libera manifesto*" e quatro fotos – duas em três colunas e duas em 1,5, com as legendas que seguem: "Ministros reunidos examinam seqüestro do embaixador norte-americano"; "Na Rua Euclides Figueiredo, em Botafogo, foi encontrado o carro do embaixador, que é à prova de balas e só abre internamente"; "O carro usado inicialmente pelos seqüestradores foi deixado na Rua Ministro João Alberto, na Gávea"; e "O embaixador Elbrick em foto oficial" (CORREIO DA MANHÃ, 05/09/1969, p. 1).

A parte inicial do texto principal, em parágrafo único, dessa edição:

> Toda a Segurança Nacional encontra-se hoje mobilizada a fim de descobrir o paradeiro do embaixador norte-americano Elbrick, seqüestrado por terroristas, ontem à tarde, em Botafogo. Inicialmente os seqüestradores entraram no próprio carro diplomático – que é à prova

> de bala e não tem maçanetas externas – onde estava o diplomata norte-americano e depois obrigaram-no a passar para uma Kombi, já distante do ponto em que efetuaram a captura do embaixador. Durante a tarde de ontem, à noite e esta madrugada, foi grande a movimentação na Embaixada dos Estados Unidos, pois até então não havia a menor notícia a respeito do paradeiro de Elbrick. Por sua vez, o governador Negrão de Lima, tão logo teve conhecimento do fato, dirigiu-se ao Ministério do Exército, onde se manteve durante algum tempo em conferência com o general Syseno Sarmento, num encontro que têve caráter secreto, nada sendo divulgado (...) (CORREIO DA MANHÃ, 05/09/1969, p. 1).

Na página 3 a matéria principal foi "STENZEL DIZ QUE/SOLUÇÃO ESTÁ COM/AS FÔRÇAS ARMADAS", com texto oriundo de Brasília, disposto em duas colunas de alto a baixo, sobre a agenda do deputado Clovis Stenzel (Arena/RS), na Guanabara, e o estado de saúde de Costa e Silva. 2 col de alto a baixo da página, e intertítulos "Congresso", "Solução à vista", "Cotação de Syseno", "Boletim médico", "Ministros", "D. Iolanda", "Mensagem de Lacerda", "Do Papa Paulo VI" e "Jornalistas". Nesta última, "os jornalistas credenciados no Palácio das Laranjeiras encaminharam à sra. Iolanda Costa e Silva mensagem em que formulam votos pelo pronto restabelecimento do mar3echal Arthur da Costa e Silva" (CORREIO DA MANHÃ, 05/09/1969, p. 3). Separada desta por uma foto vertical de uma coluna, do cardeal Jaime de Barros Câmara, a matéria "PRACINHAS VÃO TER/MISSA REZADA POR/DOM JAIME CÂMARA", em 80 centímetros e duas colunas.

Morto na véspera, Ho Chi Minh[155] é o tema do editorial do Correio da Manhã de 5 de setembro, na página 4, a mesma da coluna "MUNDO POLÍTICO", aberta com matéria sobre o momento político, sob o título "As articulações entram/em compasso de espera" - informando, por exemplo, que até a "quarta-feira da semana que vem" a junta médica terá condições de um laudo definitivo sobre Costa e Silva.

Na página 5, a principal matéria foi sobre os preparativos para o desfile militar. Na 6, de conteúdo policial, em segundo plano está "PROMOTOR RECORRE/DA ABSOLVIÇÃO DE/RADIALISTAS: STM", em 20 centímetros, duas colunas, informava sobre processo contra acusados de subversão durante o governo de João Goulart. Outro texto do mesmo espaço revelava que "Troca de/presos tem/explicação" – sobre erro na apresentação de preso acusado de subversão e de membro do Grupo Marighela.

---

[155] Ho Chi Minh (1890/1969): político, revolucionário e estadista vietnamita.

Na Última, toda página dedicada ao assunto, a matéria de manchete "SEGURANÇA MOBILIZADA PROCURA ELBRICK" teve quatro colunas de alto a baixo e os seguintes intertítulos: "DOIS VOLKS E UMA KOMBI/FAZEM ABORDAGEM NA RUA" (destacado dentre os demais), "VOLTAS", "A PÉ", "NÃO LIGOU", "BOMBA NO AUTO", "GOVERNO MOBILIZA TODA/A SEGURANÇA NACIONAL" (esta também em destaque), "ASSUNTO FEDERAL", "POLÍCIA DE SOBREAVISO", "DISPENSOU GARANTIA", "INTERDIÇÃO", "INTOCÁVEIS", "FLAGRANTE", "NA EMBAIXADA AMERICANA/É GRANDE A MOVIMENTAÇÃO" (mais um destaque), "SEGURANÇA", "ENTROSAMENTO", "MAGALHÃES PINTO", "Nota oficial do Itamaraty" (ao pé da página, cercada, em 20 centímetros e duas colunas), "PREVIDÊNCIA", "NÚNCIO", "COMUNICADOS", "CARRO", "EXPEDIENTE", "ANTES DO SEQÜESTRO", "ASSINOU UM ACORDO" (em destaque), "EMBAIXADA CALMA", "DEPOIMENTOS EM SIGILO".

Ainda na Última, 100 centímetros em duas colunas foram ocupados pela reprodução d'"O MANIFESTO", em que a Junta Militar se dirige "Ao povo brasileiro". Abaixo, em tamanho idêntico, a matéria "Nixon preocupado com o/seqüestro do embaixador/dos EUA no Brasil".

"GOVÊRNO LIBERA PRESOS POLÍTICOS/E PRESERVA VIDA DO EMBAIXADOR" foi a manchete do Correio da Manhã do dia 06/09/1969, exposta nas seis colunas da capa, com texto em dois terços da altura da página e duas colunas; foto em quatro colunas sobre a fiscalização em barreiras de veículos; reprodução de bilhete de Elbrick à esposa, em duas colunas e 30 centímetros. Outras chamadas: "Costa melhora/na 1ª semana/da doença", em 20 centímetros e uma coluna; "Andreazza na/ofensiva/defende Costa", e "Parada amanhã/já tem tudo/organizado" - essas duas últimas em uma coluna, sem texto.

O assunto adiantado na capa teve sequência na página 3, com "Andreazza faz/acusações/aos ambiciosos", em dois terços da altura e uma coluna, tratando de manifestação do ministro dos Transportes durante solenidade de lançamento de navio ao mar, no Rio de Janeiro. "FRANCA RECUPERAÇÃO/DE COSTA É ANUNCIADA" foi a matéria principal da mesma página, 120 centímetros ao longo de três colunas.

Logo abaixo, em apoio a ela: “PARLAMENTAR OUVE GENERAIS: SUCESSÃO”, com 45 centímetros e três colunas.

Na página 4, o editorial dessa data tratou da Guanabara, com a coluna “MUNDO POLÍTICO” tendo por título “Sistema volta a/se reencontrar” - indicando que o sequestro influenciou posições no regime militar. Com os subtítulos a seguir, o espaço ocupou no conjunto dois terços da altura da página: “Garrastazú e Canavarro”, “Manterá o status”, “Passos quer união”, “Teria um substituto”, “Idéia e marcha”, “Missão frustrada”, “Direito de pelear”. Na mesma página, o espaço “DE MINAS”, com o texto “Horas de pensar” em um terço da altura, sobre o que pensam as lideranças mineiras sobre o momento.

Na página 6, a matéria “NAPOLEÃO/INICIOU/SEQUESTRO”, em duas colunas de alto a baixo, historiou os sequestros políticos. Na 9, quase todo o espaço foi destinado à apresentação do desfile de 7 de setembro. E na última, “Núncio: concessão não é sinal de debilidade”, foi o título em seis colunas, com texto de abertura em uma coluna e várias outras matérias sobre o tema; foto em duas colunas e 30 centímetros do chanceler Magalhães Pinto comunicando a concordância do governo em liberar os presos.

No dia do aniversário da independência do Brasil, 7 de setembro de 1969, um domingo, o Correio da Manhã revelava na capa: “Presos políticos hoje às 14h no México, com fotografia em quatro colunas e três linhas de legenda, texto em uma coluna e toda a altura da página. Outra foto em cinco colunas, dos presos no Galeão, e as chamadas: “Junta assegura/tranqüilidade/à população” (uma coluna, com meia página de altura) e “Parada militar/terá Syseno no/comando” (uma coluna, 20 centímetros), com uma terceira foto em três colunas, do avião Hércules da FAB que levou os presos para o Galeão.

Na Página 4, o editorial “Reforma e não-violência” abordava as lições de Erasmo, de quem a Europa comemorava 500 anos:

> Erasmo não acreditava que nenhum grupo social detivesse a verdade, em exclusivo, nenhum país, nenhuma profissão ou carreira, mas acreditava na unidade possível do gênero humano, não feita do silêncio dos oprimidos, mas na abdicação dos opressores à opressão, por uma espécie de milagre da inteligência, que o mesmo é dizer de realismo ... (CORREIO DA MANHÃ, 07/09/1969, p. 4).

"MUNDO POLITICO" teve nessa edição meia página de altura, em duas colunas, com o texto "Magalhães também/preconiza a união".

Na página 12, o texto "Só com a eleição para/nôvo congresso crise/poderá ser superada", em 100 centímetros, duas colunas, assinada por Francisco Pedro do Couto, dizia:

> Com o presidente Costa e Silva reassumindo seu mandato – como se deseja – ou com qualquer outra forma de preenchimento efetivo do poder, o Govêrno do País só tem um modo eficaz para reencaminhar o processo democrático, tanto quanto possível fôr no momento (ilegível) extinguir todos os mandatos parlamentares e convocar eleições populares para o Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, dentro de um prazo de 60 a 90 dias. Evidentemente, os atuais mandatos sòmente seriam declarados extintos com a posse dos senadores, deputados e vereadores que viessem a ser eleitos.
>
> Os governadores não seriam atingidos (...) (CORREIO DA MANHÃ, 07/09/1969, p. 12).

Na página 13, toda dedicada às comemorações da Independência, o título principal, "SISENO COMANDA PARADA MILITAR", tem foto de três colunas e a matéria de apoio "COSTA E SILVA ENVIA/MENSAGEM TRADICIONAL" – esta em duas colunas, meia página de altura, com longo texto do presidente adoentado, encarecendo aos brasileiros refletirem sobre o que "se tem feito pelo Brasil nos últimos tempos", citando: "Crescimento econômico", "Ordem interna", "Tranqüilidade trabalhista", "Correção das disparidades regionais" (Amazônia e Nordeste), "Reaparelhamento da infra-estrutura", 'Triplicar o potencial energético" e "Diplomacia da prosperidade".

Na página 16 (última dessa edição), "Forte esquema militar/garantiu embarque de presos políticos", em duas colunas de alto a baixo, com foto em três colunas. Outras matérias: "Junta Governativa examina rapto/de Elbrick com ministros" (três colunas, 60 centímetros), "BIOGRAFIA REVELA ATIVIDADES DE/PRESOS POLÍTICOS QUE VIAJARAM" (reproduzindo dados sobre cada um dos presos políticos, ilustrando com uma foto de três colunas, do embarque), "Imprensa–EUA/reflete alívio/pela decisão" (80 centímetros, uma coluna), "Surgem novas/mensagens de/raptores e/de Elbrick" (30 centímetros, uma coluna).

A edição de 9 de setembro de 1969 do Correio da Manhã teve por manchete "GOVERNO BAIXA ATO INSTITUCIONAL/IMPLANTANDO PENA DE BANIMENTO", em toda extensão da capa, com texto em 80 centímetros e duas colunas; foto de entrevista de Elbrick em quatro colunas; íntegra do AI-13 e do Ato Complementar 64; e texto cercado, em itálico, sobre a história do banimento, com 40 centímetros). Outras matérias: "Junta vê País em guerra" (20 centímetros, duas colunas), "Polícia faz novas prisões" (40 centímetros, duas colunas).

"MUNDO POLÍTICO", espaço cativo da página 4, apresentou como título "Laudo pode sair/até sexta-feira", com duas colunas na parte superior da página. Já a página 5 revelou que "MILITARES FAZEM MAIS/PRISÕES NA GUANABARA", em matéria de 100 centímetros e duas colunas, sobre os efeitos do seqüestro. "JUNTA DE GOVÊRNO/VÊ GUERRA EVOLUIR/DENTRO DO PAÍS", com 40 centímetros e duas colunas, apresentou a íntegrade comunicado à Nação feito pela Junta. Quatro outras notícias constaram dessa página: "Inalterada/saúde do/presidente" (60 centímetros, uma coluna), "Bonifácio diz/que País sai/bem da crise" (30 centímetros, uma coluna), "CHOFER DE TÁXI:/SEI QUE FIQUEI/FAMOSO POR ACASO" (80 centímetros, duas colunas) e "EMOÇÃO ANTECEDE/VOLTA DE ELBRICK" (100 centímetros, duas colunas).

À cobertura dos atos pela Independência foi dedicada a página 7, com matéria de 200 centímetros, amplamente ilustrada e com informações das comemorações em todo o Brasil: "Parada teve mais participação popular". Na página 9, o título "CAMPANHA VAI DAR/BANDEIRA NACIONAL/ÀS SALAS DE AULA", em 120 centímetros e duas colunas, revelava:

> Uma bandeira para cada sala de ala – este o slogan da campanha lançada ontem pela assessoria especial de Relações Públicas da Presidência da República, cujo objetivo principal é o de permitir a entronização no dia 19 de novembro vindouro, do Pavilhão Brasileiro em todas as escolas do País. A campanha foi idealizada pelo próprio presidente Costa e Silva – dias antes de adoecer, sob o argumento de que "é preciso oferecer a todos os brasileiros uma alternativa de união, sob a égide do símbolo máximo da Pátria (CORREIO DA MANHÃ, 09/09/1969, p. 9).

Última página dessa edição, a 12 teve por título principal "Elbrick revive lances/do rapto e condena/os actos de violência", com o texto espalhando-se de alto a baixo, por duas colunas, com foto do embaixador em outras duas e dele com Magalhães

Pinto, separando a matéria seguinte, ao lado da anterior e de igual tamanho: “Exilados revelam que a/viagem ao México lhes/causou surpresa” (120 centímetros, duas colunas). Logo abaixo, “Jurista esclarece o asilo” (40 centímetros, duas colunas), e “Embaixador agradece a decisão brasileira” (60 centímetros, duas colunas).

A 10/09/1969 o Correio da Manhã mancheteou: “**PENA DE MORTE/EM VIGOR**”, em negrito, corpo maior que o habitual, seis colunas, texto em duas colunas, toda a altura da página, com a íntegra do AI-14 e a matéria de apoio: “As implicações do nôvo Ato/Polícia pode prender os/seqüestradores hoje” – em 30 centímetros, três colunas. Outra matéria na mesma capa revelava que “Ato suspende eleições/e laudo médico sai já”, em texto de 80 centímetros, duas colunas.

Na página 3, “D. Iolanda/diz que/Costa reage” deu sequência à cobertura do estado de saúde do presidente, em 20 centímetros, uma coluna, de matéria secundária. “NOVOS VOTOS/DE MELHORAS”, com 80 centímetros, uma coluna, tratou do mesmo tema.

Na página 4, nesta edição com o editorial “Analfabetismo”, a coluna “MUNDO POLÍTICO” expôs que “Solução da crise/ganha prioridade”, em duas colunas e texto ocupando meia página de altura. Na 12 e última desse dia, “Polícia já sabe quais/são os seqüestradores/e vai prendê-los”, com 50 centímetros, duas colunas; “Exército confirma prisões”, com 20 centímetros, duas colunas; “Magalhães Pinto não fala”, com 20 centímetros, duas colunas; e “Engenheiro continua preso”, com 40 centímetros e duas colunas, completam a cobertura do seqüestro de Elbrick, afinal resolvido. Na mesma página, oito retratos-falados em duas colunas separaram o bloco das chamadas acima da destacada: “Ato nº 15 suspende as/eleições de novembro” (60 centímetros, duas colunas). No pé da página, fotos - em quatro colunas do local em que ficou Elbrick e em duas colunas da sala dos seqüestradores.

O Correio da Manhã de 11/09/1969, uma quinta-feira, edição de número 23.437 do seu ano LXIX, passou à história por representar o fim de um ciclo iniciado em 16 de junho de 1901. A manchete de capa “EXÉRCITO CONVOCA 6 PARA DEPOR”, em seis colunas, texto de 15 centímetros em uma coluna, rivalizou, à época, com o curto título “**RETIRADA**”, do longo editorial cuja importância justificava sua migração do interior para a primeira página do jornal, em duas colunas.

Afora esses dois blocos de textos, dramaticamente ligados entre si pela conjuntura nacional, uma única outra chamada de capa mantinha relação com ambos: "Ministros visitam/Costa durante/apenas 10 minutos" – em 20 centímetros, uma coluna.

"MUNDO POLÍTICO", na página 4, teve por título "Uma pequena/repercussão", tratando do impacto do anúncio da pena de morte, com texto em duas colunas, meia página de altura. Na 12 e última, "Exército quer estudantes/depondo no IPM que/apura subversão no País", com 50 centímetros, duas colunas e três fotos de suspeitos, foi a matéria principal. Ao seu lado, a matéria "Junta de Govêrno lança/comunicado garantindo/normalidade do regime", com 30 centímetros, duas colunas, seguido de "Elbrick recebe motoristas" (30 centímetros, duas colunas), e o texto de apoio "Ato institucional nº 15", em 60 centímetros e duas colunas.

Voltando ao editorial da primeira página, é de ressaltar-se que teve todo o seu conteúdo apresentado em negrito, escrito na primeira pessoa do singular, pela herdeira e presidente do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, e iniciado conforme abaixo:

> **A partir de hoje não mais estarei na direção do CORREIO DA MANHÃ. O controle jornalístico e administrativo que exerci ao longo de seis anos tumultuosos, sucedendo Paulo Bittencourt, transfiro agora para outras mãos.**
>
> **No Estado em que foi lançado o País a 13 de dezembro de 1968, eu só teria duas alternativas: fechar o jornal ou passá-lo, provisoriamente, para terceiros** (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1969, p. 1)**.**

O longo texto buscava justificar a decisão então anunciada:

> **De minha parte, sempre considerei o CORREIO DA MANHÃ não como uma simples herança, na divisão de um Espólio, mas como patrimônio moral e instituição cultural cujo dever de proteção transformou-se na razão mesmo na minha vida. Para bem cumpri-la, não hesitei em afastar-me parcialmente do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – criação minha, esta, que já bastaria como afirmação de uma existência. Tampouco hesitei em sacrificar o meu direito à tranqüilidade, à segurança pessoal e à liberdade, para manter íntegro o compromisso moral e intelectual que, para o Brasil, representa o CORREIO DA MANHÃ.**
>
> **Entretanto, desde o dia 13 de dezembro de 1968, senti que não havia mais condições, por um longo período à frente, para que continuássemos a ser o jornal de Edmundo e Paulo Bittencourt. Hoje, apesar de tôda a arenga em torno de aberturas democráticas, não se pode conferir a pessoas medianamente informadas e com um mínimo de experiência política, o direito de se deixarem enganar, aceitando a caricatura como se fosse o retrato, o simulacro em lugar**

> **da realidade** (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1969, p. 1 – grifos originais).

Embora Niomar se despedisse, no editorial, com um "até breve comovido, profundamente sofrido de alguém que em pensamento estará sempre nesta Casa" (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1969, p. 1), tal expectativa jamais se cumpriu.

A 12 de setembro de 1969, o jornal apareceu já sem os nomes dos fundadores no seu cabeçalho – mas também sem os dos seus novos dirigentes. Teve por manchete "JUNTA CASSA MANDATOS POLÍTICOS/E INICIA CONFISCOS DE BENS", acompanhada por texto de 50 centímetros em uma coluna, com chamada para a página 4 e a última. Na 4, "MUNDO POLÍTICO", em 100 centímetros e duas colunas, ostentou o título "O Alto Comando/reúne-se no dia 15". Na última, o título principal foi "Ministros cassam mais deputados e punem militares", com 50 centímetros, duas colunas, seguido de "Nova Lei de/Segurança terá/pena de morte" (30 centímetros, uma coluna), "Atos iniciais de confisco/de bens atingem Lupion/e mais três pessoas" (60 centímetros, duas colunas), "Coronel vê na Corrente/subversão maior" (20 centímetros, duas colunas), "Objetivo era tomar Govêrno na fôrça" (30 centímetros, duas colunas), "Subversivos recepcionados no México" (50 centímetros, duas colunas), "Novas prisões/são feitas na/Guanabara" (30 centímetros, uma coluna), "CGI reúne-se e substitui membros" (30 centímetros, duas colunas), "Governo regula/TV e rádio/para eleições" (60 centímetros, uma coluna) e "Stenzel relata/a deputados o/que soube do/rumo político" (40 centímetros, uma coluna).

A partir de 14 de setembro de 1969, o jornal passou a ter os nomes de seus novos condutores: Diretor-Presidente: Maurício Nunes de Alencar; Diretor Superintendente: Frederico A. Gomes da Silva; e Dietor Responsável: Paulo Germano de Magalhães. Sob nova gestão, o jornal se reposiciona e perde o tom crítico, passando a destacar "feitos" do regime militar tanto em textos noticiosos como nos editoriais. A 1º de novembro de 1969, por exemplo, a manchete é "DELFIM QUER DISTRIBUIR RENDAS" e ocupa toda a extensão lateral da capa, com texto de 10 centímetros chamando para a página 15. Na 4, o editorial "Tormento maior", em tom informativo, trata do discurso de posse do novo presidente, o general Garrastazu Médici – falando em "revolucionar" a educação, a saúde e a agricultura "para libertar o nosso homem dos

seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos" (CORREIO DA MANHÃ, 1°/11/1969, p. 4).

Uma das novidades implantadas pelos novos dirigentes foi a edição conjunta de domingo e segunda-feira. Na de 16 e 17 de setembro de 1969 a manchete foi "ARENA: desenvolvimento com democracia", novamente em toda a extensão lateral da capa, e amplo texto de 12 parágrafos, 60 centímetros, duas colunas e quatro intertítulos. As outras chamadas da primeira página da mesma edição tinham o mesmo tom: "Nelson Carneiro: o MDB/ajudará a construir" (100 centímetros, duas colunas, ampla foto do senador pelo Rio de Janeiro), "Revolução fará/exposição para/dizer o que fez" (20 centímetros, uma coluna).

Em dezembro de 1969 o Correio da Manhã passou a tratar da restauração do instituto do *habeas corpus*, veiculando entrevistas com juristas em suas edições dominicais. Descaracterizado e sofrendo ainda os efeitos da asfixia econômica resultante das pressões do governo para que empresas e organizações não anunciassem no jornal dos Bittencourt, o diário resistiu até 1974, ano em que deixou de circular.

> O *Correio da Manhã* deixou de circular em 1974, mas pode-se datar sua morte de alguns anos antes: 13 de dezembro de 1968. Naquela noite, assim que o locutor Alberto Curi terminou a comunicação do AI-5 ao país pela televisão, agentes do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) atravessaram a rua e invadiram a sede do jornal. O DOPS ficava na esquina da rua da Relação com a avenida Gomes Freire, na Lapa; o *Correio da Manhã* ficava na mesma Gomes Freire, em diagonal, a poucos metros da esquina da Relação. Eram vizinhos havia 37 anos, período em que os dois prédios abrigaram Brasis totalmente opostos: o da polícia simbolizava as ditaduras, como o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar imposto em 1964; o do jornal pregava a liberdade e a luta contra a mentira e a corrupção. Tal vizinhança nunca o assustara: em sua longa trajetória, o jornal de Edmundo e Paulo Bittencourt fizera oposição a quase todos os presidentes; fora perseguido, fechado, tivera seus proprietários presos, e saíra mais forte a cada embate. Mas, desta vez, seria diferente (CASTRO, 2009).

O quadro a seguir ilustra a cobertura abordada acima.

Quadro 16

COBERTURA DO CORREIO DA MANHÃ DE 1º A 12 DE SETEMBRO DE 1969			
Dia	**Página**	**Títulos**	**Espaço**
02/09/1969 Terça-feira	Capa	NOVO GOVERNO ANUNCIA QUE VAI/MANTER A POLÍTICA ECONÔMICA Auditoria/marca/julgamento de/D. Niomar	Manchete com texto em duas colunas e 60 cm, chamando para a página 10, a última e o editorial e foto da reunião da Junta Governativa no Palácio das Laranjeiras Uma coluna, 15 cm Demais matérias sem referência à crise
	3	LARANJEIRAS EM UM/DIA DE MUITA VISITA HSE MOBILIZADO ESPEROU PRESIDENTE N. Rodrigues/defende/Pelegrino	Três colunas, 100 cm com texto em forma de hora a hora Três colunas, 80 cm Uma coluna, 20 cm
	4	Solução MUNDO POLÍTICO Costa adoeceu/quarta-feira Laudo em três dias/Lado esquerdo/Promulgada ontem/Pedro Aleixo não fala/Quando Aleixo chegou/Daria seguimento/Reestruturação política/Passos telefona/Gama e Junta DE SÃO PAULO/Chapa 2 e sucessão	Editorial em três colunas, negrito, 60 cm, sobre a doença de Costa e Silva Espaço fixo, hoje com tema único (a doença do presidente) em duas colunas e 130 cm, sob o título ao lado e nove subtítulos Espaço fixo, em duas colunas e 50 cm
	10	POLÍTÍCA ECONÔMICA/SERÁ MANTIDA: MF EMPRESARIADO CONFIA NA JUSTÇA TEÓFILO: CONFIANÇA/NOS BANCOS IMPEDE/INFLUÊNCIA EXTERNA BALANCETE	Principal matéria da página, com três colunas e 30 cm Três colunas, 150 cm Duas colunas, 40 cm Coluna fixa, em duas colunas e toda a extensão vertical da página
	12	Íntegra da proclamação e/do Ato 12 estabelecendo/o nôvo govêrno no País Costa recebe/mensagens pela/melhora Sodré confia na recuperação Deputados em/Brasília vêem/possibilidade/de colaborar	Duas colunas de alto a baixo da página Uma coluna, ½ página de altura Duas colunas, ½ página de altura Uma coluna, 2/3 de página de altura Uma coluna, 1/3 de página de altura

		Decretos de CS/aposentam/funcionários	
03/09/1969 Quarta-feira	Capa	CHANCELER EXPLICA JUNTA E DIZ/QUE REFORMA DEPENDE DO FUTURO	Manchete em toda a extensão lateral da página, com texto em uma coluna e 2/3 da página, chamando para a página 4 e Úlltima. Foto em três colunas com os membros da Junta chegando ao Laranjeiras
	4	MUNDO POLÍTICO/Começam a nascer as/equações políticas.	Espaço fixo, falando dos possíveis substitutos de Costa e Silva
	6	MARINHA DÁ INÍCIO/A SUMÁRIO DE/CARLOS MARIGHELA PROCESO CONTRA TERRORISMO/NA JUSTIÇA MILITAR Junta Militar/beneficia RFF/com nôvo ato Militares/assinam/13 decretos	Duas colunas, ½ página de altura 50 cm Uma coluna, 20 cm Uma coluna, 50 cm
	10	GALVÊAS: BOASTOS NÃO/ABALAM A ECONOMIA	Matéria principal, em três colunas e 150 cm
	12	Magalhães afirma não ter/havido sucessão e Aleixo/concorda com a fórmula (Saúde/Responsabilidade/Calma/POSIÇÃO DE ALEIXO/7 DE SETEMBRO/VAI À ONU/CONSTITUIÇÃO/INTEGRAÇÃO/PLANALTO VAZIO/JUNTA INELEGÍVEL/REFORMA/VISITAS Costa conserva/perspectivas/favoráveis Missas votivas	Duas colunas em toda a extensão vertical da página e 12 intertítulos Uma coluna de alto a baixo da página sobre boletim médico da noite anterior e mensagens de pronto restabelecimento Sobre eventos em todas as capitais federais, acertadas pelo Governo e presidentes da CNA e da Contag
04/09/1969 Quinta-feira	Capa	Ministros militares têm pacto de honra	Manchete em toda largura da página, com duas colunas de texto (70 cm) chamando para página , Mundo Político e Última
	4	Expectativa MUNDO POLÍTICO/Antes do laudo/a Junta não decide (A mesma máquina/Três fórmulas/Com assentimento/Questões importantes/Congresso sacramentará/Sem	Editorial Duas colunas, 50 cm., texto com oito intertítulos

		veleidades/Manifesto/Reorganização continua)	
	12	Parlamentares analisam/quadro político e a/posição de Pedro Aleixo (RENÚNCIA/ANÁLISES/DEPUTADOS/ESTADO DE SAÚDE/ILEGÍVEL/TELEGRAMAS/ADVOGADOS/DECRETO/NOMEAÇÕES/EXONERAÇÕES). Parada do dia 7 ganha instruções do Exército	Duas colunas de alto a baixo da página, com 10 intertítulos Quatro colunas, 240 cm, com ilustrações – conjunto ocupando o restante da página
05/09/1969 Sexta-feira	Capa	GOVÊRNO FAZ MOBILIZAÇÃO GERAL/PARA SALVAR EMBAIXADOR DOS EUA	Manchete e bloco de texto em duas colunas e 50 cm, mais 50 cm divididos em duas matérias, a segunda com o título de apoio Reunião libera manifesto e quatro fotos, sendo duas em três colunas e duas em 1,5
	3	STENZEL DIZ QUE/SOLUÇÃO ESTÁ COM/AS FÔRÇAS ARMADAS (Congresso/Solução à vista/Cotação de Syseno/Boletim médico/Ministros/ D. Iolanda/Mensagem de Lacerda/Do Papa Paulo VI/Jornalistas) PRACINHAS VÃO TER MISSA REZADA POR DOM JAIME CÂMARA	Matéria de Brasília sobre a agenda do deputado Clóvis Stenzel (ARENA/RS) na Guanabara, o estado de saúde do presidente. Duas colunas de alto a baixo da página a, com nove intertítulos Duas colunas e 80 cm, com foto vertical de Dom Jaime separando os blocos de textos
	4	MUNDO POLÍTICO/As articulações entram/em compasso de espera	Duas colunas até metade da página
	6	PROMOTOR RECORRE/DE ABSOLVIÇÃO DE/RADIALISTAS: STM Troca de/presos tem/explicação	Duas colunas, 20 cm
	12	SEGURANÇA MOBILIZADA PROCURA ELBRICK (VOLTAS/A PÉ/ NÃO LIGOU/BOMBA NO AUTO/GOVERNO MOBILIZA TODA A SEGURANÇA NACIONAL/ASSUNTO FGEDERAL/POLÍCIA DE SOBREAVISO/DISPENSOU GARANTIA/INTERDIÇÃO/INTOCÁVEIS/FLAGRANTE/NA EMBAIXADA AMERICANA É GRANDE A MOVIMENTAÇÃO/SEGURANÇA/ENTROSAMENTO/MAGALHÃES PINTO/PREVIDÊNCIA/NÚNCIO/COMUNICADOS/CARRO /EXPEDIENTE/ANTES DO SEQÜESTRO/ASSINOU UM ACORDO/EMBAIXADA CALMA/DEPOIMENTOS EM SIGILO O MANIFESTO Nixon preocupado com o/seqüestro do embaixador/dos EUA no Brasil	Toda página dedicada ao assunto, com matéria da manchete em quatro colunas de alto a baixo e 19 intertítulos Duas colunas, 100 cm, com a Junta dirigindo-se ao povo brasileiro Duas colunas, 100 cm, bloco de texto alinhado ao anterior
06/09/1969 Sábado	Capa	GOVÊRNO LIBERA PRÊSOS POLÍTICOS/E PRESERVA VIDA DO EMBAIXADOR	Manchete nas seis colunas da página, texto em duas colunas e 2/3 da altura, foto em quatro colunas

			sobre a fiscalização em barreira de veículos e reprodução de bilhete de Elbrick à esposa em duas colunas e 30 cm
		Costa melhora/na 1ª semana/da doença	Uma coluna, 20 cm
		Andreazza na/ofensiva/defende Costa	Uma coluna, sem texto
		Parada amanhã/já tem tudo/organizado	Idem acima
	3	Andreazza faz/acusações/aos ambiciosos	Uma coluna, 2/3 da página
		FRANCA RECUPERAÇÃO/DE COSTA É ANUNCIADA	Matéria principal da página, com três colunas e 120 cm
		PARLAMENTAR OUVE GENERAIS: SUCESSÃO	Três colunas, 45 cm.
	4	MUNDO POLÍTICO/Sistema volta a/se reencontrar (Garrastazú e Canavarro/Manterá o status/Passo quer união/Teria um substituto/Idéia e marcha/Missão frustrada/Direito de pelear).	Espaço fixo ocupando 2/3 da página e tratando das influências do seqüestro sobre as posições militares, tendo sete intertítulos
		DE MINAS/(Hora de pensar)	Espaço freqüente, em 1/3 da página
	6	NAPOLEÃO/INICIOU/SEQÜESTRO	Duas colunas de alto a baixo, sobre a história dos seqüestros
	12	Núncio: concessão não é sinal de debilidade	Título em seis colunas co texto de abertura em uma colna e várias outras matérias sobre o tema. Foto em duas colunas e 30 cm de Magalhães Pinto comunicando d a concordância do governo em liberar os presos
07/09/1969 Domingo	Capa	Presos políticos hoje às 14h no México	Manchete com texto em uma coluna e toda a largura da página, com foto em quatro colunas e três linhas de legenda. Outra foto em cinco colunas, dos presos, no Galeão
		Junta assegura/tanqüilidade/à população	Uma coluna, ½ página de altura
		Parada militar/terá Syseno no/comando	Uma coluna, 20 cm Terceira foto em três colunas, do avisão Hércules da FAB, que levou os presos para o Galeão
	4	Reforma e não-violência	Editorial lembrando os 500 anos de Erasmo, comemorados – na Europa
		MUNDO POLTÍCO/Magalhães também/ preconiza a união	Duas colunas, ½ página de altura
07/09/1969 Domingo	Capa	Presos políticos hoje às 14h no México	Manchete com texto em uma coluna e toda a largura da página, com foto em quatro colunas e três linhas de legenda. Outra foto em cinco colunas, dos presos, no Galeão

		Junta assegura/tanqüilidade/à população Parada militar/terá Syseno no/comando	Uma coluna, ½ página de altura Uma coluna, 20 cm Terceira foto em três colunas, do avisão Hércules da FAB, que levou os presos para o Galeão.
	4	Reforma e não-violência MUNDO POLTÍCO/Magalhães também/ preconiza a união	Editorial lembrando os 500 anos de Erasmo, comemorados – na Europa Duas colunas, ½ página de altura
	12	Só com a eleição para/nôvo Congresso crise/poderá ser superada	Texto assinado por Francisco Pedro do Couto, em duas colunas, 100 cm
	13	SISENO COMANDA A PARADA MILITAR COSTA E SILVA ENVIA/MENSAGEM TRADICIONAL	Toda a página para o assunto, com foto em três colunas do desfile de calhambeques Matéria de apoio à acima, em duas colunas, ½ página de altura
	16	Forte esquema militar/garantiu embarque de/presos políticos Junta governativa examina rapto/de Elbrick com ministros BIOGRAFIA REVELA ATIVIDADES DE/PRESOS POLÍTICOS QUE VIAJARAM Imprensa-EUA/reflete alivio/pela decisão Surgem novas/mensagens de/raptores e/de Elbrick	Duas colunas de alto a baixo, com foto em três colunas Três colunas, 60 cm Matéria de apoio à anterior, com dados biográficos dos presos libertados, com uma foto do embarque, em três colunas Uma coluna, 80 cm Uma coluna, 30 cm.
09/09/1969 Terça-feira	Capa	GOVERNO BAIXA ATO INSTITUCIONAL/IMPLANTANDO PENA DE BANIMENTO Junta vê País em guerra Polícia faz novas prisões	Manchete em toda a extensão lateral, com texto em duas colunas e 80 cm e foto de entrevista de Elbrick, em quatro colunas, íntegra do Ato Complementar 64 e texto cercado, em itálico, sobre a história do banimento, em 40 cm Duas colunas, 20 cm Duas colunas, 40 cm
	4	Esperança MUNDO POLÍTICO Laudo pode sair/até sexta-feira	Editorial (sobre solução política para o Vietnan) Duas colunas, ½ página de altura
	5	MILITARES FAZEM MAIS/PRISÕES NA GUANABARA JUNTA DRE GOVÊRNO/VÊ GUERRA EVOLUIR/DENTRO DO PAÍS	Duas colunas, 100 cm Duas colunas, 40 cm, com íntegra de comunicado à Nação feito pela

		Inalterada/saúde do/presidente Bonifácio diz/que País sai/bem da crise CHFER DE TÁXI:/SEI QUE FIQUEI/FAMOSO POR ACASO EMOÇÃO ANTECEDE/VOLTA DE ELBRICK	Junta Uma coluna, 60 cm Uma coluna, 30 cm Duas colunas, 80 cm Duas colunas, 100 cm
	7	Parada teve mais participação popular	Quatro colunas, 200 cm, com informações de todo o País, sem foto
	9	CAMPANHA VAI DAR/BANDEIRA NACIONAL/ÀS SALAS DE AULA	Duas colunas, 120 cm
	12	Elbrick revive lances/do rapto e condena/os actos de violência Exilados revelam que a/viagem ao México lhes/causou surpresa Jurista esclarece asilo Embaixador agradece decisão brasileira	Duas colunas de alto a baixo, com foto do embaixador em duas colunas e dele com Magalhães Pinto Duas colunas, 120 cm Duas colunas, 40 cm Duas colunas, 60 cm
10/09/1969 Quarta-feira	Capa	PENA DE MORTE/EM VIGOR As implicações do nôvo Ato/ Polícia pode prender os/seqüestradores hoje Ato suspende eleições/e laudo médico sai já	Manchete em negrito, corpo maior que o habitual, seis colunas, texto em duas colunas em toda a altura da página, com a íntegra do AI-14 Três colunas, 30 cm Duas colunas, 80 cm
	3	D. Iolanda/diz que/Costa reage NOVOS VOTOS/DE MELHORAS	Matéria secundária na página, em uma coluna, 20 cm Uma coluna, 80 cm
	4	MUNDO POLÍTICO/Solução da crise/ganha prioridade	Duas colunas, ½ página de altura
	12	Polícia já sabe quais/são os seqüestradores/e vai prendê-los Exército confirma prisões Magalhães Pinto não fala Engenheiro continua prêso Ato nº 15 suspende/as eleições de novembro	Duas colunas, 50 cm Duas colunas, 20 cm Duas colunas, 20 cm Duas colunas, 40 cm Duas colunas, 60 cm Duas colunas de fotos com oito retratos-falados ocupando 2/3 da página e separando o bloco das chamadas Ao pé da página, foto em quatro colunas do local em que ficou Elbrick e em duas colunas da sala dos seqüestradores

11/09/1969 Quinta-feira	Capa	EXÉRCITO CONVOCA 6 PARA DEPOR RETIRADA Ministros visitam/Costa durante/apenas 10 minutos	Manchete em seis colunas, texto de 15 cm e uma coluna, seguido de o editorial Editorial cercado, em duas colunas, título e texto em negrito Uma coluna, 20 cm
	4	MUNDO POLÍTICO/ Uma pequena/repercussão	Duas coluas e ½ página de altura, sobre o impacto do anúncio da pena de morte
	12	Exército quer estudantes/depondo no IPM que/apura subversão no País Junta de Govêrno lança/comunicado garantindo/normalidade do regime Elbrick recebe motoristas Govêrno suspende pleito/municipal com Ato-15 Ato institucional nº 15	Duas colunas, 50 cm, com três fotos de estudantes suspeitos do seqüestro Duas colunas, 30 cm Duas colunas, 30 cm Duas colunas, 30 cm Duas colunas, 60 cm
12/09/1969 Sexta-feira	Capa	JUNTA CASSA MANDATOS POLÍTICOS/E INICIA CONFISCOS DE BENS	Manchete com texto de 50 cm em uma coluna, com chamada paa a página 4 e Última Primeira edição sob nova direção
	4	MUNDO POLÍTICO O Alto Comando/reúne-se no dia 15	Duas colunas e 100 cm
	12	Ministros cassam/mais deputados/e punem militares Nova Lei de/Segurança terá/pena de morte Atos iniciais de confisco/de bens atingem Lupion/e mais três pessoas Coronel vê na Corrente/subversão maior Objetivo era tomar Govêrno na força Subversivos recepcionados no México Novas prisões/são feitas na/Guanabara CGI reúne-se e substitui membros Govêrno regula/TV e rádio/para eleições Stenzel relata/a deputados o/que soube do/rumo político	Duas colunas, 50 cm Uma coluna, 30 cm Duas colunas, 60 cm Duas colunas, 20 cm Duas colunas, 30 cm Duas colunas, 50 cm Uma coluna, 30 cm Duas colunas, 30 cm Uma coluna, 60 cm Uma coluna, 40 cm

Fonte: edições do Correio da Manhã de setembro de 1969, pesquisadas pelo autor em exemplares, no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, e em microfilmes na Fundação Biblioteca Nacional

Na sequência, esta tese volta-se para o exame do Correio do Povo, edições da primeira quinzena de setembro de 1969, em continuidade à segunda parte da Hermenêutica de Profundidade, a Análise Formal ou Discursiva.

7.2.2 Correio do Povo

Em setembro de 1969, os assuntos nacionais ocupavam as capas do Correio do Povo, evidenciando uma mudança no *fazer jornalístico* do diário mais importante do Rio Grande do Sul. No período aqui examinado, a política nacional esteve presente na quase totalidade das capas e contracapas, centralizando as manchetes e títulos principais dessas páginas e das páginas internas em que a cobertura do tema teve sequência. O tema "Brasil" assumia protagonismo jornalístico, pela crise institucional que se acentuara desde o ano anterior, e os assuntos internacionais, antes dominantes nos espaços mais nobres da publicação, então passaram à coadjuvância.

Sem circular às segundas-feiras, a primeira edição do Correio do Povo em setembro de 1969, foi no dia 2, terça-feira, e teve a principal manchete escrita em uma só linha, ocupando toda a extensão da sua primeira página, as oito colunas divididas meio a meio entre o texto de 150 centímetros e a foto da reunião da Junta Militar que, desde a véspera, passara a governar o Brasil: "JUNTA MILITAR GOVERNA DA GUANABARA". Ressaltava o jornal, com esse título, o fato de o país estar sendo governado, não mais por um, mas por três militares, e o poder exercido a partir da antiga capital da República – então, havia nove anos substituída por Brasília. A capa foi dominada pelo assunto e seus desdobramentos, chamando a atenção para os efeitos políticos ("O PARLAMENTO ANTE/A NOVA SITUAÇÃO") e econômicos ("SERÁ MANTIDA ATUAL POLÍTICA/ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PAÍS"). Também na primeira página estava a íntegra do Ato Institucional número 12.

A cobertura do momento crucial da história recente brasileira seguiu com uma singela repercussão na página 4, com texto de 20 centímetros e duas colunas, sob o título em duas linhas: "Classe empresarial envia/telegrama à Junta Militar". Na divisão dos espaços diários do jornal, a página era então dominada por editoriais e colaborações, restando aos textos noticiosos eventuais espaços sobrantes. Nessa edição,

contudo, o editorial “”**Patriotismo sem calendário**” vale-se da proximidade com o Dia da Independência para defender que a sociedade se engaje sempre no brasileirismo.

> Estamos, a patir de ontem, em plena “Semana da Pátria”, êstes sete dias em que, já desde recuadas datas, se realizam grandes e calorosas comemorações em tôrno da data máxima da Nacionalidade – e que assinla o ingresso do Brasil, como nação organizada e Estado soberano e independente, na sociedade internacional. Êste ano, especialmente, autoridades governamentais, comandos militares e a “Liga de Defesa Naconal” (em frase de grande dinamização em nosso Estado) programaram celebrações de maior realce ainda, o que deve receber o máximo de apoio e participação de todos os círculos sociais e cívicos. Porque cumpre que a mística da Pátria esteja sempre presente nos espíritos através da evocação dos fatos de nossa história e de suas grandes e nobres figuras –aqueles que deram grandes provas de amor ao Brasil e souberam bem servir, para o dignificarem e o engrandecerem (CORREIO DO POVO, 02/09/1969, p. 4).

No parágrafo seguinte, continua o jornal:

> Todas as nações, garndes ou pequenas, ricas ou pobres, desenvolvidas ou subdesenvolvidas precisam de manter, permanentemente vivo e revigorado, êsse culto e essa devoção. Em especial através da celebração da Festa Nacional, do “Independence Day”, como se faz, por exemplo, nos Estados Unidos. O de que se precisa, porém, acima de tudo, é de manter bem acesa nos corações a chama do patriotismo. Sem limitações de calendário e de exteriorizações festivas. Antes, com permanência e profundidade. Para inspirar princípios, normas e procedimentos que bem conduzam os destinos nacionais. (CORREIO DO POVO, 02/09/1969, p. 4).

Para o Correio do Povo, em tempos de “crise e apreensões, quando se buscam altas inspirações para solver dificuldades e angústias”, mais do que nunca “é que se pode ter ideia do quanto vale o patriotismo verdadeiro, puro e desinteressado”, a que o editorial diz se capaz de operar milagres.

Com formidável penetração no território catarinense, o Correio do Povo dedicava-lhe um espaço diário em suas páginas. A 2 de outubro de 1969, esse espaço foi a página 12, e nele está inserida a matéria “Governador Silveira/envia mensagem aos/ministros militares”, toda ela relacionada à assunção da Junta Militar. Já a página 16 dessa edição é toda dedicada à mudança no governo, mas sob a ótica do aprofundamento jornalístico do tema. O título “Marechal Costa e Silva é o Quinto/Presidente que a Doença Afastou”, ocupando o espaço de seis colunas, envolve o texto de 60 centímetros sobre a doença do presidente afastado, e é ilustrado pelas fotos de antecessores que passaram pelo mesmo problema. Três outras matérias de 50 centímetros cada apresentam as biografias dos membros da Junta Militar.

A cobertura do momento político espalha-se ainda pela página 23, com matéria de 20 centímetros, em duas colunas, sob o título "Junta militar não criará/problema externo ao País", e chega à 28 e última dessa edição, com textos que tratam das repercussões do assunto no Rio Grande do Sul. "GOVERNO GAÚCHO MANIFESTA SEU/APOIO AOS MINISTROS MILITARES" é o título principal, com texto de 60 centímetros em cinco colunas. Duas outras matérias seguem a mesma vocação: "Revolução Tem Sabido Responder aos Desafios", antecedida pela cartola "Afirma Dêntice", em duas colunas e 50 centímetros; e "Professôres Gaúchos/Aposentados Pelo/ Ato Institucional 5", em uma coluna – 20 centímetros.

Na quarta-feira, 3 de setembro de 1969, o fato consumado da Junta Militar no poder em substituição ao presidente adoentado é tratado na manchete de capa, em duas linhas, ocupando cinco colunas e 90 centímetros – que se estendem por outras duas colunas e 70 centímetros na página 19: "MINISTRO DA JUSTIÇA ASSEGURA/QUE NADA VAI MUDAR NO PAÍS". Inserido nessa matéria principal está um box sobre a saúde de Costa e Silva. A capa dessa edição tem ainda a matéria "Magalhães Pinto Afirma/Que Há Perfeita Compreensão no Exterior", com 80 centímetros de texto espalhado por quatro colunas.

No espaço diário de cobertura da Assembleia Legislativa, o Correio do Povo desse dia publicou a matéria "ARENA define sua posição e externa/a sua confiança no Govêrno da Nação", em 80 centímetros e três colunas, que, como de hábito, vai além do que propõe o título e trata de vários outros temas oriundos do legislativo estadual. Essa mesma página tem outra matéria referente ao momento político do Brasil, sob o título "Centro Cívico 31 de março/solidário com ministros" – ocupando 30 centímetros em duas colunas.

Na página 15 do Correio do Povo de três de setembro de 1969, dominada pelo espaço tradicional "CASAS DE ENSINO", consta, em nível secundário, a matéria "Demissão de diretores/da Filosofia agita/ambiente estudantil", com 40 centímetros e duas colunas. Logo a seguir, o texto "UGES externa confiança/aos ministros militares", com 25 centímetros ocupando duas colunas.

A página 19, que encerra a cobertura da crise pelo Correio do Povo dessa data, tem a continuação do texto de capa. Com 22 páginas nesse dia, o jornal retoma na última delas a cobertura de assuntos externos.

A 4 de setembro de 1969, a manchete do Correio do Povo é internacional e trata da morte de Ho Chi Minh[156]. A crise brasileira está, porém, presente na capa do jornal, em títulos secundários como o que diz, em duas linhas, 85 centímetros de texto em três colunas, que "COSTA E SILVA ESTÁ SE/RECUPERANDO MUITO BEM". Também na primeira página estão os textos "Gestões Para Renúncia/do Vice Pedro Aleixo", em 50 centímetros e duas colunas; e "Gama e Silva/quer recesso de/6 legislativos", com 10 centímetros em uma coluna.

"GOVERNO É O MESMO/POLITICA É A MESMA/ORIENTAÇÃO TAMBÉM" é o principal título da página 8, com texto de 25 centímetros em duas colunas e duas outras matérias alusivas ao momento político brasileiro: "MAGISTRADO DENUNCIA AUTORIDADE MILITAR AO STM", com 10 centímetros em uma coluna; e "Reorganização da ARENA", em 40 centímetros e duas colunas.

Já com espaços regulares dedicados à economia, o jornal abordou o tema na sua página 16, cujo título principal, em uma linha (antecedida pela cartola "ECONOMIA-FINANÇAS"), é "NORMAL A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS", com texto de 120 centímetros em quatro colunas. "Presidente do Banco Central diz/que o setor financeiro está calmo" foi a outra matéria da mesma página, com título em duas linhas e texto de 25 centímetros espalhado por três colunas.

Na 22ª e última página da edição desse dia, o Correio do Povo novamente voltou-se para temas universais, mas dedicando um pequeno espaço de 15 centímetros em uma coluna para informar: "Comércio/deseja/melhoras ao/presidente".

A 5 de setembro de 1969, a situação política brasileira teve um novo e dramático ingrediente, que o Correio do Povo traduziu na manchete "EMBAIXADOR AMERICANO SEQÜESTRADO NA GUANABARA", de uma única linha, estendida por todas as oito colunas da capa, com texto de 110 centímetros e uma fotografia em duas colunas. A primeira página desse dia trata exclusivamente do episódio na véspera no Rio de Janeiro, com quatro outras matérias compondo a cobertura: "NOTA DO ITAMARATI" (duas colunas, 20 centímetros), "NIXON PREOCUPADO" (uma coluna, 10 centímetros), "Autoridades Atendem Primeira Exigência/dos Terroristas: Divulgado o Manifesto" (cinco colunas, 100 centímetros e uma foto de duas colunas), e

[156] Ho Chi Min (1890/1969): revolucionário e chefe de estado vietnamita.

"Manifestação Oficial do Govêrno/Diante da Lamentável Ocorrência" (duas colunas, 35 centímetros).

Em continuidade ao assunto, a página 8 apresenta matéria secundária, de 20 centímetros e duas colunas, com uma testemunha do sequestro, e a 19 dedica mais 100 centímetros, em duas colunas, na sequência do texto da capa. Outros assuntos da crise brasileira estão registrados na 8 ("Recuperação do Marechal Costa e Silva/surpreende a própria junta médica", com 100 centímetros em três colunas) e contracapa ("Sem Fundamento Notícia/do Recesso da Assembléia", em duas colunas e 20 centímetros).

A 6 de setembro, o sequestro continuava nas manchetes e na ampla cobertura da imprensa brasileira. No caso do Correio do Povo, o título principal da capa dizia que o "EMBAIXADOR AINDA É REFÉM DOS TERRORISTAS", em uma única linha espalhada por toda a extensão lateral da página, com texto de 110 centímetros em cinco colunas e foto em três, hierarquicamente liderando um bloco composto ainda por outros seis textos, três deles tratando da repercussão internacional, dois revelando os nomes e biografias dos presos políticos cuja liberdade é pedida em troca do embaixador e um último sobre uma bomba-relógio descoberta nas redondezas da embaixada dos Estados Unidos – á época, ainda no Rio de Janeiro.

Com vinte páginas nesse dia, o jornal da Caldas Junior dedicou mais quatro à cobertura do sequestro. Na página 7, o tema estava inserido na cobertura convencional dos assuntos da Assembleia Legislativa, integrante dos discursos de alguns parlamentares. Na página 8, quatro matérias aprofundaram o assunto, a começar pela que revela: "Mensagem dos terroristas e carta/de Embaixador estavam numa igreja", com 120 centímetros em três colunas. As outras três informavam sobre os disfarces usados pelos seqüestradores (20 centímetros, uma coluna), a solicitação de reunião do Alto Comando Militar (duas colunas, 25 centímetros) e a ameaça de um novo seqüestro, dessa vez de um desembargador (uma coluna, 10 centímetros). A página teve ainda a continuação de do texto tratado na manchete da capa, em duas colunas e 120 centímetros e da descrição dos 15 presos políticos, 120 centímetros em três colunas), além de uma matéria em 50 centímetros e três colunas, sobre os votos do vice-presidente Pedro Aleixo à recuperação do presidente licenciado Costa e Silva.

A página 9 veiculou matéria em que a fonte é o presidente da Federação Comercial, dizendo ser tranqüila a situação econômico-financeira do Brasil, em três colunas e 30 centímetros. Na 20 e última, uma única matéria abordou a situação brasileira, com a manchete de página tendo o cônsul norte-americano afirmando que o

seqüestro não representa o pensamento dos brasileiros – em três colunas, 35 centímetros e uma foto de Ashley Hewitt.

No domingo que, em 1969, coincidiu com o Dia da Independência, o jornal teve 80 páginas, e sua capa mais uma vez abordou o seqüestro de Elbrick como tema principal: "PRESOS POLÍTICOS VIAJARAM PARA O MÉXICO" foi a manchete, de uma linha nas oito colunas, com texto de 120 centímetros em três colunas. As três colunas iniciais da página foram ocupadas por fotografias do Desfile da Mocidade, ocorrido na véspera, e outras duas reproduziram cartas do embaixador. A página reproduz ainda a "MENSAGEM DE COSTA E SILVA/NO DIA DA INDEPENDÊNCIA", em 70 centímetros espalhados por três colunas, e revelou comentário feito pelo The Washington Post sobre os acontecimentos no Brasil, em uma coluna, 10 centímetros.

A página 7 teev o espaço fixo "A SEMANA POLÍTICA", sob responsabilidade de Fay de Azevedo, nessa edição ocupando duas colunas de alto abaixo e um pequeno espaço de uma terceira, com o seqüestro constando dos resumos dos acontecimentos. O tema teve sequência na página 8, com matéria 35 centímetros em duas colunas mais uma foto em duas colunas aludindo a descobertas que relacionavam estudantes ao atentado contra Elbrick, numa foto-legenda sob o título "MINISTROS EM REUNIÃO", em três linhas e três colunas, e na contracapa, com a matéria secundária "Autoridades Federais/no RGS Estão Alertas", com duas colunas e 20 centímetros.

A 9 de setembro de 1969, a capa do Correio do Povo estampou a manchete em oito colunas, com quatro de textos (50 centímetros) e quatro com uma foto do embaixador libertado no fim de semana em troca do atendimento das exigências dos seqüestradores: "Subversivos Serão Banidos do Brasil". Outra matéria, com três colunas e 60 centímetros, considerou "AÇÃO RÁPIDA DAS AUTORIDADES", e foi seguida pelo "Agradecimento Oficial/de Elbrick ao Govêrno", com duas colunas e 20 centímetros, que antecederam o texto mais longo da página: "Sequestradores Estiveram Sempre Sob/a Vigilância dos Agentes do Govêrno", com 80 centímetros em quatro colunas, antecedidas pela cartola "EFETIVADAS INÚMERAS PRISÕES NO RIO".

Nessa edição - e, como de hábito à página 4 -, o jornal veiculou seu editorial. Neste caso, foi o primeiro sobre o momento político, com o título "**Segurança e normalidade**", ocupando todo o espaço de duas colunas de alto a baixo, em que normalmente são publicados dois ou até três textos. O conteúdo remete ao editorial de 2 de setembro, acima já citado, lembrando os acontecimentos que impediram a celebração

da data como "uma sequência de festas e vibrações cívicas", como era de se esperar: "(...) foi uma semana de choque e de comoção para o povo brasileiro".

O jornal enumerou, nesse espaço, os acontecimentos recentes, começando pela doença e o impedimento do presidente Costa e Silva, "com um duplo impacto sôbre o espírito público – de consternação, e de surprêsa, no primeiro movimento, pela solução excepcional dada ao problema de substituição do titular da chefia do poder Executivo da República". Apesar de ressaltar a anormalidade da situação, sua urgência e a excepcionalidade da solução, o Correio do Povo posicionou-se: "Uma solução que, em termos de transitoriedade, ter-se-á de convir que, bem pensada, não deixa de ser lógica e coerente".

O sequestro de Elbrick também mereceu análise do editorial dessa data: "(...) felizmente sem o trágico desfecho que teria se o govêrno brasileiro não houvesse resolvido atender às exigências dos seqüestradores, para dar ao caso uma solução humana e diplomática, à feição de nossas melhores tradições". O editorial refutou a interpretação dada ao Brasil de então pelo Daily Telegraph, de Londres – para quem nenhum diplomata estrangeiro estaria seguro no país – e encarou como adequada a afirmação do The New York Times, de que é crescente o terrorismo urbano de linha esquerdista na América Latina. E concluiu assim:

> A esta altura da marcha da História do Brasil já se tem de considerar chegada a hora do acerto de decisões sàbiamente retilíneas e que levem a Nação ao roteiro de ordem, liberdade e progresso por que ela anseia, e que não se compadece com as indecisões, equívocos e erros do passado (CORREIO DO POVO, 9/09/1969, p. 4).

Em cinco colunas e com 310 centímetros de texto, a página 8 ostentou um aprofundamento da cobertura sobre o sequestro e a libertação do diplomata norte-americano: "EMBAIXADOR ELBRICK FAZ UM RELATO/À IMPRENSA SÔBRE O SEU SEQUESTRO". Na página 11, "Ação continental contra/o ativismo revanchista" foi a matéria que deu cores locais ao tratamento do assunto pelo jornal, em título antecedido pela cartola "GOVERNADOR PRECONIZA".

Na página 14, o Correio do Povo publicou reportagem de um único assunto, composta por texto de 300 centímetros espalhado por três colunas falsas – a ocuparem a extensão habitualmente dividida em oito colunas – em conjunto ilustrado por cinco amplas fotografias: "ITAMARATI VIVEU AS 72 HORAS/MAIS AGITADAS DA SUA HISTÓRIA".

Em dia em que saiu com 26 páginas, o jornal dedicou ainda a 22 para o assunto, com a continuação do texto iniciado na capa, agora em mais 150 centímetros de três colunas.

"PENA DE MORTE PARA COMBATER A SUBVERSÃO", resposta da Junta Militar para o enfrentamento político, foi manchete do Correio do Povo de 10 de setembro de 1969. Sob a cartola "SAIU ONTEM O ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 14", o texto em cinco colunas e 60 centímetros liderou um bloco composto ainda por outras três matérias: "Costa e Silva/vai tomar/conhecimento/do sequestro" (15 centímetros em uma coluna), "Embaixador Não Falará/Mais Sobre o Seqüestro" (15 centímetros em duas colunas) e "ESTADOS UNIDOS VÃO REEXAMINAR ESTE MÊS/SUAS RELAÇÕES COM A A. LATINA" (50 centímetros em três colunas). Outro texto constante na primeira página, naturalmente relacionado à crise política brasileira, não era necessariamente ligado ao episódio recente: "Cogitações Sôbre Escolha/De um Novo Parlamento" (15 centímetros, uma coluna).

Na página 4, de editoriais (o principal dos três tratando do "Dia da Imprensa", confiando que "uma vez institucionalizada a ordem constitucional se defina um estatuto de liberdade com responsabilidade para as atividades, em geral, do jornalismo") e colaborações, a edição de 10 de setembro de 1969 incluiu uma matéria em sequência à cobertura do seqüestro: "Elbrick não foi reconhecer o prédio/da Rua Barão de Petrópolis" – com 20 centímetros, em três colunas.

A página 5, de cobertura policial, conteve duas matérias ligadas à crise política brasileira: "Vários atentados terroristas ontem/na Baixada Fluminense", com 50 centímetros em três colunas, e "Desviou 160 milhões/para fins subversivos", com 20 centímetros em duas colunas.

O espaço "ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA" teve nesse dia o título "Bancada da ARENA renova repúdio ao/seqüestro do embaixador americano", que abre o bloco concentrado em 150 centímetros que ocupa três colunas do jornal.

A cobertura se estendeu ocupando a página 17, com o título principal "Distribuído o retrato-falado de/suspeitos do seqüestro de Elbrick", para matéria de 70 centímetros em três colunas. "Bomba explodiu na/futura sede do 'Jornal do Brasil'", com 30 centímetros em duas colunas; e "Magalhães Pinto falará/na ONU, em Nova

York", com 20 centímetros em duas colunas, completaram o conjunto de textos sobre o assunto nessa edição.

No dia 11 de setembro de 1969, a manchete do Correio do Povo referiu-se aos dois assuntos que afetavam a normalidade brasileira de então: "Ministros Militares Avistaram-se/Ontem com o Marechal Costa e Silva", um texto de 70 centímetros, distribuído em quatro colunas. Essa fusão de assuntos relacionados à crise se expressa ainda nos demais títulos da capa dessa edição, com a seguinte hierarquia após o título principal: "SUSPEITOS DO SEQUESTRO", foto-legenda com apenas 3,5 linhas de texto; "Íntegra do AI-15 que Dispõe Sôbre/as Eleições Municipais Dêste Ano" (70 centímetros, três colunas), "Exército/aperta o cerco" (20 centímetros, uma coluna), "Pena de Morte Vai Ter/Regulamentação Breve" (60 centímetros, duas colunas), "Mensagem de/Rockfeller/ao govêrno/brasileiro" (10 centímetros, uma coluna) e "Sodré está/'perturbando/regras do jogo'/em São Paulo" (uma coluna, 10 centímetros).

"Governo agiu com absoluta segurança/de movimentos durante o seqüestro" foi o título da principal matéria da página 8, com texto de 150 centímetros expostos por três colunas. Na mesma página: "Burke Elbrick visitou/ontem o Jornal do Brasil", com 30 centímetros em duas colunas. Uma última matéria sobre o momento brasileiro da época está na página 18: "Justiça Militar condena/vários membros do MR-8" – com 30 centímetros, em duas colunas.

A reação governamental à instabilidade político-institucional foi o tema da manchete do Correio do Povo de 12 de setembro de 1969: "CASSAÇÕES, CONFISCOS E DEMISSÕES MILITARES" ocupou toda a extensão lateral da primeira página, com texto de 80 centímetros em cinco colunas. Logo a seguir, "GAMA E SILVA ANUNCIA REVISÃO/COMPLETA DA LEI DE SEGURANÇA", com 40 centímetros em três colunas; e "Embaixador Elbrick Não/Vai Identificar os/Seus Seqüestradores", com 20 centímetros em uma coluna e mais três linhas da coluna ao lado. A capa apresentou ainda: "Médici cotado/para presidente/interino" (20 centímetros, uma coluna), "Estado de/saúde/de Costa e Silva" (10 centímetros, uma coluna), "Reforçada/segurança/nas embaixadas/dos EUA" (uma coluna, 10 centímetros) e "Ministro Argentino Denuncia/Complô Subversivo Continental" (50 centímetros, três colunas). Nessa data, a cobertura do Correio do Povo estava concentrada na capa, com

uma única exceção: a matéria "Grupo subversivo 'Corrente'/era financiado por Marighela", de 40 centímetros em quatro colunas da página 9.

A 13 de setembro, toda a extensão lateral da capa do jornal foi dedicada à manchete em duas linhas "Marinha Anuncia a Prisão do/Grupo e Prisão de 2 Seqüestradores", com texto de 60 centímetros em cinco colunas, e as três restantes ocupadas por fotografias dos dois presos. Mais uma vez, a crise nacional, do qual o seqüestro foi mais um componente, era exposta em títulos como "Cassado/ex-ministro/Oliveira Brito" (10 centímetros, uma coluna), "Embaixador Elbrick nos EUA/ Para Informar a Respeito do Seqüestro" (60 centímetros, três colunas), "CÚPULAS MILITARES VÃO/SE REUNIR NA 2ª FEIRA" (60 centímetros, três colunas), "CGI Esclarece Motivos/do Confisco de Bens" (80 centímetros, duas colunas), "Nixon enviou/mensagem a/Costa e Silva" (10 centímetros, uma coluna), e "Histórico dos Atentados e Assaltos Que/Culminaram Com Seqüestro do Embaixador" (75 centímetros, cinco colunas) – este antecedido pela cartola "'ESCALADA DO TERRORISMO' NO BRASIL".

Nessa data, o Correio do Povo voltou a tratar a crise política em editorial próprio, à página 4. Intitulado "**Segurança e Desenvolvimento**", o texto teve 120 centímetros em uma coluna falsa, e foi baseado em conferência feita dias antes por um ministro do regime militar:

> "Foi muito feliz, há algumas semanas, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o ministro Lyra Tavares, ao dizer que nas questões de segurança nacional, mais vale prevenir do que remediar, eliminando-se (...) as atuais vulnerabilidades com uma ação preventiva, em vez da utilização da represssão (...)" (CORREIO DO POVO, 13/09/1969, p. 4).

Depois de alguns dias sem expor a crise na última página, o jornal voltou a ocupá-la com matérias sobre a instabilidade política, sob um viés regional. A página 20 teve por título principal "PERACCHI NO RIO DIZ QUE/CLIMA GAÚCHO É DE ORDEM", com texto de 70 centímetros em cinco colunas. A matéria subsidiária, de 50 centímetros, três colunas e duas fotos, tratou da cobertura da posse de novo comandante militar em Santiago do Boqueirão: "Luta contra a Subversão e/a Corrupção Ainda Não Terminou" foi a chamada exposta entre aspas e antecedida pela cartola COMANDANTE DA 1ª DC.

No domingo, 14 de setembro de 1969, os assuntos referentes ao momento político foram tratados em três páginas. Na capa, permanecendo como tema das manchetes do período, o título principal revelou: "Altos Comandos Reunir-se-ão amanhã", antecedido pela cartola "ESTUDO DA SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DO PAÍS", conjunto que ocupou as oito colunas na extensão lateral sobre um texto de 70 centímetros e quatro colunas, as quatro colunas restantes expondo as fotos dos seqüestradores. A capa teve ainda uma matéria revelando dissidência no seio do regime militar, em 15 centímetros e duas colunas: "Brito Velho Renuncia/à Deputação Federal".

Os outros dois textos sobre a crise, na edição, ocuparam a página 7, com "A SEMANA POLITICA" tratando exclusivamente do assunto, em 300 centímetros e três colunas; e a página 9, com generoso espaço ocupado pela matéria "Comemorado o quarto aniversário da Ação Democrática Renovadora" – 70 centímetros em três colunas, mais duas fotografias em três outras colunas.

A manchete do Correio do Povo de 16 de setembro de 1969, nas oito colunas da página, sustentou um texto de 120 centímetros em cinco colunas, acompanhado de uma fotografia nas três colunas restantes: "Comissão de Generais Estuda Escolha/do Substituto do Mal. Costa e Silva". Em 50 centímetros e duas colunas outro texto informou: "Opinião do Professor/Francês Que Examinou/Presidente da República." O seqüestro do embaixador já era, então, um tema secundário no contexto da crise nacional, e teve 60 centímetros em duas colunas, ilustrado por uma fotografia em três colunas.

No espaço rotineiro da cobertura à "ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA", na página 7, o bloco de texto de 200 centímetros em três colunas teve por título "Deputado da ARENA Faz a Defesa/da Reabertura do Congresso Nacional". Já a página 18 teve a matéria "ARENA E MDB ELEGEM/OS SEUS DIRETÓRIOS REGIONAIS", em 180 centímetros de texto em três colunas, com referências predominantes sobre o momento político.

"CHEFES MILITARES QUEREM SOLUÇÃO QUE/HARMONIZE TODAS AS CORRENTES" foi a manchete do Correio do Povo de 17 de setembro de 1969, ocupando cinco colunas em texto de 80 centímetros – e continuando em outros 50 centímetros e três colunas na página 22, que esgotou a cobertura do tema nessa edição.

Na capa, ainda, a matéria sobre a presença do chanceler brasileiro em reunião da Organização das Nações Unidas: "Magalhães Pinto Falará Amanhã/na Reunião da ONU", em 30 centímetros, duas colunas.

Para efeito ilustrativo, o quadro à frente resume o que tratado acima.

Quadro 17

COBERTURA DO CORREIO DO POVO, DE 02 A 17 DE SETEMBRO DE 1969			
Dia/Nº de páginas	**Página**	**Títulos**	**Espaço**
02/09/1969 Terça-feira **28**	Capa	JUNTA MILITAR GOVERNA DA GUANABARA Demais matérias relacionadas ao momento político: Íntegra do Ato Institucional nº 12 O PARLAMENTO ANTE/A NOVA SITUAÇÃO SERÁ MANTIDA ATUAL POLÍTICA/ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PAÍS	Manchete em uma linha nas oito colunas da página, quatro delas com foto de reunião da Junta Militar e outras quatro com textos, totalizando 150 cm, em bloco contendo nove intertítulos Quatro colunas, 90 cm Duas colunas, 40 cm Três colunas, 45 cm
	4	Editorial Patriotismo sem calendário – sem referência à crise. Matéria: Classe empresarial envia/telegrama à Junta Militar	Padrão Duas colunas, 20 cm.
	12	(Noticiário catarinense): Governador Silveira/envia mensagem aos/ministros militares	
	16	Marechal Costa e Silva é o Quinto/Presidente Que a Doença Afastou Uma matéria para cada membro da Junta	Três colunas ocupando o espaço de seis, 60 cm, e as fotos dos presidentes anteriores afastados por doença Três vezes 50 cm Toda página tomada pela mudança no governo
	23	Junta Militar não criará/problema externo ao País	Duas colunas, 20 cm
	28	GOVÊRNO GAÚCHO MANIFESTA SEU/APOIO AOS MINISTROS MILITARES Afirma Dêntice/Revolução Tem Sabido/Responder aos Desafios	Cinco colunas, 60 cm Duas colunas, 50 cm

		Professôres Gaúchos/Aposentados Pelo/Ato Institucional 5	Uma coluna, 20 cm
03/09/1969, Quarta-feira **22**	Capa	MINISTRO DA JUSTIÇA ASSEGURA/QUE NADA VAI MUDAR NO PAÍS Boletim de/Saúde de Costa/e Silva Magalhães Pinto Afirma Que Há/Perfeita Compreensão no Exterior	Manchete em duas linhas e cinco colunas, texto de 90cm, que continua na página 19 Box inserido na matéria principal Quatro colunas, 80 cm
	7	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/ARENA define sua posição e externa/a sua confiança no Govêrno da Nação Centro Cívico 31 de março/solidário com ministros	Três colunas, 80 cm 1,5 coluna, 30 cm
	15	Matéria secundária na página de CASAS DE ENSINO: Demissão de diretores/da Filosofia agita/ambiente estudantil UGES externa confiança/nos ministros militares	 Duas colunas, 40 cm Duas colunas, 25 cm
	19	Continuação da matéria de Capa MINISTRO DA JUSTIÇA...	Duas colunas, 70 cm
04/09/1969 Quinta-feira 22	Capa	COSTA E SILVA ESTÁ SE/RECUPERANDO MUITO BEM Gestões Para Renúncia/do Vice Pedro Aleixo Gama e Silva/quer recesso de/6 legislativos	Três colunas, 85 cm Duas colunas, 50 cm Uma coluna, 10 cm Matérias secundárias na página, cuja manchete é sobre a morte de Ho Chi Minh
	8	GOVERNO É O MESMO/POLITICA É A MESMA/ORIENTAÇÃO TAMBÉM MAGISTRADO/DENUNCIA/AUTORIDADE MILITAR/AO STM Reorganização da ARENA	1,5 coluna, 25 cm Uma coluna, 10 cm Duas colunas, 40 cm
	16	ECONOMIA-FINANÇAS NORMAL A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS Presidente do Banco Central diz/que o setor financeiro está calmo	Quatro colunas, 120 cm 2,5 colunas, 25 cm
	22	Comércio/deseja/melhoras ao/presidente	Matéria secundária na última página, com uma coluna, 15 cm
05/09/1969 Sexta-feira 22	Capa	EMBAIXADOR AMERICANO SEQÜESTRADO NA GUANABARA NOTA DO ITAMARATI NIXON PREOCUPADO	Manchete em uma linha e toda a extensão da página: oito colunas, 110 cm, com uma foto em duas colunas Duas colunas, 20 cm Uma coluna, 10 cm

		Autoridades Atendem Primeira Exigência/Dos Terroristas: Divulgado o Manifesto Manifestação Oficial do Govêrno/Diante da Lamentável Ocorrência	Cinco colunas, 100 cm, com uma foto em duas colunas Duas colunas, 35 cm
	8	Senhora assistiu a todo/o preparo do seqüestro Recuperação do Marechal Costa e Silva/surpreende a própria junta médica	Matéria secundária em duas colunas, 20 cm e igual espaço dedicado a uma foto. Três colunas, 100 cm
	19	Embaixador americano...	Continuação da matéria da primeira página, com duas colunas e 100 cm
	22	Sem Fundamento Notícia/do Recesso da Assembléia	Matéria secundária em 1,5 coluna, 20 cm
06/09/1969 Sábado 20	Capa	EMBAIXADOR AINDA É REFÉM DOS TERRORISTAS Departamento de Estado Elogia as/Medidas Adotadas Pelas Autoridades RELAÇÃO DOS PRESOS Desmentida Presença de/Agentes do FBI no Rio Quem são as 15 Pessoas Que Valem/a Vida do Embaixador Burke Elbrick Cancelado/pronunciamento/de Magalhães/Pinto Bomba-relógio/perto da/embaixada/norte-americana	Toda página dedicada ao assunto, com manchete em oito colunas, com cinco de textos de 110 cm e foto em três colunas Três colunas, 100 cm Uma coluna, 50 cm de texto com foto 1,5 coluna, 50 cm Quatro colunas, 60 cm Uma coluna 5 cm 1 coluna, 5 cm
	7	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/HOMENAGEM À SEMANA DA PÁTRIA E DISCURSO SOBRE O SEQÜESTRO	Quatro colunas, 280 cm
	8	Mensagem dos terroristas e carta/de Embaixador estavam numa igreja USO DE DISFARCES Embaixador ainda... Aleixo telefona ao presidente e/formula votos de pronta melhora Quem são as 15 pessoas... TELEFONEMA/AMEAÇAVA/SEQÜESTRAR/DESEMBARGADOR	Três colunas, 120 cm Uma coluna, 20 cm Continuação da capa, com duas colunas, 120 cm Três colunas, 50 cm Três colunas, 120 cm de continuação da matéria de capa Uma coluna, 10 cm

		Lira Tavares presidiu a/reunião do Alto Comando	1,5 coluna, 25 cm Praticamente toda página dedicada ao assunto.
	9	PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO COMERCIAL/Mantém-se tranqüila a situação/econômico-financeira do Brasil	Única matéria da página sobre o tema, com três colunas e 30. Cm
	20	CÔNSUL ASHLEY HEWITT/SEQUESTRO NÃO REPRESENTA/PENSAMENTO DOS BRASILEIROS	Única matéria referente, com três colunas, 35 cm e uma foto do cônsul em duas colunas
07/09/1969 Domingo 80	Capa	PRESOS POLÍTICOS VIAJARAM PARA O MÉXICO MENSAGEM DE COSTA E SILVA/NO DIA DA INDEPENDÊNCIA Comentário do/"Washington/ Post"	Manchete em oito colunas, com três de texto (120cm), duas com reprodução das cartas de Elbrick e as três iniciais da página ocupadas por fotos do desfile da mocidade, ocorrido na véspera Três colunas, 70 cm Uma coluna, 10 cm
	7	A SEMANA POLÍTICA	Coluna semanal de Fay de Azevedo, de alto a baixo da página, desta vez em duas colunas e um pequeno pescoço da terceira, com o resumo dos acontecimentos
	8	Placas do Seqüestro/Complicam Estudantes MINISTROS EM REUNIÃO	Duas colunas, 35 cm e uma foto em duas colunas Foto-legenda com três linhas, em três colunas
	80	Autoridades Federais/ no RGS Estão Alertas	Duas colunas, 20 cm
09/09/1969 Terça 26	Capa	Subversivos Serão Banidos do Brasil AÇÃO RÁPIDA DAS AUTORIDADES Agradecimento Oficial/de Elbrick ao Govêrno EFETIVADAS INÚMERAS PRISÕES NO RIO/Seqüestradores Estiveram Sempre Sob/a Vigilância Dos Agentes do Govêrno Magalhães/Pinto fêz relato/aos ministros/militares	Manchete em oito colunas, com quatro de texto (50 cm) e quatro de foto da entrevista de Elbrick libertado Três colunas, 60 cm Duas colunas, 20 cm Quatro colunas, 80 cm Uma coluna, 10 cm

		ADVERTEM MINISTROS MILITARES:Serão Preservadas a Qualquer Prêço/a Ordem e a Tranqüilidade da Nação/	Quatro colunas, 30 cm, com foto em três colunas de Elbrick abraçado à esposa, na volta para a casa
	4	Segurança e normalidade	Primeiro editorial do CP sobre o momento, em duas colunas de alto a baixo da página
	8	EMBAIXADOR ELBRICKL FAZ UM RELATO/À IMPRENSA SÔBRE O SEU SEQÜESTRO	Cinco colunas de alto a baixo, 310 cm
	11	GOVERNADOR PRECONIZA/Ação continental contra/o ativismo revanchista	
	14	ITAMARATI VIVEU AS 72 HORAS/,MAIS AGITADAS DE SUA HISTÓRIA	Página de reportagem, toda dedicada ao tema, em três colunas falsas de 300 cm, com cinco amplas fotos
	22	Efetivadas inúmeras prisões no Rio...	Continuação da matéria de capa, em três colunas e 150 cm
10/09/1969 Quarta-feira 20	Capa	SAIU ONTEM O ATO INSTITUCIONAL Nº 14/PENA DE MORTE PARA COMBATER A SUBVERSÃO	Cinco colunas, 60 cm
		Costa e Silva/vai tomar/conhecimento/do seqüestro	Uma coluna, 15 cm
		Cogitações Sôbre Escolha/de um Nôvo Parlamento	Uma coluna, 15 cm
		Embaixador Não Falará/Mais Sôbre o Seqüestro	1,5 coluna, 15 cm
		EUA VÃO REEXAMINAR ÊSTE MÊS/SUAS RELAÇÕES COM A A. LATINA	Três colunas, 50 cm
	4	Elbrick não foi reconhecer o prédio/da Rua Barão de Petrópolis	Três colunas, 20 cm, matéria secundária
	5	Vários atentados terroristas/ontem na Baixada Fluminense	Página de Polícia, em três colunas e 50 cm
		Desviou 160 milhões/para fins subversivos	Duas colunas, 20 cm
	7	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/Bancada da ARENA renova repúdio ao/seqüestro do embaixador americano	Três colunas, 150 cm
	17	Distribuído o retrato falado de/suspeitos do seqüestro de Elbrick	Três colunas, 70 cm
		Bomba explodiu na futura/ sede do "Jornal do Brasil"	1,5 coluna, 30 cm
		Magalhães Pinto falará/na ONU, em Nova York	1,5 coluna, 20 cm
11/09/1969 Quinta-feira 26	Capa	Ministros Militares Avistaram-se/Ontem Com Marechal Costa e Silva	Manchete em quatro colunas, 70 cm
		SUSPEITOS DO SEQÜESTRO	Foto-legenda 3,5 linhas e "bonecos" dos suspeitos
		Íntegra do AI-15 Que Dispõe Sôbre/as Eleições Municipais Dêste Ano	Três colunas, 70 cm
		Exército/aperta o cerco	Uma coluna, 20 cm

		Pena de Morte Vai Ter/Regulamentação Breve	Duas colunas, 60 cm
		Mensagem de/Rockefeller/ao govêrno/brasileiro	Uma coluna, 10 cm
		Sodré está/"perturbando/regras do jogo"/em São Paulo	Uma coluna, 10 cm
	8	Govêrno agiu com absoluta segurança/de movimentos durante o seqüestro	Três colunas, 150 cm
		Burke Elbrick visitou/ontem Jornal do Brasil	Duas colunas, 30 cm
	18	Justiça Militar condena/vários membros do MR-8	Duas colunas, 20 cm
12/09/1969 Sexta-feira 20	Capa	CASSAÇÕES, CONFISCOS E DEMISSÕES MILITARES	Manchete em toda a extensão lateral da página, cinco colunas, 80 cm
		GAMA E SILVA ANUNCIA REVISÃO/COMPLETA DA LEI DE SEGURANÇA	Três colunas, 40 cm
		Embaixador Elbrick Não/Vai Identificar os/Seus Seqüestradores	Uma coluna e três linhas, 20 cm
		Médici cotado/para presidente/interino	Uma coluna, 20 cm
		Estado de/ saúde/de Costa e Silva	Uma coluna, 10 cm
		Reforçada/segurança/nas embaixadas/dos EUA	Uma coluna, 10 cm
		Ministro Argentino Denuncia/Complô Subversivo Continental	Três colunas, 50 cm
	9	Grupo subversivo "Corrente"/era financiado por Marighela	Três colunas, 40 cm
13/09/1969 Sábado 20	Capa	Marinha Anuncia Identificação do/Grupo e Prisão de 2 Seqüestradores	Manchete em toda a extensão lateral da página, com cinco colunas de texto (60 cm) e três com as fotos dos dois presos
		Cassado/ex-ministro/Oliveira Brito	Uma coluna, 10 cm
		Embaixador Elbrick Nos EUA Para/Informar a Respeito do Seqüestro	Três colunas, 60 cm
		CÚPULAS MILITARES VÃO/SE REUNIR NA 2ª FEIRA	Três colunas, 60 cm
		CGI Esclarece Motivos/do Confisco de Bens	Duas colunas, 80 cm
		Nixon enviou/mensagem a/Costa e Silva	Uma coluna, 10 cm
		"ESCALADA DO TERRORISMO" NO BRASIL/Histórico Dos Atentados e Assaltos Que/Culminaram Com Seqüestro do Embaixador	Cinco colunas, 75 cm.
	4	Segurança e Desenvolvimento	Editorial em uma coluna falsa e 120 cm, sobre conferência do ministro Lyra Tavares
	20	PERACCHI NO RIO DIZ QUE/CLIMA GAÚCHO É DE ORDEM	Cinco colunas, 70 cm
		COMANDANTE DA 1ª DC/"Luta Contra a Subversão e a/Corrupção Ainda Não Terminou"	Três colunas, 50 cm e duas fotos em duas colunas, em matéria de

			enviado especial à posse em Santiago do Boqueirão
14/09/1969 Domingo 84	Capa	ESTUDO DA SITUAÇÃ POLÍTICO-MILITAR DO PAIS/Altos Comandos Reunir-se-ão Amanhã Brito Velho Renuncia/à Deputação Federal	Oito colunas, com quatro de textos, 70 cm. E quatro com fotos dos seqüestradores 1,5 coluna, 15 cm
	7	A SEMANA POLÍTICA	Coluna de Fay Azevedo, toda sobre a crise política, em 300 cm (três colunas)
	9	Comemorado o quarto aniversário/da Ação Democrática Renovadora	Ampla matéria em três colunas, 70 cm, com duas fotos em três colunas
16/09/1969 Terça-feira 26	Capa	Comissão de Generais Estuda Escolha/do Substituto do Mal. Costa e Silva Opinião do Professore/Francês Que Examinou/Presidente da República Embaixador Elbrick Continuará/Representando os EUA no Brasil	Manchete em oito colunas, cinco de texto (120 cm) e três com uma foto Duas colunas, 50 cm Três colunas, 60 cm e uma foto em três colunas
	7	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/Deputado da ARENA Faz a Defesa da/ Reabertura do Congresso Nacional	Três colunas, 200 cm, dos quais 100 para esse conteúdo
	18	ARENA E MDB ELEGEM OS/SEUS DIRETÓRIOS REGIONAIS	Três colunas, com a visão local sobre o assunto, 180 cm
17/09/1969 Quarta-feira 26	Capa	CHEFES MILITARES QUEREM SOLUÇÃO/QUE HARMONIZE TÔDAS AS CORRENTES Magalhães Pinto Falará/Amanhã na Reunião da ONU	Manchete em cinco colunas, 80 cm Duas colunas, 30 cm
	22	Chefes militares...	Continuação da matéria de capa, com três colunas, 50 cm

Fonte: edições do Correio do Povo de setembro de 1969, pesquisados pelo autor em exemplares no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Arquivo de Jornais do Correio do Povo, e em microfilmes na Fundação Biblioteca Nacional

7.2.3 Usos da ideologia

No ano de 1969, os confrontos do Correio da Manhã com o regime militar foram particularmente intensos, com o jornal pleiteando democracia e liberdade e sofrendo censura por isso. Sua presidente, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, acabou sendo punida com a prisão e a suspensão dos direitos políticos. Nesse ano, marcado pelo afastamento do presidente Costa e Silva, por doença, e por sua substituição temporária por uma junta militar, em que houve também o seqüestro do embaixador norte-

americano, o jornal, fundado em 1901 pelo sogro de Niomar, quase sete décadas depois trocaria de mãos, sufocado, tanto pela privação da liberdade, quanto pelo abandono publicitário.

Já no segundo dia do mês, tratando da doença do presidente da República, a publicação observava, em editorial, na sua página 4:

> O CORREIO DA MANHÃ dispôs-se sempre a pagar qualquer preço por sua conduta e jamais desmentida vocação de legalidade democrática e aí estão para demonstrá-lo os enérgicos editoriais contra todas as situações que, por caminhos vários, nos levaram à superação de uma crise endêmica cujas raízes, mais velhas do que a nossa República, nutrem na sua essência profunda, dos desapontamentos estruturais , da miséria, da falta de educação, da escassa consciência política e cívica, do nosso subdesenvolvimento e dos traumas da nossa transição para a fase de grande nação moderna (CORREIO DA MANHÃ, 02/09/1969, p. 4).

Pode-se verificar, no trecho acima, o modo *reificação* de operação da ideologia – neste caso, voltado para o próprio jornal, trazendo seu passado para o presente e apresentando-o como atemporal - por meio da estratégia da *eternalização*, em que aos fenômenos são dadas características imutáveis e permanentes, identificadas nas palavras "sempre" e "jamais" do parágrafo reproduzido.

No editorial intitulado "**Expectativa**", publicado pelo Correio da Manhã de 4 de setembro de 1969, à página 4, a argumentação apareceu a serviço do modo *legitimação* de utilização da ideologia, como se depreende da argumentação que segue: "É imperioso não esquecer que há, em vigor, um calendário eleitoral, cujo andamento depende do reequilíbrio do sistema que nos conduza ao processo democrático". No trecho imediatamente subseqüente, "As fôrças vivas da Nação permanecem voltadas para esses objetivos reais. Que não caiam à sombra, em nenhuma hipótese", aparecem tanto a estratégia *racionalização* (como consequência da ponderação anterior) como a de *universalização* (pelo uso da ideia de generalização passada pelas palavras forças vivas).

Na edição do dia seguinte, o fato novo do sequestro de Elbrick impôs um novo posicionamento, de atenção voltada predominantemente para o ambiente externo. Nem por isso, a notícia inicial do tema deixou de exercer algum modo de operação ideológica – como se pode observar no trecho em que relatou a reunião entre o governador Negrão de Lima e o general Syseno Sarmento, "que têve caráter secreto, nada sendo divulgado

(...)". Em tempos de privação das liberdades e da presença de censores nas redações, parece haver na frase acima a *dissimulação* de um protesto, via estratégia de *deslocamento*.

Já no dia 7 de setembro de 1969, o editorial voltou a recorrer ao modo *dissimulação*, desta vez por meio da estratégia *tropo* – com o aniversário de Erasmo servindo de metáfora para a situação do Brasil de então.

> Erasmo não acreditava que nenhum grupo social detivesse a verdade, em exclusivo, nenhum país, nenhuma profissão ou carreira, mas acreditava na unidade possível do gênero humano, não feita do silêncio dos oprimidos, mas na abdicação dos opressores à opressão, por uma espécie de milagre da inteligência, que o mesmo é dizer de realismo ... (CORREIO DA MANHÃ, 07/09/1969, p. 4).

Nessa mesma edição, mas à página 12, uma notícia tratou do processo político valendo-se do modo *legitimação*, pela estratégia da *racionalização*:

> Com o presidente Costa e Silva reassumindo seu mandato – como se deseja – ou com qualquer outra forma de preenchimento efetivo do poder, o Govêrno do País só tem um modo eficaz para reencaminhar o processo democrático, tanto quanto possível fôr no momento (ilegível) extinguir todos os mandatos parlamentares e convocar eleições populares para o Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, dentro de um prazo de 60 a 90 dias. Evidentemente, os atuais mandatos sòmente seriam declarados extintos com a posse dos senadores, deputados e vereadores que viessem a ser eleitos.
>
> Os governadores não seriam atingidos (...) (CORREIO DA MANHÃ, 07/09/1969, p. 12).

A 11 de setembro de 1969, o Correio da Manhã, tal como conduzido pelos Bittencourt, deixou de existir de fato – embora de direito ainda tenha seguido até a década seguinte. Niomar comunicou a mudança no longo editorial sob o título de "**Retirada**", desta vez deslocado de sua página habitual, a 4, para a capa.

> A partir de hoje não mais estarei na direção do CORREIO DA MANHÃ. O contrôle jornalístico e administrativo que exerci ao longo de seis anos tumultuosos, sucedendo a Paulo Bittencourt, transfiro agora para outras mãos.
>
> No estado a que foi lançado o País desde 13 de dezembro de 1968, eu só teria duas alternativas: fechar o jornal ou passá-lo, provisoriamente, a terceiros (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1969, p. 1).

Naturalmente, não se restringiam a duas opções as que teriam os Bittencourt para preservar o jornal tão combativo como o havia sido nos 68 anos anteriores. Ao limitar as alternativas a fechar a publicação ou transferi-la a novos administradores, Niomar incidiu no modo *dissimulação* de operação da ideologia, buscando justificar e legitimar sua decisão nas estratégias de *deslocamento* e *eufeminização* - na primeira, pela transferência de conotações e na outra, pela valorização dos aspectos positivos.

O extenso editorial citado acima se presta, por certo, à detecção de outros modos e estratégias de uso da ideologia. Entende-se, contudo, que os aqui já identificados resumem o papel do Correio do Manhã, no momento histórico de setembro de 1969.

O Correio do Povo desenvolveu uma cobertura descritiva sobre os dias das duas primeiras semanas de setembro de 1969, cujos principais acontecimentos foram a doença, o afastamento e a substituição de Costa e Silva por uma junta militar; e o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Coincidente com o que, no Brasil, costumam ser as comemorações da Independência, esse período motivou o tema do patriotismo, abordado pelo jornal em editoriais sob o viés da atualidade de então, em que a violência política e a segurança pública ganhavam atenção. Por essa época, em diferença ao que fazia em fases anteriores, o diário porto-alegrense já tratava dos principais assuntos nacionais em sua primeira página.

Assim, em sua primeira edição do mês, no dia 2, enquanto suas capas e páginas destinadas ao noticiário trataram da mudança no governo e das repercussões políticas e econômicas, na página 4, de "editoriais e colaborações", a posição da Caldas Júnior expressou-se ao lado de notícia sobre a confiança do empresariado gaúcho nos novos dirigentes nacionais. "**Patriotismo sem calendário**", o texto editorial, defendeu o "brasileirismo", valendo-se dos símbolos "Independência", "Pátria" e incidindo no modo ideológico que Thompson (2002) chama de *unificação*, por meio da estratégia de *simbolização da unidade*:

> Estamos, a patir de ontem, em plena "Semana da Pátria", êstes sete dias em que, já desde recuadas datas, se realizam grandes e calorosas comemorações em tôrno da data máxima da Nacionalidade – e que assinala o ingresso do Brasil, como nação organizada e Estado soberano e independente, na sociedade internacional. Êste ano, especialmente, autoridades governamentais, comandos militares e a "Liga de Defesa

> Nacional"[157] (em frase de grande dinamização em nosso Estado) programaram celebrações de maior realce ainda, o que deve receber o máximo de apoio e participação de todos os círculos sociais e cívicos. Porque cumpre que a mística da Pátria esteja sempre presente nos espíritos através da evocação dos fatos de nossa história e de suas grandes e nobres figuras –aqueles que deram grandes provas de amor ao Brasil e souberam bem servir, para o dignificarem e o engrandecerem (CORREIO DA MANHÃ, 02/09/1969, p. 4).

Já no parágrafo seguinte, do mesmo texto,

> Todas as nações, grandes ou pequenas, ricas ou pobres, desenvolvidas ou subdesenvolvidas precisam de manter, permanentemente vivo e revigorado, êsse culto e essa devoção. Em especial através da celebração da Festa Nacional, do "Independence Day", como se faz, por exemplo, nos Estados Unidos. O de que se precisa, porém, acima de tudo, é de manter bem acesa nos corações a chama do patriotismo. Sem limitações de calendário e de exteriorizações festivas. Antes, com permanência e profundidade. Para inspirar princípios, normas e procedimentos que bem conduzam os destinos nacionais (CORREIO DA MANHÃ, 02/09/1969, p. 4),

o Correio do Povo valeu-se do modo *unificação*, "construindo" a ligação de todos os indivíduos com um símbolo representativo da unidade coletiva das nações. Recorreu, portanto, à estratégia da *simbolização da unidade*. Ao referir-se, na continuação do texto, aos tempos de "crise e apreensões, quando se buscam altas inspirações para solver dificuldades e angústias", para em seguida ponderar que "mais do que nunca é que se pode ter ideia do quanto vale o patriotismo verdadeiro, puro e desinteressado", o editorial em análise também transitou pelo modo *legitimação* para identificar as relações de dominação como justas e merecedoras de apoio (ainda conforme o modelo de Thompson, 2002), sob a estratégia *racionalização*.

Assim como, ainda na página 4, veiculou notícia sobre o apoio dos empresários gaúchos à junta militar, o Correio do Povo voltou a fazê-lo na página 13, habitualmente dedicada ao noticiário catarinense, em que publicou a matéria "Governador Silveira/envia mensagem aos/ministros militares", e na página 23, com "GOVERNO GAÚCHO MANIFESTA SEU/APOIO AOS MINISTROS MILITARES" como principal conteúdo, logo seguido por "Revolução Tem Sabido Responder aos Desafios", antecedida pela cartola "Afirma Dêntice". Pode-se depreender nesses casos a

[157] Fundada em 1916 pelo poeta Olavo Bilac e presidida então por Ruy Barbosa, em defesa do nacionalismo, a LDN foi instrumentalizada em linha auxiliar ao regime militar entre 1964/1985 (nota do doutorando).

continuidade do uso do modo *legitimação*, porém, no conjunto, com a estratégia *universalização*, em alinhamento aos detentores do poder, então.

Por analogia ao acima interpretado, considera-se que os mesmos recursos têm sequência nos dias seguintes, com a manchete de capa de 3 de setembro de 1969, "MINISTRO DA JUSTIÇA ASSEGURA/QUE NADA VAI MUDAR NO PAÍS", acompanhada de texto na mesma página, continuado na 19ª, e a matéria "Magalhães Pinto Afirma/Que Há Perfeita Compreensão no Exterior", também na primeira página, assim como a notícia sobre a confiança da ARENA, o partido do governo militar, nesse mesmo governo – como se fosse possível alternativa em contrário. "GOVERNO É O MESMO/POLITICA É A MESMA/ORIENTAÇÃO TAMBÉM", principal título da página 8, e "NORMAL A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS", da página 16 da edição de 4 de setembro, são outros exemplos do uso da *legitimação*, via *universalização*, pelo jornal porto-alegrense, uso esse que se repetiria em dias seguintes, já então em matérias menos destacadas, diante do acontecimento que alterou a rotina brasileira de então – o sequestro de Charles Bürke Elbrick.

Libertados o embaixador e os presos políticos nos dias seguintes, a 9 de setembro de 1969, o Correio do Povo veiculou matéria de capa sob o título "AÇÃO RÁPIDA DAS AUTORIDADES", seguida pelo texto mais longo da página: "Sequestradores Estiveram Sempre Sob/a Vigilância dos Agentes do Govêrno", com 80 centímetros em quatro colunas, antecedidas pela cartola "EFETIVADAS INÚMERAS PRISÕES NO RIO". São conteúdos de valorização do *status quo*, portanto, de sua *legitimação*, pela estratégia *racionalização*. Nessa data o jornal veiculou seu primeiro editorial sobre o momento político: "**Segurança e normalidade**", remissivo ao de 2 de setembro, já citado, e apontando os problemas que impediram a celebração da data como se esperava. Ao abordar a substituição de Costa e Silva por uma junta militar, em detrimento do vice-presidente, como constitucionalmente previsto, o jornal considerou a solução "lógica e coerente", nas circunstâncias excepcionais de então. Voltou a exercitar, assim, a combinação *legitimação/racionalização* apontadas por Thompson (2002), inclusive ao defender as concessões do governo aos seqüestradores e ao refutar o jornal londrino que publicara não existir segurança para diplomatas estrangeiros no Brasil.

7.3 Interpretação e reinterpretação

Tal como nas duas situações anteriormente submetidas à análise de interpretação, que simultaneamente consiste numa reinterpretação, de acordo com o método de Thompson (2002), também para a que se passa a realizar agora, em torno do segundo presidente militar, toma-se como base as fases anteriores, de contextualização sócio-histórica e de avaliação das narrativas – e, nestas, de verificação do uso de modos e estratégias de ideologia. Da mesma forma, igualmente se tem por intenção buscar respostas básicas na relação episódios/personagem/jornais: o que os impressos aqui investigados registraram e quais leituras desses conteúdos têm sido possíveis.

Tem-se por referência inicial para a presente análise a doença de que foi acometido o presidente da República Artur da Costa e Silva, tratada inicialmente pelo governo como um problema menor e, a seguir, consolidando-se como tão grave que foi preciso afastá-lo de suas funções.

Ao começar setembro de 1969, o Correio da Manhã - que havia migrado da reivindicação e do apoio à intervenção militar, em 1964, para a oposição ao novo regime, chegando a usar os termos “sem palavra” e “censor” para designar o governo; e “caricatura” e “simulacro” para refutar a ideia dos militares de que o Brasil se encaminhava para a democracia -, ainda se encontrava submetido à censura e aos rigores do AI-5. Antes da edição desse ato institucional, o jornal chegara a responsabilizar publicamente o Costa e Silva pelo atentado à bomba que sofrera e a outros perpetuados contra organizações diversas, batizando-os de “atentados à democracia”.

Mas, com o controle governamental sobre os seus conteúdos jornalísticos, o jornal, nessa sua fase dirigido pela nora de Edmundo e viúva de Paulo Bittencourt, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, produziu uma cobertura ordinária da assunção de uma junta militar em substituição ao presidente afastado. Registre-se que a solução sucessória subverteu a ordem constitucional natural, de dar posse ao vice-presidente da República. O veto à posse do vice teve motivações políticas, o que não foi tratado nas matérias do Correio da Manhã, ainda submetido à censura.

Um fato inesperado e radical, ocorrido logo no início de setembro, porém, colocou em segundo plano a cobertura da substituição de Costa e Silva. O sequestro do

embaixador norte-americano no Brasil, Charles Bürke Elbrick, revogou, na prática, a censura – ao menos a esse tema – porque entre as exigências da organização clandestina que o assumiu, estava a divulgação de um manifesto, inclusive e especialmente pelo rádio e pela televisão, além da libertação de presos políticos. Como a totalidade da imprensa diária brasileira, o diário carioca publicou farto material no dia seguinte, e manteve o ritmo da cobertura nos dias seguintes.

Na edição de 6 de setembro de 1969, que teve a libertação do diplomata e dos presos políticos como tema principal, e nas que se seguiram até o dia 9, o assunto recebeu a denominação de "sequestro" e, em menor intensidade, de "rapto", enquanto as pessoas trocadas por ele e enviadas ao México foram chamadas de "presos políticos". A 10 de setembro, porém, data em que o jornal teve por manchete a implantação da pena de morte no Brasil, apareceu pela primeira vez nos seus títulos principais o termo "sequestradores" – a partir de então com seu uso generalizado.

A 12 de setembro, a continuidade da cobertura passou a substituir as palavras "presos políticos" por "subversivos". Por natural, nesse período a doença de Costa e Silva continuou a ser noticiada com destaque, superada, no entanto, pelo sequestro e pelos atos baixados pela junta militar. Esta, além da pena de morte, instituiu o banimento, determinou novas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, estabeleceu uma nova Lei de Segurança Nacional, decretou confiscos de bens e suspendeu as eleições municipais marcadas para novembro próximo. Todos esses temas foram abordados pelo Correio da Manhã, no que pode ser considerado um tratamento meramente descritivo.

Por esses dias, o jornal voltou a ocupar-se da doença do presidente, posicionando-se pela pronta recuperação da sua saúde e chegou a mostrá-lo como o idealizador de um "novo patriotismo" – destacado em matéria sobre a farta de distribuição de bandeiras aos alunos das escolas públicas de todo o território nacional.

Mas o Correio da Manhã surpreendeu seus seguidores – e, por certo, animou seus adversários – ao anunciar, no dia 13 de setembro de 1968, a transferência de sua administração para um grupo de empresários. O já citado editorial "Retirada", apesar do esforço justificativo da medida então tomada pela herdeira de Edmundo e Paulo Bittencourt, pode e deve ser interpretado como uma denúncia e um protesto em relação ao regime discricionário de então, mas também admite o entendimento de que foi um

recibo de derrota. O jornal que havia passado seus 67 anos de existência como fiscal dos governos, viu-se vítima do que era exercido em 1968.

Como a quase totalidade dos diários brasileiros, também o Correio do Povo teve sua manchete de capa na edição de 2 de setembro relacionada à posse da junta militar que substituiu Costa e Silva. O fato de tê-la como título principal, aparentemente sem importância, se levados em consideração os critérios jornalísticos de hierarquização dos temas, esconde, na verdade, uma modificação estrutural que estava em curso no diário porto-alegrense. Até então, os assuntos nacionais tinham por reserva natural a última página e os espaços interiores do jornal. Excetuadas situações extraordinárias, como o suicídio de Vargas, ocupar a primeira página era condição restrita aos assuntos internacionais.

Nos três primeiros dias de setembro de 1969, o Correio do Povo abordou os temas a rigor tratados por seus similares nacionais: as declarações de pronta recuperação para o presidente adoentado, a assunção da junta militar, as afirmações dos novos governantes de que a economia e a política não mudariam e as manifestações de confiança emitidas por políticos governistas e empresários aos novos dirigentes.

A "normalidade" que as autoridades buscavam transmitir ao país foi duramente atingida a 4 de setembro, com o já referido sequestro do embaixador dos Estados Unidos. O assunto foi tratado no título principal da capa do jornal no dia seguinte, mesmo espaço em que um título secundário taxou o ato como "lamentável ocorrência", em visível editorialização do conteúdo. O jornal chamou de "presos políticos" as pessoas cuja libertação foi exigida em troca do diplomata e de "terroristas" os que o haviam apreendido.

Esse foi o assunto dominante nos dias seguintes, colocando a doença de Costa e Silva e as comemorações da Semana da Pátria em plano secundário. Até a edição de 9 de setembro, uma terça-feira, o diário teve o sequestro de Elbrick e seus desdobramentos (a libertação dos presos políticos, a soltura do diplomata e as prisões de suspeitos) como manchetes de capa e tema principal de suas páginas internas.

A partir de 10 de setembro, o que passou a ocupar os principais espaços do Correio do Povo – como, a rigor, da imprensa brasileira de referência de então – foram as ações de governo, de clara ligação com o episódio: a pena de morte implantada,

segundo a manchete de 10 de setembro, “para combater a subversão”, a suspensão das eleições de novembro desse ano, as cassações, os confiscos, as demissões de militares, a revisão da Lei de Segurança Nacional e as articulações para a escolha do novo presidente da República, a completar o mandato de Costa e Silva interrompido pela doença ou a desenvolver um mandato completo.

Em meio a tais destaques de seu noticiário, o Correio do Povo deu espaço também para manifestações de alerta sobre “a escalada do terrorismo” – com um governador preconizando ação continental “contra o ativismo revanchista” e um ministro argentino denunciando “complô subversivo continental”.

Sobre o período em exame no Correio do Povo, pode-se dizer que o jornal manteve coerência com a promessa feita por seu fundador, de equidistância das paixões políticas – que, caso dirigidas em oposição ao regime militar, seriam obviamente censuradas. Embora fosse conhecida a simpatia de seus dirigentes para com os militares então no poder, não houve no espaço de tempo aqui analisado evidências de predominância dessa causa em relação ao interesse público. Este, aliás, foi beneficiado com a transformação em andamento no principal jornal do Rio Grande do Sul à época: a ocupação de sua capa por temas nacionais – uma novidade em relação às suas fases anteriores.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço de tempo examinado nesta tese estende-se, a rigor, de 1889 a 1985, com atenção concentrada sobre os anos de 1915, 1954 e 1969. Como visto a partir da aplicação da ASH, para cada um dos períodos acima, esses quase 100 anos foram marcados por sucessivos acontecimentos, potencializadores das relações entre a Política e a Comunicação e, mais particularmente, entre o Poder e a Imprensa. Este trabalho abordou-as por meio das personagens José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva e dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa.

Dentre tais acontecimentos, destacam-se: a proclamação da República, os embates internos iniciais entre seus implantadores, as disputas das diferentes facções regionais do republicanismo, a consolidação do novo regime (todos eventos relacionados a Pinheiro Machado) e o seu posterior esgotamento; a Revolução de 1930, a dissidência paulista de 1932, o Estado Novo a partir de 1937; a deposição do presidente da República em 1945, o seu retorno legitimado pelo voto em 1950 e o seu suicídio em 1954 (eventos relacionados a Getúlio Vargas); o golpe militar de 1964, o recrudescimento da ditadura a partir de 1968 e acentuado em 1969 com a doença e o afastamento do general-presidente (eventos relacionados a Costa e Silva).

Como esta é uma investigação sobre o Jornalismo - o que de imediato a relaciona com o mundo da Cultura - envolvendo especialmente a Política como ponto de partida das relações entre a Imprensa e os agentes públicos, ao longo do período republicano brasileiro, foi nesses campos que se procurou o referencial teórico pelo qual se exerceu a vocação essencial de um trabalho acadêmico: a iluminação dos fatos – neste caso, dos fatos passados, circunstância que a conduz na direção de duas outras áreas científicas, a História e a Economia.

Os estudos acionados, em combinação aos recursos metodológicos a serem considerados em seguida, permitiram compreender a evolução tanto do *fazer-jornalístico*, transitando de uma prática focada no interesse particular - na maioria das vezes partidário - para o interesse público, mas sob gestão econômica em constante profissionalização; quanto do *fazer-político*, circulando de privilégio de poucos para a

sua truncada democratização, processo no qual sempre tentou fazer da comunicação jornalística uma aliada, sem hesitar contê-la via instrumentos discricionários quando julgou necessário.

A Economia - no entendimento das fases percorridas pelo Brasil republicano desde 1889 -, a História - para a compreensão dos fatos no mesmo período - e a Cultura - na concepção de que meios de comunicação são seus componentes também - foram áreas científicas a que se recorreu no presente trabalho. Como embasamento teórico e em apoio ao desenvolvimento dos métodos, cada uma delas constituiu uma parcela importante do que aqui se está buscando construir.

Para bem examinar as relações da imprensa com agentes públicos, fazendo-as objeto de um estudo no campo jornalístico, recorreu-se nesta tese ao método convencional da pesquisa bibliográfica, em paralelo à pesquisa documental justificada na natureza do tema e do objeto. Sobre os materiais obtidos através de ambas, aplicou-se o método interpretativo, consubstanciado no uso da Hermenêutica de Profundidade e de suas três análises.

Pela primeira delas, a Sócio-Histórica, foi possível contextualizar o objeto em cada uma das épocas em que esteve inserido, localizando-o como Pinheiro Machado, a imprensa brasileira de referência dos tempos iniciais da República, A Federação e o Correio da Manhã e suas relações; como Getúlio Vargas, a imprensa brasileira de referência de então, o Correio do Povo e a Tribuna da Imprensa e suas relações; e finalmente como Costa e Silva, a imprensa brasileira de referência ao tempo do Regime Militar, o Correio da Manhã e o Correio do Povo e suas relações.

Esse exercício propiciou um entendimento mais amplo sobre o Brasil, desde a Primeira República até a Redemocratização e os estágios de desenvolvimento do Jornalismo praticado nas diferentes épocas. Assim, auxiliou a responder quais foram os jornais representativos de cada fase e que relações tiveram com as personagens, destacando entre eles os que foram analisados e interpretados neste estudo.

A segunda das três análises, a Formal ou Discursiva, embasada na anterior, significou um aprofundamento do exame, sendo aplicada sobre as narrativas das publicações selecionados a cada fase, para cada personagem, para a imprensa em geral e, por óbvio, para os jornais especificados. Essa etapa da pesquisa completou o esforço

pela resposta à questão acima resumida. Em busca da iluminação sobre esse objeto plural, recorreu-se, ainda nesse estágio da investigação, à verificação dos usos que os jornais especificados fizeram dos modos e estratégias de ideologia, dentro da premissa fundada em Thompson (2002) de que meios de comunicação são formas simbólicas inseridas na vida cotidiana e, como tal, posicionadas frente às coisas.

Tais passos, que representam a sequência proposta na Hermenêutica de Profundidade, antecederam a derradeira análise científica do objeto aqui proposto. A interpretação, sendo já uma interpretação anterior feita por quem primeiro as veiculou e, igualmente, por quem a consumiu originalmente, é, pois, uma reinterpretação, uma interpretação da interpretação, como ensina Thompson (2002).

Com esses recursos, considera-se que esta pesquisa analisou as relações da imprensa de referência com representações do poder político ao longo do período republicano brasileiro, como propôs seu objetivo geral, iniciando, da mesma forma, a busca pelo entendimento para a terceira questão de pesquisa: como o processo comunicacional veio sendo percebido pelos políticos, pelos jornalistas e pelos jornais, e que sentido tiram dele.

Ao aprofundar-se sobre os quatro jornais e as três personagens já amplamente citadas, considera-se, igualmente, ter sido alcançado o objetivo específico de identificar o tratamento de A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa a Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Costa e Silva, como protagonistas da vida nacional em três diferentes épocas. Também nesse momento investigativo deu-se atenção à questão acima citada, cuja resposta ganhou mais consistência no que se refere ao processo comunicacional e na percepção dele retirada pelos envolvidos nas relações em cada uma das três fases interpretadas.

A resposta à mesma questão continuou sendo buscada junto ao objetivo seguinte – analisar os processos de produção e transmissão de notícias no período. Tratada no decorrer do trabalho, essa especificidade merece aqui um comentário sistematizado para ser mais bem cumprida: entre os anos iniciais do século XX (que, a rigor, reproduzem os anos finais do século XIX) e a década de 1960, em que se concentra esta investigação, circulando pelo tempo intermediário dos anos 1950, o *fazer-jornalístico* passou por importantes transformações, como as amplamente registradas em obras a que esta pesquisa recorreu. Entre essas modificações, podem ser ressaltadas as que

envolveram o empreendimento e os conteúdos levados aos públicos. No primeiro caso, com a às vezes lenta, mas contínua, profissionalização dos jornais como empresas, novidade que representou, também, condicionar-se às expectativas desses públicos e aos interesses dos anunciantes, e afastar-se das facções partidárias. No segundo, com a também às vezes lenta, mas gradual, profissionalização dos realizadores do trabalho jornalístico.

Do que foi aqui abordado – em referência ao que se está considerando – é possível identificar, na primeira fase estudada, o exercício de um Jornalismo a que se pode batizar de "extensivo", com conteúdos alongados, linguagem hermética e tratamento senhorial, em que a apresentação ficava em segundo plano, inexistindo critérios de edição e hierarquia entre os materiais, assim como manchetes, títulos, subtítulos e linhas de apoio – então tratados como meros detalhes.

Naturalmente, ao se examinar dois jornais a cada época, é possível, também detectar diferenças, como a principal a envolver A Federação e o Correio da Manhã, em 1915. Pode-se dizer que ambos eram partidários, mas só o porto-alegrense foi agremiativo, pois pertenceu ao PRR em toda a sua vida, enquanto o carioca buscou caracterizar-se desde sua fundação e até a sua transferência para terceiros como um órgão independente, mas crítico, severamente crítico.

As relações da Imprensa com o senador Pinheiro Machado caracterizaram-se na existência exclusiva de meios impressos de comunicação, numa conjuntura nacional de população predominantemente analfabeta e de participação popular limitada nos destinos nacionais, eis que, além da educação, também o voto era restrito - aos homens, desde que não fossem soldados, padres nem analfabetos.

A Imprensa exercia, por essa época, um Jornalismo engajado partidária ou politicamente, encaminhando-se, porém, para uma profissionalização administrativa que se impunha como negócio. As tensões entre o Jornalismo e a Política, por esses tempos, ficaram por conta dos instrumentos de poder exercidos pelos governos sobre os veículos de comunicação, como a censura, a invasão e o empastelamento de redações e as prisões de jornalistas; e, no caso do Correio da Manhã, pelo oposicionismo aos governos entre 1901 e 1930.

O olhar acadêmico sobre a segunda fase deste trabalho já revela outra situação, na comparação com a anterior. Em 1954, não só a Política estava em efervescência. Os jornais, arejados por iniciativas como as do Diário Carioca e, a seguir, as do Jornal do Brasil, e estimulados pelo aparecimento da Tribuna da Imprensa e da Última Hora, passaram por grandes transformações físicas, expressas em páginas que se apresentavam organizadas, com assuntos em hierarquia determinada pelo tamanho e apresentação de manchetes e títulos, valorização da notícia em detrimento ao anterior "artigo de fundo" e temas narrados como uma sucessão de fatos, do mais para o menos importante, no que ficou conhecido como "pirâmide invertida" e representou maior aproximação ao modelo norte-americano de Jornalismo, em detrimento do europeu e, especialmente, do francês.

Nos períodos de Getúlio Vargas no poder, emergiram as revistas e o rádio como meios de comunicação importantes, a disputar espaço com os jornais. Foi no primeiro e longo período varguista que surgiu O Cruzeiro, por décadas a principal revista brasileira; e que o rádio foi implantado no Brasil.

Também foi nessa mesma época que o Estado exerceu, até então como nunca, o *poder sedutor* de cooptação da Imprensa via anúncios publicitários para os meios e empregos para os profissionais; e o *poder repressor* sobre os não enquadrados nas condições anteriores, através da legislação, que buscou legitimar a censura e controlar a opinião pública.

Já o segundo período Vargas, com análise aprofundada nesta pesquisa, permite observar que as relações entre as partes foram marcadas pela adesão e pelo enfrentamento, simbolizados no confronto de ideias que mobilizou a Tribuna da Imprensa em oposição ao governo, e a Última Hora, em sustentação explícita deste. Já o Correio do Povo, que com o jornal de Lacerda foi o objeto do estudo interpretativo no período, equilibrou-se na sua promessa original de equidistância - mas se considera adequado identificar, nele, uma pendência mais aproximativa do que para contrária à segunda administração getulista.

A observação acima, consequência do mirar investigativo sobre o objeto, completa a resposta à questão sobre o processo comunicacional, e se estende à questão seguinte: como a Política e o Jornalismo se organizaram em torno dessa relação?

Pelo menos em dois dos jornais sobre os quais se concentrou a pesquisa, essa organização deu-se pela instrumentalização do Jornalismo a serviço da causa partidária: A Federação e Tribuna da Imprensa, o primeiro como boletim oficial do PRR, o segundo, oficioso da UDN.

Nos dois outros, o Jornalismo prevaleceu, organizando-se como instrumento do interesse público, um criticamente, caso do Correio da Manhã; outro buscando a neutralidade como discurso oficial, mas engajando-se explícita ou discretamente, caso do Correio do Povo em relação à Revolução de 1930, ao segundo governo Vargas e ao Regime Militar.

Ao "jornalismo extensivo" dos anos 1910 e "organizado e baseado em fatos" dos anos 1950, com que conviveram Pinheiro Machado e Getúlio Vargas – sem que tais novidades os poupassem da visão crítica e em casos como o da Tribuna da Imprensa, instrumentalizada politicamente - sucedeu o "jornalismo cerceado" dos anos 1960 (e 1970 e 1980, estas duas décadas fora deste objeto de estudo) – em que o governo foi determinante na relação com a Imprensa e, através dela, com a sociedade: veicular só o que lhe interessava, censurando toda iniciativa em contrário.

Obviamente, essa intenção autoritária, típica de uma ditadura como a que o Brasil viveu entre 1964 e 1985, confrontou-se com a vocação jornalística de liberdade de expressão a serviço do interesse público, e, assim, as relações entre o agente político Costa e Silva e o Correio da Manhã e o Correio do Povo foram marcadas pelo enfrentamento com o primeiro e com a acomodação às circunstâncias pelo segundo – reproduzindo situação que, a rigor, envolveu a maioria dos veículos de referência por essa época.

Essa conjuntura, se não alterou a prática organizada que o Jornalismo havia alcançado nos anos 1950, acabou por impedir, nos anos da última relação aqui investigada, exercícios mais críticos de comunicação social. O período do "jornalismo cerceado" foi também o do "jornalismo meramente reprodutivo" das declarações das fontes oficiais, sem permissão para a veiculação de contrapontos e com as vozes da oposição sendo controladas pelo sistema político-institucional.

Pode-se argumentar, em contrário à afirmação anterior, que o Jornalismo se posiciona e pode se manifestar pela escolha dos temas e, inclusive, das fontes que os

abordam nas matérias, o que é uma verdade notória. Mas é preciso lembrar que, mesmo esses assuntos e essas pessoas passaram pelo controle da censura oficial e, até, pelo da autocensura. E autocensura em duas instâncias: das próprias fontes que divergiam do poder vigente, e dos executores das práticas comunicacionais, ambas eventualmente paralisadas pelo medo ou pelo pragmatismo de alcançar o possível enquanto o ideal estiver inatingível.

Uma geração e meia de jornalistas brasileiros, surgida nos anos do Regime Militar, firmou-se sob essa ótica. E várias gerações anteriores, mas ainda em atividade então, precisaram se adaptar ao tempo que passou à História como os "anos de chumbo" no Brasil recente.

Assim, a longa consideração acima, buscando atender a um dos objetivos específicos, acabou por responder, também, ao seguinte, ao analisar a evolução dos processos de produção e transmissão de notícias entre 1889 e 1969; e à questão da interpretação de cada período e personagem. Vale complementar que, nesse período, mudou a imprensa, rumo à profissionalização e à pluralidade, mas também mudaram os destinatários de seus conteúdos: como foi possível depreender-se da ASH e dos recursos aos campos da economia e da história, o Brasil passou de um país do campo para um país das cidades ao longo desse tempo, grande parte dele sob intenso êxodo rural e dos problemas estruturais e sociais daí decorrentes; e sua população alfabetizada cresceu, o que evidenciou a importância dos órgãos de imprensa e da otimização, por eles, do tempo de seus cada vez mais ocupados e disputados receptores.

No espaço de tempo aqui abordado, pode-se entender que o Correio da Manhã e a Tribuna da Imprensa enfatizaram o que consideraram como defeitos de Pinheiro Machado e Getúlio Vargas; que A Federação comportou-se como subordinada à liderança de Pinheiro Machado, em cumprimento ao papel para o qual foi criada; e que o Correio da Manhã, crítico severo do Regime Militar depois de reivindicá-lo e de apoiar o seu início, passou de uma crítica feroz a Costa e Silva, a quem responsabilizou pela violência política característica do ano de 1968, a poupá-lo a partir de setembro do ano seguinte, quando sua doença tornou-se pública, impedindo-o de continuar presidente da República e, afinal, levando-o à morte.

Do acima exposto, e ainda em relação aos objetivos específicos traçados para esta pesquisa e à última de suas questões, pode-se considerar que Pinheiro Machado

dela emerge como o herói para A Federação e o vilão para o Correio da Manhã; que Getúlio Vargas ora foi um bandido, ora um fraco a permitir a transformação de seu governo numa "quadrilha", para a Tribuna da Imprensa, enquanto o Correio do Povo preservou sua imagem pública quando vivo e alinhou-se à sua compreensão como o "pai dos trabalhadores" após sua morte; e que Costa e Silva implantou o terrorismo de Estado no Brasil, segundo o Correio da Manhã, enquanto para o Correio do Povo foi menos importante, com desempenho interrompido pela doença que o levaria à morte ainda em 1969.

Pelo examinado, observa-se que a ausência de liberdade afetou intensamente a atividade jornalística, impedindo-a de veicular assuntos que não interessavam ao poder vigente, ainda que cumprissem o que consiste num dos princípios do Jornalismo: o interesse público.

Já fora do aprofundamento proposto no presente trabalho, vale lembrar que as tensões características dessas relações na história brasileira tiveram sequência e até se agudizaram depois de Costa e Silva, somente encontrando relativo equilíbrio quando ultrapassados o Regime Militar e a transição para o regime civil (1985) – finalmente consolidado via Assembleia Constituinte (1987/1988) e nova Constituição do Brasil (1988), chegou-se a um amadurecimento digno de registro, quando do processo de impedimento e consequente renúncia de Fernando Collor de Mello, justamente o primeiro presidente eleito no Brasil, depois do período militar.

A partir do que vem sendo aqui exposto, é de se observar que três personagens, quatro jornais e o período republicano brasileiro, estendido de 1899 a 1985, concentrado entre 1901 e 1969 e particularizado em 1915, 1954 e 1969, são condições que tornam o objeto tratado na presente tese suficientemente complexo para uma abordagem científica que se valeu da hermenêutica e dos estudos jornalísticos como método e fundamentos teóricos principais. Assim, tal como desenvolvido o trabalho nas suas fases anteriores, julga-se conveniente, nesta etapa finalizadora, o recurso a abordagens específicas, realizadas a seguir, na ordem cronológica, iniciando-se, assim, com o ocorrido nas relações entre a Imprensa e o poder na Primeira República.

Como já referido, a Imprensa não se limitou a observar os acontecimentos que constituem a história brasileira. Desde seu aparecimento, coincidente com o *status* de estado-nação alcançado pelo Brasil em 1808, os jornais, então únicos meios de

comunicação com existência possível, assumiram a condição de parte dos processos em curso no país – nos campos social, político e econômico. Tiveram, por consequência, enorme importância em momentos cruciais como a declaração de independência a Portugal, a 7 de setembro de 1822; a abdicação de Dom Pedro I, a 7 de abril de 1831; a abolição da escravatura, a 13 de maio de 1888; e a proclamação da República, a 15 de novembro de 1889.

Assim, como igualmente também já apontado anteriormente, ao constituir-se a situação que está na origem do presente trabalho, a Imprensa comemorou o 15 de novembro de 1889. Além de fazê-lo, ela forneceu quadros para o governo que se implantava, integrou as iniciativas de consolidação do novo ideal e de resgate dos símbolos e heróis que com ele tivessem referência, e engajou-se na construção de um novo civismo, para tanto produzindo novos símbolos e novos heróis. Estes, naturalmente, necessitavam de sustentação, pois, ao contrário dos antigos, estavam vivos e sujeitos aos riscos da própria existência, como o de errar e de serem mal interpretados.

Ao assumir crescente importância no sistema que buscava consolidar-se, Pinheiro Machado passou a potencializar as possibilidades e os riscos das situações acima apontadas. Como importante prócer republicano, ao senador gaúcho dirigiram-se, por óbvio, tanto os interesses de dirigentes das nascentes empresas jornalísticas brasileiras de então, necessitadas das verbas para a então também incipiente publicidade; quanto a atenção dos jornalistas, em busca de informações para os conteúdos a serem produzidos e veiculados e/ou de sua influência para colocações próprias, ou de apadrinhados, nas organizações governamentais.

Ressalte-se que, à época de Pinheiro Machado, o Jornalismo brasileiro, de uma forma geral, desenvolvia-se a partir das condições acima apontadas. Foi um período de predomínio do interesse particular (do dono do jornal, do jornalista e do político) sobre o interesse público (a sociedade), em que, também majoritariamente, as publicações privilegiaram o posicionamento à informação. Nessas condições, de muita opinião e pouca notícia, as disputas pelos espaços jornalísticos já evidenciavam o processo comunicacional como composto pelos promotores, os realizadores e os consumidores dos conteúdos, mas se davam basicamente pelos dois primeiros desses agentes, restando ao terceiro absorver o que sobrava desse enfrentamento.

É sob tais circunstâncias, relativamente tranquilas para quem se colocava como fonte inicial dos conteúdos jornalísticos de então, que, em 1901, apareceu o Correio da Manhã. O jornal de Edmundo Bittencourt apresentou-se à arena política com o discurso de "agente a serviço do povo", embora numa posição paternalista em relação a quem se anunciava como intérprete, considerando convergentes *a priori* os seus ideais com os ideais da sociedade da época. Como os ideais do Correio da Manhã, embora difusos, eram divergentes dos ideais dos governantes, a publicação passou a considerar contra o povo tudo o que era gerado pelo governo, e antipovo os representantes da administração pública vigente.

Entende-se que o exposto explica a opção pela crítica sistemática aos governantes e a seus seguidores, assim como o apoio incondicional a quem o enfrentasse. Quando, em 1909, a candidatura do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, vislumbrou-se como contrária ao que pretendia o então presidente Affonso Penna, o jornal esboçou algum apoio a ela. A morte de Affonso Penna, a assunção do vice-presidente Nilo Peçanha e a transformação de Hermes da Fonseca em candidato oficial acabaram por jogar o Correio da Manhã na direção oposta, e o provável apoio ao marechal se transformou em brutal enfrentamento, com o diário chegando a veicular em suas páginas, durante a disputa eleitoral, apenas a chapa da candidatura do senador Ruy Barbosa.

Esse posicionamento como parte do processo político, assumido e escancarado, teve correspondência, em sentido contrário, pel'A Federação, que, como já indicado, fez valer sua condição de boletim oficial do republicanismo gaúcho defendendo-o em âmbito local, estadual e nacional. Assim, para o diário porto-alegrense, o mesmo Pinheiro Machado execrado pelo jornal carioca era a representação do bem, e em sua trajetória vencedora deveriam ser – como o foram - ressaltados seus sacrifícios, sua honorabilidade e seis ideais em defesa da República.

Em meio a essas evidências, outros diários assumiram posições menos explícitas e, até por isso mesmo, precisavam ser "fiscalizados". Talvez por isso, Bocayuva tenha sentido necessidade de referir o heroísmo de Pinheiro Machado, seu correligionário, durante a luta de 1893 a 1895, entendendo que alguns órgãos de imprensa só ressaltavam os feitos dos opositores do governo.

Da mesma forma, também talvez por isso, parte da imprensa da então capital federal tenha se aproximado das posições do Correio da Manhã durante o governo Hermes da Fonseca. E ainda talvez por isso tudo, a Imprensa de então se tenha dividido, com órgãos de uma e de outra facção criticando-se mutuamente: em jogo estava o interesse político, mas o interesse político não era, necessariamente, o interesse público.

Por serem, A Federação um meio de comunicação partidário-agremiativo, e o Correio da Manhã um veículo partidário-sem-agremiação, ambos os jornais funcionaram, ao tempo aqui examinado, como agentes do processo político então em curso no Brasil. Colocaram essa posição em primeiro plano e em nome dela exerceram um "jornalismo singular", em que o que interessava à causa foi realçado e o que não interessava, desprezado e/ou combatido.

O avanço temporal seguinte, para a segunda fase, a segunda personagem e os jornais Correio do Povo e Tribuna da Imprensa, conduz a um período, a rigor, iniciado pelo processo revolucionário de 1930. A quebra da normalidade, com a ruptura no âmbito de um sistema político então já consolidado, embora em crise interna, incluiu a Imprensa, renovada com novos títulos aparecidos e velhos títulos desaparecidos ou em franca decadência, como parte.

Fora essa situação, mais relacionada ao aspecto econômico do que ao político, poucas foram as novidades implantadas no *fazer jornalístico* de então, na comparação com o ocorrido no período anterior e tendo-se a forma impressa como objeto. O ano de 1930 e os imediatamente seguintes ainda foram de predomínio da mídia impressa, dentro da qual a inovação a ser registrada é da proliferação das revistas, uma delas em especial: O Cruzeiro, um caso de sucesso surgido no final da década anterior, a simbolizar a consolidação dos Diários Associados e sua expansão a novos formatos – que num futuro próximo logo seria estendido a outra mídia, o rádio.

Embora não seja alvo específico da presente pesquisa, não se pode ignorar que O Cruzeiro deu novo valor ao Jornalismo, associando-o à fotografia e à ilustração, com destaque, portanto, a profissionais para além da escrita. Nesta, abriu espaço para cronistas e tornou possível a emergência do gênero reportagem – já existente antes, mas pouco explorada. Era, então, uma época de pluralização do Jornalismo, fruto de sua absorção e generalização como opção empresarial e, portanto, visante ao lucro, o que

pressupunha chegar ao máximo de públicos, logo, independentes de engajamento político-partidário.

Por paradoxal que possa parecer, é na evolução natural dessa tendência dos anos iniciais da década de 1930, logo em seguida acentuada pela consolidação do rádio como meio de comunicação, na segunda metade da mesma época, que se chega a outro jornal objeto desta investigação: a Tribuna da Imprensa, surgida em 1949, contraria o acima exposto, pois se apresenta como partidária, engajada e a serviço da luta política então vigente. Dessa luta, ressalte-se, fazia parte pelo menos outra publicação, com linha editorial contrária: a Última Hora, implantada em 1950, no Rio de Janeiro, e a seguir constituída em rede, com publicações em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Empresarial na sua maioria, política em casos específicos, e convivendo com mídias que vieram disputar os mercados, a Imprensa brasileira dos anos finais da década de 1940 e iniciais da de 1950 também passou por transformações importantes na sua forma e em seus conteúdos. Mesmo a Tribuna da Imprensa, aqui examinada, e a Última Hora, referida, deram contribuições importantes às mudanças em curso, nesses dois casos, especialmente, na forma, com o uso de manchetes, fotografias e ilustrações que, no conjunto, significaram grande evolução gráfica, especialmente por meio da diagramação.

Transformações como essas e, mais substanciais, na apuração e produção dos conteúdos jornalísticos, com a utilização da pauta como plano de cobertura e de corpo de redatores para uniformizar os textos iniciais dos repórteres, foram implantadas então pelo Diário Carioca e pelo Jornal do Brasil e acabaram estendidas aos demais meios nos anos seguintes: o estabelecimento de editorias e a constituição de equipes específicas com tarefas distintas e complementares; a introdução do *lead* e a adoção da técnica da pirâmide invertida para redigir; e a extensão da hierarquização (dos fatos, na notícia; das notícias, nas editorias; e das editorias, no conjunto da publicação).

É nesse momento de transição entre uma e outra forma de Jornalismo que se analisa a relação da Imprensa com Getúlio Vargas, particularmente no seu segundo governo. Permite-se dizer, do aqui apurado, que o apoio maciço dos jornais, obtido pelo político gaúcho quando do processo revolucionário de 1930, diluiu-se ao longo do tempo e foi particularmente afetado entre 1937 e o fim de seu primeiro governo. Esse

foi um período marcado, de um lado, pelas tentativas de coptação e, de outro, pelas iniciativas de controle, via censura e alocação de verbas publicitárias e, em certas circunstâncias, até pelo encarceramento de jornalistas e empresários.

Assim, ao lançar-se candidato à sucessão presidencial no último ano da década de 1940, Vargas, não só não contou com a simpatia que tivera em 1930, como passou a enfrentar críticas duras e sistemáticas dos principais meios nacionais de divulgação. Tão partidária, por seu vínculo informal à UDN, quanto personalista, por constituir-se à imagem de seu criador Carlos Lacerda, a Tribuna da Imprensa exerceu essa oposição ao "varguismo" expondo, de imediato, sua intenção de valer-se de todos os meios impeditivos ao sucesso do projeto do ex-revolucionário e ex-ditador.

O período de convivência (?) entre o jornal e o político foi de enfrentamento, exposto, tanto nos editoriais assinados por Lacerda, quanto nos textos aparentemente noticiosos, cuja agenda, porém, tinha por norma geral desqualificar o governo, seu condutor, seus auxiliares e sua família. Pode-se dizer do examinado – particularmente dos conteúdos analisados à profundidade, referentes a agosto de 1954 – que o vespertino carioca não se contentou em testemunhar e registrar os acontecimentos de então. Ao contrário, foi um agente político em oposição a outro agente político, que como nos exemplos anteriores de A Federação e do Correio da Manhã, fez do Jornalismo o instrumento de sua luta.

Essa instrumentalização do Jornalismo a serviço da causa política, no caso da Tribuna da Imprensa, deu-se contraditoriamente num período em que a Imprensa da então capital brasileira ensaiava a sua mais substancial modificação – da qual, aliás, a própria Tribuna da Imprensa se valeu. Para o jornal de Lacerda predominou, porém, a causa política sobre a causa social. Talvez se possa dizer que predominou, mesmo, a causa pessoal de Lacerda à causa política de seu partido, a UDN e à causa social dos brasileiros.

Enquanto isso acontecia no centro de poder do Brasil de então, no Brasil periférico, representado por seu estado mais meridional, uma experiência bem sucedida de Imprensa teve continuidade. Em 1954, o Correio do Povo e sua promessa de equidistância às facções políticas se aproximavam de sua sexta década de existência. Deve-se registrar que a promessa nem sempre havia sido seguida à risca: uma vez, pelo

menos, fora quebrada, quando da implantação do Estado Getulista, que contou com o seu apoio entusiasmado.

O jornal de Caldas Junior havia apoiado Getúlio Vargas em 1930 e, desde então, não se tinha indício de mudança de rumo. Sem o mesmo engajamento anterior, o diário porto-alegrense tampouco se posicionou em confronto à pretensão do gaúcho de voltar ao poder, em 1950.

Com uma sucursal instalada no Rio de Janeiro, desde a década de 1930, o Correio do Povo dedicou cobertura própria e regular aos atos dos governos. Mantinha-se assim entre 1950 e 1954, período do segundo governo Vargas, mas em agosto desse último ano reverberou alguns conteúdos críticos veiculados pel'O Globo, e a partir do atentado ao major Vaz fez o mesmo que toda imprensa brasileira: deu ampla cobertura ao crime, às investigações e às críticas ao governo (mas também à sua defesa), em tratamento aproximado à proposta de seu primeiro editorial, em 1895.

Pelo avaliado nas edições do diário porto-alegrense, em agosto de 1954, a extensão da cobertura deu-se num tom que, ainda hoje, poderia ser considerado adequado diante da importância dos fatos – exceto pela circunstância de que, então, esse não era um assunto de capa. O Correio do Povo de 1954 já absorvia o *fazer jornalístico* do centro do país, ainda que parcialmente: adotava a notícia como matéria-prima principal e a apresentava como uma narrativa hierarquizada pela sucessão de fatos a partir do fato mais importante, e usava manchetes, títulos e linhas de apoio como recursos elucidativos aos conteúdos. Mas os apresentava em suas páginas sob a genérica rubrica de "Noticiário" e não dividia sua redação em editorias nem trabalhava com planejamento prévio de pautas.

Limitar os assuntos nacionais aos espaços internos de suas edições e à sua última página é uma situação que, pode se considerar, contrariava, já na década de 1950, aquilo que os manuais de redação então incipientes indicavam: Jornalismo é hierarquia de assuntos, pela qual o mais importante vem sempre em primeiro plano – logo, em primeira página.

Mas em 1954, a crise brasileira só foi para a primeira página do Correio do Povo em 25 de agosto, para informar a morte trágica do presidente da República na véspera.

A partir do dia seguinte, em que o assunto naturalmente teve desdobramentos, novamente os espaços a ele destinados foram as páginas internas e a final das edições.

Com base no apurado para este trabalho, e tendo por elemento comparativo os demais jornais examinados nas duas primeiras fases propostas aqui, pode-se considerar que, enquanto A Federação e o Correio da Manhã, em 1915, e a Tribuna da Imprensa, em 1954, exerceram um "jornalismo opinativo" – e, portanto, criticamente posicionado – o Correio do Povo praticou, também em 1954, um "jornalismo descritivo", limitando seus posicionamentos, raramente críticos, aos espaços restritos dos editoriais.

Num último avanço temporal, agora para o segundo governo do ciclo militar brasileiro, e mais uma vez projetando-se a análise para o Correio da Manhã e o Correio do Povo, entende-se válido observar em ambos a consolidação do *fazer jornalístico* iniciado nos anos 1950 e, no caso específico do Correio do Povo, finalmente já estendido à primeira página.

Particularizando a análise sobre o Correio da Manhã, julga-se lícito considerar que o jornal, criado em 1901, mantinha, em 1969, a coerência com o propósito anunciado em sua primeira edição. Com a ditadura e seus instrumentos, a crítica, então, era um exercício de engenharia técnico-política, que fazia de uma das atribuições elementares do Jornalismo, a revelação, um arremedo hermético e, portanto, assimilável por uns, e não por todos que liam suas edições – já então sob direção de uma segunda herdeira de Edmundo Bittencourt, a sua nora, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, viúva de Paulo Bittencourt, filho do fundador.

A censura implantada no regime militar deixou poucas brechas para a crítica. O Correio da Manhã tentou detectá-las e exercê-la, e pagou com a própria existência por isso. Mas é importante indicar que o diário carioca, coerentemente com o que havia feito desde sempre, havia sido crítico feroz do regime anterior ao militar, chegando a pregar a intervenção sobre o governo João Goulart como solução para os males do Brasil de então. Foi, portanto, com essa simpatia ao movimento de abril de 1964 que o jornal acompanhou os passos iniciais do novo governo, presidido pelo marechal Castello Branco. O *namoro* teve, porém, curta duração, e ainda sob a primeira presidência militar o Correio da Manhã voltou ao tom crítico.

No espaço de tempo em que foram examinadas suas edições para o presente estudo, o país era governado pelo também marechal Artur da Costa e Silva, que tinha entre seus instrumentos de gestão os atos institucionais, especialmente o AI-5, em nome do qual havia sido implantada a censura prévia à Imprensa. Com censores instalados em sua redação desde dezembro de 1968, o Correio da Manhã era, em setembro de 1969, um arremedo do que havia sido nas décadas anteriores, mas com olhos atentos de sua direção e corpo editorial às brechas abertas pelo desconhecimento jornalístico dos interventores e/ou pelo seu descuido.

Também os fatos ocorridos a partir do sequestro do embaixador norte-americano contribuíram para certa distensão nas relações do governo com a imprensa, já que entre as exigências dos militantes estava a divulgação de seu manifesto por todas as mídias então existentes. Precisando do suporte midiático, o governo permitiu que os meios de comunicação informassem os públicos sobre o ocorrido, numa época particularmente tensa internamente, devido à doença do presidente da República, de seu consequente afastamento e da necessidade (para o regime) de inviabilizar a posse do vice-presidente – este último, sim, um assunto que permaneceu imune a uma avaliação crítica pelo jornal.

A conjugação dos episódios acima indicados acabou por alçar o assunto *sequestro* a uma importância superior, deixando a doença presidencial em segundo plano. Ambas, porém, só puderam ser tratadas na forma descritiva, num momento em que o regime se endurecia politicamente e adotava recursos extremos como o banimento e a pena de morte, em nome da segurança nacional.

Pena de morte, aliás, foi o que decretou o governo militar ao Correio da Manhã em 1969. Embora o jornal tenha sobrevivido até meados da década seguinte, na prática, deixou de existir – ao menos na concepção original que lhe havia dado Edmundo Bittencourt, em 1901 – ao ser transferido, por arrendamento, a um grupo de empresários fluminenses, no mesmo setembro de 1969.

A transferência deu-se como último recurso da empresa para vencer simultaneamente suas falhas administrativas, numa época de concorrência acirrada e a asfixia imposta pelo governo, que pressionou os anunciantes públicos e privados a retirarem publicidade de veículos que se opunham ao sistema.

Descritivo, também, foi o jornalismo realizado pelo Correio do Povo nessa época, não apenas por uma imposição política externa, mas também e especialmente por sua política interna, vinda desde a fundação. Assim como o Correio da Manhã, o jornal de Caldas Junior igualmente apoiou o regime militar implantado no Brasil em 1964. Ao contrário do jornal carioca, contudo, esse apoio não se deu por editoriais pregando o fim do governo anterior, e sim pela postura equidistante, tanto do que saía quanto do que o substituía – embora Breno Caldas, o então dirigente do jornal porto-alegrense, tivesse conhecidas antipatias por representações importantes do PTB de Goulart e de Leonel Brizola, e afinidades com integrantes da nova linha política, como Golbery do Couto e Silva, Leitão de Abreu e Delfim Netto.

Novamente como no período anterior, em 1969 o Correio do Povo resumia seus posicionamentos aos editoriais, mesmo assim, com algum espaço de tempo decorrido entre o fato e a sua análise – o que, por certo, contribuía para avaliar e reduzir os riscos de eventuais reações. Por essa época, esses conteúdos ratificavam o alinhamento do jornal ao pensamento governista, enfatizando, por exemplo, a importância dos símbolos nacionais ou justificando até o atropelo constitucional que significou a posse de uma junta militar quando da doença de Costa e Silva, em vez do vice-presidente.

Na comparação com os dois períodos anteriormente abordados, pode-se considerar que, em setembro de 1969, ambos os Correios exerceram um "jornalismo descritivo". O Correio da Manhã, por imposição das circunstâncias político-institucionais vigentes e o Correio do Povo por essa mesma razão e por uma postura histórica poucas vezes subvertida, além de um indisfarçável engajamento ao *status quo*.

No campo restrito das práticas jornalísticas, esse período em exame foi pouco ou quase nada contributivo: sob censura e autocensura, as empresas e os profissionais então em atividade foram obrigados a acomodar-se a um "jornalismo declaratório", acrítico e, evidentemente, apolítico e apartidário - ou podendo ser político e partidário, desde que o fosse para as políticas e o partido do governo.

De certa forma, a regulação do Jornalismo em torno da notícia, dos critérios de noticiabilidade e dos valores-notícia; e a implantação da pirâmide invertida, com o *lead* e a hierarquização dos fatos e das notícias, contribuíram para essa pasteurização que condenou uma geração e meia de profissionais a ser mera reprodutora do que ouvia.

De tudo o que foi exposto neste capítulo final, e na combinação com o elucidado em etapas anteriores desta Tese, fundada na interpretação do objeto relações entre agentes públicos e a imprensa no Brasil republicano, considera-se ainda válido apontar o que segue.

A imprensa brasileira foi retardatária, tanto em sua fundação, três séculos após a invenção dos tipos móveis; quanto na adoção de técnicas produtivas universais, mais de meio século depois de compartilhadas pelas principais nações do mundo.

Na sua comparação com o restante do país, também a imprensa do Rio Grande do Sul implantou-se com atraso de praticamente duas décadas, da mesma forma que retardatária foi a implantação da notícia como elemento jornalístico principal, voltada para o público geral.

A política esteve na raiz desses atrasos, no primeiro caso por proibição, por parte da sede do governo, de que a colônia tivesse meios próprios de comunicação; e no segundo pela ausência de uma solução própria para o *fazer jornalístico* local, até que um *fazer jornalístico* externo se impusesse como modelo, na ausência de modelo melhor.

Imprensa e Política foram, por certo tempo, a mesma coisa no Brasil, inclusive nos tempos iniciais do Brasil republicano; usadas, na combinação, tanto para sustentar quanto para opor-se ao novo sistema.

A separação entre ambas deu-se gradual, mas nunca definitivamente, e nem mesmo sistemas discricionários como o Estado Novo e o Regime Militar as isolaram plenamente.

Modelos de práticas de imprensa diferenciadas, como a proposta pelo Correio da Manhã, a partir de 1901, não significaram ruptura da proximidade entre o Jornalismo e Política; na verdade, passaram a ser uma postura política de exercício jornalístico. O mesmo se pode considerar em relação ao Correio do Povo, sua prometida – e às vezes, quebrada – equidistância às paixões políticas.

A Imprensa, em não raras vezes, colocou-se ou foi colocada como instrumento da política. O primeiro caso pode ser exemplificado pela postura do Correio da Manhã, eleito por ele próprio representante do povo e adversário dos governos, e, até, pelo

Correio do Povo, também autoproclamado imune às facções. O segundo, por sua óbvia instrumentalização a serviço das ideias de um grupo ou de alguém, casos de A Federação e da Tribuna da Imprensa.

A regulação em torno de um modo de operação predominante, que atende aos interesses empresariais de pluralidade e, portanto, de audiência múltipla e independente de posições político-partidárias, tanto pode servir a um Jornalismo crítico quanto a outro pretensamente desprovido de alinhamento.

Esta pesquisa também permitiu observar certa defasagem entre o "centro" e a "periferia": exceto pelo fato de sua anunciada postura inicial de distanciamento político partidário ter sido uma quase novidade[158] nas práticas de então, o Correio do Povo passou o resto de sua existência reverberando as inovações implantadas pelos principais jornais do Rio de Janeiro – além de, em casos repetidos, reproduzir conteúdos já veiculados por eles. Repetiu, assim, a defasagem dos meios de comunicação brasileiros em relação aos norte-americanos e europeus.

Evoluindo-se das individualizações das relações dos jornais com os agentes públicos, em cada um dos três períodos selecionados para um exame coletivo e estendido pelo período republicano brasileiro, pode-se apontar ainda uma mútua e nem sempre pacífica atração entre a Comunicação e a Política. Tal atração se apresenta centrada nas possibilidades de cada uma: a primeira, de ampliar o que, sem ela, seria restrito; e a segunda, de gerar os assuntos que são a matéria prima da outra. Assim condenadas à convivência, cada qual tenta instrumentalizar o uso da outra e, com isso, ampliar o poder próprio.

Esta pesquisa abordou as relações da Imprensa com três personagens que perderam suas vidas em pleno exercício da atividade política – duas delas em circunstâncias trágicas. Longe de constituir aqui uma sentença, por inapropriada; sequer de impor-se como resposta, por insuficiência de elementos; essa coincidência estimula uma reflexão sobre a influência do Jornalismo: o assassino de Pinheiro Machado disse e sustentou durante toda sua vida que cometeu o crime por entender necessário livrar o Brasil da sua tirania, e de que chegou a essa convicção a partir da leitura dos jornais; a crise que levou Getúlio Vargas ao suicídio teve um jornalista e seu jornal como agentes

[158] Essa "equidistância" já vinha sendo praticada pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, que, quando do aparecimento do Correio do Povo, existia há quase sete décadas.

principais; e a doença, o consequente impedimento de Costa e Silva e finalmente a sua morte aconteceram, em sequência, tão logo ele acionou os instrumentos ditatoriais que, entre outras imposições, restringiram o trabalho da Imprensa que, então, afastava-se criticamente do regime a que apoiara inicialmente.

No ambiente acadêmico, um estudo continua outros e, em exercício constante, passa então a ser ponto de partida para novas pesquisas. Assim se faz a Ciência e assim se apresenta o presente trabalho. Espera-se que o conteúdo aqui exposto tenha cumprido tal vocação.

_____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves de. **Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa**. In http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa - consulta em 24/06/2011.

ABREU, Alzira Alves de. **Os suplementos literários: Os intelectuais e a imprensa nos anos 50**. In ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta Moraes e RAMOS, Plínio de Abreu (Org.). **A imprensa em transição**. O Jornalismo Brasileiro dos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p 13-60.

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ÁLVAREZ, O. **Periodismo digital, periodistas digitales y empresas multimedia**. Departamento de Periodismo y de Comunicación Audiovisual - Universidad Pompeu Fabra: Barcelona, 2004.

ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Imprensa & história no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2001.

ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa gaúcha**. História, historiografia & política. Rio Grande: FURG, 2000.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.

ATHAYDE, Tristão de. **Política e letras**. In CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Tomo II. Brasília: Câmara dos Deputados/EdUnB, 1981.

ARISTÓLES. **Política**. Brasília, EdUnB, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. São Paulo: ABNT, 2000.

BACCHIERI DUARTE, José. **100 anos da política brasileira**. Pelotas: UFPel, 1997.

BACIOU, Stefan. **Lavradio, 98**. Histórias de um jornal de oposição: s Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. História da Imprensa Brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BAGDIKIAN, Ben H. **Máquinas de informar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil – 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Ruy. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1920/1999.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992

BOBBIO, Norberto. **Política**. In BOBBIO, Norberto (Org.), Dicionário de Política. Vol. 2. Brasília: EdUnB, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das formas de governo**. 10ª edição. Brasília: EdUnB, 2000.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1962

BONOMO, Robson. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Disponível em www.unifal.edu.br/Bibliotecas/MPTA.pdf.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República**. Os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética na imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957.

CANALI, Geraldo. **A ideologia no uso do conceito de liberdade de imprensa**. Uma análise à luz da hermenêutica de profundidade. Tese. Porto Alegre, PUCRS , 2005.

CARONE, Edgar. **Brasil: Anos de crise** (1930-1945). São Paulo: Ática, 1991.

CASTRO, Therezinha de. **Historia da civilização brasileira. V.II República**. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1969.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque 1808-1964**. A História contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001.

CORSETTI, Eduardo. **Poder e poder político** in PETERSEN, Áurea e outros. Ciência Política – Textos Introdutórios. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem, 4ª edição, 1998.

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha**. 1930-1964. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTALES, José Ortego. **Notícia. Actualidade. Información**. Pamplona: EUNSA, 1976.

COSTELLA, Antonio. **Comunicação - Do grito ao satélite**. São Paulo: Mantiqueira, 1984.

COTTA, Pery. **Calandra – O sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. **Tancredo vivo, História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do Regime Militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DA SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.

DILLENBURG, Sérgio. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**. Nova Petrópolis, Amstad, 1987.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: Tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIRECTORIA Geral de Estatística. **Annuario Estatístico do Brazil**. Rio de Janeiro: volume 1-3, 1916-1927.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo "comunitário" em cidades do interior**. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 2004.

DORNELLES, Beatriz e BIZZ, Osvaldo. **Jornalismo solidário**. Porto Alegre: GCI, 2006.

DOVIFAT, Emil. **Periodismo**. Cidade do México: Uteha, 1959.

DOUGLAS, Joaquim. **AtTécnica do título**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ERICSON, R., BARANEK, P.M., e CHAN, J.B.L. **Negotiating control: A study of news sources**. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FEHLBERG, Carlos. Os planos do presidenre são frustrados, vice Pedro Aleixo é impedido de assumir e país passa a ser governado por junta. In http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=759123 – acessos em 2012.

FONSECA. Virginia Pradelina da Silveira. **Um conceito para o Jornalismo. Conhecimento singular ou senso comum?** Versão eletrônica in www.ufrgs.br/ppgcom - várias consultas em 2006. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

FONSECA. Virginia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia. Reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Tese de Doutorado, PPGCOM/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: 1955.

GALVANI, Walter. **Um século de poder**. Os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GALVANI, Walter. **O prazer de ler jornal**. Da Acta Diurna ao blog. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

GARCÍA, M. R. **Contemporary newspaper design**. Englewwod Clifs: Prentice, 1981.

GASPARI, Helio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDING, Peter e ELLIOT, Phillip. **Making the news**.Londres: Longmann, 1979.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **Política de imagem**. In Revista Fronteiras Vol. 1, nº 1. São Leopoldo: Unisinos, 1999 – p. 43-52.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2004.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve certo por linhas tortas**. O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre, Edipucrs, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. In www.compos.org.br/e-compos, dezembro de 2006..

JOBIM, Danton. **O espírito do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

KAPLAN, Abraham e LASSWEL, Harold. **Poder e sociedade**. Brasília: EdunB, 1998.

KOURGANOFF, Wladimir. **A face oculta da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulisa, 1990.

KROEBER, Alfred e KLUKHOHN, Clyde K. **Culture – a critical review of concepts anda definnitions**. New York: Vintage books, 1952.

LACERDA, Juciano de Sousa. **A tematização no jornal da Pastoral**. In AQUINO, Márcia R., BORGES, Luis Fernando R., BRAGA, Adriana. **Angulações, provocações e cultura.** Cadernos de Comunicação nº 10, São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 179-200.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record: 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia** .São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2008.

LASKY, Melvin J. **A linguagem do jornalismo**. 2001.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEVI, Lucio. **Governo**. In BOBBIO, Norberto (Org.). Dicionário de Política. Vol. 1. Brasília: EdUnB, 1999.

LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora**. São Paulo: Summus, 1990.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa, História e Literatura**. Conjugando discursos. In SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos; CAIRO, Luiz Roberto e RAPUCCI, Cleide Antonio (Org.). **Intelectuais e Imprensa**. Aspectos de uma complexa relação. São Paulo: Nanquin, 2009.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda** – a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. L. **The Agenda-Setting Function of the Press**. In SHAW, Donald e MCCOMBS, Maxwell: The emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press. Saint Paul, West Publishing Co., 1977.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **Reflexões sobre temas de comunicação**. São Paulo: USP, 1972.

MELO, José Marques de (Org.).**Transformações do jornalismo brasileiro: Ética e técnica**. São Paulo: Intercom, 1994.

MELO, José Marques de. **Comunicação: Teoria e política**. São Paulo: Summus, 1985.

MELO, José Marques de. **História social da Imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MELO, José Marques de. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELO, José Marques de. **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marylin. **As notícias como procedimento intencional**. **Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

MONTESQUIEU, Charles. **Do espírito das leis I**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/EdUnB, 2002.

MOYA, Gregorio Marañon. **Becquer – Periodista e el periodismo en el Siglo XIX**. Madrid: Asociación Amigos de Becquer, 1953

NEGREIROS, Gilberto. **Jornalistas contam a História**. Em FOLHA DE S. PAULO. **Dossiê Memória da imprensa**. Disponível em www.almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm. Consulta em 25/05/2008.

NIXON, Raymond. **La enseñanza del periodismo en América Latina**. New York: Chear, 1970.

OLIVEIRA, Wilson. **Como surgiu "Tribuna da Imprensa"**. Em "Comunicações e Problemas. Recife/Brasília: UCP e UnB, vol. III, nº 3, novembro de 1966.

PAULO, Heloísa H. de Jesus. **O DIP e a juventude** – ideologia e propaganda estatal (1939/1945). In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. N;14, vol. 7, Mar/Ago 1987.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAJA-GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa** (1865/1942). Rio de Janeiro, 1951.

RAMOS. Roberto. **Reflexões sobre a categoria Ideologia em Roland Barthes**. In Ecos Revista, ano 7, nº 2 – julho a dezembro de 2003. Pelotas: UCPel, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

ROGERS, Everett, DEARING, James e BREGMAN, Dorine. **Agenda-Setting Research: Where Has It Been? Where Is It Going?** In GRABER, Doris A. **Media Power in Politics**. 5ª edição, Oxford - Washington: CQ Press, 2006.

RODRIGUES, Mário. **Meu libello**. Memórias de carcere escriptas em torno de duas revoluções. Rio de Janeiro: Lux, 1925.

RUBIM, Antonio Albino. **Comunicação & Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas**. IV Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación. 1998.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

SANTOS, Jacinto Ribeiro dos. **O assassinato do General Pinheiro Machado**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1917.

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massa**. Lisboa: Asa, 1993.

SILVA, Hélio. **A República não esperou o amanhecer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SIMON, Pedro (Org.). **Discursos do senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado, 2004.

SIMON, Pedro. **Prefácio**. In BACCHIERI DUARTE, José. **100 anos da política brasileira**. Pelotas: UFPel, 1997.

SIQUEIRA, Carla. **A Imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas. 1890/1922**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado), 1995.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1922.

SOARES, Glauco Ary Dillon. **Censura durante o regime autoritário**. Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02htm - consulta em outubro de 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Versão disponível em http://chile.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf. Porto: 2001.

STOPPINO, Mario. **Poder**. In BOBBIO, Norberto (Org.). Dicionároio de Política. Vol. 2. Brasília: EdUnB, 1999.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa, política e cidadania**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo, Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florinaópolis: Insular, 2005.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Volume 8. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

WEBER, Maria Helena. **Consumo de paixões e poderes nacionais** – permanência e hibridação em espetáculos político-midiáticos. Rio: UFRJ, 1999 (tese).

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999.

WHITE, David Maning. **O *gatakeeper*: Uma análise de caso na seleção de notícias**. New York: Journalism Quaterly, vol. 27 nº 4. 1950 – versão traduzida para o português em WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR CONSULTADA

ABREU, Luciano Aronne de. **Estado Novo: O fim das políticas regionais?** Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. 33, nº 1, p.172-191, 2007.

ALMEIDA, Cristiane Rodrigues Soares. **O governo João Goulart nas páginas da Folha de S. Paulo**. Dissertação. Uberlândia: UFU, 2008.

ALVIM, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: Tchê!/RBS, 1985.

AMADO, Gilberto. **Mocidade no Rio e a primeira viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

AMORIM, José Salomão David. **Panorama da cultura de massa no Brasil**. In WRIGTH, Charles R. **Comunicação de massa. Uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro, Bloch, 1973.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Revolução de 30**. Da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ANDRADE, Jeferson de. **Um jornal assassinado**. A última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os Vargas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Globo, 1985.

AXT, Gunter e outros (Org.). **Julio de Castilhos**. **O paradoxo republicano**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. São Paulo: Globo, 2007.

AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. **Carlos Lacerda e o discurso de oposição na Tribuna da Imprensa (1953-1955)**. Niterói, 1988. Dissertação de Mestrado. ICHF/Universidade Federal Fluminense.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Júlio de Castilhos**: **Positivismo, abolição e República**. Porto Alegre, Edpucrs, 2006.

BARBOSA, Ruy. **A imprensa e o dever da verdade**. Salvador: S/N, 1920.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. Corag: Porto Alegre, 1985.

BECERRA, Martín. **Sociedad de la información: Proyecto, convergencia, divergencia**. Bogotá: Norma, 2003

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

BERCILO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**. **Da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual Editora, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, Regina Stela (Org.). **Cadernos de Comunicação**. Série Memória. Correio da Manhã. Compromisso com a verdade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 2001.

CAMPOS, Valério e MAESTRI, Flora. **João Goulart**. Porto Alegre: Tchê!/RBS, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Lucídio. **Da memória de um repórter**. Porto Alegre: AGE, 2002.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**. **A imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DIONI, Cleber. **O menino que se tornou Brizola**. Porto Alegre: Já, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA NETO, Edgar. **O improviso da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX**. Niterói: Universidade Federal Fluminense (dissertação de mestrado), 1989.

FOLHA DE S. PAULO. **Dossiê Memória da imprensa**. **Jornalistas contam a História**. In www.almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm. Consulta em 25/05/2008.

FONSECA, Virginia. **Sumária historia dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul**. Versão eletrônica in www.ufrgs.br/ppgcom - várias consultas em 2006. UFRGS, Porto Alegre, s/d.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

GRANDI, Celito de. **Diário de Notícias**. **O romance de um jornal**. Porto Alegre: LPM, 2005.

HOHLFEDLT, Antonio e BUCKUP, Carolina. **Populismo nacionalista nas páginas de um joral**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOCH, Ana Maria. **Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

KUHN, Dione. **Brizola**. **Da Legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LABAKI, Almir. **1961**. **A crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã**. In Dicionário Hisstórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2000.

LEAL, Carlos Eduardo. **Gazeta de Notícias**. In Dicionário Hisstórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2000.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre: Tche!/RBS, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria.**Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Ática, 2006.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MUÑOZ, Paulina Leyva. **Entrevista a Maxwell McCcombs: hay que reinventar el concepto de noticia**. In www.saladeprensa.org./art.247.htm - acesso em 30 de janeiro de 2007.

MORAIS, Fernando. **Chatô. O rei do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul**. Partes I e II. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marcos, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da G. (Org.). **História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

NOBRE, Freitas. **História da Imprensa de São Paulo**. São Paulo: SN, 1950.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de.**João Goulart na imprensa**. **De personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993.

PÁDUA, Elisabeth M. M. de. **Metodologia da pesquisa**.- **Abordagem teoricopratica**. 12ª edição. São Paulo: Papirus, 2004.

PINTO, José Machado da Silva. **Quando a imprensa é notícia**. ?: Temário, 1969.

PIRES, Renato. **Faculdade de Jornalismo**. **Última Hora.** Rio de Janeiro: Apoio e Produção, 2004.

PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e o seu tempo**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

PORTO, Rubens. **A técnica da imprensa nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

RABELO, Manoel. **Combatendo a tirania**. Folha da Manhã, 03 de janeiro de 1943 – citado em CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

RAUSCH, Fébio e HOHLFELDT, Antonio. **Jornal A Federação, o difusor da propaganda republicana gaúcha**. Revista Signos 28, n. 1 p. 7-21, 2007.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a Notícia**. **Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Brasília: EdUnB, 1982.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1966.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1955.

SILVA, Hélio. **1931 – Os tenentes no poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Hélio. **1935 – A revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Hélio. **1922 - Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Hélio. **1938 – terrorismo em campo verde**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Hélio. **1930 - A Revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVEIRA, Joel. **A feijoada que derrubou o governo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SOARES, Mozart Pereira. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: IEL, 1991.

SOUZA, Rivadávia de. **Botando os pintos nos is**. **As inverdades as memórias de Samuel Wainer**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

SOUZA, Rivadávia de. **Astronauta de pandorga**. Memórias de um jornalista. Porto Alegre: Sulina, 1996.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Global, 1993.

VALS, Luiz. **Brossard**. **80 anos na história política do Brasil**. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Jango**. Um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2003.

WAINBERG, Jacques. **Império de palavras**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record: 1987.

ANEXOS

Anexo A – textos selecionados

A.1 A Federação, 10 de setembro de 1915, capa

Continuam as demonstrações de pezar pelo trágico passamento do eminente cidadão e inclyto chefe republicano general Pinheiro Machado e de protesto contra o nefando attentado que o victimou.

O dr. Borges de Medeiros, nosso egrégio chefe e presidente do Estado, o general Salvador Pinheiro, illustre vice-presidente do Estado em exercício e o dr. Protasio Alves, illustre secretario do Interior têm recebido extensivo nummero de telegrammas de condolências de todas as partes do nosso e de outros Estados da União, bem como do extrangeiro.

Á A Federação, orgam do partido republicano riograndense, têm sido também enviados do Estado e de outras partes do paiz innumeros telegrammas de pêsames e á nossa redacção grande nummero de amigos e correligionários nos têm vindo pessoalmente trazer as manifestações de pezar.

Os estabelecimentos de ensino, escolas superiores, gymnasios e outras instituições de ensino secundário, escolas publicas e particulares suspenderam as suas aulas em homenagem á memória do illustre morto.

As repartições federaes, estaduaes e municipaes, os diversos estabelecimentos de ensino e innumeras corporações conservam em suas fachadas os pavilhões á meia haste.

A imprensa desta capital e de todo o Estado e de todo o paiz como se vê dos despachos telegraphicos, é unânime em verberar a monstruosidade do attentado e em reconhecer as grandes qualidades do excelso senador Pinheiro, como cavalheiro, cidadão e político.

Em todas as rodas em que se commenta o luctuoso acontecimento, domina a nota de profundo pezar pelo passamento do eminente homem publico e de reprovação ao processo torpe adaptado para atacal-o.

O assassino, que diz ser praça desertora do Exercito e ter sido agente de policia, declarou morar á rua Bento Lisboa número 120, numa casa de commodos infecta, como muitas que por ali existem, quase que totalmente habitadas por gente de cor preta avultando em numero as mulheres que parecem não ser de vida muito honesta.

Nessa casa ninguem o conhece, o que se explica pelo facto delle ser ahi morador com o nome de João Dias Regis.

Essa circunstancia foi por elle confessada ao chefe de policia, dr. Osorio de Almeida, delegado auxiliar, deu alli uma busca não constando que tivesse encontrado nada que se relacionasse com o fato.

Alli apenas havia um colchão, uma mesa, e nenhuma roupa.

Como o assassino tivesse declarado ter sido agente de policia, o comissario Campos, sub-inspetor do corpo de agentes, mandou que fosse procurado o seu promptuario – na escrita original.

A.2 A Federação, 10 de setembro de 1915, páginas internas:

O criminoso, **Francisco Manso Paiva Coimbra**, que diz ser natural de Jaguarão, não era completamente desconhecido. Há quem affirme ter sido elle visto nos ultimos meetings realizados no Largo de São Francisco de Paula, e, por vezes, parado nas immediações do Senado.

O guarda civil número 418, que o prendeu, disse que era elle conhecido como sendo um individuo que ordinariamente parava á praça Duque de Caxias (Largo do Machado).

Quando por occasião de ser lavrado o auto de flagrante, o assassino, que sempre se conservou inteiramente calmo, pediu, por vezes, agua para beber ao ver que se preparavam as machinas photographicas dos jornaes para retratal-o e se empertigou, tomando pose para ser photographado – idem, com grifo também do original.

(...)

Interrogado, disse o assassino que as suas declarações são as de seu depoimento, já publicado em todos os jornaes; que affirmou estar satisfeito em haver cumprido um voto que há muito fizera.

Disse ter pae e mae vivos, no Rio Grande do Sul, de onde é filho. Seu pae é Francisco Paiva Coimbra, portuguez, padeiro; sua mae, d. Maria de Jesus, natural de Rio Grande; de parentes tem apenas uma irmã, Conceição, também no Rio Grande do Sul, não tendo aqui, no Rio, sinão ligeiros conhecimentos.

Sempre guardado á vista, o assassino passou a noite calmo, dormindo algumas horas, recusando, entretanto, qualquer alimentação a não ser só café. Tem o (...) abatido, pronunciadas olheiras e uma barba mais crescida. Veste ainda o mesmo terno escuro com que foi preso. Deixa-se photographar sem a menor resistencia. O maior temor que o criminoso manifesta é o que lhe poderá acontecer na Casa de Detenção, para onde não deseja ir. Sabe que o diretor desse presídio era amigo

particular do general Pinheiro. Receia ser maltratado ali. Ás 11h da manhã foi entregue ao criminoso a nota de culpa, depois de ter sido elle identificado pela (...) do Gabinete de Identificação e de Estatistica, no 6º districto – idem.

(...)

Ainda não é conhecida a personalidade de Francisco Manso Paiva. No 58º batalhão de caçadores, com sede em Nictheroy, o coronel comandante informou o seguinte: que o actual batalhão foi organizado há 2 annos, e nelle se acham incorporadas as 9ª e 8ª companhias isoladas, ja extintas, ha quasi quatro anos e que os officiaes Americo Abreu Lima, Philadelpho Rocha e outros que pertenciam aquellas companhias não guardam a menor recordação do ex-sargento Manso e que esperam, por isso, os traços caracteristicos do assassino para verificar, se de facto, é elle desertor ou não, visto pelo nome não o terem encontrado, parecendo que alli se alistou com outro nome – idem.

A.3 A Federação, 18/09/1915, capa

Realizou-se, esta manhã, a trasladação de bordo do Javary para uma das salas do edificio da Intendencia Municipal, do corpo exanime do eminente republicano rio-grandense, o senador Pinheiro Machado.

No desejo de recapitular as primeiras e eloqüentes demonstrações de tributo cívico que está promovendo o arrasto da opinião e alma colectiva deste Estado à grandiosa, significativa e espontanea manifestação pública de pezar que há de ser a romaria amanhã, 'A Federação' relata, hoje, nestas columnas, o que foi a recepção no porto de Rio Grande dos despojos do grande brazileiro, conduzido pelo couraçado 'Deodoro'.

A commitiva

Conforme noticiamos, partiu daqui, a 13 do corrente o vapor 'Javary', do Lloyd Brazileiro, levando uma grande commitiva composta dos nossos amigos, srs. drs. Protasio Alves, secretário do Interior, representando o benemerito chefe do partido republicano e presidente do Estado, dr. Borges de Medeiros, o general Salvador Pinheiro Machado, illustre vice-presidente em exercício do governo estadual, Dr. Barreto Vianna, presidente da Assembléia dos Representantes, desembargador Epaminondas, presidente do Superior Tribunal, dr. Benito Elejalde, representando o Dr. Montaury Leitão, intendente de Porto Alegre, dr. Joaquim Ribeiro, representando o Conselho de Municipal desta capital, desembargador André da Rocha, director da faculdade de Direito, dr. João Ferlini, representando o Dr. João Pereira Parobé e a Escola de Engenharia, dr. Sarmento Leite, director da Faculdade de Medicina, dr. Landell de Moura, director da Faculdade

Homeophatica, representando este estabelecimento de ensino e a Assistencia Publica Municipal, Barão Von Bassewitz, director da Escola Médico-Cirurgica, Coronel Marcos de Andrade, deputado estadual e chefe do partido republicano de Porto Alegre, coronel Luiz da Rocha Faria, representante do Club Julio de Castilhos, coronel Euripedes Mostardeiro, representando a Praça do Commercio, coronel João Mariot (...) e segue uma longa lista – reproduzida aqui na escrita da época.

A.4 A Federação, 18/09/1915, página 2:

O 'Deodoro', construído nos estaleiros de Toulon, em 1895, segundo os planos navaes do governo do Marechal Floriano Peixoto, possue uma artilharia composta der 24 canhões de 0,24, quatro de 0,12, quatro de salvas de 00,57, e 3 torres.

O calado é de 3 ½ pés.

Apenas fez uma viagem ao estrangeiro, indo á República Argentina.

A guarnição deste cruzador é de 280 homens, sendo a officialidade a seguinte: commandante, capitão de fragata Pedro Vieira de Mello Pina, immediato, capitão de corveta Benjamin Goulart, encarregado de artilharia, capitão-tenente Esculapio César de Paiva, a quem está confiado o serviço de navegação, 1°s tenentes Alfredo Sinay, Amaury Sadock de Freitas, Antão Barata, Valentim Dunham Filho, Raul Lobato Ayres e Nelson Noronha de Carvalho; chefe de machinas, capitão de fragata José Gomes de Paiva, 1°s tenentes engenheiros machinistas Londolpho Rasteiro, José Alexandre de Menezes, José Veiga, e Seabra Muniz; commissario capitão-tenente Somerico Eugenio Ferreira Guimarães; médico, capitão-tenente Julio Pires Porto Carrero.

O 'Deodoro' desloca 4.500 toneladas, sendo a sua velocidade de 12 milhas por hora, com bom tempo...

Ante-hontem, quando o 'Deodoro' fazia o percurso do pharol de Mostardas á barra de Rio Grande, apanhou forte vento de S.W. que fez com que somente ás 7 ½ horas da noite fosse assignalado o pharol da barra.

Ahi recebeu o practico e demandou o porto, fundeando emfrente á Praticagem quasi á 1 hora da madrugada. Hontem pela manhã, comboiado pelo 'Javary', suspendeu e ás 9 ½ atracou no ao Porto Novo.

A viagem do Deodoro

Sabíamos que a viagem do couraçado 'Deodoro' foi assignalada por numerosos incidentes. Procuramos, para bem informar nossos leitores, ouvir os passageiros que nesse navio vieram acompanhando o corpo do senador Pinheiro Machado.

Segundo os informes que conseguimos obter, apuramos: que o 'Deodoro', depois de receber o corpo do general Pinheiro Machado,

manobras indispensaveis dentro da bahia do Rio de Janeiro, fez-se ao mar em demanda do nosso Estado.

A viagem correu magnifica até Anhato Merim, no Estado de Santa Catharina. O navio penetrou o canal e ancorou emfrente á Fortaleza de Santa Cruz.

A noticia da estada do 'Deodoro' nas proximidades de Florianopolis fez com que, horas depois, viesse a bordo ver os restos mortaes do vice-presidente do Senado, o governador do Estado, coronel Phillippe Schmidt, que se fez acompanhar dos senadores Hercilio Luz e Vidal Ramos, Bispo Diocesano, Chefe de Polícia, coronel Eugenio Blum, deputados estaduaes e outras autoridades. Demorou-se algum tempo na camara ardente, armada no salão nobre do navio, e depois de apresentarem pesames aos representantes que acompanhavam o cadaver, retiraram-se.

Também estiveram a bordo o capitão do Porto, commandante da fortaleza e officiaes inferiores da capitania e da fortaleza.

Á tarde o 'Deodoro' aproou para o mar alto. Ao chegar, porém, á Barra Norte de Santa Catharina, o couraçado achou-se em meio de extraordinária cerração, o que fez ...

A.5 A Federação, 20/09 1915, capa:

... agora da multidão consternada, cujo profundo reconhecimento expressa que nenhum vislumbre de inveja, de malevolencia, de ódio ou de crueza infamou jamais a política do venerando martyr riograndense, nem houve um só feito seu abjecto e indigno da República.

Muito antes da hora assignalada para a partida do cortejo, já pelas ruas – onde os consulados, repartições federaes, estaduaes e municipaes ... de associações locaes e outros estabelecimentos conservaram os pavilhões em funeral – se avolumava o movimento da população que, a pé, nos bondes, carros e automoveis, demanda a proximidade da Intendencia, a Praça XV de Novembro e as extremidades das ruas adjacentes regorgitavam de povo.

Já então se achavam na camara ardente, no saguão e escadarias da Intendencia, além dos membros da familia do illustre morto, dr. Ângelo Pinheiro Machado e sra. , Antonio, Damião, Hugo e Dulphe Pinheiro Machado, o capitão-tenente Alvim Pessoa, representando o presidente da república e Almirante Alexandrino de Alencar, deputados João Simplicio e João Benicio, pela bancada riograndense, dr. João Pedro pela mesa do Senado, dr. Álvaro Rodrigues, pela Prefeitura Municipal coronel Zoroastro Cunha, pelo Conselho Municipal; dr. Gastão Azambuja, pela exma. esposa do extincto; deputado Oliveira Machado e sr. Álvaro Novaes, pelo Centro de Estudantes Pinheiro Machado, todos membros da commitiva que acompanhou desde o Rio de Janeiro o

corpo do extincto patrício; dr. Protásio Alves, secretário do Interior; dr. Marinho Chaves, secretário da Fazenda; dr. Pereira Parobé, secretário de Obras Públicas; dr. Barreto Vianna, presidente da Assembléia dos Representantes; os membros do Superior Tribunal; representantes do general Gabino Besouro, commandante da região militar, tenentes Ibanez Cardoso Agostinho Goulart; generaes Carlos Frederico de Mesquita e Ildefonso de Moraes Castro, commandantes da 9ª e 10ª brigadas de Infantaria e Bello Brandão, commandante da Brigada de Artilharia; corpo consular; representantes do partido republicano dos municípios de todo o Estado; representantes da imprensa, dos estabelecimentos de ensino primario, secundario e superior e grande numero de commissões.

Ás 10 horas o general Salvador Pinheiro Machado, o dr. José Montaury, membros do Conselho Municipal acercaram-se do ataúde e seguraram-lhe as alças, transportando o corpo do grande e inditoso brazileiro para a carreta de artilharia, que o aguardava junto ás escadarias que dão accesso ao recinto da Intendência.

O general Salvador Pinheiro Machado, rodeado de pessoas gradas, tomou logar á frente do esquife que era amparado pelos demais membros da família do pranteado senador; altas autoridades civis e militares seguraram nos cordões da carreta, e o prestito movimentou-se, observando a ordem seguinte, a começar pela frente: a escolta presidencial, commandada pelo tenente Arlindo Franklin Barbosa; dois coches fúnebres tirados cada um por duas parelhas pretas; dois carros do corpo de bombeiros e seis caminhões, conduzindo coroas; sete andores sobre os quaes iam as grandes coroas: dos funccionarios da Intendência Municipal e dos da Administração dos correios, conduzidas por funccionarios destas repartições; do Club Militar de Officiaes da Guarda Nacional; por officiaes da mesma milicia; da Brigada Militar, por inferiores; do exmo. Dr. Borges de Medeiros, por agentes municipaes – todas estas de flores naturaes; a coroa dedicada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de bronze sobre um fundo de fino tecido com as cores da bandeira riograndense.

Continuava o prestito o pessoal da redacção, gerencia e officinas d' A Federação.

Vinha após a carreta, tirada por 20 inferiores da Brigada Militar, ladeada por um piquete de praças da mesma milicia.

Seguia-o o general Salvador Pinheiro Machado, em companhia de seus irmãos e sobrinhos e rodeado de representantes da presidencia da Republica, das altas autoridades civis e militares, corpo consular, representantes do clero, da imprensa, do partido republicano e dos municipios de todo o Estado e de grande numero de commissões, fechando o cortejo longa e compacta marcha popular.

Nessa ordem, passou pelas ruas Sete de Setembro, praça senador Florêncio, rua dos Andradas, Vigario José Ignacio, General Vitorino, Dr. Flores, Praça Conde de Porto Alegre e pelo Campo da Redempção até ao cemiterio.

Em todo o percurso, pelas calçadas, as janellas, sacadas e portas dos edifícios notava-se grande aglomeração de exmas. famílias e de povo. Os combustores da illuminação publica estavam accesos e envoltos em crepe.

Á entrada do Campo da Redempção em frente ao Gymnasio Julio de Castilhos, estavam postados em fila dupla os alumnos do Instituto Techinico Profissional da Escola de Engenharia (...).

O dr. Borges de Medeiros, illustre presidente do Estado, benemerito chefe do partido republicano que, por motivo de seu estado de saúde não pudera comparecer ás cerimonias, dirigiu-se diretamente, de automovel, acompanhado do seu secretario particular e Octavio Rocha e do seu ajudante de ordens, capitão Lourenço Gatani, para o cemiterio, onde aguardou a chegada do corpo do egregio senador riograndense.

Nas immediações do cemiterio premia-se enorme multidão.

O serviço de transito no portão do cemiterio era feito por um cordão de agentes da policia administrativa.

O prestito marchou na ordem em que vinha até a base da colina do campo santo.

Estacaram então os vehiculos que conduziam as coroas. Os andores preosseguiram, indo localizar-se ao fundo da avenida principal do cemitério.

Ao approximar-se a carreta do portão, encaminharam-se á frente, para o recinto da necropole, o general Salvador Pinheiro Machado e os demais membros da familia do saudoso extincto, aos quaes o dr. Borges de Medeiros abraçou consternado, acompanhando, dali em deante, toda a solemnidade.

Transportado o feretro a mão para uma peça adrede preparada entre o monumento do saudoso Patriarcha e a sepultura destinada a receber os despojos do mallogrado senador Pinheiro Machado, falou o coronel Zoroastro Cunha. – conselheiro municipal do Districto Federal (segue a integra do discurso).

A.6 Correio da Manhã, 09/09/ 1915, capa:

A lamina de um punhal encerrou hontem, subitamente, a vida do senador Pinheiro Machado; e esse homem de vontade de aço, que enfrentou ... com o maior frio de todos os ânimos situações políticas tempestuosas, que collaborou em todas as aventuras de partido, quando dellas via que resultava o engrandecimento de seu poder pessoal, morre no momento em que, certo, menos esperava a morte.

De facto, não estava elle agora na luta, senão no preparo do luto. Suas ultimas eram nuanças mal succedidas, tinham-lhe demonstrado a necessidade de reorganizar o grupo de amigos com que contava no Parlamento. E, enquanto não emergia dos combates para a glorificação fácil de seus próprios favoritos, era um homem na penumbra.

Por isso, supprimiram-n'o de surpresa, pois mesma a sua impopularidade, sem precedentes em toda a historia política do paiz, soffria a depressão do ostracismo.

Adversário intransigente do senador Pinheiro Machado, este jornal não pretenderia nunca, e sobretudo neste momento, attenuar os seus erros, encobrir a influencia funesta que exerceu sobre os destinos da Republica, ou abrir excepção de tolerância para os detestáveis processos com que ele vencia seus lances da política. Precisamente por isso é que nos julgamos obrigados a condemnar, antes de qualquer outro, o assassinato político como solução para as dificuldades políticas. E fazemol-o com insuspeição, pois, em virtude e em conseqüência da luta que travamos com o senador Pinheiro Machado, por duas vezes tivemos a vida do nosso diretor em perigo de morte imminente.

Desejamos extinguir não o sr. Pinheiro, mas o seu poder, a força de sua acção discrecionaria sobre todos os governos que se succediam, o absolutismo parlamentar, de que elle fôra creador, para rebaixamento e descrédito do regimen representativo. Queriamol-o vencido, mas vivo.

Assim, não há como pretender que a nossa sympathia acompanhe o gesto do assassino de hontem. Este foi um desvairado, como tantos outros que se excitam á pratica do crime político, e, á maneira dos que mataram Sadi, Canot, Canovas del Castillo e Jaurés, é um jovem, em cuja mentalidade, dentro em pouco tempo, talvez se encontrem vestígios de taras perniciosas. Isso bastaria para excluir a hypothese da solidariedade, com o assassínio, de qualquer dos políticos ou dos jornalistas políticos que encararam de frente e ainda encaravam a pessoa do sr. Pinheiro Machado.

Mas a maledicência e a perversidade já insinuam que o crime foi uma conseqüência da campanha vigorosoa e cerrada da imprensa contra o morto de hontem. A observação é do numero daquelles que provam de mais, pois dessa campanha não havia, nem nunca houve, senão um

único responsável – o próprio sr. Pinheiro. Não era a imprensa que estimulava os seus desatinos, pelo gosto de os denunciar em seguida. Todos os attentados políticos de que esse homem fé fez o autor espiritual desde aquelles que se (ileegível) nas assembleas parlamentares, até os que culminaram no assalto armado ao poder, foram praticados, algumas vezes, para a satisfação de seu capricho pessoal, mas sempre visando o augmento do seu poder arbitrário e sem contraste. O desfecho sanguinolento do Hotel dos Estrangeiros emanou, desse modo, da própria natureza das contendas em que a vida do sr. Pinheiro Machado decorreu, nas alternativas dos tryumphos e dos revezes, aquelles conquistados, estes evitados sem que elle escolhesse para uns e para outros os melhores processos.

O sr. Pinheiro, embora velho, não era um desiludido ou blasé; tinha, na sua alma de ferro, constantemente acesa a paixão do mando. Conhecedor dos homens, em cujo convívio aprehendia a ser psychologo, sabia como os conquistar. Uma das suas armas predilectas era a cortesia diplomática. E foi quando se encaminhava para a exercer mais uma vez que o seu assassino o apunhalou.

Morreu, assim, como um verdadeiro estrategista político: na acção ...
(fim)

A. 7 Correio da Manhã, 10/09/1915, capa

O sentimento de reprovação geral que houve em torno do assassinato do senador Pinheiro Machado é a prova ineludivel de que felizmente ainda não acceitamos o crime como processo regular de eliminação política. Tendo o paiz experimentado, durante quatro annos de desatinos que o affundaram no descrédito da moratória todas as desilusões que os máos governos geram, nem por isso se nivelam ás nações desgraçadas pelo caudilhismo sanguinário e, no momento em que a suspeita do advento dessa praga maldita se faz sentir, corre, pelos seus órgãos mais autorizados, a reclamar o logar que não perdeu no convívio dos povos adultos.

É ocioso procurar, com a exploração partidária, dar ao acto do criminoso significação diversa da que elle tem. Nenhum homem de responsabilidade lhe emprestsou, mesmo implicitamente, seguir a sua benevolência; e a morte do senador Pinheiro Machado, pranteada na Câmara por vinte e tantos oradores, representantes das correntes políticas e dos grupos políticos mais diversos, chorada nos jornais que foram os seus mais intransigentes adversários, recebida pela população como uma fatalidade inútil, não póde dignamente servir de ensejo a recriminações. Della se deve dizer, como o faz o illustre brasileiro Ruy Barbosa, que é uma lição viva contra os excessos de violência e sangue; e não se deve dizer mais nada.

Por isso, é profundamente extranhavel que pretendamos apurar as causas remotas do crime, attribuindo-as á campanha da imprensa contra o morto, quando é certo que essa campanha não foi feita sem os mais duros perigos e poderia hoje ter, egualmente, os seus martyres immolados não já pelos assassinos que se arriscam ás incertezas do seu golpe, mas pelos que sentem atraz de si o poder sem contraste, garantidos na impunidade.

Estamos virgens do pecado da subversão. Nunca fomos, neste nornal, órgão de sentimentos desequilibrados; nunca accendemos o estopim das reivindicações espúrias, que disfarçam o punhal, como fez o assassino de Sadi Cannot, num ramalhete; nunca combatemos pelo desejo de pregar a desordem, de instigar ao delicto. E, na critica vehemente que não deixamos em caso algum de formular contra os indivíduos, quando entediamos que elles, no exercício das funcções publicas, mentiam á nação, jamais se encontrou o resaibo, o vislumbre, a sombra, a possibilidade dum conselho máo ou dum cortejo de paixões subalternas. E as tempestades nunca as armamos contra os outros, sem dellas primeiro experimentar.

Nestas condições, não nos julgamos attingidos pela baixa exploração feita em volta do cadáver do senador Pinheiro Machado e levada mesmo á tribuna da Câmara, com o applauso de alguns membros isolados da representação rio-grandense e por um membro dessa representação repetido no Senado. Mas temos o dever de repellil-a, enfrentando os que, no desespero que lhes trouxeram as tristes conseqüências dos seus erros anteriores, profiam por dar a outrem a responsabilidade dos ventos que só elles sopraram.

Reclamamos, para o nosso jornal, como órgão de opinião independente, a consideração que elle se esforça de merecer e que não perde quando faz a critica dos homens, sabendo que para ella existe, se excedida, uma sancção penal. Temos direito ao titulo de adversários históricos do senador Pinheiro Machado, porque começamos a combatel-o quando esse ardente cidadão lançava, na política, os alicerces da sua muralha chineza. Mas estamos seguros de que nunca lhes pregamos o assassinato. Reptamos os adversários desleais que escolhem este triste momento para as suas retaliações calumniosas a que descubram, nas collecções da nossa folha, em quinze anos de sua existência, entre as phrases de candente indignação com que denunciamos e combatemos os processos da política do senador Pinheiro Machado, uma donde se tire a ilação do crime político.

Assim, temos offerecido aos inimigos impenitentes do Correio a melhor opportunidade que poderiam encontrar de nos confundir.

A.8 Correio da Manhã de 11/09/1915, capa:

Não é nosso desejo avançar sobre o assassinato do senador Pinheiro Machado juízos ligeiros. Tendo condenado esse crime, que nos pareceu, mais do que qualquer outro, merecedor de nossa censura formal e immediata, por dele haver sido victima precisamente o homem que fomos os primeiros a combater no Brasil e que combatemos até no dia de seu trágico desapparecimento, estamos bem longe de admitir a duvida sobre a sinceridade das nossas manifestações.

Mas é evidente que se procura tirar do facto uma impressão pelo menos nova. Políticos, alguns com responsabilidades conhecidas, declaram acreditar que o gesto do criminoso não foi um acto isolado, e que elle tem cúmplices, unidos num mesmo trama, á que não falta o caracter de conluio político.

Repugna acceitar esse hypothese, que a exploração partidária insinua, sem sem o menor respeito pelo cadáver ainda insepulto do sr. Pinheiro. A impressão sobre o triste acontecimento é uma só: a de que se trata do mero impulso individual de um desequilibrado, e que o assassínio do chefe do Partido Conservador foi commetido nas mesmas circumstancias em que têm sido os de outros homens públicos em evidencia. O exemplo ainda recente de Canalejas, na Hespanha, offereceria a esse respeito, um parallelo exacto.

Demais, que interesse de partido poderia hoje exigir a eliminação do sr. Pinheiro Machado. Elle não era mais que um homem na penumbra. Seu poder estava quase que reduzido ao seu Estado. As últimas defecções dos seus amigos tinham diminuído sensivelmente as proporções da sua figura de chefe da política brasileira. No próprio Senado, quartel da sua velha guarda, alguns rumores de insubordinação davam o rebate da retirada iminente... A noticia da sua morte produziu grande e enorme sensação, mas não abalou a vida constitucional, a ponto de se pensar que esse doloroso acontecimento era precursor de horas amargas. Não houve o retraimento habitual nas praças, quando o pânico se estabelece. Hontem, o cambio chegou até a subir. E finalmente, as inequívocas manifestações de solidariedade recebidas pela família do morto da parte de todos os seus adversários políticos, indicou que não foi a política que armou o braço assassino.

Como, pois, persistir na exploração que se está fazendo?

Se há algum indicio que houve o contrario – que o apure a policia, que aja, que interrogue, que esmerilhe e esmiúce, e de tudo dê logo conhecimento á nação. O que não póde continuar é a accusação sob a forma de insinuação. Os políticos que se têm externado nesse sentido devem ser interrogados, devem explicar porque é que acreditam na

existência dum conluio de que o assassino do sr. Pinheiro tenha sido a expressão inelludivel. Precisamos acabar com essas reticências e meias palavras, para que não acreditemos, e com justo motivo, que os verdadeiros conspiradores são os que assim procedem, lançando a duvida nos espíritos e preparando artificialmente uma situação que não existe.

A.9 Correio da Manhã, 12 de setembro de 1915, capa.

Entre as pessoas que acompanharam as hommenagens prestadas ao corpo do senador Pinheiro Machado, ninguém vio o marechal Hermes.

...

E o marechal era, sabe-se, o único homem que tinha o seu logar ... no cortejo. Elle já não havia, deante do féretro, ... personalidade politica, abrigada ao lado do ... e das lagrimas ... mas um amigo excepcional, cuja dor só não podia comparar-se a de uma única pessoa: a viúva.

De facto, era inútil separar, nesses... tempos, a ... do ex-presidente da Republica, da do senador rio-grandense. Os ... do partido que este fundou e aquelle prestigiara, quando no governo, tinham ... ... entre ambos uma amizade indestructivel. Transparentemente cavalheiresco, habituado a ... de frente não só os homens, mas as circunstancias, o sr. Pinheiro Machado ainda agora acabamos de ... a repulsa tempestuosa dos seus amigos do Rio Grande contra a candidatura do marechal a senador. E na ultima ordem do chefe político, dada ... antes de morrer, foi convencendo os membros do Senado para apressarem, no dia seguinte, o reconhecimento do malfadado candidato.

Como, pois, admitir que o marechal deixasse ficar vago no cortejo fúnebre do amigo o logar que lhe cabia? Como justificar ... contrário, defendel-o ou explical-o?

Não precizamos fazer profissão de fé de arrependimento para reconhecer no sr. Pinheiro Machado, ao lado do político cuja influencia combatemos, um homem que olhou em linha certa. Não foi sua tremenda impopularidade senão a conseqüência de sua irreductivel lealdade. Pelos amigos tudo fazia. Arriscava facilmente o desejo do escolhido quando via que não era o preço do ... dum amigo. E esse typo encouraçado para todas as luctas tendo sido, por uma ... contradição, o chefe da política, não era senão um máo político, pois, em vez de collocar-se deante as circumnstancias, queria, muitas vezes, crear as circumstancias.

Das amplas coxilhas onde formou a sua alma de rústico, que o verniz da cidade não escondeu nunca, fica-se-lhe a idea de que na politica também se descortinam os horisontes abertos. Não tinha a astúcia do

homem da caatinga, acocorado nas voltas do caminho para atacar ou defender-se. General feito nas batalhas, seria incapaz de comprehender a guerra moderna, de trincheiras. Sua táctica era a as grandes massas que se chocam na planicie. Estava, na militança, atrasado meio século; estava na política como na militança.

Por isso, na vida política do sr. Pinheiro Machado os fracassos e as victorias tão a miúdo se alternavam. E, tendo a idea de dominar sempre o adversário, acontecia, não raro, esmagal-o, aniquilal-o, trucidal-o, quando poderia simplesmente aprisional-o.

Não fazemos essa pequena digressão senão para accentuar o caracter cavalheiresco do homem e, mais, que foi esse caracter que o levou, contra todas as conveniencias manifestas da política, a apresentar e sustentar a candidatura do marechal. Hermes a senador. Não temia a idea da morte e teve o animo capaz para admitil-a e aceital-a nas contendas que travou. Mas... homem atrasado de meio século, não reflectiu nunca que essa idea pudesse dar-lhe a visão dum marechal, e, portanto, dum guerreiro apavorado apenas deante de um esquife. E para que ficasse sempre com a sua alma antiga, morreu antes de aprender mais esta lição, no grande livro da vida...(fim do texto).

A.10 Tribuna da Imprensa, 02/08/1954, capa

"SOMOS UM POVO HONRADO GOVERNADO POR LADRÕES"

A.11 Tribuna da Imprensa, 05/08/1954, capa:

... perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá a audácia para atos como o desta noite. Esse homem chama-se Getúlio Vargas. Ele é o responsável intelectual por esse crime. Foi a sua proteção, foi a covardia dos que acobertaram os crimes dos seus asseclas que armou de audácia os bandidos. Assim como a corrupção gera a violência, a impunidade estimula os criminosos...

... Rubens Vaz morreu na guerra. Morreu este querido amigo na mais terrível, na mais insidiosa das guerras: a de um povo inerme contra bandidos que constituem o Governo de Getúlio Vargas.

Um regime de corrupção e terror.

Getulio é o responsável intelectual.

O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura.

A.12 Tribuna da Imprensa, 06 de agosto de 1954, capa:

> - falava-se que Getúlio, aos 13 anos, teria baleado mortalmente, com ajuda de seus dois irmãos, a um desafeto na escola; instinto assassino dele e da família.

A.13 Tribuna da Imprensa, 06 de agosto de 1954, editorial de Lacerda:

> Quanto a mim, tenho apenas a dizer que o sacrifício de Rubens Vaz torna irretratável o meu compromisso de luta. Nunca mais, enquanto viver, deixarei de lutar para que o Brasil seja redimido dessa mancha que se chama Vargas... Não é a vingança que procuro. Não é vindita que reclamo. É a razão de ser, a significação humana e patriótica do sacrifício do major Vaz que procuro realçar para que fique bem claro que, se até agora lutei um pouco, darei o resto da minha vida para que o espírito Vargas, a infâmia Vargas, o crime que se chama Vargas, essa frieza moral, essa ambição sinistra, essa mentira cínica, essa promiscuidade porca de um governo que rouba o povo para com o dinheiro do povo enganar o povo, desapareçam da face dessa nação tão digna de melhores dias e de homens mais dignos à frente se seus destinos.

A.14 Tribuna da Imprensa, 06 de agosto de 1954, Outro texto, "Começou a Impostura dos Mandantes", também na capa:

> É então que os pistoleiros de Vargas caçam na rua o joralista e seu filho menino e abatem o inerme, honrado e heróico aviador Rubens Florentino Vaz. A corrupção para se manter recorre à violência. Quantas vezes dissemos, denunciamos, sustentamos isto? Aí tem a prova.
>
> O governo de Getúlio, é pois, além de imoral, ilegal. È um governo de banditismo e de loucura. Nenhum homem digno pode a ele pertencer, pode tolerá-lo sequer, sem arrastar-se com ele a lama de sua indgnidade funcional e política e, já agora, no sangue do inocente que os bandidos a seu soldo derramaram.

A.15 Tribuna da Imprensa, 09/08/1954 – editorial de Lacerda "Mistificação monstruosa":

> (polícia empenhada em) tumulturar o inquérito, em retardá-lo, sonegá-lo ao conhecimento do povo... Pela memória do major Vaz, pelo meu filho

> que vi caçado em plena rua, já não por mim que tenho a vida jurada por tais bandidos, requeiro ao Congresso, exponho às Forças Armadas, imploro ao povo, suplico a Deus, que tenham piedade do Brasil.

A.16 Tribuna da Imprensa de 24/08/1954, capa, com a manchete "Suicidou-se Getúlio Vargas", em letras de 8 centímetros, com o olho:

> Desfechou um tiro no coração – O suicídio ocorreu em seus aposentos particulares – O médico da Assistência nada pôde fazer – O general Caiado de Castro desmaiou ao ouvir o disparo – Zenóbio proibido de entrar no Palácio do Catete.
>
> ---
>
> "Getúlio Vargas não é mais o chefe legítimo do governo. É o espectro dos seus crimes que paira sobre a nação... no seu sibaritismo silencioso, é hoje uma promessa de maldição sobre o rosto puro e aflito do povo brasileiro" - Tribuna da Imprensa, 9/8/54
>
> "(...) trata-se, evidentemente, de um caso de salvação pública. É a própria autoridade do Estado que está se dissolvendo (...) o que se imporia era a suspensão pura e simples do sr. Getúlio Vargas" Na Câmara, o chefe do Partido Libertador (aliado da UDN), Raul Pilla, TI 9/8/54.:
>
> " (...) razões políticas evidentes estão a assinalar a periculosidade do sr. Getúlio Vargas, vis a vis as instituições democráticas". Discurso de Herbert Levy, da UDN durante o processo de impeachment encaminhado pela UDN (fragorosamente derrotado):

A.17 Correio do Povo, 07/08/1954, editorial "**Revoltante atentado**" na página 4:

> O atentado que sofreu, anteontem, em movimentada arteria do Rio de Janeiro, o jornalista Carlos Lacerda, estarreceu e revoltou a **população inteira** do país, que tanto se deduz de todas as manifestações estampadas nos orgãos de publicidade:
>
> Não houve, a bem dizer, um só setor da **opinião nacional**, onde não se profigasse a ocorrencia, em têrmos nos quais se revela, de fato, uma indignação sem precedentes, à semelhança do próprio crime, perpetuado friamente e de emboscada.
>
> Tais as proporções da agressão que, em meio dela, perdeu a vida um distinto oficial da aeronáutica, enquanto ficava ferido o conhecido batalhador do jornalismo carioca (grifos do doutorando).

"Mas não constituiu, apenas, um atentado contra um homem, senão e sobretudo um atentado contra a liberdade de imprensa, que a representa o alvo da criminosa investida". Ora, as violencias dessa espécie já não mais se admitem, ou sequer concebem, numa nação que se preza de civilizada, que tais foros se atribuem ao Brasil.

Sem embargo disso, uma onda de crimes atinge os varios pontos do país e, ao que se sabe e tanto mais contrista, passaram a registrar-se também, com a maior freqüência, em plena metrópole brasileira.

Um ambiente assim criado e que se mantém, apesar de existir uma organização policial, ao menos nas tabelas orçamentárias, é realmente propício ao surto de delinquência que entrou a fazer praça da certeza da impunidade.

É de esperar-se, contudo, que tal não suceda em relação ao atentado de Copacabana, cuja repercussão foi positivamente extraordinária.

A.18 Correio do Povo, 14/08/1954, editorial "**A PALAVRA DA IGREJA**":

"A meio da agitação social e política, que tem assinalado o desenvolvimento da vida nacional nos três últimos decenios, a morte desse jovem brasileiro é como um apelo, doloroso e sangrento, a que a Nação desperte, e readquira a consciencia da extensão de sua grandeza e de seus destinos".

São palavras que expressam os sentimentos do chefe da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e cujo sentido não divergirá da comoção que se apossou de todo o clero brasileiro, em face do covarde assassinio e do brutal insulto atirado à consciencia da Nação. Raramente se terá apresentado aos chefes da Igreja no Brasil momento mas dramático do que esse que a levou a erguer sua voz em defesa dos brios da nacionalidade.

Não querendo calar ante um ato que transgride as leis divinas e humanas, como avilta a nossa condição de pais civilizado, os mais altos antistes do catolicismo brasileiro reeditam o pronunciamento daquele apostolo leigo, que foi Rui Barbosa, quando lavrou a imortal sentença de que não há neutralidade em face do crime.

.

.

.

Enquanto se espera pela punição dos indigitados autores do atentado contra a vida de outro jornalista, que, apesar de ferido, foi poupado pela Previdência, morrendo, em seu lugar, um heroi da ultima guerra, que tanto soube ser fiel à Pátria como ao amigo que procurava salvar, a Nação assiste ao melancólico espetáculo de dissolução da guarda pessoal do presidente da República, de onde se diz haverem saído os

criminosos, e cuja manutenção custava aos cofres públicos, segundo declaração do chefe da mesma corporação, nada menos de quinhentos a seiscentos mil cruzeiros por mês, ou sejam, seis milhões por ano, senão mais, que poderiam ser aplicados em benefício da espezinhada população brasileira. (final)

A.19 Correio do Povo, 22/08/1954, editorial "**Clima de justiça**", na página 4:

O revoltante atentado contra a vida do jornalista Carlos de Lacerda, na emboscada em que foi morto o major Rubens Vaz, herói da Força Aérea Brasileira, continua a causar profunda comoção na alma nacional.

Toda a Nação está, com efeito, prêsa ao desenrolar dos inquéritos que vêm sendo feitos com a decisiva participação das nossas Fôrças Armadas. Não se passa um dia sem que novas surpresas sacudam a opinião publica, mantida em estado de tensão que só não degenerou em anarquia graças à clarividência e ponderação dos mais ilustres e prestigiosos chefes militares , cujos reiterados pronunciamentos e apêlos em favor da manutenção da ordem constitucional vêm sendo pesados e atendidos, por fôrça da confiança que nêles se deposita.

.

.

.

O momento é de se fazer justiça completa e total. Não se chegará a esse imperioso desiderato apenas com a punição dos homicidas. Eles mesmos, com ou sem outros comparsas, respondem por crimes contra o patrimônio da Nação, pelo que terão que repor, à custa dos bens que possuem, os dinheiros de que se apropriaram, inclusive para satisfação de despesas pessoais, por conta das vultosas verbas secretas de que dispunham a seu bel prazer. (final)

A.20 Correio do Povo, 25 de agosto de 1954, capa:

O presidente Getúlio Vargas suicidou-se, com um tiro no coração, às 8 e 35 horas em seus aposentos particulares no Palácio do Catete.

OS MOMENTOS QUE ANTECE-

DERAM A TRAGÉDIA

Confirmamos o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Ainda não se conhecem os detalhes da dramática atitude.

Os momentos que a antecederam, no entanto, podem ser reconstituídos no seguinte modo:

“O chefe do governo, depois de assentar a sua resolução de solicitar licença ao Congresso Nacional, recolheu-se aparentemente tranqüilo aos seus aposentos, para repousar da noite de vigília e sobressaltos por que passara, discutindo a situação com os seus ministros e outras altas autoridades civis e militares.

Contrariamente, porém, a tudo quanto podia esperar-se, momentos após, o presidente Getúlio Vargas dava execução a sua trágica decisão, acabando com a vida, em meio a grave crise política que se abatera sobre o país.

O CLIMAX DO DRAMA

Parecia de tranquilidade a situação, quando o sr. Getúlio Vargas se recolheu aos seus aposentos para descansar.

É de presumir-se, porém, que durante o tempo em que ali esteve, outra coisa não fez senão... **(continua na 12ª página)**

(continuação da 1ª página)

... ordenar os detalhes que culminaram com o trágico desfecho de sua vida pública.

Até às 7 horas, o presidente esteve acompanhado de seus familiares mais próximos. Quando eram aproximadamente 7,30 horas, o sr. Getúlio Vargas manifestou desejo de ficar só , no que foi atendido, pois necessitava de repouso, depois de toda uma noite de tormentosa vigília.

Passada uma hora, ou seja, às 8,30, precisamente, ouviu-se um estampido de revólver, no interior do quarto presidencial.

O primeiro que acorreu foi o seu filho, sr. Lutero Vargas. Encontrando a porta fechada, este teve de arrombá-la para poder penetrar nos aposentos do presidente.

O corpo do chefe de governo, já sem vida, foi encontrado sobre o leito, o braço pendendo para fora.

Imediatamente após deu entrada no cenário do grande drama , o general Caiado de Castro, chefe do gabinete militar da presidência da República, que, presa de violenta crise de choro, desmaiou em seguida.

Já então, todos os familiares do chefe do governo ali ingressavam, sucedendo-se as crises de desespero, notadamente de sua esposa, dona Darci, e de sua filha, dona Alzira.

DESESPERO INDESCRITÍVEL

O presidente Getúlio Vargas expirou com fisionomia calma, apresentando leve sorriso nos lábios.

Ao chegar ao Catete, momentos após a tragédia o ministro Osvaldo Aranha, com lágrimas nos olhos, exclamava de modo patético:

- "Abusaram demais da bondade desse homem!"

A causa da morte (tiro no coração) foi verificada pelo médico Osvaldo Moreira, que foi chamado ao Catete, após o suicídio do sr, Getúlio Vargas com uma ambulância do pronto socorro.

O desespero de que são presas os familiares do presidente tão dramaticamente desaparecido não se pode descrever, sucedendo-se as crises umas após outras, perante grande número de amigos e servidores do sr. Getúlio Vargas e dentro de um clima de enorme comoção.

...

A.21 Correio do Povo, 25 de agosto de 1954, editorial à página 4:

O DESFECHO DA CRISE POLÍTICA

Repercutiram em todo o território nacional os acontecimentos deflagrados, ontem, às primeiras horas da manhã, em plena capital da República, tendo como resultado a ascensão do vice-presidente Café Filho, que assumiu e já agora exerce as funções de supremo magistrado.

São conhecidos os antecedentes, cuja evolução deixava entrever uma recrudescencia cada vez maior, tantas e variadas as surpresas que sucessivamente emergiam do inquerito, aberto pelas autoridades militares, em torno do atentado que arrebatou a vida de distinto oficial da Aeronautica.

À medida que prosseguiam as diligencias, entre as quais a prisão do assassino, que revestiu uma feição espetacular, vinham à tona, um após outro, os fatos de maior gravidade, envolvendo a participação de integrantes da guarda pessoal do chefe da Nação.

Entretanto, não se evidenciava, apenas, a responsabilidade desses agentes, inclusive a do proprio comandante, senão que se descobriam, entre os guardas da segurança oficial, facínoras e moedeiros falsos, que desfrutavam as maiores regalias.

Dissolvida que foi pelo chefe de Estado a perigosa organização, não impediu isso que persistissem e se agravassem as apreensões, pois ainda não se fixara a pessoa dói mandante, que a natureza do crime fazia admitir, bafejando as suspeições mais estarrecedoras.

Mas, a essa altura das investigações, já a opinião publica não encobria seu alvoroço e seus sobressaltos, ao ponto de aparecerem e se multiplicarem as versões mais desencontradas, ao mesmo tempo que ganhavam proporção as hostilidades ao poder constituído, tendo como

alvo o presidente da República, através de francas manifestações de desagrado e de critica veemente a seus atos.

O apêlo à renuncia, como solução posta em maior realce, foi o objeto de consecutivas exortações, partidas de centros e classes diversas, as quais o chefe do executivo federal opunha invariavelmente uma negação formal.

Em consequencia da atitude que, afinal, os dirigentes primeiro da Aeronautica não hesitaram em contrair, secundados pela subseqüente solidariedade das demais armas, ficaram definidos os rumos a seguir e daí a substituição do titular do governo, mediante licenciamento pelo prazo de 90 dias, assentado como medida a contento geral.

Quando já se ultimavam, nesse sentido, as providencias cabiveis, eis que o problema se transmudava pelo desfecho mais imprevisto, devido ao gesto desesperado do sr, Getúlio Vargas, que punha termo à propria vida.

O tragico epilogo que, ao cabo de longos dias de ansiedade nacional, teve a crise política do Brasil, abriu ensejo à perplexidade e às confusões do momento, que incumbe às autoridades desvanecer, instaurando e difundindo um ambiente de crescente e segura tranquilidade.

Infelizmente, assim não aconteceu, nesta capital, onde grupos populares, que percorriam as ruas, sem um simulacro sequer de policiamento, preventivo e repressivo, entregaram-se aos piores excessos, culminando em depredações sem conta.

Tais ocorrencias, que não se teriam verificado, houvessem as autoridades amanhecido nas suas funções, são uma contristadora prova de negligencia, em contraste flagrante com os fóros de cultura e progresso do Rio Grande do Sul.

A intervenção do exercito, a pedido do governador do Estado, contudo, só veio a realizar-se depois de consumados os mais serios atentados à vida humana e ao patrimonio de instituições, que deles deviam estar resguardados pela força policial, desde que mobilizada a tempo e em escala suficiente.

A.22 Correio do Povo, 26 de agosto de 1954, editorial "**Obra de concórdia**", página 4:

Reposta, em sua normalidade, a vida nacional, é de esperar-se que nenhum outro acontecimento venha alterar a marcha do país, a rumo de seus altos destinos.

Fortes razões haverá, sem dúvida, para que perdure a profunda comoção que de todos se apossou pelo trágico desfecho da crise política em que se debateu a Nação. Ninguém podia esperar esse desenlace que o

> próprio líder da maioria na Câmara dos Deputados classificou como sendo a maneira mais terrível, mais incrível e mais surpreendente a que houvemos de assistir.
>
> Passado o luto que cobre a Nação, nesse passo confortada pela solidariedade de todos os povos amigos, os sentimentos que o motivam nem por isso se apagarão (...)
>
> .
>
> .
>
> .
>
> Homenageando por essa forma, com o sacrifício da propria vida, os sentimentos do povo brasileiro, o chefe de Estado, cujo corpo ora repousa em sua terra natal, deixou seu nome como bandeira das idéias que pregou, sem que por isso seus continuadores devam se alheiar à obra de paz, concordia e compreensão que o Brasil está a exigir de todos os seus filhos e que será o mais alto tributo que poderão prestar à memoria do ilustre riograndense e brasileiro.

A.23 Correio da Manhã, 07 de janeiro de 1969, capa:

> Quando a verdade não póde ser dita, porque sufocada pela fôrça, nós a acudimos com os recursos que estavam à nossa mão. Continuaremos a ampará-la e difundi-la, embora certos das leis injustas, draconianamente inflexíveis, de uso casuístico, que lhe montam guarda numa teia que, na realidade, visa ao seu eclipse. Continuaremos até que possamos todos viver num país em que a verdade, em vez de temida, possa ser exigida tanto pelos governados quanto, e, sobretudo, pelos que governam (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1969, p. 1).

A.24 Correio da Manhã, 02 de setembro de 1969, p. 4:

> O CORREIO DA MANHÃ dispôs-se sempre a pagar qualquer preço por sua conduta e jamais desmentida vocação de legalidade democrática e aí estão para demonstrá-lo os enérgicos editoriais contra todas as situações que, por caminhos vários, nos levaram à superação de uma crise endêmica cujas raízes, mais velhas do que a nossa República, nutrem na sua essência profunda, dos desapontamentos estruturais , da miséria, da falta de educação, da escassa consciência política e cívica, do nosso subdesenvolvimento e dos traumas da nossa transição para a fase de grande nação moderna (CORREIO DA MANHÃ, 02/09/1969, p. 4).

A.25 Correio da Manhã, 04 de setembro de 1969, capa:

> Em áreas intimamente ligadas à Junta Governativa, revelou-se ontem que entre os ministros Rademaker Grünewald, Lira Tavares e Márcio Souza e Melo foi firmado um compromisso de honra, no sentido de evitar qualquer precipitação relativamente à solução do problema institucional brasileiro, antes de ser divulgado o laudo médico da equipe de especialistas que assiste ao marechal Costa e Silva. Se o presidente da República puder recuperar a saúde, voltará tranquilamente ao poder, solucionando-se o problema por si mesmo. Entretanto, o laudo médico poderá apresentar características menos favoráveis.
>
> Até ontem existiam três fórmulas: 1) eleição, pelo Congresso, de alguém que completasse o atual mandato presidencial; 2) antecipação, através de Ato Institucional, da eleição do futuro presidente da República, com mandato de duração normal. 3) declaração, também através de Ato Institucional, da extinção do mandato do atual presidente. Acrescentaram aquelas fontes que as duas primeiras hipóteses somente serão adotadas com pleno assentimento do marechal Costa e Silva, que se encontra perfeitamente lúcido, aliás, como é amplamente noticiado.

A.26 Correio da Manhã, 04 de setembro de 1969, editorial "Expectativa", p. 4:

> É imperioso não esquecer que há, em vigor, um calendário eleitoral, cujo andamento depende do reequilíbrio do sistema que nos conduza ao processo democrático.
>
> As fôrças vivas da Nação permanecem voltadas para esses objetivos reais. Que não caiam à sombra, em nenhuma hipótese.

A.27 Correio da Manhã, 05 de setembro de 1969, capa:

> Toda a Segurança Nacional encontra-se hoje mobilizada a fim de descobrir o paradeiro do embaixador norte-americano Elbrick, seqüestrado por terroristas, ontem à tarde, em Botafogo. Inicialmente os seqüestradores entraram no próprio carro diplomático – que é à prova de bala e não tem maçanetas externas – onde estava o diplomata norte-americano e depois obrigaram-no a passar para uma Kombi, já distante do ponto em que efetuaram a captura do embaixador. Durante a tarde de ontem, à noite e esta madrugada, foi grande a movimentação na Embaixada dos Estados Unidos, pois até então não havia a menor notícia a respeito do paradeiro de Elbrick. Por sua vez, o governador Negrão de Lima, tão logo teve conhecimento do fato, dirigiu-se ao Ministério do Exército, onde se manteve durante algum tempo em conferência com o general Syseno Sarmento, num encontro que têve caráter secreto, nada sendo divulgado (...).

A.28 Correio da Manhã, 07 de setembro de 1969, editorial, p.4:

> Erasmo não acreditava que nenhum grupo social detivesse a verdade, em exclusivo, nenhum país, nenhuma profissão ou carreira, mas acreditava na unidade possível do gênero humano, não feita do silêncio dos oprimidos, mas na abdicação dos opressores à opressão, por uma espécie de milagre da inteligência, que o mesmo é dizer de realismo ...

A.29 Correio do Povo, 02 de setembro de 1969, editorial **Patriotismo sem calendário**, p. 4:

> Estamos, a patir de ontem, em plena "Semana da Pátria", êstes sete dias em que, já desde recuadas datas, se realizam grandes e calorosas comemorações em tôrno da data máxima da Nacionalidade – e que assinla o ingresso do Brasil, como nação organizada e Estado soberano e independente, na sociedade internacional. Êste ano, especialmente, autoridades governamentais, comandos militares e a "Liga de Defesa Naconal" (em frase de grande dinamização em nosso Estado) programaram celebrações de maior realce ainda, o que deve receber o máximo de apoio e participação de todos os círculos sociais e cívicos. Porque cumpre que a mística da Pátria esteja sempre presente nos espíritos através da evocação dos fatos de nossa história e de suas grandes e nobres figuras –aqueles que deram grandes provas de amor ao Brasil e souberam bem servir, para o dignificarem e o engrandecerem.
>
> Todas as nações, garndes ou pequenas, ricas ou pobres, desenvolvidas ou subdesenvolvidas precisam de manter, permanentemente vivo e revigorado, êsse cultoe essa devoção. Em especial através da celebração da Festa Nacional, do "Independence Day", como se faz, por exemplo, nos Estados Unidos. O de que se precisa, porém, acima de tudo, é de manter bem acesa nos corações a chama do patriotismo. Sem limitações de calendário e de exteriorizações festivas. Antes, com permanência e profundidade. Para inspirar princípios, normas e procedimentos que bem conduzam os destinos nacionais.
>
> Nas horas de crise e apreensões, quando se buscam altas inspirações para solver dificuldades e angústias, é que, mais do que e, quaisquer outras ocasiões, se tem idéia do que significa e do que vale – e até dos milagres que pode (ilegível) criadoramente - o verdadeiro, puro e desinteressado patriotismo.
>
> (...)

A.30 Correio do Povo, 09 de setembro de 1969, editorial **Segurança e Normalidade**:

> A "Semana da Pátria", a cujo sentido geral, de todos os anos, e ao que especialmente, ia ter êste ano, nos referíamos em nosso editorial de têrça-feira, 2, sob o epígtrafo "Patriotismo sem calendário" - como que pressentindo o que ainda mais lhe viria carregar as côres – a recém

transcorrida "Semana da Pátria" não foi, realmente, como seria de desejar, apenas uma sequência de festas e vibrações cívicas. Porque foi uma semana de choque e de comoção para o povo brasileiro.

Primeira, a precedê-la, houvera o impedimento, por doença, do presidente Costa e Silva, com um duplo impacto sôbre o espírito público – de consternação, e de surprêsa, no primeiro momento, pela solução excepcional dada ao problema da substituição do titular da chefia do Poder Executivo da República: em vêz de se operar nos têrmos da Constituição de 1967, assumindo-a o vice-presidente, haver-se realizado através da co-responsabilidade dos ministros militares, pelas razões que foram expostas em Proclamação e articuladas em Ato Institucional, na ocasião editados, e que estão claramente sintetizados no primeiro dos dois citados documentos, neste trecho: "A situação que o país atravessa por força do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e no Ato Complementar nº 38, da mesma data, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a par de outras medidas relacionadas com a segurança interna, não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de comandante supremo das Forças Armadas , exercidas por S. Exa, a outros titulares, conforme previsão constitucional. Como imperativo da segurança nacional, cabe aos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar assumir, enquanto durar o impedimento do Chefe da Nação, as funções atribuídas a S. Exa, pelos textos constitucionais em vigor".

Como já se disse, numa situação anormal, numa situação de urgência, deu-se ao fato da substituição do chefe do Poder Executivo da União uma solução também anormal, uma solução também de emergência. Uma solução que, em têrmos de transitoriedade, ter-se-á de convir que, bem pensada, não deixa de ser lógica e coerente. E que não o deixa de ser tanto restritamente, em face da atual conjuntura como em ajustamento a êste já largo período de crises e instabilidades por que vem passando a Nação desde 1930, quando foi deposto o último presidente eleito sob o regime da Constituição de 1891. O que se passou desde o consulado de Getúlio Vargas até nossos dias é história contemporânea e não carece de rememoração, por ser se conhecimento de todos. Como o são os reflexos de tôdas essas vicissitudes na vida do País.

Como se não bastassem, porém, a consternação e a preocupação causadas pela enfermidade do Chefe da Nação – e certamente muito de propósito para trazer perturbação e tirar proveito inclusive procurando empanar as grandes comemorações da data da Independência – veio o espetacular seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, felizmente sem o trágico desfêcho que teria se o govêrno brasileiro não houvesse resolvido atender às exigências dos seqüestradores, para dar ao caso uma solução humana e diplomática, à feição de nossas melhores tradições.

Mas o episódio – que, como não poderia deixar de acontecer, provocou a mais viva indignação e repulsa – é demasiado grave para que dêle não se extraiam inferências e reflexões conducentes a medidas de profundidade, e de caráter definitivo, com o fim de consolidar a ordem, a segurança e a tranqüilidade no País. Não, por certo, as que seu, no seu proverbial desconhecimento das realidades brasileiras, alinhou, em editorial de sábado último, o "Daily Telegraphy", de Londres, ao dizer que "nenhum elemento diplomático estrangeiro estará seguro no Brasil – e talvez em outros países também – enquanto os cárceres não se esvaziarem e não se satisfizerem todas as demais exigências dos movimentos violentos de oposição"... Que quer o diário londrino? Que se entregue o Poder, no Brasil, aos correligionáros de Gregório Bezerra, fazendo-se de nosso País mais uma "república popular" para com ela se distrair o governo de Sua Majestade Britânica?...

Outros importantes órgãos de imprensa mundial, como o "New York Times", enfatizam o crescente terrorismo urbano de grupos revolucionários esquerdistas na América Latina, o que não deixa de ser exato, como aliás, expressamente, o reconhece o nosso govêrno. E como espontâneamente o confessaram os seqüestradores do embaixador Bürke Elbrick, atribuindo-se a autoria da onda de assaltos a bancos e outros estabelecimentos e atos de terrorismo dos últimos tempos entre nós. O que é, por certo, lamentável, deprimente e preocupante. Como não o são menos, por seguro, os distúrbios e motins raciais e os magnicídios nos próprios Estados Unidos.

Em verdade, tudo o que está acontecendo em nosso país é deplorável e gera preocupações, não se pode, por outro lado, deixar de reconhecer que, se o Brasil está atravessando um período de crise exacerbada, o está fazendo, no campo econômico financeiro e no próprio terreno político, com um certo amadurecimento e equilíbrio, sem maiores abalos e danos, com vistas ao desiderato de uma próxima, e definitiva, institucionalização da normalidade.

Voltamos a dizer o que dizíamos ao remate do nosso citado editorial de uma semana atrás:

"Servir ao Brasil, aos seus destinos permanentes e eternos – que não se confundem com homens, classes e gerações – é o sumo dever de patriotismo que incumbe aos brasileiros desta quadra de inquietações, incertezas e perplexidades. Servi-lo afeiçoando o tradicional ao atual e ao futuro. Cimentar a ordem, a segurança e a tranqüilidade, mas, ao mesmo tempo, fixar orientações e abrir horizontes ao desenvolvimento pela educação, pelo trabalho e pela produção. O momento, no transcorrer desta 'Semana da Pátria', é ao extremo adequado para um exame e uma tomada de consciência nacional".

A esta altura da marcha da História do Brasil já se tem de considerar chegada a hora do acêrto de decisões sàbiamente retilínias e que levem a Nação ao roteiro de ordem, liberdade e progresso por que ela anseia, e que não se compadece com as indecisões, equívocos e erros do passado".

ANEXO B – Quadro 18

Análise Sócio-Histórica consolidada dos períodos 1901/1915; 1930/1954; 1964/1985					
Anos	**Presidentes do Brasil**	**Presidentes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Pinheiro Machado**
1901	Campos Salles	Borges de Medeiros	12º ano da República, lideranças históricas, sindicalismo emergente, *política dos governadores*, instituição da comissão de verificação, rolagem da dívida externa, política *café com leite*. Silveira Martins morre em Montevidéu. Julio de Castilhos permanece na presidência do PRR. População brasileira: cerca de 18 milhões de habitantes, 2/3 no campo.	"Imprensa amiga". Surge o Correio da Manhã.	Cumpre o 10º ano como senador pelo PRR (interrompido durante 1893/95 pela revolução federalista). Discursa no Senado em homenagem a Silveira Martins.
1902	Campos Salles Rodrigues Alves	Borges de Medeiros inicia seu 2º mandato	Lideranças históricas, sindicalismo emergente, *política dos governadores*, instituição da comissão de verificação, rolagem da dívida externa, política *café com leite*. Fundação do PSB. Manifestações contra a política econômica do governo. Belle-époque carioca, modernização e saneamento do Rio de Janeiro, atração de capital estrangeiro. Sequência da política c*afé com leite.*	Rápida ascensão do Correio da Manhã, opondo-se ao governo Campos Salles.	Eleito vice-presidente do Senado, acentua-se a sua influência, também pela liderança sobre as bancadas dos estados menores. Presidiu a sessão de posse de Rodrigues Alves.
1903	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros, cumulativamente à presidência do PRR	Lideranças históricas, imprensa, sindicalismo emergente, republicanos radicais, campanha do Acre, 1ª greve geral da República (indústria têxtil, SP). *Belle-époque* carioca, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*. Morre Julio de Castilhos/Borges de Medeiros assume	Segue a ascensão do Correio da Manhã.	Pinheiro Machado no País e Borges no RS são as principais lideranças do PRR.

			também a presidência do PRR.		
1904	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, revoltas da vacina e da Praia Vermelha, conquista do Acre. *Belle-époque*, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite.*	Correio da Manhã se opõe à vacinação e às inaugurações de obras no Rio.	Acentua o seu poder, a partir da Comissão de Verificação de Poderes. Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, mas administra sua relação com Rodrigues Alves.
1905	Rodrigues Alves	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, estado de sítio, convocação de Constituinte. *Belle-époque*, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*.	Correio da Manhã fortalece seu oposicionismo, já então dirigido também a Pinheiro Machado.	Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, o que inviabiliza a candidatura de Lauro Muller.
1906	Rodrigues Alves Affonso Penna	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, imprensa, 1º Congresso Operário Brasileiro; instalação da Constituinte; criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; Santos Dumont faz sucesso na França. *Belle-époque*, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. *Café com leite*. Borges acerta com a União a construção e exploração do Porto de Rio Grande. Investimentos na infra-estrutura nacional. *Café com leite*	Correio da Manhã consolida seu oposicionismo, em especial a Pinheiro Machado.	Vence duelo com Edmundo Bittencourt na Praia do Leblon. Assimila a candidatura Affonso Penna.
1907	Affonso Penna	Borges de Medeiros	Lideranças históricas, lideranças emergentes, imprensa, Ruy Barbosa em Haia e nomeado embaixador pleni e extraordinário, greve geral em SP. Investimentos em infra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*.	Correio da Manhã consolida seu oposicionismo.	Amplia sua liderança para além da bancada gaúcha, criando um bloco interestadual majoritário no Congresso Nacional.
1908	Affonso Penna	Borges de	Lideranças históricas, lideranças	Correio da Manhã	Enfrentamento do

		Medeiros . Carlos Barbosa	emergentes, alistamento militar e reorganização do Exército, fundação da Confederação Operária Brasileira; Albuquerque Lins é presidente em SP, fundação da ABI, demissão de Hermes da Fonseca do Ministério da Guerra. Infra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*. Bondes elétricos em Porto Alegre.	consolida seu oposicionismo.	*Bloco* com o chamado *Jardim de Infância*, de lideranças emergentes antipinheiristas estimuladas pelo presidente Affonso Penna.
1909	Affonso Penna	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, Wenceslau Braz assume o governo de MG, lançada e efetivada a candidatura Hermes, lançada a candidatura de Ruy Barbosa, morte de Affonso Penna, 1ª campanha sucessória da história do Brasil (outras capitais e regiões), estudantes mortos pela polícia em passeata no Rio (Primavera de Sangue). Iinfra-estrutura nacional, *Jardim de Infância*. *Café com leite*. Morte do presidente da República em pleno mandato. Conflito entre o Governo do RS e o Grupo Corthell/Farquhar. Intervenções em Estados, disputa de poder entre SP e MG.	I Correio da Manhã apóia candidatura Hermes da Fonseca à Presidência, inicialmente, depois passa a defender a de Ruy Barbosa. O jornal (e também o Diário de Notícias) relaciona o senador ao contrabando de charque.	Rompimento com Nilo Peçanha, apoio à candidatura Hermes da Fonseca, afastamento de Ruy Barbosa.

	Nilo Peçanha				
1910	Nilo Peçanha Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, eleição de Hermes, OESP publica manifesto de Ruy Barbosa, bombardeio de Manaus, levante da Esquadra, revolta da Chibata, anistia aos revoltosos, fundação do PRC, levante da Ilha das Cobras, prisão de João Cândido e marinheiros, 441 presos e prostitutas enviados para o Acre. Intervenções em Estados, disputa de poder entre SP e MG. Instabilidade política. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã combate violentamente candidatura militar de Hermes da Fonseca à Presidência e, com sua eleição e posse, passa a exercer forte oposição ao seu governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Assume a presidência do PRC, com a morte de Bocayuva.
1911	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, Pe. Cícero eleito prefeito de Juazeiro. Instabilidade política, *salvacionismo*. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã acentua a oposição ao governo e aos que o representam: "Segundo turno".	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
1912	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa	Lideranças históricas, intervenções (Bahia, Ceará), demissão e morte do Barão do Rio Branco, Contestado, censura a filme sobre João Cândido. Instabilidade política, *salvacionismo*, morte da primeira-dama Orsina da Fonseca. Aliança entre o RS e o Exército.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
1913	Hermes da Fonseca	Carlos Barbosa.	Lideranças históricas, cerca de 10 mil se manifestam contra deportação de sindicalistas, crise no Ceará, estado de sítio, nova disputa sucessória (Wenceslau x Ruy), Ruy desiste da candidatura. Pacto de Ouro Fino. Instabilidade política, *salvacionismo*. Casamento do presidente da República com Nair de Teffé. Aliança entre o RS e o Exército. Nova eleição de Borges no RS, descontente com o governo de Carlos Barbosa: encampação dos serviços públicos e atração de investimentos estrangeiros. Crise econômica mundial.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo e aos que o representam, detona a candidatura de PM e volta a defender a candidatura Ruy.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Seu nome chega a aparecer como presidenciável. Irmão, Salvador

		Borges de Medeiros			Pinheiro Machado, é nomeado vice-presidente do RS por Borges de Medeiros para o período 1913/1918.
1914	Hermes da Fonseca Wenceslau Braz	Borges de Medeiros	Eclosão da 1ª guerra mundial, lideranças históricas, sitiado o Ceará, depostos os governos de PE, AL e BA, greve geral no PA, estado de sítio. Manifestações em frente a O Paiz são rechaçadas a tiros. Borges afasta-se do governo do RS por doença, substituído por Salvador Pinheiro Machado. Braz declara-se em busca da pacificação. *Café com leite*.	Correio da Manhã mantém forte oposição ao governo Hermes e aos que o representam, mas aparenta um voto de confiança ao novo presidente, estimulando-o a afastar-se de Pinheiro Machado. O jornal decreta o fim político de PM e HF.	Novamente eleito para a vice-presidência do Senado, período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Presidiu a sessão de posse de Wenceslau Braz. WB tenta atenuar sua influência sobre o governo. Redige o seu testamento político. Seu irmão assume a presidência do RS.
1915	Wenceslau Braz .	Borges de Medeiros.	Braz segue sua busca pela pacificação e às voltas com os efeitos da guerra na economia nacional. Manifestações em SP e Rio contra a guerra, *meetings* contra a candidatura Hermes ao Senado, eleição de Hermes, preparativos para sua posse, morte de Pinheiro Machado. Dez dias entre os funerais no Rio e o enterro em Porto Alegre. Governo do RS exercido interinamente por Salvador Pinheiro Machado.	Correio da Manhã mantém voto de confiança ao novo presidente e passa a combater violentamente a candidatura Hermes ao Senado pelo RS, sem sucesso. Depois da morte do senador, insiste na idéia de que foi um crime isolado cometido por um insano. A Federação adota a linha de crime encomendado, com críticas a WB.	Passa parte do ano em ostracismo. Em discurso no Senado, admite que poderá "submergir". Repete o mesmo em entrevista a João do Rio. Acerta com Borges de Medeiros e Salvador Pinheiro Machado o lançamento da candidatura Hermes ao Senado pelo RS em vaga aberta pela renúncia do titular.
Anos	**Governantes do Brasil**	**Governantes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Getúlio Vargas**

1930	Washington Luiz Augusto Fragoso/Isaías de Noronha/Menna Barreto (Junta) Getúlio Vargas	Getúlio Vargas Osvaldo Aranha Sinval Saldanha Flores da Cunha	Eleições com vitória de Júlio Prestes sobre Getúlio, morte de João Pessoa, revolução, deposição de Washington Luiz. Vargas assume o Governo Provisório, pondo fim à República Velha. Crise econômica mundial desde o ano anterior, afetando a comercialização de açúcar, algodão, borracha, cacau, café, madeira e sal brasileiros. Desemprego. Nomeação de interventores estaduais. População brasileira: 37 milhões, 70% dos quais moradores do campo.	Uso da imprensa pelas facções em disputa política: entrevistas de Antônio Carlos e Epitácio Pessoa ao Jornal do Commercio, de Borges de Medeiros a A Noite, manifesto de Luiz Carlos Prestes publicado pelo Diário Nacional. Entrevista de Vargas à United Press em Buenos Aires, sobre a revolução em curso. Folha da Noite (atual) Folha de S. Paulo apoia candidatura Julio Prestes. Apoio maciço, político e financeiro, ao movimento revolucionário. Correio da Manhã, O Cruzeiro. O Correio do Povo consolida sua liderança regional, em meio a disputas internas por sua direção. Império Chateaubriand: Diários Associados, incluindo o Diário de Notícias (RS).	De presidente do RS a chefe do governo provisório do Brasil.
1931	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Agravamento da crise econômica nacional, criação do Conselho Nacional do Café. Primeiras dissidências no movimento revolucionário do ano anterior, inclusive com levantes militares sem maior significação. Inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio, em outubro.	Império Chateaubriand: Diários Associados. Jornais em "desgraça" por alinhamento ao regime anterior: Gazeta de Noticias, O Paiz e A Notícia.	Chefe do governo provisório do Brasil.
1932	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Estabelecimento do Código Eleitoral no país, com voto universal, secreto e aberto à participação feminina. Criação da Justiça Eleitoral e da carteira de trabalho, com jornada de trabalho fixada em 8h/dia.	Correio da Manhã O Estado de S. Paulo. Império	Chefe do governo provisório do Brasil.

			Sindicalismo de Estado. Projeto nacional: nacionalismo. Revolução constitucionalista.	Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro. Maioria da Imprensa mantém o apoio a Vargas, mas há simpatias aos paulistas. Depredação ao Diário Carioca. Censura ao Diário de Notícias (RJ) e prisão de seu diretor Orlando Dantas.	
1933	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Eleições para a escolha da Assembléia Nacional Constituinte no Brasil - 214 deputados eleitos pelo voto direto, mais 40 eleitos por entidades classistas de trabalhadores e entidades patronais. Realizadas com participação das mulheres, sendo eleita a primeira mulher constituinte, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz.	Imprensa como instrumento de propagação do projeto nacional. Império Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro consolida-se.	Chefe do governo provisório do Brasil.
1934	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Promulgada a nova Constituição – a segunda do período republicano -, reformando profundamente a organização administrativa em relação à República Velha. ANC elege Getúlio presidente da República.	Imprensa como instrumento de propagação do projeto nacional. Império Chateaubriand: Diários Associados. O Cruzeiro consolida-se.	Presidente constitucional da República.
1935	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Levante comunista, liderado por Luiz Carlos Prestes, em nome da Aliança Libertadora Nacional, contra o governo Vargas. Enfrentamento e prisões. Movimento integralista. Aprovação pelo Congresso da Lei de Segurança Nacional. Polícia política, delações. Expansão do Integralismo.	Cobertura romanceada dos Diários Associados à Coluna Prestes.	Presidente constitucional da República.
1936	Getúlio Vargas	Flores da Cunha	Prisões de Prestes e sua mulher Olga, foragidos desde o ano anterior. Polícia política, delações. Inaugurada a Rádio Nacional (RJ). Guerra civil na Espanha, paz entre Bolívia e Paraguai na “Guerra do Chaco”.	O rádio como meio de difusão do Governo. “A Hora do Brasil”. Publicada a primeira telefoto por um jornal brasileiro (O Globo). Criação da Folha da Tarde, pela Caldas Junior, em Porto Alegre.	Presidente constitucional da República.

1937	Getúlio Vargas	Flores da Cunha Daltro Filho	Implantação do Estado Novo, com nova Constituição, outorgada, fechamento do Congresso, extinção dos partidos e cancelamento das eleições presidenciais do ano seguinte. Instrumentos do Estado para cooptação dos meios de comunicação: isenções para importação de papel e outros insumos, impressão de livros sob encomenda, laudatórios ao governo, censura. Flores da Cunha opõe-se ao governo, é substituído e auto-exila-se no Uruguai. Plano Cohen com reação às suspeitas de implantação do comunismo no Brasil.	Adesão dos principais títulos ao projeto do Estado Novo, incluindo o Correio da Manhã. Plano Cohen reverbera na Imprensa.	Ditador.
1938	Getúlio Vargas	Daltro Filho Maurício Cardoso Cordeiro de Farias	Descoberta e reprimida tentativa de golpe integralista contra Vargas. Anticomunismo.	O Jornal, Diário da Noite, A Noite, A Manhã e Correio da Manhã são os principais da capital federal. Em declínio: Jornal do Brasil, O Imparcial e Gazeta de Notícias. Correio do Povo e Diário de Notícias no RS.	Ditador.
1939	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Começa o apogeu do nazifacismo europeu, eclode a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pela Alemanha. Neutralidade oficial do Brasil, cujo corpo de governo contém simpatizantes das facções em luta. Preservação da política anticomunista. Criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das leis do trabalho. Instituição do salário mínimo.	Criação do DIP: censura e cooptação de dirigentes e profissionais do Jornalismo. Primeiras cobranças, via Imprensa, de um posicionamento brasileiro.	Ditador.
1940	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Neutralidade do Brasil.Sequência do combate ao comunismo	Censura e cooptação. Ato governamental impede a circulação da palavra “democracia” nas legendas dos filmes estrangeiros em exibição no Brasil.	Ditador.
1941	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial, com a entrada dos EUA. Neutralidade inicial do Brasil, que sofre pressões aliadas e finalmente rompe com os países do Eixo. Instalações de bases navais em Belém, Fernando de Noronha, Natal e Recife.	Empresas Incorporadas do Patrimônio da União encampam todo o acervo de A Noite, A Manhã, Rio Editora e rádios Nacional e Mayrink Veiga. A guerra mundial é tema dominante do jornalismo brasileiro.	Ditador.

1942	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Submarinos alemães destroem ao todo 37 navios brasileiros. Brasil declara guerra ao Eixo.	Noticiário intenso sobre a guerra, nas emissoras de rádio e nos jornais.	Ditador.
1943	Getúlio Vargas	Cordeiro de Farias Ernesto Dornelles	Sequência da Segunda Guerra Mundial. Brasil começa a organizar suas forças expedicionárias. Criação da CLT. Manifesto dos Mineiros, contra o Estado Novo. Política de povoamento do interior brasileiro, criação de territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguassu.	A guerra mundial continua como assunto dominante na imprensa brasileira, ainda sob censura.	Ditador.
1944	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Sequência da Segunda Guerra Mundial, com o "Dia D" (6/6), em que forças aliadas invadem a Europa para libertá-la do nazifascismo. Começam as pressões pela democratização do Brasil. Intensifica-se a campanha pela anistia aos presos políticos.	A guerra mundial continua como assunto dominante na imprensa brasileira, ainda sob censura.	Ditador.
1945	Getúlio Vargas José Linhares	Ernesto Dornelles Samuel Figueiredo da Silva	Anunciada para dezembro a realização de eleições, concedida anistia a Prestes e prometida a convocação de Constituinte. *Queremismo*. Aliados libertam cinco mil prisioneiros em Auschwitz, Polônia. Morte de Mussolini e suicídio de Hitler. Bombardeio sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9/08. Fim da guerra, em 2/9. Criação da ONU. Getúlio deposto por golpe militar a 29/10.	Entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda no Correio da Manhã, representando o fim da censura. Pressões na imprensa pela renúncia de Vargas.	Ditador, deposto em 29/10, por militares do próprio governo. Recolhimento em sua propriedade rural no RS, mesmo tendo sido eleito senador.
1946	José Linhares Eurico Gaspar Dutra	Samuel Figueiredo da Silva Pompilio Cylon Rosa	Promulgada nova Constituição no Brasil. Liberdades democráticas. Abertura econômica ao capital estrangeiro, aumento das importações, restrições ao direito de greve. "Guerra fria".	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal. Aproximação de O Estado de S. Paulo à UDN, em posição ao governo.	Auto-exílio no RS. Senador.

1947	Eurico Gaspar Dutra	Pompilio Cylon Rosa Walter Jobim	Anunciado Plano Marshall, de recuperação da Europa.	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal.	Auto-exílio no RS. Senador.
1948	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Cassações de mandatos de parlamentares comunistas. Prestes lança manifesto em que critica setores do comunismo e anuncia oposição ao governo Dutra. Inicia-se o movimento em torno da defesa do petróleo no Brasil. Criação de Israel. ONU aprova Declaração dos Direitos Humanos.	Correio da Manhã, com a coluna *Da Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda segue sendo o jornal de maior prestígio na capital federal.	Auto-exílio no RS.
1949	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Intensifica-se a peregrinação de políticos à fazenda de Getúlio Vargas. Resistência de Dutra à candidatura de Vargas. Mao Tse-Tung proclama a República Popular da China.	Entrevista de Vargas a Samuel Wainer, anunciando que voltaria como um líder das massas. Correio da Manhã continua como o principal do Rio de Janeiro. Outros jornais importantes: O Jornal, Diário de Notícias, O Globo, Diário Carioca. Decadentes: Jornal do Brasil, A Notícia. Criação da Tribuna da Imprensa, por Carlos Lacerda.	Auto-exílio no RS, com peregrinação política em torno de sua candidatura à Presidência.
1950	Eurico Gaspar Dutra	Walter Jobim	Brasil sedia a Copa do Mundo e perde a final para o Uruguai. Eleições presidenciais, com a vitória de Vargas sobre Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Guerra da Coreia.	Implantação da televisão no Brasil (Tupi/SP). Intenso combate à candidatura Vargas, por grande parte da imprensa, em especial pela Tribuna da Imprensa. Modernização da imprensa, a partir do Diário Carioca, seguido pelo Jornal do Brasil e pela Tribuna da Imprensa.Surge a Editora Abril.	Presidente eleito.

1951	Eurico Gaspar Dutra Getúlio Vargas	Walter Jobim Ernesto Dornelles	Começa o mandato presidencial de Vargas. Inflação e falta de infraestrutura para ampliar a industrialização nacional. População brasileira: 51 milhões, com crescente fluxo do campo para as cidades.	Criação de Última Hora, por Samuel Wainer, de sustentação a Vargas e ao seu governo, e da TV Tupi/RJ. Tribuna da Imprensa em intenso combate a ambos e ao próprio Wainer. Última Hora também se insere na linha de modernização da imprensa Brasileia.	Presidente eleito.
1952	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Implantação de restrições à remessa de lucros ao exterior. Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Fulgêncio Baptista toma o poder em Cuba.	Segue o confronto da Tribuna da Imprensa com Vargas, seu governo, Última Hora e seu diretor. Outros jornais alinham-se às críticas ao governo. Lacerda usa também a Rádio Globo e a TV Tupi como tribunas. Lançamento das revistas Manchete e Visão.	Em exercício do mandato como presidente eleito.
1953	Getúlio Vargas	Ernesto Dornelles	Greves por melhores salários. Forte oposição política lideradas pela UDN. Criação da Petrobras. Nomeação de João Goulart como ministro do Trabalho. Implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (antecessor da Sudam). Termina a Guerra da Coreia. Morte de Stalin.	Intensifica-se a campanha de Lacerda e da Tribuna da Imprensa contra Vargas, para o que conta com o apoio de O Estado de S. Paulo - este, contudo, poupa o governo de críticas à política econômica, conduzida por ministros em geral paulistas. Criação da TV Record.	Em exercício do mandato como presidente eleito.
1954	Getúlio Vargas Café Filho	Ernesto Dornelles	Decretado aumento de 100% no salário mínimo, para satisfação dos trabalhadores e fortes reações do empresariado. João Goulart renuncia ao cargo de ministro do Trabalho, acusado de influências comunista e peronista. Denúncias contra assessores e familiares do presidente da República. Atentado a Lacerda, com morte do major Vaz. Governo sob oposição dos militares e da	Intenso combate contra Vargas amplia-se a partir da morte do major Vaz. Posição da Tribuna da Imprensa é estendida à quase totalidade dos jornais de referência do centro do País. Expansão	Suicida-se a 24/08.

			Imprensa. Proposta a criação da Eletrobrás (só efetivada em 1962). Golpe militar no Paraguai.	impressionante da chamada "imprensa popular", a partir da criação de O Dia e da Luta Democrática.	
Anos	**Governantes do Brasil**	**Governantes do RS**	**Conjuntura**	**Imprensa**	**Personagem: Costa e Silva**
1964	João Goulart. Ranieri Mazzilli (1º a 15/04). Castello Branco (eleito indiretamente a 11/04 e empossado a 15/04 para cumprir o mandato presidencial interrompido pelo golpe e que se esgotaria em 31/10/1965).	Ildo Meneghetti	Enfrentamento de facções. Grande agitação política. Golpe, com implantação do regime militar e de Ato Institucional prevendo eleições para o ano seguinte – medida logo revogada - e cassações de mandatos. Entidades declaradas ilegais, intervenções militares em sindicatos. Criação do Serviço Nacional de Informações, do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Mandato presidencial prorrogado até 15/03/1967. Nobel da Paz para o norte-americano Martin Luther King.	Editoriais sucessivos do Correio da Manhã: "Chega!", "Basta!", "Fora!". Em O Globo: "Fora Jango". Desde 1962, O Globo é matutino. Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão em apoio maciço ao novo regime. Revista Visão assume importância no jornalismo econômico e político. Surgimento de Zero Hora, em Porto Alegre.	Integrante da Junta Militar que assumiu o governo após a deposição de João Goulart, - antes de passá-lo ao presidente da Câmara - e, logo a seguir, ministro da Guerra de Castello Branco.
1965	Castello Branco	Ildo Meneghetti	Intervenções em sindicatos e organizações, novos atos institucionais e complementares. Beatles, Jovem Garda, minissaia. Primeiro bombardeio norte-americano no Vietnã do Norte.	Primeiras reações críticas da Imprensa aos atos do governo militar. Correio da Manhã cobra o retorno da democracia. Fundada a Rede	Ministro da Guerra.

				Globo de Televisão.	
1966	Castello Branco	Ildo Meneghetti	Eleições, com vitórias oposicionistas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Extinção dos partidos atuais e criação de duas novas agremiações: Arena e MDB – através do AI-2. AI-3 extingue eleições diretas para os governos estaduais e as principais cidades. AI-4 reabre o Congresso para aprovar a nova Constituição. Protestos e repressão. Instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Fusão dos institutos de pensão e aposentadoria, com a criação do INPS. Revolução cultural na China	Festivais musicais nas TVs Excelsior e Record, com conteúdos políticos nas canções. Surgimento da revista Realidade, com inovações jornalísticas e gráficas e valorização do gênero reportagem.	Licencia-se do Ministério da Guerra para candidatar-se à Presidência da República. Sofre atentado em 25/06, no Aeroporto dos Guararapes (Recife). Eleito indiretamente.
		Walter Peracchi Barcelos			
1967	Castelo Branco Costa e Silva	Walter Peracchi Barcelos	Eleições indiretas com a ausência da oposição. Aprovação de nova Constituição. Reformas administrativa monetária (criação do cruzeiro novo) e do ensino. Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional. Período de agitação política: guerrilha rural, congresso comunista, formação da Frente Ampla (por redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova Constituinte). Guerra dos Seis Dias. Prisão e morte de Che Guevara na Bolívia.	Restrições pontuais à liberdade de mprensa.	Empossado presidente a 15/03, mesma data em que passa a vigir a nova Constituição e deixam de vigorar os atos institucionais até então existentes (do 1 ao 4)..
1968	Costa e Silva	Walter Peracchi Barcelos	Proibição à atuação da Frente Ampla, de Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Intensificação dos protestos populares. Movimento estudantil. Morte do estudante Edson Luiz em confronto com polícia no Rio de Janeiro. Passeata dos Cem Mil. Greves e intervenções em sindicatos. Discurso de Mario Moreira Alves, no Congresso, é considerado ofensivo às Forças Armadas. Implantação	Efervescência política reverbera na Imprensa, mas o AI-5 impôs censura à cultura e aos meios de comunicação, incluindo a censura prévia.	Presidente da República.

			do AI-5. Mundo sob intensas manifestações populares por liberdades e uma nova ordem política.	Correio da Manhã combatido pelo regime. Criada a revista Veja. Apreendida a edição de O Estado de S. Paulo de 13/12, por conter o editorial "Instituições em frangalhos".	
1969	Costa e Silva Junta Militar Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos	Costa e Silva sofre uma trombose e uma Junta Militar assume o governo. "Milagre econômico brasileiro", com crescimento superior a 10% ao ano. Deserção do militar Carlos Lamarca, aderindo à Vanguarda Popular Revolucionária. Morte de Carlos Marighela, ex-líder da ALN e ex-deputado federal, em São Paulo. Nova Constituição, por emenda constitucional que incorporou os efeitos do AI-5.	Prisão da presidente do Correio da Manhã Niomar Moniz Sodré Bittencourt e de outros jornalistas e proibição ao jornal de publicar seu discurso como paraninfa de formandos pernambucanos. Censura à cultura e à imprensa, incluindo a censura prévia nos casos do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. "Os Lusíadas" nos espaços censurados de O Estado de S. Paulo. Criado o O Pasquim. Entra no ar o "Jornal Nacional", da Rede Globo, integrando as retransmissoras em todo o País.	Presidente da República até agosto, quando se afasta por problemas de saúde. Morre a 17 de setembro.

				Transformação da Folha Esportiva em Folha da Manhã, pela Caldas Junior, em Porto Alegre.	
1970	Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos	Forte recrudescimento da repressão política, com reorganização dos aparatos policiais, civis e militares. Prisão de Dilma Rousseff em 16/01. Denúncias de torturas e mortes de presos políticos. Guerrilhas urbanas e rurais. Sequestro do cônsul japonês em São Paulo pela VPR, Nobuo Okuchi, trocado por cinco presos políticos. Sequestro de um avião da Vasp. Sequestro do embaixador alemão Ehrenfrid van Holleban, trocado por 50 presos políticos. Arena vitoriosa nas eleições legislativas. Sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, trocado por 70 presos políticos. Sequência do "Milagre Brasileiro". Criação do Incra e do Mobral e lançados um programa de ações e de metas do governo para o desenvolvimento nacional e o programa de integração nacional (com a construção das rodovias Transamazônica, Cuaibá/Santarém e Manaus/Porto Velho). Conquista da Copa do Mundo de futebol. Eleição e posse de Salvador Allende, no Chile.	Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão sob absoluto controle, via censura e auto-censura.	-
1971	Garrastazu Médici	Walter Peracchi Barcelos Euclides Triches	Jornalistsa Teodomiro Tostes é condenado à morte (pena depois trocada para a prisão perpétua). Mortes de Iara Iavelberg, Stuart Angel e Carlos Lamarca.		-
1972	Garrastazu Médici	Euclides Triches	Inauguração da Transamazônica. Arena faz 80% dos prefeitos nas eleições municipais.	Lançado o jornal Opinião. Primeira novela em cores no Brasil ("O bem-amado").	-

				O Globo passa a circular aos domingos. Apreensão da edição de 20/09 do Correio do Povo, por conter matéria em que deputados reclamam da censura.	
1973	Garrastazu Médici	Euclides Triches	Crise do petróleo e recessão nos Estados Unidos. Anticandidaturas de Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho, pelo MDB, às eleições indiretas para a Presidência da República. Fim oficial da guerra do Vietnã, com cessar-fogo desrespeitado. Golpe militar no Chile, com morte do presidente Salvador Allende. Eleição do casal Perón/Isabelita na Argentina.	Imprensa alternativa ocupa espaços abertos pela imprensa de referência, atingida pela censura.	-
1974	Garrastazu Médici Ernesto Geisel	Euclides Triches	Eleição indireta e posse de Geisel para a Presidência da República. Revolução dos Cravos, em Portugal e independência das colônias portuguesas na África. Declínio do Milagre Econômico. Nas eleições para o Senado MDB sai vitorioso, com 16 – contra 6 da Arena. Anúncio de uma política de "distensão lenta, gradual e segura, em direção à redemocratização, com desenvolvimento e segurança", com avanços liberalizantes e recuos autoritários. "Revolução dos cravos" põe fim à quatro décadas e meia de ditadura em Portugal. Morte de Perón, posse de Isabelita, renúncia de Nixon.	Implantada a censura prévia no rádio e na televisão brasileiros – que, na prática, já existia, via telefonemas e bilhetes das autoridades às redações. Correio da Manhã deixa de circular. Folha da Manhã assume um caráter crítico e combativo.	-

1975	Ernesto Geisel	Euclides Triches Synval Guazzelli	Morte do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI em São Paulo. Lançado o Proálcool.	Fim da censura prévia a O Estado de S. Paulo. Proibida a novela "Roque Santeiro". Surgimento dos jornais alternativos Movimento e Versus. Extinção de O Cruzeiro.	-
1976	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Morte do operário Manoel Fiel Filho no DOI-CODI em São Paulo. Mortes de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Acordo nuclear Brasil/Alemanha. Bomba na ABI. Sequestro do integrante das Comunidades Eclesiais de Base, D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, e morte do padre João Bosco Burnier, no Mato Grosso.	Postura de Geisel é respeitada pela imprensa de referência em todo o País. Deixa de circular a revista Realidade.	-
1977	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Pacote de Abril, com fechamento do Congresso Nacional. Lei Falcão e extensão do mandato do sucessor de Geisel a seis anos. Morte de Carlos Lacerda. Implantação do divórcio. Exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota.	Críticas da imprensa à Lei Falcão, limitando a propaganda política nas emissoras de rádio e televisão.	-
1978	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Primeira greve pós-AI-5 no Brasil: metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Eleição indireta de João Figueiredo para a Presidência da República. Eleições para o Congresso. Nova Lei de Segurança Nacional. Revogação do AI-5. Crescimento da inflação e da dívida externa.	Folha de S. Paulo sai do alinhamento anterior, de apoio ao regime militar, e começa a defender o retorno da democracia.	-
1979	Ernesto Geisel	Synval Guazzelli	Posse de Figueiredo. Nova crise do petróleo, causada pela queda	Implantação da TV Guaíba, da Caldas	-

	João Figueiredo	Amaral de Souza	de Reza Pahlevi no Irã. Lei da Anistia, com liberdade de presos políticos e retorno de banidos do Brasil, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Luiz Carlos Prestes. Extinção de Arena e MDB.	Junior.	
1980	João Figueiredo	Amaral de Souza	Reações, à direita, ao processo de abertura, vindo do governo anterior e seguido pelo atual. Fundado o PT. Guerra fria: EUA boicotam os jogos olímpicos da URSS. Guerra Irã/Iraque. Assassinado John Lennon.	Liberação da peça "Calabar" alimenta expectativas de fim da censura. Deixa de circular o jornal Folha da Manhã, da Caldas Junior.	-
1981	João Figueiredo	Amaral de Souza	Atentado ao Riocentro. Atentado a Reagan. Atentado ao Papa João Paulo II. Assassinato de Anwar El Sadat.	Sátiras sucessivas das edições d'O Pasquim às versões fantasiosas do governo sobre atentado do Riocentro. Criação do SBT.	-
1982	João Figueiredo	Amaral de Souza Jair Soares	Argentina invade Ilhas Flaklands/ Malvinas. Israel invade o Líbano.	Primeiro debate eleitoral na TV pós Lei Falcão, entre os candidatos Franco Montoro e Reinaldo de Barros.	-
1983	João Figueiredo	Jair Soares	Termina a ditadura militar argentina. EUA invadem Granada.	Implantada a TV Manchete. Filme brasileiro "Pra frente, Brasil", que ironiza a situação brasileira, é premiado em Berlim. Primeiros computadores nas redações (parcialmente da Folha de S. Paulo).	-
1984	João Figueiredo	Jair Soares	Campanha das "Diretas já". Eleição de Tancredo Neves. Primeira greve em toda a história da	Folha de S. Paulo dá cobertura às "Diretas já", tratada com discrição pela mídia impressa e eletrônica.	-

			Companhia Siderúrgica Nacional. Uruguai elege diretamente o seu presidente, após 11 anos de ditadura. Assassinada a premier hindu Indira Ghandi.	O Globo publica editorial reiterando apoio ao regime implantado em 1964. Correio do Povo e Folha da Tarde deixam de circular, por crise empresarial. Filme brasileiro "Memórias do Cárcere", sobre ditadura anterior, é premiado em Cannes.	
1985	João Figueiredo Fim do Regime Militar	Jair Soares	Termina a ditadura militar no Brasil: Tancredo Neves empossado presidente do Brasil, adoece, morre. José Sarney assume o governo. Morte de Médici. Mikhail Gorbatchev ascende ao poder do Partido Comunista Soviético.	Liberdade de imprensa readquirida. Adaptação da Imprensa à linguagem televisiva, com a adoção do modelo US Today.	-

Elaboração do doutorando. Base: Basbaum, Borges, Calógeras, Carone, Castro, Chagas, Cotta, Fausto, Fehlberg, Gaspari, Martins, Negreiros, Silva, Thompson.